

Universidade Católica de Santos

Mestrado em Direito

**PALESTINA E FUNDAÇÃO DE ISRAEL: CONFLITOS COM O
DIREITO INTERNACIONAL**

Ahamad Jassen El Melhim

Santos 2010

Universidade Católica de Santos

Mestrado em Direito

**PALESTINA E FUNDAÇÃO DE ISRAEL: CONFLITOS COM O
DIREITO INTERNACIONAL**

Ahamad Jassen El Melhim

Dissertação apresentada ao Programa
de Mestrado em Direito Internacional da
Universidade Católica de Santos, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Direito.

Área de concentração: Direito
Internacional

Orientador: Gilberto M. A. Rodrigues

Santos 2010

Dados Internacionais de Catalogação
Sistema de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos
SibiU

E37p

Melhim, Ahamad Jassen El

PALESTINA E FUNDAÇÃO DE ISRAEL: CONFLITOS COM O DIREITO INTERNACIONAL / Ahamad Jassen El Melhim; orientador Gilberto M. A. Rodrigues. - Santos: [s.n.], 2010. 380 f.; (Dissertação de Mestrado) - Universidade Católica de Santos, Programa de Mestrado em Direito

CDU 34(043.3)

AGRDECIMENTOS

Um especial agradecimento ao Prof. Dr. Gilberto M.A. Rodrigues por acreditar em meu projeto desde o início, pelo carinho , pela paciência , confiança e contínuo apoio em todos os momentos para a conclusão de mais uma etapa desta jornada acadêmica. Tê orientador foi um grande presente.

Quero agradecer ao Prof.Dra .Eliane M.Octaviano, e Pro. Dr. George Niaradi pelas orientações e contribuições dadas em minha banca do Mestrado em 2010.

Agradeço ao programa de Mestrado em direito da Unisantos – SP , Professores e Coordenadores ,pelo acolhimento e estímulo contínuo.

Agradeço a todos os Amigos e Alunos ,por me ajudaram a crescer e realizar-me como humano.

Resumo

O Conflito no oriente médio entre palestinos e sionistas e a designação dada à luta armada entre palestinos e invasores sionistas , sendo parte de um contexto maior, o conflito palestino e sionista .As raízes remotas do conflito remontam aos fins do século XIX quando colonos judeus começaram a migrar para a Palestina .

Sendo que os sionistas alegam que os judeus um dos povos que não tinha estado próprio , tendo sofrido por isso varias perseguições , foram movidos pelo projeto do sionismo- cujo objetivo era refundir na palestina um estado judeu , entretanto , a palestina já era habitada há séculos por povos da palestina.

Com o anúncio da Declaração de Balfour em 1917, colocando a Palestina sob o mandato do Reino Unido, começou uma nova fase que durou mais de trinta anos com a ocupação e o sionismo na Palestina de um jeito que se pode comparar a um estupro. Foi nessa fase que aumentou a propriedade do movimento sionista às terras e setores do comércio, indústria e agricultura na Palestina. Também foram criados os quadros do país sionista e suas instituições sob os olhares e com a ajuda das autoridades mandatárias Britânicas.

No final da segunda guerra mundial, quando os líderes do movimento sionista sentiram que a força sionista é capaz de criar um país sionista na Palestina, os próprios sionistas começaram a pedir o fim do mandato Britânico na Palestina e combateram os líderes Britânicos, até o governo Britânico abrir mão da Palestina sob pressão dos sionistas ingleses e na própria Palestina. O caso foi levado a ONU

que aprovou o Plano de Partição, permitindo o estabelecimento do Estado de Israel, através da Resolução 181 de 29 de Novembro de 1947.

Essa decisão, que foi injusta para a Palestina e seu povo, e sua aplicação na força pelos sionistas, provocaram inicialmente a guerra entre os Palestinos e os sionistas, e logo depois entre os exércitos árabes contra os sionistas. Essa guerra terminou com a vitória dos sionistas e o anúncio do estado sionista. A ONU não foi capaz de resolver o caso Palestino, caso este que se complicou ainda mais e teve mais problemas com a entrada dos países árabes nele.

Nos últimos anos, foram lançadas várias resoluções da ONU e foram feitos muitos estudos dos países árabes e internacionais sobre o caso Palestino e o Estado sionista. Mas a maioria dessas resoluções e estudos era influenciada por seus donos e as pessoas que estão aos seus redores, que estão todos publicamente ao lado do estado sionista.

Abstract

The Conflict in the Middle East between Palestinians and Zionists and designação given the armed struggle between Palestinians and Zionist invaders, being part of a larger context, the Palestinian conflict and the Zionists. The remote roots of the conflict go back to the late nineteenth century when settlers began to migrate to Palestine.

Since the Zionists claim that Jews a people who had not been himself, having suffered so many persecutions, they were moved by the project of Zionism, whose goal was to reestablish a Jewish state in Palestine, however, Palestine was already inhabited for centuries by people of Palestine.

With the announcement of the Balfour Declaration in 1917, placing Palestine under the mandate of the United Kingdom began a new phase that lasted more than thirty years with the occupation and Zionism in Palestine in a way that can be compared to a rape. It was at this stage that increased ownership of the land to the Zionist movement and sectors of trade, industry and agriculture in Palestine. Tables were also created in the country and its Zionist institutions under the eyes and with the help of the British Mandate authorities.

At the end of World War II, when leaders of the Zionist movement felt that the Zionist forces are able to create a Zionist country in Palestine, the Zionists began to ask themselves the end of the British mandate in Palestine and fought the British leaders, until the government British surrender of Palestine under pressure from the British and Zionists in Palestine itself. The case was brought to the United Nations approved the Partition Plan, allowing the establishment of Israel, through Resolution 181 of November 29, 1947.

This decision, which was unfair to Palestine and its people, and its application in force by the Zionists, led initially to war between the Palestinians and the Zionists, and later among the Arab armies against the Zionists. This war ended with the victory of the Zionists and the announcement of the Zionist state. The UN was not able to resolve the Palestinian case, that this case is further complicated and had more problems with the entry of Arab countries in it.

In recent years, were released several UN resolutions and have been many studies of Arab and international event on the Palestinian and Zionist state. But most of those resolutions and studies was influenced by their owners and the people to their surroundings, which are all publicly next to the Zionist state.

Sumário

Introdução.....	1
------------------------	----------

Capítulo I

I - 1: A formação da idéia do movimento sionista (1840 – 1896).....	4
I - 2: A fase de início sionismo político (1897 – 1914).....	20

Capítulo II

II - 1:A fase da conspiração internacional contra a Palestina (1914 – 1920).....	42
II - 2: A política Britânica e a Judaizarão da Palestina (1920 – 1939).....	53
II - 3: Desenvolvimento do movimento patriota Palestino (1920 – 1939).....	75

Capítulo III

III - 1: Evolução de projeto sionista na palestina (1939 – 1949).....	90
III - 2: A aplicação do Livro Branco e o desenvolvimento da posição Árabe .(1939-1947).....	113
III-3: A Intervenção Americana e a transferência da causa palestina para as Nações Unidas.....	128
III -4: Evolução da situação sionista após segunda guerra mundial.....	143

Capitulo IV

IV -1: As Nações Unidas e a posição sionista e Britânica apos a resolução da partilha.....	157
IV -2: A Evolução Árabe depois da decisão de partilha.....	162
IV -3: Declaração do Estado de Israel.....	180

Capitulo V

V –: Contexto político geral.....	189
-----------------------------------	-----

Capitulo VI

VI -1: Organização de libertação da Palestina.....	231
VI -2: Organização de Libertação da Palestina e o processo de paz.....	244

Capitulo VII

VII-1-Aspectos Jurídicos e científicos.....	283
Considerações finais.....	328
Referencias e bibliografias.....	331
Anexos.....

INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho não é o de tão somente explicitar o tema Palestina e Israel: conflitos com o direito internacional procuraram aqui exemplificar as formas de solução de controvérsias dando um exemplo comum e bastante atual, qual é o conflito há muito instalado no oriente Médio, em que de um lado encontram-se os Palestinos e de outro os Israelenses.

Segundo o historiador Árabe Ibin Kaldoun:

As guerras nunca cessaram desde que o mundo é mundo. A origem é o desejo de vingança, cada adversário é apoiado pelo seu clã. A sede de vingança em geral se deve à inveja, ao ciúme, a inimizade, ao zelo religioso, ou à devoção, à causa do soberano e às tentativas de fundar uma dinastia.

No final do século dezenove, a Palestina foi vítima de uma feroz campanha sionista¹, que continuou por trinta anos. Pôde-se então chamá-la de fase de infiltração, na qual começou o movimento de ocupação sionista na Palestina com lentidão e em pequenas proporções. No decorrer desse período, houve não só a evolução do pensamento sionista,² como também, se firmou as instituições, as quais chegaram à conclusão de que não havia alternativa para a Palestina como pátria sionista.

¹ A origem da palavra 'Sionismo' é o vocábulo bíblico 'Sião', freqüentemente empregado como sinônimo de Jerusalém e da Terra de Israel. Sionismo é uma ideologia que expressa os anseios dos judeus de todo o mundo pela sua pátria histórica, Sião, a Terra de Israel.

² Pensamento Sionista: No pensamento sionista é central o conceito da Terra de Israel como o lugar do nascimento histórico do povo judeu e a convicção de que a vida judaica em qualquer outro lugar é uma vida no exílio.

Com o anúncio da Declaração de Balfour³ em 1917, colocando a Palestina sob o mandato do Reino Unido, iniciou uma nova fase que durou mais de trinta anos. A ocupação e o sionismo na Palestina realizaram-se de um jeito que se pôde comparar a um estupro. Foi nessa fase que aumentou a propriedade do movimento sionista às terras e setores do comércio, indústria e agricultura na Palestina. Também foram criados os *quadros* do país sionista, suas instituições, sob os olhares e a ajuda das autoridades mandatárias Britânicas.

No final da segunda guerra mundial, quando os líderes do movimento sionista, sentiram que suas forças seriam capazes de criar um país sionista na Palestina, começaram então a pedir o fim do mandato Britânico na Palestina e combateram seus líderes, até o governo Britânico abrir mão da Palestina sob pressão dos sionistas ingleses e na própria Palestina. O caso foi levado à ONU que aprovou o Plano de Partição, permitindo o estabelecimento do Estado de Israel, através da Resolução 181 de 29 de Novembro de 1947.

Essa decisão foi injusta para a Palestina e seu povo. Sua aplicação na força pelos sionistas provocou inicialmente, a guerra entre os Palestinos e os sionistas, e logo depois entre os exércitos árabes contra os sionistas. Essa guerra terminou com a vitória dos sionistas e o anúncio do estado sionista. A ONU não foi capaz de resolver o caso Palestino, o qual se complicou ainda mais, e teve mais problemas com a entrada dos países árabes.

Nos últimos anos, foram lançadas várias resoluções da ONU e realizados muitos estudos dos países árabes e internacionais, sobre o caso Palestino e o Estado sionista. Mas a maioria dessas resoluções e estudos era influenciada por

³ A **Declaração de Balfour** é uma carta escrita em 2 de novembro de 1917 pelo então secretário britânico dos Assuntos Estrangeiros, Arthur James Balfour, enviado ao Lord Rothschild sobre sua vontade de conceder ao povo judeu uma facilitação de povoação da Terra de Israel caso a Inglaterra conseguisse derrotar o Império Otomano, que, até então, dominava aquela região

seus donos e pelas pessoas mais próximas, as quais se encontravam publicamente ao lado do estado sionista.

E no período entre os anos de 1947 e até 1966, houve a inclusão da questão dos refugiados palestinos 35 vezes na agenda dos organismos e os principais órgãos do organismo das Nações Unidas, e a Assembléia Geral solicitam sempre uma solução justa para o problema dos refugiados que reconhece o direito direto para o retorno e compensação.

É sabido que a Assembléia Geral emitiu em dezembro de 1948, a Resolução n^o 194/3, que tem no segundo parágrafo:

“Deve ser permitido aos refugiados que desejarem retornar as casas e viver em paz com seus vizinhos, para fazê-lo o mais rapidamente possível, já os refugiados que não desejam retornar devem receber uma indenização de sua propriedade que foi perdida ou danificada”.

Desde então, a Associação e outros órgãos das Nações Unidas confirmaram isso várias vezes e é sabido que uma das condições para a admissão de Israel à participação no órgão da ONU é condicionada ao pedido de resolução do problema dos refugiados na Palestina, em conformidade com a Resolução 194 3.

Veio à decisão da Assembléia Geral da ONU com a Resolução 273/3 de 11 de maio de 1949, com os seguintes pontos:

“Tendo em conta a declaração do Estado de Israel com a condição de aceitação das obrigações decorrentes da Carta das Nações Unidas, e seu compromisso com a execução das obrigações assim que se tornar um membro das Nações Unidas.”

E com base nas duas resoluções de 29 de outubro de 1947 e 11 de dezembro de 1948 e com vista nas evidências e explicações enviadas pelo representante do Governo de Israel sobre as decisões mencionadas.

Com isso, a Assembléia Geral decidiu aceitar o Estado de Israel à participação no órgão da ONU.

O governo israelense não fez nada para a execução das resoluções 181 e 194, e durante a guerra de seis dias em junho 1967, foram somados mais 350 000 refugiados palestinos aos refugiados da Faixa de Gaza e cerca de 300 Mil refugiados da Cisjordânia no rio Jordão e cerca de 200 Mil refugiados na Síria, como resultado das ações brutais das forças israelenses.

Capítulo I

I - 1: A formação da idéia do movimento sionista (1840 – 1896)

Primeiro: O problema dos Judeus e o início do sionismo.

A: A perseguição aos Judeus na Europa

Os principais agrupamentos Judeus se mudaram na época dos Omíidas e Abássidas do país entre os dois rios, para o Andaluz (Espanha e Portugal) e o norte da África. Lá os Judeus viram a tolerância Islâmica e ocuparam os maiores cargos no país, continuando assim por todo o tempo em que o Islam. governou o Andaluz.

Com a saída do governo Árabe da Espanha, e o aumento dos tribunais de auditoria no final do século quinze, começou uma nova era de sofrimento para os Judeus, pois foram perseguidos e expulsos em grupos da Espanha em 1492, e Portugal em 1496.

Enquanto na Espanha, diminuía os grupos Judeus no século quinze, o leste da Europa via o número de Judeus aumentarem muito, principalmente a Rússia e a Polônia. Desde a entrada dos Judeus na Europa até o começo do movimento sionista, houve quatro ondas de expulsões e migrações em grupos de Judeus.

- A primeira onda foi no final do século onze, com as Cruzadas e a forte energia religiosa dos Cristãos, os quais foram ao leste para retomar Jerusalém, o berço de Jesus. Nessa guerra, os Judeus foram lembrados por terem sido considerados culpados pela morte de Jesus. Isso causou uma onda de perseguição e expulsão nesses países.
- A segunda onda foi chamada de peste negra, com a pandemia de peste bubônica na Europa nos meados do século quatorze e a morte de muitas pessoas. Por causa da ignorância, aumentaram os boatos de que a pandemia nada mais era do que uma praga dos Judeus. Eles foram perseguidos fortemente, tiveram suas casas queimadas na bacia do Reno, e por isso migraram para o leste da Europa.
- A terceira onda veio após o término do governo da Espanha e o aumento dos tribunais de auditoria Católicos. A vingança contra os Judeus foi à expulsão deles no final do século quinze.
- A quarta onda teve como origem a Rússia. Os massacres cometidos contra os Judeus com a acusação de terem sido culpados pela morte do Cezar Alexandre Segundo em 1881, fizeram com que os Judeus migrassem para a Polônia, Romênia, Estados Unidos e Palestina.

A maioria dos Judeus na Europa morava em cidades e bairros específicos chamados de “Gueto”. Os Judeus evitavam se misturar com o resto da população e eram julgados por leis específicas. Dentro do “Gueto”, eles tiveram uma vida

tranqüila, com liberdade em seus costumes, com a exceção do fato de serem obrigados a usarem tarjas amarelas em suas roupas, para que fossem diferenciados do resto da população.

Esta perseguição foi não só o principal motivo que estimulou a criação do movimento sionista, como também, motivou a entrada na Palestina. Essa perseguição foi o ponto principal nas campanhas sionistas.

Com a nova era de desenvolvimento, e a propagação dos valores humanos, principalmente no século 18, essa perseguição diminuiu bastante. Com a revolução Francesa, os Judeus passaram a ter direitos iguais ao resto da população francesa. Da França, essa onda de igualdade se espalhou em vários países Europeus. No começo de 1847, a maioria dos Judeus tinha direitos iguais à população.

Com isso, terminou o isolamento dos Judeus, e eles viveram nas diferentes sociedades Européias, no meio do capitalismo e o desenvolvimento da indústria. Pode-se afirmar que a revolução Francesa abriu as portas do “Gueto” do lado político e da lei.

Alguns grupos de Judeus não aceitaram sair do “Gueto”. Os mesmos encontraram nesse bairro, uma segurança na praticidade de seus costumes, principalmente, porque a igualdade política e na lei é diferente da igualdade na sociedade. Além disso, a exploração com a qual os Judeus eram famosos fez com que os Europeus tivessem uma má visão sobre os Judeus.

Esse fato fez com que aparecessem ondas contra o Semítico e fundassem vários partidos que eram contra os Judeus em alguns países da Europa como Alemanha, Áustria e Polônia. Isso fez com que os Judeus encontrassem uma

terra para aplicar as sementes do sionismo, e o povo Palestino pagou o preço durante todo o século vinte.

A. A integração com a sociedade na Europa e o fracasso dessa integração

Com a vitória da revolução Francesa e o aumento das opiniões sobre a liberdade, além dos encontros culturais entre os cultos Judeus e Cristãos, as pessoas começaram a se inclinar a esses princípios de liberdade. Princípios esses que não focavam no patriotismo ou religião. Isso fez com que os Judeus se sentissem longe de seus passados. Essa nova integração dos Judeus com a sociedade fez com que eles se libertassem do passado sofrido, passassem a olhar para o futuro e a pensar na evolução sem o isolamento de antes.

A partir desses fatos apareceu um novo movimento entre os Judeus no oeste da Europa chamado de “Alhascalat”, ligado ao nome do fundador do movimento “Mendles”, o qual acreditava que o “Gueto” mental dos Judeus não era menos importante que o “Gueto” geográfico. E que para acabar com o “Gueto” geográfico, teria antes que acabar com o “Gueto” mental. Com isso, “Mendles” convidou todos para viverem essa cultura secular e participarem da civilização Européia, ao mesmo tempo em que viviam a cultura Judaica e Hebraica, que estava quase morta nesse tempo.

O pensamento dos membros do movimento diferiu entre a libertação baseada na junção entre o velho e o novo pensamento de Mendles, a libertação em longo prazo baseada na separação total entre a história antiga dos Judeus, e a nova realidade, pois o passado era considerado morto e não era possível revivê-lo. Por último, o término do sonho de voltar à Jerusalém para esperar Messias. Esse era o pensamento de Gabriel Reiser no meio do século dezenove.

Alguns dos líderes Judeus para a libertação e a integração sugeriram que todos se convertessem ao Cristianismo para entrar de vez na civilização Européia, como David Fred Lander e Hine. Apesar desse movimento de libertação ficar muito famoso, os líderes foram odiados pelos Judeus e Cristãos.

Esses fatos todos aconteciam no oeste da Europa, mas no leste desse mesmo continente, a integração dos Judeus pegou outro caminho. Lá eles pregavam pelos seus costumes, geração após geração, por conta da injustiça que sofriam dos Czares na Rússia.

Essa integração fez com que eles se lembrassem do passado e sonhassem com a volta para a terra sagrada, até que alguns dos Judeus Russos que pregavam pela integração dos Judeus nos anos sessenta e setenta do século dezenove, voltaram atrás por conta da política de Alexandre Terceiro, que era hostil contra os Judeus.

Ao contrário de Mendles, apareceu Smolenskin, que era contra a idéia de integrar as culturas e pregava uma nova civilização Judaica. De acordo com ele:

Os Judeus formavam um povo, o “Alhascalap” que deturpou a herança religiosa Judaica e fez com que o amor do Judeu para com a sua religião virasse moda antiga. Ele pensava também que a chamada de Mendles para lembrar a língua Hebraica não teria importância se não lembrasse a herança religiosa dos Judeus. Não existe língua Hebraica sem o Torá, e não existe Torá sem um povo Judeu.⁴ SMOLENSKIN (1887)

Com isso, Smolenskin recusou todos os movimentos que dividissem os Judeus, e chamou para uma emissão nacionalista na terra dos antepassados que foi o objetivo final dos Judeus.

Muitas pessoas famosas se juntaram a Smolenskin como o poeta Yehuda Lieb Gordon, o qual declarou: “Seja um ser humano fora e um Judeu dentro de

⁴- Arquivos e documentos da palestina em 637 e 1949, O ministério da orientação.

casa”. Lelemblon começou sua vida criticando o Talmud e defendendo o socialismo, mas depois se transformou em um nacionalista extremo.

Para ele, o desenvolvimento da civilização baseado nos conflitos nacionalistas não pararia a perseguição aos Judeus. Assim como o socialismo não resolveria o problema dos Judeus, pois todos olhariam para os mesmos, como capitalistas. Por isso ele queria uma Pátria Nacional na Palestina, que ainda não era unanimidade na época, a dúvida era entre Palestina e Estados Unidos da América.

B: As raízes religiosas do pensamento sionista

As raízes religiosas no surgimento do pensamento sionista voltam ao próprio nome, pois “sionismo” é um nome “Canaanista” que era a montanha do leste em Jerusalém nos tempos do Profeta David.

A escolha deste nome veio para juntar à herança religiosa e histórica na Palestina e o novo pensamento sionista, pois desde a extinção do país Judeu, destruição do templo e o deslocamento dos Judeus, como falamos, a palavra sionismo fazia parte das orações dos Judeus como símbolo do sonho de voltar à Palestina.

C: Os líderes do sionismo e suas orientações:

Em 1897, Theodor Hertzl quis a criação do estado sionista na Palestina. Essa não era a primeira tentativa, pois antes disso, havia outros movimentos sionistas (intelectuais e práticos), os quais contaram com a colaboração de líderes do sionismo desde a quarta década do século dezenove. Para o desenvolvimento do pensamento sionista, os mais famosos desses líderes foram:

1. Yehuda AlKalai (1798 – 1878):

O Rabino Yehuda AlKalai cresceu em “Balcão” e apoiava o pensamento nacionalista depois da péssima situação dos Turcos no começo do século dezenove. Em 1834, ele escreveu um livro com o título “Ouça Israel”, sugeriu nele a criação de assentamentos Judeus na Palestina para acabar com a perseguição contra os Judeus.

Depois disso, escreveram em 1843, vários livros e artigos que abordaram a importância da volta dos Judeus para a pátria antiga, e pediu para os mesmos, o pagamento do “Dizimo” para voltar à Palestina. Ele também pregava pelo idioma Hebraico. Resumindo, AlKalai queria espalhar o pensamento da união nacionalista e o ressurgimento do idioma hebraico que estava quase esquecido e a idéia de criar assentamentos para Judeus na Palestina para resolver os problemas dos Judeus.

2. Tzivi Hirsch Kalicher (1795 – 1874):

As opiniões de Kalicher combinavam com as do Rabino “Kaaki”. O primeiro começou suas chamadas no leste da Rússia. As idéias de Kalicher que estavam em seu livro⁵ "A doutrina sincera" em 1843 e no volume: “À procura do sionismo” foram resumidas no seguinte:

- A libertação dos Judeus que foi antecipada pelos seus profetas só aconteceria com o esforço dos próprios Judeus, sem precisar da volta de Messias. Com isso, a volta para a Palestina teria que acontecer sem demoras. Além disso, o sacrifício na terra sagrada foi válido e necessário. Ele focou também que a libertação dos Judeus só aconteceria com a ajuda dos Judeus ricos e a aprovação da Diáspora para juntar os filhos de Israel na terra

⁵-Shabtai Zvi apelo aos judeus- Arquivos e documentos das Palestinas em 637 e 1949 o Ministério da Orientação, c.1 p.35-36- Ver anexo I.

sagrada. Por isso, Kalicher pediu para Mayer Rothschild em 1836, para comprar de Mohamed Ali Basha, todo o território Palestino ou pelo menos Jerusalém, ou a terra do tempo de Salomão, mas ele não obteve sucesso com seu pedido. As idéias de Kalicher foram ironizadas pelos Judeus e não aceitas, assim como as idéias de Kalai, que queria a volta rápida para a Palestina antes da chegada de Messias.

3. Moshe Hess (1812 – 1875):

Hess começou sua vida na Alemanha, onde se transformou em socialista. Ele rejeitou todas as religiões, mas depois mudou e passou a ser um sionista. Com essa nova onda de Judaísmo em sua vida, ele publicou um livro chamado “Roma e Jerusalém” em 1882. Suas opiniões sionistas depois de serem afetadas com o movimento de libertação nacionalista na Itália fizeram com que ele soubesse da importância das nacionalidades, entre elas, a Judaica. O programa político de Hess foi resumido no seguinte:

- Continuar a ter esperança na ressurreição política e na construção de assentamentos na terra dos antepassados, até que as circunstâncias permitissem a criação de um país Judeu.
- Usar todas as relações diplomáticas e internacionais, e o dinheiro dos Judeus ricos para comprar as terras, mesmo que fossem desertas. Hess não deu muita importância para a oposição Cristã, que segundo ele, queria acabar com os Judeus que viviam lado a lado com eles, com isso, um país Judeu resolveria o problema.

4. Lyon Bensker (1821 – 1891):

Ele seguiu o caminho da filosofia sionista cultural e espiritualista, da herança Judaica antiga e do idioma Hebraico. De acordo com essa

filosofia, a ameaça na qual viviam as sociedades Judaicas no final do século dezenove, foi causada pela fragilidade dessas sociedades e por não seguirem os costumes religiosos históricos. Para ele, o sionismo enfatizava uma importância grande à junção dos Judeus na terra dos antepassados, mas rejeitava as desculpas para conseguir as terras com o Anti-Semitismo, e a persistência das condições degradadas dos Judeus. Lion Bensker (1821-1891) achava também que não havia chance dos Judeus se estabelecerem na Palestina no final do século dezenove, sem que voltasse o patriotismo dos mesmos. Ele idealizava que o amor ao sionismo fosse a motivação para se estabelecer na Palestina, e não o motivo material.

Segundo Asher Jinsberj, um dos líderes sionistas culturais Russos, conhecido como “Ahadohom Aam”:

O problema dos Judeus só iria ser resolvido com o estabelecimento de um abrigo nacional seguro na Palestina, que consiga absorver um décimo dos Judeus. Esses conseguirão sanar suas necessidades sem precisar de ajudas externas. Já o restante dos Judeus poderá continuar vivendo no exílio para melhorar sua condição social e econômica.

Asher Jinsberj atacou a política de Hertlez declarando:⁶ “A salvação de Israel será realizada com a ajuda dos profetas e não com a dos diplomáticos”.

B: Operação do sionismo (Amantes de Sião)

O movimento chamado de “Amantes de Sião” veio como uma resposta para a perseguição, assassinato e abuso contra os Judeus depois da morte do Cezar Alexandre Segundo da Rússia. Os judeus sofreram com a perseguição quando eles acharam que poderiam se integrar com a sociedade Russa. Com isso, o

⁶- Arquivos e documentos da Palestina em 637 e 1949, o Ministério da orientação, c.1.

Judaísmo deles se fortaleceu e começaram a procurar pela salvação fora do país, sendo a Palestina seu destino preferido.

Entre 1881 e 1882 foram fundadas várias associações com o objetivo de motivar a migração dos Judeus para a Palestina. Elas contaram com a participação de religiosos, estudantes, simpatizantes e patrocinadores, os quais estavam dispostos a doar dinheiro para que os Judeus se estabelecessem na Palestina. Essas associações se chamavam de “Amantes de Sião”, e obtiveram ainda filiais no leste Europeu, principalmente na România, onde havia 32 filiais.

Como os Czares não permitiam nenhuma prática política dos Judeus na Rússia, os Judeus “Amantes de Sião” só pensavam na migração sem nenhum pensamento político, tentando deixar sempre a impressão de pobreza como causa principal da migração.

Os Judeus no oeste da Europa tinham mais liberdade que os Judeus no leste da Europa, no final do século dezenove. Por isso, a participação dos Judeus no oeste da Europa era pequena no movimento “Amantes de Sião”, pois só juntavam dinheiro de doadores sem objetivos políticos com o medo de estragar a imagem deles nos países. Na conferência de Berlim em 1882, que teve a participação de muitas associações Judaicas, todos eles votaram contra a migração para a Palestina.

O movimento dos “Amantes de Sião” foi desfeito no final, por conta das brigas internas entre seus membros, com a tentativa dos religiosos de derrubar os membros liberais que eram líderes nesse movimento. Além disso, vieram notícias de que os Judeus estabelecidos na Palestina estavam passando por muitas dificuldades, uma vez que os assentamentos estavam mal comandados e não

produziam nada. Mas mesmo que o movimento houvesse fracassado, muitos Judeus tiveram fé nele e acreditaram que o objetivo final seria atingido um dia.

Para finalizar, as primeiras chamadas pela idéia do sionismo, feita pelos líderes do movimento sionista, foi à pedra fundamental para a construção do sionismo político lançado pelo Theodor Hertzl em 1897, que tirou o sionismo do mundo da imaginação para um movimento político pronto para ser aplicado.

Segundo: O ambiente Europeu e o surgimento do movimento sionista (político).

A: Os principais fatores no ambiente Europeu que ajudaram no surgimento do sionismo

Não foi por acaso que surgiu o movimento sionista na Europa no século dezenove. A evolução de sua idéia , assim como o principal motivo do surgimento do movimento, não foi o problema dos Judeus, pois o ambiente Europeu ajudou muito no surgimento do movimento sionista e na sua propagação. Os principais fatores foram:

1. A atividade do movimento colonial Europeu

O final dos anos setenta do século dezenove viu a competitividade entre os países Europeus que fizeram colônias na África, como Alemanha, Bélgica e Itália. Todas essas forças coloniais não tinham justificativas para cobrir todo o continente Africano, nas três ultimas décadas do século dezenove. O colonialismo na África passou a ser um modelo de colonialismo em várias partes do continente.

Com a abertura do Canal de Suez no Egito, muitos colonialistas passaram a disputar o Egito e o norte da África. Os países candidatos a colonizar essa parte, negociavam o mapa do norte da África como se tivessem jogando uma partida de xadrez.

Nesse ambiente colonial no qual a Europa dominou 35% do globo, algumas eram colônias de estabelecimento de povos e havia uma pressão para os governos Europeus estabelecerem os Judeus no território Palestino.

2. A ascensão do movimento nacionalista na Europa

As guerras de Napoleão ajudaram na propagação dos princípios da revolução Francesa, e o pensamento nacionalista na Europa. Por isso aconteceram várias guerras civis na Europa. A primeira delas foi à guerra civil na Grécia que fazia parte dos Bálcãs Turcos. Essa revolução nacional mobilizou várias outras partes do Bálcãs e acabou com a libertação dos Sérvios e Gregos.

A Revolução Italiana, com o objetivo da união nacional, foi um dos principais acontecimentos Europeus durante cinco décadas. Essa revolução acabou sendo a causa do estabelecimento do reinado da Itália depois de sua união em 1861.

Já na Alemanha, Bismarck trabalhou pela união nacional dos distritos e emirados Alemães, no tempo em que a lealdade era para as duas famílias que governavam (Habsberg e Hohenz). A lealdade de Bismarck era para a união Alemã.

Houve também Revolução em Moldávia e Walashiya levando a união dos povos dos dois países e o surgimento da Romênia, assim como a Guerra Turco-Russa (1877 e 1878) que acabou ocasionando o surgimento da Bulgária.

E nos Bálcãs Austríacos, a Áustria acabou reconhecendo a Hungria como país em 1867, como acordo federal entre os dois países.

Esses movimentos nacionalistas na Europa serviram como motivação para a chamada da união Judaica. Por isso Hertzfel pediu por um povo que ainda não existia neste mundo, no meio do colonialismo Europeu.

3. A complicação do problema no Oriente

O exército Egípcio de Mohamed Ali partiu para a Síria e Anatólia. Chegou a Azmir na Turquia em 1833 e ameaçou chegar a Astana. Isso tudo era uma ameaça para os países Europeus que se preparavam para herdar o país Turco. Muitos países Europeus ficaram com medo, principalmente a Inglaterra, quando reascenderam as guerras entre os exércitos Egípcios e Turcos em 1839, na guerra de "Nasibain" na qual o exército Turco perdeu e o líder do exército com sua frota marítima se entregaram ao líder Egípcio.

Diante desta situação, a Inglaterra viu a necessidade de interferir rapidamente e cercar o líder Egípcio dentro do Egito para que o mesmo não ameaçasse seus objetivos de ocupar e herdar o país Turco. A partir daí, a Inglaterra em conjunto com países Europeus (Turquia, Áustria, Rússia e Prússia) fizeram uma aliança que resultou no tratado de Londres, em quinze de Julho de 1840, e obrigou o Egito a abrir mão da Síria.

A Inglaterra não queria que a Turquia perdesse a guerra, e achou a solução encontrando uma terra que serviu como isolamento entre o Egito e a Turquia. Fez com que os dois países tivessem fronteiras com a Inglaterra e com isso proibiu que qualquer um dos dois países ficasse mais forte que o outro.

O primeiro ministro Inglês, o Sr. Palmerston primeiro ministro da Inglaterra, viu neste isolamento uma solução para o problema dos Judeus na Europa e uma solução parcial para o problema no Oriente, pois já podia plantar Judeus Europeus como estranhos no Oriente. Com isso, teria a necessidade da proteção deles pela Inglaterra, e ao mesmo tempo, eles seriam um empecilho para os Egípcios não conseguirem mais voltar à Síria, e também protegeria a Turquia de qualquer ataque.

A partir desse pensamento, o Sr. Palmerston enviou suas ordens em onze de Agosto de 1840, ao seu embaixador na Turquia, com a finalidade de preparar a conversa com o Sultão Abd El Hamid sobre migrar os Judeus para a Palestina. Deixou claro para o Sultão que a Inglaterra achava que o momento seria oportuno para abrir a migração. Ele pediu também ao embaixador que seduzisse o Sultão com o dinheiro que ganharia dos Judeus. Se ele liberasse esta migração dos Judeus para a Palestina, teria que afirmar que com essa migração, Mohamed Ali não poderia mais pensar em voltar a ocupar a Síria ou atacar a Turquia novamente⁷.

O sultão Turco rejeitou o pedido apesar de todos os benefícios. Com isso, o Sr. Palmerson enviou novas ordens para seu embaixador na Turquia em fevereiro de 1841⁸, para tentar convencer o sultão Turco novamente, afirmando que Mohamed Ali estaria se preparando para unir o Egito e a Síria novamente, o que poderia voltar com algo que parecesse com o Estado dos Omitidas, unindo os Árabes num país forte e poderoso que pode ameaçar o país Turco. A solução a esta ameaça seria criar um isolamento entre a Turquia e os sonhos de Mohamed Ali (Este isolamento é a migração dos Judeus para a Palestina).

Palmerson deixou claro para seu embaixador que o governo Britânico estaria pronto para proteger os Judeus na Palestina caso o Sultão Turco aceitasse a migração. Isso serviria como um aviso para Mohamed Ali.

Depois disso, Palmerson estava aguardando o Sultão Turco aceitar sua proposta de isolamento. Ele recebeu um relatório sobre os Judeus na Europa e no

⁷ - para facilitar a poderosa, a historia da Palestina, a Casa Sunris para publicação e distribuição, Aman, i1, 1998.

⁸ - Arquivos e documentos Palestinas 637- 1949, o Ministério de orientação, c1 p.49- ver anexo II- Citandos alegados do livro "A subcomissão problemas jurídicos sobre a questão da Palestina", Dr. Hamid Soltar

leste do mar mediterrâneo, e estavam prontos para a migração à Palestina. Este relatório se resume no seguinte⁹:

- A terra sagrada (Palestina) não tinha uma base preparada para receber a migração Judaica que estava pronta.
- Os Judeus do Oriente (Egito e Turquia) não estavam motivados para voltar à Palestina. Eles estavam com medo que isso pudesse causar problemas para eles nos países onde viviam.
- Os judeus do leste Europeu não podiam se convencer da necessidade da migração para a Palestina. Os líderes religiosos eram os mais preparados para aceitar a migração, pois leram e estudaram o Torá, já os mais jovens, preferiam a integração com a sociedade no leste Europeu.
- Os Judeus, de modo geral, não conheciam o suficiente sobre a Palestina. Eles não confiavam que podiam se estabelecer na Palestina e preferiram se estabelecer nos Estados Unidos.
- Muitos Rabinos Judeus não estavam entusiasmados com sua volta à Palestina. Na visão deles através do Torá, essa volta à Palestina só poderia acontecer quando Messias voltasse e liderasse os Judeus.
- Não existia uma organização Judaica pronta para liderar esta volta à Palestina.

Este relatório deixou clara a diferença entre as opiniões dos Judeus e as do governo Britânico no final do século dezenove, pois no momento em que a Inglaterra viu a necessidade da migração dos Judeus para a Palestina e o isolamento do Egito e da Síria, os Judeus preferiam a migração para os Estados

⁹- Arquivos e documentos Palestina 637-1949, o Ministério de Orientação, c1.

Unidos. Isso evidenciou que o pensamento sionista na política Britânica era uma introdução para o sionismo político de Hertzl, logo depois.

A. A situação dos Judeus sob a proteção Britânica

Depois do relatório citado acima, e a rejeição do Sultão Abd El Hamid da migração dos Judeus para a Palestina, o governo Britânico começou a proteger os Judeus no país Turco. Palmerson enviou ordens para todos os Embaixadores Britânicos no país Turco para proteger os Judeus, de todas as nacionalidades.

Em 1848, o governo Britânico enviou novas ordens para proteger os Judeus Russos que tiveram suas nacionalidades canceladas pelo seu próprio governo.

A proteção Britânica para os Judeus começou a valer depois da conferência Judaica em Londres em 1849¹⁰, sob os cuidados da família Rotcheld, a família Judaica mais rica da Europa. A conferência terminou com o anúncio da aceitação dos Judeus do mundo inteiro sobre a proteção Britânica, e com o pedido ao governo Britânico para facilitar a migração dos Judeus para a Palestina.

Nas últimas décadas do século dezenove, o governo Britânico foi presidido por dois sionistas Britânicos. O primeiro era Gladston o Protestante, que era Sionista (com o significado Cristão da palavra). Era daqueles que acreditavam e tinham fé no que foi dito antigamente, que os Judeus voltariam para a Palestina. E Darzaeli que era Sionista (com o significado Judeu da palavra).

Aparentemente houve um acordo político em 1875 entre Darzaeli e Rotcheld em que Rotcheld financiaria o governo Britânico para comprar a parte Egípcia no canal de Suez, que estava à venda em sigilo, e em compensação, o governo Britânico ajudaria na migração dos Judeus para a Palestina.

¹⁰- Arquivos e documentos palestina 637 – 1949, o Ministério de Orientação. Citando do livro. interesses britânicos na Palestina “ Al Tibawi”

Com isso, dois anos depois, as colônias Judaicas começaram a ser implantadas na Palestina com o financiamento de Judeus ricos, principalmente Rotcheld, depois da ocupação Britânica no Egito em 1882. Até 1890, 21 colônias grandes de Judeus foram implantadas na Palestina, além das colônias de menor expressão. Isso por causa do aumento do número de migração não oficial para a Palestina, apesar da rejeição do Sultão Turco de migrar em grupos para a Palestina, a partir de 1840.

Entre 1840 e 1880, o número de imigrantes Judeus não passava de dez mil Judeus. Esse número aumentou para cinqüenta mil Judeus em 1900.

Do outro lado, a França e a Inglaterra começaram a abrir mão de preservar o país Turco. Os dois começaram a pegar alguns estados quando apareciam as chances. Em 1878, a Inglaterra ocupou a ilha de Chipre, e ocupou o Egito em 1882. Já a França ocupou a Tunísia em 1881.

Com a ocupação no Egito, a Inglaterra começou a planejar a ocupação no Oriente Médio para facilitar a ida para a Índia e o leste Asiático.

Já a França era o protetor da minoria Católica na Síria e nas partes Católicas da Palestina.

A Alemanha entrou em acordo com o país Turco para competir com a França e a Inglaterra na ocupação da África. Isso fez com que França e Inglaterra entrassem em acordo em 1904.

I - 2: A fase de início do sionismo político (1897 – 1914)

Primeiro: Organização do movimento sionista e a construção de sua base.

1.O surgimento de Theodor Hertzl (1860 – 1904)

Hertzl é considerado o fundador do movimento político sionista, e através dele, foi fundada a organização sionista internacional. Quando era jovem, ele acreditava que a solução para os problemas dos Judeus era converter para o Cristianismo em grupos. Depois, começou a transformar suas idéias para o sionismo, com o aumento da onda Anti-Semitismo na Europa.

Hertzl observou que todo lugar onde havia Judeus, existia Anti-Semitismo, e que os povos odiavam os Judeus. Segundo ele, alguns mostravam esse Anti-Semitismo e outros ocultavam. Para Hertzl, esse ódio era motivado pelos talentos e erros dos Judeus¹¹. Ele disse:

“Somos-nos odiados por causa de nossos talentos, assim como somos odiados por causa de nossos erros”.

Hertzl, o sionista, procurava uma solução para o problema através do Anti-Semitismo que serviria como motivação para chamar os Judeus para o sionismo. Ele ligou a perseguição aos Judeus com o nacionalismo Judeu. Para ele, o povo Judeu era um povo histórico e unido, que tinha como inimigo o Anti-Semitismo.

Hertzl colocou suas idéias no livro “O país Judeu”, que na verdade era uma mensagem para a família Rotcheld com seu planejamento político. Nesse livro, que foi publicado em 1896, Hertzl chamou por um país Judeu soberano, não importa que seja na Palestina ou na Argentina, o que importa é que seja válido e suficiente, mas ele não escondeu sua preferência pela Palestina, sobre a qual falou:

¹¹ -Hertz – o pais judeu- foi publicado em 1896

É a pátria histórica dos Judeus, que não pode ser esquecida, basta a mágica deste nome que vai chamar os Judeus “¹².

Hertzel sugeriu uma constituição para este novo país sugerido, que teria um pequeno exército equipado com os mais modernos armamentos para se proteger.

No projeto de Hertzel havia dois passos fundamentais:

O primeiro passo foi obter uma promessa internacional de ter uma terra para construir um país Judeu. Não importava que a promessa fosse da França, Inglaterra, Turquia ou Rússia, o que importava era que fosse uma promessa internacional que pudesse proteger o projeto.

O segundo passo era o de juntar o dinheiro dos Judeus ricos no mundo. Hertzel não se esqueceu do que seria preciso para aplicar o projeto. Ele dividiu isso em duas partes: Associação geral dos Judeus, e uma empresa judaica que trabalharia com a Associação para financiar a sociedade Judaica no país sugerido.

Hertzel ainda definiu a responsabilidade dos Judeus no lugar onde iriam ocupar (no caso, a Palestina): Seria uma parte do governo Europeu contra a Ásia, seria uma base frontal da civilização Européia contra a barbárie.

Para Hertzel, o estabelecimento Judeu na Palestina era um caso de uma terra sem povo para um povo sem terra, e que o problema não passaria da aprovação do Sultão para a migração e como seriam migrados para lá.

Hertzel começou a execução de seu plano¹³ em maio de 1896, Quando solicitou à Abd El Hamid que aprovasse a migração dos Judeus para a Palestina, depois que ele conseguisse o financiamento (a maior parte veio da família Rotcheld). Para conseguir seu objetivo, Hertzel tentou através de um amigo comum entre ele e o sultão Abd El Hamid, convencê-lo a vender a palestina por 20 milhões

¹²- Hertzl – O pais judeu – publicado em 1896

¹³- Diário de Herzl – Preparando Znis Sayeg – uma serie de livros palestinos.

(dinheiro Turco). O Sultão não aceitou a proposta, mas essa rejeição não desanimou Hertzl ¹⁴(em anexo está opinião de Hertzl sobre a rejeição do Sultão sobre a venda da Palestina em 19-6-1896).

Hertzl não tentou só falar com o Sultão Abd El Hamid, ele tentou também falar com políticos da Inglaterra, França, Rússia e Alemanha. Sua mensagem para o Sr. Salisbury em dezembro de 1896, mostrava seus objetivos. Ele tentou convencer um país grande a financiar o projeto dele mostrando que juntaria os interesses deste país com o interesse de criar um país Judeu na Palestina¹⁵. (Mensagem de Hertzl para o Sr. Salisbury em 1896).

2. A primeira conferência sionista (de 29 á 31 de agosto de 1897)

Hertzl sabia que seu projeto do país Judeu não podia ser feito por uma só pessoa, por isso ele chamou por uma conferência sionista internacional, que estava para ser realizada em Munique, mas os convites oficiais fizeram com que os Judeus do ocidente ficassem bravos. A mídia Alemã considerou isso uma traição, e foi rejeitada pelos homens da religião Judaica na Alemanha.

Essa campanha contra a conferência fez com que a mesma fosse transferida para Basel na Suíça. Hertzl se esforçou para chamar a maioria dos Judeus no mundo pedindo que eles enviassem os representantes para a conferência que ocorreu de 29 a 31 de agosto de 1897, com a presidência de Hertzl e a presença de duzentos e quatro membros de quinze países.

Dentre o que foi dito por Hertzl, o que mais chamou a atenção foi que ele não aceitava mais os métodos antigos de se estabelecer na Palestina ocupando pedaço por pedaço. Ele também focou na promessa internacional e na necessidade da criação de novas instituições.

¹⁴ Ver Anexo III

¹⁵-Diária de Herzl – Arquivos e documentos Palestina, 637 – 1949, o Ministério de orientação, c1, r “anexo IV”

Essa conferência resultou na organização sionista eterna, que representava a associação Judaica geral que estava no livro de Hertzl.

Já o executivo da organização, veio dos representantes de diferentes uniões sionistas. A composição da nova organização sionista foi liberada para todos que estavam de acordo com o que foi decidido na primeira conferência sionista, pagando a quantidade anual requisitada em um cheque.

A conferência terminou com a eleição de Hertzl como presidente da organização sionista internacional, com algumas decisões que definiram o programa do movimento sionista internacional para criar o estado sionista. Essas decisões ficaram conhecidas como o programa de Basel 1897¹⁶:

- a) Motivar a ocupação da Palestina através de assentamentos, com bases adequadas através de trabalhadores na agricultura e indústria, Judeus, para construir colônias agrícolas e residenciais na Palestina.
- b) Fundação de uma organização que liga os Judeus do mundo inteiro, através de organizações locais (filiais) em todos os lugares que tem Judeu.
- c) Fortalecimento do sentimento nacionalista dos Judeus.
- d) Preparar os passos necessários para conseguir a promessa internacional visando atingir os objetivos sionistas.

Os judeus se dividiram na Europa entre os que apoiavam a conferência e os que eram contra. O Vaticano também foi contra a conferência, e soltou uma nota oficial informando em nome do Catolicismo, que é contra o controle Judaico das terras sagradas.

¹⁶ -Arquivos e documentos em 637 – 1949, o Ministério de orientação. “Ver anexo V”

3. A organização sionista internacional, e seus atos

Foi fundada a organização sionista internacional, com seu sistema interno, estrutura organizacional, e condições para ser membro, além da eleição de Hertzl como presidente. Tudo isso na primeira conferência sionista criou a base para o movimento sionista. Com o término dessa conferência, a organização começou o trabalho em três frentes ao mesmo tempo: continuar definindo a base do movimento sionista e obter a ajuda internacional para o projeto sionista com o desenvolvimento da ocupação na Palestina.

Sobre a primeira frente, foram realizadas dez conferências sionistas entre a conferência de Basel e a primeira guerra mundial em 1914. Nessas conferências, foram fundadas várias fundações sionistas necessárias para a execução do programa de Basel. Entre elas:

- O banco Judaico para as colônias (Fundo de crédito Judaico para a colonização). Este banco foi fundado em 1899 depois das duas primeiras conferências sionistas para que nele tenha toda a administração financeira necessária para o estabelecimento na Palestina. Ele só começou a funcionar mesmo em 1901, e teve uma filial na Palestina em 1903;
- Caixa nacional Judaico (Keret Kaimit). Este caixa foi fundado em 1901, depois da quinta conferência sionista para coletar o dinheiro necessário para comprar as terras na Síria e Palestina. As principais regras deste Caixa eram:
 - As terras que serão compradas serão eternamente de propriedade Judaica, não poderão ser vendidas nem negociadas.
 - As terras devem ser entregues para os agricultores Judeus num sistema de aluguel herdado. Dar a chance para os trabalhadores

Judeus se estabelecerem nestas terras. Garantir emprego para a mão de obra Judaica.

- Escritório na Palestina. Foi fundado em 1908, através do escritório executivo da organização sionista internacional, e funcionou como agência de trabalho centralizada para o estabelecimento Judaico. Dentre suas tarefas, estava à compra de terras, ajuda dos imigrantes Judeus, e o estabelecimento agrícola no nome da organização sionista internacional. Este escritório fundou algumas empresas para a compra de terras no interior da Palestina.

Segundo: O esforço sionista para conseguir suporte e apoio internacional ao projeto sionista

1. Hertzal e a tentativa do projeto sionista na Palestina

Apesar de não ter tido sucesso na primeira tentativa de Hertzal com o sultão Abd El Hamid em 1896, Hertzal continuou em contato com as pessoas que trabalham com o Sultão e o próprio Sultão, por seis anos, sem perder a esperança de que conseguiria a ajuda necessária. Ele tentava seduzir o Sultão que não queria abrir mão da Palestina, principalmente depois que o Sultão ficou sabendo sobre a primeira conferência sionista e os objetivos dos Judeus na Palestina, ainda mais depois que recebeu notícias do seu embaixador nos Estados Unidos, sobre as notícias que decorreram dos objetivos sionistas, de colocar os Judeus na Palestina e criar um governo independente, sendo que os Judeus na Turquia, apoiavam esse projeto.

Com essas notícias que deixaram o sultão Abd El Hamid com medo, o governo Turco decretou ordens em Julho de 1898, em que os Judeus estrangeiros só poderiam entrar na Palestina, independentemente da nacionalidade, caso

pagassem uma taxa de seguro e assinassem um compromisso de deixar o país em trinta dias.

Isso não enfraqueceu Hertzl que voltou para a Turquia em outubro de 1898, com a intenção de pedir a intermediação de seu amigo Welhelm Segundo, que estava visitando o amigo Sultão Abd El Hamid, para tentar convencê-lo a aceitar a criação de um escritório de advocacia sionista na Palestina, sob a proteção da Alemanha.

Hertzl se encontrou com o Cezar duas semanas depois em Jerusalém, com a esperança de que ele tivesse conseguido convencer o Sultão, mas ele foi surpreendido com a fala do Cezar¹⁷:

É preciso um estudo geral sobre a questão, é preciso pensar mais sobre isso.

Na primavera de 1901, Hertzl sentiu que o governo Turco estava sendo muito rígido nas leis anti-imigração para a Palestina. Insistiu em tentar um acordo com o Sultão, e conseguiu um encontro no dia 18 de maio de 1901, como jornalista e não como sionista. Eles falaram sobre os problemas industriais do estado Turco, e sobre como seria possível pagar as dívidas, e como Hertzl poderia ajudar financeiramente. No final, Hertzl pediu ao Sultão uma permissão para os Judeus e um relatório detalhado sobre a situação econômica e o planejamento para pagar as dívidas.

Assim terminou o primeiro e último encontro de Hertzl com o Sultão sem que o primeiro tenha conseguido nenhuma promessa pró Judeus na Palestina. Mas Hertzl continuou em contato com Ezzat Basha (secretário do Sultão), e Ibrahim Bek (Tradutor do Sultão) sobre um investimento de quatro milhões de libras num período

¹⁷-Ziad Abu Ziad, o ponto da partida de Israel entre ilusão e a realidade, jornal of. Palestina Studies, Beirut, numero 12, outono 1992.

curto no estado Turco. Em troca, Hertzl queria construir uma empresa visando administrar os terrenos não aproveitados na Palestina para estabelecer nelas, os Judeus.

Com isso, Hertzl foi informado de que o Sultão estaria aguardando sua oferta final em um mês. Em fevereiro de 1902¹⁸, Hertzl recebeu um convite para visitar a Turquia, onde houve uma onda de negociações com o secretário e o tradutor do Sultão.

Em 18 de fevereiro de 1902, veio a decisão do Sultão que decepcionou Hertzl, pois ele ofereceu a Turquia para ser o destino dos Judeus de todas as partes do mundo, para ficarem sob a proteção Turca, seguindo as leis Turcas, servindo ao exército Turco, e que a imigração não fosse em grupos.

Finalmente, nos lugares que o governo decidisse que eles ficassem. Em troca, Hertzl teria que fundar uma agência financeira para pagar as dívidas do estado Turco, aproveitando das minas Turcas e emprestando dinheiro para o país com boas condições de empréstimo.

Hertzl recusou a proposta do Sultão que proibia a imigração para a Palestina. Ele deixou claro para o secretário e o tradutor que ele não aceitava essa imigração restrita, e quando soube do tradutor que o governo Turco precisava de seu dinheiro, Hertzl respondeu:

Dê-me uma imigração sem restrições que eu te entregarei um milhão de libras em um curto tempo, foi por isso que eu vim¹⁹.

As negociações terminaram sem que Hertzl conseguisse o que queria, Ele só deu conta de que não teve sucesso em março do mesmo ano, quando o Sultão anunciou que aceitou o projeto de Rofieh para pagar as dívidas. Ali, Hertzl

¹⁸-Muhsin Salih, Palestina, estudos sistemáticos sobre a questão palestina, árabe, numero56 de 1985.

¹⁹-Diário de Herzl- Anis Sayer – uma serie de livros Palestinos.

se deu conta que o Sultão e seus homens só queriam se aproveitar dele para conseguir as melhores ofertas dos concorrentes.

Hertzel então tentou entrar na Palestina de outro jeito. Ele enviou uma mensagem para o Sultão em três de maio de 1902, oferecendo a construção de uma Universidade de Ciências, escolas profissionalizantes e agrícolas em Jerusalém, podendo atender à demanda dos jovens Turcos que vão estudar na Europa e que são afetados pelos pensamentos revolucionais.

Então, os homens do Sultão (Secretário e Tradutor) ligaram novamente para Hertzel para ver se sua oferta era melhor que a de Rofieh. Por isso, Hertzel foi novamente à Turquia no final de julho do mesmo ano. Apesar de Hertzel insinuar que investiria num projeto de assentamentos na África do Sul, o Sultão recusou novamente a imigração de Judeus para a Palestina.

As portas da imigração em grupo foram fechadas nos tempos do Sultão Abd El Hamid. Com isso, Hertzel pensou em tentar alguma terra perto da Palestina (Chipre ou Sinai), deixando a Palestina como objetivo final quando as coisas mudarem na Turquia.

2. Hertzel e seu projeto em Chipre e Sinai:

Chipre e Sinai eram considerados por Hertzel projeto temporário pela dificuldade que obteve de entrar na Palestina. Ele escreveu em seu diário em primeiro de julho de 1898:

Desde a primeira conferência que eu estou pensando na terra próxima ao nosso objetivo, deixando Sião como objetivo final. O público desesperado está precisando de ajuda, a Turquia não chegou ao desespero para aceitar nossas condições. Podemos pedir Chipre da Inglaterra, mas vamos ficar de olho na África do Sul e Estados Unidos até a Turquia se desfazer²⁰.

²⁰ -Diário de Hertzel- preparando Anis sayeg- serie de livros Palestinos.

Hertzel começou suas atividades na Inglaterra ligando para membros dos Lordes, pedindo para que eles intermediassem a negociação com o governo Britânico para dar Chipre e Sinai para os Judeus se estabelecerem. Em julho de 1902, Hertzel se encontrou com a comissão Real (comissão parlamentar oficial), e propôs então o projeto Chipre-Sinai, explicando que o projeto seria financiado com dinheiro Judaico, o que fez com que a comissão deduzisse que lorde Rotcheld estaria por trás disso.

Em 22 de outubro do mesmo ano, Hertzel conseguiu se encontrar com Joseph Chamberlain, ministro das colônias. Ele propôs o projeto de Chipre-Sinai. O ministro então explicou que ele só poderia falar sobre a Chipre que é uma colônia, já Sinai, teria que conversar com o ministério do exterior.

Sobre Chipre, o ministro mostrou seu medo dos moradores da ilha resistir com a ajuda dos Turcos. Ele falou ainda que não pudesse tirá-los de lá para colocar novos moradores. Solicitou então, um memorando por escrito e prometeu enviar para lorde Kroemer no Egito sobre Sinai.

Depois disso, Hertzel enviou uma comissão de especialistas para explorar Sinai. Ele visitou o Cairo para pesquisar sobre o seu projeto de alugar um terreno em Sinai de seiscentos e trinta milhas quadradas, nos redores de Arish, por noventa e nove anos, para que fosse uma área disponível para quando fosse liberar a imigração para a Palestina. O plano de Hertzel tinha uma proteção Britânica nesta área documentada.

Mesmo Hertzel tentando convencer o Khidiui Abbas Helmi Segundo, sobre o lucro que seria este projeto agrícola e de estabilização, o governo Egípcio recusou o projeto em Maio de 1903, porque os engenheiros Ingleses acharam difícil encontrar água para ser utilizada neste projeto, isso afetaria a Agricultura no Egito.

3. Hertzl e seu projeto no leste de Uganda:

Depois da decepção no projeto de Sinai, Hertzl foi para a Inglaterra para se encontrar com o ministro das colônias, o Sr. Chimberlin, que tinha acabado de voltar da África. Hertzl mostrou para ele os resultados do projeto Sinai. Foi aí então que o ministro Britânico sugeriu fazer este projeto no leste Africano, e apesar de Hertzl querer fazer o projeto numa terra próxima à Palestina, ele aceitou pensar na oferta Britânica. Mesmo porque, novos atos de perseguições tinham acontecido na Rússia. Em 20 de maio, Chimberlin ofereceu para o movimento sionista uma terra no leste de Uganda, com capacidade para um milhão de pessoas, com o direito de fazer um governo local.

A sexta conferência sionista foi realizada em 22 de Agosto de 1903, depois que a organização sionista recebeu a aprovação oficial Britânica para que os Judeus se estabelecessem no leste da Uganda. E quando Hertzl apresentou o projeto na conferência, ele confirmou que este projeto não era uma alternativa para o projeto principal na Palestina:

“Uganda não é Sião, e nem pode ser”.

Ele esclareceu que este projeto serviria para ajudar os Judeus perseguidos. Os participantes da conferência discutiram fortemente sobre o projeto, e no final, ele foi aprovado com 295 votos a favor, 178 contra e 100 membros que não quiseram votar. Mas Hertzl falou que não iria começar o projeto antes de ter a aprovação em outra conferência sionista. Foi acordado que uma comissão iria para o leste de Uganda verificar a situação por lá, e outra comissão iria para a Palestina ver como estavam os Judeus.

Mas, o projeto de Uganda não teve êxito, por causa da oposição dos líderes Britânicos das colônias no leste Africano, que eram contra a vinda dos

Judeus Russos. Além disso, a comissão enviada para Uganda não aprovou o local alegando que não seria válido para a imigração dos grupos Judaicos. Hertzl não teve a oportunidade de ver o seu esforço para realizar seu sonho se transformar em realidade, pois ele faleceu em Julho de 1904.

Na sétima conferência sionista em Julho de 1905, recordando um ano da morte de Hertzl, era esperado que Max Nordau presidisse a conferência, mas ele não quis o cargo, então o escolhido sucessor de Hertzl foi David Wolfson. E na reunião de 30 de Julho, a conferência decidiu com a grande maioria dos votos, que a imigração no leste de Uganda não seria aprovada.

A decisão era que a Palestina tinha que ser a pátria do povo Judaico. A conferência ainda agradeceu ao governo Britânico pela oferta, e a considerou como uma prova que o governo Britânico acreditava na organização sionista e em seus esforços para resolver o problema Judaico. A conferência ainda desejou que o governo Britânico ajudasse no que fosse necessário para resolver os problemas da organização sionista.

4. Os esforços do movimento sionista com o Estado Turco depois do Sultão Abd El Hamid

Quando a comissão de união e progresso derrubou o Sultão Abd El Hamid e chegou ao poder na Turquia em julho de 1908, as circunstâncias eram melhores para a organização sionista dialogar novamente com o governo Turco novo, sobre a imigração Judaica para a Palestina. A organização teve êxito com a ajuda dos quatro ministros Judeus que se esconderam no Islamismo (Judeus da Daunama) e que tinham contribuído no movimento contra o Sultão Abd El Hamid.

No verão de 1909, o ministro do interior Turco falou em Londres que os Judeus eram bem vindos em qualquer lugar do Estado Turco, mas ele chamou a

atenção para que não existisse nenhuma intenção de separação. (Em anexo a nota do embaixador Britânico na Turquia para o ministério do exterior sobre a relação dos Judeus com o partido Fatat em 1910)²¹.

A comissão de união e progresso caiu no verão de 1912, mas mesmo assim, as operações de compra de terras continuaram através das instituições da organização sionista, na era do governo de liberdade e aliança que se facilitou com o movimento sionista por estar precisando de ajuda financeira, depois que os cofres ficaram vazios após a guerra de Balcã.

Com isso, o governo Turco (governo da liberdade e aliança, e depois novamente a comissão de união e progresso que voltou ao governo depois da reviravolta em 1913) realizou negociações secretas para vender terras na Síria e Palestina. No final das negociações, o governo Turco ordenou em 1913 à província de Songoq em Jerusalém, para parar com o papel vermelho.

Em março de 1914, foram canceladas as restrições contra a propriedade dos Judeus nas terras Palestinas. Assim, todas as restrições estabelecidas pelo Sultão Abd El Hamid sobre a imigração Judaica foram canceladas.

O poder sionista atingiu o seu auge na Turquia em fevereiro de 1914, quando a organização sionista pediu para que fossem eleitos representantes nas cidades que tinham a maioria Judaica, como Jaffa e Haifa, como concorreu com os Árabes no envio de um representante no Conselho de Estana (Câmara dos Deputados).

²¹ Ver anexo VII

Terceiro: O desenvolvimento do estabelecimento sionista na Palestina (1882 – 1914)

1. Primeira onda principal de estabelecimento na Palestina (1882 – 1914)

As primeiras ondas de estabelecimento na Palestina começaram no tempo do Sultão Abd El Hamid. Apesar de ele ser contra a imigração Judaica em grupos para a Palestina e das ordens do governo do Estado Turco em seqüência, uma após a outra para os responsáveis Turcos sobre este assunto.

Mas, os representantes Turcos nos países eram corruptos, e os Embaixadores dos países coloniais tinham poderes em Jerusalém e protegiam os Judeus de seus países, menos os Russos governados pelo Cezar, que mesmo assim tinham seus Judeus protegidos pelos Britânicos.

A onda de estabelecimento principal continuou de 1882 até 1903 e o número de imigrantes Judeus era entre 20 e 30 mil imigrantes. Essa imigração era daqueles que seguiam as primeiras associações sionistas como Bilo e Amantes de Sião, os quais eram na maioria de classe média na Rússia, Polônia e Romênia.

O principal motivo da imigração deles foi à perseguição que eles sofreram na Rússia em 1881. Essa onda foi diferenciada dos Judeus que imigraram anteriormente para a Palestina, pois esses novos estabeleceram a base da colônia Judaica na Palestina, já os antigos imigrantes eram Judeus orientais que só viam a Palestina como um lugar sagrado.

Os imigrantes antigos também tinham vários estabelecimentos agrícolas, mas eles só os supervisionavam deixando o trabalho para os Árabes. Eles dependiam muito das ajudas financeiras dos Judeus Ricos, principalmente a família Rotcheld. E apesar dos esforços desta família e das instituições sionistas depois, só

mil famílias conseguiram ir trabalhar na agricultura. No começo do século vinte, essa onda já contava com 22 estabelecimentos numa área de 220 Hectares.

2. Segunda onda principal de estabelecimento na Palestina (1904 – 1914)

O número de imigrantes na segunda onda era de 35 a 40 mil imigrantes. A maioria deles da Rússia e alguns membros do movimento sionista. O principal motivo dessa imigração era a perseguição contra os Judeus na Rússia, e a decepção dos Judeus em conseguirem resolver o problema na Europa. Essa imigração ajudou no apoio ao estabelecimento colonial sionista na Palestina. Entre eles (David Ben Goren e Isaac Ben Zefi e Livi Ashcol).

Entre as principais características da segunda onda, havia a de abraçar o socialismo, para construir uma sociedade socialista do tipo Europeu, e a insistência que o idioma Hebraico fosse o idioma principal dos Judeus na Palestina. Nas vésperas da primeira guerra mundial, já havia 60 instituições na Palestina que usavam a língua Hebraica.

Em 1908, a organização sionista começou a supervisão da colonização na Palestina, e lá criou um escritório (O escritório Palestino), para servir os imigrantes novos e ajudar nas compras das terras. No mesmo ano, foi criada uma empresa para o desenvolvimento dos terrenos.

O movimento colonial sionista conseguiu criar 54 colônias numa área de 420 hectares até 1914. Mas as colônias que realmente funcionavam não passavam de 47 colônias as quais não atraíram mais de 12 mil imigrantes. O resto dos mesmos foi para as cidades grandes, principalmente Tel. Aviv, construída com o dinheiro do fundo nacional judaico geral .

Com o começo da primeira guerra mundial, a imigração dos Judeus para a Palestina se paralisou depois de atingir o número de aproximadamente 60 mil imigrantes na Palestina, o equivalente a 8% dos moradores do país. Nesta guerra, muitos Judeus com nacionalidades de países que eram contra o Estado Turco deixaram a Palestina, assim como muitos outros Judeus, com medo da guerra. Com isso, o número de Judeus na Palestina caiu quase um terço.

Quarto: A evolução da posição do colonialismo e o sionismo contra a Palestina (1906-1914)

1. As ligações sionistas – Britânicas antes da primeira guerra mundial

Depois do fracasso no projeto de Uganda, as ligações entre os sionistas e o governo Britânico não pararam. O Dr. Haiem Wisemann, uma das personalidades importantes do movimento sionista, era contra o projeto na Uganda. Assumiu a presidência do movimento sionista e depois a presidência do Estado Sionista na Palestina.

Encontrou-se com Arther James Balfour famoso com a declaração de Balfour em 1906. Balfour mostrou-se interessado com o projeto sionista. Wisemann esclareceu para ele os motivos dele ser contra o projeto na Uganda. Wisemann continuou em contato com os representantes Britânicos até 1914. Neste tempo, Wisemann tentou se aproximar das personalidades importantes no governo Britânico para conseguir ajuda para o projeto sionista.

Oito anos depois do primeiro encontro entre Wisemann e Balfour, os dois se re-encontraram em 1914, no começo da primeira guerra mundial. Wisemann já estava morando em Manchester, pois ele ficou famoso com sua especialidade científica na química. Lá ele conheceu Scott, editor chefe do jornal Manchester

Guardian, e convenceu Scott com o projeto sionista. Isso fez com que este jornal se tornasse uma grande propaganda do movimento sionista na Inglaterra.

Wisemann viu no segundo encontro que Balfour ainda lembrava a primeira conversa sobre a preferência da Palestina como objetivo para a realização do projeto sionista. Eles continuaram as conversas sobre o assunto de forma geral, antes do término do encontro. Balfour perguntou se poderia ajudar de qualquer forma a Wisemann, não naquela hora, mas que ele voltaria quando a situação militar ficasse mais clara. Quando a Turquia entrou na guerra, Wisemann então sugeriu especificamente a criação de uma pátria nacional para os Judeus na Palestina sob a proteção da Inglaterra.

2. O planejamento colonial de Bannermann:

Os esforços de Haiem Wisemann na Inglaterra, tanto do lado político quanto do lado da imprensa, em 1906, eram para conseguir o apoio do público ao projeto sionista na Palestina. Havia outro movimento colonial na Europa com a liderança Britânica, com objetivos parecidos com os do projeto sionista e que ajudariam na execução do projeto.

Com o medo da concorrência colonial, e o medo dos povos acordarem nas colônias Britânicas, a própria Inglaterra começou a pensar em algumas alianças para resolver pacificamente os problemas, confrontando a crise nos países colonizados pela Inglaterra, evitando revoluções dos povos nessas colônias e continuando a se aproveitar dos recursos das colônias de um jeito seguro.

O governo Britânico sob a presidência do Sr. Henry Campbell Bannermann, começou ligações com os países que tivessem colônias para pesquisar, como se pudessem evitar os perigos da concorrência e como isso poderia se tornar uma ameaça no futuro.

No final, uma comissão foi formada com membros importantes desses países na economia, petróleo, agricultura, social, história e tudo ligado à colonização, além de especialistas em mídia política nestes países. Essa comissão se reuniu em Londres em 1907²² e definiu suas responsabilidades em:

- Sugerir um jeito de proibir a queda do imperialismo Europeu que estava estabelecido neste tempo.
- Sugerir um jeito de frear o desenvolvimento dos países ocupados para que pudessem ser colonizados por muito mais tempo de um jeito seguro.

E após um período de pesquisas, estudos e discussões, a comissão de especialistas emitiu um relatório com o planejamento de trabalho, falando que a região do mar mediterrâneo é a região que tem mais perigo para os colonizadores Europeus, considerando que esta região é o ponto de ligação entre os países da Europa e suas colônias, pois no leste existe um só povo que é unido, e que sempre ameaçava pedir a libertação pela história e pelos recursos que existem nesta região, e pelo aumento no número de pessoas que deve chegar a cem milhões em um só século.

O relatório continha tudo que era necessário para evitar a ameaça da revolução nestas colônias. O principal ponto recomendado era fazer com que o povo desta região continuasse em atraso do resto do mundo, e que o povo estivesse sempre isolado e se combatendo. O relatório também recomendou, principalmente, evitar e atrapalhar qualquer união entre os países árabes, união científica ou cultural. O relatório também recomendou separar os países Árabes da Ásia, dos países Árabes da África, construindo um muro humano grande que separasse a Ásia da

²² -Arquivos e documentos da Palestina em 673 e 1949, O ministério da Orientação, c1. p.153Ver Anexo VIII”

África, construindo lá uma força que fosse amiga dos países colonizadores e inimigos dos países Árabes.

Com isso, os colonizadores voltaram para o assunto da barreira estrangeira na Palestina que Palmerson tentou construir em 1840. Mas dessa vez não para separar o Egito da Síria, mas para separar o leste Árabe do oeste Árabe. Depois disso, as novas e antigas recomendações da comissão dos colonizadores são as provas da força dos colonizadores, explicada neste estudo.

Quinto: O movimento de resistência Palestino contra o projeto sionista (1882 – 1914)

A resistência Palestina contra o projeto sionista iniciou na última década do século dezenove, quando começou a mudar a posição do povo Palestino que era calmo nos primeiros 10 anos da imigração Judaica para a Palestina. Vendo que isto na verdade era uma ameaça para a terra e o povo da Palestina, a partir daí, se posicionaram contra a imigração Judaica e o estabelecimento sionista na terra Palestina, e com isso, seria necessário o uso das armas, foi quando começou os conflitos entre os Palestinos e os sionistas.

Os Palestinos reprovaram oficialmente a imigração Judaica em 24 de junho de 1891, quando os líderes islâmicos mostraram o medo da imigração Judaica em grande número para a Palestina para o líder do Estado Turco, e solicitaram que o Sultão proibisse a entrada de sionistas na Palestina, sabendo que os muçulmanos que moram neste local não tinham a força econômica para proibir a chegada dos sionistas.

No começo da última década do século dezenove, a oposição Palestina foi diferente. Foram enviadas varias mensagens de muitos grupos em 1900, de protesto contra a venda de terrenos para os Judeus, e pediram em outras

mensagens para os líderes Árabes na Turquia, uma posição firme sobre a imigração Judaica na Palestina e o fato deles estarem adquirindo terrenos na Palestina. Com o aumento no número de Judeus na segunda onda de imigração, começaram mais conflitos entre os Palestinos e os imigrantes em Haifa e Tabarias em 1908.

E quando a comissão de união e progresso assumiu o governo da Turquia em 1909, derrubando o Sultão Abd El Hamid, foi liberada a imigração em grupos Judaica para a Palestina. Isso fez com que a mídia Árabe atacasse o novo governo Turco acusando-os de serem aliados do movimento sionista. O jornal Al Ahram atacou o movimento sionista em várias reportagens no mesmo ano, e pediu ao governo Turco para impor limites a essa imigração Judaica.

Com o perigo sionista ficando próximo, o representante de Jerusalém na câmara dos deputados pediu ao governo Turco, uma posição urgente para proibir a imigração Judaica a Palestina. O governo Turco então voltou ao trabalho em novembro de 1900, para restringir a imigração Judaica na Palestina, mas, neste tempo, a força sionista já era grande no governo Turco com a comissão da união e progresso. Com isso, foram formadas várias instituições Palestinas em lugares diferentes do império Otomano que tinham o mesmo sentimento com o perigo sionista, tendo como objetivo principal, a Palestina.

Naguib Nassar, editor no jornal Carmel chamou por uma conferência Árabe Palestina em Nablus como uma resposta para a décima primeira conferência sionista que estava prevista para ser realizada em Viena em dezembro e 1913²³. Este convite foi muito bem recebido pelos líderes. Com isso, foram formadas as instituições Palestinas para resistir ao sionismo em Jerusalém, Haifa e Estana.

²³-Israel Khalil, a questão palestina nas nações Unidas – nova fase do conflito entre legitimidade e poder, assuntos Árabes-1988.

Os Palestinos perceberam o perigo sionista, e se mobilizaram criando várias destas instituições que cuidam dos interesses Palestinos, como a instituição de fraternidade e castidade, companhia de economia palestina e companhia de comércio econômica nacional.

Mas a maioria dessas instituições precisava de financiamento para realizar o trabalho. O conselho de administração em Nablus tentou diminuir o aumento do estabelecimento Judaico proibindo a venda de terrenos para sionistas em Nablus, Assim, a organização sionista trabalhou para tirar algumas cidades de Nablus e transferir o poder das mesmas para Haifa a fim de facilitar a compra de terrenos, alegando que essas cidades eram mais próximas a Haifa.

Até a primeira guerra mundial em 1914, o movimento de resistência Palestino contra o projeto sionista teve as seguintes tendências:

- Chamada para ajudar a Palestina nos esforços contra o projeto sionista que não ameaça só a Palestina, mas também toda a região Árabe.
- Exigir a proibição da emigração Judaica para a Palestina para que o número dos Palestinos não fosse minoria, o que facilitaria o projeto sionista.
- Exigir a proibição de venda de terrenos para Judeus, para que dificultasse o projeto sionista.
- Trabalhar para criar novas instituições científicas, sociais e econômicas que ajudassem no desenvolvimento do país para melhorar a condição dos moradores. Desenvolver a agricultura e a indústria e proibir os Judeus de dominarem a economia do País.
- Tentar re-construir a sociedade, mudar a sociedade e a economia de um jeito que ajudasse no desenvolvimento para frear o projeto sionista na Palestina.

- Explicar de uma maneira real todo o problema da Palestina em todos os países que tivessem Palestinos através de associações criadas apenas para isso.

O movimento Palestino de resistência ao projeto sionista teve certo sucesso, pois conseguiu mostrar para todo o mundo, o perigo do projeto sionista chamando a atenção dos Árabes no mundo sobre este perigo. Mas as formas de lutar deste projeto se limitaram a isso, reclamações, dados, associações, reuniões, mas não teve nenhum fruto, nenhuma organização foi formada como a organização sionista, para que pudesse planejar tudo o que fosse preciso e as tendências dos países Árabes para que fossem aplicadas na Palestina. As causas disso são:

1. O conhecimento sobre o perigo que estava ameaçando o povo Palestino era limitado, principalmente para os moradores das grandes cidades, como Jerusalém. Já os moradores das pequenas cidades na Palestina, que eram a maioria do povo, estavam longe intelectualmente do movimento de resistência Palestino que estava espalhado nas cidades.
2. As brigas internas na sociedade que aconteciam entre todas as classes, atrapalharam a sociedade Palestina e impediram de olhar o futuro do país, resistindo ao perigo sionista que se aproximava.
3. O povo Palestino não teve o apoio dos países Árabes, pois a região leste dos mesmos era dominada pela Turquia. Já a região oeste era colonizada pelos Europeus.

Capítulo II

II - 1: A fase da conspiração internacional contra a Palestina (1914 – 1920):

Primeiro: O tratado Árabe-Britânico:

1.O descontentamento Árabe com o governo Turco:

Quando a comissão de união e progresso assumiu o governo Turco depois de derrubar o Sultão Abd El Hamid e ver o seu irmão assumir em seu lugar em 1909, os Árabes esperavam que este novo governo fosse dar autonomia aos Árabes em seus países, mas não foi isso que aconteceu.

Os novos governantes começaram a praticar uma nova política chamada de “movimento Tu Rania” que tinha como objetivo, tirar a influência Árabe e Persa da cultura Turca que já estava muito afetada. Além disso, o idioma Turco passou a ser obrigatório nas escolas e tribunais dos países. Essa política começou a ser aplicada em 1911. Isso deixou os Árabes irritados, eles exigiram que pelo menos nas regiões Árabes do estado Turco, o governo deveria ser mais independente.

Com esse movimento, foram fundadas várias associações e realizados vários encontros políticos secretos em Astana, Paris, Beirute e Damasco. Essas associações e encontros ainda tiveram filiais nas cidades da Síria, Palestina e Iraque. O mais famoso deles era o Fórum Literário que foi fundado em 1908 e a Associação Árabe “Fatat” que foi fundada em 1913. Em 1912, foi fundado no Cairo o partido da descentralização. Neste partido, juntaram-se várias dessas associações Árabes.

A principal atividade deste partido era tentar livrar os países Árabes sob a autoridade Turca da injustiça do governo Turco. Neste tempo, o Egito era colônia

Britânica. Os países colonizadores aprovaram este partido já que eles queriam que os países do Leste Árabe saíssem do poder Turco.

Esse movimento Árabe gerou a primeira conferência Árabe em Paris no verão de 1913, patrocinado pelo partido de descentralização no Cairo e a comissão de reforma em Beirute. Nesta conferência, os Árabes exigiram que a Turquia desse os direitos e autonomia aos Árabes que eram considerados parceiros no Estado Turco. Eles exigiram também que a descentralização fosse aplicada nos países Árabes, para que o gerenciamento fosse compartilhado.

O governo de união e progresso tentou evitar esta conferência em Paris, mas não conseguiu. Com isso, o governo Turco enviou um representante para a conferência. No final, alguns pontos foram acordados. Entre eles, que o idioma Árabe fosse o idioma oficial nos países Árabes, e que os mesmos assumissem alguns cargos de liderança nos países Árabes, tendo três ministros Árabes no governo Turco e cinco governantes Árabes, garantindo a ajuda aos jovens Árabes nos países.

Mas, em 18 de agosto de 1913²⁴, foi anunciado em Astana, um decreto que derrubou quase tudo o que foi combinado na conferência. Com a repressão de Jamal Basha na Síria, o caminho ficou aberto para uma revolução, depois da desistência de um acordo com o governo Turco.

2. As primeiras ligações Árabes

Quando os Árabes desistiram de um acordo com o governo Turco, começaram as ligações no final de 1913 e início de 1914 com os governos Francês e Britânico, os quais se mostraram interessados em ajudar no movimento

²⁴ -Institue for Palestina, Anuario da causa Palestina em 1967 em Beiro.

nacionalista no leste Árabe. Chafic AL Muaid, um personagem importante neste tempo, era membro da câmara de deputados Turca.

Ele encontrou-se com o embaixador Turco em Astana em dezembro de 1913, e perguntou-lhe sobre qual seria a posição da França no caso de uma revolução na Síria contra o governo Turco, e se a França enviaria o exército para interferir em Halab caso a Turquia enviasse seu exército. O citado embaixador Francês respondeu negativamente e afirmou que seria melhor para os países Árabes se unirem aos Turcos para conseguirem o que queriam.

Menos de dois meses depois, em fevereiro de 1914, o Sharif Hussein²⁵ (O Sharif de Meca que apoiava os partidos e associações Árabes) enviou o seu filho, o príncipe Abdallah para o Egito a fim de reforçar sua relação com os britânicos, e saber a opinião e posição da Inglaterra no caso de uma revolução Árabe, mas a posição do KETCHINZ era conservadora.

Quando o príncipe Abdallah pediu para se encontrar com Ronald Stores, secretário de assuntos do Oriente, KETCHINZ enviou para STORZAN pedindo que não ajudasse o príncipe nos seus planos e para explicar que os Árabes não deveriam esperar ajuda na revolução contra a Turquia.

Nesse contexto, as ligações Árabes com a França e a Inglaterra solicitando ajuda e apoio no caso de uma revolução contra a Turquia fracassou. Mas, isso não continuou por muito tempo, pois depois que começou a primeira guerra mundial, em agosto de 1914, e com a possibilidade da Turquia se juntar à Alemanha, Ronald Storzan, se lembrou da oferta do príncipe Abdallah afirmando que ajudaria aos países aliados nesta guerra. Enviou uma nota para o representante

²⁵ - Institue for Palestina, Anu rio da causa Palestina em 1971 n^o Vol 7 Beirut.

explicando que através de conversas dos Britânicos, naquele momento, seria possível não só ganhar o apoio dos países Árabes, mas também se aliar a eles.

Rapidamente, lorde Ketchenz, enviou ordens a Stores, no sentido de enviar um mensageiro para o príncipe Abdallah, com a finalidade de saber se a Turquia iria mesmo se aliar à Alemanha, e qual seria a posição dele, do seu pai e dos Árabes Sauditas. O príncipe deixou claro para o mensageiro:

“O império otomano tem direitos sobre nós, e nós temos direitos sobre eles. Eles anunciaram a guerra contra nossos direitos, nós não temos responsabilidade frente à Allah se a guerra foi anunciada contra os direitos deles”²⁶.

Com isso, os Britânicos ofereceram ajuda aos Árabes, que conseqüentemente, iriam ajudar os Britânicos.

A resposta do lorde Ketichinz em 21 de outubro de 1914 foi estranha, pois ele assumiu que o Sharif Hussein era representante do povo Árabe, e prometeu ajudar este povo, caso ajudasse a Inglaterra quando a Turquia entrasse na guerra. Prometeu entregar a sucessão do governo para alguém de sua família. Ele não deixou claro o futuro dos países Árabes numa eventual vitória da Inglaterra e seus aliados. Diante dessa promessa misteriosa, o Sharif Hussein decidiu ser neutro, e não ajudou a Turquia que entrou na guerra ao lado da Alemanha em 29 de outubro de 1914.

Nas primeiras semanas de 1915, o Sharif Hussein recebeu vários convites de associações secretas na Síria, insistindo que ele começasse a aplicar o trabalho combinado do programa de Damasco (1). A comissão Árabe pediu ao Sharif Hussein que a Arábia Saudita fizesse uma revolução quando acontecesse o conflito armado

²⁶ - Arquivo e documentos da Palestina em 637 -1949, o ministério da Orientação, c.i.

na Síria, mas o Sharif não ficou convencido com o que ouviu, e continuou observando por dois meses. Ele solicitou uma cobertura aos Aliados, mesmo assim, as associações Sírias, que eram representadas por grupos de conselheiros em Meca continuaram insistindo nos pedidos.

Esse fato fez com que o Sharif deixasse de ser cuidadoso sob a pressão dessas associações Sírias. O príncipe Abdallah, seu filho, pediu a ele que tivesse calma, pois os países Aliados não tiveram sucesso no ataque contra a Turquia em Dardanel. Naquele tempo, tinha chegado ao Egito um novo representante Britânico, O Sr. Henry McMahon, que tinha instruções de seu governo para melhorar as relações com o Sharif Hussein.

As conversas de McMahon e o Sharif Hussein:

No meio da pressão que o Sharif Hussein sofria para iniciar a revolução contra o governo Turco da comissão Árabe e as associações secretas de Damasco, o Sharif Hussein enviou uma mensagem para o Sr. Henry McMahon em 14 de julho de 1915 sugerindo o início da revolução Árabe se o governo Britânico aceitasse as condições Árabes do programa de Damasco²⁷ (Mensagem do Sharif Hussein):

- A Inglaterra tem que assumir os países Árabes que têm no oeste o golfo pérsico, e no leste o Irã até o golfo de Basra no Iraque, e no sul o oceano Índico menos Aden (Anexo a mensagem de McMahon em 30 de agosto de 1915 para o Sharif Hussein)²⁸.
- A Inglaterra teria que aceitar um Califa Árabe para os muçulmanos.

Quase um mês e meio depois, o Sharif recebeu uma mensagem de McMahon em 30 de agosto de 1915, com uma resposta diplomática sedutora. Ele confirmou a vontade da Inglaterra em ver os países Árabes independentes, e que

²⁷ -Arquivos e documentos da Palestina em 637 – 1949, o Ministério da Orientação c.i “Ver AnexoIX”

²⁸ -Arquivo e documentos da Palestina em 637 - 1949, o Ministério da Orientação c.i “Ver AnexoX”

um Califa Árabe assumisse a liderança dos Muçulmanos. Mas a resposta Britânica tentou iludir sobre a definição das dimensões dos países Árabes, alegando que não era o melhor tempo para discutir isso no meio da guerra.

O Sharif e seus conselheiros não aceitaram a não definição sobre esta questão, considerando que essa era uma das questões mais críticas para os Árabes. Ele enviou uma resposta para McMahon no dia 9 de setembro 1915 com a volta do enviado secreto entre eles, confirmando a importância das fronteiras e dimensões citadas na mensagem anterior.

Ele não falou isso de forma individual, pois estava representando todos os povos dos países Árabes, os quais acreditavam que sua existência fosse relacionada às fronteiras de seus países, sendo o mesmo escolhido pelo povo, para discutir essa questão antes de qualquer outra coisa. Sharif estava representando os Árabes que estavam participando da guerra nesse tempo, assim como estava representando os não participantes. Ele deixou claro em sua mensagem que o papel dos Árabes que estavam na guerra era baseado na aprovação ou não, da Inglaterra sobre as condições da primeira mensagem (Anexo a mensagem do Sharif para McMahon em nove de agosto de 1915).

No dia 25 de novembro, 1915 o representante Britânico respondeu a mensagem do Sharif Hussein aprovando as condições do Sharif na primeira mensagem. Ele reconheceu o Sharif como o representante legal de todos os povos dos países Árabes do leste no Estado Turco, e prometeu que a Inglaterra iria reconhecer a independência dos Árabes nas dimensões e fronteiras especificadas pelo Sharif, e que iria também, apoiar essa independência. Mas o governo Britânico citou duas exceções, rejeitando o pedido dos Árabes em ter Marsin e Lioia' AL Iskandarun no noroeste do mapa especificado pelo Sharif Hussein.

Assim como o governo Britânico também não confirmou nada sobre a fronteira no oeste ao longo dos mares mediterrâneo e vermelho, pois essa parte é considerada uma área da Síria (Em anexo a mensagem de McMahon para o Sharif Hussein em 25 de novembro de 1915) ²⁹.

A Inglaterra se reservou ao direito de responder sobre a costa norte da Síria por conta de uma negociação em secreto com a França (Mark Sykes da Inglaterra e George Picot da França) para dividir a herança Turca no oriente Árabe. Mas, do mesmo jeito que a Inglaterra não garantiu o norte da Síria, ela não mencionou nada sobre o sul da Síria (Palestina).

Este fato significa que o governo Britânico em sua última mensagem, prometeu entregar para os Árabes, o direito de governar a Palestina de forma independente, fazendo com que essa mensagem (Documento) passasse a ter uma importância histórica, pois de acordo com a promessa Britânica, a Palestina teria que fazer parte do novo Estado solicitado pela Arábia Saudita sob a promessa de independência.

Com as exceções de McMahon em sua última mensagem, o Sharif enviou para o representante Britânico, sua terceira mensagem em sete de dezembro, pois ele não poderia deixar de explicar para os Árabes essas restrições. Os países Aliados também confirmavam que não fariam nenhum acordo de paz com a Turquia sem resolver a causa dos países Árabes apoiando oficialmente o pedido de direitos dos Árabes (Mensagem do Sharif para McMahon em sete de dezembro de 1915) ³⁰.

Em 14 de dezembro de 1915, o representante Britânico enviou sua resposta para a terceira mensagem do Sharif, confirmando que a Inglaterra não faria a paz sozinha com a Turquia, e que a libertação dos povos Árabes iria fazer parte de

²⁹-Arquivos e documentos da Palestina em 637- 1949, o Ministério da Orientação, c.i”ver Anexo X”

³⁰ - Arquivos e documentos da Palestina em 637- 1949, o Ministério da orientação ,“Ver anexo X”

qualquer acordo de paz. Com essa mensagem (documento) o Sharif teve a promessa de não ter nenhum acordo de paz sem o envolvimento dos Árabes, e que a causa seria levada em consideração em qualquer acordo depois da guerra (Mensagem de McMahon para o Sharif) ³¹.

O Sharif Hussein recebeu a mensagem de McMahon e logo enviou sua resposta no dia primeiro de janeiro de 1916, informando que ele aceitava adiar as conversas sobre a costa norte da Síria, uma vez que a Inglaterra insistiu em adiar até depois da guerra (Mensagem do Sharif para o McMahon) ³².

Quando McMahon recebeu a resposta do Sharif Hussein, ele a levou para o governo Britânico, pois essa era a instrução do governo de aguardar a posição do Sharif sobre a questão da costa norte da Síria, principalmente porque adiar esta questão da guerra fazia parte do planejamento do ministério do exterior Turco, nas negociações Sykes – Picot.

Com isso, o ministério do exterior Britânico enviou ordens ao Sr. Henry McMahon para encerrar o caso no ponto em que ele conseguiu chegar. Após esse fato, o representante Britânico enviou uma mensagem ao Sharif Hussein, informando-o de que o governo Britânico aprovou tudo o que foi acordado entre eles (Mensagem de McMahon para o Sharif Hussein em 30 de janeiro de 1916) ³³.

Nesse contexto pode-se dizer que o diálogo entre o Sharif Hussein e McMahon pôde ser considerado como um tratado político, no qual a Inglaterra aprovou as condições do Sharif de Meca. O Sharif descreveu isso como um tratado no qual a Inglaterra aprovou as condições Árabes. Mas esse tratado que confirmou a independência da Palestina, assim como todos os países Árabes e que foi

³¹ -Arquivos e documentos da Palestina em 637-1949, o Ministério da Orientação, “Ver anexo X”

³² -Arquivos e documentos da palestina em 637-1949, o Ministério da Orientação, “Ver anexo X

³³ Ver Anexo

reconhecido pelo primeiro ministro Britânico Lobid George, na frente dos Franceses, não evitou o acordo Sykes - Picot menos de quatro meses depois do acordo com o Sharif de Meca, tirando a Palestina do Estado Árabe prometido pela Inglaterra. Esse acordo não evitou também que Arther Balfour, ministro do exterior Britânico, promettesse para os sionistas à Palestina, menos de um ano depois da última mensagem de McMahan.

Segundo: O acordo Sykes – Picot (Texto do tratado) ³⁴

Com o sucesso do acordo político de McMahan com o Sharif de Meca, o Sharif rejeitou anunciar o Jihad como pediram os Turcos. A partir daí, os Árabes anunciaram a revolução contra a Turquia, e se juntaram aos três países aliados (Inglaterra, França e Rússia) na guerra contra a Turquia, como foi combinado no tratado anterior. Assim, os países colonizadores começaram a dividir a herança Turca.

No começo, tiveram conversas secretas entre a Inglaterra e a França para dividir entre eles, os países Árabes na Ásia. Apesar desses países Árabes ainda estarem sob o comando Turco. Nessas conversas, a Inglaterra era representada por Mark Sykes, especialista no que se refere ao oriente próximo, já a França era representada por Charl Picot, seu Cônsul Geral em Beirute. Nessas conversas, surgiu a discórdia sobre a Palestina.

A França alegava que tinha interesses na Palestina e Síria, e que era defensora dos interesses católicos nestes países. Já a Inglaterra queria a Palestina para deixar a França longe do canal de Suez de um lado, e do outro lado, ter o controle das estradas que levam ao golfo e a Índia.

³⁴ - Arquivos e documentos da Palestina em 637-1949, o Ministério da Orientação,” ver anexo XI”

A Inglaterra não revelou os reais motivos durante as conversas que versavam sobre sua oposição à França no que se refere à Palestina, alegando que Jerusalém é uma cidade sagrada que tem as três religiões, e que isso exige um sistema específico para a Palestina.

A resposta Francesa sobre a oposição Britânica foi que Jerusalém e Belém e seus arredores podem ser consideradas áreas internas com um governo sob administração internacional que combina com sua natureza religiosa. Já o resto da Palestina, a França insistiu que fizesse parte da Síria e que estivesse sob o comando Francês.

No final de fevereiro de 1916, os representantes dos dois países prepararam um projeto que definiria o destino dos países Árabes na Ásia, mas eles não conseguiram entrar num acordo sobre a Palestina, e continuaram a discussão. Aqui, Sykes recebeu ordens do seu governo para apresentar seu projeto ao governo Russo. Aí começaram as conversas entre os representantes e o ministro do exterior Russo em São Petersburgo, em março de 1916. Foi assim que os representantes Francês e Britânico foram surpreendidos pelo ministro Russo, informando que a Rússia é o defensor dos interesses dos cristãos ortodoxos e sobre seus lugares na Palestina.

Esse fato teve uma forte oposição dos representantes Britânicos e Francês. Com o conflito de interesse dos três países na Palestina, eles decidiram desenvolver um sistema especial na Palestina, criando uma administração internacional em Jerusalém, colocando a Palestina como uma região sob o comando Britânico. E para compensar as regiões dadas à França e à Inglaterra na Síria e no Iraque, foi dado à Rússia o comando de regiões não Árabes, como o nordeste da Anatólia.

Com esse acordo, foram trocadas as notas entre os três países. O resto dos países Árabes que estavam inclusos no projeto Sykes – Picot foram relatados em onze mensagens entre a Inglaterra e a França. A França aprovou-as em 13 e 26 de Abril de 1916. A Inglaterra também aprovou essas mensagens, em 10 e 23 de abril de 1916. Com isso, o projeto se transformou no acordo de Sykes – Picot.

Com o acordo de Sykes – Picot, o leste Árabe foi dividido (menos a Península Árabe) em cinco partes. Dentre elas: três costeiras, que é a parte costeira da Síria e Líbano que foram entregues a França, uma parte costeira do Iraque (a costa do Iraque de Bagdá até Basrah) e foi entregue a Inglaterra. Depois disso, foram entregues duas partes para a Inglaterra. A primeira tinha o símbolo “A” que era a região interna da Síria, e a segunda com o símbolo “B” que era a região interna do Iraque.

O acordo entre a França e a Inglaterra previa que seriam reconhecidos e protegidos os países árabes com líderes árabes nas regiões “A” e “B”. Já as partes costeiras da Síria e o Iraque, seriam governados do jeito que a França e a Inglaterra achassem melhor depois de entrarem em acordo com os governos Árabes.

O acordo decidiu criar uma administração internacional na Palestina, que seria formada depois de consultar a Rússia e de acordar com o Sharif de Meca. O acordo também diz que as conversas entre a Inglaterra e França com os Árabes iria continuar para definir as fronteiras do país, ou países Árabes.

Assim, a Palestina foi separada da Síria e do leste Árabe, e foi obrigada a ser internacionalizada, diferentemente dos países Árabes, criando as condições adequadas para aplicar o projeto sionista.

II - 2: A política Britânica e a Judaizarão da Palestina (1920 – 1939)

Primeiro: O Mandato: (Texto do Mandato)³⁵

O conselho supremo dos aliados estava tomando as medidas necessárias para impor o acordo de Sefer na Turquia em 1920. O governo Britânico deu o primeiro passo para preparar o mandato que teria uma decisão em conjunto com o resto dos países, nessa fase, com a coordenação do governo Britânico e os líderes do movimento sionista.

Eles estavam preparando um documento legal, que seria usado como prova pelo governo Britânico, quando necessário, para a judaizarão de Jerusalém. O objetivo desse documento era garantir o mandato com o anúncio de Balfour para criar a entidade sionista na Palestina.

Com base nesses fatos, foram formadas várias comissões sionistas trabalhando lado a lado com o ministério do exterior Britânico, para preparar o mandato na Palestina. O conteúdo e a elaboração do projeto foram idênticos ao que foi enviado pela organização sionista ao governo Britânico, em 15 de julho de 1919. Em quatro de julho de 1922, os países aliados aprovaram o projeto de mandato Britânico sionista.

O projeto de Mandato era composto por uma introdução, e 28 artigos. Era considerada uma constituição para governar a Palestina, e uma linha de trabalho para a Judaizarão da Palestina no período do Mandato. A introdução do projeto tinha o texto da declaração de Balfour e o apoio dos países aliados para que a Inglaterra comandasse a Palestina. Os artigos 2, 4, 6, 7, 11 e 22 eram específicos para a criação da pátria Judaica, e continham um programa completo para realizar este projeto (Texto do projeto de mandato na Palestina).

³⁵ -Arquivos e documentos da palestina em 637-1949, o ministério da orientação. "Ver anexo XII"

O artigo dois do mandato dizia que era de responsabilidade do país que sofre o mandato, garantir a condição política, administrativa e econômica, que ajude a fundar a pátria nacional Judaica do jeito que estava descrito no mandato.

Já o artigo quatro previa a criação de uma agência Judaica reconhecida, fazendo com que essa agência fosse um elemento formal para governar a Palestina, dando conselhos na administração da mesma, e cooperando nos assuntos econômicos e sociais, e em tudo o que pudesse afetar a criação da pátria nacional Judaica e os interesses dos moradores Judaicos na Palestina.

A agência também ajudaria no desenvolvimento do país, que estaria sempre sob a auditoria da mesma. Outro ponto é o reconhecimento da organização sionista, como uma agência compatível, pois o país que sofre o mandato considera que sua formação e constituição fazem jus a essa compatibilidade. A agência sionista tem que tomar as providências depois de consultar o governo Britânico, com a finalidade de pedir a ajuda de todos os Judeus que querem colaborar com a criação da pátria nacional Judaica.

O artigo seis, que comprometeu o Governo da cessão (para facilitar a imigração judaica em condições adequadas, devendo promover, em colaboração com a agência judia o que se refere no artigo quatro nos terrenos "Amiria" e terrenos baldios, os quais não são necessários ao o bem público).

Conforme previsto no artigo sete, exigir do mandato do governo para facilitar que os judeus consigam a cidadania Palestina, através da lei da nacionalidade. Devem criar a lei para facilitar a aquisição de nacionalidade Palestina aos judeus que fazem a sua residência permanente na Palestina.

Já o artigo onze foi atribuído ao Governo do mandato, o direito de direcionar os projetos de desenvolvimento econômico para a Agência Judaica,

enquanto as autoridades do Mandato não fazem esses projetos. Com isso, prevê este artigo sobre a possibilidade do estabelecimento de criação da Agência e operação das obras e os interesses e bens públicos.

O artigo vinte e dois fala que o idioma hebraico é o idioma oficial, além do árabe e Inglês.

Os artigos 13, 14,15, 16, abordaram a responsabilidade país do mandato (Grã-Bretanha em manter os lugares sagrados e de garantir o acesso e a liberdade religiosa para todos os segmentos da sociedade. Já os artigos 13, 12, 17 despojaram a maioria dos árabes de seus direitos políticos. O governo deu plenos poderes na legislação e na administração, relações exteriores e assuntos de defesa e segurança e instalações.

Já o artigo 25 deu o direito ao país do mandato para parar o que se via não ser possível de ser aplicado. Com isso, o conselho dos países aceitou excluir a o leste da Jordânia da aplicação do mandato e da criação de uma pátria nacional judia e autorizou o Reino Unido como responsável pela atribuição, a leste da Jordânia que era parte interna da Síria.

Embora observando a introdução do mandato e seus vinte e oito artigos dos judeus sionistas (que não ultrapassam 10% na Palestina), uma dúzia de vezes, nota-se que o referido mandato ignorou completamente o povo da Palestina. (que representam 90% da população, e que não há relato de qualquer referência em artigos ou sua introdução ao povo árabe palestino).

Assim surgiu o Mandato atendendo às demandas sionistas para a Judaizarão da Palestina, através da imigração e economia. Sobre o primeiro requerido, o artigo seis, obriga o governo do Mandato a ceder terras públicas (que é

estimado em mais de 45% do território da Palestina) aos judeus. Se acrescentarmos a estas terras, os terrenos baldios, a proporção aumenta muito.

No que diz respeito ao segundo pedido, o mesmo artigo do mandato exigiu do governo que facilitasse a imigração para a Palestina. O artigo onze garantiu o controle dos judeus sobre a economia da Palestina. Já o quarto artigo veio a requerer o mandato do governo, o reconhecimento da Agência Judaica e seus poderes de supervisionar todos os aspectos dos judeus na Palestina. Os palestinos passaram a estar sob a administração britânica.

Colocando a Palestina sob mandato britânico através deste mandato, os estados coloniais conseguiram criar a barreira de estrangeiros na Palestina, para isolar o leste árabe do oeste árabe, e o que restou foi o país do mandato e organizações sionistas, que por sua vez, completaram a criação da barreira e a criação do país sionista.

Segundo: Colocar a Palestina nas condições políticas e econômicas que permitam a criação da pátria sionista (1920 – 1939)

1. Desenvolvimento das condições políticas e administrativas na Palestina a favor dos sionistas

O governo Britânico, imediatamente após a San Remo, fez com que o projeto na Palestina entrasse em vigor, sem esperar que a legalização completa do mandato e a ratificação pela Liga das Nações fossem concluídas. O Governo substituiu o regime militar pela administração civil do Sr. Herbert Samuel, um dos grandes sionistas que era o primeiro britânico representante Alsami na Palestina.

Já a política Britânica aplicada pelo governo do Mandato, durante seu governo na Palestina, foi baseada em três compromissos gerais estabelecidos no mandato:

- Desenvolvimento do estatuto pessoal do país, administrativo e econômico;
- Facilitar a imigração judaica para a Palestina;
- Incentivar o estabelecimento sionista na Palestina.

O representante Britânico começou o trabalho logo após a sua chegada em Jerusalém, na implementação dos compromissos anteriores e nos níveis político e administrativo. O Sr. Herbert Samuel não nomeou um governo nacional e nem fez eleições para criar uma legislatura para tomar o poder à forma constitucional, mas apenas a formação de uma Comissão Executiva para auxiliar na administração do conselho consultivo que é composto por dez britânicos e sete palestinos (quatro muçulmanos e três cristãos), assim como três judeus para propor decretos-lei necessários para a judaizarão da Palestina.

Ele também nomeou (Norman Pntoich), um famoso sionista como seu auxiliar geral, além de três judeus liderando os serviços de imigração e de viagem e administração de terrenos. Samuel governou a Palestina com leis urbanas que careciam de legitimidade e diferente para o país que governa, ele ignorou as leis turcas em vigor em termos de legitimidade, pelo menos até a assinatura do Tratado de Losan, em 24 de julho de 1923³⁶.

Desta forma esta técnica foi roubada do povo palestino, seu legítimo direito de autogoverno, e criar uma Constituição, pela pressão dos árabes e da agitação que varreu os países árabes em 1921, pela rejeição do povo palestino ao mandato do Governo e as operações de judaizarão da Palestina.

Churchill, o secretário das colônias britânicas em 22 de junho de 1922, emitiu o primeiro Livro Branco de política Britânica na Palestina na tentativa de

³⁶ - Arquivos e documentações da Palestina em 637-1949, o Ministério da Orientação,

acalmar as emoções Árabes e Palestinas. Salientou que a Declaração de Balfour não significa a transferência da totalidade da Palestina para a pátria dos judeus, mas significa que um país como este foi estabelecido na Palestina, e também que um lar nacional não significa um Estado judeu, nem seria instituído imediatamente, mas gradualmente, e à passagem do tempo.

Por outro lado, disse Churchill:

O compromisso da Grã-Bretanha, a Declaração de Balfour e a necessidade para o prosseguimento da imigração judaica, de acordo com a capacidade da economia do país, e também o texto do Livro Branco sobre a formação de um Conselho Legislativo, foi como um passo no sentido de autogoverno, e ressaltou a exceção da Palestina da promessa de independência, que prometeu o governo britânico, em correspondência com o Sharif Hussein.

(Anexo Livro Branco de 1922)³⁷

No dia primeiro de setembro de 1922, ou seja, após cinco semanas de ratificação do mandato da Liga das Nações, Herbert Samuel, emitiu uma constituição para a Palestina sem consultar o seu povo, e nem a liderança nacional. O texto do capítulo três da Constituição sobre a criação da Assembléia Legislativa para substituir o conselho consultivo e que seria presidido pelo representante Britânico, foi composto por 22 membros, incluindo os dez membros dos funcionários, em virtude de suas posições e 12 membros eleitos dos não funcionários (oito muçulmanos, dois Cristãos e dois judeus).

O representante Britânico teria o direito de escolher se os votos fossem iguais, o que significava que ele, seus colaboradores e os Judeus seriam maioria no Conselho, o qual foi proibido de ser analisado em qualquer questão da violação do

³⁷ Ver Anexo XII

sistema de mandato ou política do governo, para a criação de uma pátria nacional Judaica na Palestina.

As leis não entrariam em vigor sem que fossem aprovadas pelo representante Britânico. Ele tinha o direito de parar o trabalho do Conselho a qualquer hora. Ele colocou as leis necessárias para manter a segurança pública e garantir a regularidade da administração pública. Essa constituição dava o direito de a Grã-Bretanha rejeitar qualquer lei que fosse aprovada pelo alto representante Britânico, no prazo de um ano, a partir da data desta aprovação.

O texto da Constituição se refere ao estabelecimento de tribunais de paz e tribunais centrais, designado pelo Alto Representante Britânico e os tribunais do território, para examinar as questões relativas à propriedade de bens imóveis, bem como, o tribunal criminal e um Tribunal Supremo, com o estatuto de tribunal de recursos, ou então, tribunais de status pessoal para os muçulmanos, cristãos e judeus. Foi decidido que a Constituição pudesse fazer uso do idioma Inglês, Árabe e Hebraico nos tribunais, no Conselho Legislativo e fazer a divulgação de todas as leis e anúncios oficiais nestes idiomas de forma obrigatória.

Desde a formação do Conselho Legislativo, as condições estabelecidas pela Constituição aos poderes, tiraram da Câmara o seu conteúdo e virou apenas a interface simples da constituição. Por isso que o povo palestino e suas lideranças nacionais haviam rejeitado a Constituição e sua legislatura, se recusou a cooperar com o Governo do mandato, e decidiu boicotar as eleições legislativas pela Câmara. Em face dessas decisões, o governo cancelou as atitudes tomadas para a formação do Conselho Legislativo, e o alto representante Britânico voltou a governar o país com a ajuda do Conselho Consultivo.

O governo do mandato então tentou atrair líderes nacionais Palestinos a cooperar na gestão da Palestina, através de membros de um conselho consultivo, os quais seriam nomeados entre os não funcionários, na mesma base estabelecida na lei eleitoral da Assembléia Legislativa.

O Alto Comissário Britânico convidou oito Muçulmanos e dois cristãos palestinos para serem membros do Conselho. Eles concordaram com isso, mas logo sete membros se retiraram em resposta ao pedido da Comissão Árabe de não cooperar com o mandato do governo o qual era visto como ilegítimo.

Como resultado da provocação Sionista na Palestina, a violência ascendeu na segunda metade de agosto de 1929, que levou ao envio de uma comissão de inquérito britânica liderada pelo (Sir Walter Shaw). Depois, ao envio do (Sir Hope Simpson, um especialista mundial em questões de imigração).

Entre os anos de 1929 e 1930, foi reconhecido pela Comissão de Shaw o especialista Simpson, assim como as comissões anteriores, pois a principal razão para a situação na Palestina foi um conflito entre os esforços e esperanças, em âmbito nacional entre palestinos e judeus.

Nos relatórios dessas comissões, que foram apresentadas para o governo britânico em agosto de 1930, constava que a Intifada palestina, em agosto de 1929 foi devida às seguintes questões:

- a) Medo dos árabes de que a imigração contínua dos judeus e o fato dos mesmos colocarem as mãos nas terras árabes transformasse no fim, os Árabes em minoria na Palestina, sua terra natal, sobretudo, quando as demandas sionistas estavam aumentando dia após dia, em detrimento dos árabes, que não sabiam onde e quando iriam acabar essas demandas.

- b) Medo árabe dos sionistas controlarem a vida política, econômica e os destinos do país, e que o aumento da imigração Judaica levasse o desemprego para os palestinos.
- c) Um sentimento de palestinos que temiam por sua posição que estava a piorar, quando mandassem a sua causa política para Londres, onde a influência dos sionistas era forte para defender a causa deles frente ao governo britânico e suas comissões, e mesmo perante a opinião pública britânica. Como resultado dessa influência, os palestinos começaram a questionar a capacidade e a vontade do Governo britânico para cumprir suas promessas, depois de constatar que, sempre que os Árabes conseguiam uma promessa Britânica a favor, ganhavam a influência do movimento sionista no parlamento e na imprensa, para alterar o guardião a favor dos sionistas, os quais contavam com a confiança do Governo britânico.

Os relatórios das comissões de Simpson e Shaw apoiaram muitas preocupações árabes, e depois de terem criticado a imigração Judaica, causaram a crise econômica e o desemprego entre os palestinos entre 1927-1928. Os relatórios exigiram impor mais restrições sobre a imigração judaica para a Palestina e sobre a venda de terrenos para as instituições sionistas.

Em face do conteúdo dos relatórios da Shaw e do especialista Simpson, o governo Britânico emitiu em outubro de 1930, uma nova declaração referente à política na Palestina (conhecido como o Livro Branco de 1930)³⁸. Foi baseada em um total de conclusões e recomendações contidas no relatório (livro apêndice Passfield White 1930). Confirmou que eles não iriam abandonar os seus compromissos no mandato para os painéis da população na Palestina, tanto para a

³⁸ -Arquivos e documentações da Palestina em 637-1949, o Ministério da Orientação. "Ver anexo XIII"

situação da Palestina, nas condições de política, administrativa, econômica. Assegurou o estabelecimento de uma pátria nacional judaica e a manutenção dos direitos civis e religiosos de todos os habitantes da Palestina.

O anúncio teve o mesmo problema constitucional, pois o governo britânico achou melhor dar aos palestinos, um grau de autonomia, em consonância com o mandato, e a formação de um Conselho Legislativo sobre as bases contidas no projeto do Conselho Legislativo em 1922. Com a indicação de uma alternativa pessoal de um não funcionário, para preencher o lugar do membro. O qual que não poderia ser eleito por causa da falta de cooperação ou de qualquer outro motivo.

Quanto aos terrenos, o governo Britânico achou melhor reformar nos métodos agrícolas, e proteger os locatários a fim de assegurar seus lugares nas terras, como também, a criação de cooperativas e associações dos agricultores.

Sobre as Migrações, o comunicado do governo britânico confirmou a necessidade de analisar a capacidade da economia do país, para absorver o número de imigrantes que estavam autorizados a entrar na Palestina. Foi à migração em grande escala a causa do desemprego dos palestinos e entre os judeus. Seria necessário que o governo do mandato reduzisse a migração ou a interrompesse, enquanto se aguarda que os desempregados encontrassem empregos.

Uma vez que a declaração foi publicada, os sionistas e as suas organizações lançaram uma campanha feroz contra a política do governo britânico no Parlamento Britânico e na opinião pública britânica, por causa do ponto em que o relatório se referia ao desemprego generalizado.

Com essa pressão, enviou (Ramsay McDonald), ao Primeiro Ministro britânico, um livro aberto para (Haiem Wisemann), Presidente da Organização Sionista e da Agência Judaica, negando uma grande parte, senão todos os aspectos

desta declaração, que foi vetada pelos sionistas, e negado no livro qualquer pensamento do governo britânico que proibia a imigração judaica, ou a compra dos judeus aos territórios palestinos. (Livro simbólico para Dr. Wisemann em 13 de fevereiro de 1931) ³⁹.

Já os árabes ficaram furiosos por causa do que chamaram de "o livro preto". Aumentou as dúvidas sobre os objetivos do governo britânico, sua capacidade para satisfazer as acusações sionistas e o fato de aceitar qualquer recomendação sobre a sua promessa formal anterior, a qual confirmou o direito dos árabes em suas terras, especialmente, após a ganância crescente do sionismo na Palestina, que não só quer dar o país aos Judeus, mas também quer a igualdade total entre os dois, sem levar em conta a diferença entre a população numérica entre palestinos e judeus.

O governo Britânico não tomou nenhum passo para aplicar o que estava no Livro Branco, mas iniciou a aplicação do "Livro Preto" na Palestina, e Ela permaneceu aberta à imigração judaica, que tomou uma nova dimensão depois que Adolf Hitler chegou ao poder na Alemanha em 1933 e aumentou a imigração de judeus, escapando da chamada no momento da perseguição dos judeus pelos nazistas.

Com o movimento contínuo de terras nas mãos dos judeus, de acordo com o plano, deixando o povo palestino, desprovido da assembléia parlamentar, mesmo com uma minoria judaica na Palestina, e começou o mandato com a ajuda do governo em armar os judeus em grande escala, e treinados para usá-lo, depois que a proteção aos Judeus e suas colônias se tornou um dos principais objetivos da Agência Judaica.

³⁹ - Do livro "Grande Israel", pelo Dr. Assad Razzouk. " Ver Anexo XIV"

Encher a Palestina com imigrantes Judaicos, e a expansão de terras para as instituições sionistas levaram-na a uma escalada na posição palestina, com a explosão da revolução Palestina em 1936. Com os resultados desta revolução, o governo enviou à comissão real britânica de novo para a Palestina, em 11 de Novembro de 1936. A comissão em seu relatório apresentado ao governo britânico, afirmou que a razão principal da revolução era o desejo dos palestinos da independência nacional, e o seu ódio e medo da idéia de um lar nacional para os judeus.

Pela primeira vez, um relatório oficial Britânico descreve as promessas Britânicas para os judeus e os árabes como conflitantes, e do sistema de mandato como um sistema falho, e advertiu o governo britânico que a única esperança de alcançar a paz entre ambas às partes era acabando com o mandato e dividindo o país em dois países separados, um judeu e um palestino, mantendo a Grã-Bretanha alguns direitos para garantir o acesso aos lugares religiosos sem restrições.

O governo britânico aprovou o relatório da Comissão Real, e foi formada outra comissão, a comissão (Woodhead) para desenvolver um plano detalhado de dividir a Palestina com poderes para ajustar as fronteiras propostas pela Comissão de Bill, tanto para o Estado palestino, estado judaico, ou região de Mandato. (Anexo o Relatório da Comissão Real para a Palestina 13 de julho de 1936) ⁴⁰.

A aceitação do governo britânico para o princípio da divisão e criação de um estado judeu em parte da Palestina foi aprovada pelos judeus, o que levou o Congresso Sionista realizado em 1937, a aceitar o princípio de separação, mas pedindo para dar aos judeus uma grande área de terra suficiente para estado,

⁴⁰ - Arquivos e documentos da Palestina em 637-1949, o Ministério da Orientação .

enquanto os palestinos se opuseram fortemente à idéia de divisão e retomaram a revolução armada contra os ingleses.

O Governo do mandato enfrentou a revolução com violência e repressão, e prendeu um grande número de líderes palestinos, forçando alguns desses líderes a fugir da Palestina, como Haj Amin AL-Husseini, Mufti da Palestina. As autoridades mataram um grande número de rebeldes (três mil). Essas ações violentas Britânicas levaram ao aumento da revolução, ao invés de conter a revolta, forçando o governo britânico a enviar reforços militares de forças terrestres e aéreas do Egito, Chipre e Malta, em setembro de 1937, até o início da segunda guerra mundial, que começou em 1939.

A Comissão de Woodhead nomeada pelo governo para o desenvolvimento do plano detalhado para a partição da Palestina foi para Jerusalém em 27 de abril de 1938, no momento em que a revolução palestina estava no auge. Os palestinos não concordaram e se manifestaram contra ela.

Depois de estudar a situação da terra até 03 de agosto, a Comissão voltou para Londres e apresentou um relatório pessimista. Deixou claro no relatório que os palestinos inteiramente são contra o princípio da divisão e que os Judeus não estavam totalmente a favor da divisão, assim como é impossível dividir a Palestina de uma maneira justa e mutuamente aceitável, e que o princípio de divisão não teria êxito.

Quando o governo Britânico recebeu o relatório, decidiu abandonar a idéia de partição, e convidou os representantes dos palestinos e representantes dos países árabes e Membros da Agência Judaica, em uma conferência em Londres, em março de 1939, para discutir a solução que seria justa para todas as partes. Foi a chamada do Egito, Iraque, Arábia Saudita e leste da Jordânia e Iêmen para atender

à conferência de Londres, como o primeiro reconhecimento formal do Britânico, sobre a importância da causa Palestina, para todos os árabes e seu direito a ser consultado e retornar a eles o destino do país. Mas a conferência de Londres terminou em fracasso na insistência dos árabes e judeus em suas posições.

Como resultado deste fracasso da conferência na quais todos esperavam resolver a causa palestina, antes do início da segunda Guerra Mundial, foi emitido pelo Governo britânico em 17 de maio de 1939, a declaração política chamada (o Livro Branco de 1939), indicando a sua política em direção à Palestina, durante os próximos dez anos, as quais são resumidas como segue: **(Anexo o livro de McDonald em 17 de maio de 1939)**⁴¹

- a) Que a Inglaterra governaria a Palestina por dez anos. Durante esse tempo teria como objetivo, a formação de um Estado palestino independente, com palestinos e judeus. Se os dois lados cooperassem durante este período, seria dado a eles um papel crescente para governar a Palestina, senão, isso seria adiado.
- b) Aprovar a imigração de 75000 Judeus para a Palestina durante os próximos cinco anos, elevando o número de judeus na Palestina, a cerca de um terço da população total, e que a migração depois disso estaria sujeita à aprovação dos árabes.
- c) A imposição de severas restrições à venda de terras a judeus em algumas áreas, e uma proibição total de vendas em outras áreas.

Esta declaração foi rejeitada na íntegra pelos palestinos e árabes, pois a independência só seria alcançada com a contribuição dos judeus e a cooperação com eles, enquanto os judeus não queriam participar de um estado não-judeu, e

⁴¹ -Ver Anexo XVI

porque ele fez a declaração de independência, após dez anos ou sendo adiado dependendo das circunstâncias, e quem Tomaria a decisão final seria a Grã-Bretanha.

Por outro lado a declaração foi recebida com indignação pelos Judeus, que acusaram a Grã-Bretanha de violar o que estava no mandato, e ameaçou que não iria aceitar a existência da Palestina como Árabe com os Judeus em minoria sempre. Assim, começaram as instituições secretas, ataques terroristas contra o governo do mandato e suas instituições.

2. Melhoria da economia a favor dos Judeus

A situação econômica Palestina estava em péssimas condições. Esse fato permitiria o estabelecimento de um lar nacional judeu no governo do Mandato. O governo britânico agiu desde o primeiro dia na Palestina, para apoiar e desenvolver a economia dos sionistas, através de legislação para promover e facilitar os investimentos Sionistas na Palestina, e para dar à minoria sionista, os direitos e privilégio dos projetos gigantes econômicos, bem como a entrada e o crescimento do setor econômico sionista na Palestina.

Nesse contexto havia dois tipos de economia na Palestina: A primeira, economia Judaica agrícola e industrial sionista de rápido crescimento, ajudada pelas ondas de imigração, sustentada de trabalhadores treinados e com grande capital do sionismo. A segunda economia Árabe, a agricultura sendo basicamente de crescimento médio que sofreu pela falta de capital e pela falta de trabalhadores qualificados.

Isto se refletiu em diferenças nas taxas de crescimento dessas economias entre 1922 e 1939. A economia árabe cresceu de forma constante durante este período, no qual a indústria teve um crescimento e aumentou a produção para

200%, comparando com o início desta fase, mas não se comparava com as taxas de crescimento da indústria judaica na mesma fase, que contribuiu com mais de 80% do PIB palestino em 1939.

A. Desenvolvimento da agricultura a favor dos sionistas:

A Palestina é um país agrícola em geral, e as estatísticas conduzidas pelo governo do Mandato em 1922, mostram que cerca de 70% dos palestinos contra 18% dos sionistas, formam a população da Agricultura (que moram no interior), Mas os sionistas começaram a crescer muito mais como resultado do cuidado recebido pela Agência Judaica, e pelas grandes facilitações do governo Britânico nesta área.

O Governo do mandato logo que foi formado em 1920, antes de o instrumento de seu mandato sobre a Palestina, começou a derrubar leis e regulamentos Turcos, que havia impedido os Judeus de possuir bens imóveis na Palestina, e substituiu-o com a nova legislação, a qual permitiu a transferência de terras do Estado palestino para os judeus, tanto pessoal, ou através das instituições sionistas na Palestina e no mais importante dessas leis:

- Lei das terras número 39 do ano 1920:

O texto desta lei continha a aprovação do governo do Mandato sobre a venda de terrenos, impedindo a sua transferência para quem fosse residente na Palestina. Essa lei reduziu o preço dos terrenos e apresentou-lhes à venda para os judeus com preços baixos.

O artigo seis da lei diz que o proprietário do terreno deve residir na Palestina, e deve ter o desejo de utilizar o terreno para a agricultura. O tamanho do terreno não deve passar de 300 mil metros quadrados, enquanto que o segundo artigo diz que o alto representante Britânico tem os poderes para aprovar as vendas que não correspondessem com os requisitos do artigo seis.

Sob essa lei, os proprietários Palestinos que não residiam na Palestina ou tinham uma área de terra maior que 300000 metros quadrados ou que não usavam suas próprias terras para a agricultura, foram obrigados a oferecer seus terrenos para venda.

Como os pequenos proprietários e agricultores não conseguiam adquirir grandes áreas oferecidas para venda, quem comprou foram os judeus e as instituições sionistas, enquanto as autoridades da sessão especial do Alto Representante Britânico permitiram a venda de grandes extensões de terra para estabelecer assentamentos sionistas, tanto particulares, como de propriedade do Estado.

- Lei das terras resolvidas:

Herbert Samuel lançou esta Lei em 11 de outubro de 1920, com a finalidade de encontrar as terras para o assentamento de imigrantes judeus, que em seu governo, foram mais do que o país consegue absorver, tirando dos agricultores essas terras da qual se beneficiavam, em conformidade com as leis da Turquia. Essa lei foi aplicada com efeitos retroativos absolutos. Para aproveitar as terras dos agricultores palestinos que estavam plantando, para vender para os judeus e às instituições sionistas.

- Lei das terras número 2 do ano de 1921:

Foi aprovada a lei na qual os tribunais ordenaram a venda de um terreno para pagar a hipoteca. Muitos dos camponeses Palestinos foram vítimas dessas hipotecas, por terem que lidar com os credores. Depois que autoridades do Mandato fecharam as portas do auxílio Agrícola Turco, os tribunais de terras que o alto representante Britânico Herbert Samuel mandou criar e entregou para o representante sionista Norman Pintoic, foi muito importante para tirar muitos

proprietários de terra Palestina, os quais foram vítimas de negociações com credores.

- Lei das terras baldias:

Herbert Samuel lançou uma lei em 16 de fevereiro de 1921, por meio da qual, o governo poderia exigir a retirada de todos os terrenos baldios recuperados pelos agricultores palestinos, sem registro de propriedade e entregues para a Agência Judaica, em conformidade com o artigo seis do mandato.

- Lei das terras número 28:

O governo do mandato, na era do Senhor Blomer, continuou no caminho de seu antecessor Samuel, o qual lançou esta lei que dá ao proprietário de qualquer projeto, o direito de colocar a mão no terreno. Haveria a crise no projeto, se ele não conseguisse negociar com o proprietário para comprar ou alugar dentro de quinze dias. Essa lei deu ao dono do projeto o direito de recorrer ao tribunal competente, se o proprietário das terras não aceitasse que ele fosse o novo dono. Se o tribunal verificar que o dono do projeto tem o direito em apropriar do terreno, ele emite uma decisão de entregar a terra para ele.

Essas leis permitiram aumentar a área de terras pertencentes os judeus em 1929, o que fez nesta fase, o rápido desenvolvimento das colônias agrícolas cooperativas (moshav) e coletivas (kibutz). Em 1938, o número de assentamentos agrícolas Israelenses atingiu 223 assentamentos habitados por 120 000 pessoas, o que representa cerca de 27 % do número total de judeus na Palestina.

B. Desenvolvimento da indústria a favor dos sionistas:

As indústrias palestinas antes do mandato eram indústrias simples. Dependiam principalmente, de produções agrícolas, com exceção da indústria de bebidas alcoólicas que foi assumida pelos judeus. A referida indústria era assumida

pela palestina em geral, e durante os anos de mandato aumentou o tamanho do setor industrial judeu, gradualmente, até chegar a 35% do tamanho do setor da Indústria na Palestina em 1928.

Na década dos anos vinte, foi visto que os sionistas assumiram as grandes indústrias inclusive as eletrônicas, pois conseguiram exclusividade de companhias de energia e cimento, e da produção de óleos vegetais e animais em Haifa em 1929, e da grande refinaria da Palestina que começou a funcionar em 1932. Os judeus introduziram algumas novas indústrias, como a impressão e o couro decorado.

De acordo com dados oficiais dos britânicos, aumentou o número de estabelecimentos sionistas em 1925 até 1937 o equivalente a 190,3%, os trabalhadores nessas empresas, o equivalente a 348,8% e o capital investido o equivalente a 629,54%.

Algumas estatísticas Britânicas em 1935 e 1939 compararam o setor industrial palestino e sionista na Palestina, na estatística de 1935. Disseram que os sionistas controlaram a 872 empresas industriais, enquanto 340 instalações eram controladas por palestinos, e que os sionistas ocuparam 13 678 trabalhadores nas suas fábricas contra 4.117 trabalhadores palestinos nas fábricas.

C. Concessão de privilégios monopolistas na indústria aos Judeus:

- Companhia de energia Palestina:

Nos termos do artigo onze do Mandato para a Palestina, que deu o poder para o país com o mandato de utilizar dos recursos necessários para explorar a natureza, negócios ou serviços de utilidade pública no país ou o que viesse, a ser estabelecidos depois.

Herbert Samuel em 12 de setembro de 1921 concedeu o benefício de criação da energia na Palestina por 70 anos, a um dos homens judeus "Pinhas Rottenberg", mas quando ele não conseguiu levantar o capital necessário para o projeto de um milhão de libras, o governo britânico emprestou a ele 657 951 libras esterlinas para completar o capital necessário. Nos termos do privilégio que foi cedido, o direito da companhia de eletricidade foi da seguinte forma:

A - o uso do rio Jordão e seus afluentes, para geração de energia para a Palestina e leste da Jordânia.

B - Proibição de uso da água para outros fins que não constasse nos processos de geração de eletricidade. A empresa iria compensar os proprietários afetados pelo corte de água em conformidade com a decisão do Alto Representante Britânico sozinho.

C - O monopólio da iluminação em toda a Palestina para essa nova empresa, exceto Jerusalém, que as autoridades turcas tinham cedido uma concessão para os gregos em 1914.

D - o estabelecimento de usinas de energia no leste da Jordânia exceto Amã, Karak e Salta, com o consentimento do leste da Jordânia.

Com esse monopólio, os sionistas controlaram a produção e distribuição de eletricidade na Palestina e leste da Jordânia e controlaram o futuro da água na região árabe. Com essa concessão, os Árabes não tinham o direito de estabelecer projetos de desenvolvimento ou de investimento que dependessem das águas dos rios Jordão e Yarmouk sem a aprovação dos judeus. A empresa de eletricidade palestina teve com esse monopólio um lucro enorme e o capital saltou de um milhão de libras, quando foi fundada, para cinco milhões em 1939.

- Empresa de exploração do Rio Morto:

Os engenheiros Franceses (Karsh e Gandhion) em 19 de fevereiro de 1925 pediram ao governo britânico, que ratificasse os direitos concedidos para explorar os sais do Mar Morto. O governo britânico concordou inicialmente, mas depois recuou e deu a franquia para os sionistas (Novomski e Tulloch) em 1927, pois era representante da Empresa Palestina Butas, que ganhou o direito palestino de exploração por um período de setenta e cinco anos.

Esse privilégio foi dado aos sionistas para explorar qualquer lugar do Mar Morto, para extrair os sais e os produtos químicos, e ter prioridade na alocação de qualquer lugar no mar, que não fosse mais distante que cinco quilômetros. O lucro dessa empresa, que pagava apenas um aluguel simbólico de uma libra, foi estimado em 23 milhões de dólares em 1939.

A- A criação de mão de obra necessária para criar e desenvolver a economia na Palestina era uma das principais tarefas assumidas pela Agência Judaica. Com a ajuda do Governo do mandato, Herbert Samuel trabalhou desde o início da administração na Palestina para promulgar as leis de imigração que ajudassem a trazer a mão de obra necessária para construir um lar nacional para os judeus.

O desenvolvimento da economia emitiu a primeira lei da imigração no dia seis de agosto de 1920. Menos de dois meses depois de sua nomeação, como Alto Representante Britânico na Palestina, nessa lei, foi permitida a entrada na Palestina de quem tivesse recursos abaixo de mil libras. Mas o artigo quatro da presente lei permitiu a entrada de cada pessoa que praticasse uma profissão e tivesse um capital de pelo menos quinhentas libras.

Quanto aos os artesãos, a lei permitiu a entrada na Palestina de cada pessoa habilitada em uma das profissões ou ocupações ou negócios e que tivesse à

sua disposição, o capital absoluto de nada menos que 250 libras Palestinas. O diretor de imigração tinha o direito, quando auditar o capital, a levar em conta o valor das ferramentas guardadas como propriedade e indispensáveis para o trabalho em seu setor. O que significava a dedução do valor das ferramentas de artesão no valor de 250 libras Palestinas.

A Comissão de sionismo na Palestina aprovou a lei para a entrada de 16500 Judeus para a Palestina a cada ano, desde que fosse responsável pela sua manutenção o ano inteiro.

Percebendo-se os sionistas e os britânicos que a lei não consegue acelerar seu ritmo de migração para os padrões exigidos, as autoridades cancelaram em 03 de junho de 1921, a atribuição de responsabilidade da Comissão sionista para o apoio aos imigrantes. Quando a experiência mostrou que isso não era suficiente para acelerar a imigração, o governo emitiu um mandato de uma nova alteração à lei em 1924, e emitiu em 1925 uma nova lei geral para facilitar o processo de migração. Fez duas alterações na lei em Julho de 1926 e dezembro de 1927, em seguida, emitiu uma nova lei em 1928 e outra em 1933, visando acelerar as taxas de migração para a mudança demográfica na composição da população e fornecer a força necessária à construção do projeto sionista na Palestina e no Oriente Médio.

II-3-: Desenvolvimento do movimento patriota Palestino (1920 – 1939):

1º: Fase da luta Palestina contra o projeto sionista (1920 – 1935):

O movimento palestino de luta nesta fase se baseou na ação política para expressar seu ressentimento contra o projeto sionista na Palestina, e teve nesta fase, algumas revoluções que ocorreram sem planejamento, devido aos efeitos da

economia política britânica destinada a judaizarão da Palestina, de um lado e as provocações do sionismo, do outro.

O trabalho dos palestinos desde a Declaração Balfour foi à formação de uma organização política para expressar a sua vontade e enfrentar a política do Governo do mandato e da atividade sionista na Palestina. Foram criadas inicialmente, associações islâmicas e Cristãs, que lideraram o movimento nacional no Estado, durante o governo militar britânico. Esses movimentos tiveram as atividades políticas em conjunto com o movimento árabe geral, que tinha sua sede em Damasco.

As notas de protesto, rejeição e conferências nacionais, tinham sido o meio de essas associações expressarem a posição do movimento nacional palestino que rejeita a política de judaizarão. Além dos relatórios apresentados por essas associações para a administração militar, a primeira conferência palestina realizada em Jerusalém em 03 de fevereiro de 1919⁴², enviou uma nota para a conferência de reconciliação em Paris, expressando através da mesma, a rejeição do povo palestino pela Declaração de Balfour e imigração judaica para a Palestina. A Assembléia também forneceu um amplo relatório cristão-muçulmano como ela.

Quando o Comitê Executivo da primeira conferência solicitou a realização da segunda conferência, em Fevereiro de 1920, a administração britânica impediu que a conferência fosse realizada. Com isso, os representantes da Palestina em Damasco, realizaram a segunda conferência em fevereiro de 1920⁴³.

Essa Conferência aprovou uma série de decisões resumidas na rejeição da imigração judaica, e considerou a Palestina como parte da Síria, exigindo a independência completa e a saída dos ocupantes da Palestina.

⁴²-Arquivos e documentações da Palestina em 637-1949, o Ministério da orientação.

⁴³ -arquivos e documentos da Palestina, em 637-1949, o Ministério da orientação,

Após três meses da proibição da administração britânica de realização de conferências e reuniões, assim como a proibição de manifestações, aconteceu uma Intifada popular na cidade de Jerusalém, durante a celebração do nascimento do Profeta em primeiro de abril de 1920, como resultado das provocações do sionismo, que rapidamente levou a espalhar as manifestações em toda a Palestina. Virou um conflito entre os palestinos de um lado, e da polícia britânica do outro lado, o que levou à morte e ferimentos de várias pessoas de ambos os lados, antes das forças armadas britânicas controlarem a situação.

Após a revolta, a administração do exército britânico iniciou a formação de uma comissão militar de inquérito chamada de a Comissão Palin, e no final, o relatório da comissão afirmou que a causa destas revoltas era desespero dos árabes e o desanimo para realizar as promessas feitas a eles, reconhecendo a sua independência e a crença de que a Declaração de Balfour fosse um ataque contra seus direitos.

Quando os Franceses conquistaram Damasco, e acabaram com o domínio árabe na Síria em 24 de Julho de 1920, houve um choque para os Palestinos, os quais pediram a união com a Síria. Com isso, a terceira conferência palestina ocorreu na cidade de Haifa, entre 13 e 14 de dezembro de 1920⁴⁴, e decidiu por pedir um governo palestino independente. Diferentemente da segunda conferência que queria a união com a Síria.

E quando veio (Winston Churchill), Ministro das Colônias para Jerusalém, em 28 de março de 1921, a liderança palestina enviou seus pedidos, mas ele recusou, dizendo com toda a audácia, que a Inglaterra estava comprometida com a

⁴⁴ -Arquivos e documentações da Palestina em 637-1949, o Ministério da Orientação,

Declaração de Balfour, com a criação de um lar sionista na Palestina, e com a vontade britânica destinada a judaizarão da Palestina.

Os imigrantes continuaram vindos para a Palestina, e as leis lançadas por Herbert Samuel em 1920, lançaram às cidades palestinas, uma revolta maciça que começou na cidade de Haifa, em primeiro de maio de 1921. Depois de confrontos entre manifestantes palestinos e sionistas, por ocasião do dia dos trabalhadores, as coisas se deterioraram, pois os protestantes atacaram o centro de imigração judaica em Alfa, e alguns assentamentos sionistas entre Alfa e Tulkarem, causando perdas significativas.

As tropas britânicas avançaram para defender os sionistas, e continuaram por quinze dias este conflito. Os resultados foram às perdas grandes para os dois lados (48 mortos e 75 palestinos feridos, em comparação com 47 mortos e 146 sionistas). Também resultou essa intifada em Jerusalém no surgimento de Mussa Kazim AL-Husseini como o primeiro líder do Movimento nacional palestino, a Intifada de maio resultou na confirmação da união entre muçulmanos e cristãos que participaram da revolta lado a lado.

Na seqüência dessa Intifada, o governo britânico tomou a iniciativa de estabelecer uma comissão de inquérito chefiada pelo (Sir Thomas Heikkrvat) Chefe de Justiça de Palestina. A Comissão chegou à conclusão de que a causa dos eventos era devido às seguintes razões⁴⁵:

1. Oposição dos árabes da Palestina ao sionismo e a política do governo britânico destinado a estabelecer uma pátria sionista na Palestina.
2. O estatuto privilegiado gozado pela Organização Sionista na Palestina, tornando-se um governo dentro do governo.

⁴⁵-Arquivos e documentações, em 637-1949, o Ministério da Orientação,

3. Fluxo de imigrantes judeus, e que isso representava uma ameaça para os árabes da Palestina e, após o surgimento do sionismo político, que incentivava os judeus a emigrar para a Palestina e conquistá-la.

A intifada de maio foi o motivo principal para a quarta conferência da Palestina em Jerusalém, de 29 maio a cinco junho de 1921. Decidiu-se que a Conferência enviaria uma delegação chefiada pelo Kazem AL-Husseini com as exigências dos palestinos para o governo britânico, mas a delegação não pôde em mais de um ano que passou na Inglaterra, mudar a política do governo britânico para a Palestina.

Enviou uma delegação durante a sua estada em Londres, por três dos seus membros, à Genebra para participar na Conferência sírio-palestina, convocada pelo partido da União da Síria, para mostrar a causa para a Liga das Nações. A conferência pediu para o Presidente da Liga das Nações, a independência da Síria, Líbano, Palestina e da abolição da Declaração de Balfour.

Durante a estada da delegação em Londres, o governo britânico mostrou um projeto de Constituição para a Palestina. A delegação concluiu que não satisfazia as exigências mínimas do Programa Nacional da Palestina e exigiu que garantisse os direitos políticos e econômicos do povo palestino, ignorados pela Constituição. A proposta foi também ignorada pela Declaração de Balfour, pois a Constituição deveria prever a criação de governo nacional, independente, mas o governo britânico não concordou com as exigências palestinas, porque impediria a implementação da **Declaração Balfour**⁴⁶.

Quando emitiu (Winston Churchill) em 22 de junho de 1922, a declaração de política do governo britânico na Palestina (livro branco, 1922), a delegação

⁴⁶ -Ver Anexo XVII

palestina em Londres, emitiu um memorando datado de 17 de junho do mesmo ano, para o ministério Colonial, atacando o teor do Livro Branco e acusou o governo de que os britânicos não implementariam o autogoverno (independência) sem que os judeus se tornassem a maioria. A delegação pediu a formação de um governo nacional responsável perante o Parlamento eleito pelo povo de cristãos do país, e os muçulmanos e judeus.

O povo palestino rejeitou a declaração de Churchill e também anunciou a sua rejeição do mandato britânico. Apelou à criação do governo nacional, independente, e voltou à delegação palestina para a casa, de mãos vazias em 21 de agosto de 1922. Duas semanas após a ratificação da Liga das Nações ao mandato, iniciou a quinta conferência palestina, no dia seguinte e continuou suas sessões até 25 de Agosto, e depois de ouvir o relatório da delegação palestina e discutir os diversos aspectos da questão palestina, emitiu a Conferência.

Havia em seu encerramento várias resoluções. Dentre as mais importantes: a rejeição da nova Constituição da Palestina, boicotar as eleições do Conselho Legislativo, criar o Instituto dos árabes palestinos em Londres, além da formação das Assembléias de cristãos palestinos e muçulmanos em todos os distritos da Palestina. Boicotar os judeus, e difundir entre as massas palestinas para explicar os objetivos sionistas. Em primeiro de setembro, o Comitê Executivo emitiu um comunicado pedindo aos cidadãos, que boicotassem as eleições legislativas palestinas de Conselho. O que levou ao projeto do Conselho.

Em 27 de outubro de 1922, decidiu-se realizar a Conferência de Losane entre a Grã-Bretanha, França e Itália. Foi uma delegação palestina liderada por Musa Kazim AL-Husseini a Losane para apresentar o caso da Palestina, mas não foi permitido que a delegação participasse da conferência. Com isso, a delegação foi

para Londres para se reunir com o ministro das colônias britânicas, em uma tentativa determinada para mudar a situação britânica sobre a questão palestina, mas a delegação retornou sem obter sucesso.

Já a sexta Conferência Palestina, realizada em 10 de Junho de 1923, em Haifa, durou dez dias, para discutir um projeto de tratado elaborado, no qual a Inglaterra conduziu o rei Hussein ao reconhecimento formal sobre a situação política criada pela Grã-Bretanha no Oriente Médio, em troca do reconhecimento Britânico da independência dos árabes, no Iraque e na Península Arábica, exceto Aden e no leste da Jordânia.

A Conferência decidiu rejeitar o Tratado pela falta de reconhecimento da independência da Palestina e da dedicação da política britânica com vista a estabelecer uma pátria sionista na Palestina. A conferência ainda pediu para formar um governo representativo de forma independente. A Conferência também decidiu enviar uma delegação a Londres, sob a presidência de Mussa Kazim AL-Husseini para incluir o Dr. Naji Al Assil representante do rei Hussein, nas negociações entre ele e o ministério do exterior Britânico.

O objetivo era defender a causa da Palestina, em conformidade com as decisões da conferência de Haifa e para modificar o projeto de tratado Britânica-Hashimeia para atingir às demandas do povo palestino. Mas os esforços da delegação palestina falharam pela insistência do governo britânico, em sua posição de criar um lar sionista nacional na Palestina.

O movimento nacional palestino nos anos seguintes à sua criação e até o ano 1928 teve uma divisão nítida, como resultado de divergências e conflitos entre membros da família Al-Husseini, que havia liderado o movimento nacional, e adotado a política de não-cooperação com o governo do mandato e membros da

família Al-Nashashibi. Eles adotaram uma política mais justa e lideraram a oposição contra o Conselho Supremo Islâmico, que começou a aparecer como uma força política liderada pelo Mufti de Jerusalém, Haj Amin Husseini.

A divergência entre as duas famílias acabou causando um racha no Movimento Nacional Palestino, o que levou à fragmentação e ao surgimento de uma série de partidos políticos da oposição da Comissão Executiva árabe, como o Partido Nacional, que foi formado sob a presidência do xeque Suleiman AL-Taji-Farouki no Outono de 1923, o Partido de Agricultores, que consistia de um grupo de partidos Braço pequenos e o partido das famílias que foi fundado em Nablus em 1926.

Com isso, houve uma alta nas taxas de imigração, a ampliação das áreas de terra dos sionistas, as instituições sionistas e o desemprego crescente entre os palestinos após o logotipo (trabalho em hebraico). O que levou à expulsão de agricultores palestinos das terras roubadas pelos sionistas, com a ajuda dos britânicos...

A proibição dos Palestinos para trabalhar nas colônias sionistas e suas instalações, levou à convocação da Conferência Palestina, sob a presidência do Mussa AL husseiny em 05 de junho de 1928, mas esta conferência não teve nenhuma novidade, só apoiou as decisões das conferências anteriores.

As complicações da política britânica resultaram em sua determinação de judaizar a Palestina nos anos vinte do século passado, e da incapacidade dos líderes árabes para trazer a mudança na política britânica. O que levou ao descontentamento popular que poderia explodir provocado pelo sionismo. Isto é o que aconteceu em agosto de 1929, o bombardear uma nova Intifada palestina, resultante da provocação sionista sobre o Muro das Lamentações, onde as

manifestações sionistas foram em 14 e 15 de agosto durante a festa de Jejum pedindo o reinado do Muro das Lamentações. Começou um protesto palestino em frente à mesquita Al Aqsa na sexta-feira seguinte após a oração.

Os manifestantes Palestinos removeram todos os objetos deixados pelos judeus: telas e ferramentas de adoração em frente à parede e o que levou a um confronto entre muçulmanos e judeus, espalhando-se rapidamente na cidade de Jerusalém e seus arredores.

Espalhou-se a revolta para Hebron e Nablus, Haifa, Acre, Beit Shean e Safed. As grandes forças do mandato serviram para pedir mais tropas britânicas do Egito para enfrentar a revolta em quase duas semanas e deixou 133 mortos e 399 feridos dos sionistas além de 116 mortos e 232 feridos árabes que foram principalmente baleados por tropas britânicas.

Estes movimentos revolucionários contribuíram com uma mudança no ambiente considerado calmo, onde os palestinos decidiram boicotar a economia sionista. O governo britânico depois que a situação se acalmou, enviou uma comissão de inquérito dirigida pelo juiz (Walter Silva), em março de 1930 e, em seguida, à Comissão (John Simpson).⁴⁷

Em agosto do mesmo ano, e baseada nos relatórios desses comitês, o governo publicou um documento do governo britânico (Livro branco de 1930), que foi bem recebido pelos palestinos, os quais pensavam que o mandato do governo iria limitar a imigração judaica bem como, o desvio de terras para os sionistas e as instituições sionistas.

Mas o declínio do governo britânico, como resultado da pressão dos sionistas, aumentou o ódio dos Árabes ao governo Britânico. Então foi percebido

⁴⁷ -“Os problemas legais decorrentes da questão da palestina.

que todos os partidos palestinos deveriam boicotar a política britânica e sionista, mas boicotar a política britânica era o principal trabalho nacional palestino.

Nos primeiros anos da década de trinta do século passado, realizaram-se várias conferências, para discutir a forma de resistir à política britânica e do sionismo, como foi testemunhado pelas manifestações e revoluções que expressaram raiva das massas árabes contra a imigração sionista e a apropriação contínua de terras palestinas para os sionistas. A mais importante das conferências realizadas neste período, foi a dos combatentes árabes, que teve lugar em Nablus, no dia dezoito de setembro de 1931. Em seguida, a Conferência Islâmica, realizada em Jerusalém, durante o período compreendido entre sete e 17 de dezembro do mesmo ano, e depois a Conferência da juventude árabe, realizada em Jerusalém em quatro de Janeiro do ano 1932.

Houve também, reunião do Congresso Nacional da Mulher pela primeira vez em 28 de janeiro de 1932, e a Grande Conferência Nacional, que foi realizada em Haifa, em 26 de março de 1933. Essa conferência convocou à luta armada contra os britânicos, porque eles eram a raiz do problema, e decidiram não cooperar com o Governo do mandato, boicotar os produtos Britânicos e impedir a venda de terras aos sionistas.

A Comissão Executiva da Conferência Nacional chamou para um protesto em Jerusalém, em 13 de outubro daquele ano e teve a participação de seus membros e líderes de países árabes. Esse protesto rapidamente se transformou em um levante revolucionário contra as tropas britânicas, continuou durante seis semanas em todas as partes da Palestina, que matou 26 Shahid e 187 feridos dos árabes da Palestina, e 56 entre mortos e feridos dos policiais.

A Comissão de Inquérito criada após o levante liderado pelo juiz (William Morrison) deixou claro que aquela Intifada foi diferente das anteriores, que eram só contra os sionistas. Já a Intifada atual foi contra o governo do Mandato Britânico, que então apoiou o sionismo.

2º: Fase da luta armada contra a política Britânica (1935 – 1939)

Os britânicos não conseguiram acabar com o fogo da última Intifada. Ela introduziu o novo modelo de luta nacional palestina, armada depois de um esforço político de todos os árabes para convencer os ingleses a voltar atrás em sua posição de judaizar a Palestina. O início da luta armada foi um movimento de Sheik Izdin AL-Qassam que começou em Haifa para a floresta da Galiléia, no norte da Palestina em meados de 1935, após os votos dos membros ao sacrifício e luta contra os ingleses e os sionistas.

Mas o movimento não sobreviveu por tempo suficiente por causa da morte do comandante e alguns de seus companheiros nas mãos dos britânicos, porém, foi à faísca que iniciou a revolução palestina, no ano seguinte. Qassam guiou os palestinos para o caminho da luta, mostrou seu próprio exemplo de sacrifício e faleceu sem estar interessado na liderança. Acordou a Palestina com sua morte e os seus seguidores começaram a voltar ao seu trabalho, na luta contra os ingleses e os sionistas e se organizaram novamente nos primeiros meses de 1936.

Em 15 de abril, de 1935 um grupo de seguidores de Sheik AL-Qassam entrou em conflito com um grupo de sionistas no caminho entre Nablus e Tulkarem, matando dois sionistas. Aí os sionistas responderam matando dois trabalhadores palestinos perto da colônia (Petah Tikva) na noite seguinte, o que levou a um protesto palestino na cidade de Jaffa, em que os manifestantes entraram em confronto com os sionistas e caíram sete mortos e 29 feridos dos sionistas e

morreram dois e quinze ficaram feridos dos palestinos. As autoridades do mandato anunciaram a lei marcial e o toque de recolher, fazendo com que os árabes declarassem o boicote total.

Sob a pressão da opinião pública, os líderes das facções palestinas uniram forças e esqueceram os problemas entre eles, e depois de sentir que os acontecimentos estavam evoluindo negativamente, foi montado um Comitê Árabe, que teve a participação de todos os partidos, organizações cristãs e muçulmanas e foi liderado pelo Haj Amin Husseini, o Mufti da Palestina.

O Comitê Supremo emitiu uma declaração pública pedindo às pessoas do povo árabe da Palestina, para continuar o boicote geral, até que o governo do mandato alterasse a sua política para travar a imigração sionista, e impedir a transferência de terras para os sionistas, bem como, a formação de um governo nacional que respondesse para uma assembléia nacional eleita.

Em 15 de maio de 1935 anunciou os Palestinos a rejeição civil. A iniciativa mudou-se para os agricultores e trabalhadores. Grupos de militantes começaram a aparecer nas ruas e uma onda de vandalismo começou a explodir pontes, virar trens, cortar linhas de telégrafo, explodir oleodutos, queimar fábricas sionistas, assassinar policiais Britânicos e sionistas.

Os grupos forçaram a Grã-Bretanha a levar um grande número de tropas ao Egito, Chipre e Malta, para fortalecer as suas forças na Palestina e retomar o controle da situação volátil na Palestina. O governo britânico tentou acabar com os protestos e a revolução com atos de pressão, tortura cruel e castigo coletivo.

Toda esta revolução mostrou a força dos palestinos durante este período, que durou cerca de seis meses, que são unidades independentes e que desafiaram o governo Britânico. No outono de 1936, houve vários contatos entre os reis árabes

e o governo britânico, que resultou em uma promessa do governo Britânico de analisar a causa palestina com um espírito de justiça, quando voltasse a ficar tudo mais calmo.

O que levou o rei Abdul Aziz ibn Saud, o rei Ghazi, o rei do Iraque, e Imam Yahya do Iémen, o príncipe Abdullah Emir do leste da Jordânia a apelarem para que os palestinos decretassem o fim da revolução e acabar com o derramamento de sangue, com base em uma promessa do governo britânico para alcançar a justiça.

Após apresentar o assunto às comissões nacionais formadas no início da Revolução e, em seguida, aprovando o chamado árabe, o Alto Comitê Árabe por unanimidade, chamou o povo árabe na Palestina, para entrar em conformidade com a suspensão da greve e da revolução, a partir de 12 de outubro de 1936.

Assim que a situação acalmou, o governo Britânico enviou à comissão real britânica, liderada por (Lord Bill), que propôs a divisão da Palestina em dois Estados, Palestina e do sionismo, sendo rejeitado pelos palestinos, os quais foram apoiados por todos os países árabes, exceto pelo Emirado do leste da Jordânia, porque o príncipe do leste da Jordânia queria ser o rei Estado proposto no projeto de partição.

O Comitê de Defesa da Palestina, na Síria chamou para a conferência geral Árabe, realizada em Bludan (perto de Damasco), em 07 de setembro de 1937⁴⁸, e contou com a participação de delegações de todos os países árabes interessados na questão da Palestina (Egito, Iraque, Líbano, leste da Jordânia e Palestina). A conferência continuou por três dias e foram tomadas as seguintes decisões:

⁴⁸ -Arquivos e documentações da Palestina, em 637-1949, o Ministério da orientação,

1. Confirmação do caráter Árabe da Palestina, que fazia parte do mundo árabe.
2. A rejeição e resistência para a partição da Palestina e da criação de um estado sionista na Palestina...
3. A insistência na anulação do mandato e a Declaração de Balfour em substituir através de um acordo com a Inglaterra, visando fazer um tratado para garantir a independência Palestina e a soberania sobre seu território.
4. Criação de um governo constitucional, em que as minorias teriam os mesmos direitos que a maioria, e em conformidade com os princípios da Assembléia Constituinte.
5. Apoio à paralisação da imigração judaica imediatamente, fazendo uma legislação que impedisse a transferência de terras dos palestinos para os sionistas.

Após a conferência de Bludan começou uma nova intifada mais violenta, pois os Palestinos viram que a solução vinda por meio da comissão de Bill, com a revolução, que durou seis meses e custou a vida de mil pessoas, e o afluxo de voluntários e os mujahideen de todos os países árabes, para apoiar os seus irmãos na Palestina e compartilharam a honra do jihad e do martírio, e conseguiram o controle de grandes partes da Palestina o que levou o Governo do Mandato a pedir o apoio de tropas britânicas em países vizinhos, mas a ação seguiu o seu caminho e atacaram aeroportos e campos militares e postos britânicos e comboios de veículos militares e ao mesmo tempo, as operações continuaram a explodir rotas de transporte e estações ferroviárias para paralisar as forças britânicas.

Depois da escalada da revolução chegou à Palestina a Comissão técnica de (Wood Head) ⁴⁹ para discutir maneiras de alcançar a divisão proposta pela Comissão Real (Comissão Bell). Mas a Comissão considerou que, depois de estudar a situação na Palestina, a impossibilidade de aplicação dessa divisão que foi contestada pelos palestinos e não tão apoiada pelos sionistas, levou o governo britânico à troca da idéia de partição e um convite para uma conferência em Londres, da qual participaram: Egito, Iraque, Arábia Saudita, leste da Jordânia e representantes palestinos e os sionistas.

No que se referia aos Palestinos, só foram convidados no início, o partido da defesa nacional e ninguém mais, mas Al Nachachibi presidente do partido e os seus apoiastes recusaram o convite e viram que o Alto Comitê Árabe era o representante legítimo do povo da Palestina. Com isso uma delegação palestina foi formada com alguns membros da comissão, antes da conferência no final de janeiro em 1938. As delegações árabes que participaram da Conferência de Londres fizeram uma reunião preliminar no Cairo, que visava unir os pontos de vista e atitudes, exigir a independência da Palestina, e o estabelecimento de um governo palestino.

Esse governo teria dois ministros judeus, associando com a Grã-Bretanha em um Tratado de Aliança, para o desenvolvimento da Constituição que incluía os direitos das regionais e o lar nacional judaico. Haveria um período de transição antes da criação do governo. Sobre a imigração judaica foi proposto pela Inglaterra que permitisse a imigração por cinco anos, admitindo a chegada do número de judeus a um terço da população ao final desse período.

⁴⁹ -Arquivos e documentações da Palestina, em 637-1949, o Ministério da Orientação,

Mas a declaração dos britânicos encontrou forte oposição de ambos os lados. De um lado, os árabes discordaram com a insistência do governo britânico de não definir um prazo para o período de transição. Por outro lado, os judeus não gostaram da proposta britânica, porque eles sentiram que nela incluíam as exigências árabes de livrar-se da Declaração de Balfour, bem como da sua recusa em integração em um único estado, governado por palestinos.

Após o fracasso da Conferência de Londres em chegar a uma solução para a causa palestina quando já tinha o alerta do surgimento da II Guerra Mundial, o governo britânico emitiu o livro branco de 1939,⁵⁰ para acalmar os árabes e também, a situação na região, que estava na extrema necessidade da cooperação de seu povo durante a próxima guerra, apesar da recusa dos árabes e os sionistas, do que estava indicado no livro, com diferentes causas de cada um deles. Mas o governo britânico anunciou a sua intenção de executar o que constava nele, mesmo eles não gostando.

Capítulo III

III-1: Evolução do projeto sionista na Palestina (1939 – 1947)

Primeiro: A posição sionista sobre o livro branco e a cooperação com a Inglaterra nas vésperas da segunda guerra mundial

Quando o governo britânico anunciou o livro branco em 1939, veio a resposta sionista em níveis popular e oficial de forma rápida e furiosa. Em 18 de Maio, o dia seguinte ao anúncio do livro, os protestos sionistas começaram a ter raiva na Palestina, declarada pela rejeição sionista sobre o conteúdo do livro e sua determinação de resistir custasse o que custasse.

⁵⁰ - Arquivos e documentações, em 637-1949, o Ministério da Orientação. “Ver Anexo XVI”

Ben-Gurion, o presidente do Comitê Executivo do apoio da Agência Judaica declarou seu apoio em uma carta ao comandante das forças britânicas na Palestina, e confirmou a declaração oficial da Agência Judaica, anunciando a recusa do Livro Branco e a vontade dos sionistas em resistir à compreensão (não aceitar, fechar as portas da Palestina e não concordar com a transferência de sua casa Pátria para um novo “gueto”)⁵¹.

Já a resposta oficial da Organização Sionista Mundial veio de Chaim Weizmann, chefe da organização, em uma carta enviada ao alto comissário britânico na Palestina. Nela, ele disse:

Que a pátria judaica perderia o seu significado no momento em que a entrada de judeus fosse proibida sem o consentimento dos árabes. Ele (Weizmann) também escreveu em sua carta sobre a vontade dos judeus em resistir à política do Livro Branco, se fosse implementada.⁵²

Quando o Congresso Sionista foi realizado em Genebra no período de 16-25 agosto de 1939, uma semana antes da II Guerra Mundial, a Conferência deveria estabelecer as bases de trabalho sionista em caso de guerra. A cooperação com a Grã-Bretanha e a política do Livro Branco eram os principais pontos da agenda desta conferência, que resultou em suas discussões.

Sobre a recusa do conteúdo do Livro Branco, os participantes negaram a sua validade como base para o debate, mas deixaram a porta aberta ao o governo britânico para modificar o que estava descrito nele. Quanto à cooperação com a Inglaterra, as principais opiniões na conferência tinham três direções:

⁵¹ -Os problemas legais da questão da Palestina-Sultão Hamid.

⁵² - Documentos britânicos sobre a origem da guerra 1898-1914 - Londres-sultao Hamid.

A primeira tendência foi liderada por Chaim Weizmann. Ele viu a necessidade de cooperação com a Grã-Bretanha, e que a Aliança seria uma questão vital para o movimento sionista. (E que na medida em que a Grã-Bretanha fosse necessária para o desenvolvimento do sionismo, o sionismo da Palestina pareceria vital para a Inglaterra.).

A segunda tendência, liderada por Ben-Gurion, acreditou que havia chegado o momento de abolir a política do Weizmann, de uma plena cooperação com as autoridades do Mandato, ou pelo menos diminuir esta cooperação. O ponto de vista dessa tendência era (de que os judeus na Palestina eram uma entidade própria que os qualificava para se tornar um estado, e deveriam agir de acordo com esse pensamento também).

A terceira tendência, que representou a maioria da Conferência, encontrou uma solução intermediária, viu a necessidade de continuar a implementação dos objetivos sionistas, tendo em conta, continuar a cooperar com a Grã-Bretanha, e sobre a não resistência, só resistir em última instância, caso não houvesse nenhuma alternativa. Quem representou essa opinião foi (Pearl Katznlson), mas no fim vieram às decisões da Conferência para o benefício da última tendência.

Para que não parasse o trabalho sionista no caso de uma guerra, ocorreu então o Congresso Sionista de número 21 o qual escolheu um conselho geral de 72 membros. Para que fosse eleito este conselho para a implementação de questões urgentes, houve um conselho interno composto de 28 membros.

Quando toda essa formação terminou, foi escolhido o último partido. Ganhou o partido dos princípios com treze membros e, assim, tornou-se o Conselho sionista da Organização que contava com a maioria dos membros dos judeus da

Palestina. Eram os tomadores de decisão do sionismo durante a Segunda Guerra Mundial, para as questões mais críticas.

Esse fato transferiu a competência para decidir sobre as instituições sionistas externas às instituições sionistas na Palestina. O que mostrou a força de influência de Ben-Gurion, presidente da Comissão Executiva da Agência Judaica em Jerusalém, tornando-o um forte concorrente para Caem Weizmann, presidente da Organização Sionista.

Quando a conferência de número 21 terminou, Chaim Weizmann informou ao governo britânico em 29 de Agosto de 1939, que os judeus estavam do lado da Grã-Bretanha e lutariam ao lado da democracia. Ofereceu potencial humano e material no âmbito do pedido do governo britânico. Mesmo havendo controvérsia sobre o livro branco, respondeu (Neville Chamberlain), primeiro-ministro britânico aceitando essa oferta e salientando que, apesar da disputa entre os judeus e o governo Britânico, ele acreditava que o governo Britânico poderia contar com a Agência Judaica.

A Organização Sionista decidiu ficar do lado da Grã-Bretanha, durante a segunda guerra mundial. O objetivo da Grã-Bretanha para a implementação da política do livro, em 1939, foi motivado por duas razões principais:⁵³

1. A política da Alemanha nazista contra judeus, tanto na própria Alemanha ou nos países que ela conquistou até aquele momento (na Tchecoslováquia e Áustria), que foi alarmante para o risco de derrota do projeto sionista e sua extensão se a Alemanha nazista ganhasse a guerra.

⁵³ -Arquivos e documentações, em637-1949, o Ministério da orientação.”Ver Anexo XVI”

2. A visão de liderança sionista na guerra e os judeus ao lado da Grã-Bretanha contra o nazismo era a oportunidade de atingir dois objetivos:

- a) Treinar e equipar a força sionista, com o consentimento das autoridades britânicas e ajudá-los a ser o núcleo do exército sionista na Palestina.
- b) Ter um ponto a favor da Grã-Bretanha, o que permitiria a liderança sionista pedir mais no pós-guerra, como aconteceu na primeira guerra Mundial (Declaração Balfour). Fechar os olhos durante a guerra para as ações da imigração judaica (ilegal), que foi a tendência sionista, apesar da continuação da política do Livro Branco.

2º: a cooperação militar sionista e o apoio da força militar judaica:

Para atingir os objetivos da cooperação com a Grã-Bretanha, o Comitê Executivo da Agência Judaica, dirigida por Ben-Gurion, reuniu em oito de Setembro de 1939, uma semana após o início da guerra, da qual participaram líderes do “Alhajnah” para determinar o plano de ação com a nova situação internacional. Nessa reunião, o discurso do Ben-Gurion para as pessoas era: (A Primeira Guerra Mundial que resultou na Declaração de Balfour. A Segunda Guerra Mundial deveria resultar no Estado judeu. Ben-Gurion especificou dois objetivos diretos. Foram eles:

1. Criar um exército judeu.
2. Criar o Estado judeu

Disse Ben-Gurion para quem estava presente, que isso iria resultar em uma guerra em grande escala, e chamou os líderes da “Al Haganá” pedindo o seguinte⁵⁴:

⁵⁴ -Ahmed Trbin, palestras na historia da palestina, do Cairo, do Instituto de Altos Estudos Árabes 1958.

1. Abandonar a defesa fixa e sair para enfrentar o inimigo estava longe de seus objetivos, mas estava mais perto de suas regras.
2. Formação de um exército que seria capaz de enfrentar os exércitos regulares árabes.
3. Criação de uma indústria de armas mais eficazes.
4. Conseguir armas pesadas.

A fim de alcançar os mesmos objetivos, o Comitê Executivo da Agência Judaica apresentou às autoridades do Mandato Britânico, os nomes registrados no Serviço Nacional, até setembro de 1939. Este número era cerca de 136.043 homens e mulheres com idade entre 18 e 35 anos para o serviço militar na Palestina. E ainda apresentou uma proposta para criar unidades sionistas independentes e reconhecidas, mas o pedido foi negado desde o início.

A posição oficial do Governo Tchembrln, foi a de encorajar os judeus a se juntarem as forças britânicas, como indivíduos, não de formação, e não a formação de unidades de Judaicas independentes, com medo de provocar os árabes dentro ou fora da Palestina, no momento em que mais precisava deixar a situação calma na região árabe.

Tão logo Winston Churchill foi nomeado como primeiro-ministro em 10 de Maio de 1940, o pedido sionismo para criar seu próprio exército veio de novo, e apesar do apoio de Churchill para as demandas dos líderes sionistas e simpatia por eles, essa exigência encontrou a mesma oposição que encontrou durante o governo Tchembrln. Seria pelas mesmas razões, de ministros e comandantes militares britânicos e, especialmente, em relação ao Oriente Médio.

Mas Churchill tinha uma opinião diferente. Enviou em menos de duas semanas, a partir do dia em que ele tomou posse para Lord Lloyd, ministro das colônias, uma mensagem dizendo:

Nosso único objetivo na Palestina, agora, é retirar um contingente de dez batalhões militares de melhor que eles têm. Portanto, deve se armar os judeus, e organizá-los quanto possível, não podendo deixá-los sem armas.⁵⁵

Quando a Itália entrou na guerra com sua ameaça ao Egito, tinha necessidade do comando britânico no Oriente Médio, para as suas forças na Palestina, a fim de apoiar na Defesa do Canal de Suez.

Essa nova situação levou à rendição de ministros e comandantes militares, às pressões de Churchill sobre a transferência de parte das forças britânicas na Palestina, para defender o Canal de Suez, e a colocar a força sionista em seu lugar.

Disse o Secretário Colonial em 23 de agosto de 1940, Chaim Weizmann:

A decisão do governo britânico para aproveitar os judeus em todos os teatros de guerra e não só na Palestina. O ministro das colônias definiu o tamanho das forças sionistas na Palestina, um batalhão que não exceda os limites de 500 soldados do Batalhão com a utilização de mais do que este número de voluntários fora da Palestina, sem bandeira diferente ou característica do sinal.⁵⁶

A formação do batalhão Judaica, não concretiza com as ambições do sionismo no estabelecimento do exército sionista, em especial, permitiu que os árabes formassem uma força similar. Com isso, Weizman foi para Churchill novamente. Apesar da pressão do segundo para os seus ministros, mas isso não resultou em aprovação às demandas de Weizmann, que alertou em quatro de março

⁵⁵ -Arquivos e documentações da palestina, em 637-1949.o Ministério da Orientação,

⁵⁶ -Arquivos e documentações da Palestina em 637-1949, o Ministério da Orientação, c.1, p.329

de 1941 que iria adiar o projeto do exército judeu por seis meses. Isso foi atribuído pela Grã-Bretanha para atrasar o projeto, citando a falta de equipamento militar (2).

Mas com a deterioração da situação militar britânica no Oriente Médio, a liderança sionista na Palestina teve outra posição, a qual estava carregando um monte de avisos para a liderança, que sentiu medo da ocupação dos alemães à Síria e a Palestina. No Norte de África e no Mediterrâneo sucedeu Rommel na recuperação de Barkah, e o acesso à fronteira com o Egito em 12 de setembro de 1941.

Conseguiram as forças alemãs a ocupação da Grécia, e colocou 1280 aviões e uma frota de navios de transporte de grande porte durante o mês de abril e início de maio. Quanto à Síria, que foi ocupada pelo governo de Vichi se tornou palco de atividades de agentes do “Mehuar” e aviões de transporte da Alemanha. As forças de Vichi mudaram-se para fronteiras da Palestina, no momento em que começaram os combates entre forças britânicas e as forças do Governo financeiro de Rashed El Kilani no Iraque.

Entretanto, a liderança sionista realizou uma reunião secreta de Hjnah para estudar a situação e as perspectivas. A posição ou perspectivas não eram tranquilizadoras. Com essa situação, havia uma necessidade urgente para o estabelecimento de forças militares que fosse comprometida totalmente para conduzir Alhajnah e que pudesse ser aproveitada para atender ou para impedir a invasão nazista da Palestina.

Neste contexto, a liderança sionista decidiu criar as forças de Palmach. A força batente no dia 14 de maio de 1941. A composição do Palmach veio em consonância com a decisão da liderança aliada de entrar em guerra contra a Síria e o Líbano, em agosto do mesmo ano. Palmach participou desta invasão tomando

medidas de orientação e sabotagem e reconhecimento atrás das linhas do governo de Vichi. Desde então e até a vitória das forças aliadas na Batalha de El Alamein continuou a cooperação informal que envolvia o reconhecimento da Inglaterra indiretamente sobre a tropa Palmach, de acordo com a história de Yigal Alon, comandante do Palmach no momento.

Esta cooperação impulsionou as suas forças para uma oportunidade únicas a de receber melhor formação e ser reconhecida pelas mãos de artistas britânicos, especialistas de sabotagem e de inteligência, nas buscas e comunicações. Sob o pretexto da Palmach que é reconhecido e treinado pelos britânicos, tinha milhares de soldados Alhajnah sob formação, tendo treinamentos e experiência similar. Também desenvolveu um núcleo de força aérea e outro de força marítima.

Em relação às forças judaicas que foram demandadas pela liderança sionista desde o início da guerra, só foi permitida pelo governo britânico em 20 de Setembro de 1944, quando concordaram os britânicos com o objetivo de formar uma brigada de generais dos judeus da Palestina, formada de 5000 pessoas, dando para essas forças, o envolvimento nas operações da Itália, na primavera de 1945, sob sua própria bandeira.

A Cooperação dos militares sionistas com a Grã-Bretanha não era só na atividade de forças batentes e as milícias, mas se espalharam para a cooperação em outras áreas, como a utilização da Universidade Hebraica de investigação para as forças britânicas na região, e o estabelecimento de oficinas e fábricas de guerra de reparação Judaica de manutenção de armas, equipamentos e fabricação de munições e mantimentos.

Assim, as autoridades britânicas não só contribuíram para o desenvolvimento da força armada sionista e seu crescimento, mas também, obtiveram uma oportunidade para o desenvolvimento e capacitação do sionismo na Palestina, nos domínios da investigação científica, militar e militares.

Terceiro: resistência à política do Livro Branco

Os Líderes sionistas não viram qualquer conflito entre a sua política de cooperação com a Grã-Bretanha durante a guerra e resistência à política do Livro Branco, que foi lançado pela Inglaterra. O Ben-Gurion expressou sobre a posição dos sionistas, nesta situação, com a eclosão da guerra, dizendo que:

“Nós vamos lutar com os ingleses contra Hitler como se houvesse um papel branco e vamos lutar contra o papel Branco como se não houvesse uma guerra”⁵⁷.

Na luta contra o livro branco, a Agência Judaica e organizações sionistas se movimentaram em várias frentes. Entre as mais importantes:

- a) Exploração das falhas do novo sistema de transmissão da terra para aumentar a área de terra dos judeus na Palestina.
- b) A exploração do problema dos refugiados na Europa para deslocá-los para a Palestina, em vez de absorvê-los em outros países.
- c) Ordenação da imigração ilegal para admitir mais imigrantes judeus para a Palestina mais do que o indicado no Livro Branco de 1939.
- d) Troca do trabalho e mover a atividade sionista para os Estados Unidos a fim de exercer pressão sobre a Grã-Bretanha para a abolição da política do Livro Branco.

⁵⁷ -A agressão sionista e do direito internacional-Chafic Rachidat.

e) Recorrer ao terrorismo internacional a fim de pressionar o governo para acabar com o Mandato Britânico e o estabelecimento do Estado Sionista.⁵⁸

1. Tentativa de aumentar a oferta de terra do Sistema de Transmissão na Câmara dos Deputados Britânica e as forças sionistas, dentro e fora, do Conselho

Movimentaram-se contra o regime. O presidente do Partido Trabalhista acusou o ministério Colonial de ter afastado da sua política, do que é referido no mandato Britânico sobre a Palestina. Um deputado inglês apresentou uma proposta culpando o governo porque ele ignorou a posição da Comissão Permanente do mandato no Livro Branco de 1939, que foi reservada pela Comissão. Ben-Gurion, rapidamente, enviou um livro ao Alto Comissariado da Palestina, observando que o sistema de transmissão novo de terra significava que um judeu não poderia possuir qualquer pequeno pedaço de terra, ou de construção, em qualquer área.

Apenas as cidades e uma pequena parte do país, e o sistema iriam negar a igualdade de judeus perante a lei e diferenciar as pessoas por motivos raciais, mas as pressões sionistas não tinham alterado o governo britânico, para a sua política de transferência do território para os judeus, com algumas exceções em autoridades do alto comissário britânico.

Quando a Agência Judaica em maio de 1944, apresentou o pedido de estabelecimento de colônias agrícolas do Estado sionista, atribuídas às tropas sionistas desmobilizados do exército britânico. O Alto Comissário recusou o pedido, exceto no caso de o estabelecimento desses assentamentos em terras pertencentes

⁵⁸ -A agressão sionista e do direito internacional-Chafic Rachidat.

a judeus, ou se a transição não contrariasse as disposições do sistema de transmissão na Lei de Terras de 1940.

Uma vez que o Comitê Executivo da Agência Judaica soube que as terras do estado eram excluídas das disposições do referido sistema, pediu então, uma parte do território que não é dos judeus para os soldados desmobilizados, em novembro de 1944. Novamente o Comitê Executivo voltou com o pedido da Agência Judaica para reassentar os soldados do exército britânico. Depois de examinar a situação, a autoridade do mandato concordou em dar uma parte do território para os judeus na zona franca.

As exceções do alto representante não pararam por aí. Com o novo sistema de transmissão da terra, foi aprovado pelo Alto Representante Aliados entre os anos de 1941 e 1946, outra parte das terras do Estado nas mãos dos sionistas. Alguns deles com vista à troca de recolha de bens, árabe e sionista, e outros com ofertas de terras à venda, realizada e registrada nos registros de terra, antes do anúncio do novo sistema.

2. Proveito do problema dos refugiados judeus na Europa para migrá-los para a Palestina:

Quando aumentou o número de refugiados europeus judeus durante os primeiros anos da guerra, realizou-se uma conferência em Bermuda em abril de 1943, para discutir o problema. A conferência centrou-se sobre os aspectos humanitários do problema, e não ligou para o socorro aos refugiados, com os planos sionistas para estabelecer um Estado judeu na Palestina. Essa conferência emitiu decisões de formação de uma agência para socorrer os Refugiados e de reinstalação deles, sem relacionar esse problema com a imigração para a Palestina, o que irritou os dirigentes do sionismo.

Juntos formaram a agência de ajuda aos Refugiados, com a criação do grupo de guerra “Al Amitia” no final de 1943. O governo americano anunciou este grupo, e instruiu seus representantes na Algalm para darem prioridade ao salvamento daqueles que enfrentaram ameaças às suas vidas, nas áreas controladas pelos nazistas, e de ligação com diversos grupos para remover todos os obstáculos que impediam de salvar essas pessoas.

Mas os líderes do sionismo tinham a opinião, segundo a qual, não era suficiente só mandar comida para os refugiados judeus, e não colocar obstáculos diante dos que fugiam do controle nazista e garantir sua ida via os Estados neutros para a Palestina. Declarou Ebn Zevi presidente Nacional Judeu:

“Nesse momento em que se devem salvar os judeus e trazê-los para a Palestina, não há outra solução e que, se isso não acontecer não haverá nenhum significado para o resgate”.⁵⁹

Desde que exacerbou o problema dos refugiados judeus na Europa, o Presidente Americano (Roosevelt), pediu de (Morris Ernst), um dos seus conselheiros judeus que discutisse um programa específico para salvar meio milhão de refugiados judeus na Europa e enviá-los para vários países do mundo.

Com a ajuda de Morris Ernst, depois de pesquisar sobre o assunto, a Grã-Bretanha estaria pronta para aceitar 150 000 refugiados se os Estados Unidos aceitassem esse número. Foi distribuído o resto para países do mundo, mas ele foi atacado por líderes sionistas como se fosse um traidor, porque eles viram no programa, anunciado pelos Estados Unidos, e o que foi declarado pelo Ernest, devastador para o sionismo político sobre o projeto do Estado judeu na Palestina.

⁵⁹ -Arquivos e documentações da palestina, em 637-1949, o ministério da Orientação, “ver anexo I”

A Agência Judaica tentou se aproveitar do problema dos refugiados judeus, para superar o número de imigrantes definidos pelos autores do livro branco. Quando iniciou a guerra, a Agência Judaica pediu para a autoridade do mandato, deslocar todos os judeus que conseguissem fugir da Alemanha, e dos países sob ocupação, para os campos criados pela Agência nos países neutros. Mas os britânicos não aceitaram a deslocação de mais de 9600 sionistas, e, em seguida, procedeu-se à Agência Judaica, a imigração ilegal para conseguir seu objetivo.

À medida que a guerra progredia e o Governo britânico esquecia-se do pedido de rejeição da imigração dos pertencentes ao Eixo, e dos países sob a ocupação, a Agência Judaica começou a explorar esse relaxamento para deslocar milhares de judeus no âmbito do reagrupamento familiar. Pediu também, para permitir a deportação de um número maior de judeus, alegando que alguns deles eram palestinos, e algumas das outras mulheres eram esposas de cidadãos palestinos, e outras, eram esposas de Judeus que estavam na Palestina, não sendo digno para a cidadania Palestina.

Foi pedido para a Agência Judaica, colocá-los como troca de cidadãos entre a Alemanha e a Grã-Bretanha, sob o pretexto de que eles estavam visitando parentes, quando foram presos pelas autoridades da ocupação alemã. Mas foram colocados obstáculos no caminho da execução. Só se permitiu a troca de homens e mulheres com idade superior à inscrição obrigatória do exército.

Durante as negociações que decorreram entre a Agência Judaica e o governo britânico na Primavera de 1944, a agência de imigração judaica pediu para que os judeus fugitivos dos países que foram libertados pelas forças do governo britânico, emigrassem para a Palestina. Como também pediram a concessão de refugiados judeus exilados pelo governo britânico, na ilha de Maurício, o direito de

entrar na Palestina, mas aumentou o terrorismo sionista, e o governo britânico rejeitou inicialmente o pedido sionista anterior. Mas sob a pressão sionista, o governo britânico concordou em 1944, com a atribuição de certificados de imigração para cerca de 10.300 refugiados judeus nos Bálcãs, a Itália e França, Holanda e Suíça, Adan, e da Turquia.

No final de 1945, a Agência Judaica em países europeus contou os refugiados judeus naqueles países, e terminou o censo com o resultado de um quarto de um milhão de refugiados nos países que foram libertados na Europa Central e Orientais e da antiga União Soviética. Ficou claro aos representantes da agência, que a deportação dos refugiados não seria permitida pelo livro branco, a menos que o governo britânico voltasse atrás dessa política.

Em 18 de junho de 1945, a Agência Judaica enviou uma solicitação para o alto comissário britânico na Palestina, afirmando que, após analisar as questões de habitação e de subsistência, tornou-se possível o deslocamento de 100.000 judeus para a Palestina, incluindo 15 mil dos meninos que perderam seus pais, quarenta e seis mil capacitados para trabalhar, e 35 mil dependentes. O governo do mandato recusou a solicitação da Agência Judaica, mas permitiu em setembro do mesmo ano, a entrada de imigrantes ilegais que haviam sido exilados para a ilha de Maurício, no final de 1940.

3. A organização da migração legal e sua fiscalização:

A imigração ilegal era o caminho para a Agência Judaica e organizações sionistas, para superar as limitações da imigração imposta pelo Livro Branco e o deslocamento de altos números de judeus, mais do que foi definido pelo governo britânico no livro. Esse tipo de migração não era novo para a Agência Judaica e organizações sionistas. Iniciou a migração desde o final dos anos vinte, mas no

momento em que a agência ajudava nessa migração em segredo, eles falavam que não seria responsabilidade deles, alegando que esse tipo de migração era freqüentemente feita pelos árabes.

Mas um relatório do governo britânico para o Conselho da Liga das Nações, sobre a administração da Palestina em 1934. Confirmou que as autoridades do mandato tiveram de dedicar especial atenção aos assentamentos ilegais realizadas pelos judeus, e que o número desses imigrantes chegaram a 22.400 sionistas durante 1932 e 1933. Foram reconhecidos pela Agência Judaica, certificados oficiais de imigração, eles estavam procurando alguma forma para poderem entrar na Palestina.

A imigração ilegal foi discutida entre Bill e a Comissão e da Agência Judaica em 1936, depois que ficou claro para esse comitê que o número de judeus imigrantes ilegais, em 1933 e 1934 aumentou para 40 300. Esses imigrantes entraram na Palestina através dos países árabes vizinhos e pelo mar, em navios destinados a esse fim, com o apoio das organizações sionistas dentro e fora da Palestina. O governo do Mandato estimou o número de imigrantes judaicos que entraram na Palestina ilegalmente, entre trinta e quarenta mil sionistas.

Com o anúncio do Livro Branco em 1939, a Agência Judaica começou a supervisionar diretamente a organização da imigração sionista ilegal. Decidiu Ben-Gurion esta migração no momento em que o Livro Branco limitou a imigração sionista para a Palestina. Os outros países fecharam suas portas à imigração judaica depois que o número de refugiados Judeus aumentou muito na Europa.

Os relatórios do Ministério das colônias britânicas esclareceram que, a Organização Sionista Mundial havia atribuído um número de navios no Mediterrâneo ao transporte de imigrantes para os portos em que se reuniam e, em seguida, serem

transferidos para a terra palestina em pequenas embarcações, permitindo a sua entrada na Palestina ilegalmente.

Com o aumento ilegal da imigração sionista nos primeiros anos da segunda guerra, o Governo do Mandato tomou medidas fortes contra os imigrantes ilegais, incluindo a prisão de seis meses, pagamento de uma multa equivalente a cem libras e o confisco de pequenas embarcações transportando imigrantes ilegais.

Mas essas medidas não fizeram a Agência Judaica e as organizações sionistas pararem de continuar na organização da migração, Então, o governo do mandato tomou uma decisão em 13 de agosto de 1940, negando os imigrantes ilegais que eram capturados e queriam permanecer na Palestina, e deportá-los para Chipre, ou para outro lugar, até a decisão final sobre eles. Iriam multar os donos de transportes utilizados para os imigrantes ilegais, bem como, aqueles que ajudaram no seu acesso aos territórios palestinos, com uma multa de até mil libras palestinas ou prisão por um período de oito anos.

Apesar do reforço Britânico no controle das fronteiras durante a guerra, o número de imigrantes ilegais dos sionistas subiu para 19 965 imigrantes durante a guerra e até 1944.

4. Movimento do peso da atividade sionista para os Estados Unidos da América:

Com a entrada dos Estados Unidos na guerra, os líderes do movimento sionista viram que os Estados Unidos seria o personagem principal na política internacional após a guerra. Os líderes do movimento sionista decidiram pela transferência das atividades sionistas para os Estados Unidos da América. Todas as organizações e grupos sionistas se reuniram no primeiro Congresso Sionista

Americano no Hotel (Baltimore) em Nova York, de 9 a 11 de maio de 1942, a fim de obterem o apoio do governo Americano, para a abolição do Livro Branco.

Nessa conferência foi aprovado o projeto que ficou conhecido com o nome do programa (Blymor) que dizia:

“O novo sistema do mundo, que vem depois da vitória, não pode ter a paz, justiça e igualdade se não for resolvido o problema dos judeus deslocados de uma vez por todas.” A conferência pediu⁶⁰:

- a) Abertura das portas para a imigração judaica.
- b) Autorização da Agência Judaica para a supervisão da imigração para a Palestina e a ter a autoridade necessária para a construção do estado, incluindo o desenvolvimento de territórios não-ocupados e não tirados, os territórios agrícolas.
- c) Fazer da Palestina uma nação judaica para entrar na composição do novo mundo democrático

Essas decisões anteriores foram como uma vitória para as orientações da chamada Ben-Gurion acelerando o estabelecimento do Estado judeu na Palestina, em contraste com a política gradativa, que foi seguida por Chaim Weizmann. Ben-Gurion, depois de voltar de Baltimore conseguiu obter a aprovação da Diretoria da sionista sobre as decisões da conferência e, assim, tornarem-se tais decisões, o programa oficial da Agência Judaica e do movimento sionista.

A conferência de Baltimore foi considerada um trampolim, que mudou a direção do movimento sionista trocando a Grã-Bretanha antiga, que esgotou os seus efeitos, pela América, pois o movimento sionista previu que os E.U. A sairiam mais fortes depois da guerra e seriam responsáveis pela criação do Estado judeu.

⁶⁰ -Arquivos e documentações da Palestina, em 637-1949, o Ministério da orientação,

As atividades sionistas e os poderes Judaicos apareceram nos Estados Unidos em campanhas de mídia Americana durante a guerra, para agitar a simpatia do povo norte-americano com o pedido sionista, usando da perseguição dos nazistas aos judeus na Europa, exagerando nesta perseguição, e criando uma força de pressão sionista que foi o início do lobby sionista nos EUA.

As campanhas de mídia e os negócios de interesses foram realizados pelos líderes do movimento sionista nos EUA, com uma série de políticos e membros do Congresso para pressionarem a administração Americana a suportar as demandas do sionismo e do projeto sionista na Palestina. Teve sucesso.

Os documentos Americanos publicados mostraram os esforços da administração, para convencer os líderes do Congresso Americano, a não apoiarem as demandas do grupo extremista sionista. Visava à eliminação das restrições à imigração judaica e à criação do Estado judeu no solo Palestino, imediatamente após a guerra, por medo das reações dos países árabes e islâmicos que podiam prejudicar os interesses E.U. A no Oriente Médio.

A posição do presidente Roosevelt após a conferência de Baltimore continuou misteriosa. Ben-Gurion descreveu essa posição dizendo que:

“Roosevelt era sensível ao drama dos judeus na Europa”. Talvez tenha simpatizado com as ambições sionistas, mas ele não acreditou que um dia a pequena Palestina poderia ser uma solução para o povo judeu⁶¹.

O Presidente Americano tentou ser neutro em relação à causa palestina. Ele enviou seus representantes para a região, na primavera de 1943, para fazer o levantamento da situação e das opiniões diretamente, longe da propaganda sionista. Foi enviado o General (Benriq harki e o Coronel Hoskns). O primeiro disse em seu

⁶¹ - A partir do livro “documentos da causa palestina” para a emissão da Liga Árabe.

relatório de Maio de 1943⁶², que as demandas sionistas visavam à criação de um estado judeu que constituíam toda a Palestina e, talvez, a leste da Jordânia, com a transferência de árabes palestinos para o Iraque, tendo a hegemonia econômica sobre o conjunto do Oriente Médio.

O coronel Hosens aconselhou pelo que viu e ouviu durante sua visita à região, para não tomar uma decisão sobre a Palestina, antes do término da guerra, e após consultas entre os árabes e os judeus. Essa foi a opinião da qual o presidente Roosevelt gostou e que foi esclarecida em uma carta ao rei Abdulaziz Al Saud, em 05 de junho de 1943, explicando o seu desejo de os árabes e judeus chegarem a um entendimento sobre a Palestina. Destacou a posição E.U. A em não tomar qualquer decisão de alterar o estado da Palestina sem consultar os árabes e os judeus.

Essa posição dos E.U. A continuou até 1944, com a reeleição do Presidente Americano pela quarta vez, de forma inédita na história dos Estados Unidos. Enquanto elevaram-se a campanhas do sionismo e da pressão judaica, o Senado e a Câmara dos Representantes quiseram apoiar as demandas dos sionistas.

Sob a pressão dos judeus e as demandas da campanha eleitoral dos E.U. A Roosevelt em 15 de outubro de 1944, enviou uma mensagem ao senador (Robert Wagner), presidente da Associação Judaica Americana, para a realização do quadragésimo sétimo Congresso da Organização Sionista da América, no qual foi anunciado o apoio do Partido Democrata, para abrir as portas da imigração ilimitada e o estabelecimento de judeus na Palestina.

Os efeitos da atitude do Congresso, durante 1944 e 1945 tiveram reações árabes de grande proporção, representada numa campanha de pressão árabe

⁶² - Arquivos e documentos da Palestina, em 637-1949, o Ministério da Orientação,

contra medidas para reduzir a pressão política Americana na Palestina. Os documentos indicaram as mensagens trocadas entre Roosevelt, os reis árabes e presidentes sobre este assunto.

Como os Departamentos de Estado, militares Americanos, os proprietários das companhias petrolíferas e os ministros do presidente falaram muito da importância dos interesses Americanos estratégicos na região árabe, o presidente Roosevelt tentou tomar uma posição intermediária, e não foi implementado o que foi prometido pela Assembléia Judaica Americana, após a sua eleição e voltou a confirmar a promessa feita ao Rei Abdul-Aziz em seu retorno de Yalta em 14 de fevereiro de 1945, de não tomar uma decisão conclusiva sobre a Palestina, antes de uma consulta com os árabes e judeus.

Recorrer ao terrorismo para pressionar o governo britânico:

Quando o Livro Branco foi lançado em maio de 1939, a Agência Judaica ameaçou de recorrer à violência e ao terror, para resistir à política britânica do livro e começou a oposição de argônio à presença britânica na Palestina, com operações terroristas contra os palestinos primeiramente, e depois, contra o governo do mandato e suas instalações.

Mas a Agência Judaica que havia se recusado a apoiar o terrorismo contra os britânicos e serviço de utilidade pública em publico apoiou e incentivou o terrorismo, antes da segunda guerra mundial. A Agência organizou o contrabando de armas a partir do armazém Britânico e distribuiu as armas aos judeus e às forças da Alhajnah.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, congelaram-se as atividades terroristas das organizações judaicas, em consonância com a política sionista, para a cooperação com os britânicos durante a guerra, mas logo retomou ao terrorismo

com a diminuição da ameaça das tropas alemãs de Rommel, caçadas pelas forças britânicas no Norte de África em 1943. O compromisso de cessação de argônio de parar com o terrorismo durante o primeiro período da guerra dividiu alguns de seus membros que fizeram outra gangue terrorista liderada por (Iraham Stern), o qual se recusou a comprometer-se e a prevenir atos terroristas durante a guerra.

Houve várias posições e políticas das organizações sionistas de terrorismo nos últimos anos da guerra. A organização de argônio após ser assumida por Mnahim Bigen, a retomada do seu terrorismo em 1943, para cooperar com Stern Gang em fazer uma campanha terrorista contra a presença britânica na Palestina, era considerada por estes grupos como uma ocupação ao país, contra a vontade da colonização judaica na Palestina (Albischof), ignorando o fato de que a Grã-Bretanha havia trabalhado para criar essa montagem na Palestina, desde o surgimento do movimento sionista.

Minahim Begin justificou em suas notas, a filosofia de uma campanha de terrorismo contra o governo Obrigatório, dizendo:

O governo britânico depende no governo aos povos subdesenvolvidos da sua dignidade e estamos convencidos pela história e as experiências que nós tivemos que, se conseguirmos destruir o prestígio do governo britânico, o desaparecimento de seu governo aconteceria automaticamente, por isso atacáramos essas deficiências⁶³.

⁶³ -Citando o livro “a agressão sionista e do direito internacional”-Chafic Rachidat.

No ano de 1944 até o final da guerra, viu-se um aumento significativo em operações terroristas organizadas pelo argônio Shtren. O terrorismo Judaico se espalhou para líderes importantes do governo do mandato na Palestina. O Alto Comissariado Britânico (Sir Harold Michael) e sua esposa só escaparam da morte, por milagre, pois os terroristas tentaram assassinar um número alto de representantes Britânicos fora da Palestina, e conseguiu com alguns membros da Gang Stern, o assassinato de (Lord Moyne) no Cairo, em novembro de 1944.

Quanto à Agência Judaica e à organização Alhajnah, sintetizou-se contra a atividade terrorista das organizações de Alargeom e Stern desde 1943. Enquanto se incentivavam estas organizações no que diz respeito às armas, treinamento militar e organização de imigração ilegal. Mas a posição do mandato do Governo seria sobre o terrorismo sionista após o assassinato de Lord Moyne.

As detenções e o exílio, que haviam recorrido ao governo britânico, para a repressão do terrorismo dos judeus sionistas fizeram com que os Judeus de Yishu se posicionassem contra os terroristas. O que levou a Agência Judaica a cooperar com as autoridades do mandato no combate ao terrorismo, e tentar convencer os dirigentes do argônio e Stern para pararem com os ataques terroristas.

A Agência Judaica emitiu uma declaração condenando os métodos de argônio, no roubo de bancos e instituições governamentais, e de chantagear os judeus ricos. Alhajnah divulgou também, um panfleto atacando a argônio e Stern, e acusou-os de banditismo, tráfico de drogas e mercado negro.

Ben-Gurion se pronunciou sobre a nova posição da Agência Judaica contra organização Alargeom e Stern, em um discurso na conferência de Alhustrot dizendo que:

“não havia nenhuma razão para que os judeus não cooperassem com as autoridades britânicas para o objetivo comum.” Deu Ben-Gurion, em conferência, quatro pontos para combater o terrorismo:

- a) A dispensa do trabalho de cada trabalhador, ou dos que havia colaborando com as organizações argônio e Stern.
- b) Não proteger nenhum terrorista, mesmo nas horas mais sombrias.
- c) Não se curvar a ameaças e chantagens, que vinham de duas organizações.
- d) A cooperação com as autoridades do Mandato para eliminar o terrorismo⁶⁴.

III - 2: A aplicação do Livro Branco e o desenvolvimento da posição árabe (1939-1947).

Primeiro: a política britânica e a aplicação do Livro Branco

Quando começou a Segunda Guerra Mundial, a Palestina era uma profundidade estratégica para as defesas do Egito e da alternativa de base para o Canal de Suez. A fim de proteger o transporte do império e de oleodutos, surgiu à vontade e o cuidado britânico de acalmar a situação na Palestina.

O governo, para acalmar a opinião pública árabe, emitiu o livro branco e anunciou a sua insistência em implementá-lo, mesmo com o desgosto, a rejeição árabe e sionista a esse livro. Mas o início da guerra e a sua evolução não permitiram que o governo britânico implementasse mais do que parte do livro branco, sobre a transmissão dos territórios palestinos, para os sionistas e a imigração judaica para a Palestina.

⁶⁴ - Agressão sionista e do direito internacional- Chafic Rachidat.

Quando as forças do “Eixo” saíram do Egito sob a pressão das forças aliadas, no outono de 1942, foi designado para a comissão de Planejamento do Comitê Misto britânico na guerra, para estudar as exigências do governo britânico no Oriente Médio. Após a guerra, quando o Comitê revisou a região e constatou que o sistema do Mandato Britânico nos Estados, ao leste do mar mediterrâneo, abriu lugar para criar países árabes independentes, associados a um tratado com a Grã-Bretanha, em relação à Palestina.

A Comissão considerou (que as necessidades da estratégia da Grã-Bretanha, no caso de qualquer alteração de atribuição do Mandato, tinham como base o porto de Alfa, que requeria a proteção do caminho entre Alfa - Bagdá e do oleoduto de karkuk até Haifa, além de instalações de petróleo em Haifa. Nesse tempo o Comitê salientou também, a necessidade de a Grã-Bretanha ter uma linha ferroviária Haifa - Kant ara e bases terrestres e aéreas na região) ⁶⁵.

Em julho de 1944, o comitê do governo britânico criou uma comissão, para estudar as condições da Palestina após a guerra, e encontrar a solução em longo prazo, dos problemas e comunicá-los ao Chefe do Estado-Maior britânico. Essa comissão concluiu que havia a necessidade de preservar os interesses da estratégia britânica na Palestina.

Mas no caso de uma divisão, assinando dois tratados com os estados de divisão, o governo britânico se deu ao direito de construir aeroportos e instalações necessárias para suas forças, e transportar livremente dentro dos limites dos dois países. Tal como proposto pela Comissão, Jerusalém tinha autonomia sob o controle do Alto Representante. E juntar a parte árabe da Palestina ao leste da Jordânia. Mas

⁶⁵ -Arquivo e documentos da Palestina em 637-1949, o Ministério da Orientação, c.i

a oposição dos planejadores estratégicos da divisão britânica da Palestina continuou a ser a pedra no sapato dos planos para o futuro da Palestina.

Quando o Congresso Americano decidiu no final de janeiro de 1944, pedir ao governo Americano para trabalhar abrindo as portas da imigração judaica para a Palestina, e criar um Estado judeu, o governo britânico chamou a atenção do seu aliado América. Que o assunto submetido pelo congresso Americano versava sobre obrigações principais, incluindo militares e que a decisão britânica nesta matéria, seria coerente com os desejos dos EUA Mas exigiu que o Governo dos Estados Unidos tivesse conhecimento das conseqüências

Como a pressão dos EUA crescente sobre a Grã-Bretanha em 1945, para abrir a porta da imigração judaica para a Palestina, e para mudar a sua política a esse respeito, perguntou Winston Churchill aos chefes de equipe, na véspera de deixar o governo do Partido Trabalhista, sobre o porquê Grã-Bretanha manter essa posição muito difícil na época, pois não era só os Estados Nações que viam sua posição como negativa, mas sua sugestão teve forte oposição.

O Ministério do Exterior britânico acreditou que isso iria explicar ao Oriente Médio, como uma prova de que a Grã-Bretanha abandonou seu papel como uma superpotência, e isso poderiam resultar no colapso de sua influência em toda a região. Por isso o primeiro-ministro britânico decidiu abandonar a sua idéia e deixá-la de lado, até que chegou ao poder o partido trabalhista, depois da guerra, com sua nova visão.

1. Restringir o movimento de terras palestinas para os judeus:

A restrição do movimento dos territórios palestinos para os sionistas era uma parte-chave da política do Livro Branco, após os relatórios unânimes dos especialistas britânicos, dado o crescimento natural na população dos palestinos.

Enquanto o movimento contínuo de transferência de terras para os sionistas, sem restrições, nos últimos anos, não havia mais terra em algumas áreas que pudessem ser transferidas para os sionistas, e que deveria impor restrições à venda de terras palestinas para os sionistas, se houvesse a intenção de manter o padrão de vida dos palestinos na época, e não aumentar o número de pobres entre eles.

Com a eclosão da II Guerra Mundial, em setembro do mesmo ano, veio o medo do governo britânico, em ameaçar os seus interesses nos países árabes e islâmicos, se continuasse a sua política anterior em direção a Judaizarão da Palestina. O governo emitiu um mandato em 28 de fevereiro de 1940, com novos regulamentos para reduzir a transmissão dos territórios palestinos para os sionistas. O Primeiro-Ministro britânico na Câmara dos Comuns justificou a emissão das instruções, como segue:

- a) Garantir que o governo não favorecesse a qualquer dos dois países árabes e sionistas.
- b) A criação de condições para as forças britânicas a fim de alcançar a vitória contra os nazistas.

O Primeiro-Ministro justificou seu ponto de vista com os relatórios dos peritos britânicos sobre a situação na Palestina, e o apoio dos árabes para os palestinos. As mensagens que ele recebeu de alguns líderes muçulmanos, levou-o a encontrar uma solução justa para a situação na Palestina.

A declaração detalhada sobre as instruções de transferência de territórios havia sido emitida em conformidade com os poderes do Alto Representante do Departamento, como exige o Livro Branco. A declaração selecionou duas áreas da Palestina onde o governo controlaria o movimento de terra, tendo em conta o artigo

VI do mandato, eram da região (a) e região (b), mas em outras regiões, não havendo qualquer restrição aos movimentos de terra.

O terreno (A) incluiu um terreno montanhoso, em geral, com algumas áreas nos distritos de Gaza e Bersaab, onde a terra disponível não seria suficiente para sustentar a população dessa região na época, e foi decidido para evitar a transmissão de terra para os não-árabes da Palestina, salvo em circunstâncias excepcionais, em situações específicas.

A região (b) incluiu Marj Ibn Amer, leste da Galiléia e a planície costeira entre Haifa e Tantura, da fronteira sul para Qadaa El Ramle e Beer Tovia e parte do sul da Qadaa de Beershebaa. O artigo quatro da nova regulamentação proibiu a venda ou transferência dos territórios árabes da região, para não-palestinos, com exceção da aprovação do Alto Representante, que tinha o direito de aceitação ou rejeição.

Mas a lacuna nestas instruções que davam o poder ao Alto Comissário inglês permitiu que o Fundo Nacional Judaico comprasse terras nas duas regiões (a) e (b) durante os próximos sete anos da emissão do referido regulamento. A maior parte destas terras era nas zonas fronteiriças que estavam desenhados no projeto de divisão. O Alto Comissariado também permitiu a transferência de outras terras para os sionistas, entre os anos 1940 e 1946.

2. Redução da imigração judaica para a Palestina:

O governo britânico deixou claro na emissão do livro branco, em 1939, que não era possível abrir as portas da Palestina à imigração judaica, conforme as demandas do movimento sionista e da Agência Judaica, porque isso violaria o espírito do artigo vinte e dois, da Carta da Liga das Nações, e os compromissos pelos árabes, no âmbito do mandato. Também não fazia parte da política, proibir

definitivamente, a imigração sem verificar que isso prejudicaria as condições econômicas da Palestina.

O governo britânico descobriu que essas condições permitiriam a deportação de cerca de 75 mil sionista, durante os próximos cinco anos, a partir de abril de 1939, organizando a entrada na Palestina em dez mil cada ano, conforme a capacidade de absorção do país com a adição de 25 mil imigrantes que foram como uma contribuição para resolver o problema dos judeus na Europa Oriental, quando o Alto Representante visse que os meios de suportá-los e absolvê-los estavam garantidos.

Na implementação da política anterior, o governo do mandato decidiu impedir a emissão de certificados de imigração ilegal para a Palestina, durante o período anterior, mas quando a guerra começou, o governo permitiu aceitar 9600 dos judeus que conseguiram fugir da Alemanha, e dos países europeus que vieram sob a ocupação.

E quando a Agência Judaica pediu a imigração para a Palestina, de todos os judeus que conseguiram fugir para países neutros, a autoridade rejeitou esse pedido, por razões de segurança impostas para não permitir qualquer judeu da terra dos inimigos de imigração para a Palestina, por receio de infiltração de agentes.

O governo britânico iniciou desde setembro de 1939, a implementação do novo sistema de imigração, que estava sujeito a determinados controles impostos pelas circunstâncias da guerra, incluindo a recusa do deslocamento de refugiados de judeus alemães que eram do território ocupado pela Alemanha, com exceção dos titulares de certificados de imigração para a Palestina. Quando encheu a Europa, com um grande número de judeus alemães titulares de tais certificados, o governo britânico teve que rejeitar e deslocá-los para a Palestina.

Com o progresso da guerra, o compromisso com o princípio de não aceitar a imigração da terra dos inimigos diminuiu um pouco. A Agência Judaica utilizou disso para deslocar o maior número possível de judeus para a Palestina. A agência pedia desde maio de 1940, para isentar três categorias de judeus no país, sob o controle das forças do Eixo da decisão de proibir a admissão de imigrantes menos, aos titulares de certificados de imigração: eram as crianças e os líderes judeus, e os que trabalham nos escritórios da Palestina, que permaneceram em seus cargos até que perderam a oportunidade de ir para a Palestina.

Mas o governo britânico não aceitou antes da primavera de 1942, e só aceitou o deslocamento de crianças nada mais, e depois decidiram atribuir cinco por cento dos certificados de imigração para os religiosos, médicos e empresários, que eram selecionados pela Agência Judaica.

Com o fim de 1943, os registros do departamento de imigração, do Governo da atribuição continham o número de imigrantes impostos, aceitos durante os cinco anos que terminou em 31 de março de 1944, de acordo com um Livro Branco, não chegou a 75000.

O Secretário Colonial atribuiu essa falta em uma declaração para a Câmara dos Comuns, em 10 de novembro de 1943. Segundo as condições de guerra, havia uma barreira para a realização do programa delineado pelo Livro Branco, e o número de judeus que entraram no país, tanto legalmente ou ilegalmente, até o final de setembro de 1943, era cerca de 43.922 imigrantes. O que significava que o governo britânico havia aprovado a migração de 31 078 até o final de março de 1944.

E na Primavera de 1944, começaram negociações entre a Agência Judaica e o governo britânico, sobre a imigração sionista para a Palestina.

Após o final dos cinco anos referidos, terminou o consentimento do governo britânico sobre a migração de 10.300 refugiados judeus nos Bálcãs, Itália, França e Suíça, os Países Baixos, Aden e Turquia e não permitiu a deportação de mais de 1.500 migrantes por mês. A partir de primeiro de outubro de 1944, até o final de 1944. O número de imigrantes para a Palestina de 1939 até 1944 havia atingido 75.031 migrantes.

Uma vez que esses números não eram suficientes para a Agência Judaica, a mesma preparou planos para receber cem mil imigrantes sionistas, imediatamente após a Segunda Guerra Mundial. Com o início das forças Aliadas na Alemanha, no inverno de 1945, a Agência Judaica começou a fornecer os planos de migração detalhados para o Governo do mandato.

Mas o governo rejeitou os pedidos da Agência Judaica e seus planos, e tudo o que permitiu em maio de 1945, foi aceitar a migração de três sionistas. Permitiu também, em setembro do mesmo ano, o retorno de imigrantes ilegais que já haviam sido exilados pelas autoridades do mandato britânico, para a ilha (Maurício) e que tinham permanecido ali.

Até o final de 1945, o número dos imigrantes sionistas que chegaram à Palestina durante a guerra, até essa data chegou a 92 mil imigrantes sionistas. Isto foi devido à atividade de imigração ilegal, no momento em que passou a ser supervisionado pela Agência Judaica⁶⁶.

Segundo: Evolução da posição árabe sobre a causa palestina:

O verão de 1939 testemunhou a erosão da revolução palestina, como um resultado da política brutal da repressão exercida pelo mandato do governo, e as forças britânicas, que restauraram a invasão da Palestina quando aconteceu

⁶⁶ -Institute for palestina Studies, Anuário da causa Palestina em 1967 em Beirut.

revolução e seu crescimento, bem como a magnitude dos sacrifícios sofridos pelo povo palestino e a dispersão de seus líderes fora da Palestina, depois que as autoridades britânicas os consideraram fora da lei.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, o governo britânico tentou acalmar a situação na Palestina e encorajou os líderes exilados palestinos a retornar, mas o Haj Amin AL-Husseini, Mufti da Palestina e do presidente da extinta Comissão árabe, não confiou nas promessas dos britânicos. Continuou se movendo de um país para outro para escapar do exílio, ficando longe das regiões de tropas britânicas no Oriente Médio.

No final, considerou ser necessário recorrer aos territórios sob ocupação das forças do Eixo para pedir ajuda à Alemanha contra a Inglaterra, em conformidade com o dito (inimigo do meu inimigo pode ser meu amigo). O que havia incentivado o Mufti desta tendência foi à crença de que a guerra acabaria em favor das Potências do Eixo, após o sucesso de suas forças em vários teatros no início da guerra.

Mas os esforços do Mufti não tiveram qualquer impacto sobre o povo palestino, que se desgastou com a revolução em curso, nos últimos três anos. Os moderados dos líderes voltaram a tentar a paz com os britânicos. E 1943 havia cerca de 8.000 dos palestinos que trabalhavam no exército britânico na Palestina e em função da necessidade das tropas britânicas, de preencher algumas de suas necessidades com as indústrias locais.

Esses fatos levaram ao crescimento relativo nas indústrias da Palestina, e limitaram-se à luta armada durante os anos de guerra no boicote completo aos judeus, para impedir a ida da terra para colonos judeus. Formou-se o Movimento Nacional de (Fundo da nação) para levantar fundos de dinheiro e trabalhar para

salvar os territórios palestinos, os quais foram guardados sob a alegação de impostos, para tentar manter a autoridade Palestina sobre essas terras.

No âmbito político, a competição pela liderança foi à doença que atrapalhou a união entre os partidos palestinos durante a guerra, após o Haj Amin AL-Husseini fugir, e os líderes do Partido da Independência. Em 1943 tentaram formar um comitê unificado, mas os apoiastes do Al Husaini e outras partes bloquearam a União.

Mas os líderes árabes que buscaram criar a Liga Árabe em 1944 incentivaram a idéia de reviver o Alto Comitê Árabe. Em setembro do mesmo ano, alguns líderes árabes visitaram a Palestina para convencer suas lideranças a unirem as forças, e apesar do fracasso dos esforços. O Haj Amin AL-Husseini expressou sua disposição de enviar um representante palestino para participar nas consultas sobre a criação da Liga Árabe e Musa Alami foi encarregada para fazer este trabalho.

As reuniões que ocorreram em Alexandria para elaborar um protocolo da Liga Árabe, não contaram com a presença de Al Alami, o qual rejeitou se fazer presente apenas como observador. Insistiu em ser membro completo e representar todos os árabes da Palestina, os quais não concordaram em ter um líder como seus representantes.

Ele foi apoiado pelos representantes do Iraque e leste da Jordânia, e com isso foi atingido um compromisso na formulação do anexo sobre a Palestina no projeto final da Carta da Liga Árabe, que previa a criação da Liga Árabe e a nomeação de um representante da Palestina para participar no trabalho que tinha o direito de voto em determinadas circunstâncias, sem a assinatura das decisões.

Devido às disputas contínuas partidárias entre os palestinos e à ausência de uma liderança eficaz, a iniciativa para a causa palestina foi cada vez mais se voltando para os governos árabes nos últimos anos da guerra. Isso aumentou após a criação da Liga Árabe em março 1945. A Carta da Liga Árabe teve um capítulo separado que permitia aos palestinos a participarem das reuniões da liga até serem membros normais após a independência da Palestina.

Alguns governos árabes ofereceram vários projetos para resolver a questão palestina no âmbito árabe, como aconteceu quando Nour AL Saed, o premiê iraquiano, apresentou um projeto chamado “Al Hilal Al Khasib” a (Richard Casei), o Ministro de Estado britânico para o Oriente Médio em dezembro de 1942.

Nour AL Saed encontrou no projeto, a solução para a causa palestina, com base na criação de um país federal composto por Iraque, Síria e Transjordânia e Palestina a gozarem os Judeus de autonomia administrativa judaica no âmbito do país árabe. A comunidade judaica independente administrativa não ameaçaria a este Estado Árabe Unido, ao contrário do princípio do estado da Palestina por si só.

No entanto, o Egito se opôs a esta união regional e viu torção sobre a causa Palestina, e que seria melhor tentar encontrar uma solução adequada à causa palestina, numa união Árabe geral, e global que incluiria todos os Estados independentes árabe, terminando com a criação da Liga Árabe.

Quando o Comitê Preparatório reuniu-se com o objetivo de assinar o protocolo para a criação da Liga Árabe, em Alexandria, em outubro de 1944, Moisés Alglmi, representante da Palestina, explicou as fases da causa palestina. Ao final de sua fala fez duas perguntas aos presentes: “A Palestina é árabe? Os Árabes da Palestina continuarão seguros em suas casas”?

Em resposta a estas duas perguntas, foi feita exclusivamente para a Palestina, uma resolução especial no Protocolo de Alexandria. A Comissão Preparatória decidiu que a Palestina fosse uma parte importante da Liga para os países Árabes, e os direitos dos árabes não pudessem ser tocados sem danos para a paz e a estabilidade no mundo.

O Comitê considerou que os compromissos associados ao Estado britânico, eram no sentido de parar a imigração judaica, para a preservação das terras árabes e de acesso à independência da Palestina. Seria um dos direitos dos árabes fixos, do quais não se poderia abrir mão, para realizar um passo ao objetivo pretendido. Para estabelecer a paz e a estabilidade, a comissão declarou o seu apoio à causa dos árabes da Palestina e trabalhou para atingir os seus objetivos justos e legítimos.

Em consonância com a posição árabe para a causa palestina, os estados árabes, individual e coletivamente, pressionaram com diplomacia, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos em defesa do povo da Palestina. Este fato apareceu claramente nas posições tomadas por estes países confrontando as decisões e declarações de membros do Congresso Americano com as do Presidente Americano, sendo a favor dos judeus e os sionistas durante 1944 e 1945.

Como seqüência de uma discussão no Congresso Americano no final de janeiro de 1944, sobre a elaboração de uma resolução exigindo que o governo Americano desse todos os passos necessários para abrir as portas à imigração de judeus para a Palestina, e tivessem o direito de ocupar o país, com a criação do Estado judeu e democrático e livre. O Egito, e o Iraque, em 09 de fevereiro de 1944 pediram o esclarecimento do governo Americano sobre este assunto, lembrando das

garantias dadas pelo presidente, sobre a questão da Palestina, as quais seriam adiadas até depois do fim da guerra.

Em 24 de Fevereiro de 1944 o governo sírio apresentou um protesto contra o governo Americano. Constava nele:

Que as decisões do Congresso Americano sobre o estado judeu na Palestina foi um golpe fatal aos direitos árabes, e todos os países árabes, que puseram os seus recursos para atender aos aliados, a fim de alcançar a vitória, se sentiram traídos, com estas decisões que foram consideradas violação aos princípios proclamados na Carta das Aalatsi. Dar vantagem aos judeus, em detrimento dos árabes, não poderia ser justificado ou aceite, e exigimos que fossem colocados os direitos dos árabes na Palestina, em consideração, antes de qualquer decisão⁶⁷.

Depois se juntaram a Arábia Saudita, Líbano e leste da Jordânia com o Egito e Síria na pressão sobre o governo Americano, o que deu à posição árabe, mais peso em torno do consenso árabe.

Na tentativa de retirar a pressão árabe, os rabinos (Stephen Wise) e (Abahill Silver), em nome do movimento sionista, se encontraram com o presidente Roosevelt em 09 de março de 1944. Saíram de lá anunciando pelo presidente Americano que:

As portas da Palestina seriam abertas agora para os refugiados judeus, e quando chegasse à hora de decidir sobre o Oriente Médio, os direitos justos viriam para todos aqueles que estavam exigindo um lar nacional para os judeus na Palestina. Esse foi o objetivo pelo qual o governo e o povo americano tiveram um profundo sentimento⁶⁸.

A declaração atribuída ao Presidente Americano repercutiu mal, o Egito foi o primeiro país a se manifestar, Mustafá El-Nahas Pasha, primeiro-ministro egípcio, convocou o Ministro Americano no Cairo e disse-lhe sobre o ressentimento

⁶⁷ -Institute for palestine Studies, Anuario da questão palestina, 1971, vol. 17Beirute

⁶⁸ -Institute for Palestina Studs, Anuário da questão palestina na Beirute 1969

do povo egípcio e a declaração atribuída ao Presidente Americano. Ele pediu um esclarecimento do governo Americano novo sobre este assunto.

Em 15 de março o governo Americano enviou um esclarecimento para o governo do Egito: "O comunicado atribuído ao Presidente Americano, falou de uma pátria judaica na Palestina, em conformidade com a Declaração de Balfour, e não falou de um Estado judeu na Palestina, como referido na resolução do Congresso". O governo Americano confirmou novamente que: "não aconteceriam mudanças fundamentais sobre a sua política na Palestina, sem consulta aos judeus e árabes".

Os primeiros meses de 1945 viram uma pressão grande de resistência árabe ao projeto sionista na Palestina, especialmente da Arábia Saudita. Durante a primeira semana de Janeiro de 1945, o Rei Abdul Aziz, chamou pela necessidade de estabelecer uma aliança militar entre os países árabes para protegê-los se necessário fosse, e obter compromissos Americanos de defesa dos árabes palestinos contra o sionismo, uma defesa armada se necessário.

Ao receber os agentes inscritos nas negociações Americanas em Jedah, em 31 de janeiro, o rei Abdul Aziz emitiu um comunicado, que novamente mostrou o apoio árabe para os palestinos. Disse o rei aos agentes:

A nação árabe está diante de duas ameaças: por um lado, a pressão Francesa sobre a Síria, e por outro, a pressão Judaica sobre a Palestina. O que diz respeito à Palestina, a América e a Grã-Bretanha teve a liberdade de escolher sobre um mundo árabe calmo e pacífico, ou de um estado judeu encharcado de sangue. Exigimos da América, a resolução do problema palestino baseada nas tradições de justiça Americana, e se a América escolher os judeus amaldiçoados no Alcorão até o fim do mundo estará, portanto, perdendo a nossa amizade e irá se arrepender. Essa escolha em qualquer caso é da América, e nós falamos nossas opiniões e queremos que passem isso para o seu governo⁶⁹.

⁶⁹ -Arquivos e documentos ,o ministério da orientação,

O Rei Abd El Aziz confirmou sua serenidade sobre o projeto sionista e a imigração judaica para o presidente Roosevelt quando ele o encontrou a bordo do navio (Quincy) nas águas dos lagos “Murra” no Egito, em 14 de Fevereiro do mesmo ano. Quando o presidente Americano pediu para consultar o rei sobre a questão dos judeus, os quais foram expulsos de suas casas na Europa, obteve a resposta do Rei Abdul Aziz de que não havia uma maneira de resolver este problema. Os que foram expulsos teriam de regressar aos seus países de origem, de onde foram expulsos e os judeus que não pudessem regressar aos seus países de origem poderiam ser estabelecidos nos países do Eixo, que perseguiu. (Anexas notas de conversas do Rei Abd El Aziz com o presidente Roosevelt em 14 de fevereiro de 1945).⁷⁰

Quando o Presidente Roosevelt tentou lembrar-se do que aconteceu aos judeus pelos alemães na Polônia, em uma tentativa de provocar a simpatia do rei e sua aceitação do re-assentamento de alguns refugiados na Palestina, o rei Abdul Aziz entendeu a intenção do presidente Roosevelt e explicou para o último a causa dos árabes da Palestina e dos seus direitos legítimos à sua terra.

Garantiu o presidente, da impossibilidade da cooperação entre os árabes e judeus, chamou a sua atenção para a ameaça crescente aos árabes, sobre a crise provocada pela continuação da imigração judaica, e do movimento de terras árabes às mãos judaicas. O Presidente americano acalmou o rei Abdul Aziz e garantiu que ele não faria nada para ajudar os judeus contra os árabes, e não iria fazer qualquer movimento hostil contra o povo árabe. Essa sua afirmação foi relacionada à sua política, como futuro chefe do poder executivo nos Estados Unidos da América, em 14 de fevereiro de 1945, anexos às negociações.

⁷⁰ Ver Anexo XVIII

Quando o rei Abdul Aziz se encontrou com Bonson Churchill primeiro-ministro britânico em Fayoum no Egito, uma semana após seu encontro com o presidente Roosevelt, o rei não foi menos rígido quanto à questão palestina, quando Churchill pediu para o rei ajudar na questão da Palestina, liderado pelos árabes moderados numa solução intermediária com os sionistas, e a mudança de opinião pública árabe para aceitar concessões a favor dos judeus.

A resposta do rei ao tal pedido solicitado por Churchill:

Foi um ato de traição ao Mensageiro de Deus e todos os muçulmanos. Se eu fizer parte disso estará perdendo minha honra e destruindo a minha imagem e que não concordaria nunca em dar nada para os sionistas, muito menos, convencer os outros. Mesmo se eu aceitasse não estaria ajudando à Grã-Bretanha, mas estaria atrapalhando, porque o suporte para as ambições sionistas de qualquer partido conduziria ao derramamento de sangue e o caos seria publicado no mundo árabe. Isso não iria ser bom para a Grã-Bretanha.⁷¹

E nas declarações contínuas para os políticos americanos que apoiaram as ambições do projeto sionismo, a pressão árabe continuou sobre o governo americano até os últimos dias do Presidente Roosevelt, em 10 de Março de 1945.

O King Abdul Aziz e Abdallah, príncipe guardião do Iraque, enviaram uma carta ao presidente Roosevelt em que deixaram claro, o perigo do projeto sionista na Palestina, sobre a ameaça representada para os países árabes e suas unidades, se as terras da Palestina caíssem nas mãos erradas de não palestinos. Alertaram sobre os efeitos e as conseqüências sangrentas do estabelecimento do Estado judeu na Palestina (os árabes de forma individual e coletivamente pensavam que essa questão da Palestina seria de vida ou morte) (O livro de King Abdul Aziz para a Roosevelt em 10 de março de 1945 e um telegrama do Comissário em Bagdá, Louis

⁷¹ -Ver Anexo XVIII

Henderson para o Ministro do Exterior Americano, sobre a carta do Prince Abdul Ilah em 10 marços de 1945⁷²).

Em resposta a estas cartas, o presidente Roosevelt re-confirmou a sua posição sobre o problema e que ele não tomaria qualquer decisão que afetasse a situação no país, sem consultar aos árabes e judeus. Ele não tomaria nenhuma ação que pudesse deixar o povo árabe furioso⁷³. (anexo a resposta do presidente Roosevelt ao rei Abdul Aziz).

III - 3: A intervenção Americana e a transferência da causa Palestina para as nações unidas (1945 – 1947)

Primeiro: A intervenção Americana na causa Palestina

A intervenção Americana durante a guerra sobre a causa Palestina se limitou a decisões e declarações de apoio para os sionistas, e as pressões sobre o governo britânico para abrir as portas da imigração judaica para a Palestina. O envolvimento Americano após a guerra aumentou com o nível de participação nos estudos sobre o futuro da Palestina, na pressão para facilitar a migração sionista e a criação do Estado judeu. Isso teve a ajuda da má situação econômica da Grã-Bretanha e da necessidade urgente de apoio Americano, por um lado, e a direção do novo governo trabalhista para passar parte da responsabilidade com a causa palestina para os Estados Unidos, de outro.

Em 1945 o partido trabalhista assumiu o governo britânico, no lugar do governo conservador. Por isso, o governo britânico novo formou uma comissão para examinar a política do governo no Oriente Médio, em geral, e a questão da Palestina, em particular. Os trabalhos da Comissão foram feitos durante o mês de

⁷² -Arquivos e documentações, da palestina em637-1949, o Ministério da Orientação nacional, c.1, p.745-748

⁷³ -Arquivos e documentações da palestina em 637-1949,o ministério da Orientação nacional,c1,p.749 “Ver Anexo XIX”

agosto, e apresentaram um relatório em setembro, no qual confirmou: “para satisfazer os requisitos estratégicos britânicos na região, seria necessário manter a amizade dos árabes e da unificação do leste Árabe no âmbito da segurança regional, baseada na parceria entre os pares”.

Sobre a Palestina, o comitê recomendou o seguinte:⁷⁴

1. Continuar a implementar o Livro Branco sobre a imigração judaica temporariamente, até a adoção de uma nova política para o futuro com todos os esforços possíveis para convencer os árabes sobre a continuação da imigração nas taxas aplicáveis na época (1500 imigrantes por mês) até a adoção da nova política.

2. Avisar ao governo dos Estados Unidos antes de entrar em contato com os árabes, que o governo estava considerando uma nova política para os planos de longo prazo para a Palestina e que seria apresentado às (Nações Unidas) no tempo certo.

No tempo em que a antiga Comissão ainda estava estudando a situação na Palestina, para determinar a política britânica em relação à Palestina depois da guerra. Os líderes do movimento sionista ficaram preocupados com o não anúncio das novas intenções do governo britânico para a Palestina e chegou ao novo presidente Americano (Harry Truman) por (Eli Jackson) grande amigo e parceiro, numa loja em Minnesota, antes da eleição de Truman, como membro do Congresso e escolhido como vice-presidente de Roosevelt.

Portanto, Tomam ignorou a opinião de seus colegas para não tomar decisões que afetassem negativamente os interesses Americanos no Oriente Médio, e pediu ao governo britânico para permitir a imigração de cem mil refugiados judeus

⁷⁴ -Arquivos e documentações da palestina em 637-1949, o Ministério da Orientação nacional, c.1, p.741.

para a Palestina. Como o pedido de Tomam não estava alinhado com o novo Governo britânico, a resposta do governo britânico foi a de pedir a formação de uma comissão parlamentar britânica Americana cujos deveres eram os seguintes:⁷⁵

1. Pesquisar as medidas necessárias para melhorar a situação dos judeus nos países europeus, onde são perseguidos pelos nazistas e fascistas.
2. Estudar a situação política, econômica e social na Palestina no que se referia à imigração judaica, e discutir medidas para assegurar um nível razoável de imigração Judaica para a Palestina que fosse permitida em um futuro próximo.
3. Discutir a possibilidade de resolver o problema dos refugiados judeus na Europa, para abrir a porta da migração a outros países, incluindo os Estados Unidos e os países da Grã-Britânica.

A proposta para a formação da Comissão Mista foi mal recebida pelo Presidente Tomam, depois que o público americano se simpatizou e foi afetado pela propaganda sionista. Passou a apoiar as demandas sionistas, e o país estava a caminhar para as eleições do Senado e a renovação do Senado, mas o presidente Truman decidiu aprovar a constituição da comissão mista para que o governo Britânico não tomasse as decisões, sozinho, sobre a política na Palestina.

Ernst, ministro do Exterior britânico, disse à Câmara dos Comuns, em 13 de outubro de 1945, que o Governo britânico iria implementar as recomendações da Comissão Mista, se fosse unânime. Anunciou também, a decisão do governo de consultar os árabes sobre como garantir o número de imigrantes autorizados por mês (1.500 imigrantes por mês) e que esse número estava ligado para concluir os

⁷⁵ -Arquivos e documentações da palestina, em 637-1949, o Ministério da orientação, parte1, p.765-779

números do Livro Branco (75000 imigrantes mais outros 25000), para ajudar a resolver o problema dos refugiados judeus na Europa, se a situação econômica ajudasse a absorver esses 25.000.

A Comissão Parlamentar Conjunta foi formada por 12 membros, metade deles era de britânicos, e a outra metade dos norte-americanos. Com as consultas da Comissão com os árabes, judeus nos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Palestina e do leste árabe, foi elaborado em 20 de abril de 1946, um relatório com os seguintes princípios:⁷⁶

1. Não dar aos judeus e árabes o controle sobre a Palestina.
2. Não transformar a Palestina em um Estado árabe ou judeu.
3. Fornecer uma forma de governo que na Palestina, em conformidade com as garantias internacionais, ou seja, a proteção integral das religiões e as santidades islâmica, cristã e judaica na Palestina.

A Comissão concluiu sobre a rejeição de partição da Palestina.

Confirmando:

“qualquer tentativa nesse momento, ou no futuro próximo, de estabelecer um Estado palestino independente ou dois estados palestinos judaicos e árabes, deve levar a uma guerra civil que poderia ameaçar a paz mundial.”⁷⁷

Concluiu-se que o estado da Palestina deveria continuar unificado binacional sob o mandato do Reino Unido, em preparação para a sua colocação sob a tutela das Nações Unidas, e pediria aos Estados Unidos e outros países a abrirem suas portas para receber um número de refugiados judeus.

O Comitê fez uma série de recomendações para o desenvolvimento da Palestina, tanto econômico, quanto social, e também recomendou a emissão de

⁷⁶-Documentos de arquivo e da palestina, parte geral-Ministerio da Orientação Nacional.

⁷⁷ -Arquivos e documentos, o Ministério da Orientação Nacional, parte 1, p.765, 766, 767, 668, 769.

100.000 autorizações de imigração para a Palestina a serem emitidas, tanto quanto possível, durante o ano de 1946:

E acelerar a migração conforme as condições autorizaram a estarem sujeitos no futuro a um compromisso entre árabes e judeus. A Comissão solicitou no relatório, a cooperação da Agência Judaica, de forma efetiva com o governo do mandato, na repressão do terrorismo e na imigração clandestina.⁷⁸

As reações variaram de britânicos e Americanos sobre as recomendações anteriores que foram unânimes pela Comissão Parlamentar Conjunta. Sobre os Estados Unidos, o presidente Truman ignorou o desejo do governo britânico no trabalho conjunto, para a causa palestina, e emitiu uma nota preparada por seu assistente sionista (David Niles), na qual aprovou a recomendação da Comissão nas Migrações de 100000 judeus para a Palestina e ignorou o resto do relatório.

A Comissão tentou torná-lo equilibrada para ter a aprovação unânime dos seus membros, observando que os restantes das recomendações requeriam uma consideração cuidadosa. Quanto à Grã-Bretanha, declarou (Clement Atlee) o primeiro ministro na Câmara dos Comuns, em primeiro de maio de 1946, que o relatório continha os compromissos de longo prazo, que o governo britânico não queria olhar antes de se certificar sobre a vontade dos Estados Unidos de participar nas responsabilidades de militares e financeiras, também anunciou que:

O governo britânico não permitiria que 100 mil judeus imigrassem para a Palestina, sem que os combatentes palestinos e judeus fossem desarmados e acabassem com as organizações terroristas sionistas. A Agência Judaica expressou sua vontade de cooperar.⁷⁹

A posição do presidente Americano ameaçou congelar o relatório da Comissão, com a falta de vontade dos Estados Unidos, de suportar os encargos

⁷⁸ -Arquivos e documentos, em 637-1949, Ministério da Orientação c.1

⁷⁹ -Arquivos e documentos da palestina em 637-1949, o Ministério da Orientação, parte, um, p.765-769.

militares na Palestina, conforme a recomendação da Comissão Parlamentar Mista. Mas não aconteceu por conta do acordo dos governos britânico e Americanos em uma série de medidas que ajudaram a aproximar as opiniões e determinar as suas posições sobre as recomendações finais da Comissão parlamentar. Estas medidas foram resumidas como segue:

1. Ambos os governos devem saber as opiniões dos governos árabes e das organizações sionistas sobre o que foi referido no relatório da Comissão Parlamentar Mista.
2. Duas delegações de especialistas dos governos devem se encontrar para discutir as demandas decorrentes das recomendações da Comissão Parlamentar, principalmente no que diz respeito aos compromissos militares e financeiros.
3. O governo deve colocar em mente a proposta do governo britânico de convocar uma conferência com todas as partes envolvidas na terceira etapa de conversas.

A delegação do governo Americano foi chefiada por (Henry Grady), o vice-ministro das Relações Exteriores na época. Já a delegação do governo britânico foi liderada por (Herbert Morrison), presidente da Câmara dos Comuns. As negociações começaram em Londres, em Julho de 1946, enquanto aumentavam os “poucos” na Palestina e o terrorismo sionista chegou ao limite, dentro de duas semanas.

Os dois lados chegaram a uma fórmula com um relatório apresentado aos dois governos conhecido como o (plano de Grady - Morrison). Esse plano visava à mudança da Palestina em um estado federal de três regiões, um árabe, um judaico e um espaço controlado, incluindo as áreas de Jerusalém e do Nacbah. Com a

transformação do mandato para a custódia dos britânicos, a presença de governo central que supervisiona os assuntos de defesa e dos Assuntos políticos, Externos e Alfândegas e Impostos de produção, os governos árabes e judeus supervisionaram sobre os assuntos da administração local, agricultura, saúde pública, comércio e indústria.

As delegações recomendaram em seus relatórios que, se o plano fosse aprovado e aceito e os Estados Unidos aceitasse contribuir com os custos de implicações financeiras, seriam autorizados a entrar os 100.000 judeus na Palestina durante o primeiro ano e, em seguida seria determinado o número que seria permitido de migrantes conforme a absorção econômica do país.

As duas delegações apresentaram plano para o desenvolvimento da Palestina, os países vizinhos economicamente, e a delegação sugeriram que o presidente Truman pedisse ao Congresso, 300 milhões de dólares para este desenvolvimento.

O governo britânico viu neste plano uma solução equilibrada para a questão palestina, tendo em conta as seguintes considerações:

1. Este plano realizou algo semelhante à independência de setenta e cinco por cento da população árabe.
2. O plano previu medidas eficazes para a minoria árabe na região Judaica.
3. Este plano permitiu que os judeus tivessem uma medida de controle sobre a imigração e o desenvolvimento da terra na região Judaica, para que eles pudessem desenvolver o projeto da pátria judaica nacional sem restrições.

4. Este plano pôde ser implementado sob a supervisão do mandatário, sem recorrer às Nações Unidas.
5. O plano incluiu o núcleo de desenvolvimento constitucional sobre a base da possibilidade de expansão das regiões autônomas, onde a transferência gradual do controle do governo central seria repassada para os governos dessas regiões.
6. O cancelamento do Mandato na Palestina, em longo prazo, fosse com a divisão ou um sistema federal, que abrangesse todas as áreas de acordo com os resultados do plano.

Nos Estados Unidos, o presidente Truman recusou o plano como um todo e decidiu andar em outro caminho longe da Grã-Bretanha, em relação ao tratamento da questão palestina, e não participar da próxima etapa, na realização da Conferência de Londres, da qual participaram todas as partes envolvidas, insistindo na introdução de 100 mil judeus na Palestina para satisfazer aos Judeus Americanos. Assim Truman deixou a Grã-Bretanha sozinha, colhendo os frutos amargos de deixar a Declaração de Balfour apoiando o projeto sionista.

Segundo: o fracasso das soluções do Reino Unido e a passagem da causa palestina para as Nações Unidas

O governo britânico decidiu no Verão de 1946, consultar com os árabes e judeus em função do resultado da comissão de especialistas britânicos e norte-americanos, membros da Liga dos Estados Árabes. Receberam um pedido de governos britânico e Americano para expressar sua opinião, sobre o relatório parlamentar da comissão britânica e Americana, anunciado na primavera de 1946. O que provocou a indignação dos Árabes, porque eles sentiram que esse relatório

eliminava tudo o que foi indicado no Livro Branco de 1939, no qual apegavam todas as esperanças.

Os judeus não tinham menos descontentamento sobre esse relatório, porque ele não reconhecia o Estado judeu na Palestina, e impôs restrições sobre a imigração judaica para a Palestina, também exigiu a dissolução das organizações paramilitares.

A posição árabe e sionista sobre o relatório da Comissão Parlamentar Conjunta não impediu o Governo britânico de enviar os convites em 25 de Julho de 1946, para a Liga dos Estados Árabes, para a Agência Judaica e o Alto Comitê Árabe, para irem a uma conferência em Londres, no mesmo ano, em uma última tentativa para resolver o problema palestino através de negociações. Embora aceita pelos países árabes, o convite foi rejeitado pela Comissão Suprema da Palestina, porque não foi permitido para Haj Amin AL-Husseini chefiar a delegação.

A Agência Judaica também rejeitou o convite, porque o governo britânico não aceitou a participação dos líderes sionistas detidos na delegação, enquanto o governo confirmou a ausência de representantes na conferência.

Quando a conferência começou em (Lancaster House), em 09 de setembro, de 1946 a delegação britânica ofereceu um plano de autonomia administrativa como um primeiro item do programa da conferência. Mas as delegações árabes atacaram o plano, porque ele acabaria por conduzir à divisão da Palestina, ou a dominação judaica na Palestina, porque o plano permitiu migração sem restrição de judeus e isso deveria levar a um número crescente de judeus, e conseqüentemente, teriam a maioria, e então o controle do governo na Palestina.

Quando o governo Britânico viu o consenso das delegações árabes para rejeitar o plano de independência administrativa, ele pediu-lhes para apresentar

propostas alternativas, em função da falta de compromisso do governo britânico, sobre o plano proposto. As delegações árabes apresentaram os planos alternativos que foram baseados nos seguintes elementos:⁸⁰

1. Criar um estado unificado na Palestina que inclui uma maioria árabe permanente e obter a sua independência, após um período de transição de curta duração (um ou dois anos), sob mandato britânico e sob uma constituição democrática.
2. Os judeus que tinham cidadania palestina teriam pleno gozo dos direitos civis em plena igualdade com os cidadãos Palestinos.
3. Fornecer garantias especiais para a proteção dos direitos religiosos e culturais da minoria judaica.
4. Garantir a segurança dos lugares santos e a liberdade de práticas religiosas em todas as partes da Palestina.
5. Dar à minoria judaica, um número de assentos do Conselho Legislativo, proporcional ao número de judeus, para o número total de cidadãos na Palestina.
6. A necessidade de uma legislação de imigração e transferências de terra sobre a aprovação da maioria árabe no Conselho Legislativo.
7. Não modificar as garantias especiais sobre os locais sagrados, sem a aprovação das Nações Unidas e a necessidade de obter o consentimento da maioria dos membros judeus no Conselho Legislativo, de alterar quaisquer garantias que beneficiassem a minoria Judaica.

⁸⁰ -Arquivos e documentações do palestino Ministério da Orientação –c.1, p.849-852

8. Um tratado que definisse o futuro das relações entre o Governo britânico e o Governo do Estado da União.

O governo Britânico pediu um prazo para o estudo do plano árabe, e adiou as conversas por dois meses (até janeiro de 1947). Na verdade, o adiamento da conferência não foi para estudar o plano árabe, mas o governo britânico esperou a realização do vigésimo segundo Congresso Sionista, para nomear um novo comitê executivo. Esperava-se que ele fosse ser mais moderado do que a liderança anterior e que permitisse a participação judaica na conferência. Mas a Grã-Bretanha enfrentou durante esse período, mais terrorismo sionista. Além disso, a política Britânica sofreu fortes críticas, tanto da União Soviética antiga, como dos Estados Unidos da América.

Sob a pressão dos sionistas Americanos, o Presidente Truman emitiu uma declaração em 04 de outubro de 1946, mostrando os esforços da sua administração para a causa palestina e pediu à Grã-Bretanha para abrir as portas da Palestina para o acolhimento de imigrantes judeus, imediatamente, sem esperar que o problema palestino fosse resolvido. Manifestou a disponibilidade do governo para ajudar neste respeito, e como pediu para libertar as leis de imigração nos diferentes países, para resolver o problema dos refugiados na Europa, ele saudou o relatório da Comissão Parlamentar Conjunta, o qual teve sua recomendação para a deportação de 100 mil sionistas da Europa à Palestina. O Presidente Truman Comentou também, sobre a aprovação da opinião pública nos Estados Unidos, para estabelecer um Estado judeu na região da Palestina. (ver em anexo declaração do presidente dos Estados Unidos Truman em 04 de outubro de 1946).⁸¹

⁸¹ Ver Anexo XX

A declaração do presidente Truman teve uma repercussão negativa na Palestina e nos países árabes, pois encorajou as organizações terroristas sionistas para aumentar a pressão sobre o governo do mandato e as manifestações também eclodiram em países árabes contra os Estados Unidos da América. Os governos Árabes protestaram contra a declaração. O rei Abdul-Aziz Al Saud enviou uma carta ao Presidente Truman na qual se mostrou surpreso com a declaração referida, que era contrária às promessas feitas por Roosevelt a ele. Disse ao Presidente Truman:

A injustiça que pode ser infligida aos árabes como resultado da política Americana na causa palestina, o que poderia afetar as relações árabes com os Estados Unidos da América. (Livro do Rei para Truman, 15 de outubro de 1946).⁸²

Não foi só o presidente que abandonou o governo britânico sobre a causa palestina. Em dezembro do mesmo ano, a vigésima segunda conferência sionista, também desapontou o governo britânico e acabou com a esperança do governo Britânico, pois a conferência se mostrou mais apegada à solução extremista liderada por Ben-Gurion.

Antes de retomar a conferência de Lancaster House em 21 de janeiro de 1947 o governo britânico discutiu a nota colocada pelo ministro do Exterior britânico sobre como lidar com as três propostas de soluções para o problema palestino até que o governo decidisse a solução apresentada para os árabes e judeus na retomada dos trabalhos de conferência, se resumem no seguinte:⁸³

1. Aplicação da partição como exigido pelos judeus, sem a necessidade de um período transitório, para a criação do sistema autônomo independente;

⁸² -Arquivos e documentos da palestina, Ministério da Orientação nacional, c.1, p.849-852.

⁸³ -arquivos e documentos da palestina, Ministério da Orientação nacional.

2. Convencer os árabes a aceitar uma parte final de imigrantes, apesar de grande número de imigrantes judeus em troca de um Estado unificado e independente, tal como solicitado pelos árabes na conferência.
3. Implementação da autonomia auto-administrativa no âmbito de um Estado binacional, em conformidade com o plano da Comissão Parlamentar Mista, durante o período de transição. Após isso, seria feita a partição da Palestina em dois estados, um árabe e um judeu.

O governo britânico concordou em última instância, como base para discussões, com as comissões árabes na retomada da Conferência, lembrando que esta solução acabaria por levar a independência ao estado, mantendo o direito da Grã-Bretanha em colocar as suas forças na Palestina.

Mas o governo Americano insistiu na divisão imediatamente, e viu que seria a mais fácil das soluções em termos de execução e a menos custosa. O Ministro do Exterior Americano mostrou sua prontidão para apoiar a preparação de um estado duplo, se o governo britânico não conseguisse obter a aprovação dos árabes e os judeus.

Na tentativa de conciliar as exigências dos países árabes e judeus apoiados pelos Estados Unidos, o ministro do Exterior britânico pensou em uma fórmula que pudesse satisfazer ambas as partes, chamado de (plano Piven). O plano previa um estado de união com autonomia sob a administração britânica direto por cinco anos. Após esse período teria a independência, permitindo o acesso a quatro mil judeus por mês, por dois anos, e proporcionaria a segurança para a minoria judaica, após a independência.

Quando mostrado o plano (Bevin) para os judeus, em 10 de Fevereiro de 1947 e os árabes em 12 de fevereiro e foi rejeitado por ambos os lados. Em seguida,

os judeus retornaram à sua segunda opção, que era voltar para as condições do mandato de 1939. Poucos dias antes da emissão do livro branco, alguns Árabes pediram a retirada de imediato dos britânicos da Palestina, dizendo que eles iriam colocar uma solução definitiva para o problema com a colisão inevitável. Mas o governo britânico rejeitou a proposta de retorno sionista para o pré-guerra, pois levaria ao recebimento do poder sionista na Palestina. Também rejeitou as exigências árabes.

Como resultado da pressão Americana e a incapacidade do governo Britânico de chegar a uma solução satisfatória para ambas as partes, e as pressões da crise econômica grave sofrida pela Grã-Bretanha em 1947. O Governo britânico decidiu reduzir sua responsabilidade sobre o Oriente Médio e, portanto, decidiu transferir todo o caso às Nações Unidas.

Ernest Bevin, Ministro do exterior Britânico, justifica na Câmara dos Comuns, em 23 de fevereiro, 1947 as razões pelas quais a Grã-Bretanha transferiu o caso para as nações unidas dizendo:

A Grã-Bretanha foi incapaz sobre a reconciliação entre os judeus ao invadirem a Palestina e sobre a observância do mandato. Para não danificar o bem-estar da sua população com os outros, a Grã-Bretanha emitiu o Livro Branco, o qual definiu a imigração à Palestina para suspender mais tarde.⁸⁴

O conselho aprovou o livro, que teve a oposição dos judeus, e indignação dos árabes que insistiam pela independência. O caso ainda ficou mais complexo depois que os Estados Unidos começaram a participar. O presidente Truman comentou que:

Se essa intervenção fosse só para introduzirem cem mil imigrantes judeus, para a Palestina teria sido possível resolver isso. Mas a conversa era sobre a migração de milhões. Não

⁸⁴ -Arquivos e documentos em 637-1949, o Ministério da Orientação, c.1

era justiça e igualdade entre os interesses dos árabes que foram proprietários do país e entre os judeus introduzidos para a Palestina, mas a Grã-Bretanha não poderia impor uma solução final à força, porque era um representante do Estado. Por isso tinha o dever de levar a questão às Nações Unidas, para reconhecer e impor uma solução final.⁸⁵

Em 12 abril de 1947 o governo britânico pediu formalmente à Secretaria da ONU, uma sessão de emergência da Assembléia Geral, com vista a formar uma comissão especial para discutir a questão palestina, na próxima sessão ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas.

III - 4: Evolução da situação na Palestina após a Segunda Guerra Mundial

Primeiro: a evolução da situação sionista após a guerra:

Com o Governo Britânico trabalhando e procurando uma solução para a causa Palestina, em agosto de 1945, foi chamado o Congresso Sionista em sua primeira reunião após a guerra em Londres, a conferência advertiu que os judeus na Palestina, iriam recorrer à violência contra a Inglaterra, se a Grã-Bretanha não abrisse mão da política do Livro Branco.

Uma vez formulada a nova política do Governo do Partido Trabalhista Britânico para a Palestina, até que a agência judaica decidisse encerrar suas relações com o Governo do mandato e aumentar a imigração ilegal, destruindo essa política, como foi decidido pelos líderes do Al Haganá. Chegou à hora de desafiar o governo britânico, que resultou no agravamento dos ataques terroristas ao governo do mandato, de forma mais violenta depois da união de esforços de Al Haganá, as organizações de argônio e Stern nesta área, que foi expressa por (Mentem Begin), em suas memórias, dizendo:

⁸⁵ -Arquivos e documentos em 637-1949, o ministério da Orientação, c.1

“nesse período acabou campanha judaica contra nós, e nasceu o movimento de luta unida com operações conjuntas fantásticas.”

O terrorismo sionista contra o domínio britânico durante esta fase teve quatro eixos de trabalho para o crescimento da atividade terrorista, até que a questão da Palestina foi para a ONU, em abril de 1947. Esses trabalhos foram os seguintes:

1. Aceleração do ritmo da migração irregular

A tarefa de imigração de judeus compatíveis da Europa Oriental e Oriente Médio para o Mossad, fundado pela Agência Judaica, durante a Segunda Guerra Mundial. A imigração ilegal dependia, em seus estágios iniciais, dos soldados judeus voluntários nas forças britânicas e das unidades da Brigada Judaica na Europa, onde os grupos de imigrantes ficavam nos veículos militares que podiam atravessar barreiras através das fronteiras européias, levá-la para as áreas de recolher, e enviá-las para os portos.

Cada viagem requeria obter os documentos necessários e suprimentos para ter auto-suficiência de cada comboio, e a compra ou aluguel do navio que iria realizar o transporte e ocultar as características de cada navio. Cada navio deveria encontrar seu caminho para a Palestina, longe dos navios e aeronaves britânicas, depois encontrariam as equipes de desembarque com o Haganá no ponto especificado na costa palestina, e desde o Verão de 1945, até o fim de 1947 chegou à Palestina, Setenta navios que transportavam imigrantes judeus.

Chegaram à Palestina alguns desses navios durante os primeiros meses após a guerra, transportando 1.000 judeus e os números aumentaram depois para quase 22 mil imigrantes judeus. No início de 1947, aumentou o número de judeus

para 40000 e entre o verão de 1945 e o final de 1947, veio para a Palestina ilegalmente, 71 mil imigrantes dos campos de refugiados na Europa.

2. Estabelecimento de colônias nas áreas que proibidas pelo Livro Branco

O terrorismo sionista tinha como alvo exercer a pressão sobre o governo britânico de enfatizar o prestígio do governo, para garantir a segurança dos Judeus na Palestina, e convencê-los de que, sem o consentimento dos sionistas, o governo Britânico não seria capaz de manter uma base segura no Oriente Médio.

Tinha-se caracterizado a natureza desses ataques nas ferrovias e ataques a alvos como pontes, veículos, delegacias e bases militares, bem como, estações de radar, barcos-patrolha e navios armados na Palestina e Chipre.

Sob a coordenação do trabalho entre as organizações sionistas, Al Haganá assumiu a força-tarefa para atacar instalações de caráter militar, e alvos vitais, que eram protegidos pelo governo do mandato, enquanto o argônio focou nos atos de destruição, Stern focou nas mortes e assassinatos.

Como resultado desse terrorismo, organizado pelas gangues sionistas, e os atentados terroristas, o ministro do exterior britânico, escreveu ao ministro do exterior Americano em 06 de novembro de 1945, alertando sobre o aumento da violência por gangues sionistas na Palestina. Acrescentou que o movimento sionista queria empurrar as coisas mais rápido do que o necessário, o que colocava as autoridades e as forças de Mandato Britânico na Palestina, sob forte pressão. Biguen anexou em sua declaração, o tamanho das forças armadas do sionismo, descrito da seguinte forma:

- a) As Forças de Al Haganá: consiste de 60 mil a 80 mil, incluindo as forças armadas de Palmach e unidades de Alcolmndz compostas por 6.000 soldados.
- b) Forças Argon: a mais fanática cujo número era estimado entre 6.000-7.000 terroristas.
- c) Gangue de Stern terrorista: que continha algumas centenas de terroristas treinados.

Piven também chamou a atenção de Chaim Weizmann e Moshe Chertok (Charette) à gravidade da situação, porque iria conduzir a complicações que seriam dispensáveis.

O alerta Britânico não resultou em nada para acalmar a situação na Palestina, onde os documentos britânicos indicaram o aumento da participação de milhares de Judeus das colônias judaicas, e das cidades em atos terroristas e militares. Quando aumentaram os atos terroristas, em 1946, emitiu-se uma declaração em 24 de julho que definiu as organizações terroristas como segue:

- a) As forças de Al Haganá e Palmach não eram permitidas por lei e funcionavam sob o comando de um comando central, seguida de três comandos regionais, e Palmach formava uma força efetiva em tempo integral de seis mil soldados.
- b) A força da política de assentamentos, uma força composta por 16.000 elementos treinados.
- c) Uma força estável composta por quarenta pessoas da população das colônias e cidades.
- d) Argônio Tesfani lioni era uma gangue secreta composta por 3000 a 5.000 elementos.

e) A gangue Stern, um grupo de cerca de 200-300 elementos perigosos e sendo a mais próxima a gangue Balargeon.

Como resultado deste terrorismo, crescente sob a supervisão da Agência Judaica e sua direção, o Governo do mandato começou a capturar alguns líderes judeus, bem como a tomada de medidas críticas contra a Agência Judaica e a prisão de muitas das pessoas que ajudaram as organizações sionistas, suspeitas de envolvimento nos atos terroristas. Alguns foram exilados no exterior.

O confronto do governo Britânico contra o terrorismo das organizações sionistas deixou os grupos irritados e pedir de pressão dos Estados Unidos sobre o governo Britânico. Esses grupos, com a ajuda do Congresso, ameaçaram rejeitar a proposta de empréstimo Americana à Grã-Bretanha que estava em desesperada necessidade dele. Com isso, os britânicos tiveram que parar o combate às indisciplinas e deixar suas forças só para a autodefesa.

Esses acontecimentos incentivaram as organizações sionistas na escalada de atos de terror, numa medida absurda, como explodir o Hotel King David, que foi o quartel-general das forças britânicas na Palestina, com perdas grandes de (93 mortos e três feridos). Este fato levou as autoridades britânicas a retomarem a política de repressão, levando a enfraquecer a posição dos moderados e reforçando a posição dos extremistas, tanto na Agência Judaica, quanto na Organização Sionista. Levou também à deterioração das relações entre os britânicos e os judeus.

Enquanto o vigésimo segundo Congresso Sionista se reuniu, em Basileia, na Suíça em dezembro de 1946, houve uma discussão Chaim Weizmann, presidente da Organização Sionista, e David Ben-Gurion, presidente do Conselho Executivo da Agência Judaica, sobre as relações com os britânicos. Weizmann queria manter a relação com a Grã-Bretanha, Ben-Gurion queria concentrar os

esforços diplomáticos com os Estados Unidos, em vez de a Grã-Bretanha, a Conferência aprovou o ponto de vista de Ben-Gurion e Weizmann não sendo eleito para presidência da conferência

3. Apoio à força militar sionista na Palestina:

No final da II Guerra Mundial, a Agência Judaica intensificou seus esforços a fim de apoiar a força militar judaica da Palestina, em preparação para um confronto com os exércitos árabes. Após o término do Mandato Britânico da Palestina, o que significou em primeiro lugar, obter todos os tipos de armas. A força militar foi quem trouxe o resultado do controle da Palestina.

Com isso a Agência Judaica se movimentou para obter o armamento pesado, e o estabelecimento de fábricas militares para a produção de munições e armas leves, continuando seus esforços na área de Industrialização Militar, que começou durante a Segunda Guerra Mundial (1), em 15 de maio de 1945.

Ben-Gurion junto com Alyazr Kaplan, Tesoureiro da Agência Judaica para os Estados Unidos da América, realizaram um grande negócio que visou estabelecer uma indústria de munições na Palestina e obter máquinas para criar uma fábrica de armas. Ben-Gurion conseguiu sucesso na recolha de vários milhões de dólares dos judeus dos Estados Unidos, para comprar o que era preciso, e transferir para a Palestina.

Com todo o esforço que teve o governo britânico em busca de armas nos assentamentos judaicos, durante esse período, eles não conseguiram descobrir a natureza dessas máquinas e suas finalidades. Durante a presença de Ben-Gurion nos EUA, ele pediu para alguns membros da Organização Sionista a composição de um grupo secreto nos Estados Unidos, para levantar os fundos necessários para conseguir as armas do continente americano, e para transferi-las secretamente, para

a Palestina. Formou-se uma instituição secreta com o nome de Fundação (Sonbern) que recolheu milhões de dólares para comprar armas, alguns tanques leves, armamentos leves e médios, veículos blindados e caminhões leves. Estavam sendo transportados desmontados e transportados por aviões e navios pela fundação Sonbern, como máquinas agrícolas, e era contrabandeado para Palestina, apesar da censura imposta pela Grã-Bretanha.

Quando o vigésimo segundo Congresso Sionista se reuniu em Dezembro de 1946, Ben-Gurion chamou a atenção para o problema de segurança que ele via. A comunidade Judaica na Palestina pôde enfrentar exércitos de países árabes, que poderiam acabar com a sociedade Judaica. Portanto, teve que preparar para essa eventualidade, aproveitando a capacidade técnica e financeira o máximo possível. Segundo Ben-Gurion (1946):

Os Estados Árabes ainda não haviam completado a preparação, e nós estamos chegando a uma mudança violenta, e não devemos esquecer os perigos que se nos aguardam, mas devemos nos preparar o máximo possível, que isso, em nossa opinião é o maior perigo enfrentado pelo sionismo hoje.⁸⁶

No final da conferência foi encomendada a tarefa de defesa para Ben-Gurion, além da tarefa como presidente do Conselho Executivo. Ele estudou a capacidade do Al Haganá para analisar como pôde enfrentar este teste. Pediu o recrutamento de soldados judeus, que haviam adquirido experiência militar através da sua participação, durante dois anos nas forças de Al Haganá da Segunda Guerra Mundial, especialmente a força aérea e o Palmach.

Quando Ben-Gurion estudou a posição das armas disponíveis para Hjnah em abril de 1947, constataram que havia uma necessidade urgente de mais armas, em especial os tanques e veículos meio correntes e armamentos pesados para

⁸⁶ -Os Primeiros Dez Anos, de Eytan Walter.

apoiar as unidades terrestres, além de caças que poderiam criar as forças aéreas, e submarinas e outros navios para a Marinha.

Portanto, foram obtidos os fundos necessários para comprar mais armas pesadas de Tchecoslováquia e França, além do que foi obtido a partir da América.

Em 18 de junho de 1947, Ben-Gurion instruiu a liderança do Al Haganá sobre os riscos que corriam. Ele viu que a Alepeshov estaria em duas frentes Britânica e árabe e disse:

Mas você deve distinguir entre essas duas frentes, e esta distinção é fundamental. A batalha dos sionistas é com a política do livro branco, que é no fundo uma política e não militar. A situação é diferente na frente árabe, Al Haganá é uma chave e decisiva, e num eventual ataque armado pelos árabes, é inevitável decidir com a força militar Judaica, se a organização não é mais capaz de executar esta tarefa, então está longe do objetivo primordial, e se tornar o esforço Alepeshov e o projeto sionista em risco de destruição.⁸⁷

Após a apresentação de Ben-Gurion de força militar, salientou-se que a principal missão da Hjnah era se preparar para enfrentar os árabes. Para ele deveria melhorar a formação, seu planejamento, educar os militares sionistas, sua capacidade de trabalho e o poder de atacar. Tudo deveria ser adequado com as novas circunstâncias e necessidades crescentes, através da plena utilização da experiência militar, completa que se ganha e se adquire.

Ele, e os outros da última guerra mundial, através da utilização das conquistas da ciência e efeitos tecnológicos de defesa moderna, e de acordo com a instrução de Ben-Gurion, o comandante da Al Haganá no décimo dia do mês de Outubro, deram início à criação do primeiro estabelecimento (Schroth Haver). A Força Aérea, com a criação desta nova força, tornou-se independente.

⁸⁷ -Citando o Livro "O problema da Palestina e as tendências internacionais,"Dr. Jalal Yahya.

Segundo: A posição árabe sobre a causa palestina, após a II Guerra Mundial

Resultado da disputa entre o Partido da Independência e do Partido árabe e palestinos, foi fundada por simpatizantes de Haj Amin AL-Husseini, a Liga Árabe que decidiu na sua terceira sessão, em 31 de dezembro de 1945, enviar o primeiro-ministro Sírio Jamil Bek Merdem à Palestina para ajudar a acabar com a disputa entre os líderes palestinos, ele conseguiu reconciliá-los e a criar um conselho de 12 membros que representam diferentes partidos com o nome do Alto Comitê Árabe.

A Liga Árabe tentou deixar a seleção do líder da comissão aos líderes palestinos, mas eles se dividiram novamente. Então a Liga Árabe decidiu nomear Jamal El Husseini, que conseguiu mediar com o governo britânico em seu retorno do exílio, como vice-presidente e deixou a presidência vaga em respeito ao Haj Amin AL-Husseini. Este, ainda estava se escondendo na Europa acusado de colaboração com o Eixo. O governo britânico e as Nações Unidas reconheceram a comissão como Autoridade Superior como representante do povo palestino na Palestina. O governo britânico considerou como a autoridade equivalente a Agência Judaica.

Quando o Haj Amin AL-Husseini foi ao Egito como convidado do rei Farouk em 1946, começou a atividade do Alto Comitê Árabe, do Cairo e de outras capitais árabes, por onde ele estava viajando. Acrescentou novos membros e colocou suas tendências rígidas, mas quando ele sugeriu para a Liga Árabe declarar um estado árabe supervisionado pelo Alto Comitê Árabe na Palestina, a liga árabe recusou a proposta.

Quanto aos Estados Árabes, sobre as diferenças na Palestina, esses países tiveram um papel maior sobre a questão palestina e a política do governo britânico e Americano. Quando fez o presidente Truman, no final de setembro de

1945, uma declaração pedindo que o governo britânico permitisse a migração de cem mil judeus para a Palestina e negasse uma promessa do presidente Roosevelt sobre a situação na Palestina, o rei Bin Abdul Aziz, enviou uma carta na qual ele expressou surpresa com a emissão de tal declaração, tendo em conta o compromisso assumido pelo seu antecessor, o presidente Roosevelt, sobre não tomar qualquer decisão com respeito à Palestina antes de consultar com os árabes, como parte da causa, e pediu-lhe para procurar a promessa do presidente Roosevelt em 05 de abril de 1945, na referida carta, e publicou esta mensagem.⁸⁸

Quando o relatório da comissão parlamentar comum britânico e Inglês anunciaram sobre o problema palestino, o rei Farouk chamou os reis e chefes da Liga Árabe, para a primeira conferência Árabe. A conferência foi realizada em 28 e 29 de Maio de 1946, em Inshas, Os reis árabes e presidentes decidiram várias coisas, o que pode ser considerado o início de uma ação conjunta árabe para enfrentar o projeto sionista na Palestina.

As decisões incluíram o seguinte (Decisões da conferência Inshas em 28-29 de maio de 1946.⁸⁹

1. A rejeição das recomendações da Comissão Parlamentar Britânico-Americano sobre abrir as portas da Palestina para promover a imigração sionista, e considerar qualquer política que visasse implementar essas recomendações como um ato agressivo contra os países árabes.
2. Aderência à identidade árabe da Palestina e de sua independência e da formação do governo para garantir os direitos de todos os habitantes palestinos legítimos, sem qualquer distinção entre elemento e doutrina.

⁸⁸ - Arquivos e documentos em 637-1949, o Ministério Nacional da Orientação, c.1, p.761, 663

⁸⁹ - A partir do livro “documentos da causa palestino” para emissão da liga árabe.

3. Tomar todas as medidas possíveis para defender a entidade palestina como parte integrante da entidade dos Estados Árabes, contra qualquer política agressiva que esteja está enfrentando.
4. O apoio ao povo palestino árabe para se defender, se continuar o ataque sionista na Palestina.
5. Fornecer apoio financeiro para o povo árabe palestino, o equivalente a um por cento do rendimento nacional em cada país árabe.
6. Olhar para o perigo sionista como um perigo iminente, os estados árabes e muçulmanos deviam trabalhar para enfrentar e lidar com ele.

Dez dias após o final do Inshas, a Liga Árabe realizou uma sessão de emergência do Conselho no hotel Bludan, perto de Damasco, de 08 de junho a 12 de junho de 1946, para discutir a questão palestina, sobre o relatório da Comissão Parlamentar Britânica Americana e as decisões dos reis e presidentes Árabes, no Inshas.

Quando começou a Conferência, foram formadas duas comissões, a primeira sobre Assuntos Internos, para dar assistência aos países árabes e fornecer ajuda ao povo árabe da Palestina, e a segunda, sobre assuntos do exterior, com a missão de discutir uma resposta à declaração do relatório britânico-americano, que tratou com a Liga dos Estados Árabes a respeito do relatório da comissão britânico-americana.

As comissões pesquisaram o que tinham que pesquisar. A primeira comissão conseguiu levar as lideranças palestinas ao Acordo e à formação do Alto Comitê Árabe para a Palestina. Também discutiu o uso da força para enfrentar o projeto sionista, mas a Comissão rejeitou a proposta feita por Jamal AL-Husseini (da

criação de um exército árabe que ocuparia a Palestina e acabaria com a festa dos sionistas).

A Comissão foi dividida sobre a intervenção dos exércitos árabes na Palestina em dois grupos: o primeiro time apoiava o ataque militar. Os países que apoiaram foram leste da Jordânia, Síria, Líbano, Iraque e Palestina.

E o segundo reprovou o ataque militar. Os países foram o Egito e a Arábia Saudita. De acordo com: (em 8 e 12 junho de 1946)

Os países árabes foram influenciados pela posição do Egito, que não queriam afetar com sua posição na evolução da Palestina as relações entre Egito e Grã-Bretanha, e suas tentativas para alcançar resultados positivos nas negociações para a evacuação dos britânicos do Egito, especialmente porque a Grã-Bretanha se baseou em sua política na base da ligação entre a situação na Palestina e a situação no Egito.⁹⁰

A Comissão dos Assuntos Externos estudou as medidas necessárias se a Grã-Bretanha e os EUA começassem a executar as recomendações da Comissão Parlamentar Britânico-Americano. A comissão apelou para os governos árabes, grupos e individuais, como fim de pedir ao governo britânico, para negociar um fim para a situação na Palestina, e passar a questão palestina para as Nações Unidas, se não terminasse as negociações numa solução satisfatória, antes de primeiro de setembro do mesmo ano.

Os participantes da conferência discutiram as recomendações em Bludan e acabaram em dois grupos de decisões: o primeiro de decisões públicas e outro de decisões confidenciais, no caso do agravamento da situação na Palestina, essas decisões não foram registradas no processo, mas escritas por Abdul Rahman Pasha, secretário-geral da Liga dos Estados Árabes, naquele tempo, e entregou para cada um dos chefes das delegações árabes na Conferência, uma cópia do

⁹⁰ - Documentos – “chave no caso palestina”- A Liga Árabe.

mesmo. Os destaques das decisões anunciadas na Conferência de Bloudan foram às seguintes decisões:⁹¹

1. A rejeição de todas as formas de divisão da Palestina e qualquer futura imigração para o país.
2. Pedir para o governo britânico para abrir a porta a negociações para acabar com o problema na Palestina, e com o desarmamento e a desmobilização de grupos armados de judeus na Palestina para acabar com o ataque sobre a população Árabe.
3. Formação do Alto Comitê Árabe para acompanhar a evolução da questão palestina e coordenação com a Alta Autoridade Árabe para a Palestina, liderada pelo Haj Amin AL-Husseini.
4. A criação dos comitês de defesa a Palestina e escritórios para o boicote em todos os países árabes, e impedir a exportação de matérias-primas para dar assistência à produção sionista e o boicote às instituições sionistas.
5. Criar um fundo árabe que contasse com a contribuição de todos os países árabes para ajudar à Palestina.

As decisões secretas incluíam medidas para os países árabes, se o governo Britânico e Americano não aceitassem as recomendações da Comissão sionista armada e o povo árabe Palestino, e sobre responder à primeira hipótese, relativa à adoção dos governos britânicos e americanos, as recomendações da Comissão Parlamentar, as decisões secretas incluíram o seguinte:⁹²

1. Trabalhar para não permitir que os dois países, ou um dos países tivessem qualquer de ordem econômica.

⁹¹ -Documentos - “chave no caso palestina” - A Liga Árabe.

⁹² -Arquivos e documentos palestinos, o Ministério da orientação, parte I

2. Não apoiar os seus interesses particulares no cenário internacional.
3. Boicote cultural.
4. Estudar o cancelamento de seus privilégios com o estado árabe.
5. A denúncia ao Conselho de Segurança e as Nações Unidas.

Quanto à segunda possibilidade que era evolução da situação na Palestina, para um confronto armado entre as organizações judaicas e os árabes da Palestina, as decisões secretas permitiram que os governos árabes dessem a seu povo, o direito de serem voluntários para apoiar os árabes da Palestina, ajudando com dinheiro e armas e combatentes.

Logo após o término da conferência de Bloudan, o secretariado geral da Liga dos Estados Árabes e os governos árabes pediram ao governo britânico exigindo a abertura de negociações sobre o futuro da Palestina, mas a Liga Árabe e os seus países tinham que esperar até que o Comitê de experientes resolvesse a disputa entre os dois governos britânicos e Americano sobre as recomendações da Comissão Parlamentar.

Com a rejeição do presidente Truman ao plano dos especialistas (plano Grady - Morrison), o governo britânico se viu obrigado a ficar sozinho em busca de uma solução para o problema palestino, e em seguida foram convidados em 25 de julho de 1946, os partidos árabes e judeus a participarem da conferência Lanquetr house em Londres.

Quando a conferência foi realizada, as delegações árabes rejeitaram a proposta de autonomia administrativas proposta pela delegação britânica e apresentou seu projeto de trabalho alternativo, aos representantes Árabes. Pediram uma constituição para o período de transição que fosse coerente com os fundamentos expostos em seu projeto, que exigia inicialmente, a formação de um

governo provisório composto por sete ministros e três judeus para tomarem as providências necessárias, a fim de eleger uma assembléia constituinte, para elaborar uma Constituição necessária.

O governo interino teria de emitir esta Constituição, se a Assembléia Constituinte não conseguisse criá-la, por causa da falta de colaboração entre os membros árabes e judeus. Aprovada a Constituição, foram realizadas as eleições da Assembléia Legislativa e nomeado o primeiro presidente do Estado Palestino que teria o poder do alto representante, e seria feito um tratado no qual fosse definida as relações entre o governo Britânico e o governo Palestino, no tempo em que um acordo militar era realizado prevendo facilidades que o governo britânico necessitava no território do Estado palestino.

Quando acabou a conferência de Londres sem sucesso, o governo britânico nem pediu aos países árabes, para passarem a causa para as Nações Unidas, como indicado nas decisões secretas em Bludan, porque o próprio governo Britânico passou a questão palestina para a organização.

Capitulo IV:

IV-1: As Nações Unidas e a posição sionista e britânica após a resolução da partilha

Primeiro: As etapas da seção árabe e israelense e os atributos de cada uma delas

A luta havia começado entre alguns dos exércitos dos Estados Árabes e as forças sionistas em 15 de maio de 1948, em uma guerra declarada. Isso não era o começo da briga dos Estados Árabe e sionista na verdade, os combates eclodiram

após a resolução da partilha em 29 de novembro de 1947. Eles continuaram em uma guerra não declarada, por cinco meses, entre os palestinos e os voluntários árabes de um lado e organizações terroristas sionistas, de outro.

E assim, segundo algumas das fontes históricas israelenses e algumas fontes ocidentais e árabes, o verdadeiro início da guerra, foram na primeira semana de dezembro de 1947, entre as facções palestinas e as organizações sionistas. Começou com os atos de sabotagem, invasão e emboscadas nas estradas, em seguida, mudou para as batalhas e as operações militares nos dois meses seguintes até o anúncio da criação do Estado sionista, em meados de maio de 1948.

Pode-se dizer que a primeira guerra árabe-sionista teve duas fases:

A primeira é a fase da guerra não declarada em que participaram alguns militares de alguns países árabes com as facções palestinas e alguns voluntários árabes a partir de 15 de maio de 1948. Já as organizações sionistas tiveram o apoio de voluntários dos judeus do mundo na Europa, Canadá e Estados Unidos e África do Sul, bem como voluntários e mercenários que foram à Palestina de muitos países do mundo.

A divisão destas duas fases, em função do equilíbrio de poder e as iniciativas dos partidos, em quatro subfases com características especiais de cada uma:

1. Primeira subfase (01 de dezembro de 1947 a 31 de março de 1948)

Esta fase começou com o início do conflito militar da guerra não declarada e acabou com a iniciativa dos judeus em 1 de abril de 1948. Essa fase foi caracterizada com a iniciativa dos árabes dos benefícios da iniciativa por um período de 121 dias em que tentaram os árabes da Palestina e os voluntários árabes para preservar o caráter árabe da Palestina. A guerra foi em forma de emboscadas e

invasões e explosão de edifícios, além de atos do cerco. Ao final desta etapa os palestinos dominaram a maioria das linhas de comunicação e conseguiram isolar o bairro judeu na antiga Jerusalém da nova Jerusalém Judaica.

2. Segunda Subfase (primeiro de abril de 1948 até 11 de junho de 1949)

Começou esta fase com a transformação dos judeus para o ataque e acabou com a fase final da guerra não declarada, na véspera da entrada dos exércitos árabes, no dia 15 de maio de 1948. Essa fase foi marcada com a ajuda sionista, onde os judeus desfrutaram dos benefícios de “Alagheta” por 44 dias nos quais, tentaram impor a partição aos árabes e a expansão das terras prevista pelas Nações Unidas.

A luta teve a forma de operações ofensivas e ataques, teve quatorze batalhas, com foco em cinco delas, para abrir e segurar as estradas, três para os portos da Palestina, fundamental para garantir o acolhimento de migrantes, armas e munições, e duas para proteger o setor de Galileia e uma para fazer com que os palestinos fugissem, e três para fins diversos.

Até o final da segunda subfase, os judeus tinham alcançado a maioria de seus objetivos e assumiram o controle dos três principais portos palestinos, e abriram o caminho para Jerusalém.

3. A terceira subfase (a partir de 15 de maio até 11 de junho de 1948)

Começou esta fase com o início da guerra declarada e a intervenção dos exércitos árabes em 15 de maio de 1948, e terminou com o início da primeira trégua em 11 de junho de 1948. Caracterizou-se nesta fase a ajuda árabe em todas as frentes, e se caracterizou com um fator de início súbito de 27 dias, nos quais tentaram os árabes manter o caráter árabe da Palestina. As guerras tiveram lutas

sob a forma de operações e batalhas convencionais. Entre as forças em conflito, ocorreram dezenove batalhas e terminou com o Conselho de Segurança da ONU impondo uma trégua entre as partes do conflito.

Ao final desta fase, os árabes tomaram o controle da maior parte das terras disponíveis especificadas pelas Nações Unidas, para os árabes da Palestina, na resolução da partição.

4. Quarta Subfase (a partir de 08 de julho de 1948 a 13 de Março de 1949)

Esta fase iniciou em oito de julho de 1948, imediatamente após a primeira trégua e terminou em 13 marços de 1949, com as últimas operações israelenses na guerra, e foi caracterizada com a expansão Israelense em todas as frentes árabes, como também, pela iniciativa dos israelenses num período de 51 dias, cobrindo as quatro áreas. Os israelenses trabalharam para expandir as terras sob seu controle, e a guerra foi em forma de operações tradicionais e guerras que foram 34, e operações que foram separadas com quatro tréguas impostas pelo Conselho de Segurança que duraram 224 dias.

Dada a extensão do período de tréguas, ela tem servido como uma estratégia que mudou as posições das partes, com uma mudança drástica, como resultado dos esforços feitos por cada um deles para alcançar o equilíbrio de poder e o preparo do terreno para as operações de combate futuras.

Surgiu durante esta fase à mediação internacional entre as partes em conflito e o sucesso da mediação, para parar o conflito sem o uso de forças neutras para separar as duas forças, que autorizaria novos combates na primeira iniciativa de ambas as partes.

Nesta fase, apareceu a fraqueza da Liga Árabe e a sua aliança, e a descoberta dos objetivos dos seus membros. Apareceram os problemas internos de cada país e exército árabe. O problema palestino ficou mais complicado e deteriorou ainda mais depois da intervenção da política internacional, e das conferências internacionais na guerra e suas conseqüências.

Este conflito terminou com a assinatura da trégua entre Israel e os países árabes. Israel ampliou seu terreno em relação ao estado da Palestina, que morreu antes do nascimento, e a fragmentação do que restaram do território entre o rei Abdullah, rei do leste da Jordânia, e o Egito que ficou com outra parte.

A guerra marcou um conjunto de dados, entre os mais importantes:

- a) Um conhecimento insuficiente dos árabes (uma das partes envolvidas no conflito) sobre o outro lado, embora o tempo de convivência e relações de vizinhança com os sionistas e a fraca valorização de suas habilidades aparentes e ocultas.
- b) A fraqueza da ajuda financeira e militar árabe antes da intervenção dos exércitos árabes, comparável com a ajuda obtida pelas organizações sionistas militar.
- c) Os desequilíbrios de poder entre as partes litigantes na proporção inversa às suas populações e poder humano, como um resultado do partido sionista de mobilizar todo o seu potencial humano, econômico e moral deste conflito, em contraste com o lado árabe, que mobilizou apenas uma pequena parte das suas capacidades e potencialidades.
- d) A posse dos sionistas da teoria de combate como resultado do trabalho de uma longa experiência nas forças Aliadas, e da participação Judaica

na segunda guerra, enquanto os árabes não tinham experiência e nem estilo de combate acordado, pois tinham objetivos diferentes.

- e) A excessiva autoconfiança dos Árabes e o fato de minimizar o inimigo, como se fosse apenas uma campanha para deter as gangues sionistas ou discipliná-las.
- f) A repetição da intervenção da liderança política em suas operações depois que as metas foram estabelecidas, e prejudicar esses objetivos, repetindo a sua aceitação de um cessar-fogo, prejudicando as forças armadas.
- g) A fraca cooperação tática e estratégica entre as frentes de árabes, especialmente após a primeira trégua, o que permitiu o controle das forças sionistas em todas as frentes, uma de cada vez, e derrotar os árabes.

IV - 2: A evolução da posição Árabe depois da decisão de partilha:

Primeiro: A posição árabe sobre o projeto sionista na véspera da resolução de partilha:

Como resultado do desenvolvimento da posição das Nações Unidas, no Outono de 1947 e o surgimento da intenção da direção do Comitê sobre a partição da Palestina, o secretário-geral da Liga Árabe convocou uma conferência do Conselho da Liga, em nível de Chefes de Governo em Mina Alia no Líbano entre 07 e 10 de outubro de 1947, para discutir a situação e tomar as decisões necessárias para enfrentar o projeto sionista.

Quando a conferência foi realizada, o Haj Amin AL-Husseini tentou participar nos trabalhos, mas os membros do Conselho Universitário entraram em

desacordo sobre este passo, que foi rejeitado pelo Leste da Jordânia e o Iraque. Eles também divergiram sobre o tratamento do problema, enquanto a Síria e o Egito e o Reino da Arábia Saudita apoiaram a representação de árabes palestinos independentes, com a liderança do Mufti da Palestina, apoiando a posição do Mufti com a formação de um exército palestino sob seu comando. O leste da Jordânia e o Iraque eram contra a representação palestina independente, e queriam a utilização de forças regulares para combater as organizações terroristas sionistas.

Surgiu a partir da conferência, uma comissão militar chefiada pelo major-general Ismael Safwat do Iraque e os membros de um representante de cada país árabe. Esta comissão teve a tarefa de estudar os aspectos militares da situação e fazer recomendações ao Conselho da Liga, em 19 de outubro de 1947. A comissão apresentou o seu relatório para a conferência, indicando que as organizações sionistas na Palestina, não tinham menos que 60 000 sionistas e que poderiam preencher entre 30 a 50% deles de imediato. Entre estas forças uma série de oficiais com experiência alta que tiveram da Segunda Guerra Mundial. Também estava disponível para essas tropas, novas armas, equipamentos e munições, bem como capacidade de trazer mais armas, ao contrário dos Palestinos que se queixam da falta de armamento e não-validade de várias armas, e a escassez dos equipamentos, bem como a falta de formadores.

A comissão recomendou, no seu relatório, o seguinte:⁹³

1. Apressar para armar os palestinos e lhes proporcionar não menos de 10.000 metralhadoras, com o recrutamento de voluntários e equipá-los imediatamente.

⁹³ -Institute for palestina studies, Anuário da causa palestina em 1970, Beirute.

2. Colocar pelo menos um milhão de dinares à disposição da comissão militar, como uma primeira parcela para financiar as necessidades das forças palestinas.
3. Formação de liderança árabe.
4. Mobilizar as forças árabes regulares nas proximidades da fronteira palestina.
5. Mobilizar um grande número de aeronaves árabes em aeroportos próximos da costa da Palestina para acompanhar o transporte marítimo e para impedir a chegada de suprimentos para os sionistas.

Na discussão do relatório da Comissão Militar, Mahmoud Fahmy Nokrashy Pasha, chefe da delegação egípcia na conferência, alertou sobre a participação em qualquer aventura de guerra, e preferiu incentivar os voluntários fornecendo-lhes armas. Anunciou também, que o Egito não estava entusiasmado com a idéia de uma guerra regular, apesar de aprovar a mobilização das forças dos Estados Árabes, seguindo a recomendação do Comitê Militar, porque ela não estava pronta para ir mais longe do que isso.

Como a divisão não estava ainda decidida, tudo o que foi acordado na conferência foi o seguinte:

1. Tomar precauções militares nas fronteiras da Palestina árabe juntando forças perto da fronteira Palestina.
2. Considerar as decisões Bloudan executória no caso de qualquer solução que pudesse afetar a identidade árabe e independência da Palestina.

3. Suporte para os árabes da Palestina com assistência material e moral que lhes permitissem defender sua crise de identidade e levantar o quanto fosse preciso para isso.

A decisão veio de uma expressão da visão dos militares resolvidos pela Conferência para enfrentar as ameaças sionistas. Esta visão foi resumida como segue:

1. Criar comissões em cada cidade que fosse responsável pela sua defesa.
2. Os exércitos árabes deveriam ficar perto da fronteira palestina para prestarem assistência aos batentes palestinos.

Com isso, o papel da comissão militar se limitou em ajudar com armas, nas regiões de maior atrito com os sionistas e de juntar o maior número de voluntários, por parte dos palestinos e do exterior e trabalhar na formação deles e armá-los.

O Comitê militar iniciou suas obrigações após ter Damasco como base e iniciou a preparação e a juntar voluntários de vários países árabes. Utilizou para isso, o campo de treino largo na região de Qatana, um subúrbio de Damasco, supervisionados por técnicos oficiais sírios. Outros países árabes também facilitaram para os voluntários nas formas de treinamento e equipamento.

Por seu lado, a Autoridade Árabe Suprema da Palestina aprovou as decisões da Conferência de Alia, porque era coerente com seu ponto de vista e teria apoio material e militar, sem perder o controle da direção do conflito na Palestina. Por isso, começou a trabalhar na preparação das organizações militares e para comprar armas e fornecê-las para as tropas, e rapidamente nomeou Abdul Kandir

Husseini, comandante dos grupos criados pela Comissão Militar, como comandante geral das forças Jihad Sagrada, que foi criada.

Apesar de todas as preparações e conferências árabes, os governos árabes não acreditavam que a Inglaterra se retiraria da Palestina, até ser anunciada a resolução da partilha, de número 181 das Nações Unidas. O Reino Unido anunciou a sua insistência sobre a retirada, afirmando que nenhum destes governos entendeu o desenvolvimento da situação na Palestina, por saber da importância do país para a política de defesa dos britânicos no Oriente Médio.

Assim como não via com clareza as mudanças no equilíbrio de poder mundial e suas relações durante a II Guerra Mundial e após a guerra, o que foi previsto pela liderança sionista que sugeriu mudar de planos na conferência de Bletmor. O que foi confirmado por Mohamed Hussein Heikal, nas suas notas quando na sua explicação da inércia árabe, para enfrentar a evolução grave do projeto sionista, na Palestina, dizendo:

Talvez estes países não tivessem estimativa dos perigos sionistas e o quanto eles tem de ambição, ou pelo menos não estimaram que estes objetivos vamos afetar fortemente no nível internacional, por isso, olharam para a questão sem dar importância, convencidos de que a Inglaterra não iria deixar os judeus se tornarem os donos da Palestina, convencidos eles que o Reino Unido considerava a Palestina como base central no Oriente Médio como um todo.⁹⁴

Segundo: Evolução da posição árabe sobre o projeto sionista após a resolução de partilha

A aprovação das Nações Unidas para a resolução da partilha veio como um golpe forte para todos os Estados Árabes, os quais foram unidos por suas reações populares e posições oficiais. Em nível popular, os protestos encheram as

⁹⁴ -Mouhamad alfarra, a questão de Jerusalém e internacionais arenas árabes, árabes Negócios, Numeram 40 – dezembro 1984.

idades árabes com muitas manifestações pedindo voluntários e aquisição de armas para salvar a Palestina, bem como, o rompimento das relações diplomáticas, às relações econômicas com os países que apoiaram o Plano de Partilha, à retirada das Nações Unidas e à unificação da política dos Estados Árabes sobre a causa palestina.

A resolução de partilha provocou os sentimentos religiosos dos povos árabes, também provocou o sentimento de perigo sobre o que pudesse acontecer com a Palestina e seus habitantes árabes, que lutaram com armas contra a criação do Estado judeu, numa forma de abordar a colonização global e motivação do movimento árabe contra ele.

Em nível oficial árabe, as divergências eram claras desde o início, como resultado dos desejos de alguns governantes árabes com objetivos diferentes, por um lado, e de diferentes políticas árabes, do outro lado. O rei Abdullah, que buscava desde o início, o oeste do rio Jordão, viu na resolução de partição, a chance de alcançar seu objetivo com o apoio da Grã-Bretanha.

Ele sugeriu para a Liga dos Estados Árabes, no dia seguinte ao da emissão da resolução da partilha, para financiar a aquisição de seu exército para a Palestina, especialmente porque seu reino não era um membro das Nações Unidas e, portanto, ele pôde desafiar a resolução da partilha.

Mas a proposta foi rejeitada por razões de divergências políticas árabes e regionais, onde o rei Abdullah estava visando dominar a parte árabe na Palestina, como primeiro passo da criação da grande Síria, sob a sua liderança, no tempo em que o Iraque era governado pelos Hachemitas. Também pretendia realizar o projeto Al Hilal AL Khasib, embora que se opusesse muito aos planos do rei Abdullah. A

Arábia Saudita, o Egito e a Síria eram contra o regime Hashemi projetado para controlar toda a Palestina, o que frustrou o plano.

Por outro lado, a insistência do governo britânico em retirar-se da Palestina antes de 15 de maio de 1948, colocou os governos árabes em uma posição delicada por não estarem preparados para isso, apesar de todas as declarações que ameaçam os judeus com o sofrimento, e o mal. Com esta impotência árabe e os riscos que ameaçam os palestinos e seus bens, Abdul Rahman Azzam Pasha, secretário-geral da Liga Árabe, convocou a reunião da Liga, no Cairo, para discutir a causa palestina.

Em 05 de dezembro de 1947, a comissão da Liga Árabe realizou uma reunião, na qual explicou ao secretário-geral da Liga Árabe, sobre o risco que ameaçava o povo da Palestina, como resultado da retirada das tropas britânicas.

Desse jeito antes dos países árabes tomarem as medidas necessárias para proteger o povo palestino, e após discussão do Conselho, o mesmo emitiu a decisão secreta da Liga Árabe, para que o Secretário-Geral tentasse pedir ao governo britânico, em nome da Liga Árabe, para prorrogar o seu mandato sobre a Palestina, por mais um ano. Mas o governo britânico recusou e falou que a decisão da retirada era irreversível.

E então a Liga Árabe realizou uma reunião de Conselho no Cairo, para os chefes de governo, entre 12 e 18 de dezembro para discutir a situação e evolução da causa palestina. Mas como consequência da ganância e desconfiança mútua, a conferência foi incapaz de tomar de decisões importantes para enfrentar o projeto sionista e suas ameaças, que estavam próximas.

Embora o Iraque tivesse insistido sobre a necessidade de mobilizar os exércitos árabes sobre a Palestina, com o armamento dos palestinos, com a

intervenção de voluntários para executar as decisões da alta Conferência, o primeiro-ministro jordaniano viu a necessidade de intervir com os exércitos árabes regulares.

Mas o Egito, Arábia Saudita e Alto Comitê Árabe para a Palestina não concordam em obrigar os exércitos árabes e contar apenas com mujahideen e os voluntários, por medo das ambições do rei Abdullah na Palestina, além das razões do Egito, que o primeiro-ministro viu melhor a não a participação do exército na guerra, enquanto as tropas britânicas estavam atrás dele na parte de trás na Zona do Canal do Suez.

Após um longo debate, os chefes de governos árabes viram a necessidade de trabalhar ativamente, para evitar a partilha da Palestina. Foi visto em decisões da alta conferência e depois não aceitaram a intervenção dos exércitos árabes no sofrimento dos demandantes. Já os oponentes tiveram um último recurso se não dessem certas as outras soluções. Em cinco janeiros, o jornal Jaridet AL Asas egípcio publicou uma divulgação de Asaad Dagher do Gabinete de Imprensa da Liga Árabe na qual disse:

“Os países árabes anunciaram no conselho da liga que as suas forças entrariam na Palestina após a evacuação das forças britânicas e que a ocupação vai incluir toda a Palestina”.⁹⁵

Com o início do ano, as idéias árabes para resolver a questão palestina se amadureceram em três tendências claras.⁹⁶

⁹⁵ -Mohamed kamal traço, Historia e Geografia mundo árabe na fase preliminar, palestina, árabes dos negócios 19 de outubro de 1982.

⁹⁶ -Mamduh houssam , nacional,de interesse de Israel em árabe- americana dos assuntos internos,da secretaria geral,da liga Árabe dos estados Árabes , Cairo,numero 33 e 34 de Novembro 1983.

1. Resolver o problema usando a luta armada popular e dos Mujahideen palestinos, com o apoio de voluntários árabes. Quem foi defensor dessa tendência foi o Egito, a Arábia Saudita e Iêmen.
2. Estabelecimento de um Estado palestino com a força das armas. Quem foi defensor dessa tendência foi a Síria, o Líbano e o Secretário-Geral da Liga Árabe. Apesar de alguns adeptos desta tendência achar melhor o uso dos exércitos regulares árabes, para impor um Estado palestino, como a Síria e o Líbano, os outros acreditavam que só era necessário o uso da força militar dos voluntários palestinos, e alguns elementos árabes regulares para que a questão palestina continuasse a ser uma questão interna, o que não lhes daria o direito de intervir.
3. Aceitar a divisão e incluir a parte árabe da Palestina ao leste da Jordânia com a ocupação militar.

Parece que o sucesso das Brigadas de Mujahideen, palestinos e árabes durante os primeiros meses de 1948, encorajaram os líderes árabes a não discutir a entrada dos exércitos árabes nesse momento, devido à forte oposição a esta tendência do Egito e a Arábia Saudita e do Alto Comitê Árabe para os interesses da Palestina.

Mas com a transformação das forças sionistas para o ataque, de uma forma geral após o recebimento de ajudas e derrotas, que começou a enfrentar as forças dos Mujahideen e voluntários árabes e palestinos, e a aproximação do fim do mandato, o Conselho da Liga Árabe, realizou uma série de reuniões no Cairo, a partir de 10 de Abril e duraram 12 dias, durante os quais o major-general Ismael Safwat explicou a situação e as derrotas sofridas pelas forças árabes. Ele enfatizou

a necessidade da intervenção dos exércitos árabes regulares para salvar a situação de se deteriorar.

Quando o rei Abdullah estava plenamente consciente da situação militar, pois ele estava em contato com os britânicos e tinha uma seção de seu exército para reforçar as tropas britânicas, ele enviou uma nota ao Comitê Político da reunião da Liga Árabe, no Cairo, na qual disse estar pronto para mandar seu exército para salvar a Palestina.

Sob a pressão da deterioração da situação árabe na Palestina e a revolta dos povos em todos os países árabes, a Comissão Política decidiu em 12 de abril de 1948, aceitarmos a oferta do rei Abdullah. O Egito e o Reino da Arábia Saudita voltaram atrás sobre suas oposições, quanto à intervenção dos exércitos árabes, e o Alto Comitê Árabe aceitou a oferta.

Mas era possível dizer que a aprovação do Alto Comitê Árabe e do Egito à oferta do rei Abdullah não foi sem precaução, enquanto o secretário-geral da Liga dos estados árabes, em sua carta ao rei explicou a necessidade de dominar toda a Palestina e fazer com que continuasse sendo árabe com a não-aceitação do rei com a divisão. O Egito que estava enfrentando a pressão do Iraque com a urgência da intervenção de outros países árabes, suspendeu a participação dos seus exércitos com os exércitos dos países árabes, e não pôde ficar para trás em comparação com o que fizeram os países árabes.

Com o medo das ambições do rei Abdullah na Palestina, o Rei Farouk, em seu encontro com os chefes de estado no Comitê Político em 12 de abril de 1948, foi nesse mesmo dia que foi tomado a decisão de intervir com os exércitos árabes, o chefe do gabinete ordenou a ler o seguinte:

A entrada de exércitos árabes para a Palestina não pode ser nada mais que uma solução desprovida de todos os atributos

de ocupação ou de partição, e que, após o domínio, será entregue ao seu povo sob seu domínio.⁹⁷

Em 17 de abril, o Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes pediu ao embaixador britânico no Cairo, a pedido do Comitê Político novamente para prorrogar o Mandato Britânico, como uma preparação para a criação do Estado palestino independente e para impedir a decisão da divisão, o secretário geral alertou que se isso não ocorresse, aconteceria uma guerra, mas o governo britânico insistiu em sua retirada na data determinada.

Diante da insistência do governo britânico para terminar o mandato em 15 de maio de 1948, a Liga dos Estados Árabes não teve outra escolha a não ser de implementar as decisões do Comitê Político da Liga Árabe, emitido em 12 de abril. Tendo em vista que o Egito suspendeu a sua intervenção militar na Palestina com a intervenção dos exércitos de outros países árabes, coube aos Estados determinar quando e como entrar com suas tropas para a Palestina.

Com isso, foi realizada em Amã, a convite do Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes, uma conferência em 29 de Abril com a presença do rei Abdul Ilah, o príncipe Jordânia Abdullah do Iraque e os Primeiros Ministros jordanianos e iraquianos, bem como o Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes.

Eram esperados para se juntar a eles o primeiro-ministro libanês e seu ministro da Defesa, para discutir as medidas militares para salvar a Palestina, após o primeiro-ministro egípcio confirmar ao príncipe Abdul Ilah a promessa de entrar com o exército egípcio ao sul da Palestina quando exércitos árabes entrassem ao mesmo tempo. Com isso, foi decidida, em princípio, a iniciativa da entrada dos exércitos árabes para a Palestina em 08 de maio de 1948.

⁹⁷ -Nasr El Din. Mehanna, o problema da palestina e os conflitos internacionais-1945-1967,instituto de Pesquisas e estudos árabes, uma series de estudos sobre o numero 14 Cairo,1978.

Mas os militares árabes foram da opinião de que o mínimo que poderia ser colocado das forças árabes para intervir, era pelo menos, cinco equipes de soldados e armados auxiliando com a Força Aérea Egípcia e iraquiana, que não é inferior a seis esquadrões de caça e bombardeiros, mas os líderes árabes não gostaram desta previsão, culpavam os líderes militares de exagerar e ordenou-lhes para entrar com suas forças disponíveis e trabalhar para aumentar progressivamente.

E, em seguida, se reuniram os chefes dos exércitos árabes em 01 de maio em Amã, depois, se juntou a eles o Major egípcio Hafez Bakri, um oficial de ligação entre o exército egípcio e os exércitos árabes. Por outro, para discutir as necessidades da intervenção e do tamanho das forças necessárias, como foi discutido entre os líderes do exército, a situação dos exércitos árabes que poderia ser invocado a intervir.

Tiveram duas discussões após as reuniões de Amã, a primeira sobre o horário de entrada dos exércitos árabes na Palestina, e a segunda sobre a liderança das forças armadas dos Estados Árabes, que iria entrar na Palestina. Para ambas as discussões, a mensagem de Abdel-Rahman Pasha, secretário-geral da Liga Árabe enviada de Damasco para o governo egípcio em seis maio pode explicar como segue:

“Os governos dos países árabes representados nas reuniões de Oman aceitaram iniciar as ações militares na Palestina antes de 15 de maio e estabeleceu 08 de maio como à data de início dos trabalhos, quando o rei Abdullah ameaçou implementar isso, o governo britânico se opôs severamente, o forçou a adiar a ação para 16 de maio, mas os governos de Líbano e República Árabe da Síria quiseram iniciar em quatro de maio de 1948 para realizar o que foi acordado e iniciou contatos

com o rei Abdullah. O rei enviou uma comissão especial em 05 de maio para Damasco, levando a sua resposta, que era necessário implementar a intervenção acordada antes de 16 de maio, que foi acordado de forma unânime. O Rei então pediu a participação com o Egito, com a unificação da liderança que foi pedido pelo rei Egípcio para ser liderado por Egípcio, e foi. O rei Abdullah enviou uma mensagem ao rei Farouk, a este respeito.”⁹⁸

Então Azzam Pasha enviou uma carta e pediu ao governo egípcio para intervir, dizendo:

“Entendemos que o exército da Jordânia vai lutar e o Iraque está aumentando as forças de seu exército no leste da Jordânia e a Síria e o Líbano estão entrando com o que eles têm na fronteira. E todo mundo está perguntando sobre a posição do Egito. Se foram enviadas tropas em forma de voluntários como um início para a intervenção.”

“Espero a iniciativa do Egito enviando o representante militar egípcio Hafez Bakri para Amã imediatamente com caráter definitivo sobre como o Egito vai participar, antes ou depois dele, e eu temo percepção do Egito fora da realidade, destinando-se como o maior obstáculo para salvar a Palestina, ou pelo menos para apagar a vergonha dos países árabe, devido à situação na Palestina.”

“... e eu acredito que os exércitos árabes intervirem na Palestina resultará numa confusão entre os judeus e forçá-los a fazer a paz com os árabes.”

“... tentei saber a opinião dos Ingleses sobre a Síria e o leste da Jordânia, se a entrada do exército egípcio irá resultar em uma má reação para as relações Britânicas egípcias, e não percebi até agora que essa interferência ocorre como resultado, principalmente por essas relações, mas olha para a intervenção do exército egípcio do mesmo jeito que olha para a intervenção de outros exércitos árabes, mas os ingleses sabem que o exército egípcio está mais bem preparado que os exércitos de outros países árabes, inclusive no leste da Jordânia.”⁹⁹

“As forças egípcias vão fazer na área de Gaza o início da atividade até chegar numa área de longa distância na parte da Palestina no projeto de divisão, neste caso, a população de moradores de Gaza pode convidar as forças egípcias para protegê-los, de qualquer jeito, deve ser preparado para se movimentar.”¹⁰⁰

⁹⁸ -Arquivos e documentos da palestina ,o Ministério da Orientação Nacional,prte1, para livro “desastre palestinianas-notas: Morro Abdulah

⁹⁹ -Institute for Palestina Studies, anuário da questão palestina em 1973 vol. 9,Beirut

¹⁰⁰-Institute for Palestina studies ,anuário da questão palestina em 1973 vol 10,Beirut

A mensagem do secretário-geral da Liga Árabe não só estava incitando o Egito para intervir com forças armadas, mas também, para não preocupar o governo sobre as duas questões que preocupam o Primeiro-Ministro, o estado do exército e da posição da Grã-Bretanha.

Sobre o Egito, o secretário-geral ajuda para a intervenção do Egito com as forças Árabes, os sionistas iriam pedir a paz, uma vez que os exércitos árabes entrarem na Palestina. Além do reconhecimento Britânico da superioridade do exército egípcio em relação ao resto dos exércitos árabes, sobre a Grã-Bretanha, ele tranqüiliza Nokrashy Pasha, que a Inglaterra não era contra a intervenção, se fosse após o término do mandato, pois considerava que a intervenção militar do Egito era como o resto dos países árabes.

Quanto ao Comando Geral, a mensagem deixou claro o desejo do rei Abdullah de ser atribuído ao comandante do Egito, pois ele acreditava que, se o Egito promettesse iria fazer, e sobre o do Egito ele sentia segurança e não tinha medo de traição. Mas o Iraque se opôs. No entanto, o Jordão se opôs ao fato de um oficial iraquiano assumir a liderança, mas o comandante do corpo de oficiais da Jordânia era um britânico por empréstimo. Isso gerou a discordância entre os Árabes que deram o comando ao rei Abdullah em 10 de maio. Apesar da oposição dessa escolha de alguns países árabes, o major-general Nur AL-Din (Iraque) foi nomeado como suplente.

A Crônica egípcia notou que não houve o acordo sobre a liderança militar em todos os domínios, como era visto do Egito, e enviou assessores militares para Amã para obter a compreensão e cooperação total entre o exército do Egito e da Jordânia, em operações futuras, na Palestina.

A carta de Abdul Rahman Azzam Pasha, disse que a posição do Egito é definitiva, sobre a sua participação na intervenção militar e, quando isso acontecesse, não estava claro para o secretário-geral e outros países árabes, até a data desta carta em 06 de maio, embora o princípio da intervenção estivesse acordado, o que fez com que Azzam Pasha, agilizasse a definição da atitude do Egito.

Esta carta também mostrou que o secretário-geral da Liga Árabe era o principal articulador da intervenção dos exércitos árabes, e o portador da tocha. Ficou claro que ele era incapaz de absorver a situação compreendê-la corretamente. Ele não esperava uma luta real, e acreditava que a simples entrada de exércitos árabes para a Palestina, perturbaria os sionistas e faria com que eles tentassem o pedido de paz.

A carta do secretário-geral lembrou a oposição Grã-Bretanha sobre a data da intervenção árabe. Isso significou uma aprovação da Grã-Bretanha para a intervenção dos exércitos árabes na Palestina, incluindo as forças egípcias, após o término do Mandato Britânico. O que foi interpretado por alguns escritores e políticos mais tarde, como enroscada dos árabes na guerra, para mostrar a incapacidade militar e sua necessidade para a ajuda da Grã-Bretanha para defendê-los.

Mas o que aconteceu entre o primeiro-ministro jordaniano Tawfic Abu AL-Huda, em sua reunião com Ernest Bevin, o ministro britânico de Relações Exteriores em Londres, na primavera de 1948, antes do início da guerra, com destaque para as metas políticas dos britânicos e Jordanianos no momento.

Nessa reunião, o general Glob, Comandante da Jordânia, um oficial britânico emprestado para a Jordânia, teve o papel do intérprete. Tawfic Abu AL-Huda Pasha mostrou a situação esperada na Palestina após a retirada dos

britânicos no final do mandato e explicou que os judeus tinham a infra-estrutura para ter o comando do país.

Prepararam uma tropa do exército forte do Al Haganá, enquanto os palestinos estavam sem liderança, e não tinham exército, pois eles não dispunham dos meios necessários para criar tal exército. Então ele disse:

Se a Grã-Bretanha realmente sair de lá, acontecerá uma das duas coisas, ou os judeus ignoram a decisão da divisão e tentam a ocupação da Palestina como um todo e transformá-lo em um Estado judeu, ou o Haj Amin AL-Husseini retornam para a Palestina tentando impor a sua liderança no país, e não é isso que queremos e nem vocês. Por isso a Jordânia decidiu entrar na Palestina após o término do mandato, e a ocupação de áreas designadas para os palestinos no Plano de Partilha.¹⁰¹

Bevin respondeu a isso dizendo: “você têm o direito de fazê-lo, mas não passem dessas áreas entrando nas áreas atribuídas aos judeus. Abu AL-Huda respondeu: Mesmo que eles queiram, não podemos fazer”¹⁰².

Pode-se concluir que o progresso da reunião da Jordânia e Grã-Bretanha em relação à causa palestina na época, visava implementar a resolução da partilha com os próprios árabes e suas forças. E então foi aceita a entrada do Corpo da Jordânia para a oeste do rio Jordão que era do Estado palestino na resolução da partilha, sem exceder as áreas judaicas.

Em seguida, a entrada de exércitos árabes no resto das outras áreas árabes alocada na partilha do projeto de resolução 181, onde as forças iraquianas puderam fortalecer as forças da Jordânia na Cisjordânia, ou o reforço da República Árabe da Síria e do Líbano para tomar o controle da Alta Galiléia, enquanto o Egito controlava a Faixa de Gaza, áreas que estavam fora do alcance da Jordânia.

¹⁰¹ -Arquivos e documentos da palestina ,o Ministério da Orientação,p.1-David Mcdwol,Palestina e Israel:a revolta e não são .

¹⁰² -Emad Shubaib,assuntos Árabes,numero,60

A mensagem do Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes em 06 de maio foi à única mensagem da pressão sobre Nokrashy Pasha para atacar com as forças egípcias no processo de intervenção militar. Ele enviou dois dias após seu primeiro telegrama, uma mensagem para o Conselho de ministros egípcio, na qual foi confirmada a não rejeição da Grã-Bretanha sobre a intervenção dos exércitos árabes, e que a Grã-Bretanha concordou com a entrada do exército da Jordânia para a Palestina e que acreditava que todos os países árabes iriam entrar na guerra, após 15 de maio, e não se opôs a isso.

Ele disse que o Secretário-Geral em sua carta que ele entendeu do ministro britânico, que eles pensam que um grande esforço seria feito nos Estados Unidos para impedir os exércitos árabes de entrarem nos lugares sagrados, porque os judeus estavam apavorados com a possível intervenção dos exércitos, e eles queriam um acordo antes da intervenção militar, e tornou-se claro que as forças judaicas eram exageradas.

Em 10 de Maio, a Comissão política da Liga Árabe se reuniu em Damasco e contou com representantes militares dos exércitos árabes, os quais foram convidados a elaborar um plano final para o a entrada na Palestina. Mas acabaram por definir a meta de cada exército árabe e que o plano chegaria a eles na hora certa e em seguida poderiam surgir novas ordens dependendo da situação. (relatório das reuniões dos Chefes dos exércitos árabes de 1 a 10 de maio de 1948).

As principais metas estabelecidas para os exércitos árabes, que iriam receber, e depois emitir ordens de acordo com a posição, estavam localizadas no âmbito do Estado palestino, definido pela resolução de partilha, exceto o conjunto entre o rio Jordão para a Síria, a Jordânia e o Iraque, que estavam excedendo as colônias da fronteira em Nablus e Ramallah identificados como objetivos para as

forças jordanianas, Gaza e Magdal que eram objetivos das forças egípcias, além de Naharia que foi marcado para as Forças Libanesas, todas localizadas no âmbito de um Estado árabe no Plano de Partilha.

Uma vez que o secretário-geral da Liga dos Estados Árabes, não recebeu uma resposta formal do governo egípcio de suas cartas até 10 de maio, ele fez uma ligação sem fio para Al-Nokrashi Pasha, no mesmo dia, pedindo pressa. Al-Nokrashi Pasha respondeu dizendo que iria enviar Kamel Abdel Rahim na manhã seguinte para Damasco, para participar das reuniões da comissão política, e que ele iria ter as instruções necessárias.

Antes que o representante do governo egípcio chegasse a Damasco, foi enviada pelo Secretário outra carta, carregada pelo “Qaemaqam” Hafez Bakri em 11 de maio para do Ministro do exterior egípcio alertando que:

“A reunião do Comitê Político em um momento de situação crítica nos países Árabes e disse que seu governo como resultado da opinião pública revoltada, não pode impedir a entrada dos exércitos com medo da revolução interna, e agora ele não sabia qual exatamente será a posição do Egito que é possível de constranger se houver relutância em colaborar”¹⁰³

O Secretário-Geral na sua carta, explicou que:

O rei Abdullah iria entrar com o seu exército em 15 de maio, não importava o que eles faziam. Isso significava que, se os outros não se mexessem, a parte árabe iria ser ocupada e a responsabilidade do fracasso seria dos outros países. Isso não pôde ser aceito pelo Iraque, Síria e Líbano. Portanto, decidi entrar em 15 de maio, com os exércitos para a Palestina, devemos confiar em Deus e entrar por tudo o que acontece que é menos prejudicial do que a dúvida.¹⁰⁴

No dia seguinte ao dia que o secretário-geral enviou sua mensagem, estava ocorrendo no parlamento egípcio, o processo constitucional com a finalidade

¹⁰³ - Arquivos e documentações da Palestina em 1937-1949, Ministério da Orientação Nacional c.1

¹⁰⁴ - Arquivos e documentações da Palestina, o Ministério das Orientações parte 1.

de enviar as forças egípcias localizadas em El Arish para a Palestina, e essas forças realmente se movimentaram para Rafah na fronteira da Palestina na manhã de 12 de maio, depois que o Parlamento egípcio aprovou a decisão de intervenção do exército egípcio para Palestina.

Enquanto as forças egípcias estavam no seu caminho para Rafah, o rei Abdullah oficialmente rejeitou a trégua que foi proposta pela Grã-Bretanha e Estados Unidos. Esse anúncio coincidiu com a chegada da Comissão de Trégua, nomeada pelo Conselho de Segurança para Omã. Até mesmo para cortar a linha de volta para os governos árabes, que tinham a tendência de aceitar a trégua, que atrapalharia o plano de anexação da parte árabe da Palestina.

Anunciaram no rádio da Jordânia, que ele não acataria as decisões da Liga Árabe, se a mesma aceitasse, e ordenaria o seu exército para entrar na Palestina depois de 15 de maio. Como o rei Abdullah liderou a entrada do exército, os outros governantes árabes não quiseram ficar atrás, para mostrar o entusiasmo com a intervenção, mesmo que com diferentes objetivos e intenções.

IV - 3: Declaração do Estado de Israel:

Quando a Inglaterra se retirou da Palestina em 14 de maio de 1948, David Ben-Gurion anunciou no mesmo dia sobre o Estado de Israel e o chamado retorno do povo judeu à sua terra histórica. Segue o texto da declaração do estado:

“A terra de Israel é o berço do povo judeu, aqui foram formadas suas personalidades espirituais, religiosas, políticas, e aqui se estabelece um estado pela primeira vez, e foram criados valores culturais de significância nacional, humano e deram ao mundo o eterno Livro dos Livros.

Depois de ser forçosamente exilado o povo conservou consigo sua fé durante sua Dispersão e nunca deixou de rezar e esperar por seu retorno para ele e para restaurar a sua liberdade política.

Judeus lutaram geração após geração, impulsionados por este histórico e tradicional relacionamento com a terra para re-estabelecerem em sua antiga pátria, e voltaram em massa nas últimas décadas. Vieram os pioneiros e defensores, e que florescerem os desertos, reavivaram a língua hebraica, construíram cidades e aldeias, e criaram uma próspera comunidade que controla a sua própria economia e cultura. Amando a paz, mas sabendo como se defender, trazendo as bênçãos de progresso para todos os habitantes do país, e aspirando a um estado independente.

»105

A Primeira Conferência Sionista foi realizada no ano de 5657, do calendário hebraico, (1897 Calendário cristão), a convite de Theodore Hertzl, pai espiritual do Estado Judeu, e proclamou o direito do povo judeu fazer renascer o seu próprio país.

A Declaração Balfour em 02 de novembro de 1917 reconheceu este direito, e reconfirmado pelo Mandato da Liga das Nações que seria dada sanção internacional especial para a conexão histórica entre o povo judeu e a terra de Israel, e reconhecendo o direito do povo judeu reconstruir o seu lar nacional.

A catástrofe que se abateu sobre o povo judeu e levou ao desabrigo de milhões de judeus na Europa, era uma indicação clara sobre a urgência de resolver o problema da falta de um lar, através do estabelecimento de um Estado judeu, na terra de Israel, mais uma vez. Estado este que abriria as portas da terra natal para

¹⁰⁵ -Arquivos e documentações da palestina ,o Ministerio da orientação,c.1 p.931-933

todo judeu, e daria a ele, o status no cenário das nações, onde era elegível para usufruir de todos os membros da comunidade internacional.

Sobreviventes do holocausto nazista na Europa, assim como os judeus rebeldes no resto do mundo, emigraram para a terra de Israel, apesar das dificuldades, restrições e perigos e nunca deixaram de assegurar o seu direito à vida livre e digna, e as vidas de trabalho honesto em seu lar nacional.

A comunidade judaica nesses países contribuiu durante a Segunda Guerra Mundial, com a sua quota na luta por liberdade e paz, para as nações que amavam a liberdade e a paz e contra as forças do mal, da mentira, e dos nazistas. Pelo sangue de seus soldados e seus esforços de guerra, para ser um dos povos que fundaram as Nações Unidas.

A assembléia Geral das Nações Unidas decidiu em 29 novembro de 1947, sobre o **projeto de resolução 181**¹⁰⁶(**Ver Texto da resolução 181**), que solicitou o estabelecimento de um Estado judeu na terra de Israel. A Assembléia Geral convidou os habitantes de Israel a tomarem as medidas necessárias de sua parte, para implementar essa resolução. Este reconhecimento da ONU do direito do povo judeu para estabelecer um Estado foi um reconhecimento irreversível.

Este é o direito natural do povo judeu, ser mestre de seu próprio destino, como todas as outras nações que tinham sua própria soberania:

(Assim, estiveram reunidos os representantes dos membros da Assembléia do Povo, na terra dos judeus de Israel, e do movimento sionista, no dia do Mandato Britânico sobre a Terra de Israel. Graças a essa força natural e histórica e a decisão da Assembléia Geral das Nações Unidas, eles se reuniram para fazer o Estado na terra de Israel, que foi chamada: a terra de Israel.)

¹⁰⁶ - Arquivos e documentações da palestina em 637-1949 ,o Ministério da orientação Nacional. “Ver anexo XXI”

Eles declararam que, desde o momento do fim do mandato naquela noite, na véspera do sábado, em seis de maio de 5708, do calendário hebraico, correspondente aos 15 de Maio de 1948, calendário cristão e até as autoridades oficiais e eleitas de acordo com a Constituição aprovada pela Assembléia Constituinte, o mais tardar outubro de 1948.

A partir do momento o parlamento iria exercer as competências do Conselho Popular do Estado e seu órgão executivo que foi chamado de Israel. O Estado de Israel abriu a porta da imigração judaica para reunir os exilados, e promover o desenvolvimento do país, em benefício de todos os seus habitantes, sem distinção de religião, raça ou sexo.

Garantiu a liberdade de religião, consciência, linguagem, cultura e a proteção dos lugares sagrados de todas as religiões. Seria fiel aos princípios das Nações Unidas que o Estado de Israel estava pronto para cooperar com as agências da ONU e seus representantes sobre a execução da decisão (181) da Assembléia Geral em 29 de novembro de 1947, afirmando que:

Tomamos as medidas necessárias para alcançar a união econômica para toda a terra de Israel. Fizemos um apelo à ONU, para ajudar o povo judeu na construção da nação, e congratulamo-nos com o Estado de Israel na comunidade das nações. Pedimos para a população árabe no Estado de Israel, em meio ao ataque, que estamos sofrendo, e por meses para manter a paz e participar na construção de um Estado baseado na cidadania plena, com base na igualdade e representação em todas as instituições do Estado, permanentes e temporários.¹⁰⁷

Nós estendemos nossas mãos para todos os estados vizinhos e os povos para a paz e boa vizinhança, e apelamos a eles para estabelecer laços de cooperação e assistência mútua com o soberano povo judeu, estabelecido em seu

¹⁰⁷ - Arquivos e documentos, do Ministério da orientação, “ver Texto da resolução 181 Anexo XXI”

território. O estado de Israel está pronto para contribuir com a sua parte em um esforço comum para fazer avançar o Oriente Médio como um todo.

Nós apelamos ao povo judeu em todos os exílios para a volta dos judeus à terra de Israel e o seu apoio nas tarefas de imigração e construção e de apoiarem na grande luta para realizar o velho sonho. Ou seja, a salvação de Israel.

Estamos colocando nossa confiança em Deus Todo-Poderoso, nós adicionamos a nossa assinatura do anúncio, nesta reunião do Conselho Provisório de Estado em casa, na cidade de Tel. Havia na noite de sábado em cinco de maio de 5708 (calendário hebraico), correspondente a 14 de Maio de 1948.

Declaração de Independência:

Em 14 de maio de 1948, correspondente a cinco de maio do ano hebraico 5708. Segundo o calendário hebraico, os membros da Assembléia do Povo do Estado de Israel anunciaram o estado de Israel. Possível dividir a Declaração de Independência em quatro seções:¹⁰⁸

- Uma seção que descreve a história do povo judeu e sua luta para retomar e ter o seu reconhecimento político internacional do direito de proclamar o Estado;
- A seção executiva que declara o estado;
- A seção que mostra a linha geral seguida pelo Estado de Israel;
- A seção que convida todos da Organização das Nações Unidas e da população árabe dos países árabes, e os judeus no exílio.

Embora a declaração não fosse à forma de lei ou judicial, mas tinha o efeito jurídico, pois a primeira seção e a terceira foram utilizadas pelas

¹⁰⁸ -Ver texto da independência “Ver anexo XXII”

interpretações do Supremo Tribunal de norma objetiva. A segunda parte constituiu a primeira fonte para a autoridade no sistema judicial de Israel.

Há dinheiro e conceito a ser considerada como a Declaração da Independência, em especial a sua seção anunciada como Constituição, mas a Suprema Corte decidiu uma série de decisões que não serviam como Constituição e não era uma lei superior que pudesse rescindir leis e regulamentos que contradiziam.

Anúncio da criação do Estado de Israel:

O povo judeu nasceu na terra de Israel, e nela concretizou a imagem completa espiritual, religiosa e política. E foi onde ele viveu num estado independente, soberano e que produziu uma riqueza do patrimônio cultural, humanitário. Levou ao mundo inteiro o eterno Livro dos Livros. E Quando o povo judaico foi expulso de seu país à força, manteve a fé na terra como imigrantes e não deixou de rezar e esperar por seu retorno para casa e retomar sua liberdade política.

Por essa ligação histórica e de tradições, os judeus lutaram para o retorno à sua antiga pátria, em décadas recentes. Eles voltaram em massa composta por pioneiros e defensores, reavivaram a língua hebraica, construíram vilarejos e cidades e criaram sua sociedade, tentando sempre se desenvolver e construir sua economia e cultura. Sempre pedindo a paz e defendendo sua terra dando as bênçãos de progresso para todos os habitantes do país que aspiravam a um estado independente.

Em 5657 (calendário Hebraico), ou 1897 (calendário cristão) o Congresso Sionista, foi realizado, ao pedido do idealizador da idéia do Estado Judeu, Theodore Hertzl e proclamou o direito do povo judeu fazer renascer no seu país.

Este direito foi reconhecido na Declaração Balfour em dois de Novembro de 1917 e foi aprovado pelo governo do Mandato da Liga das Nações que, deu em particular a sanção internacional para a conexão histórica entre os povos e a terra de Israel e o direito do povo judeu reconstruir o seu Lar Nacional.

A catástrofe que se abateu sobre os judeus nos últimos anos, entre os quais, o massacre de milhões de judeus na Europa. Esta catástrofe voltou e provou a necessidade de resolver o problema do povo judeu privado de sua terra natal e a retomada da independência do Estado judeu, na terra de Israel, para abrir a porta da terra natal para todo judeu e para que o povo Judeu tivesse direitos iguais aos dos outros países do mundo.

O resto que foi resgatado do holocausto nazista na Europa, com os judeus de outros países não desistiu de recorrer à terra de Israel, apesar de todas as dificuldades, obstáculos e perigos. Nunca deixaram de pedir por uma vida útil e digna com liberdade e trabalho honesto em sua terra natal.

Na Segunda Guerra Mundial, a comunidade judaica na Terra de Israel, contribuiu com a sua quota na luta das nações da liberdade e da paz contra as forças nazistas e ganhou com os soldados judeus, e com seu esforço na guerra, o direito de ser considerado entre os povos que lançaram as bases da Carta da ONU.

No vigésimo nono dia do mês de novembro de 1947, a Assembléia Geral da ONU emitiu uma decisão que previa o estabelecimento de um Estado judeu na Palestina e a Assembléia Geral das Nações Unidas pediu para o povo da Palestina a tomar todas as medidas necessárias para implementar essa decisão por si própria.

O reconhecimento da ONU do direito de o povo judeu estabelecer o seu Estado foi irrevogável. Foram um direito natural do povo judeu a ter um estatuto de Estado independente e soberano, como as outras nações do mundo.

Assim, os membros do parlamento, representantes da comunidade judaica no país e do movimento sionista chegaram ao fim do Mandato Britânico sobre a Palestina. E com a força do seu direito natural e histórico sob uma resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas, para anunciar a criação de um Estado judeu na terra de Israel no Estado de Israel.

E decidiram que a partir do momento do término do Mandato, naquela noite, na noite de seis de setembro de 5708 (calendário Hebraico) correspondente a 15 de maio de 1948 (calendário cristão), a ser criado o Estado de eleitos e regular de acordo com a Constituição prescrito pela Assembléia Constituinte, eleita no mais tardar no início de Outubro de 1948. A partir daquele momento o parlamento iria exercer as competências do Conselho Popular do Estado e seu órgão executivo que fora chamado de Israel.

O Estado de Israel abriu a porta da imigração judaica para reunir os exilados, e promover o desenvolvimento do país, em benefício de todos os seus habitantes, sem distinção de religião, raça ou sexo.

Garantiu a liberdade de religião, consciência, linguagem, cultura e protegeu os lugares sagrados de todas as religiões. Seria fiel aos princípios das Nações Unidas, pois o Estado de Israel estava pronto para cooperar com as agências da ONU e seus representantes, sobre a execução da decisão (181) da Assembléia Geral em 29 de novembro de 1947, e tomaria as medidas necessárias para alcançar a união econômica para toda a terra de Israel.

Fizeram mos um apelo à ONU para ajudar o povo judeu na construção da nação, e congratulamo-nos com o Estado de Israel na comunidade das nações.

Pediram para a população árabe no Estado de Israel, em meio ao ataque, que estavam sofrendo, e por meses, para manter a paz e participar na construção de

um Estado baseado na cidadania plena, com base na igualdade e representação em todas as instituições do Estado, permanentes e temporários.

Estenderam suas mãos para todos os estados vizinhos e os povos para a paz e boa vizinhança, e apelaram a eles para estabelecer laços de cooperação e assistência mútua com o soberano povo judeu, estabelecido em seu território. O estado de Israel estava pronto para contribuir com a sua parte em um esforço comum para fazer avançar o Oriente Médio como um todo.

Eles apelaram ao povo judeu em todos os exílios, para a volta dos judeus à terra de Israel e o seu apoio nas tarefas de imigração e construção e de apoiarem na grande luta para realizar o velho sonho... Ou seja, a salvação de Israel.

Estavam colocando sua confiança em Deus Todo-Poderoso, e adicionando a sua assinatura do anúncio, nesta reunião do Conselho Provisório de Estado em casa, na cidade de Tel. Aviv na noite de sábado em 5 de maio de 5708 (calendário hebraico), correspondente a 14 de Maio de 1948.¹⁰⁹

(Documentos de Origem, o Departamento de Cultura, a Organização de Libertação da Palestina)

Esta introdução da declaração do estado judeu e na Declaração de Independência e o documento de Independência só é uma documentação histórica, independentemente de ser uma distorção para a história e a geografia, foi ratificado pelas palavras do poeta: (tudo passam, e termina menos “Al Hami” que vai de pai para filho).

Errou quem teve o pensamento de que o deslocamento forçado da pátria, e a reinstalação levaria a esquecer o país de origem e que a solução histórica fosse um fato histórico e realista. Só não conhece quem não lê a história e continua a ser

¹⁰⁹ - Departamento da cultura de OLP.

uma criança, não importa a idade, e quem não lê a história perde o caminho, não importa o quanto andou na vida.

Raramente aconteceu na história, especialmente em nossa história moderna, que a minoria de combatentes estrangeiros expulsou a maioria dos cidadãos do seu país e seus nativos, e expulsá-los com a força. Foi o que aconteceu na Palestina em 1948, quando a expulsão de mais de um milhão de palestinos que foram forçados a deixar suas casas, vilas e cidades quando perderam suas terras, propriedades e pertences e tornaram-se refugiados sem pátria.

O que aconteceu com o povo palestino em 1948, não foi apenas um acontecimento normal na vida das pessoas, foi uma tragédia que não foi fácil superar as suas conseqüências, pois havia afetado todas as áreas e aspectos da vida dos palestinos, incluindo os aspectos econômicos, sociais, demográficos, e como uma das maiores conseqüências e resultados, o refugio do povo de sua terra, deslocando-se em outras partes do mundo, com o deslocamento resultante nas tragédias da vida social, econômica e humanitária.

A guerra de 1948 causou a destruição da entidade palestina, que estava sob o mandato britânico, Israel depois da guerra conseguiu aproveitar 78% das terras históricas da Palestina, e o resto da pátria palestina passou para o controle árabe, e nome da Palestina ficou fora do mapa do Oriente Médio após a derrota de 1948.

Apareceram dois novos termos no dicionário da Palestina (Faixa de Gaza, referindo-se ao que foram conhecidos naquele momento, como os territórios palestinos sob a supervisão da administração egípcia e a Cisjordânia, referindo-se aos territórios palestinos, que estavam sob a administração da Jordânia. Israel ocupou essas áreas mais tarde na guerra em 1967.

Com o controle do movimento sionista em 78% das terras da Palestina, a maioria do povo palestino foi expulsa. Os proprietários nativos palestinos foram expulsos de sua terra natal, isso resultou em termos demográficos a destruição da sociedade palestina e dispersão deles, e transformá-los em grupos de refugiados que estavam no que restou da Palestina (Cisjordânia e Faixa de Gaza), e nos países vizinhos árabes. A situação ficou mais complexa, na seqüência da guerra de 1967, com a adição de centenas de milhares de novos refugiados que fugiram da Cisjordânia e Faixa de Gaza por causa da guerra para os ex-refugiados.

Essa destruição demográfica continuou com suas conseqüências de destruição política, econômica e social até os dias atuais.

Capítulo V

Contexto Político Geral

Os palestinos em seus locais de refúgio preservaram a identidade social e nacional palestina, principalmente porque a maioria deles viveu em campos de refugiados, e mesmo aqueles que foram envolvidos nas comunidades de acolhimento haviam mantido a sua adesão à identidade Palestina, o que ajudou a manter a identidade palestina nos países árabes foi o fato de esses países não facilitarem o processo de integração nestes campos.

Os palestinos ficaram na Cisjordânia e na Faixa de Gaza e em alguns lugares de refúgio após a guerra de 1948, inicialmente tentaram se organizar politicamente e socialmente e participaram de partidos e organizações políticas, e fundaram as associações de estudantes, trabalhadores, mulheres e outros.

O movimento Fatah foi fundado, liderado por Abu Ammar, em 1964, e também a criação do movimento de resistência armada palestina em 1967, para aumentar a regulamentação política e social nas comunidades palestinas dentro e fora da Palestina para desenvolver a identidade palestina.

Hoje em dia, mais da metade do povo palestino está nos refúgios, à espera de solução definitiva para o problema. Estima-se que o número de palestinos nos refúgios até o final do ano de 2000, é de cerca de um milhão de pessoas, onde são distribuídos de acordo com o local de refúgio de 2,5 milhões para 4,5 na Jordânia, e cerca de 494 mil no Líbano e 456 mil pessoas na Síria, 51 mil no Egito, e cerca de 545 mil pessoas nos países árabes e cerca de mil nos Estados Unidos e 284.000 em outros países estrangeiros, e mantém a outra parte dentro da Cisjordânia e da Faixa de Gaza quase um milhão de pessoas e mais de um milhão e meio de refugiados, enquanto que residem 1113000 em Israel.

O povo palestino se dividiu dentro e fora da Palestina para o surgimento de comunidades palestinas que variam em sua identidade social, econômica e política, mas essas comunidades continuam a luta para alcançar as metas nacionais estabelecidas que formasse um denominador comum para estas comunidades. Por este motivo foi criada a organização de libertação da Palestina, para atender Refletindo as necessidades Palestinas e fornecer um quadro global da luta palestina para preencher as lacunas que resultou da privacidade Palestina e para seu desenvolvimento em todos os locais.

As comunidades palestinas nos refúgios estavam num regime jurídico e político diferente, na Jordânia, por exemplo, os palestinos se transformaram em jordanianos e tinham os mesmos direitos. No Líbano, foram isolados e tratados com o tratamento dos refugiados, não tiveram quaisquer dos direitos políticos. Já na

Síria, os palestinos mantiveram sua identidade como palestinos, mas eles desfrutaram nos termos jurídicos e políticos dos mesmos direitos que gozavam os sírios.

Apesar do estado de organização política e social que tinham entre os palestinos no refúgio, e o fato de que maioria deles estava em abrigos e apesar da disparidade relativa ao grau de adaptação e integração nas comunidades de acolhimento e à manutenção deles em lugares diferentes de sua identidade palestina, e a participação em organizações e atividades próprias, formaram uma parte integrante viveram das comunidades em que viviam.

Eles não representam grupos sociais e econômicos próprios, e apesar dessas duplicações, os palestinos foram responsáveis perante a autoridade política, nos países que recorreram, e não deveria ser confundida entre esta realidade e os casos de medida excepcional e temporária em que os palestinos ignoraram o país que os acolheu, como aconteceu na Jordânia em 1979 e 1971, quando os palestinos entraram em um confronto com o sistema de governança na Jordânia, ou no caso de uma guerra civil no Líbano em 1975 e 1976.

A fundação do Estado de Israel levou ao desmembramento da sociedade palestina que ficou fragmentado e migraram para localizações geográficas e a ligação entre eles tornou-se muito difícil.

O confronto e conflito que caracterizaram a comunidade palestina tomaram novos rumos. As características sociais das comunidades palestinas começaram a aparecer nas sociedades. Já o restante dos palestinos que sobraram em Israel, ou seja, dentro do território de 1948, transformou-os em minoria depois que eles fizeram parte da esmagadora maioria da população.

Israel separou em blocos isolados e separados, os grupos de palestinos uns dos outros de propósito, dentro de suas fronteiras: a comunidade beduína no sul (o Be'er Saba - Neqb) e o Grupo Qora AL Muthalath, e Al-ligud Alfilistina Aljalil, e fez a interação entre essas comunidades e os isolamentos, bem como aldeias e comunidades vizinhas, mais impossível do que possível, e foi diferente nas suas relações com os palestinos beduínos e seus companheiros, e druzos, e distinguiu entre muçulmanos e cristãos, e entre uma área geográfica e outra.

(Agora, após mais de seis décadas do desastre, o que falar sobre os palestinos que se refugiaram em uma das seguintes áreas: a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, Jordânia, Líbano, Síria e outros...) e ainda vivem em acampamentos.

Quais são as características, a sua situação demográfica, econômica, social, jurídica e política. Isso vou discutir mais na frente.

Refugiados e deslocados:

A expressão refugiados Palestinos significa aqueles que foram expulsos de suas terras e tiveram suas casas e aldeias destruídas e seus bens saqueados na catástrofe de 1948, nas áreas que se tornaram conhecidas como o Estado de Israel. Já a UNRWA ou a agência que cuida de refugiados palestinos define um refugiado Palestino como representante dos estabelecidos permanentemente no Mandato da Palestina entre 1946 e 1948, que perderam suas casas e foram exilados dos seus territórios apreendidos por Israel na guerra de 1948.

Já os deslocados são aqueles que foram expulsos ou afastados ou foram deportados da Cisjordânia e de Gaza e que perderam suas tendências e suas identidades e suas terras e casas durante a guerra de 1967, como resultado disso.

O problema dos refugiados Palestinos é o maior e mais antigo na agenda das Nações Unidas desde a sua fundação. Os refugiados Palestinos estão sofrendo com a grande injustiça da emissão de Resolução 181 emitida pela partição da Palestina pela ONU em dois estados: Um Israelita e outro Palestino, e as dificuldades encontradas por este povo após a barbárie feita pelos sionistas, tirando os Palestinos de suas casas e forçando-os a viver em campos de refúgio, e proibidos de um mínimo de direitos humanos e cidadania.

O número de refugiados palestinos é cerca de sete milhões de refugiados, de acordo com o censo de 2002. Entre eles são os refugiados de 1948 registrados na agência de refugiados 4.000.000 e não-registrados na Agência, um número estimado de 1,54 deslocados em 1967 e 750 mil refugiados em 1948 se encontram no território de 1948 e 274 000 na Faixa de Gaza foram deslocados durante a guerra de (67). 72% dos refugiados palestinos vivem nos campos em lugares de asilo, com a maioria das concentrações na Jordânia, Síria, Líbano e países do Golfo, enquanto os palestinos dentro estão distribuídos nos territórios palestinos de Gaza e da Cisjordânia e na terra perdida em 1948 lembrando que possuem cidadania israelense e são chamados de árabes de israel.

Desde que começou o problema dos refugiados palestinos, na seqüência da catástrofe de 1948, os líderes do sionismo políticos e de seguranças adotaram uma política sistemática e clara e um discurso de mídia descarado que não mudou até o dia de hoje. Eis um resumo: a rejeição do direito de regresso dos refugiados numa recusa absoluta, e trabalhar para eliminar este problema, que é unânime em Israel, como uma ameaça estratégica ao estado. **A Resolução 194**¹¹⁰ emitida pelo

¹¹⁰ - Arquivos e documentos da palestina “Ver anexo XXIII –Texto da resolução 194”

órgão da ONU deu o direito de regresso e a recompensa a eles, mas deve ser a sorte que é o direito de regresso, centrado em torno dos seguintes elementos:

1 - é um direito individual, mas em uma dimensão coletiva, pois isso significa o povo palestino.

2 - É de natureza civil, como exige a devolução de bens, mas também uma natureza política, pois isso significa o restabelecimento da cidadania, não importa de qualquer maneira.

Já o texto da Resolução 194 da Assembléia Geral das Nações Unidas prevê que a Assembléia Geral:

Decidiu que deve ser autorizado o regresso o mais rapidamente possível dos refugiados que pretendem regressar às suas casas e viver em paz com seus vizinhos e da indenização a ser paga para a que optarem por não retornar por perdas ou danos e por suas propriedades perdidas, quando o dever está em conformidade com os princípios do direito internacional e da equidade, deve compensar a perda ou dano pelos governos ou autoridades responsáveis.¹¹¹

“O Artigo 13 da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma:

(Que Cada pessoa tem o direito de sair de cada país, incluindo o seu próprio e voltar para ele) (“bem como o artigo 12 da Convenção Internacional sobre Direitos Civis e Políticos”).

Desde o início da causa dos refugiados Palestinos até 1994, as Nações Unidas emitiu 49 resoluções e todos enfatizam a resolução 194.

Os Palestinos suportaram as condições e as linhas vermelhas com o arquivo de paz e especialmente o item sobre o direito de regresso exclusivamente para abrir o discurso político e de imprensa israelense e do direito de regresso, desde o início do problema dos refugiados palestinos, na seqüência da catástrofe de 1948.

¹¹¹ -Ver anexo XXIII –resolução 194

Os líderes do sionismo político e de segurança uma política sistemática clara e um discurso que não mudou até hoje, resumido no seguinte: “Rejeitar o direito de regresso dos refugiados palestinos definitivamente como uma ameaça estratégica ao estado”.

A partir daí a lidar, Israel tratou essa causa dos refugiados politicamente, diplomaticamente e na mídia como um problema de terror e que gera preocupações para a segurança e dá medo para o futuro do Estado de Israel, e por isso é difícil ver um responsável Israelense pronto para ouvir ou ver o direito de regresso dos refugiados palestinos, no máximo para discutir formas de re-assentamento de refugiados para resolver esse problema de uma vez por todas.

A partir daqui, deve ser salientado desde o início que o mapa político israelense como um todo é desde a extrema-direita à extrema esquerda, e do rabino à Meretz e do menor soldado até o general, rejeitando o princípio do direito de regresso dos refugiados palestinos.

E não houve de fato nos últimos anos e anos de negociações políticas conducentes ao mapa de estrada, um acordo entre os interessados na questão, e não houve alteração nem no pensamento político e ideológico de Israel sobre o direito ao regresso dos refugiados, nem mesmo a percepção humanitária e não política sobre estes refugiados.

Nem na mídia, a sociedade israelense construída sobre guerras e terrorismo não viu qualquer mudança que possa parar esta questão, apesar de que havia algumas opiniões ou escritores individuais aqui ou ali que se sentiram sufocados com esta situação, e também pediram a concessão do direito de retorno para os palestinos assim como os judeus tiveram direito de regresso.

A posição de Israel que rejeita o direito de regresso dos refugiados palestinos se baseou desde o início na grande quantidade acumulada da literatura e declarações políticas e os meios de comunicação israelenses desde o começo da causa palestina.

Talvez a parte mais perigosa de informações relevantes sobre a posição de Israel é documentada pelo Dr. Elia Zureik no estudo (os refugiados Palestinos e a prática política - a Constituição emitida em 28 de setembro de 1997), que em cinco de Junho de 1948, Joseph Feis, diretor do Fundo Nacional Judeu se encontrou com David Ben-Gurion, primeiro primeiro-ministro do estado de Israel, e sugeriu um processo de transformação de impedir o retorno dos refugiados palestinos às suas casas e incluíram a criação de fatos a trabalhar sobre a impossibilidade de retorno dos refugiados palestinos, como seguem:¹¹²

1. A destruição do maior número de cidades palestinas com Operações militares;
2. Proibir os palestinos de trabalhar em suas terras abandonadas, incluindo a agricultura e colheita;
3. Para evitar um abandono de terras, os judeus se estabeleceriam em um número de cidades e aldeias árabes abandonadas;
4. Fazer uma campanha de propaganda para impedir o regresso dos refugiados;
5. Leis que proíbem a questão do regresso dos refugiados;
6. Ajudar os países árabes para absorver os refugiados.

Ben-Gurion concordou com os componentes do plano com exceção do plano de número 6, que não é sua prioridade, mas ele discutiu o plano em detalhe,

¹¹² -Elia Zuriek - refugiados palestinos e a pratica política – a constituição emitida em 28 -09-1997

numa reunião realizada em 26 de agosto de 1948, e declarou que ele não deve permitir o regresso dos refugiados às suas casas e suas terras, porque eles formariam uma quinta fila, e os países árabes têm de cuidar deles, e que Israel não deve se curvar à pressão exercida pela comunidade internacional.

Algumas semanas mais tarde, o primeiro ministro do exterior de Israel Moshe Chertok ,recusou através da medida, as recomendações do conde Folke Bernadotte, mediador das nações unidas que foi enviado à Palestina para chegar a uma solução pacífica, e para garantir a segurança dos habitantes da Palestina e sua segurança (na resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas, nº186, em 14 de maio de 1948) ¹¹³.

A persistência à posição israelense superou todas as leis, convenções e linhas vermelhas, as reivindicações para a Palestina (desistir do direito de retorno se deseja atingir um acordo político).

O pesquisador estratégico, o general reserva (Shlomo Gazit manifestou estas atitudes: que são as posições dos governos de Israel, quando ele escreveu no jornal Maariv e disse:

Quem quiser uma solução para o conflito israelense-palestino sabe muito bem que não haverá nenhuma solução real, se não for resolvido o problema dos refugiados palestinos. Há milhões na região que ficaram sem um lar ou uma solução desde 1948, e estes são vítimas da guerra e da incitação política árabe.¹¹⁴

Ghazet resume: “uma concessão árabe palestina sobre este ponto, será considerado evidência conclusiva do reconhecimento do lado árabe sobre a existência de Israel e suas ações dão possibilidade para a resolução”.

¹¹³ -arquivos e documentação do Ministério da orientação “Ver anexo XXIV” ,texto da resolução 186.

¹¹⁴ -Ahmed Rachid,a comunidade internacional e a questão da palestina “Instituto de Pesquisas e Estudos Árabes,Cairo,1993.

Em um artigo publicado em que o autor Amos Gilboa, um investigador também estratégico se expressou com o mesmo conteúdo, dizendo: "O direito de retorno significa mais claramente o fim do Estado sionista, e no mesmo contexto, Moshe Shahak, Ministro da Energia Israelense condicionou: Os palestinos têm que abrir mão do direito de retorno e pôr fim ao terrorismo para iniciar as negociações". Isto porque este direito, como disse Awori Avnery, um dos principais pólos de paz israelenses em um artigo publicado no Journal Haolam Hazeh (assustador para os israelenses).

Também escreveram uma série de políticos e pesquisadores, israelenses, entre eles o Dr. Yohanan Bader do Maariv, perguntando: "quem vai aprovar dos israelenses o direito de regresso dos refugiados palestinos", e Gideon Levy escreveu no jornal Ha'aretz sobre o horror da volta, dizendo: "enquanto o Palestino põe a questão da volta, os Isralenses respondem dizendo: Aqui é prova conclusiva de que não há solução para o litígio e não havia ninguém para falar com ele, eles querem Jaffa"¹¹⁵...

Vemos através desta explicação o pensamento político e as propostas israelenses e projetos políticos na mídia israelense sobre a questão dos refugiados palestinos. Que essas propostas, idéias e projetos tenham, em primeiro lugar, o apoio quase unânime da política israelense se não de todos. Que exige a solução definitiva para a questão dos refugiados usando quaisquer meios disponíveis, ou através da reinstalação e reabilitação, ou por meio de compensação.

Com base neste fundamento intelectual, político israelense, os sucessivos governos Israelenses continuaram a insistir que os palestinos e os árabes têm que abrir mão do direito de regresso dos refugiados, como condição para iniciar

¹¹⁵ -Faris Ahmed abdel Moein, a União Soviética e do conflito árabe -1973

negociações políticas.

As razões mais importantes para o asilo:

Em 1952, Ben-Gurion, Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa, justificaram os resultados da guerra de 1948:

“os árabes fugiram do país, o país estava vazio de seus legítimos donos, não era possível ao sionista um tempo antes da criação do estado” ¹¹⁶.

Esta interpretação e julgamento do que aconteceu em 1948, foi o começo e ainda é a interpretação feita pelas autoridades israelitas e do movimento sionista de forma oficial e em fóruns internacionais.

Os sionistas e israelenses alegaram e sempre disseram que o que aconteceu em 1948, foi que os líderes árabes pediram aos palestinos para abandonar as suas aldeias e cidades, temporariamente, enquanto os exércitos árabes eliminariam o nascente estado sionista.

Um grande número de palestinos atendeu a este pedido e saiu de sua cidade, com sua livre vontade, esperando que eles voltem para suas casas, após um breve período. Mas os exércitos árabes não cumpriram as suas missões e aumentaram o período de espera até que os palestinos se tornassem refugiados.

Esta interpretação tem suas raízes nas propagandas israelense e sionistas, apesar de que um número de estudos que surgiram no início dos anos sessenta, tais como estudos de Walid El Khalidi (1959 - 1961) e Erskine Childers (1961) foram capazes de desmentir essa interpretação facilmente, especialmente entre os círculos acadêmicos, mas refutar as alegações sionistas é uma coisa, e saber as verdadeiras razões para o deslocamento e a migração de grande número de palestinos, é outra coisa.

¹¹⁶ -Pierre Weis ,movimento não – Alinhado e a questão da palestina ,assuntos árabes,Novembro e dezembro 1983.

Para conhecer a verdade sobre o que passou é preciso ser reconhecido os planos e estratégias e táticas que foram usadas por organizações e gangues sionistas e o exército israelense mais tarde, e as intenções dos autores desses planos e estratégias.

Não seria possível verificar esses pontos, sem ver os documentos secretos das organizações sionistas, os governos israelenses depois, o governo Britânico e Americano. Esses documentos secretos que foram autorizados a serem vistos depois de trinta anos da tragédia, ou seja, no início dos anos oitenta, do século passado, abrir esses documentos confidenciais para pesquisadores levou ao que é chamado de história corrigida ou nova história.

Dos historiadores corregedores (Tom Segev, e Simcha Vlayan, e Ilan Pappé, e Yossi Amitai, e Shabtai tona, e Uri Mlstein, Arnold Toynbee), o mundo nunca saberia por que os palestinos teriam fugido das suas casas e sua terra natal se não fosse à integridade e nobreza e a coragem desses historiadores.

Tem que citar (Professor Milrbruoz, William Ernest Hocking, e a jornalista famosa, Dorothy Thompson e Alfred Ilantl e Moshe Matohin). O mais famoso destes historiadores era o historiador israelense (Benny Morris), que chamou a atenção de estudiosos e pesquisadores através de três importantes artigos publicados em 1986, antes, ele publicou seu livro no ano de 1987: "DO NASCIMENTO DO PROBLEMA DOS REFUGIADOS PALESTINOS 1948 -1949".

Aqui, numa tentativa de responder à pergunta anterior, o que surpreendeu alguns, antes de ser perguntada novamente, observando que é importante encontrar uma solução para o problema dos refugiados, não a busca de razões que levou os palestinos a fugir ou ao deslocamento em 1948 de suas casas.

Na verdade, a pergunta continua sendo feita até o dia de hoje, as respostas a elas, pelo menos para os não-palestinos ainda estão vagas e nebulosas, por um lado, e por outro lado, a maioria dos estudos e pesquisadores especializados nos assuntos ou matéria de asilo, e os refugiados são unânimes sobre a importância do conhecimento das razões para o refugio de seu país, fugir ou se deslocar do seu país, e seu papel no sentido de encontrar soluções para os refugiados.

Isso parece evidente na posição de todas as partes: as alegações árabes e israelenses de cada lado que a outra parte tem a responsabilidade e deve pagar o preço para a solução para o problema.

Para explicar estas razões não se pode ignorar o papel da comunidade internacional que é responsável pelos mais importantes aspectos e dimensões. Responsável pela inicialização e conspiração através do incentivo e de apoiar as ambições do sionismo na Palestina, incluindo as potências coloniais grandes, como a Grã-Bretanha, de um convite para a criação de uma pátria para os judeus na Palestina, e é também de responsabilidade dos organismos internacionais como a Liga das Nações e as Nações Unidas, liderada pela Grã-Bretanha, América e França de cumplicidade no cometimento do crime, e para legitimar os assentamentos, roubar as terras e o deslocamento do povo palestino.

A partir daí podemos ver as razões do deslocamento de forma geral por dois motivos básicos:

1. Agressão externa, ocupação ou as guerras de independência e de libertação travadas pelos povos muitas vezes contra o colonialismo, e os exemplos são tantos (como África do Sul, Argélia...) os refugiados saem de seus países, nestes casos, mas é determinado a voltar e ainda lutar por ele.

2. Deslocamento resultado dos conflitos e disputas ou guerras internas por razões diversas: étnicas ou ideológicas ou catástrofes, fome ou a pobreza. O que leva os indivíduos a fugir, e fugir da pátria, às vezes, neste caso, os refugiados não pensam em um retorno, como os refugiados da Europa Oriental para a Europa Ocidental em 1951.

No caso da Palestina e dos refugiados palestinos, eles foram forçados, e obrigados a recorrer, como resultado de ambas as razões, de um lado e de outro. As evidências são tantas, as quais categoricamente refutam das afirmações dos sionistas, dos motivos que têm por trás do deslocamento forçado dos palestinos, por exemplo, mas não se limitando.

O mediador internacional Conde Brenedote resumiu as razões de os palestinos serem refugiados em um relatório da seguinte forma: “resultado da partida dos refugiados palestinos causado pelo pânico por causa dos combates e ataques as suas comunidades e por causa de rumores que são verdadeiros ou falsos sobre atos terroristas da matança e expulsão”.¹¹⁷

Isso se reflete em um número de razões complexas que conduziu ao deslocamento em massa de palestinos de suas terras. O processo de deslocamento em massa é ligado a graves violações dos direitos humanos. Na guerra de 1948 milhares de palestinos caíram nas mãos de milícias sionistas, e após a fundação do estado sionista, milhares de pessoas estavam nas mãos das forças israelenses, através de políticas que violam os princípios básicos do direito internacional.

Estas políticas incluem ataques militares diretos contra civis, massacres e pilhagens e destruição de propriedade e destruição de aldeias inteiras, o deslocamento forçado de populações, e prosseguiu a sua política no deslocamento,

¹¹⁷ - Fonte reconciliação Noureddine, a expulsão do palestino conceito de transferência e o pensamento de planejamento sionista 1948-1982, fundação de Estudos da Palestina.

mesmo após o acordo de trégua assinado em 1949. O historiador Henry Ketn resume as causas em três coisas, que são:¹¹⁸

- a) A expulsão e deportação dos palestinos pelos judeus com terrorismo e violência.
- b) Falta de segurança no país.
- c) A perda do sistema de lei do governo que aplica a lei e mantém a ordem durante os eventos.

Desde o início, vemos o domínio colonial britânico tentar a implementação da Declaração de Balfour, em 1917, solicitando a criação e o estabelecimento de uma pátria judaica na Palestina, segundo o qual, comprometeu o governo britânico para ajudar a garantir todas as condições a fim de levar a população judaica no lugar da população palestina, os proprietários das terras originais.

O mais perigoso ato realizado foi abrir as portas para imigração judaica para a Palestina, ignorando os esforços reais que foram assumidos pelas organizações sionistas, a fim de estabelecer o Exército judeu, com armas fortes no trabalho em todos os sentidos para a expulsão e o deslocamento de palestinos de suas terras e permitir aos judeus para controlar as terras.

Quando foi emitido o Mandato da Liga das Nações, em 24 julho de 1922 e colocou a Palestina sob o Mandato e a Grã-Bretanha, insistiu em obter este mandato sobre a Palestina e fez muito para assumir os compromissos com a Organização Sionista Mundial, lembrando que o mandato não levou em conta o desejo do povo na escolha do mandatário, o que está consagrado na Carta das nações no que diz respeito às regras de atribuição.

¹¹⁸ -Liga dos estados ,na esfera internacional, secretario geral ,numero 40,junho de 1993.

O papel colonial na decisão da partição n.º 181 da Assembléia Geral das Nações Unidas para o ano de 1947, que os Estados Unidos e a França ajudaram na sua emissão, fez com que muitos palestinos fugissem com medo de cair sob o domínio dos movimentos do sionismo. Depois que suas cidades e aldeias caíram nos planos dos judeus no plano de divisão em dois Estados, a liderança sionista com a liderança de Ben-Gurion no momento aceitou a resolução, enquanto os árabes e os palestinos o rejeitaram, ao mesmo tempo, a Assembléia Geral das Nações Unidas votou na mesma data, a decisão de encerrar o mandato britânico na Palestina a partir de maio de 1948.

Depois disso, as organizações passaram a ocupar o local do Mandato Britânico e forçaram a aplicação da resolução da partilha imposta no terreno. O movimento sionista se preparou para este momento, com antecedência, e tiveram seus planos.

Os estudos têm mostrado que os refugiados palestinos chegaram oficialmente como resultado da agressão do regime sionista planejado e decreto, e intenções ocultas realizadas por gangs do sionismo e de organizações judaicas, incluindo: o Haganah, Irgun, Stern e Lehi, as forças de Palmach e Atzl, as organizações armadas ilegais criadas pela Agência Judaica na Palestina, e o exército israelense depois disso.

Variaram as alegações dos líderes do sionismo nesta área, entre a alegação do convite de líderes árabes para os palestinos, a deixar suas casas e entre a saída por livre vontade, de fato os palestinos foram expulsos de suas casas a força, não por escolha, e a reivindicação dos sionistas, só é para derrubar o direito do povo palestino no regresso, por ter deixado a terra por escolha e sem qualquer pressão.

A transformação da Palestina de um país árabe para judeu, e a expulsão do povo palestino de sua terra natal e a criação de diversas nacionalidades em seu lugar que abraçam o judaísmo, foi à primeira meta do movimento sionista, um movimento político hostil.

A Declaração de Balfour facilitou para alcançar a meta. Os sionistas aguardaram a Grã-Bretanha, para completar sua tarefa e apresentaram a Palestina para os sionistas, numa bandeja de prata livre do seu povo, os palestinos e, e como isso não aconteceu, os sionistas decidiram chegar com suas próprias forças, e executaram o plano da pior maneira e com uma brutalidade sem tamanho. O que foi confirmado pelas práticas sionistas na véspera do anúncio da criação de Israel e a discriminação racial, opressão e perseguição da população palestina através da destruição de suas pequenas cidades e os ataques às suas cidades e habitações das comunidades através de diversos meios: psicológico e material.

Os líderes sionistas juntaram tudo isso brilhantemente caracterizado pelo terrorismo e atrocidades, cometendo massacres e massacres e finalmente, levou à evacuação e expulsão dos palestinos de suas pequenas cidades, incluindo:

Primeiro: o terrorismo sionista:

A população palestina foi expulsa de suas casas e de sua terra natal, com massacres realizados pelos sionistas, que foi considerado um dos piores massacre cometido no século passado. Foi para quebrar a moral do povo palestino e empurrá-los a recorrer.

Observe que o registro completo de como foi feito o terrorismo contra os palestinos requer um enorme livro, o massacre de Deir Yassin. Em 1948 foi apenas um, em uma série de massacres perpetrados pelas gangues sionistas, apesar de ser

o massacre que ficou mais conhecido do que outros, pois foi executado com precisão e com muita atenção.

O número de vítimas foi de cerca de 254 idosos, mulheres e crianças, mas não foi o único. O massacre de dawameya e Lydda foram mais feio, pois as gangs sionistas realizaram muitos massacres contra o povo que estava em casa, foram implementados uns 25 massacres, incluindo o massacre de Sasa, Tabarias e séries, Haifa, Beit Shean, Nasereddin, Qibya e Kafr Kassem e Nahalin e Samu e Tantura. Milhares de cidadãos inocentes foram mortos. A maioria idosa, mulheres e crianças. Após estes massacres barbáries, os palestinos só tinham três opções: a morte, a fuga ou o asilo.¹¹⁹

Segundo: Perda e colapso da segurança:

O general britânico Glob Pasha confirma em suas memórias que a questão dos refugiados e das suas causas resultou pelas barbáries praticadas pelos judeus, e desmente as alegações de Israel que os palestinos deixaram as suas terras por escolha e não forçados ao dizer (que o árabe, que sai de casa, satisfeito, venderia sua casa, se tivesse, ou carregaria sua bagagem, e se prepararia para sair, no mínimo, mas para deixar seu país, sem levar nada e sem saber o destino de sua família, e ver seu filho morrer em suas mãos, sem pensar no retorno. Se um árabe saiu da Palestina desta forma, não deixou o país satisfeito, mas os judeus os forçaram a ir para fora sob o peso do medo e do terrorismo, após os massacres em todo o país)¹²⁰.

(Fonte soldado com as árabes notas Ghlob Pasha – traduzido por Hassan El Samadi - Editores universitários de Beirute).

¹¹⁹ -Henry KTN, a questão da palestina tradução :ruchdi e careca ,a autoridade nacional palestina, Ministério da cultura ,publicação 1999

¹²⁰ -Soldado com as árabes notas Ghaloub Pasha- Traduzido por Hassan El Samadi-editores universitáriosBeirut

Terceiro: a perda do órgão governamental:

Entre as coisas que contribuíram para a saída dos palestinos em 1948, foi à falta segurança e de regulamentos administrativos durante o final do mandato. Após o aumento da violência e do medo por causa do terrorismo e massacres que aconteceram depois da resolução da partilha 181, o Governo britânico não conseguiu a manutenção da lei e da ordem na Palestina, e não estava disposto a intervir para aplicação de segurança de direito.

As provas da falta de autoridade do Governo nestas difíceis circunstâncias foram evidenciadas, quando os massacres eram muitos, não havia nenhuma autoridade para interceptar ou tentar impedir os massacres ou ajudar os feridos em ambulâncias ou até mesmo no resgate ou enterrar as vítimas.

Os palestinos não deixaram a sua pátria voluntariamente, mas por causa do terrorismo e da violência e massacres deliberados, o massacre de Deir Yassin e outros massacres eram a melhor prova. O comandante da gangue de argônio Menachem Begin, que liderou o massacre de Deir Yassin, descreveu dizendo:

Os árabes começaram a fugir com medo, apavorados, o número deles era de 800 000 que vivem no território do atual estado de Israel, permaneceram cerca de 170 mil palestinos ainda e descreve Stephen Tears. Em seu livro de atos absurdos de massacres diz: também: “Os sionistas cometeram o que é mais profundo do terrorismo, de forma que tinha aprendido a habilidade única nas mãos dos nazistas¹²¹”.

Os crimes cometidos pelos nazistas contra os judeus durante a Segunda Guerra Mundial foram brilhantemente imitados pelos sionistas contra os palestinos em 1948, passando medo nos palestinos e obrigando-os a saírem.

¹²¹ -A insurgência ...A historia de argun- livro –Michem Begin

As rádios repetiam sempre (lembrem-se de Deir Yassin) não é de estranhar que muitas famílias fugiram de várias regiões¹²². Fonte (Menachem Begin – a revolução o conto de Allarggon) (Fonte Sharif Kanaana - a diáspora palestina, a migração ou o deslocamento, centro de Refugiados e da diáspora palestina).

Após a pesquisa e exploração, os estudos mostraram a queda de 213 cidades pequenas e a retirada de aproximadamente 413 000 palestinos de suas casas antes da retirada das tropas britânicas, e caíram 60% das cidades pequenas e vilas na fase seguinte, o que levou ao deslocamento de 65% dos refugiados.

O exército Israelense também expulsou a população de 122 aldeias diretamente, e retirou pessoas de 250 cidades pequenas por meio de ataques militares, e as famílias de 50 cidades pequenas abrangidas pelo ataque, e 12 cidades pequenas com a pressão psicológica de intimidar o povo sobre possíveis massacres, e 38 aldeias por causa do medo de um ataque armado, em comparação com apenas cinco aldeias com ordens diretas dos chefes da aldeia.

O exército israelense destruiu completamente 221 vilas e 134 parcialmente, e 52 aldeias levemente destruídas. Esse exército não conseguiu chegar a 11 cidades pequenas que sobreviveram à destruição, mas o número total de aldeias que foram totalmente destruídas foi mais que este número.

Israel Shahak, o chefe dos direitos humanos, registrou uma lista em 1975, com os nomes e o número de cidades pequenas palestinas destruídas por Israel e foram tiradas da face da terra desde 1948 atingiu 385 aldeias. As ações militares do sionismo tiveram altas e baixas, pois não havia deslocamento absoluto durante a suspensão dos atos¹²³. (Fonte d. Suleiman Abu Setta, direito de regresso dos

¹²² -Menachem Begin,a migração ou o deslocamento,centro de refugiados e da diáspora palestina- Sharif kanaan.

¹²³ -Dr.Sulmein Abu setta , direito absoluto durante a suspensão dos atos da solução pacífica- o centro árabe para o desenvolvimento e o futuro- Cairo ,08-01-1996.

palestinos à luz da evolução da solução pacífica. - O Centro Árabe para o Desenvolvimento e o Futuro - Cairo, 08/01/1996).

Quarto: a guerra psicológica:

Os sionistas seguiram a política de guerra psicológica e advertências, e a propaganda falsa que foi transmitida na mídia secreta, sobre surtos de epidemias, como cólera, varíola e que as doenças graves poderiam ter sido espalhadas e precisavam do Exército de Salvação e se destinava a obrigar os palestinos a sair de seu país.

Os sionistas tentaram minar a confiança da população em si e em seus líderes para acabar com a moral e espalhar o desespero através da promoção do número de mortes entre os árabes e as divergências políticas entre eles e a incompetência deles.

Eles (sionistas) também utilizaram alto-falantes de som com registros de transmissão de sons de gritos e lamúrias das mulheres palestinas, sinos de caminhões de bombeiros e sons de funeral com voz em árabe:

“salvem as vossas almas, ó crentes, fujam para serem salvos”... Gravações de transmissão de explosões ao longo dos alto-falantes. Os sionistas também explodiram as feiras, utilizando bombas que são um barril cheio com uma mistura de explosivos e óleos combustíveis, e, quando colidem com as paredes fazem raios de fogo e explosões grandes, e recorreram também aos avisos de rádio aos palestinos que precisavam ir para fora das cidades e vilas em determinados períodos senão, seriam mortos em um dos apelos na cidade de Jerusalém, (se não abandonarem suas casas, seu destino será como Deir Yassin, salve-se você mesmo.).

Os rumores era o método usado para a expulsão de palestinos pelo terrorismo sionista, isso é mostrado por Yigal Alon (em Sefer Hppelmak:

O objetivo era limpar Al Jalil AL Aala, antes do fim do mandato britânico e a entrada dos exércitos árabes, e as batalhas eram longas e teriam enfraquecido as forças do Palmach e causaram grandes perdas.

Por isso usou uma série de rumores e disse que coletou os líderes judeus, que tinham contatos com os árabes em aldeias diferentes e pediu para sussurrarem nos ouvidos dos árabes, que grandes reforços chegariam à AL Jalil, e eles iriam queimar todas as aldeias do Vale do Hula.

Os líderes da aldeia teriam que advertir os árabes como seus amigos que seria melhor fugir e sobreviver na hora certa e, assim, espalhou o boato em todo o Hula, e houve um êxodo em massa e o número de pessoas que fugiram foi incontável¹²⁴. Fonte (Sharif Quenaaná - Diáspora Palestina, migração ou deslocamento. Centro do Palestino).

E outras técnicas são o estilo de propaganda negra. Quem usou este método foi Moshe Dayan, que sucedeu Yigal Alon na liderança do setor sul, especialmente, quando os sionistas quiseram evacuar os árabes de Majdal, no sentido da Faixa de Gaza. Ele usou o mesmo método e meios de pressão que foram usados antes. Foi à expulsão da Busca por meio de colocar medo nos corações dos palestinos como a fala: “só Deus sabe o que vai acontecer com você se ficar aqui”. Anúncios sobre operações de expulsão iminentes e o uso de diferentes tipos de trabalho e restrições de circulação, bem como alguns incentivos, como exibir uma troca de terrenos por uma quantia generosa de dinheiro¹²⁵.

¹²⁴ -Sharif Kanaan – Diaspora palestina ,migração ou deslocamento- centro da palestina.

¹²⁵ -Reconciliação –Nourdin , a expulsão dos palestinos e o conceito de transferência e do pensamento e o planejamento sionista- 1948-1949- Instituto de estudos palestinos.

Quinto: O método de demolição e destruição de casas e destruição de propriedades:

Como Implementação de planos e propostas dos esforços sionistas para conquistar a terra, limpa da população dos palestinos, o terrorismo teve o método de cercar as pequenas cidades árabes por três lados, mantendo uma saída livre das forças sionistas, permitindo a fuga dos árabes.

Esse plano foi colocado em 1942 e formalmente aprovado no décimo dia do mês de Março do ano 1948, com uma estratégia ofensiva contra os palestinos resumida na conquista dos pontos, as principais estradas da Palestina, e a expansão do Estado judeu para além das fronteiras da partição. A expulsão de muitos palestinos era um dos principais objetivos do plano, como também era a necessidade de ocupação das aldeias e cidades palestinas e mantê-las conquistadas ou apagá-las da face da terra¹²⁶.

Este plano foi implementado efetivamente em abril de 1948. O exército lançou ofensivas contra civis nas grandes cidades, lançou ataques durante a noite, e a realização de atentados e destruição aleatórios de casas e aldeias, matando agricultores no campo, entre outros métodos de violência e terror, como a queimação e detonação.

O resultado disso foi à saída de dezenas de milhares de suas casas e tornaram-se refugiados. Assim alternaram todos os modos e formas de terrorismo, dos massacres até as operações militares e pressão psicológica, fazendo com que milhares de palestinos deixassem suas terras e suas casas e tornando-se deslocados. Isso pode ser explicado da seguinte forma¹²⁷:

¹²⁶ -Benny Morris , a expulsão dos palestinos e o nascimento do problema dos refugiados documento israelense- editora da Al jalil para Estudos Palestinos.

¹²⁷ -diáspora Palestina,Imigração ou deslocamento-centro dos refugiados e da diáspora palestina- Sharif Kanaan

1. As operações militares contribuíram pelas gangues Haganah nas aldeias e cidades palestinas, diretamente ou nas proximidades com cerca de 55% dos deslocamentos.
2. As operações militares das forças judaicas dissidentes (como o Irgun e o Lehi e Atzl) afetaram aproximadamente 15% do deslocamento, isso significa que todas as operações militares contribuíram para a expulsão e deslocamento de 70% dos palestinos.
3. As ordens de instituições árabes, formal e informal, 5%
4. Campanhas de boatos e publicidade, ou seja, guerra psicológica, 1%
5. Ordens diretas pelas tropas israelenses, 1%
6. Medo de represálias dos judeus, especialmente após o ataque dos árabes aos judeus, 1%
7. O surgimento de forças irregulares de fora das cidades pequenas, 1%
8. O medo do ataque dos exércitos árabes regulares, 1%
9. Aldeias isoladas no meio de áreas judaicas, 1%
10. Recorrer a considerações locais diferentes, e um medo do futuro desconhecido, 19%

(Fonte Sharif Kanaana, diáspora Palestina, imigração ou deslocamento, centro dos Refugiados e da Diáspora palestina.

Sexto: Resultados do deslocamento:

E Assim foi formada a questão palestina em todos os componentes de recursos humanos, morais e políticos. Após a data de 1948, ou como é chamado de catástrofe, mudou a face da terra que é suposto aos olhos dos palestinos, a terra

não é mais a terra e a vida não é a vida, e até as faces normais se espalharam pelo mundo.

A catástrofe trouxe muitas conseqüências trágicas em várias frentes sofridas pelos palestinos por muitos anos que se passaram e ainda sofrem, e se determinarmos as conseqüências da catástrofe é mais profundo do que isso, ou é incalculável. Mas pode ser resumido nos seguintes pontos:

1 - em nível de terra:

Os Sionistas estupraram cerca de 78% das terras históricas da Palestina depois da resolução 181 do Conselho sobre a partilha da Palestina em dois estados, um judeu e um palestino, esta resolução foi aprovada para criar o Estado Israelense em 56% das terras palestinas. Esta expansão foi causada pelos sionistas ocupando o resto dos territórios palestinos pela força das armas.

Já o restante das terras, 22% da área histórica da Palestina histórica foi dividida em duas partes, Cisjordânia e Faixa de Gaza, e foram colocados sob o governo da Jordânia e do Egito.

O estabelecimento da entidade sionista na terra palestina resultou na eliminação de mais de 500 vilarejos palestinos da face da Terra e na deportação de seus habitantes destas aldeias. A maior parte destas cidades foi abandonada pela sua população por causa da expulsão direta ou indireta, por parte das forças sionistas.

2 - em nível da população:

Os palestinos foram expulsos de suas terras e deslocados de suas casas e ficaram longe de seus meios de subsistência. Mais de um milhão de palestinos tornaram-se refugiados espalhados pelo mundo para serem substituídos por pessoas que vieram de partes diferentes da terra, e de várias nacionalidades para

se estabelecerem na Palestina. Os palestinos se juntaram em campos de refugiados nos países vizinhos para viver uma vida de humilhação e esperar para ver o que o mundo faz por eles ao invés de trabalhar nos meios de subsistência, que tiveram que abandonar e agora esperam uma vida decente para eles.

3 - em nível político:

Os palestinos foram proibidos depois da catástrofe da existência de um quadro político a favor deles. As terras foram roubadas e a população foi deslocada e a decisão política foi distribuída, mas os palestinos conseguiram em 1964, a criação de uma entidade política, e se uniram por um quadro comum na sua luta para voltar e conseguir justiça e seus direitos legítimos e justos.

A criação da agência de ajuda aos refugiados Palestinos:

Direito de retorno:

A Resolução n^o 194¹²⁸ emitida pela Assembléia Geral das convenções da ONU sobre os direitos humanos e princípios humanitários e as leis sobre os refugiados palestinos são todos construídos com base que os Palestinos têm direitos humanos, como todos os povos:

1 - O direito de retorno é um direito natural, humanitário e absoluto, pessoal e coletivo, material e moral, regional e nacional, herdado para todas as crianças, mesmo aquelas que nasceram em outros países refugiados. Esse direito não é negociável ou substituível ou compensável, e não aceito a retalho ou a mutilação ou disfarce e não pode ser vinculado há um tempo específico.

Depende também, do direito de propriedade privada que não desaparece com a ocupação, e não pode estar sujeito a restrições contrárias ou incompatíveis com o que está nas cartas dos direitos humanos internacionais e as leis

¹²⁸ -Ver texto da resolução 194- Anexo XXIII

internacionais humanitárias. Não pode sofrer distorção sob a bandeira do direito à autodeterminação, é o direito dos indivíduos e dos grupos de retornar à sua terra natal e local de residência histórica onde eles estavam hospedados efetivamente quando ocorreram os atos que foram o motivo do deslocamento.

2 - O direito de regresso é o direito de qualquer indivíduo ou grupo de pessoas, que foram expulsas ou deslocadas ou transferidas de um lugar de suas moradias original ou deslocadas à força ou por própria vontade, ou fugiram dos massacres, da tortura ou ameaça de sair de casa ou de outras áreas ou estavam fora da residência no momento do deslocamento.

3 - no caso da subtração de qualquer terra de qualquer país ou Estado para ocupá-la e aproveitar dela. Portanto, esta terra é propriedade dos habitantes originais antes da ocupação, pois não se podem ocupar terras à força e deve ser de propriedade de todos os cidadãos da pátria mãe, que tem o direito de propriedade dos terrenos retidos e tem o direito de regresso.

4 - não pode, em qualquer caso, a exploração do sofrimento experimentado por qualquer um das pessoas que tem o direito de retorno para ter a aprovação de qualquer deles a renunciar o seu direito de regresso, por sua incompetência, até porque uma pessoa não pode fazer essa escolha pelos filhos que não podem ser condenados ao Deslocamento com antecedência, ou ficar sem identidade ou Pátria, porque propriedade da pátria é uma propriedade de todos os cidadãos no presente e no futuro.

5 - não é admissível que a comunidade internacional possa abrir mão dos direitos humanos de qualquer grupo e lidar com ele e com os seus membros, de formas diferentes e que outros façam o sacrifício, independentemente das desculpas e razões, como a realidade e preocupações de segurança ou uma força poderosa

em suas terras. Também não pode registrar um precedente na história, permitir, pela primeira vez para legitimar a agressão realizada por gangs e grupos de colonos contra os povos mais vulneráveis, e não podem transformar os agressores após o ataque em entidades, com base da legitimidade de uma força, ao invés de ser com base da legalidade e legitimidade natural.

6 - Hoje, existem algumas sugestões em projetos internacionais para a solução do problema dos refugiados palestinos, no âmbito de resolver uma ampla crise no Oriente Médio como uma compensação financeira em vez de os Refugiados terem o direito do retorno, que é chamado de estabelecimento.

Essa compensação não pode ser um prêmio. Mas, só uma compensação aos proprietários do direito de regresso em relação aos anos de tormento e sofrimento que devem ser compensados pela sociedade Internacional pela divisão da sua pátria e o estabelecimento de uma pátria ilegal em suas terras, e pela a utilização de suas terras e seu país que foram exploradas há décadas por grupos de invasão, que ocuparam seu país.

Não é em troca da aceitação do re-assentamento ou em troca de ceder o direito de regressar à sua terra natal, a Palestina, e deve ser pago a eles depois de seu retorno à Palestina, uma mão amiga para voltar à vida normal na Palestina. Não é direito de qualquer país ou qualquer outra organização ou pessoa, para trabalhar ou participar de qualquer atividade que conduza a uma negação dá direito de regressar ao seu pleno exercício e acesso aos benefícios a que tem direito nos termos das leis, estatutos e os princípios dos direitos humanos em vigor.

A partir daqui devo concluir, que o direito natural e direito humano é o direito obtido pelo homem e pelos grupos naturais, que tem sido desenvolvido e formaram uma sociedade em uma região normal, através da evolução da história

natural. É um direito que o ser humano ganha por ser um ser humano, que é social pela lógica, e é ligado ao social e ao local, e circulação e retornar a sua família e sua comunidade, sem restrições.

Isso é uma verdade e é incondicional, sem condições, é o direito, é herdado e não é concedido, não falta nada e não é regulamentada por leis. É o direito coletivo é o direito de um grupo como é do indivíduo, e este é o resultado do fato do ser humano ser social por natureza.

É o direito material e moral, é o direito da propriedade da terra, da casa e da pátria, como é o direito de propriedade da identidade e direitos morais de estar em casa, em grupo e na sociedade. A posse da pátria não exige a existência de documentos e títulos para provar, e este direito é estendido para o direito de residência e visitar os locais sagrados e de realizar os rituais em plena liberdade.

É o direito nacional e regional, resultante da comunidade internacional que foi o vencedor na Primeira Guerra Mundial e as forças de ocupação na região árabe, esculpida da Palestina a partir da Grande Síria, em preparação para a entrega aos sionistas.

Isso na conferência de San Ramon, uma conferência na qual foi decidida a implementação do acordo Sykes-Picot, entre a França e a Grã-Bretanha. Quando tiraram a Palestina do mundo árabe e deram a Palestina para gangues e grupos que vieram de todos os cantos da terra, para realizar uma invasão de estabelecimento ilegal e imoral, que resultou em uma contínua ameaça à segurança nacional no Oriente Médio. A violação de todas as normas legais que são impostas aos colonizadores de terra para retornar as terras para os seus proprietários sem faltar nada.

Tudo isso significa que os proprietários da Palestina não são residentes no lugar, e sim os moradores da região árabe que foram expulsos da Palestina, e eles têm os mesmos direitos que tem qualquer cidadão francês do norte da França até o território sul da França, que é sua terra natal. Ele pode reclamar e retornar a terra se ela sofrer uma ocupação, por exemplo, e este é conceito do direito nacional acrescentado ao direito regional.

Aqui devemos lembrar os massacres e torturas realizadas pelos sionistas, que se tornaram conhecidas hoje como o estado de Israel, que foi longe das leis das Nações Unidas e qualquer legitimidade moral. Para ser capaz da expulsão e deslocamento dos habitantes da Palestina, como o massacre de Deir Yassin e outros.

Há necessidade de citar os convênios de legitimidade internacionais impostos pelos vencedores da Segunda Guerra Mundial, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Tratados de Viena de 1949, e as leis internacionais sobre a questão palestina sobre o retorno dos refugiados, em que os textos são claros, diretos e reconhecem este direito de regresso para a Palestina. Não deve ser excluída qualquer pessoa deste direito, independentemente dos pretextos e justificações.

Dar o direito dos proprietários do direito de regresso e re-assentamento no mundo árabe ou em outros lugares, além de ser realmente violento aos direitos humanos e o direito de retorno. Isso vai colocá-los sob a ameaça de atentados e do perigo de lutar e matar indivíduos, ou grupos e tira a segurança deles, que é um dos pontos importantes na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Os massacres de Sabra e Shatila e os eventos do Setembro Negro, e o que os Palestinos sofreram no Iraque que está sob ocupação dos EUA, e os

incidentes do Sudão, Kosovo e muitos eventos em todo o continente africano é uma prova clara sobre isso. Não é do direito de qualquer entidade de colocar grupos humanitários em risco e não pode se aceitar qualquer compromisso de fornecer proteção para qualquer grupo, porque a segurança deve ser natural e espontânea e não pode ser uma proteção artificial que pode ser cancelada em uma noite ou um momento.

A humanidade deve estar ciente de que não pode se desfrutar da paz e da estabilidade no presente e no futuro, enquanto abre mão dos direitos de grupos e pessoas que ficam no sacrifício por outros, tratando de forma diferente, independentemente das desculpas e razões, que se permitir derrubar o direito de regresso.

Isso vai abrir deixar um precedente perigoso na história humanitária, que dá pela primeira vez, a legitimidade para quem faz a agressão que foi realizada por gangs e grupos de colonos contra os povos vulneráveis e faz deles após o ataque, uma entidade legítima, com base na força ao invés da legalidade e da moralidade.

As Convenções e as leis internacionais apoiaram o direito de regresso do povo palestino à sua terra natal. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada e adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, havia notado os direitos do povo palestino e tinha em alguns dos seus artigos: ¹²⁹

1. Artigo 1: Todas as pessoas nascem livres e iguais na dignidade e nos direitos.
2. Artigo 2: Toda pessoa tem direito a todos os direitos e as liberdades proclamados nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie,

¹²⁹ -Arquivos e documentações ,o Ministerio da orietação,

especialmente a discriminação baseada em raça, cor, sexo ou inativo, religião, opinião política, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outro status. Não podem ter discriminação com base na situação política ou da lei ou internacional ou território a que pertença uma pessoa, seja independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.

3. Artigo 3: Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança dela própria.

4. Artigo 13: 1 - Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e de escolha da residência dentro das fronteiras do estado.

2 - Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, incluindo o seu próprio país e tem o direito de regressar ao seu país.

5. Artigo quinze: 2 - não pode arbitrariamente privar qualquer pessoa da sua nacionalidade ou do direito de mudar de nacionalidade.

6. Artigo dezessete: 1 - Toda pessoa tem direito à propriedade, individualmente ou em conjunto com os outros.

2 - Ninguém será privado de sua propriedade a força.

7. Artigo Trinta: Nada na presente Declaração pode ser interpretado como o reconhecimento a qualquer Estado, agrupamento ou indivíduo do direito de exercer qualquer atividade ou qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades citadas aqui.

Já a resolução com o número 194 emitido pela Organização das Nações Unidas em 11 de dezembro de 1948, onde esta decisão tratou do direito de regresso dos refugiados Palestinos (Se os que querem retornar às suas casas e viver em paz com seus vizinhos devem ser autorizados a fazê-lo o mais breve possível) e esta

parte da Resolução n º 194 somos compatíveis com os direitos humanos, embora ele não dissesse quem são os vizinhos.

A Resolução tratou também: “Aqueles que decidem não regressar deveriam ser compensados por bens perdidos ou destruídos, em conformidade com o direito internacional nesta área”. É evidente que esta parte da decisão contrária aos direitos humanos estabelecidos nos conceitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, leva ao estabelecimento dos refugiados palestinos fora da Palestina. Sem poder herdar a terra aos seus filhos e separando-os de suas comunidades e tirar proveito do sofrimento deles impondo eles a aceitar a compensação, e forçá-lo a perder o direito de propriedade de sua terra natal á força, e ameaça à segurança de forma permanente e contínua.

Sétimo: A Agência das Nações Unidas para Assistência e Emprego de Refugiados da Palestina no Oriente:

A agência de salvação e trabalho dos Refugiados Palestinos é a maior agência das Nações Unidas que opera no Oriente Médio, a qual conta com uma equipe de 24.000 funcionários quase que exclusivamente de refugiados palestinos, que estão trabalhando diretamente para beneficiar suas sociedades como professores, médicos, enfermeiros e assistentes sociais.

É uma agência humanitária e de desenvolvimento humano e trabalha para promover a educação e saúde e serviços sociais e de ajuda de emergência á quatro milhões de refugiados que vivem na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, Jordânia, Líbano e Síria.

1 - Criação da agência de Socorro e trabalho aos Refugiados:

Depois do conflito árabe-sionista em 1948, as Nações Unidas fundaram nos termos da Resolução de n.º 302¹³⁰, de 08 de dezembro de 1949: Agência das Nações Unidas para Socorro e trabalho aos Refugiados palestinos no Oriente Médio - UNRWA --- Para efeitos de prestação de assistência direta e arrumar trabalho para os refugiados palestinos. A Agência começou as operações de campo no primeiro de maio de 1950, até o dia de hoje, para arrumar uma solução para o problema dos refugiados Palestinos. A Assembleia Geral das nações unidas reiterou a renovação do mandato da UNRWA.

2 - Financiamento da UNRWA:

O financiamento da UNRWA vem principalmente dos Estados Unidos da América, seguido pela Comissão Européia e do Japão. São uma pena que os países árabes são os menores no mundo a dar uma contribuição para as atividades da UNRWA. O total das contribuições árabes para a UNRWA é de 1,9% do total das contribuições dos Estados, exceto para Os Emirados Árabes Unidos que prestam serviços aos palestinos através do Crescente Vermelho Palestino, além de uma decisão da Liga dos Estados Árabes a contribuir para o orçamento da UNRWA no valor de 8%, mas que não foi implementado até hoje.

3 - o orçamento da UNRWA:

O orçamento anual da UNRWA é de cerca de 350 milhões de dólares, os Estados Unidos pagam mais de 70 milhões de dólares, os países doadores se reúnem anualmente para aprovar o orçamento da UNRWA, e discutir todos os assuntos e problemas relacionados ao seu trabalho.

São gastos 54% do orçamento do UNRWA na educação, e 18% nos serviços de saúde e 10% nos salvamentos e serviços sociais, e 18% nos serviços

¹³⁰ -Texto da resolução 302- Ver Anexo XXV

sociais. Além da assistência, a Agência teve como resultado das circunstâncias e a realidade atual nos territórios ocupados.

4 - Quem é o refugiado da UNRWA:

UNRWA definiu o refugiado palestino como a pessoa que vivia na Palestina durante o período de junho de 1946 até 15 de Maio, quando perdeu sua casa e sua subsistência, como resultado da guerra de 1948. Assim, o refugiado palestino que é elegível para receber assistência da UNRWA, além de seus filhos, em maio de 1951. A UNRWA recebeu uma lista de 950 mil pessoas de outras organizações internacionais, que lida com refugiados palestinos antes da criação da UNRWA.

Existem várias categorias, alguns são refugiados palestinos e deslocados locais. Existem os refugiados de 1948 e seus filhos, e existem os deslocados dentro de Israel e os deslocados como resultado da guerra de 1967. Mas UNRWA sobre os Refugiados da Palestina cobrindo cinco regiões que são: a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, Líbano, Síria e Jordânia.

A UNRWA reduziu o número de refugiados registrados para 68 000 refugiados, após a contagem e verificação e remoção daqueles que não tem direito a qualquer direito de utilizar os serviços da Agência e a remoção dos nomes dos que foram anteriormente registrados ilegalmente. O número de refugiados da guerra de 1948 registrados com os seus filhos é de cerca de 3,8 milhões de refugiados que vivem na Cisjordânia e Gaza, Jordânia, Líbano e na Síria. É a categoria abrangida pelos serviços da UNRWA e há muitos refugiados palestinos que não usufruem dos serviços da UNRWA, porque não são registrados ou estão permanecendo fora da área de operações.

5 - Serviços de educação:

A UNRWA fornece educação, saúde, assistência e serviços sociais aos refugiados elegíveis entre os 4,1 milhões de refugiados palestinos registrados em suas cinco unidades: a Jordânia e a Cisjordânia e Gaza, Síria e Líbano. Há cerca de 1,3 milhões de refugiados, um terço dos refugiados, vivendo em 59 campos de refugiados reconhecidos, os serviços da UNRWA são baseados dentro ou perto desses campos onde existem grandes grupos da população de refugiados.

Ao contrário de outras organizações das Nações Unidas que trabalham com as autoridades locais ou órgãos executores, a UNRWA fornece os seus serviços diretamente para os Refugiados da Palestina, fazendo o planejamento e a execução de atividades e projetos, e cria e gere instalações, como escolas e clínicas.

A Agência Hoje tem o funcionamento e os cuidados de cerca de 900 estabelecimentos, com cerca de 20 funcionários em todos os locais de operações de campo, e com os serviços da UNRWA, tais como educação, e saúde. O tipo de serviços prestados pelo setor público geralmente é da Agência. A agência coopera estreitamente com as autoridades governamentais nas áreas de operações, pois as autoridades fornecem alguns serviços para os refugiados palestinos.

6 - Serviços de Saúde:

A UNRWA fornece cuidados básicos de saúde aos refugiados palestinos, através de uma rede de 125 ambulatorios, incluindo os serviços prestados à assistência médica ambulatorial e de prevenção e controle de doenças e saúde materno-infantil e de aconselhamento sobre planejamento familiar e educação em saúde. UNRWA também oferece atendimento secundário, em particular os casos de emergência e salvar vidas através de acordos contratuais com os hospitais não-

governamentais e privados ou através do pagamento de parte dos custos do tratamento.

Os serviços incluem campos de Saúde Ambiental para os moradores refugiados na tentativa de evacuação das águas residuais e gestão de águas pluviais e fornecimento de água potável, coleta de lixo, eliminação e controle de insetos e roedores.

Estimativas independentes confirmaram que o sistema de saúde na agência é uma dos maiores sistemas em termos econômicos no Oriente Médio.

7 - Serviços de Socorro:

A UNRWA apóia as famílias dos refugiados palestinos que não conseguem suprir suas necessidades, e ajudar a desenvolver a auto-suficiência dos refugiados, através do desenvolvimento social da sociedade.

A UNRWA fornece ajuda material e financeira direta, incluindo os alimentos para as famílias com dificuldades especiais, e as famílias pobres que não têm meios suficientes para cobrir as necessidades de alimento, abrigo e outras principais necessidades. A UNRWA fornece apoio técnico e financeiro às associações de mulheres e centros de reabilitação social que é gerenciado localmente e oferece uma gama de serviços aos refugiados através de 108 programas, e esta diretoria também estima os serviços da UNRWA continuamente.

8 - Serviços de Empréstimo:

O objetivo do micro-crédito para as pequenas empresas é oferecer oportunidades de emprego e facilitar a renda para os refugiados e os moradores palestinos através da expansão para o desenvolvimento de pequenas e médias empresas através de empréstimos de capital eficiente com baixa taxa de juros para fins comerciais.

Permitem também, crédito aos setores da economia formal e informal, o objetivo foi também incentivar a produção orientada para a exportação, a fim de aumentar a receita em moeda estrangeira e incentivar a substituição da importação, a fim de melhorar a balança comercial, e aumentar o volume de empréstimos e da expansão do programa para aqueles que não podem ter crédito por causa da incapacidade de pagar a dívida. O objetivo era também de incentivar as mulheres a participar no processo de desenvolvimento econômico e o objetivo era a continuidade do programa através de suas operações de crédito.

9 - serviços de ajuda emergencial:

Durante a guerra Libanesa e o ataque Israelense ao Líbano em 1982, a UNRWA forneceu repetidamente moradia de emergência e cuidados de saúde e alimentação para milhares de refugiados e pessoas deslocadas e fugitivas. Durante a primeira Intifada (1987 - 1993) na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, a UNRWA forneceu cuidados emergenciais de saúde para os feridos, e comida para os refugiados e outros que moram nas duas regiões. A UNRWA também forneceu tendas, cobertores e comida para os refugiados no frio forte do Inverno na região.

Desde setembro de 2000, a UNRWA fornece assistência emergencial para milhares de refugiados do conflito na Palestina.

10 - Serviços de programas especiais:

A UNRWA executa de forma contínua projetos especiais para desenvolver a infra-estrutura da Agência e os campos de refugiados, ou atividades específicas no âmbito dos programas da UNRWA normal. Esse projeto inclui os trabalhos em Neirab, na Síria e transferência dos refugiados do acampamento do Canadá, para o novo projeto habitacional em Tel-Sultan em Rafah, sul de Gaza, e entre 1993 e 1999.

Foram implementados vários projetos no âmbito do programa de implementação do acordo de paz, que foi lançada na seqüência da assinatura da Declaração de Princípios da Palestina e Israel. A UNRWA recebeu cerca de 310,9 milhões de dólares em contribuições e compromissos para 654 projetos.

Por iniciativa da UNRWA e da União Européia para contribuir para o desenvolvimento da infra-estrutura e estrutura de saúde palestina, foi construído o Hospital de Gaza, que contém 232 camas perto da cidade de Khan Yunes, na Faixa de Gaza em 1996 e foi recebida pela Autoridade Palestina em 1999. Foram inaugurados ambulatorios e clínicas em Julho de 2000 com a doação do dinheiro necessário da União Européia e os estados membros.

A UNRWA tem acordos de arte há muito tempo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e da organização mundial de saúde, que ajuda a Agência com profissionais para a sua aprendizagem nos programas educacionais e de saúde. Além disso, a maioria do pessoal internacional da UNRWA recebe os seus direitos da sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York. A UNRWA recebe os suprimentos médicos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Fundo das Nações Unidas para a População.

A UNRWA e o Alto Escritório das Nações Unidas para os Refugiados são as agências das Nações Unidas para os interesses nos assuntos de refugiados, na realidade. Os refugiados palestinos dentro da área de operações de campo da UNRWA estão sob os cuidados da UNRWA, enquanto os refugiados fora da área da UNRWA estão sob os cuidados do Alto Comissário da ONU para os Refugiados.

Há um registro antigo de cooperação entre a UNRWA e o Alto Comissariado das Nações para os Refugiados para ajudar a resolver os problemas

dos refugiados Palestinos que vivem fora da área de operações de campo da UNRWA.

11 - Acusações:

Apesar de a UNRWA ser uma agência humanitária que é limitada nos seus serviços, às áreas de educação, saúde, assistência e serviços sociais, não interfere em qualquer questão política, mas (Peter Hans) dinamarquês e Comissário-Geral da Agência de Ghus e ajuda ao trabalho dos Refugiados Palestinos (UNRWA) atacou em muitas declarações à imprensa, as agressões aos palestinos, descrevendo a situação nos territórios palestinos com muita crítica, indicando que há uma deterioração das condições de vida.

Hans perguntou, em entrevista publicada em um jornal ¹³¹ (a Constituição da Jordânia) Quanto tempo essa situação pode continuar? Os refugiados palestinos conseguem em suas cidades, aldeias e campos suportar mais sofrimento?

Quando Israel cometeu um massacre de Jenin, o comissário-geral da UNRWA que as forças armadas israelenses lançaram um campo de batalha infernal entre os civis nos campos de Balata e Jenin, e disse ter informações sobre as barbáries reais cometidas por Israel.

12 - dificuldades encontradas no trabalho da UNRWA:

Temos que lembrar que a cercarão imposta pela ocupação israelita impôs uma série de dificuldades para UNRWA para realizar suas funções. Há muitas pessoas da agência que foi morto pelo exército sionista, que fez Hans afirmar:

Que a esperança de alcançar a paz na Palestina caiu, e que a política de matança e procedimentos baseados nas barreiras que impedem os trabalhadores de UNRWA na prestação de serviços para os palestinos é inaceitável. (Arquivos e documentos de Ministério da orientação nacional.)

¹³¹-jornal AL destour –Jordânia

Ele disse: “Muitos de nossos funcionários não têm acesso a seus locais de trabalho nos centros de saúde e clínicas e escolas e universidades e isso tem efeito claro nos serviços prestados para os Refugiados”. (Arquivos da secretaria da cultura de OLP)

Hans disse ainda que, Israel não impôs uma entrada direta de caminhões da UNRWA para os territórios palestinos, mas eles colocam obstáculos para a passagem nos postos de fronteira e exigem a descarga de todos os produtos de milhares de toneladas a serem inspecionados. O mesmo autor acima afirmou que “em todos os países do mundo há confiança nas Nações Unidas, para dar livre passagem de seus caminhões, que trazem ajuda de emergência, e para UNRWA nunca aconteceu, essa confiança se abalou”.

Devido às declarações anti-Israel feitas por Hans, de tempos em tempos, e devido a sua tolerância com alguns dos funcionários da UNRWA que penduram banners pró-palestina na sede da UNRWA, os Estados Unidos ameaçaram Peter Hans diretamente e ameaçou cortar ajuda para a UNRWA, o que fez Hans baixar o tom em suas declarações e emitiu ordens ao pessoal da Agência para tirar os slogans das paredes que irritam a América na sede da UNRWA.

Uma das dificuldades enfrentadas pela agência foi anunciada por um funcionário do governo israelense em um comunicado à imprensa em maio de 2009, que Israel faz uma intensa campanha nos Estados Unidos para ter a ajuda dos funcionários da UNRWA na denúncia de militantes palestinos e ajudar a parar os ataques suicidas. Ainda alegou que a UNRWA ignora os atos de resistência dos palestinos nos campos de refugiados.

A resposta foi de um funcionário da agência que a agência já relata qualquer ato ruim em sua instalação, ele confirmou também que a UNRWA é uma

agência de assistência social e não uma entidade política, por isso eles tentam continuar como neutros.

Tem sido especulado na imprensa recentemente, que a UNRWA deixou de dar sua assistência a um milhão de refugiados palestinos por causa da falta de potencial como cestas básicas e os estoques de alimentos e os fundos do programa estariam acabando.

Assim que esses relatórios apareceram, as dúvidas e desconfianças têm aumentado sobre as razões para esta notícia, mas Peter Hans, comissário geral da agência, disse que a UNRWA lançou um apelo à comunidade internacional em meados de dezembro de 2002, para conseguir 94 milhões de dólares.

Mas a UNRWA só conseguiu 2% deste montante. Isso foi um grande choque, forçando a UNRWA a parar programas de emergência para mais de um milhão de palestinos, quem irá suportar as conseqüências é o mundo e não um determinado país-específico.

Em uma entrevista para o Islã Online Adnan Abu Hassana, presidente do departamento de mídia visual e de áudio da organização de ajuda aos refugiados:

Para aqueles que pedem a paz na região, eles devem estar cientes o que é exatamente a UNRWA parar de alimentar centenas de milhares de famílias palestinas, que de acordo com o censo do UNRWA são 235 000 famílias que recebem ajuda alimentar regularmente, além de centenas de milhares de trabalhadores desempregados, que a UNRWA achou para eles uma fonte de renda, e significa que também para a vacinação de centenas de crianças e bebês e programas sociais fornecidos pela UNRWA nas circunstâncias difíceis¹³².

Esta não foi a primeira vez que a UNRWA sofreu com a sua incapacidade, após a conferência de Oslo de 1993. Ela anunciou à alta percentagem de déficit no

¹³² -A Fonte reconciliação Nouredine, a expulsão dos palestinos conceitos de transferência e o pensamento de planejamento sionista 1948-1982, fundação de Estudos da Palestina.

balanço, o que levou a redução dos serviços para os refugiados palestinos. Mas isso foi recebido com protestos pelos refugiados que começaram a se sentir abandonados.

Capítulo VI

VI - 1: Organização de libertação da Palestina:

A organização de libertação é uma organização política semi militar reconhecida pelas Nações Unidas e pela Liga Árabe como o único representante legítimo do povo palestino na Palestina e fora da Palestina. A organização de libertação Palestina foi fundada em 1964¹³³, depois da primeira conferência de palestinos em Jerusalém, como resultado de uma decisão da conferência árabe em sua reunião realizada em 1964, para a representação dos palestinos nas instâncias internacionais e que inclui a maioria das facções e partidos Palestinos sob a sua bandeira.

O Presidente do Comitê Executivo da Organização de Libertação da Palestina é o presidente da Palestina e o povo da Palestina nos territórios controlados pela Autoridade Palestina na Cisjordânia e na Faixa de Gaza e da Palestina refugiados.

O propósito do início da organização de Libertação da Palestina através da luta armada, mas a organização de libertação da palestina adotou uma idéia de criar um Estado democrático dentro das fronteiras históricas da Palestina. Isso foi em 1974 no âmbito de um programa faseado do Conselho Nacional Palestino, algumas facções palestinas se opuseram a este programa que depois formaram a Frente de rejeição Palestina mais tarde.

¹³³ - A parte do Livro “os problemas decorrentes da causa palestina” Dr. Ahmed Ghanem haaft-

Em 1988, a organização de libertação da palestina adotou oficialmente a idéia de criar dois países na histórica terra da Palestina, e viver lado a lado com o povo de Israel, como parte de um plano de paz global, que garante o retorno dos refugiados palestinos e a criação de Estado palestino na Palestina ocupada, em 1967, isto é, na Cisjordânia e na Faixa de Gaza e a capital da Palestina seria Jerusalém do leste.

Em 1993, O falecido guerreiro Yasser Arafat tomou um passo corajoso através do reconhecimento de Israel, enviando uma carta ao primeiro-ministro de Israel na época, Isaac Rabin, em resposta a esta iniciativa, Israel reconheceu a organização de libertação da palestina como único representante legítimo do povo palestino. O resultado disso foi à criação da Autoridade Nacional Palestina na Cisjordânia e Faixa de Gaza, que é um dos resultados do acordo de Oslo entre Israel e a organização de libertação da palestina.

1 - a fase de estabelecimento:

Os palestinos eram representados na Liga dos Estados Árabes, desde a fundação da Liga Árabe em 1945, apesar de ter caído sob a autoridade do Mandato Britânico. Quem representava a Palestina neste tempo era (Musa El Alami e depois Abdul Karim El Alami e depois Ahmed Shukairy mais tarde.).

Realizou-se a Conferência da Cúpula Árabe em 1964 que foi convocada pelo falecido presidente Jamal Abdel Nasser. A organização de libertação da palestina foi fundada para representar a vontade do povo submetido à injustiça e ao deslocamento e para que tenha uma entidade Palestina que possa pedir seus direitos e ter o direito de autodeterminação, a Conferência solicitou ao representante

da Palestina na época ,Ahmed Shukairy¹³⁴, a ligação para os Palestinos para apresentar um relatório a ser exibido à cúpula árabe, realizada no dia seguinte.

Assim, Ahmed El Chocarei visitou os países árabes e entrou em contato com os refugiados Palestinos nesses países, e foram colocados os projetos de união nacional e do Estatuto da organização de libertação da palestina durante esta e ficou decidido convocar uma conferência geral.

Shukairy nomeou as comissões preparatórias da Conferência e estes por sua vez, relacionaram os nomes dos candidatos para serem membros da primeira conferência palestina que foi realizada em Jerusalém, entre 28 de Março e 02 de junho de 1964, e que foi inaugurado pelo Rei Hussein Ibn Talal da Jordânia.

A conferência ficou conhecida como o nome do Primeiro Conselho Nacional Palestino. A delegação da Conferência elegeu Ahmed Shukairy como seu presidente, e foi anunciada a criação da organização de libertação da palestina. Aprovou a Carta Nacional e as regras base de Constituição da organização de libertação da palestina.

Shukairy foi eleito presidente do Comitê Executivo da organização de libertação da palestina. A Conferência pediu para Shukairy selecionar os quinze membros fixos do Comitê, e também decidiu preparar o povo palestino para a luta armada para a libertação da Palestina, e a criação do Fundo Nacional Palestino, a conferência foi concluída com a seguinte declaração:

Com a fé do direito do povo palestino em sua pátria sagrada em sua terra da Palestina e afirmando a batalha inevitável da parte que foi roubada do povo, e pela determinação e insistência para destacar o seu ser revolucionário e eficaz, seu potencial e força militar, material e espiritual, e como uma realização de um desejo da nação árabe representadas nas decisões da Liga Árabe e da primeira conferência árabe¹³⁵.

¹³⁴ - Primeiro Presidente d OLP

¹³⁵ - Ver texto da carta nacional da OLP - anexo XXVII

(Ficheiro documentos palestina 1950-1969, o Ministério da Orientação, c.1, p.1275-1278)

Declaramos as bênçãos de Deus, em nome da primeira conferência palestina árabe realizada na cidade de Jerusalém em 28 de maio de 1964:

1 – A criação da organização de libertação da palestina com as forças do povo palestino árabe para lutar na batalha de libertação, como um escudo para os direitos e desejos dos povos da Palestina, e como um caminho para a vitória.

2 - A ratificação da Carta Nacional da Organização de Libertação da Palestina, constituído por 29 itens.

3 – A ratificação do Estatuto base que tem um número de 31 itens e a regra interna do Conselho Nacional e o Fundo Nacional Palestino.

4 - Eleição de Shukairy como presidente do Comitê Executivo da organização de libertação da palestina, e encarregá-lo de selecionar os quinze membros do Comitê Executivo.

5 – A Conferência se tornou com seus 397 membros o primeiro da organização de libertação da palestina.

2 – Departamentos da Organização de Libertação da Palestina:

1 - Departamento Político.

2- Departamento Militar.

3 - Departamento do Fundo Nacional Palestino.

4 – Departamento dos interesses da pátria ocupada.

5 - Departamento de Educação e Ensino Superior.

6 - Departamento de Relações Nacionais.

7 - Departamento de Informação e Cultura.

8 - Departamento de Organização Popular.

- 9 - Departamentos de Assuntos Sociais
- 10 - Departamentos de Assuntos Administrativos
- 11 – Departamento de Negociações.
- 12 - Departamentos de Assuntos dos Refugiados

3 - Grupos da Organização de Libertação da Palestina:

Na classificação dos grupos Palestinos sob a bandeira da Organização de Libertação da Palestina, alguns deles são grandes e alguns são pequenos que não excedem algumas manifestações ou eventos nacionais e oficiais nos territórios ocupados.

Os principais grupos da Organização de Libertação da Palestina são os seguintes:

1 - Movimento de Libertação Nacional Palestino - o Fatah¹³⁶ - que é o primeiro grupo, que disparou o primeiro tiro pela Palestina, isso foi em 01 de janeiro de 1965 e foi presidido pelo falecido Yasser Arafat.

2 - Frente Popular para a Libertação da Palestina, que foi fundada a partir dos restos do Movimento Nacionalista Árabe.

3 – Frente democrática para a Libertação da Palestina, que se separou da Frente Popular para a Libertação da Palestina.

4 - Partido do povo Palestino e foi nomeado o Partido Comunista da Palestina.

5 - Frente de Luta Popular.

6 - A Frente de Libertação da Palestina.

7 - Organização “Al Saeqa” que é um grupo especial do exército.

¹³⁶ - Primeira facção armada foi fundado por Yasser Arrafat-

8 – A frente árabe palestina.

9 – A Frente Árabe de Libertação.

10 – Partido da união Palestina – Fedai.

Deve-se notar aqui que o Movimento de Resistência Islâmica (Hamas e Jihad Islâmica não são dos grupos da organização de libertação da palestina, bem como a Frente Popular para a Libertação da Palestina, liderada por Ahmed Jibril se retirou da Organização de Libertação da Palestina.

3 - os efeitos do revés para o povo palestino:

A Guerra dos Seis Dias, de 1967, teve um grande impacto na organização de libertação da palestina, que era nova quando a guerra começou. Isso levou à criação de novas facções ou grupos palestinos, mais próximos ao pensamento marxista do pensamento nacionalismo árabe.

Como resultado da deterioração do projeto árabe nacional depois da guerra de 1967, os Fedayeen (guerreiros) palestinos começaram a se espalhar e se concentrar em Estados vizinhos da Palestina e, especialmente, Jordânia, Síria e Líbano, e começaram as operações “Fidaeia” a aparecer com freqüência, mas o início dos movimentos de guerrilha “Fedaei” foi do movimento Fatah, liderado pelo falecido Yasser Arafat, em 01 janeiro de 1965.

Com a explosão do Rio Jordão, que Israel começou a convertê-lo, e depois da queda da Cisjordânia e Gaza por Israel e da ocupação completa de todos os territórios palestinos. Mas como havia um grande número de palestinos na Jordânia desde a catástrofe de 1948, e pela proximidade Geográfica da Jordânia e a Palestina, onde tem a mais longa fronteira de terra com Israel. O que levou à concentração chave da organização de libertação da palestina, que continuou até 1971.

4 – A Carta Nacional Palestina:

A Carta Nacional Palestina, que foi anunciada pela primeira vez em 10 de julho de 1968¹³⁷, veio a confirmar as decisões e os princípios e objetivos árabes palestinos, e a partir da primeira conferência palestina que foi realizada em Jerusalém, em 1919, seguido pela conferência em 1922 e depois da Conferência, em 1946, em 28 de Maio de 1964, o Conselho Nacional Palestino cujo nome era a Conferência dos árabes palestinos lançou em sua primeira reunião, realizada em Jerusalém, a Carta Nacional Palestina com base nas resoluções das conferências anteriores, e anunciou a criação da Organização de Libertação da Palestina.

Na quarta sessão do Conselho Nacional Palestino, realizada no Cairo em 10 de Julho de 1968, foi decidido que o nome seria de “Carta Nacional Palestina”. Isso foi aprovado por todos os membros do Conselho e sem qualquer oposição e, portanto, a Carta tornou-se o programa estratégico da luta legítima do povo palestino para libertar a Palestina, toda a Palestina, o que significa que qualquer alteração ou cancelamento de qualquer item, tem de ser em consenso do povo palestino. O proprietário do direito de qualquer alteração, ninguém tinha o direito de qualquer alteração, seja quem for sem o consenso palestino.

Deve-se notar que a organização de libertação da Palestina mudou a Carta Nacional Palestina com a eliminação de 12 itens, de 30 itens da Carta e teve uma alteração parcial de 16 itens. Após o acordo de Oslo em 1993, em uma votação do Conselho Nacional Palestino, com a aprovação de dois terços, esta reunião foi realizada na presença do Presidente Americano Bill Clinton na Cidade de Gaza em 14 de dezembro de 1998.

5- A organização de libertação da Palestina na Jordânia:

¹³⁷ -Texto da carta nacional palestina- Ver anexo XXVI

A relação da organização de libertação da Palestina com muitos países árabes se caracterizou com períodos de tensão e harmonia dependendo das posições políticas destes países ou do desacordo com as políticas da organização de libertação da Palestina. O Reino da Jordânia era um exemplo importante, na maioria dos anos do Rei Hussein Bin Talal. Houve desentendimentos entre a Jordânia e a organização de libertação da Palestina, em alguns períodos chegou ao limite de explosão como ocorreu em 1970 e 1971, que ficou conhecido como "Setembro Negro".

Setembro Negro é o nome que simboliza o mês de Setembro de 1970, o mês em que ocorreram eventos infelizes quando o exército jordaniano entrou em ação sob as instruções do rei Hussein Bin Talal para pôr um limite à existência da organização de libertação da Palestina e as suas facções existentes em cidades jordanianas.

O relacionamento não era bom entre o rei Hussein e o Presidente Jamal Abd El Nasser. Isso deu à organização uma importante força na Jordânia, para mudá-la, e isto também foi adotado pelos vizinhos árabes vizinhas da Jordânia que iriam intervir a favor das organizações palestinas, se ocorrerem um conflito com o exército jordaniano, mas isso não aconteceu, depois, a liderança palestina teve que se retirar de Omã para o interior da Jordânia, no norte, especialmente Ahrag Jerash.

Assim, foi realizada uma conferência no Cairo entre o rei Hussein e o falecido Yasser Arafat e o presidente Jamal Abdel Nasser, alguns dias antes de sua morte, mas o confronto entre as forças da Organização de libertação da Palestina e o governo da Jordânia aconteceu novamente em julho de 1971, o que levou à saída da Organização de libertação da Palestina da Jordânia de uma vez por todas, levando seus os militantes e armas para o Líbano.

Precisa-se dar uma referência à batalha de Al Karmal, que ocorreu em 21 de março de 1968, entre as forças da Organização de libertação da Palestina e o apoio as forças da Jordânia das forças do exército israelita de outro lado. Quando as tropas israelenses tentaram eliminar a presença da guerrilha Fedaeia, na cidade de Al Karama da Jordânia, que era um reduto da Organização de libertação da Palestina no fronteira de Israel, as tropas israelenses atravessaram o rio Jordão a partir de várias direções com o desenvolvimento de pontes e com uma força aérea grande.

As tropas do exército jordaniano e as forças da Organização de libertação da Palestina se defenderam das tropas Israelenses na cidade de Al Karama na linha de frente com teimosia, onde bateram de frente com o exército de Israel, numa batalha feroz de 16 horas, forçando Israel á retirada completa do campo de batalha, deixando para trás pela primeira vez as perdas e mortos sem poder retirar nada. As forças jordanianas e da Organização de libertação da Palestina conseguiram nesta batalha, a vitória e impedir a realização dos objetivos de Israel, isso tudo foi antes do setembro negro.

6 - Organização de Libertação da Palestina, no Líbano:

Uma guerra civil ocorreu no Líbano entre diferentes partidos libaneses depois da expulsão das forças da Organização de Libertação da Palestina da Jordânia em 1971, e a estabilização dos Palestinos no Líbano onde tiveram um papel fundamental. A direita do Líbano rejeitou a presença palestina no Líbano, que lançou as bases do acordo do Cairo em 1969, mas o grupo da esquerda do Líbano na guerra Libanesa apoiou os palestinos, guerra essa, que alguns consideraram uma guerra entre os libaneses e os palestinos.

Em 13 abril de 1975, as milícias atacaram o Partido de Kataeb da direita do Líbano. Um ônibus que transportava os palestinos foi à primeira fâsca para iniciar a guerra no Líbano, pois o Movimento Nacional Libanês se aliou com a Organização de libertação da Palestina e tomou cerca de 70% do território do Líbano em abril de 1976. Em Julho do mesmo ano, as forças do exército sírio se movimentaram com as forças de direita e recuperou o controle da maior parte das terras que estavam sob o controle das forças aliadas.

Mas em 14 de Fevereiro de 1978, os soldados israelenses invadiram o sul do Líbano, para encontrar uma zona de isolamento da largura de 10 quilômetros no fundo do território libanês, e facilmente invadiu o sul e rapidamente ocuparam 10% do sul do Líbano.

A Organização de libertação da Palestina saiu do Líbano em 1982 para a Tunísia e outros países árabes após a invasão israelense no Líbano com a guerra que eclodiu entre 1985 e 1988, onde os restos de guerrilheiros da Organização de libertação da Palestina em campos no Líbano tiveram um papel importante.

Ronald Reagan, ex presidente Americano, ofereceu garantias pessoais aos combatentes palestinos de preservar suas famílias se forem para a Tunísia, e Israel teve que aprovar a saída de militantes palestinos, sob a proteção de painel internacional de 800 marines Americanas e 800 soldados da França, e 400 da Itália, e saíram sob a proteção dessas forças 14 614 combatentes palestinos, a partir de Beirute para a Síria e vários países árabes, sob bombardeio israelense, apesar de proteção internacional, enquanto a liderança palestina foi para a Tunísia.

7 - a Organização de libertação da Palestina e a Cúpula Árabe em Rabat, em 1974:

A conferência da Cúpula da Liga Árabe, realizada em 1974, é considerada um ponto marco histórico na marcha da luta da Organização de libertação da Palestina. Em geral, foi emitida uma resolução da cúpula árabe na qual diz que a Organização de libertação da Palestina é o único representante do povo palestino, o que lhe permitiu ter um assento observador nas Nações Unidas e falar em nome do povo palestino nos fóruns Internacionais.

8 - Organização de Libertação da Palestina na Tunísia, após a saída de Beirute:

A Tunísia recebeu o falecido guerreiro Yasser Arafat, em 10 de agosto de 1982, depois que ele deixou Beirute com as forças da Organização de libertação da Palestina sob o cerco israelense na cidade de Beirute. Este é o papel desempenhado pela Tunísia no contexto árabe, especialmente após a transferência da sede da Liga Árabe do Cairo para a capital da Tunísia depois do Egito assinar o acordo de Camp David com a entidade sionista.

Durante os anos de 1985 e 1988 e 1991, Israel lançou diversos ataques na sede da Organização de libertação da Palestina na capital da Tunísia, assassinando o segundo homem da Organização de libertação da Palestina. O falecido guerreiro Khalil AL-Wazir. A liderança Palestina permaneceu por dez anos antes de se mudar para a Cisjordânia e a Faixa de Gaza após a assinatura do acordo de Oslo em 1993.

9 - A Intifada das pedras e a Organização de libertação da Palestina:

A Organização de libertação da Palestina junto com outros grupos de resistência iniciou a Intifada (Revolta) de pedras em 1987, que restaurou a questão palestina para a agenda internacional mais uma vez, após anos de negligência como resultado político da saída da Organização de libertação da Palestina de Beirute e

da dispersão das suas forças em vários países árabes. Os resultados desta intifada, além de danos materiais causados da Intifada para Israel, é o medo e dos Israelenses da juventude palestina e que esta revolta restabeleceu a possibilidade de resistência armada ao topo das soluções para resolver a questão palestina.

10 - Declaração de Independência do Estado da Palestina, na Argélia, em 1988:

Em 15 de novembro de 1988, realizou-se o Conselho Nacional Palestino, na Argélia em sua seção de número dezenove e que tem sido chamada como a conferência da intifada, onde foi anunciada nesta sessão a independência do Estado da Palestina em parte das terras históricas da Palestina.

Esta Declaração de Independência é chamada do documento da independência da Palestina, em seguida, 105 países do mundo reconheceram essa independência, e a Organização de libertação da Palestina iniciou a nomeação de 70 embaixadores palestinos, em países que reconheceram a independência da Palestina. Deve ser mencionado aqui que o poeta Mahmoud Darwish. Foi quem escreveu a Declaração da Independência e o falecido guerreiro Yasser Arafat foi quem leu.

11 - a Organização de libertação da Palestina e a Guerra do Golfo:

A posição da Organização de libertação da Palestina foi dividida durante a primeira Guerra do Golfo, que eclodiu entre o Iraque e o Irã, entre 1980 e 1988. No início, alguns grupos Palestinos influenciaram para estar mais próximo ao Irã por causa de "slogans" em nome da Revolução Islâmica, que apelou à "libertação" de Jerusalém e à guerra contra o imperialismo e o sionismo. Enquanto alguns grupos mantiveram boas relações com o Iraque, particularmente aqueles que exigem o nacionalismo árabe.

Após a invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990, aconteceu a segunda Guerra do Golfo que eclodiu em 1991, com as forças lideradas pelos Estados Unidos para recuperar o Kuwait. A posição da Organização de libertação da Palestina por unanimidade foi contra a guerra no Iraque. Apesar das diferenças entre a liderança da organização para apoiar e rejeitar os resultados da invasão iraquiana do Kuwait, a Organização de libertação da Palestina votou contra qualquer guerra, contra o Iraque na cúpula árabe de emergência, realizada no Cairo em 1990, ao lado da Jordânia, Iêmen, Sudão e Líbia, afirmando que a guerra contra o Iraque é uma agressão contra a nação árabe.

Deve-se notar que o apoio de alguns líderes da Organização de libertação da Palestina à invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990, levou a graves conseqüências para a Organização de libertação da Palestina e ao povo palestino que vive no Kuwait. Era estimada antes da invasão do Iraque, cerca de 400.000 palestinos residentes, a Organização de libertação da Palestina também perdeu o apoio do Golfo logístico e financeiro durante décadas, e uma grande base Palestina saiu do Kuwait, onde dezenas de milhares de famílias palestinas de trabalhadores saíram de diversas partes do Golfo para a Jordânia e Cisjordânia, Europa e os Estados Unidos.

VI - 2: Organização de Libertação da Palestina e o processo de paz:

As últimas Décadas viram com a crise no Oriente Médio e particularmente após a guerra de junho, ou como é conhecida pela guerra dos seis ou catástrofe. Houve muitas rodadas de negociações para estabelecer a paz. Os acordos foram bem sucedidos no que diz respeito aos acordos assinados entre o Egito e Israel e entre a Jordânia e Israel. Mas nenhum acordo foi alcançado em o núcleo de uma disputa entre os palestinos e os israelenses, e aqui devemos começar com a

resolução do Conselho de Segurança 242¹³⁸, lançado em 20 de novembro de 1967, que foi baseado como o ponto de partida de todos os planos de paz subsequentes, que é a terra em troca da paz.

A Resolução 242 obrigou a retirada das forças israelenses dos territórios ocupados em 1967 e o reconhecimento da soberania e independência de todos os países do Oriente Médio e do direito de viver em paz dentro de fronteiras seguras e reconhecidas, seguras contra a ameaça de ação militar.

A Resolução 242 ficou conhecida com a sua elaboração polêmica em Inglês, em que se afirma na (retirada de Israel de territórios ocupados) e Israel interpreta que isso não significa, necessariamente, toda a terra. Já o lado árabe explicou que o texto se refere a todas as terras, à elaboração da resolução foi feita no Capítulo seis da Carta da ONU. Portanto, é apenas uma recomendação, mas se fosse ao Capítulo sete seria uma obrigação, muitas propostas apontam para a resolução 242.

A resolução 242 também está associada com a resolução 338, exigindo a paralisação da guerra de outubro de 1973, no Yom Kippur, e a implementação da resolução 242 em todas as suas cláusulas.

1 – Acordo de Camp David:

Houve muitos planos de paz desde a guerra de 1967, incluindo um plano de General israelense Alon Egnal de devolver a Cijordânia para a Jordânia, com exceção da área e Wadi AL Ordon que pretende mantê-la para fins defensivos.

Não houve nenhuma evolução importante até a guerra em outubro de 1973, quando as forças egípcias cruzaram o Canal de Suez.

¹³⁸ -Arquivos e documentações ,O Ministerio da Orietação Nacional”OLP”

Nos anos seguintes à guerra, aconteceu um clima de paz entre Egito e Israel, como evidenciado na visita do presidente Anwar Sadat a Jerusalém em novembro de 1977.

O ex-presidente Americano Jimmy Carter investiu no clima prevalecente e em visita, ao Presidente Carter, convidou o presidente egípcio Anwar El Sadat e o ex-primeiro-ministro israelense Menachem Begin, para manter conversações de paz em Camp David, perto de Washington.

As conversas duraram 12 dias e resultou em dois acordos, um se chamou (o quadro de paz no Oriente Médio, que colocou as bases para a paz na resolução 242 do Conselho e que, espera-se que seja uma maneira de resolver o que se chama (o problema Palestino), além do acordo de que um tratado entre Egito e Israel tem de ser realizado em seguida além de um convite para fazer tratados entre Israel e seus vizinhos.

Houve um ponto fraco no primeiro acordo que incluiu (a criação de autoridade de auto-governo) nos territórios palestinos que faria as negociações (da solução final, mas os palestinos não faziam parte do acordo.

O segundo acordo formou um quadro da Convenção, que foi realizada mais tarde, entre o Egito e Israel em 1979, seguido pela retirada Israelense de Sinai.

O acordo incluiu o inédito reconhecimento de Israel pela primeira vez do maior país árabe, o Egito. Este acordo manteve-se forte e contribuiu para fortalecer Israel, Sadat foi assassinado mais tarde, em 1987, a Intifada palestina começou.

2 - a Conferência de Madrid:

Esta conferência foi realizada com o apoio Soviético e Americano para encorajar os países árabes a assinar acordos com Israel iguais o de Camp David. O convite foi para a Síria, o Líbano e a Jordânia, bem como Israel, enquanto os

palestinos participaram através da delegação jordaniana, esta conferência levou á um acordo entre Israel e Jordânia em 1994.

O resultado mais importante da conferência foi que os países árabes começaram a negociar diretamente com Israel. Já os palestinos negociaram com Israel através de negociações secretas que resultaram na assinatura do acordo de Oslo¹³⁹.

3 – As negociações Sírio-Israelenses:

As negociações entre Síria e Israel começaram após a Conferência de Madrid e o pedido da Síria era a retirada de Israel das Colinas de Golã, ocupadas por Israel em 1967.

A resposta de Israel era de que estava disposto a negociar, mas o tempo da saída e o tamanho dependem da aprovação da Síria, na assinatura do tratado de paz, e criação de laços com Israel, assim como depende de realizar um referendo em Israel sobre o assunto. O governo da Síria anunciou naquele tempo que o Primeiro-Ministro Isaac Rabin acordou em 1995, sobre a retirada total das Colinas de Gola. Mas Israel disse que isso era baseado na aceitação síria da normalização, o que foi negado pela Síria. Ocorreram negociações secretas entre personagens não oficiais Israelenses e Sírios em 2006, mas sem sucesso.

Aqui deve ser lembrado que algumas negociações ocorreram entre o Líbano e Israel após a conferência de Madrid, mas não levou a nenhum resultado, devido a diferenças na fronteira, e ninguém espera um acordo entre o Líbano e Israel antes de a Síria e Israel chegarem a um acordo.

4 - O acordo de Oslo:(Texto De Acordo)

¹³⁹ - Arquivos “OLP”Ver Anexo XXVII

As mudanças na palestina desde 1987 e até 1999, e seu impacto sobre o processo de paz:

Primeiro: a Intifada palestina, em 1987:

A causa palestina teve graves e importantes dimensões, desde o início da intifada nos territórios ocupados em Dezembro de 1987, que assumiu a forma de uma revolução popular contra a ocupação. A intifada levou ao desenvolvimento da questão palestina, e chamou a atenção das partes envolvidas no conflito entre os árabes e Israel, bem como a opinião pública mundial.

A Intifada também expressou a determinação do povo palestino de que precisa lutar pelos direitos legítimos do povo palestino.

A Intifada deu para a liderança palestina, seja dentro ou fora de casa, um forte incentivo para oferecer iniciativas para a solução pacífica da causa palestina.

Ela também mostrou a rejeição do povo palestino á ocupação em todas as suas formas e manifestações. Provou que a questão palestina não é apenas uma tentativa de melhorar as condições de vida dos palestinos, como alegado por alguns em Israel, mas expressou o desejo de chegar a uma solução política para a causa palestina.

A Intifada fez surgir muitas questões para todos os interessados na crise no Oriente Médio. Os Estados Árabes começaram dar importância ao problema palestino depois de colocá-los na prateleira à espera de uma posição unificada dos grandes países sobre a crise palestina e a partilha de poder. Assim como apresentou à opinião pública, oficial e popular, a tragédia do povo palestino e seu sofrimento, apesar de todas as tentativas Israelenses de confundir a mídia ou diminuir a importância dos acontecimentos atuais na Palestina.

O povo palestino se impôs ao mundo como nunca se impôs, o reconhecimento efetivo de sua existência como uma entidade e uma pátria nacional e de direitos legítimos e soberanos de criar um país, e nenhuma parte pode ignorar este fato. Isso tem forçado o lado americano a se mover no sentido de resolver a questão palestina.

Em março de 1988, George Shultz, Ministro do exterior Americano na época, anunciou uma iniciativa de paz e visitou algumas capitais da região. No entanto, sua tarefa não teve sucesso e teve vários obstáculos, pois foi contestado por muitos, porque a política Americana não mudou a maneira de resolver a questão palestina posicionando-se sempre a favor de Israel.

Como resultado da Intifada palestina, foi à divisão entre a elite política de Israel, por exemplo, o Partido Trabalhista de Israel começou a chamar a teoria da terra por paz, enquanto o Likud pediu instituição permanente do status atual e tentar conter a Intifada. Ela também levou á uma divisão na estrutura da sociedade Israelense com o surgimento de grupos de que defendem a paz com os palestinos.

Segundo: a decisão da Jordânia de cortar os vínculos jurídicos e administrativos com a Cisjordânia em julho de 1988:

A Jordânia tomou uma decisão em 31 de julho de 1988, de cortar os laços jurídicos e administrativos com a Cisjordânia. Esta decisão significa a separação da Cisjordânia, que estava sob o comando da Jordânia, antes da guerra de 1967. A Jordânia também emitiu várias outras resoluções no quinto dia de Agosto de 1988, para que os palestinos se aposentem.

Podemos dizer que esta resolução é das resoluções mais importantes árabes e mais perigosas, pois elimina a duplicação na representação do povo palestino, e faz com que a organização de libertação da Palestina seja o único

representante do povo palestino. Reforça o papel da organização e também força Israel a aceitar o reconhecimento de fato da organização de libertação da Palestina e tratá-los como responsáveis sobre o povo palestino. A resolução também afirma o apoio da Jordânia ao estabelecimento do Estado palestino independente em solo palestino.

Terceiro: a reunião do Conselho Nacional Palestino e a declaração do Estado da Palestina em novembro de 1988:

O Conselho Nacional Palestino anunciou em 15 de novembro a criação do Estado palestino, e tomou à decisão de formar um governo interino do Estado da Palestina, deixando ao Conselho Nacional, a tarefa de formar um governo de liderança palestina nos territórios palestinos ocupados e fora deles, O Conselho Nacional confirmou a determinação da organização de libertação da Palestina para alcançar uma solução definitiva no conflito árabe-israelense.

Para confirmar isso, o Conselho Nacional convocou uma conferência internacional sobre a paz no Oriente Médio sob supervisão das Nações Unidas e com a participação dos cinco membros permanentes do Conselho e as partes interessadas, incluindo a organização de libertação da Palestina. O Conselho afirmou a necessidade de convocar a Conferência Internacional sobre a base das resoluções do Conselho de Segurança de número 242 e número 338¹⁴⁰, e garantiu os direitos nacionais do povo palestino, principalmente o direito à autodeterminação.

O Conselho exigiu que Israel devesse se retirar de todos os territórios árabes e palestinos ocupados por Israel desde 1967, incluindo a parte árabe de Jerusalém, e anular todos os processos na construção de assentamentos e eliminar as colônias criadas por Israel nos territórios ocupados.

¹⁴⁰ - Texto da resolução 338-

O Conselho enfatizou sobre as relações fortes entre as populações da Jordânia e da Palestina, e a relação entre eles será construída com bases “Konfdrlia” na base da seleção nacional livre dos povos para reforçar os laços históricos e os interesses vitais em comum.

Em resposta à decisão palestina, o primeiro-ministro israelense disse que a declaração de um Estado palestino, é um novo passo na guerra da organização de libertação da Palestina para destruir Israel. A declaração do ministério do exterior israelense disse:

“Israel rejeita fortemente a declaração do estado palestino e acredita que a aprovação da organização de libertação da Palestina para as resoluções do Conselho de Segurança de números 242 e 338, têm como objetivo cobrir a política da organização de libertação da Palestina de adotar uma política de violência¹⁴¹”.

Quarto: As iniciativas de paz e os resultados 1988-1990:

1 - Projeto de paz palestina - em 1988:

A declaração de um Estado palestino e o reconhecimento da Organização de Libertação da Palestina com as resoluções do Conselho de Segurança de números 242 e 338 foram como um movimento claro para a paz.

Também foram incluídas no âmbito do projeto de paz palestino, várias propostas com base na retirada israelense dos territórios palestinos ocupados com a necessidade de colocar os territórios palestinos sob o controle das Nações Unidas para que o povo palestino pudesse exercer o seu direito de autodeterminação. Aconteceu a conferência internacional de paz na presença da Organização de libertação da Palestina e Israel, e todas as partes envolvidas na crise do Oriente Médio.

¹⁴¹ -Instituto de estudos para a palestina –Beirut VI. 4

Então, o discurso do falecido guerreiro presidente Yasser Arafat, na Assembléia Geral das Nações Unidas, em Genebra, veio salientando o projeto palestino para a paz, bem como, reconhecer as decisões das nações Unidas sobre a causa palestina. Como resultado os Estados Unidos mostraram interesse para iniciar o diálogo entre os EUA e a Palestina, que tomou muitas formas, das reuniões mais importantes foram àquelas realizadas na Tunísia, entre os lados Americano e palestino.

2 - A iniciativa Isaac Shamir em maio 1989:

O desenvolvimento da paz no Oriente Médio levou a uma pressão incomum para Israel, o que levou o governo israelense presidido por Isaac Shamir para anunciar a iniciativa, batizada de iniciativa de (Isaac Shamir), onde afirmou a visão israelense para resolver a questão palestina e o governo israelita concordou com a iniciativa de uma maioria de 26 ministros contra seis ministros, e foi da seguinte forma:

- A. A realização de eleições provinciais nos territórios ocupados, na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, que serão divididos para esse fim em dez regiões eleitorais.
- B. Que os palestinos eleitos possam estar negociando com o governo israelense sobre a autonomia.
- C. Os representantes dos palestinos possam negociar com o governo israelense sobre as medidas de uma solução global para os territórios ocupados.
- D. Três anos após a decisão do autogoverno, os palestinos eleitos e o governo israelense podem apresentar as propostas que acham melhores.

- E. Resolver a questão dos refugiados palestinos nos territórios ocupados e pôr fim à guerra entre Israel e seus vizinhos árabes.
- F. Os palestinos fora da Cisjordânia e Faixa de Gaza não podem participar das eleições, e em seguida, nas negociações com o governo israelense.
- G. Recusar a criação de um Estado palestino e não negociar com a Organização de Libertação da Palestina.
- H. O plano leva o Egito e a Jordânia para participar do processo de paz.

A Organização de Libertação da Palestina rejeitou a iniciativa Shamir para as eleições do ponto de vista israelense, bem como a organização considerou que o plano de Shamir tem como objetivo acabar com o isolamento internacional sobre Israel e acabar com a revolta popular no território palestino ocupado, como tinha o objetivo de encontrar uma alternativa de liderança para a liderança da Organização de libertação da Palestina.

3 – Projeto de paz de Yasser Arafat:

Como Resposta à iniciativa de Shamir, a Organização de libertação da Palestina apresentou, em maio de 1989, uma iniciativa que se baseia em¹⁴²:

Retirada parcial israelense de tropas israelense dos territórios ocupados para preparar para as eleições, e pôr um calendário para a retirada total da Cisjordânia e de Gaza durante 27 meses, de forma faseada, e realizar eleições sob supervisão das Nações Unidas, com o regresso dos refugiados às suas casas e fixação de uma data para a criação de um Estado palestino independente).

A resposta israelense veio com as palavras de Isaac Shamir como:¹⁴³

“não sabia nada sobre este projeto e não se importava em saber”.

¹⁴² -Arquivos de OLP

¹⁴³ - Arquivos de OLP

4 – A posição do Egito e os dez pontos projeto:

O Egito se reservou sobre a iniciativa de Shamir, e viu que há certas coisas que devem ser esclarecidas para modificar o plano de Shamir e responder à questão de “Al Lam” e total. Com base nisso, o Egito começou a se mover desde o início. O Egito definiu os esclarecimentos necessários, e quem levou isso foi uma delegação do Congresso Americano que visitou o Egito em 06 de junho de 1989. Ele tinha apresentado nesta iniciativa, uma proposta a fim de satisfazer a disputa entre o projeto israelense e o projeto Palestino. A iniciativa egípcia era composta de dez pontos, são:

1. A necessidade da participação dos cidadãos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, incluindo Jerusalém Oriental, nas eleições, seja para votar ou concorrer a um cargo.
2. A liberdade de expressão política antes e durante as eleições.
3. Aceitar o patrocínio internacional no processo eleitoral.
4. O governo de Israel tem que se comprometer a aceitar os resultados das eleições.
5. O Governo de Israel tem que se comprometer que as eleições são parte dos esforços que não só leva á uma fase temporária, mas também para a solução final, e que todo o esforço depende dos princípios da solução em conformidade com as resoluções 242 e 338 e do princípio da terra pela paz, e ter a garantia de todos os países da região, e um reconhecimento dos direitos políticos dos palestinos.
6. A retirada do exército israelita durante o processo eleitoral em uma distância de pelo menos um quilômetro das sedes das eleições.

7. Impedir a entrada de israelenses na Cisjordânia e Faixa de Gaza no dia da eleição.
8. A preparação para as eleições não pode passar de dois meses, isso deve ser assumido por uma Comissão Palestina-Israelense, os Estados Unidos da América e Israel podem ajudar na criação desta comissão.
9. Os Estados Unidos deve garantir cada um dos pontos anteriores, antes, o anúncio de Israel pelo Governo de Israel.
10. Parar o processo de estabelecimento nos territórios ocupados.

Essa iniciativa gerou uma discordância dentro do governo israelense, pois houve um racha sobre a situação do processo de resolução entre os Partidos Trabalhista e do Likud, onde (Pires), líder do Partido Trabalhista Israelense aceitou oito pontos da iniciativa egípcia, e (Rabin, era mais conservador), já (Mordicai Gur) viu que as conversações com a Organização de libertação da Palestina é um desastre. Já o partido Likud, rejeitou a iniciativa e insistiu em uma fórmula de autogoverno, sem abrir mão da terra.

5 – A posição americana e o plano do Ministro dos Estados Unidos da América (James Baker):

Em meio à posição do lado palestino, do lado israelense e do lado egípcio, os EUA ofereceram um plano de paz apelidado de Plano (James Baker), que é baseado em cinco itens, com vista a conciliar as opiniões dos egípcios e israelenses. Esse plano tem os seguintes itens:

- a) Aprovação do princípio de manter um diálogo palestino e israelense.
- b) A formação da delegação palestina, em consulta com o Egito.

- c) Deixar para Israel a formação da delegação palestina, e participar do diálogo quando perceber e confirmar que a composição da delegação será aceitável para eles.
- d) O diálogo deve ser realizado no Cairo com base nas propostas (iniciativa Shamir em maio de 1989) sobre as eleições nos territórios ocupados.
- e) A possibilidade de uma reunião entre as três partes, quando Egito e Israel concordarem sobre o diálogo. (arquivos de OLP)

O objetivo do Plano Baker era de tomar medidas para iniciar o diálogo Palestino-Israelense, de acordo com a iniciativa de Shamir. Isso significa que a iniciativa de Sharon é à base da solução do ponto de vista dos EUA. O plano diz ainda que seja necessária a aprovação por parte de Israel sobre a formação da delegação palestina, que terá o diálogo, e isso significa de antemão que eles irão determinar quem serão os Palestinos que serão eleitos para manter um diálogo com Israel, principalmente a partir dos territórios palestinos ocupados.

Foi determinada a posição Palestina sobre o Plano de Becker no comunicado final da reunião do Conselho Central da Organização de libertação da Palestina, que foi realizada em Bagdá a partir de 15 a 17 de outubro de 1989, que pediu apoio para o que a Intifada continuasse e não abrisse mão das decisões do conselho nacional Palestino, a iniciativa de paz Palestina e as decisões da cúpula da Casa Branca com a recusa indireta ao plano Baker.

Note-se que há uma grande diferença entre as iniciativas de Israel e da Palestina, que veio do desacordo sobre questões principais que é a conferência internacional, o direito à autodeterminação, à soberania, criação do Estado Palestino e de representação do povo palestino dentro e fora do território Palestino, e

Jerusalém. Com a recusa de Israel sobre as iniciativas de paz e a rejeição palestina sobre a iniciativa de Shamir, e o fracasso dos Estados Unidos no papel de um conciliador entre as duas partes, só aumentou a diferença entre as iniciativas para atingir esse progresso no caminho para a paz.

Quinto: A crise no Golfo, e o impacto na caminhada Palestina rumo à

Paz:

A crise do Golfo veio com a invasão do Iraque ao Kuwait em agosto de 1990, para colocar um ponto final no caminho da paz entre israelenses e palestinos. A posição da Organização de libertação da Palestina foi definida no início da crise a favor do Iraque. Mas o conflito nessa situação com a escalada da crise resultou num caso de confusão nas ações da liderança palestina, e suas declarações públicas, deixando graves efeitos nos territórios palestinos ocupados, onde houve uma Intifada no final de 1987.

Também deixou suas marcas nos palestinos residentes há muitos anos na região do Golfo, e deixou seus vestígios também no apoio do Golfo, que era de cerca de um bilhão de dólares Americanos, desde 1979 e até o surgimento da crise.

1 - as razões pelas quais os palestinos apoiaram o Iraque:

A - na seqüência da vitória do Iraque contra o Irã, em agosto de 1988, o presidente iraquiano Saddam Hussein tentou ser um líder nacionalista, trabalhando na recuperação dos direitos roubados dos árabes. Em primeiro lugar a Libertação da Palestina, e os palestinos responderam favoravelmente com essa visão e, especialmente, com a política de fundo material que foi seguida por alguns líderes palestinos, assim como sua posição na guerra civil no Líbano, e seu apoio aos palestinos na Síria quando algumas milícias cometeram massacres contra os palestinos.

B - A abordagem na mídia de Saddam Hussein para explicar a invasão do Kuwait, foi no sentido de redistribuição da riqueza árabe, e não restringir a alguns que têm tido respostas favoráveis dos palestinos nos territórios ocupados, principalmente, aqueles que sofrem com uma vida de pobreza.

C – Já a parte política do apoio dos palestinos ao Iraque é, desde a saída dos dirigentes palestinos no Líbano, depois da invasão israelense no Líbano em 1982, além da incompatibilidade com a Síria, a Jordânia e a suspensão da adesão do Egito à Liga Árabe. O Iraque se tornou o único lugar onde a Organização de libertação da Palestina pode se comunicar com os povos do mundo, de forma regional e global, e são apoiados politicamente.

D – houve essa determinação dentro da Organização de libertação da Palestina no caso de se manter neutro na crise, possivelmente estará se expondo a tempestades severas como divisões internas e a maior seria uma devastada do Iraque se vencer.

E – Esse apoio veio de várias formas, incluindo:

1. O Estado da Palestina se reserva sobre a resolução para condenar a invasão iraquiana ao Kuwait, exigindo a imediata retirada do Kuwait.
2. O voto de Estado da Palestina na cúpula árabe realizada em 10 de Agosto de 1990 contra a decisão da cúpula de condenar a invasão iraquiana ao Kuwait.
3. As manifestações palestinas nos territórios ocupados em apoio ao Iraque.
4. O Suporte dos líderes de algumas organizações palestinas ao Iraque se mostrando contra a intervenção estrangeira.

5. Por outro lado, em um movimento raro, o Mufti do exército da Libertação da Palestina na Jordânia emitiu uma Fátua “parecer consultivo” do Ministério do Mufti da Jordânia, considerando que cada um que ficar do lado dos Estados Unidos da América e do Ocidente no confronto com o Iraque, um inimigo do Islã e sua morte é permitida.

Apesar de tudo isso, a escalada dos acontecimentos, e a largura de condenação do Mundo e dos Árabes ao Iraque e a composição da coligação internacional, e os Estados do Golfo começando a tomar iniciativas de expulsão de milhares de trabalhadores palestinos, pararem a ajuda que era enviada para a Organização de libertação da Palestina, o discurso da Organização de libertação da Palestina mudou, e sentiu a crise que a cercava e anunciou sua posição sobre a crise no Iraque – Kuwait em 17 de Agosto de 1990, como segue:

1. O princípio básico é que não é permitida a ocupação da terra dos outros pela força.
2. Que apóia uma solução para garantir a segurança do Iraque e do Kuwait e da Arábia Saudita e os países árabes como um todo.
3. Recusa-se que as diferenças Árabes – Árabes se resolvam com a força.
4. As forças militares árabes podem desempenhar um papel na proteção dos direitos de todas as partes e sua dignidade.

2 - O reflexo da posição palestina sobre a crise do Golfo na questão palestina como um todo:

A – A posição sobre a ocupação do território dos outros a força:

A posição da Palestina no início da crise do Iraque - Kuwait para a questão palestina como um todo, onde o terreno foi ocupado, e o povo palestino solicita a

criação do seu próprio estado. A revolução palestina baseia-se na libertação da terra e o povo, por isso veio à carta em meio de uma crise forte com as resoluções do Conselho de Segurança da ilegalidade da ocupação do Kuwait, e levou a um rápido declínio da posição da causa palestina, mas esta retirada não foi perdoada, na opinião de muitos países árabes e ocidentais e os Estados Unidos da América.

B – O reflexo da Intifada nos territórios ocupados:

(1) O conflito de posições entre as lideranças palestinas e as preocupações direcionadas à crise, levou a enfraquecer a intifada e passou a ficar vulneráveis a oscilações com períodos de disputas árabe.

(2) desapareceu a atenção da mídia com a Intifada, em frente à atenção da mídia com a crise do Golfo, e deu uma oportunidade para Israel para apertar o cerco sobre a Intifada, sem a intervenção da opinião pública árabe ou global, assim como a frustração na liderança da Intifada.

C - Implicações na economia palestina:

A economia palestina enfrentou enormes desafios, como resultado da crise do Golfo, incluindo:

1. Cortar a ajuda econômica dos países do Golfo, que representava quase 30% dos recursos econômicos.
2. O retorno de dezenas de milhares de trabalhadores palestinos, que constituía uma das principais fontes de remessas em moeda estrangeira, ao mesmo tempo, que a maioria deles voltou sem o seu dinheiro e bens como resultados da guerra, bem como sua necessidade de procurar um novo trabalho para eles.

3. A posição de Israel sobre os trabalhadores palestinos dentro foi cauteloso com medidas duras contra os trabalhadores palestinos com medo de alguns estarem trabalhando para o Iraque, em Israel.

3 - A reflexão da crise do Golfo sobre a caminhada da paz israelense-Palestina:

Apesar do conflito da situação palestina, e suas implicações, mas a crise do Golfo criou um clima diferente no processo de paz entre árabes e israelenses. Isso beneficiou a organização de Libertação da Palestina, dentro de todo o processo de liquidação, e cercaram o clima de paz no meio da crise do Golfo, cujo resultado foi as seguintes questões:

A – A pressão árabe sobre os Estados Unidos da América para investir na resolução da crise do Golfo, para encontrar uma solução radical para o Oriente Médio com base nas resoluções do Conselho de Segurança e de legitimidade internacional, e houve uma aceitação completa dos Estados Unidos a essa pressão por causa das seguintes razões:

1. A crise do Golfo mostrou que o fato dos Estados Unidos dependerem de Israel apenas como a única grande força no Oriente Médio é equivocado, pois Israel era um problema para os Estados Unidos durante a crise e não os apoiou.
2. Os Estados Unidos da América estava a caminho de reivindicar uma nova ordem mundial para ser uma grande força sozinha no mundo, depois do fim da Guerra Fria, esta liderança requer fundações que dependem dele, uma delas é manter a paz mundial e a segurança internacional.
3. A participação dos países árabes na alheação internacional sob a liderança da América durante a guerra foi marcada pela participação ativa,

com o apoio absoluto e era necessário dar a resposta positiva para a continuação do apoio e da coligação. Isso através da resolução das questões históricas da região é a mais importante entre os países árabes e israelenses.

4. O desejo dos Estados Unidos para acalmar as emoções de raiva dos árabes e absolver a fúria dos árabes como resultado da destruição maciça sofrida pelo Iraque durante a guerra.

B - A posição dos países do Golfo sobre o boicote econômico a Israel mudou e apareceu à vontade de reconsiderar as empresas internacionais que lidam com Israel, e isso veio de forma tão explícita na declaração após uma reunião com ministros das Relações Exteriores do Golfo com os ministros dos Negócios Estrangeiros do Mercado Comum Europeu, na capital da Bélgica - Bruxelas, em 11 de Maio do ano de 1990.

Essa ação foi considerada uma mudança radical na orientação dos estados do Golfo. O que representa uma linha de defesa no conflito entre árabes e israelenses. Apesar disso veio à resposta do Shamir sobre esta iniciativa imediatamente no dia seguinte, no dia 12 de maio de 1991, em um discurso para marcar os vinte e quatro anos, a anexação de Jerusalém como uma capital unificada de Israel, onde ele disse em seu discurso:

“Israel não vai recuar um passo dos territórios ocupados”. O diretor do Gabinete de Shamir descreveu o anúncio dos Estados do Golfo Árabe, a intenção de participar da conferência regional proposta, como observadores que: “a declaração não dá nada para o processo de paz” (arquivos de OLP)

C - ao mesmo tempo, houve uma mudança radical na posição israelense, que assenta em três bases principais são:

- (1) Os acordos de paz têm que ser nas condições de Israel.
- (2) Que Israel deve manter uma elevada capacidade de dissuasão.
- (3) Que Israel deve continuar a manter o equilíbrio estratégico na área o seu favor, especialmente no campo nuclear.

Com essas variáveis começou a aparecer uma chance ou uma oportunidade histórica para mudar o status e alterar a trajetória histórica das relações dos países árabes e israelense na direção da paz, incluindo o benefício na aplicação da nova política dos Estados Unidos da América, na nova ordem mundial. Por isso foram realizadas consultas e decidiu-se convocar a conferência de paz de Madri, em 30 de outubro 1991.

Sexto: A Conferência de Madrid e o processo de paz palestino - Israelense - Outubro 1991:

1 – Com o cessar-fogo na crise do Golfo, intensificaram os esforços internacionais para trazer a paz ao Oriente Médio, e fez com que os E.U. A mostrassem o seu papel para criar a base para a liquidação da situação dos países árabes e israelenses, a fim de alcançar a estabilidade e a segurança na região no futuro.

Por isso, o ministro do exterior Americano (James Baker) fez várias viagens e visitas na região ao longo de setenta dias entre Março e Julho de 1991. Nos quais tentou James Baker durante estas visitas elaborarem um quadro para o avanço do processo de paz, e em alguns casos precisou coordenar com a Rússia e os países europeus, com influência para pôr o projeto final que teve sua imagem final, num projeto Americano para conciliar as posições divergentes das partes envolvidas no conflito e incluem o seguinte:

- A. Os Estados Unidos e a antiga União Soviética assumem a realização de uma conferência de paz que começa com uma cerimônia de abertura, seguido de conversações bilaterais diretas entre Israel e os países árabes ao redor de Israel e entre Israel e os palestinos.
- B. A Conferência se baseia nas Resoluções de números 242 e 338 e cada uma das partes terá que interpretar e explicar como fazê-lo.
- C. A participação de uma delegação conjunta jordaniano-palestina.
- D. A Conferência se reunirá uma vez a cada seis meses, se tal for acordado por Israel e os países árabes, a fim de as partes mostrarem os resultados que foram alcançados.
- E. Um enviado das Nações Unidas irá representar com o status de acompanhamento e observação, sem ter o direito de falar.
- F. O grupo europeu deve enviar um representante que deve ter um trabalho relativamente mais eficaz do que o representante da ONU, mais do que um observador e menos do que os dois países envolvidos na Conferência e pode colocar iniciativas de cooperação econômica.

2 - as diferentes posições da realização da Conferência sobre o caminho de palestinos e israelenses:

A - A posição de Israel ficou definida da seguinte forma:

- A. A exclusão da Organização de libertação da Palestina ou qualquer palestino fora dos territórios ocupados da participação da conferência.
- B. O Ministro do Exterior da Jordânia deve falar em nome dos palestinos.
- C. A rejeição completa de levantar a questão de Jerusalém, na mesa de negociação, pois é a capital eterna de Israel e rejeitar a idéia de divisão, não mostrar nenhuma flexibilidade para isso.

- D. Não voltar para as fronteiras de 1967.
- E. Shamir focou em seu discurso na conferência em 30 de outubro de 1991, sobre medidas provisórias só para o autogoverno para os palestinos, e não a devolução de territórios ocupados, também fez aos jornalistas uma declaração que reflete uma visão estreita, é que é possível o processo de negociação durar dezenas de anos para chegar a uma solução.

1. A posição árabe ficou definida da seguinte forma:

- 1 Aprovar a constituição de uma delegação conjunta da Jordânia e da Palestina, e a não participação da Organização de Libertação da Palestina nesta fase, para ter um papel de referência nas decisões tomadas pela delegação.
2. A cidade de Jerusalém tem que ser uma parte de território em negociação, pois tem um significado especial para os árabes e muçulmanos, ao mesmo tempo o problema de Jerusalém poderia ser deslocado para uma fase posterior das negociações.
3. A adesão às resoluções do Conselho de Segurança da ONU e do princípio da não-aquisição de território pela força das armas e aplicar as resoluções para restaurar as terras ocupadas em 1967 na íntegra.

C – A posição Americana ficou determinada da seguinte forma:

- (1) Tratar às questões processuais que enfrentam o Congresso e deixar as negociações sobre todas as questões para as partes envolvidas.
- (2) Não abrir mão que o quadro de negociação seja com base no seguinte:
 - (A) O princípio da terra pela paz.
 - (B) As resoluções do Conselho de Segurança de números 242 e 338.
 - (C) Resolver o processo de liquidação em etapas.

3 - Reflexões da Conferência sobre a questão palestina:

A - A comunidade internacional e os Estados Unidos e a antiga União Soviética, como um promotor da paz, estavam interessados em encontrar soluções concretas para a causa palestina no mesmo grau de atenção com as outras partes do conflito árabe-israelense.

B - a questão palestina encontrou o ambiente ideal para ir à frente para atingir as metas que desapareceram há muito tempo para estabelecer um Estado palestino. Este movimento foi o segundo na seqüência de Camp David em 1978, que a Autoridade Palestina deixou de aproveitar os seus resultados.

C – O progresso do processo de paz serviu para parar a Intifada nos territórios ocupados palestinos, esperando o resultado das negociações de paz.

D - na seqüência da Conferência de Madrid e no mês de dezembro de 1991 foi anunciada a dissolução da antiga União Soviética e, portanto, Os Estados Unidos da America ficaram sozinhos no processo de paz e os palestinos perderam a sua margem de manobra do lado soviético, o que ajudou na forma rígida de negociação israelense.

Sétimo: O início de negociações diretas entre Israel e Palestina:

1 – A carta de Shamir para delegação negociadora da Palestina em Fevereiro de 1992:

A - quando começaram as negociações diretas entre os palestinos e os israelenses, o Governo de Isaac Shamir, nesse momento, apresentou uma carta que possa definir a posição israelense e sua imaginação que visa à solução definitiva para o estabelecimento do autogoverno palestino na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.

A carta afirmou que se deve trabalhar para construir confiança entre os árabes e os palestinos de um lado, e Israel de outro lado, nos territórios autogovernados. O documento também identificou que a fonte de autogoverno nos territórios ocupados palestinos é Israel, o que significa que o terreno sobre o qual irá cair sob o domínio administrativo palestinos será o território da autoridade israelense e faz parte do território de Israel.

B - As principais observações sobre o documento de Israel são as seguintes:

- (1) ignorar o direito de autodeterminação para o povo palestino e à criação de um Estado palestino.
- (2) O documento não teve qualquer referência às resoluções da ONU.
- (3) O documento não identifica uma concepção clara da etapa final.
- (4) O documento só definiu as competências administrativas para o sistema administrativo do autogoverno palestino.
- (5) Em contrapartida, As negociações pararam por conta das eleições israelenses, que foram ganhas pelo Partido Trabalhista, liderado por Isaac Rabin que tem uma visão muito diferente sobre o processo de paz.

2 – O documento de Isaac Rabin para os negociadores israelenses, em agosto de 1992:

A - com a retomada das negociações entre a Palestina e Israel depois do Partido Trabalhista tomar o poder em Israel, apresentou um documento de trabalho que expressa à posição de Israel e as perspectivas para uma solução pacífica com os palestinos, e tem a seguinte declaração:

1. A natureza do autogoverno palestino na Cisjordânia e na Faixa de Gaza é o conselho administrativo palestino. Portanto, não inclui um corpo legislativo ou um parlamento, tem competência para promulgar leis, mas um órgão administrativo criado com base em eleições gerais legislativas que acontecem na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, de acordo com um calendário específico.
2. As áreas em exercidas pelo Conselho de Administração são de esporte e Juventude, Educação e Assuntos Religiosos, saúde, emprego, impostos, indústria, agricultura e serviços públicos.
3. Israel é a fonte de autoridade para o autogoverno nos territórios palestinos ocupados.
4. A continuação do controle israelense sobre as fontes de água e recursos naturais e segurança pública e ordem pública, política externa e sistema econômico e material.
5. A aplicação de leis Israelenses sobre os colonizadores Judaicos na Cisjordânia e Gaza.

B - As principais observações ao documento:

1. O documento ignorou o texto sobre a retirada das tropas israelenses dos territórios ocupados palestinos e o fim da autoridade do governo militar e a administração civil ligada a ela, e ignorou a questão dos assentamentos e Jerusalém.
2. Israel tem como objetivo através do documento alcançar os seguintes aspectos:
 - (A) Conseguir a máxima segurança aos israelenses.
 - (B) Conter o poder de autogoverno.

(C) Manter a Cisjordânia e a Faixa de Gaza no âmbito da Grande Israel.

(D) Conseguir o controle sobre a água e os recursos naturais.

(E) Cancelar as restrições sobre a expansão da construção de assentamentos para acomodar as operações da imigração sionistas, que estavam aumentando na época.

E com todo o progresso, as negociações falharam novamente com o governo israelense.

3 – O canal secreto de negociações de paz entre israelenses e palestinos. (Oslo):

A - O processo de Paz tinha que começar de qualquer maneira para conseguir os resultados satisfatórios para as partes e aproveitar a oportunidade, e alcançar a paz no Oriente Médio. O Governo da Noruega adotou a idéia de conversações secretas e diferentes das reuniões formais nas negociações de paz publicam, a fim de alcançar o início do acordo, que garante a continuação do processo de paz através de várias reuniões secretas com Israelenses e delegações palestinas em Oslo, capital da Noruega, e chegaram a dois acordos:

(1) O primeiro: se refere ao reconhecimento mútuo entre Israel e a Organização de Libertação da Palestina, este acordo foi assinado no décimo dia do mês de Setembro de 1993, em três cartas de palestinos, Israelenses e Americanas.

(2) O segundo é sobre a declaração de princípios a respeito da paz, que inclui a primeira etapa, o acordo de Gaza – Ariha e foi assinado em 23 de setembro de 1993, com o pleno apoio dos Estados Unidos da America.

B - As principais observações sobre o acordo de Oslo:

(1) é um acordo de princípio que deixou a negociação das anteriores fases subseqüentes de identificar as partes. O lado israelense em sua formulação tomou

cuidado com a remoção de qualquer referência ou resoluções internacionais, de modo que Israel tem o direito de gerir a lógica da negociação, sem dar vantagem aos Palestinos, para falarem de qualquer termo de referência internacional, durante as negociações, mas teve uma rápida referência sobre a resolução 242 no início do contrato.

(2) Apesar de que a Organização de libertação da Palestina abriu mão das cláusulas de sua carta sobre a destruição de Israel, e seu reconhecimento explícito sobre o direito de existir com segurança. No entanto, em contrapartida, Israel não reconheceu os palestinos como um país soberano, deixando seu futuro em aberto, pois o comportamento dos palestinos durante todo o período de transição definiria o futuro. Isso significa que o futuro da Palestina árabe depende do grau da sua adaptação às exigências do futuro da segurança de Israel, e seu papel na consolidação da entidade israelense no meio do mundo árabe muçulmano tão profundo.

(3) O acordo compromete as partes a negociar em muitos dos pontos levantados no próprio acordo, levando a diluição do acordo que pode chegar a um beco sem saída no futuro.

(4) O acordo manteve a questão da soberania de forma não especificada, o que significa a soberania de Israel e o direito de controlar a soberania palestina.

(5) O acordo de não incluiu nada explicitamente sobre suspender assentamentos nos territórios ocupados, e adiou a questão de Jerusalém para começar as negociações finais depois de três anos.

(6) O acordo se refere à soberania de Israel sobre as fontes de água, a fim de ser dividido entre os dois lados, que é uma concessão palestina sobre o direito aos recursos naturais.

C - os principais pontos no Acordo de Oslo e a Declaração de Princípios entre a Organização de libertação da Palestina (OLP) e Israel:

O Acordo de Oslo é composto por 17 artigos e quatro apêndices e um calendário para a implementação do acordo, o acordo fixou o objetivo da negociação da solução através de duas fases principais:

(1) a primeira fase – a fase de transição:

A fase de transição leva a um período de cinco anos para uma solução permanente baseada nas resoluções do Conselho de Segurança de número 242 e número 338, durante o qual será fundado o autogoverno palestino, sob supervisão internacional e alargar a sua jurisdição sobre a Cisjordânia como uma única unidade territorial, com exceção de tópicos adiados para negociações sobre a solução final.

(2) segunda fase - as negociações sobre a solução permanente:

As negociações sobre o estatuto final começam depois de três anos da criação do autogoverno, pois será negociada a questão do status permanente e inclui o assunto de Jerusalém, assentamentos e fronteiras, soberania e dos refugiados palestinos e de medidas de segurança, água e outros.

4 – Os passos para construir a confiança entre os palestinos e os israelenses:

Com a assinatura do Acordo de Oslo, tinha que ter ações de verdade para a execução deste acordo, especialmente porque ele estava enfrentando muitos desafios: em primeiro lugar, algumas organizações que rejeitam qualquer acordo com Israel, assim como alguns países árabes, liderado pela Síria, para escolher a capacidade da OLP para controlar a parte interna.

O processo de construção de confiança se firmou em três acordos que foram assinados entre os palestinos e Israelenses, e o Egito teve um papel-chave

para assegurar o processo de paz, especialmente tendo em conta que a negociação estava acontecendo ao mesmo tempo com a Síria e a Jordânia. Para que Israel não ignore este caminho foram realizados os seguintes acordos:

- A. Os documentos do Acordo do Cairo e as medidas de segurança nas passagens em 09 de fevereiro de 1994.
- B. O Acordo palestino-israelense sobre medidas de segurança em Khelil em 11 de Setembro de 1994.
- C. Resumo do protocolo da Cooperação Econômica entre a OLP e Israel, no primeiro de maio de 1994.

5 – O acordo do autogoverno palestino (acordo sobre Gaza e Havia), em 04 de maio de 1994:

A - Como implementação ao acordo de Declaração de Princípios foi assinada o acordo de autonomia sobre a Faixa de Gaza e Ariha, no Cairo, foi assinado pelo lado israelense pelo primeiro ministro Isaac Rabin e do lado palestino, o falecido guerreiro Yasser Arafat, sob os cuidados do Presidente Egípcio Hosni Mubarak, com a participação dos Ministros de Exterior dos Estados Unidos da America e Rússia.

B - As principais observações sobre o acordo:

(1) Este acordo foi como um passo de início da retirada Israelense dos territórios palestinos ocupados (Faixa de Gaza e Ariha) e prevê a continuação do processo de paz com a retirada continua dos territórios palestinos.

(2) Esse acordo levou a construir a entidade palestina, depois que a causa palestina ficou numa longa luta a 46 anos consecutivos.

(3) Os aspectos negativos do acordo são inúmeros, principalmente:

(A) a continuação dos assentamentos, o que constitui um obstáculo à paz no futuro.

(B) a continuação das forças militares em torno da Faixa de Gaza e Ariha, com a legitimidade da intervenção em caso de incapacidade da Autoridade Palestina de proteger os assentamentos, o que é uma motivação para a intervenção militar sob qualquer pretexto.

(C) a responsabilidade de Israel pela segurança externa e segurança interna dos assentamentos, que reduz o poder da soberania palestina.

(D) O controle de Israel em todas as passagens o que pode prejudicar a liberdade de circulação dos palestinos no exterior.

(E) o controle das águas territoriais por Israel, e a restrição da pesca em cinco quilômetros da costa o que afeta a economia palestina.

6 - Acordo complementar ao acordo de autonomia:

Com a assinatura do acordo de Faixa de Gaza - Ariha havia confiança mútua na possibilidade de continuação do processo de paz com a bênção dos EUA e a ajuda do Egito, a fim de ajudar para chegar à plena e completa paz no Oriente Médio, foram assinados dois acordos nesta área:

A – O Acordo Econômico palestino - israelense em julho de 1994, que identificou muitas das bases da negociação e da atividade da mão de obra palestina, a atividade dos bancos palestinos ou os bancos compartilhados nos territórios palestinos ocupados.

B – O acordo do Cairo preparatório para a transferência de poderes civis para a Cisjordânia foi assinado em 29 de agosto de 1994, e foi composto de um artigo com as definições para a transferência de poder, e um artigo sobre as medidas da fase preparatória da transferência de poder do regime militar de Israel

ao poder civil palestino e artigos relativos a acordos para a transferência de poder nas áreas de educação, cultura, saúde, assuntos sociais e do turismo, impostos e outros. Os dois acordos são complementares ao acordo de Princípios.

7 - Acordo Provisório sobre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, que foi assinado em 28 de setembro de 1995:

A – As negociações desse acordo foram realizadas em Taba, na fronteira do Egito e foi assinado em Washington, por isso foi chamado de acordo de Taba, ou (Oslo 2) O acordo visa iniciar a segunda fase do acordo de Princípios, que se integra com as questões da reorganização das tropas israelenses fora das cidades e aldeias da Cisjordânia e as eleições legislativas e a libertação de prisioneiros palestinos detidos em Israel, este acordo é uma introdução importante para fazer avançar a implementação do acordo para as fases mais importantes no processo de paz israelense-palestino.

B - as observações principais sobre o acordo:

- (1) O Acordo é um impulso para a continuação da paz na Palestina e Israel.
- (2) O acordo confirma o papel do Egito para fazer avançar o processo de paz para alcançar uma paz justa e abrangente.

8 – As Variáveis na seqüência da Conferência de Taba:

Houve variáveis chaves na seqüência da assinatura do Acordo de Taba, em 1995, que afetaram o processo de paz entre Israel e a palestina, incluindo:

A - A primeira variável: a morte do primeiro-ministro israelense Isaac Rabin, em quatro de novembro de 1995 por um extremista israelense que era contra o processo de paz. A morte de Rabin foi uma grande perda para o processo de paz, porque Rabin acreditava na paz, tendo em vista que ele era da geração de fundação

do Estado judeu, que tem confiança do público israelense e tem a habilidade de se mover em direções diferentes com o apoio popular.

B - a segunda variável: A realização da Conferência de Sharm El-Sheikh que foi nomeada (Cúpula dos pacificadores) em 13 de março de 1996, com a presença dos responsáveis ou representantes dos chefes de trinta países liderados pelos Chefes de Estados Unidos, Rússia, França e os primeiros-ministros da Grã-Bretanha, Alemanha e outros, a fim de tomar várias decisões sobre o terrorismo, causado por Israel. Como um resultado da agressão ao Líbano, as decisões aprovadas pelo Congresso foram para continuar o caminho da paz entre palestinos e israelenses. Essa conferência foi seguida por outros acontecimentos mais importantes como o massacre de Qana, no Líbano, que mostrou a face brutal de Israel, e frustrou os esforços de paz, especialmente após a cessação das negociações entre a Síria e Israel e os palestinos e israelenses.

C - A terceira variável: a ascensão do partido Likud dirigido por Benjamin Netanyahu ao poder em Israel, em maio de 1996, o que enfraqueceu os esforços de Israel para o processo de paz e levou a uma desaceleração entre a Palestina e Israel e, portanto, a não implementação de muitos das decisões acordadas na Conferência de Taba, e as Forças israelenses voltaram a cercar a Cisjordânia e a Faixa de Gaza.

Estas variáveis, e outros eventos foram como um obstáculo no caminho da paz e levou a mais esforços americanos e egípcios para tentar a paz novamente.

9 – O Acordo sobre a presença internacional em Khelil em 09 de maio de 1996:

A - Desde que o Governo de Benjamin Netanyahu do partido do Likud assumiu o governo, reuniu um grupo de ministros extremistas e radicais, e começou

a mostrar as características deste governo em relação ao processo de paz, assim resumidos:

(1) substituir o princípio da terra pela paz, aprovada na Conferência de Madrid, com o princípio da segurança e da paz para Israel.

(2) O não reconhecimento ao acordo de Oslo, e então congelar o autogoverno Palestino, e substituí-lo com o conceito de governança administrativa como parte da Grande Israel, incluindo o congelamento do chamado Acordo final.

(3) a expansão de assentamentos israelenses nos territórios ocupados, especialmente na cidade de Jerusalém Ocidental, onde o governo de Likud vê como a única solução para isolar Jerusalém dos territórios palestinos.

(4) a adoção de um conjunto de pensamentos, são as seguintes:

(A) não para a criação de um estado palestino.

(B) Não desistir de Golã.

(C) Não dividir Jerusalém.

B – Isso levou à perda de confiança entre palestinos e israelenses, além do governo Israelense incentivar extremistas dos judeus no ataque a santuários islâmicos em Jerusalém. O mais significativo foi à abertura de um túnel de 491 metros abaixo do fundo do Muro da Mesquita de Al Aqsa, e que se estende ao norte, 90 metros abaixo do fundo da Qubat AL Sakhra. O que levou à explosão da posição palestina na Cisjordânia e Faixa de Gaza em 24 de setembro de 1996.

Durante vários dias numa semi-Intifada, o que levou os Estados Unidos a se mexer com seu presidente chamando para uma reunião de cinco presidentes atendidos pelo Primeiro-Ministro e Presidente Arafat. O rei Hussein e o presidente

egípcio Mohammed Hosni Mubarak, que preferiu não ir, pois percebeu que a conferência não iria conseguir nada, pela falta de preparação para a mesma.

C - O resultado desta Cúpula foi muito ruim, como resultado da insistência israelense em complicar e não cumprir o compromisso na execução das resoluções, com a manutenção de diferenças sobre as questões-chave, então, deixaram tudo para os esforços do coordenador americano (Dennis Ross), em uma tentativa de aproximar os pontos de vista, mas sem resultado.

D - Netanyahu estava interessado em expandir o círculo de Jerusalém para a chamada Grande Jerusalém, Israel incorporou novas áreas que atingiram 1% da área da Cisjordânia, com a criação de 30 000 unidades de moradia, a maioria na área de Jabal Abu Ghoneim.

11 - O protocolo de execução para a ocupação israelita na cidade de Khalil, em 17 de janeiro de 1997:

A - em frente à intransigência do governo do Likud, o processo de paz como um todo ficou prejudicado à medida que os analistas viram a possibilidade de falta de compromisso deste governo com os acordos de paz assinados com o Egito e a Jordânia. A posição do Likud como um todo levou ao isolamento de Israel internacionalmente o que levou os Estados Unidos a se mexer e usar sua influência para pressionar para restabelecer o antigo processo de paz entre a palestina e Israel.

B - após vários meses de árduas negociações entre os palestinos e os israelenses com os esforços intensivos dos EUA e a coordenação contínua do Egito, as duas partes conseguiram superar os maiores obstáculos para a implementação do protocolo de redistribuição das forças israelenses em Khalil, onde as duas partes assinaram o acordo nas primeiras horas de 15 de janeiro de 1997 em Khalil.

Para completar o acordo, a assinatura final do acordo aconteceu em 17 de janeiro de 1997, que levou à retirada das forças israelenses de 13% dos territórios ocupados, incluindo 3% de reservas de natureza que não podem ser construídas com a reconexão disso com as medidas de segurança que compromete o lado palestino, a respeitar.

C - As principais observações sobre o acordo:

- (1) O acordo é um ponto para frente no processo de paz e foi bem aceito por parte dos países do mundo por ter sido alcançado e pediram garantias de execução do acordo.
- (2) Israel teve muitas ajudas dos Estados Unidos, especialmente no campo da tecnologia, e armamento em troca deste acordo.
- (3) Foram aplicados alguns dos itens do acordo, outros não foram aplicados, com o sofrimento dos palestinos com o não comprometimento dos israelenses com o que foi acordado.

12 - o acordo de Wye River entre os palestinos e os israelenses em 23 de outubro de 1998¹⁴⁴:

A – Para saber como era a situação do processo de paz durante esta fase, pode-se rever algumas das expressões que foram gravadas na cerimônia de assinatura do acordo, a fim de compreender o conteúdo delas:

- (1) A declaração do presidente Clinton¹⁴⁵:

“Após 18 meses de mau-entendimentos, desconfiança e falta de confiança e decepção entre os palestinos, os dois lados se tornaram mais uma vez mais parceiros no processo de paz. O Presidente Arafat e o Conselho Nacional Palestino precisam definitivamente aplicar as obrigações e apoiar o processo de paz”. (arquivo de OLP)

- (2) Benjamin Netaiahu disse em seu discurso:

¹⁴⁴ -Arquivos de OLP

¹⁴⁵ -Arquivos de OLP

O acordo vai tornar o mundo mais feliz para as crianças Palestinas e israelenses, e não a favor de um em cima do outro, e ressaltou que o caminho ainda está no início para uma solução definitiva. Ele disse: “hoje desfrutamos de uma maior sensação de segurança pela primeira vez desde o acordo de Oslo e os nossos parceiros palestinos vão participar na tentativa de combater o terrorismo” (arquivos de estudos da palestina-Beirut.)

(3) - Como o presidente Yasser Arafat e o Rei Hussein e presidente Clinton, que ajudaram a chegar a este acordo.

B - a verdade é que Israel havia conquistado antecipadamente o presente sobre este acordo, na forma de um acordo de cooperação Estratégico Americano - Israelense, bem como uma enorme ajuda econômica.

C - em meados de outubro de 1995, os Estados Unidos pediu para implementar o acordo inteiro através do trabalho para identificar as medidas necessárias para facilitar o acordo sobre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza em 28 de Setembro de 1995, (o Acordo de Taba) ¹⁴⁶.

Tai também chamou para a implementação de diversos acordos relacionados com a paz e o mais importante era o acordo sobre a situação final e negociar para restaurar os territórios palestinos, Jerusalém e a questão dos refugiados palestinos e de autodeterminação para o povo palestino e outras questões complexas.

D – O acordo foi caracterizado por várias características, incluindo:

(1) A invenção do lado israelense do princípio da terra pela paz em vez do princípio da terra pela paz.

(2) A decisão pelo princípio da reciprocidade no tratamento às necessidades de segurança para resolver as preocupações de segurança de Israel, de uma forma que forçou o lado palestino a aceitar a auditoria

¹⁴⁶ - Arquivo de OLP.

dos reguladores Americanos para implementar os compromissos de segurança.

(3) Foi anexado à nota um cronograma que determina o calendário de obrigações de cada uma das partes passo a passo, bem como a carta Americana anexada pedindo comprometimento para estabelecer a segurança em Israel.

E - Procedimentos para a implementação do acordo:

(1) O lado palestino se comprometeu em aplicar seus compromissos inteiros e isso foi anunciado explicitamente pelos Americanos, sem se preocupar com o lado israelense.

(2) O Conselho Nacional reuniu-se pela segunda vez na presença do Presidente Americano Bill Clinton em 14 de dezembro e anunciou a anulação dos artigos da Carta palestina que não batem com a nota de (Waye River -1).

(3) as partes concordaram em retomar as negociações sobre a situação final o mais rapidamente possível e alcançar um acordo antes de 4 de Maio de 1999.

F- Os acontecimentos evoluíram e Netaiaho não poderia mais resistir ou contestar as negociações sobre o estatuto final. Foram anunciadas as eleições antecipadas, que levaram à sua queda do governo, que duraram dois anos. O Partido Trabalhista, liderado por Ehud Barak venceu nas eleições de maio de 1999 e assumiu a responsabilidade para o governo de Israel com o apoio popular enorme para a continuação do processo de paz, que ele anunciou em sua campanha eleitoral, que Barak e todos acharam que tinham a herança de Isaac Rabin no entendimento pleno sobre a paz.

13 – Acordo de Sharm El-Sheikh, (Waye River - 2) assinado em 4 de setembro de 1999¹⁴⁷.

A - com a chegada do Partido Trabalhista ao poder e o comportamento no caminho da paz, era necessário confirmar muitos dos pontos do acordo (Waye River 1), que não foram implementados pelo governo anterior do Likud. A partir daqui e com os esforços intensos do Egito, pode-se realizar a conferência de Sharm El-Sheikh, sob o apoio egípcio e americano e teve a presença do Presidente Arafat e o primeiro-ministro israelense (Barak) para assinar um acordo que define os passos para a solução final, essa reunião veio apenas três meses após Barak tomar posse no governo.

B - A importância desta conferência é para esclarecer muitos pontos do acordo (de Waye River - 1) e sua execução em conformidade com os artigos do acordo, onde as forças israelenses não se retiraram de mais de 2% dos territórios da primeira fase, o que foi estipulado no acordo marcado para ela 13\$ e 1% e, portanto, era necessário negociar com Barak, sobre as duas fases subseqüentes.

C – assim, a data de 4 de Maio de 1999 definida pelo processo de Oslo para o fim de aplicação da fase de transição é a data do fim das negociações sobre a solução final, negociação esta que nem foi iniciada, Israel ficou adiando a execução dos termos dos acordos da fase, e prejudicaram o processo de paz, israelense e palestino.

14 - reunião da cúpula tripla em Oslo, em 02 de outubro de 1999:

A - A reunião de cúpula foi realizada a convite do governo norueguês para reviver diversas ocasiões, como a ocasião especial da assinatura do acordo de Oslo em 1993, bem como a lembrança de partilhar o prêmio Nobel da paz entre Arafat e

¹⁴⁷ - Waye River assinado em 4 de setembro de 1999- “OLP”

Isaac Rabin e Shimon Peres, em primeiro de novembro de 1994, além do quarto aniversário do assassinato do primeiro-ministro Rabin de Israel.

B- Nas trocas de palavras nesta ocasião de celebração, Barak disse que se compromete com as decisões da reunião de Sharm el-Sheikh e disse que ele e seu parceiro, Arafat procurarão superar todas as dificuldades para chegar a objetivos comuns, também elogiou Rabin pela profunda vontade de alcançar a paz.

C – Já o presidente Clinton disse em uma coletiva de imprensa, que tem esperança de que a conferência irá dar á Ehud Barak e o presidente Palestino Arafat a energia e força para chegar a um acordo final no processo de paz e cooperação para isso.

D - as decisões da reunião da cúpula entre Arafat e Barak e Clinton em 02 de novembro de 1999:

(1) Os dois lados palestinos e israelenses acordaram sobre a necessidade de prosseguir os contatos e negociações para chegar a um acordo final.

(2) os dois lados estabeleceram um cronograma sério para começar o trabalho em Fevereiro de 2000 como um passo para alcançar um acordo final até Setembro de 2000 a iniciar as conversações bilaterais em 8 de novembro de 1999, em Ramallah, na Cisjordânia.

(3) Os três líderes prometeram respeitar o cronograma do esperado acordo final relacionado ás difíceis questões, que são: o futuro de Jerusalém e a questão dos refugiados palestinos, os assentamentos judaicos, as fronteiras e água.

(4) Barak e o presidente Arafat combinaram de trabalhar duro para evitar os comentários e as declarações e ações que podem causar enormes dificuldades para a outra parte durante os cem dias que virão, e prosseguir os contatos e

reuniões entre eles para impulsionar o processo de negociação e de realizar uma nova cúpula tripla, no início de Fevereiro de 2000.

As principais observações sobre o acordo:

- (1) Embora os acordos fossem de forma geral, mas confirmou a confiança entre os lados palestino e israelense.
- (2) Barack tomou medidas importantes, principalmente de impedir a construção de assentamentos e iniciar negociações sobre o estatuto final, e deve ser registrado a favor de Barack, a coragem de participar deste trabalho difícil que muitos outros fugiram, incluindo ex-chefes dos governos de Israel.

Capitulo VII

Aspectos jurídicos e científicos

Nenhum problema na História do Oriente Médio provocou o interesse do mundo, como a questão palestina. Nunca se viram tantas diferenças que enfraqueceram as unidades de resistência palestinas, e criaram as contradições decorrentes das diferenças, as quais refletem as posições do sionismo e da metodologia, para lidar com a existência de assentamentos judaicos na Palestina.

Nesta pesquisa, da causa palestina, os piores logas e os piores desafios, de acordo com o histórico e dialético, foram resolvidos entre o status da interdependência orgânica, resultante da agressão da entidade sionista contínua contra o povo palestino, e os obstáculos à concretização do processo de paz e a realização de um Estado palestino. Ficaram claros, através da pesquisa, que muitos

regimes árabes e internacionais, criaram vários slogans demagógicos para a causa palestina que levaram à continuidade da agressão sionista na palestina.

Se chamar os fatos de acontecimentos e avaliar objetivamente o seu passado, presente e futuro, com a finalidade de revelar os slogans que foram criados, e as alterações que ocorreram por suas causas, na expectativa do que acontece pelas mudanças internacionais e o equilíbrio de poder.

Nesse contexto e para servir aos interesses dos países envolvidos na crise no Médio Oriente, onde desde a criação da entidade sionista, foram emitidas diversas resoluções da Assembléia Geral das Nações Unidas e do Conselho de Segurança. Dentre estas resoluções, a resolução n.º 181, emitida em 29 de novembro de 1947. Uma resolução sobre a partilha da Palestina, que era uma decisão injusta, e a consagração de uma conspiração internacional, liderada pela Grã-Bretanha, através da Declaração de Balfour e do movimento sionista, através da qual a entidade sionista se realizou na terra da Palestina.

Depois de todos os ataques sionistas e a guerra travada por Israel, foram criados os slogans, em vez de respeitar a resolução n.º. 194, de 1948, que previa a volta de todos os refugiados palestinos, estão difíceis de aceitar a decisão 242 de 1967 e, depois, a resolução 338 de 1973, que são as decisões emitidas após a agressão contra o Egito, Síria e Jordânia em 1967.

Neste tempo entre a criação de Israel em 1948, até hoje, entraram termos novos no dicionário árabe. O primeiro deles foi à catástrofe que se abateu sobre o povo Palestino em 1948 e, em seguida o desastre, em 1967. Entre a catástrofe e o desastre aconteceram muitas coisas que ajudaram na evolução do projeto sionista.

Esta pesquisa tratou sobre o quadro geral do caminho do projeto sionista e os fatores que o ajudaram no seu futuro. Devem ser tratados e analisados os termos

novos que se tornaram comuns desde o estabelecimento de Israel até os dias atuais, e ao mesmo tempo, esclarecer do ponto de vista dos árabes e palestinos o que os Israelenses tentaram plantar de Princípios e conceitos para mudar o pensamento do mundo árabe.

Primeiro: É claro que as expressões de pena da situação árabe, que está em queda livre e vem aumentando desde 1948 até agora, não servem para nada. Também não ajuda em nada a percepção estratégica de oferecer recomendações após a região ter uma lei de ferro e ter requisitos regionais e globais.

No entanto, é importante lembrar a origem do projeto sionista para ver os pontos fortes, as razões para crescer, as fraquezas e a possibilidade de quebrá-lo. O lado árabe conseguiu chorar através da poesia e mostrar seu drama na televisão.

Conseguiu retratar as dimensões da tragédia palestina causada pelo estado de Israel, mas os árabes e os palestinos esqueceram duas coisas importantes: primeiro, é o caminho a percorrer, mesmo se for simples, mas que seja possível. Segundo, eles não confessaram entre eles, que seus defeitos são maiores que a força de Israel, mas até uma equipe árabe tinha plena certeza de que Israel é instável, temporária não vai continuar na área. É só ser paciente e esperar.

Por outro lado, o movimento sionista planejou para estabelecer o estado de Israel, visando completar o projeto e entrar na fase pós-sionista, com a criação do estado judeu em toda a Palestina, assim como Israel vê um lugar para ela no Oriente Médio.

Já o lado árabe se desintegrou sob as ilusões da paz e da pressão Americana desde 1979. O que permitiu a evolução dramática posterior, sobretudo a ocupação do Iraque e do desenvolvimento do projeto de ampliação, para incluir outros lugares importantes como o Líbano e o Sudão.

A partir daqui deve-se refletir sobre dezenas de questões:

Primeiro: a jornada de Israel na decisão de partição, juntando um número de imigrantes, de acordo com um plano bem executado pela Inglaterra e América para empurrar este grupo no Oriente Médio.

Segundo: a mudança do significado do sionismo no mundo árabe que é muito negativo, para a imagem fornecida por Israel que o considera um movimento de libertação nacional, onde eles forçaram os árabes e os palestinos, a negar a criminalidade e o racismo do movimento sionista, até que se tornou lei que pune qualquer acusação contra os sionistas de anti-semitismo.

As leis criminais foram alteradas no Egito para retirar a palavra sionismo, que é considerado um crime político grave. A cooperação de segurança tornou-se possível entre os árabes e sionistas e Israel tem sido parte da segurança em alguns regimes árabes, enquanto a resistência é agora uma ameaça a essa segurança, ficou tudo confuso e perturbado.

Terceiro: As expressões e conceitos jurídicos que se tornaram comuns desde a fundação de Israel, até os dias de hoje:

A declaração do Estado de Israel, proclamada em quinze de Maio de 1948, não foi uma surpresa, e não caiu do céu nesta noite, mas a mente árabe gosta sempre de uma sensação de surpresa sobre o que acontece. Ficou chamado de catástrofe, o que significa o nível máximo de danos à alma, corpo e a mente. A Palestina que sofreu a catástrofe é uma descrição legal da região, a qual não é mais capaz de sobreviver de forma natural e merece ajuda e apoio.

Aquele homem que sofreu a catástrofe é aquela pessoa que sofreu muito com o que estava escrito para ele. A palavra mostra como é súbito, fatal e mostra a

incapacidade de confronto e de não estar esperando por isso, de não saber o tamanho do problema.

A catástrofe Palestina é por inteiro todo o projeto sionista, embora o termo ficasse parado com a criação do Estado de Israel. Existe uma precisão e validade nesta expressão, porque a Palestina tinha sido escolhida entre os países árabes, para fundar o projeto sionista, baseado pela proximidade dos diâmetros. Se o acontecimento é a primeira tradução na terra para o projeto sionista, é natural que o evento esteja associado com os termos do vocabulário, os quais estavam relacionados a este projeto, incluindo três termos muito significativos:

(1) resolução da partilha e a resolução 181.¹⁴⁸

Emitida pela Assembléia Geral das Nações Unidas, a resolução nº. 181, em 29 de novembro de 1947, conhecida como a resolução da partilha. A Agência internacional e os Estados Unidos da América trabalharam para fornecer o que fosse necessário para que a resolução fosse emitida. Deve ser estudada essa decisão, em suas idéias e sua proposta, a conspiração, britânica e Americana para publicá-la a explicação para o maior número de votos da Assembléia Geral das Nações Unidas para publicá-lo e o conceito de administração Americana por seus efeitos e conseqüências.

A resolução decidiu dividir a Palestina em dois estados, um com 56% dos territórios palestinos para quase 30% dos judeus e o outro, para os anfitriões no resto da terra da Palestina. Que Jerusalém permaneça livre dos dois países tendo um status internacional e seria depois a capital do país federal, que inclui os dois países.

¹⁴⁸ Texto da resolução 181

Depois, a idéia da Resolução de partição tem base em uma série de suposições, é que os imigrantes judeus que foram para a Palestina têm o direito na parte deles na Palestina. Suposição é que a convivência dos israelenses com os palestinos é impossível, por isso, a partição é uma solução temporária, e outra suposição é que a partição é uma solução temporária, e integração de um estado federal que mantém as propriedades dos dois estados, judeu e palestino é a solução, e sua capital seria Jerusalém.

Mas, o projeto sionista foi baseado em suposições diferentes, a primeira hipótese é que o exigido é toda a Palestina, mas isso é conseguido através das seguintes fases. É importante reconhecer um ponto de apoio para os judeus na Palestina que foi a Declaração de Balfour em 1917 e, então, refletida na decisão da partilha, que ganhou legitimidade da política internacional através de consenso soviético e Americano para a partição da Palestina e a criação do Estado de Israel.

A segunda suposição é que não é importante que a resolução dê aos judeus, uma determinada percentagem das terras da Palestina, mas é importante que a presente resolução mostre para a comunidade internacional e faça-os reconhecerem á idéia de que os judeus têm um direito histórico na Palestina, independentemente do tamanho deste direito, desde que baseadas em princípios.

Sua encarnação e o seu desenvolvimento estão sujeito ao tempo e as circunstâncias. A terceira hipótese é que a força de todas as formas transformou esta ficção em realidade e transformou os sonhos da imaginação a um ser vivo que se desenvolve e interage com toda a determinação.

A quarta hipótese é que ele não poderia substituir a população original sem ser pelo desenraizamento e aniquilação, isto é, que nos países fundadores dos

Estados Unidos da América, quem se mantém é sempre o mais forte, e não aqueles que têm os direitos e a justificação.

A conquista é colocar as mãos nos sistemas anglo-saxões. É mais forte do que o título de propriedade. O período que leva e a limitação do direito do dono é uma transferência de meios da posse à propriedade. A hipótese de número cinco é que a população original deve ser deportada ou obrigada a fugir para países vizinhos e re-assentamentos.

A reação política e jurídica foi diferente no mundo árabe para a resolução da partilha. O pensamento político árabe só conseguiu chamar isso, de catástrofe após a criação do estado de Israel e, mais particularmente, após a primeira derrota árabe, para a tentativa de impedir a criação do Estado. Essa tentativa foi considerada como o projeto dos árabes, porque eles consideram que estão defendendo o direito daquilo que foi roubado por gangues do sionismo, como consideraram o trabalho deste grupo, como terror contra a população e os ocupantes britânicos.

O que mostra a participação da Grã-Bretanha, os proprietários e gangues do projeto sionista. Curiosamente, para os árabes, é de que Israel considera a resistência palestina contra o progresso do projeto sionista, como terrorismo, porque o projeto se considera correto, e que os palestinos são os invasores, que deverão ser arrancados. O que o projeto, por essa razão, fica em suas operações contra eles, em um estado permanente de autodefesa.

A jurisprudência dos árabes considera que a resolução da partilha é inválida porque ela foi emitida como uma recomendação e não com caráter de obrigação. A Assembléia Geral ultrapassou os seus poderes e violou todas as

normas de direito internacional na Palestina, particularmente o direito da população real, em não terem suas terras roubadas.

Mas os princípios árabes pararam neste ponto, e não reagiram com os desenvolvimentos posteriores, os quais levaram o projeto sionista aos seus objetivos, especialmente após os anos críticos de 1967, 1979, 1982, 1993 e 1994, a última foi à carta de garantias Americanas em 2004, e a declaração de Israel como um Estado judeu em 2008.

Os Princípios Árabes ainda pedem toda a Palestina ou fornecem justificativas para isso. A decisão de divisão para os árabes e a sua execução é a catástrofe. Israel deve ser varrida e eliminada e o retorno dos palestinos às suas casas, deve acontecer no pensamento dos árabes. Essa decisão para Israel é o começo da salvação e por isso Israel não se preocupa com quaisquer outras decisões contrárias a esta linha.

O mais importante é o que Shamir salientou durante as negociações com as delegações árabes na Conferência de Madrid, em 30 de outubro de 1991 que a resolução da partilha foi ultrapassada e que Israel, nessa data, tinha excedido e aumentadas em 23%, o tamanho da terra comparando com o que estava definido na resolução, bem como, terras árabes no Líbano e na Síria. “Disse Shamir “que:” não se pode pedir mais nada para os árabes que possuem mais de 515 milhões de km quadrados”, e Sinai são todos os territórios árabes ocupados anteriormente.

(2) o direito de regresso, e a Resolução n ° 194:¹⁴⁹

Foi emitida a resolução 194 da Assembléia Geral das Nações Unidas, a qual está ligada à resolução 181 sobre a partilha, a fim de compensar, em parte,

¹⁴⁹ Texto da resolução 194

pelo que aconteceu com os Palestinos, e como uma forma de provar que a entidade sionista chegou ao Oriente Médio.

A resolução exige o direito de regresso dos refugiados palestinos de 1948, com a volta ou a compensação. Deveria ter sido decidido pelo retorno e compensação juntos, porque o retorno é à pátria, mesmo se fosse negativa, e a compensação seria para as propriedades imobiliárias ou imóveis. Israel não se desesperou no momento dessa decisão perigosa, que complementa a resolução da partilha, porque estava consciente de que elas permaneceriam no de papel, desde que estivesse protegido pelos grandes poderes, o Estado Unido da América.

Israel considerou que manter a decisão seria ingênuo sabendo do que faz Israel na ocupação do território palestino, pela força nos projetos de assentamento e da barreira. Mesmo sem retorno, o aumento de refugiados desabrigados passou a ser parte da execução do projeto sionista. Não havia diferença para Israel entre a ocupação em 1948 da terra, a expulsão de seus habitantes, que fugiram para os países de asilo.

Entre fazê-lo depois e hoje, a única diferença é que quem perde sua casa, não deixa à Palestina, como fizeram seus antepassados em 1948. Por isso que não entende Israel, o que significa o direito de regresso.

Enquanto suas casas foram apagadas e as propriedades foram transferidas, eles podem retornar para o que resta da Palestina, mas Israel não teve dúvidas 1948, para absorver a ira do público, quando se diminuiu um pouco a resolução 194, porque eles sabem que o projeto sionista não iria parar nesta fase.

Cada fase tem suas vítimas, e se eles não tivessem fugido seriam vítimas dos massacres que aterrorizaram os restantes palestinos na Palestina. Por isso, quando Israel fez o pedido para participar da Assembléia Geral das Nações Unidas,

a Comissão política tentou ter mais certeza que Israel respeitaria a decisão de os palestinos retornarem ou de serem compensados.

Em maio de 1949, Israel foi aceito como membro da Assembléia Geral das Nações Unidas. A Assembléia Geral aprovou a resolução com o número 273¹⁵⁰, que aceitou a adesão de Israel na organização internacional, mas ela colocou três condições. Foi à primeira vez na história das Nações Unidas, que a adesão de um Estado é condicional. Israel não tem respeitado nenhuma delas, pelo contrário, só fez o oposto para atender às exigências do projeto sionista.

A primeira condição para a aceitação da adesão de Israel na Assembléia Geral das Nações Unidas foi respeitar a resolução da partilha, porque essa decisão foi uma base jurídica no direito palestino de estabelecer seu Estado independente. Mas Israel abarcou (engoliu) a terra e vem perseguindo as pessoas da Palestina e foi traçando o projeto para acoplar (engolir) toda a Palestina, e a resolução tem outra posição para Jerusalém, mas Israel está trabalhando para judaizar Jerusalém também e anunciou que é sua capital permanente e eterna do Estado de Israel.

Shamir foi perguntado na conferência de paz, se pode ignorar a resolução da partilha por ser a razão oficial do conflito entre os árabes e israelenses, e considerar como o conflito em 1967. O ponto de partida é a resolução do conselho de Segurança da ONU com a Resolução 242 do Conselho, que misturou entre a decisão para a volta na solução e entre a solução para o início do conflito. Parece que os países ocidentais têm respondido a essa visão. Assim como os palestinos, incluindo o Hamas.

A segunda condição era respeitar o retorno dos refugiados palestinos. A terceira condição é uma constituição que respeite os direitos das minorias não-

¹⁵⁰ Texto da resolução 273 Ver anexo XVIII

judias, mas sobre a decisão do direito de regresso. O desenvolvimento do projeto sionista levou a uma volta atrás da Palestina.

A insistência ao direito de retorno caiu por causa da falta de realismo, especialmente se o direito é pelo mesmo número dos judeus na Palestina, umas vezes, por causa da fraqueza árabe, e outras, em função da continuidade do projeto sionista e a proliferação de vítimas em todas as fases de sua execução, e às vezes pelo fracasso da liderança palestina e sua crença na necessidade de ser realista e talvez restaurar alguns dos direitos Políticos.

O discurso político árabe mostrou um declínio grande e vem diminuindo até chegar a parar de mencionar a decisão de retorno dos refugiados. Ele está falando de uma solução adequada que é uma fórmula que pode significar qualquer coisa. Apesar de tudo o que todo mundo está repetindo, é que o direito de retorno é uma linha vermelha que não deve ser ultrapassada, até variar os métodos na execução do direito de regresso.

Lembramos que o direito de retorno é para os judeus em consonância com o conceito do projeto sionista, que para eles os palestinos são invasores e os judeus são os libertadores de sua terra natal e sua determinação em ensinar a seus filhos esses mitos.

O segundo meio é tentar dar cidadania aos refugiados nos países de asilo. Portanto, ficou proibido dar as cidadanias pelos Estados Árabes, para que seus problemas fossem testemunhados como o crime do século e uma espada pendurada no pescoço de Israel. À questão do re-assentamento é renovada sempre que sucede a ação americana e sionista.

O terceiro meio é a proibição da Autoridade Palestina para derrubar o direito de regresso como a base para uma solução. O quarto meio é introduzir os chamados direitos de refugiados judeus em países árabes e com a ênfase sobre o direito à compensação, sem voltar para eles e ligar o direito palestino à indenização com o dos judeus em compensação. Mas, acho que deixar cair o direito à indenização de todos e se concentrar no direito de retorno, significaria desmontar Israel e o retorno dos proprietários da terra para a sua terra natal.

Já a exigência de uma Constituição que garanta a proteção dos direitos das minorias não-júdas, e para responder a esta condição, Israel declarou que é um estado judeu, o que significa a queda dos direitos de cidadania de não-judeus, bem como, os atos de expulsão realizados por Israel aos habitantes da Palestina, seja em casa ou no exterior, pois eles são o alvo.

(3) O documento do anúncio da criação de Israel:

Israel chama este documento de Declaração de Independência e esta percepção é baseada em suposições diversas. A primeira suposição é que os judeus são os donos de toda a Palestina e ela era ocupada.

A segunda suposição é de que os judeus estavam exercendo seu direito a terra, livre do histórico ocupador que são palestinos e ocupantes britânicos, de modo que as gangues estavam lutando na batalha de ambos os lados e que o terror é um direito legítimo para tirar os ocupantes, como indicado na pesquisa.

A terceira suposição é que toda a Palestina estava ocupada e é independente da ocupação britânica. Será libertada do ocupante palestino. Terminou a batalha com os britânicos e continuou a luta com os palestinos e seus simpatizantes. A liberalização foi completada em duas fases e que os judeus são um

povo e uma raça e lutam por um Estado. Isso é um grande sucesso no conceito judeu, ou o direito à autodeterminação para o povo judeu nas terras sagradas.

Esses mitos foram citados na criação de Israel como foram falados na lei do Conselho Americano em 1995 e sua decisão em 08 de abril de 2008, sobre os refugiados Judeus, como foi indicado na lei de Jerusalém, que foi lançado pelo Presidente Bush em 2002. A política americana foi criada na Palestina baseada nesta lei. Israel considera o dia de sua criação como o dia da independência e é um feriado nacional para eles.

Terceiro: a base de lei para o projeto sionista no direito internacional:

O pensamento de Israel se esforça para apresentar uma justificativa legal para o projeto sionista e as questões relacionadas, para que alguns pensem que estas justificativas são parte do direito internacional geral. Estes esforços tinham como objetivo explicar as regras legais ou interpretá-las de acordo com as metas ou as ações do sionismo.

Esses esforços parecem contraditórios e não-dominantes no sentido legal. Devemos ser cautelosos sobre a subducção dos esforços no direito internacional público.

Mas é preciso apontar algumas inovações, como justificar a conquista da Palestina com o vazio da lei. E a teoria jurídica da primeira parte a aproveitar se todos são ladrões, é a sobrevivência do mais forte, a teoria da defesa preventiva e a teoria da autodefesa e punitiva. Embora a suspeita de castigo possa estragar a idéia de autodefesa com base nisso, porque é suposto para a autodefesa que o ataque seja súbito e inesperado e não tem permissão para lançar um plano de defesa.

Já a punição envolve um planejamento anterior. É contrária à idéia de autodefesa, por isso recusou-se a jurisprudência internacional e a jurisprudência do

Tribunal Internacional de Justiça, com o parecer consultivo emitido em 09 de setembro. (2004), No caso do muro de separação e todas as práticas contrárias à idéia, entre elas parte dos Princípios Americano e britânico que tentaram justificar para todos entre a defesa legítima da coletividade e os atos de repressão exercida pelo Conselho de Segurança, após a ocupação do Kuwait pelo Iraque.

O trabalho envolvido no projeto sionista é tomar à força, as terras dos outros, da expulsão da população, os massacres contra eles, para forçá-los a abandonar as suas casas e o confisco de bens, imóveis, a realização de genocídio da população, eliminar a resistência, a agressão contra os países vizinhos, e a posse de armas de destruição em massa, incluindo armas nucleares. O uso de armas proibidas internacionalmente, e impedir o direito do povo na Palestina, à autodeterminação, causando todos os tipos de danos e os atos de genocídio à criação de um muro de separação, recusando considerar o território da palestina como ocupado, a execução de crimes de guerra e crimes de genocídio.

Todas estas ações envolvem graves violações aos direitos humanos dos palestinos, e fazem a determinação sobre o projeto e seus componentes como nosso inimigo contínuo praticando sempre, crimes de genocídio, crimes de guerra, crimes de agressão, que também são crimes contra a humanidade e contra a segurança, desde que o projeto sionista seja baseado no racismo. Lutar pelo projeto é lutar pelos crimes racistas e são todos crimes no sistema internacional.

A decisão do Tribunal Internacional de Justiça, condenou o comportamento de Israel, como um estado de ocupação e consideraram as ações e construção do muro de separação cercado as fontes de vida aos palestinos como graves violações, citadas na Quarta Convenção de Genebra.

Israel não se considera um país ocupante, mas recuperou os direitos dos judeus na Palestina. Israel tentou justificar os crimes como legítima defesa e o estado de necessidade de ter segurança, mas a decisão do tribunal rejeitou estas justificativas e exigiu que Israel respeitasse as regras do direito internacional reconhecidas pelas nações civilizadas, especialmente porque o direito e a justiça em Israel levaram à implementação do projeto sionista.

A entidade israelense foi criada fora do âmbito do direito internacional e nasceram contra todas as regras, disposições e princípios do direito internacional, especialmente as normas gerais, nem sequer concordar sobre a violação por pessoas ou países ou organizações internacionais. Cada acordo sobre a violação acaba sendo anulado, significando que o ato contrário às normas imperativas do direito internacional geral, não providenciam o direito internacional, as conseqüências legais. É uma ação material e não uma conduta ilegal.

Esta falta jurídica no direito internacional para a origem e o nascimento, não será modificada ou alterada com a continuação da existência da entidade sionista, na terra ocupada da Palestina, do rio para o mar.

Não importa o que as convenções e as relações internacionais e a aceitação de organizações internacionais façam, mesmo nas Nações Unidas. Sua vida é como a vida de morto na sepultura, e até foi aceito como membro das Nações Unidas de forma contrária à Carta das Nações Unidas, especialmente as regras relativas à filiação.

Quero colocar este trabalho mais invalidez jurídica da filiação da entidade sionista que se rebela contra a lei internacional e que a invalidez aparece em dois itens:

Primeiro: As Disposições Gerais para a adesão às Nações Unidas.

Segundo: A invalidez de Israel na filiação á entidade das Nações Unidas.

As disposições dos membros das Nações Unidas vieram no Capítulo II, da Carta dos artigos 3-6. As leis vieram de forma geral. Cabe a sua interpretação à justiça internacional e em especial, o Corte Internacional de Justiça, e os estudiosos do direito internacional, que têm contribuído em um comunicado, com detalhes das disposições gerais dos membros da ONU e. Neste item explico em detalhes estas decisões, de acordo com esses termos anunciados na Carta, e as interpretações dos estudiosos do direito internacional.

As Nações Unidas é uma organização internacional universal, aberta a todos os Estados da comunidade internacional. Por isso é opcional. Os membros são limitados aos Estados e Governos. As Nações Unidas definem o conceito de Estado, principalmente pelo lado político, e não jurídico. Por isso é a percepção de aceitar entidades que não cumpram os requisitos legais contidos na lei internacional Geral no reconhecimento do Estado e da terra, com o povo e soberania. Isso levou alguns princípios de exigência de reconhecimento.

Os Estados no conceito anterior são os que têm direito a serem membros das Nações Unidas. As organizações internacionais não têm esse direito, mas existem como um observador e não como um membro. Há uma diferença entre ser membro nas Nações Unidas e a representação nela. Ser membro precisa de uma decisão da Assembléia Geral, mediante recomendação do Conselho de Segurança.

Já a representação nas Nações Unidas acontece com o exame dos papéis pelos credenciados dos representantes dos Estados-Membros, em conformidade com os procedimentos descritos na representação dos membros em cada organismo internacional. Mas a Carta da ONU prevê a filiação opcional com condições, o que

significa que nenhum país deve aderir às Nações Unidas, sem ter desejo, com a necessidade de atender algumas especificações do Estado que deseja participar.

A adesão à ONU é dividida em duas partes: a adesão por autenticidade e a adesão por participar. A Carta das Nações Unidas não cita conseqüências legais sobre essa divisão, os Estados membros têm igualdade de direitos e obrigações e deveres contidos na Carta, o que significa que esta distinção é puramente formal e o artigo III da Carta das Nações Unidas determinou aos Estados nativos das Nações Unidas, aqueles Estados que participaram da conferência da ONU, para desenvolver um sistema Internacional, realizada em San Francisco, que assinou a presente Carta, e ratificaram este acordo com o artigo 110, bem como os Estados que antecederam e assinatura desta declaração das Nações Unidas, emitida no primeiro de janeiro de 1942. Assinaram esta Carta e a ratificaram.

Mas um dos estudiosos acha que os membros originais podem permitir ou impedir a adesão de outros países.

A composição original incluía as nações envolvidas na coalizão contra as potências do Eixo na Segunda Guerra Mundial, bem como, países que foram a favor ou dispostos a apoiar os Aliados na Segunda Guerra Mundial, e de outros países que aceitaram, como resultado de negociação política entre as grandes potências, que mantêm relações.

1 - A associação original está em conformidade com o artigo III da Carta das Nações Unidas. Os países que tinham participado na conferência de San Francisco e assinaram a Carta, ratificaram a mesma e a publicaram em primeiro de janeiro de 1942. O número de países é de cinqüenta países, incluindo as nações aliadas que participaram da Segunda Guerra Mundial contra o as potências do Eixo, que se tornaram Estados-Membros e fundadores em conformidade com o artigo 110

o \ 4 o da Carta das Nações Unidas, que afirma: “Estados que assinaram a presente Carta, que credenciamos e depois trabalhamos com ela, são os membros fundadores da Organização das Nações Unidas a partir da data de ratificação”.

2 - A adesão a participar ao órgão da ONU, são admissíveis e opcionais para os países da comunidade internacional, com os termos e condições previstos no artigo IV da Carta da ONU, que estipula que:

a) - A adesão á ONU está aberta a todos os outros países que gostam da paz que se compromete com as obrigações contidas nesta Carta e que a Câmara acha que é capaz de cumprir estas obrigações e está disposta a cumprir.

b) – A Aceitação de qualquer estado como membro das Nações Unidas é uma decisão da Assembléia Geral, mediante recomendação do Conselho de Segurança.

3 - Condições de adesão à ONU: O Artigo IV da Carta fala sobre as condições que devem estar disponíveis no país que quer se juntar às Nações Unidas, mostradas pelos estudiosos do direito internacional público, divididas em duas condições: condições substantivas e condições formais.

Os requisitos substantivos estão previstos no artigo IV:

A - a ser um Estado:

A adesão à ONU se limita aos Estados. Um conceito político do estado e não um conceito jurídico de direito internacional público. As organizações internacionais, regionais, e organismos, instituições ou indivíduos, não podem ser membros das Nações Unidas, mesmo sendo que algumas das quais possam ser representadas como observador. Isso foi anotado no parecer consultivo Tribunal Internacional de Justiça sobre a admissão de novos membros da ONU, emitido em

28 de maio de 1948, e em decisões da Assembléia Geral emitidas em 08 de janeiro de 1948.

Em primeiro de fevereiro de 1952, as Nações Unidas decidiram não condicionar aos estados, terem soberania completa para a admissão. Basta ter o poder suficiente de controlar a si mesmos e, portanto, isso juridicamente, é defeituoso, porque está sujeito aos caprichos e pressões políticas que vêm dos países maiores. Isso porque a Carta da ONU não especifica o que significa a palavra país. As Nações Unidas trabalharam na interpretação do termo como uma explicação política, que é contrária ao direito internacional e à Carta das Nações Unidas.

Isso tem sido explorado por esses países para a entrada às Nações Unidas, entidades não estatais, no sentido de Estado, levando ao reconhecimento e ao surgimento de entidades que não têm leis de um estado. Sendo o exemplo mais proeminente disso, Israel, e a aceitação da Ucrânia e Belarússia como Estados-membros da ONU que são repúblicas da antiga União Soviética, de acordo com o texto da Constituição da Rússia, sem base em qualquer base legal, mas por razões políticas do desejo da antiga União Soviética, para ter três assentos na Assembléia Geral das Nações Unidas, em vez de um lugar para enfrentar o bloco ocidental, que representaram a grande maioria dos membros da ONU.

A Carta das Nações Unidas não exige na composição do estado solicitante de ser reconhecido por todos os membros das Nações Unidas, ou a maioria, e, nem após a sua aceitação como um Estado membro das Nações Unidas. Exigir este reconhecimento, explícita ou implicitamente, dos Estados-Membros, mas sem efeito legal, depende do reconhecimento da filiação, dos direitos e obrigações da adesão.

Reconhecer o estado é uma questão de soberania do Estado, no sentido político, não de ordem jurídica, porque são organizações e movimentos terroristas que se especializam no crime, e a diplomacia não será pisoteada em nenhum dia. Ainda estavam faltando nos termos do Estado requerido em conformidade com o direito internacional público, pois o território controlado pelas forças sionistas é um território ocupado.

O controle das terras pelos sionistas na Palestina era resultado do uso de força contrária aos artigos 2/4^o da Carta das Nações Unidas e é contrária ao princípio da proibição da aquisição de territórios dos outros pela força, a partir dos princípios gerais e da supremacia do direito internacional que não pode ser violado, por qualquer pessoa do direito internacional, ou organizações internacionais, nem que seja a própria ONU.

A entidade sionista de Israel trabalhou desde o início da causa palestina, para trazer os judeus de todo o mundo, e dar-lhes a nacionalidade do Estado israelense alegada na época, a fim de torná-los falsamente associados com os terrenos e casas que foram apreendidas na Palestina, na tentativa de fabricar pilares do território e as pessoas do Estado alegado.

Em seguida, foi emitida a Lei do Retorno, que constitui uma violação das obrigações internacionais e direito internacional, e com essa lei falsa, foi excluído dos proprietários reais da Palestina, o direito de ter um vínculo real com o solo, para exercer o seu direito à própria terra e usá-la. Depois foram expulsos e deportados, pois os sionistas cometeram muitos massacres e crimes internacionais,

Também faltou a cláusula de soberania que é um requisito para ser reconhecido como estado de direito internacional público, porque a terra era controlada pelas gangues sionistas era colonizada pelos britânicos. A ocupação não

transfere da soberania para o ocupante, mas permanecem os proprietários soberanos da terra, e também a recomendação da resolução da partilha 181 de 1947 que invalida em tudo, por ter muitas irregularidades com as regras de princípios gerais e os comandos do direito internacional.

Primeiro porque as Nações Unidas e todas as suas agências não têm o direito de dispor dos territórios palestinos, porque o povo palestino nunca procurou as nações unidas para isso. Por isso, a recomendação da divisão, que nesta base foi aceita, a entidade de Israel como membro das Nações Unidas não é válida e não pode ser corrigida por qualquer sujeito ou parte do direito internacional público.

Portanto, tudo que foi construído sobre a mentira é falso, e a invalidez atinge a recomendação da divisão 181 para o ano de 1947. A recomendação e a decisão de aceitar a entidade os membros do Israel das Nações Unidas não existem. O que vem a sugerir que a recomendação, a divisão de 181 para o ano de 1947 e recomendar a aceitação da entidade de Israel como membro das Nações Unidas de número 237, de 1949 como um ato material não lhes permite o direito internacional com nenhum efeito legal, e param na sua emissão porque eles nasceram mortos, e aconteça o que acontecer, com os erros jurídicos é descrito como nulo por serem ações só materiais que perdem o efeito já no final da publicação.

Como a Assembléia Geral e o Conselho de Segurança cancelaram a recomendação da divisão e pediu para parar a execução, o Conselho de Segurança decidiu, em 19 de marco de 1948 a decisão de n^o 27, que o Conselho de Segurança tem a vontade de implementar a recomendação da divisão, e recomenda que a questão palestina volte para a Assembléia Geral das Nações Unidas e sugere a

imposição da tutela temporária sobre a Palestina sob a tutela do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A Assembléia Geral das Nações Unidas em 14 maio de 1948 emitiu sua segunda resolução para isentar a Comissão Palestina de quaisquer responsabilidades estabelecidas no artigo II da recomendação da divisão de 181, a mesma resolução exigiu para trabalhar para uma solução pacífica para a situação futura na Palestina.

Além disso, a emissão de Resolução da Assembléia Geral de número 1514¹⁵¹ da resolução 1960 sobre a liquidação de todas as formas de colonialismo, imediatamente e sem reservas e muitos dos países de independência ganharam na execução da presente resolução.

Esta decisão contribui e apóia a ilegitimidade da entidade Sionista na Palestina desde o rio até o mar, porque a presença dos sionistas na palestina é por ocupação do rio para o mar como ocupantes, ou colonizadores ou forças de ocupação deve implementar esta resolução, que estabelecia a necessidade de descolonização em todas as suas formas, sem quaisquer reservas.

(B) ser um estado de paz:

Esta condição é política e não jurídica, porque é difícil estabelecer normas legais e objetivas para ver se o Estado é amante da paz ou não, e se expande a autoridade da Assembléia Geral das Nações Unidas. Ao considerar a admissão das nações, os países que se reuniram em San Francisco acreditam que as nações amantes da paz são os países que participaram da II Guerra Mundial com as Potências Aliadas contra as potências do Eixo.

¹⁵¹ -Texto da resolução 1514 – Ver anexo XXIX

Mas a ONU não tem esta visão, pois foram aceites membros do Eixo nas Nações Unidas como a Alemanha, Japão e Itália. Esta condição pode ser identificada pelo país não cometer um crime internacional, ou que violam o direito internacional com violações graves. Não especificar isso no texto faz uma marca negativa a Carta da ONU, o fato de que a Carta foi uma consagração da vitória dos Aliados sobre as potências do Eixo, e torná-lo infectado à injustiça.

As características mais proeminentes disso é o direito de voto (VETO) do Conselho de Segurança que é usado normalmente para a interpretação política fugindo da aplicação do direito internacional, a explicação política é a porta de trás da aplicação das normas e disposições e princípios do direito internacional público, e é isso que os países grandes estão fazendo agora.

Portanto, esta condição (estado de paz) para participar das Nações Unidas sublinha a falta de disponibilidade desta condição na entidade de Israel e, portanto, não deveria ser aceita nas Nações Unidas.

Confirmando isso, em 16 de dezembro de 1982 a Assembléia Geral da ONU emitiu uma resolução com o número 123¹⁵²/37 com o texto:

(O registro de Israel e os seus procedimentos provam que não é um membro amante da paz e persistem na violação dos princípios contidos na carta e eles não cumprem as obrigações decorrentes da Carta e as obrigações da recomendação da Assembléia Geral, com o número de 237 no ano de 1949 e pediu para todos os estados para o não fornecimento de Israel com quaisquer armas ou equipamentos associados, bem como não comprar armas de Israel e parar as suas assistências econômicas e financeiras e de tecnologia para Israel e o rompimento das relações diplomáticas comerciais e culturais com eles) a Assembléia acatou esta decisão por mais de dez anos.

Com isso, a Assembléia Geral aprovou a expulsão da entidade de Israel, da ONU, mas mais do que isso, impôs um cerco militar e econômico sobre Israel, mas com a covardia dos árabes e ocidentais as sanções não foram aplicadas sobre

¹⁵² -Texto da resolução 123 –Ver anexXXX

a entidade sionista, sob o pretexto de que a Assembléia Geral apenas emite recomendações não vinculativas.

Mas isso não é juridicamente válido e é contrária à Carta das Nações Unidas, porque a Carta falou que algumas das decisões da Assembléia Geral são obrigatórias no que se refere à paz e segurança internacionais, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Carta.

A jurisprudência internacional incluiu mais três casos que consideram as decisões da Assembléia Geral como obrigatórias. Estes casos são:

1. Se confirmar que a decisão da Assembléia Geral das Nações Unidas tem uma base clara do direito internacional.
2. Se for uma interpretação de referência para os princípios ou regras obrigatórias de direito internacional.
3. Se a Assembléia Geral da ONU confirmar a resolução em mais de uma decisão sem modificação.

(C) Se comprometer em executar as obrigações contidas na Carta das Nações Unidas:

Essa condição diz que o Estado que quer ser membro das Nações Unidas deve apresentar uma promessa de adesão às obrigações contidas na Carta das Nações Unidas a partir início até os últimos capítulos e artigos da Carta e não pode deixar de aderir a qualquer item da Carta ou qualquer compromisso contido nela, porque não pode se reservar nas cartas de organizações internacionais.

A história é testemunha de que a entidade sionista não se comprometeu com qualquer compromisso contido na Carta das Nações Unidas e como isso, é originalmente baseado numa violação clara e evidente de todas as regras e

princípios do direito internacional, em todos os seus ramos, bem como violação da Carta das Nações Unidas.

Além disso, as Nações Unidas, quando emitiu a resolução 237 de aceitar Israel como membro das Nações Unidas condicionou quatro condições a Israel:

- Primeira: aplicação da recomendação da divisão, da resolução 181 de 1947, que nasceu morta e não foi implementada.
- Segunda, o cumprimento da resolução 194, de 1949, sobre o regresso dos refugiados palestinos para suas casas que não foi implementada.
- Terceira é o respeito pelo estatuto jurídico da cidade de Jerusalém que está na resolução da partilha e nunca foi implementada, e por quarto, respeitar a Carta das Nações Unidas que nunca foram implementadas, como as outras condições.

E até mesmo a ONU não respeitou sua carta em relação a Israel, e apesar das inúmeras violações renováveis de Israel para esta entidade, no que está na Carta das Nações Unidas, as Nações Unidas não aplicaram os termos do artigo VI da carta, que afirma: “se um membro das Nações Unidas violarem os princípios da Carta é admissível que a Assembléia Geral expulse o membro da entidade seguindo a recomendação do Conselho de Segurança.” Se não houver uma recomendação do Conselho exigido por este artigo para separar Israel das Nações Unidas pode recorrer para a resolução da União para a paz - paz com a Assembléia Geral, emitido em 03 de novembro de 1950.

Para resolver problemas causados pelo uso repetido do veto, a resolução autoriza a Assembléia Geral o direito de tomar decisões coletivas, incluindo o uso da força armada para manter a paz e a segurança com as tropas internacionais no caso de o Conselho de Segurança não cumprir as suas principais responsabilidades.

O Tribunal Internacional de Justiça apoiou esta resolução e reconheceu a legitimidade da Assembléia Geral das Nações Unidas no presente, e argumentou que se o Conselho de Segurança tem o poder em manter a paz e a segurança. Tudo bem, mas ele não o tem.

A decisão da União para a paz no primeiro parágrafo diz: “No caso do fracasso do Conselho de Segurança no seu trabalho como resultado de poder de veto na questão da ameaça a paz e a segurança internacional, os países podem recorrer a esta união, a fim de emitir uma decisão que é obrigatória para as Nações Unidas e seus Estados-Membros.” Aqui há uma questão. Por que os países árabes não usaram este benefício nas Nações Unidas que é legal, garantido pelo direito internacional e da Carta das Nações Unidas.

(D) Que o Estado seja solicitante para serem membro e capaz de aplicar as obrigações da Carta:

Nesta condição tem a necessidade da existência da capacidade jurídica internacional entre os países que querem ser membros, para que possa cumprir as suas obrigações em relações internacionais e da comunidade internacional, e com isso, a exclusão dos países da neutralidade absoluta de serem membros da ONU.

Mas isso não impediu a aceitação da Áustria e Laos como membros da ONU, também são previstas a exclusão de países com material fraco e potencial militar de pequeno porte, mas isto não aconteceu por razões políticas e pressão dos países aliados que ganharam na Segunda Guerra Mundial sobre as potências do Eixo.

Esta condição é política, e não jurídica e não pode ser verificada na prática, só após a aprovação dos membros da ONU e o Estado que quer ser membro deve apresentar isso com o pedido de adesão. A entidade de Israel

prometeu implementar e respeitar os compromissos contidos na Carta das Nações Unidas e não aplicou qualquer Resolução da Assembléia Geral ou o Conselho de Segurança.

Como resultado do veto, e apoio de muitos países, não foi aplicado à recomendação da carta da ONU nesta entidade, especialmente o artigo VI da Carta, os personagens internacionais sabem que a entidade sionista não quer aplicar no presente e nem no futuro a implementação dos compromissos contidos na carta das Nações Unidas, nem mesmo as decisões emitidas pelo Conselho de Segurança ou da Assembléia Geral, sabendo que irão continuar na Organização.

As condições formais e processuais: o artigo IV da Carta das Nações Unidas fala sobre os termos de formalidade e processuais dos países que querem ser membros das Nações Unidas, o segundo parágrafo do artigo IV diz: "aceitar qualquer um desses países como membro da ONU é uma decisão da Assembléia Geral da ONU sob recomendação do Conselho de Segurança, 9". Com isso, não aceitar membros para a ONU só porque atendem as condições estabelecidas na Carta, mas deve ser uma decisão da Assembléia Geral mediante recomendação do Conselho de Segurança.

O pedido de adesão da Assembléia Geral deve ser apresentado ao Secretário-Geral das Nações Unidas, anexada de uma promessa do Estado solicitando a adesão à implementação dos compromissos contidos na Carta. O Secretário-Geral das Nações Unidas transmitirá isso à Comissão de Admissão de novos membros do Conselho de Segurança.

Depois de estudo de caso para analisar a disponibilidade das condições estabelecidas no artigo IV da Carta da Assembléia Geral das Nações Unidas, o Conselho de Segurança emite uma recomendação à Assembléia Geral, observando

que esta recomendação é das questões que requerem a aprovação dos membros permanentes do Conselho de Segurança, e se isso não está disponível. A recomendação deve ser invalidada pela perda da condição de acordo consensual dos seis membros permanentes e não deve ser significativo para eles na Assembléia Geral. Esta visão é o predominante para os estudiosos da lei internacional, o Estado é um membro a partir da decisão da Assembléia Geral que deve aprovar com a maioria de dois terços.

Houve muitas discussões entre os grandes países nos primeiros anos das Nações Unidas, que levou à atribuição da causa ao Tribunal Internacional de Justiça em 22 de novembro de 1948¹⁵³, para emitir um parecer sobre essa disputa, e acabou na decisão sobre a disputa em três de março de 1949, com a aprovação do Conselho de Segurança para participar com uma condição preliminar para a emissão da resolução da Assembléia Geral, não pode privar a Câmara de uma autoridade significativa e competência de um texto da Carta das Nações Unidas.

Com isso, não pode que a Assembléia Geral emita uma decisão de aceitar a adesão, caso não exista uma recomendação do Conselho de Segurança, seja por falta da maioria necessária ou pela não aceitação de um Estado grande que seja membro permanente.

Há uma opinião do direito internacional, que considera que a Assembléia Geral pode acatar a recomendação do Conselho de Segurança ou rejeitá-lo, e emite sua decisão de aceitar a adesão, apesar do Conselho de Segurança se recusar a emitir uma recomendação ou não receber a recomendação sobre a compatibilidade dos seis membros do Conselho, porque é uma recomendação e não uma decisão.

¹⁵³ -Arquivos e documentos do Ministerio da orietação,c.1

A aceitação do Estado como um membro das Nações Unidas não é relacionado à manutenção da paz e da segurança, mas é um processo de natureza jurídica, e dizer o contrário disso, pode o levar à mistura de considerações jurídicas por motivos políticos e leva à mudança do sentido do conteúdo dos artigos 1, 24, 27 da Carta. Os defensores deste ponto de vista pedem para dar à Assembléia Geral o poder de aceitar novos membros com base em:

1 - Considerar a recomendação do Conselho de Segurança, um pré-requisito para a aceitação do Estado, não está em conformidade com o valor legal da recomendação, bem como a decisão da Assembléia Geral deve passar por uma maioria de dois terços em conformidade com o disposto no artigo 18/2 da Carta da ONU, que estipula que a questão da resolução da Assembléia Geral sobre assuntos públicos deve ter a maioria de dois terços dos membros presentes e votantes, incluindo questões como recomendações para a manutenção da paz e da segurança internacionais.

A eleição dos membros do Conselho de Segurança não-permanente, e a eleição dos membros do Comitê Econômico e Sociais e a eleição os membros do Conselho de Tutela, em conformidade com as disposições do parágrafo (c) do artigo 86, em aceitar novos membros na Organização das Nações Unidas e excluir membro dos direitos diretos da adesão e de se aproveitar dos benefícios, e a exclusão dos membros e as questões relativas ao funcionamento do sistema de tutela e as questões que se referem á “Miwania” que confirma a recomendação do Conselho de Segurança, não é obrigatória.

Considerar a recomendação do Conselho de Segurança como obrigatória, então não há nenhuma necessidade para exigir a aprovação da Assembléia com a maioria de dois terços, e no caso de considerar que a recomendação do Conselho

de Segurança como não obrigatória, A Assembléia Geral terá sua decisão que será obrigatória.

Esta opinião não é correta, em minha opinião o correto é do seguinte modo:

1. Não tem esforço com o texto, que é a regra geral estabelecida no direito internacional, o artigo 4/2º exigiu uma recomendação do Conselho de Segurança e o artigo 18/2º da Carta considerava a admissão de novos membros como uma das questões importantes que exige a aceitação dos Estados com direito do veto no Conselho de Segurança.
2. Considerar a recomendação do Conselho de Segurança como não obrigatória para a Assembléia Geral, ao contrário do artigo 24, parte I e II da Carta, que previa os poderes especiais conferidos ao Conselho de Segurança para que possa realizar essas funções com base nos capítulos 6, 7, 8 e 12, o artigo 18 \ 2 igualou entre a aceitação de novos membros e a manutenção da paz e segurança, por isso, tudo o que é emitido pelo Conselho de Segurança a esse respeito será obrigatório em todos os Estados-Membros, todos os órgãos das Nações Unidas.
3. Assim como é certo que a recomendação emitida por um órgão dos órgãos das Nações Unidas é obrigatório, de modo a garantir o trabalho das Nações Unidas.
4. O Tribunal Internacional de Justiça na sua decisão de 28 de maio de 1948, respondeu negativamente duas perguntas da Assembléia Geral, em primeiro lugar: É legal um membro das Nações Unidas quando da sua ratificação dos pedidos de adesão, de suspender a aceitação por causa de condições não mencionada na Carta.

A segunda: É admissível para ele suspender a aceitação de um determinado país que atende as condições de aceitação sobre as condições de aceitação de admissão de Estados apresentados por outros estados? O Tribunal respondeu "não" a ambas as perguntas, com base no artigo 4/1º da Carta e lembrou a necessidade de cumprir os termos da Carta, e à inadmissibilidade de acrescentar outras condições não abrangidas pela Carta das Nações Unidas.

5. E a interpretação emitida em 03 de março de 1950 de 1950 confirmou que a recomendação do Conselho de Segurança sobre a admissão de novos membros é uma autoridade significativa do Conselho, nos termos da Carta, e é um dos principais trabalhos, uma questão real e não meramente formal ou processual, por isso, deve ser emitida a recomendação da aprovação das seis nações que são membros permanentes do Conselho, a decisão da Assembléia Geral que contrária a isso, será considerada contrária á Carta das Nações Unidas.
6. Sobre a entidade israelense, foram emitidas as decisões sobre a recomendação do Conselho de Segurança com o número 69¹⁵⁴ para o ano de 1949 sem a existência de compatibilidade dos membros permanentes do Conselho de Segurança, pois a Grã-Bretanha se recusou a votar que é a de considerar a recomendação da Assembléia Geral n º 273¹⁵⁵, de 1949, em violação da Carta das Nações Unidas.

Segundo: a não validade da adesão de Israel á Organização das Nações Unidas:

¹⁵⁴ - Resolução 69- OLP

¹⁵⁵ -Texto da Resolução 273- Ver anexoXXVIII

Comentando sobre o que foi explicado anteriormente sobre a aceitação de membros na ONU, pode-se dizer que não é válida a adesão da entidade israelense como um membro das Nações Unidas com base no seguinte:

1 – O fato de não aderir á recomendação da partição 181 e considerar a decisão como uma decisão material e jurídica, ou seja, ela não traz nenhum efeito jurídico sobre a questão palestina, e tudo o que implica essa decisão não é valido, com base no seguinte:

- A Violação da recomendação da divisão no primeiro artigo no segundo parágrafo e o artigo 55 da Carta das Nações Unidas sobre o direito à autodeterminação dos povos, que é um dos princípios gerais de direito internacional que não pode ser dispensado nos termos do artigo 34 da Lei dos Tratados, de 1969.

- A Violação da decisão de divisão do artigo 10 da Carta das Nações Unidas, que dá o direito de fazer recomendações sem tomar decisões.

- A recomendação da divisão de número 181 deve ser anulada, porque não conseguiu atingir o nível de credibilidade absoluta e tornar-se a decisão final de acordo com as Nações Unidas. O Conselho de Segurança e a Assembléia Geral pararam a sua execução, quando o Conselho de Segurança emitiu a decisão de número. 27 em 19 de Março de 1948.

O Conselho decidiu que não tinha vontade de implementar a recomendação 181 de divisão, e recomenda que a questão palestina volte à Assembléia Geral e à imposição de tutela sobre a Palestina de forma temporária sob a tutela do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Mas esta medida não foi implementada nem totalmente e nem parcialmente, além de que, a Assembléia Geral das Nações Unidas emitiu em 14 de maio de 1948, a sua resolução segundo contendo a isenção da Comissão Palestina

de quaisquer responsabilidades que estavam mencionadas no artigo 2º da resolução da partilha e o trabalho para uma situação pacífica no futuro da Palestina.

- A decisão de partilha Contraria o princípio de respeito pela igualdade de direitos dos povos e do princípio da igualdade de soberania dos países que estão no artigo II do primeiro parágrafo da Carta da ONU e do princípio da proibição do uso da força nas relações internacionais, previsto no artigo II do parágrafo de número quatro da Carta das Nações Unidas.

Como conseqüência da anulação absoluta da recomendação da divisão de número 181, bem como o cancelamento da mesma pela Assembléia Geral e o Conselho de Segurança, tudo o que foi afetado pela decisão também deve ser anulado, bem como devem ser anuladas todas as decisões da Assembléia Geral das Nações Unidas.

2 – A falta de condições objetivas para o pedido de admissão de Israel nas Nações Unidas. A anulação e cancelamento da recomendação da divisão, que é a base legal sobre a qual se basearam para se considerar um país e, portanto, conseguiram a admissão na ONU, como os líderes do estado no direito internacional são representados na terra e no povo e no poder, e reconhecimento com a diferença entre os estudiosos com a existência do reconhecimento, a terra não está disponível porque o terreno cedido à entidade de Israel não é de Israel, e não tem direitos sobre ela, porque foi tomado pela força e sem base jurídica.

A terra é uma potência ocupante, isto é contrário ao princípio da proibição da aquisição de territórios pela força, um dos princípios gerais do direito internacional que não poderão acordar para violar este direito, os meios para adquirir a terra dos outros, através da invasão ou conquista, era um dos meios do direito internacional convencionais, que terminou.

Foi decretado o princípio da proibição da aquisição de territórios dos outros pela força, assim a terra da Palestina não é propriedade da entidade de Israel, é terra ocupada, de acordo com a lei de ocupação de guerra, a soberania não é transferida para o ocupante, mas a Terra continua a ser propriedade dos seus respectivos proprietários que são os filhos do povo palestino. A ocupação é temporária, e o tempo aqui diz que a presença dos sionistas é temporária, de acordo com a lei de ocupação de guerra, também, a falta da condição da posse da terra da Palestina e da residência contínua, podemos dizer que não tem disponibilidade de propriedade de um estado.

Com a decisão da Assembléia Geral da ONU de número 1514¹⁵⁶, que foi lançada na véspera de 15 em 14 de dezembro de 1960 e a concessão da independência aos Países e Povos Coloniais, foi dito:

É de direito dos povos à autodeterminação, e por um fim a todos os tipos de ação armada ou medidas repressivas contra os povos dependentes, que lhe permitam exercer corretamente o seu direito à independência, e respeitar a integridade nacional, e que devem ser tomadas imediatamente as medidas necessárias nas províncias abrangidas pela tutela ou ocupação sem quaisquer condições ou reservas, de acordo com a vontade e o desejo de livre expressão para gozar de total independência e liberdade.

Assim, a existência dos sionistas na Palestina é ilegal e deve ter fim essa ocupação, e a Palestina deve ganhar sua independência.

A Assembléia Geral afirmou que os direitos do povo palestino não podem sofrer mudanças, incluindo o direito à autodeterminação e ao direito à independência e à liberdade, e o final da colonização em sua terra. Isso veio em várias decisões, entre as mais famosas.

A de número 3226¹⁵⁷ emitida em 22 de janeiro de 1974, onde foi confirmado pela Assembléia Geral que não se pode abrir mão dos direitos dos

¹⁵⁶ - resolução 1514 – Arquivo OLP

palestinos, e que esses direitos estão localizados na Palestina, e a Resolução 2672¹⁵⁸ sobre o reforço do direito palestino à autodeterminação. Foi formada uma comissão de trabalho para garantir essa proteção e acesso aos direitos na integralidade.

Conforme previsto no artigo VII do mandato que é para conceder aos judeus a nacionalidade palestina e não formar um estado em qualquer parte da terra da Palestina desde o rio até o mar. A Palestina era um dos Estados que se enquadraram no âmbito do mandato, como a Síria e o Líbano, e a Palestina era especial para o mandato, ficou claro no Artigo VII do mandato que prevê:

A Administração da Palestina assume o ato de Cidadania e deve ser incluído nesta lei, o texto da aquisição da cidadania palestina por judeus que se estabelecem na Palestina.

3 - A anulação da aceitação da entidade de Israel como membro das Nações Unidas pelas violações da recomendação do Conselho de Segurança. N 69, de 1949, por não ter a condição de unanimidade pelos membros permanentes em virtude do não voto da Grã-Bretanha sobre esta recomendação e, portanto, anula a decisão da Assembléia Geral da Resolução n ° 237¹⁵⁹, de 1949, sobre a aceitação de Israel como um dos Estados membros da ONU.

Curiosamente, apesar do que foi explicado acima, a ONU não aceitou a Palestina como membro apesar de ser anunciada em 1988 e aprovada em mais de 124 países. Isso coloca a ONU em um círculo de acusação. A Assembléia Geral emitiu a decisão n ° 3.210 ¹⁶⁰de 14 de Outubro do ano 1974, para aceitar

¹⁵⁷ - resolução 3226 –Arquivos OLP

¹⁵⁸ - resolução .2672- Arquivos OLP

¹⁵⁹ -Texto da resolução 273”Anexo XXVIII

¹⁶⁰ resolução 3210- Arquivos OLP

Organização de Libertação da Palestina com o status de observador na Organização das Nações Unidas.

Esta resolução é um reconhecimento à legitimidade dos direitos dos palestinos, mas a decisão é falha e imperfeita, porque a resolução aceita a Palestina como observadora e não como a Palestina o que confirma a acusação. Depois de neutralidade da ONU diante do problema palestino, a ONU emitiu a resolução 3.237¹⁶¹ em 22 novembro de 1974 na presença da OLP como observador permanente para atender a todas as sessões e todas as conferências internacionais convocadas e patrocinadas sobre a questão palestina e, em termos da Carta, o observador tem o direito apenas de ouvir o que está nas discussões e conferências e não tem o direito de voto, mas pode apresentar propostas sobre assuntos a seu respeito.

Apesar da acusação da ONU de violar seus direitos, emitiu importantes decisões em interesse e a favor da causa palestina e ao povo palestino. A mais famosa Resolução é a de n ° 2.535¹⁶², relativa ao reforço dos direitos do povo palestino que são fixas e não podem ser negociadas.

A Resolução n ° 3236¹⁶³ emitida em 22 de novembro de 1974, a Assembléia Geral salientou que os direitos dos palestinos não podem ser negociados e nem cancelados e que esses direitos estão localizados na terra da Palestina e a resolução 2672 sobre o reforço do direito palestino à autodeterminação.

Isso indica que todos os direitos do povo palestino à resistência, independência, liberdade e da formação de seu país e ao regresso dos refugiados

¹⁶¹ resolução3237- Arquivos OLP

¹⁶² - resolução 2535 – Arquivos de OLP

¹⁶³ - resolução 3236 – Arquivos de OLP

às suas casas são direitos naturais, e os direitos naturais não podem ser interferidos pelo direito internacional, mas só para organizar a forma de obtê-los, não têm o direito de impedir ou diminuir esses direitos, é fixa como a estabilidade da natureza.

Tudo o que contraria isso, é totalmente inválido, o que significa que as decisões contrárias a isso são decisões materiais sem efeito no direito internacional, sem qualquer efeito jurídico e não importa quem proferiu a decisão, nem que seja as Nações Unidas, ou as partes do problema internacional ou mesmo que sejam os próprios palestinos ou aqueles que os representam.

Depois de examinar a adesão de Israel como membro da Organização das Nações Unidas e da anulação da adesão em conformidade com a Carta das Nações Unidas e do direito internacional geral, deve ser tratado com base jurídica o estabelecimento de um Estado palestino independente.

A adesão de Israel entre os membros da ONU é a única adesão condicional comparando com o resto das Nações Unidas. A Assembléia Geral não cancelou a decisão de n.º 181, que adotou o conceito de Estado da Palestina árabe que se baseia no direito fundamental à autodeterminação, reconhecido como um princípio, o direito de todas as pessoas dos povos à autodeterminação como quiser, incluindo o estabelecimento de um estado independente.

É claro, este direito implica a necessidade de não gozar deste direito à custa de um direito similar de outro povo, bem como a necessidade de adquirir este direito com o reconhecimento de Estados e dos povos de forma completa e até mesmo fazer o que pode ser feito para alcançar isso.

Partindo deste princípio, as Nações Unidas aprovaram em 1947 a decisão 181 que é conhecida, de criar dois estados em território palestino, um palestino e outro israelense e esta decisão estabelece a base jurídica internacional para o

estabelecimento de um Estado palestino, que mantém a partir do ponto de vista do direito internacional a necessidade de execução completa. É dever de todos os membros da organização internacional, ou não membros de respeitar essa decisão, e fazer todo o possível para ajudar na sua implementação.

Como é sabido, foi condicionada a Israel para ser aceito como Membro das Nações Unidas de implementar as decisões da ONU, sobre a questão dos refugiados, e resolver a questão jurídica de Jerusalém. Israel apresentou em 29 de novembro de 1948 o pedido para as Nações Unidas para a admissão como membro desta organização Internacional. As Nações Unidas emitiu em dezembro a Resolução 194 que exige de Israel para permitir que os refugiados regressem à sua terra natal e como Israel rejeitou a resolução, as Nações Unidas se recusou a aceitar Israel como membro, em 17 de dezembro de 1948.

Em 24 de fevereiro de 1949, novamente Israel apresentou às Nações Unidas, um novo pedido de adesão. A Assembléia Geral solicitou ao representante de Israel para se apresentar, e para explicar a disposição de Israel de implementar as decisões das Nações Unidas sobre a cidade de Jerusalém e seu estado jurídico, bem como para a questão dos refugiados.

O representante israelense declarou que Israel quando se tornar membro das Nações Unidas, irá aplicar as decisões necessárias, e, naturalmente, o diálogo nas Nações Unidas foi sobre a Resolução 181, no qual foi declarado o estado de Israel sem haver um Estado da Palestina no mesmo tempo.

A não aplicação da resolução 181 de forma completa gerou uma falha na execução e feriu a sua legitimidade, na legitimidade do Estado de Israel, resultando em uma repercussão muito negativa sobre as relações internacionais.

Em outras palavras, a decisão da Assembléia Geral prevê a criação do Estado judeu na Palestina, ao lado do Estado Palestino, e é isso que é a base jurídica para o estabelecimento do Estado de Israel, desde que ambos os lados possam executar a resolução. Os outros documentos que antecederam a aprovação desta resolução não podem ser considerados juridicamente validos.

E o exemplo disto é a opinião do famoso jurista (Seoul Inovic) a este respeito quando se refere à Declaração de Balfour, dizendo

(A Declaração de Balfour não tem qualquer força jurídica porque a Grã-Bretanha não tem nenhum direito de soberania na Palestina, e a Palestina não pertence a eles e não tem o direito de dispor deles. A Declaração de Balfour não é nada mais do que intenções britânicas).

Uma série de outros juristas mantém o mesmo ponto de vista, principalmente quando se fala de expandir o território do Estado de Israel com o uso da força em violação ao direito internacional.

Escreveu o sábio francês (CARS), em seu livro; o Oriente Médio entre a Guerra e a Paz que todas as fases da colonização sionista na Palestina, incluindo a criação do Estado de Israel, e nas fronteiras são maior que a prevista na resolução 181 ocorreu em função do resultado de compra de armas do ocidente e o recrutamento de voluntários ou mercenários, o que aconteceu através da organização armada judaica Haganá.(Oriente Médio entre a guerra e a paz.)

Agora, após a sessão extraordinária do Conselho Nacional Palestino em Argélia, em 15 de novembro de 1988, foi anunciada a criação do Estado independente da Palestina e foram emitidos dois documentos a este respeito. São a Declaração de Independência e a declaração política, é útil examinar os princípios básicos da Declaração da Independência para a construção do estado.

“O Estado da Palestina é para os palestinos onde quer que estejam, onde desenvolvem a sua identidade nacional e cultural e desfrutam plenamente dos

direitos. E tem as crenças religiosas e políticas preservadas, e a dignidade humana também, sob o regime de democracia parlamentar com base na liberdade de opinião, e a liberdade de criação de partidos, e os cuidados da maioria aos direitos das minorias, e o respeito da minoria pela decisão da maioria, e pela justiça social e de igualdade e não discriminação no direito público, com base em raça, religião, cor ou entre homens e mulheres, sob uma Constituição que assegura o primado do direito do sistema judicial independente, e com base na satisfação plena do patrimônio espiritual da Palestina de tolerância cultural e de convivência de forma tolerante entre pessoas de todas as religiões”¹⁶⁴.

Em outras palavras, essas decisões da Declaração de Independência definiram as bases para o desenvolvimento interno do Estado da Palestina como um estado democrático e pluralista desenvolvido por todos.

Este documento também anunciou os princípios básicos da política externa do Estado da Palestina, e comprometeu-se a este país, nomeadamente pelos princípios de convivência pacífica e os princípios das Nações Unidas e seus objetivos, e na Declaração Universal dos Direitos Humanos e os princípios do Movimento de Países Não Aliados e seus programas políticos.

A Conferência da Argélia pediu para a ONU em nome do Estado da Palestina, que tem uma responsabilidade especial para com o povo palestino e a sua pátria, e pediu aos povos do mundo e os países que amam a paz e liberdade, para ajudá-los a alcançar os objetivos do povo palestino, para acabar com o sofrimento deste povo, oferecer segurança para ele, e trabalhar para acabar com a ocupação Israelense nos territórios palestinos, como veio no texto da Declaração de Independência nesta área.

¹⁶⁴ Arquivos de OLP

O Estado da Palestina acreditava que a solução de problemas regionais e internacionais pode acontecer por meios pacíficos e de acordo com a Carta das Nações Unidas e suas decisões, e também rejeita a violência, ou ameaça de força contra integridade territorial ou a segurança de qualquer outro país, sem prejudicar o seu direito natural de defender seu território e independência.

Veio também na Declaração da Independência que é um a injustiça histórica sobre o povo Palestino sua dispersão e privá-los do direito à autodeterminação, na seqüência da decisão da Assembléia Geral das Nações Unidas na Resolução 181 de 29 de outubro de 1947.

Esta decisão ainda fornece as condições de legitimidade internacional que assegura o direito do povo palestino de ter independência nacional e soberania.

Já os Pontos ou funções políticas do Estado da Palestina foram formulados na declaração política que teve a maior atenção para resolver a questão palestina como o núcleo do conflito árabe com Israel.

Neste contexto, o Conselho Nacional Palestino convocou a Conferência Internacional sobre a questão do Oriente Médio sob supervisão das Nações Unidas e os cuidados dos membros permanentes do Conselho de segurança internacional e com a participação de todas as partes do conflito no Oriente Médio, incluindo a OLP como único representante legítimo do povo palestino.

A declaração política teve uma série de questões políticas relativas aos direitos legítimos do povo palestino, incluindo¹⁶⁵:

1. A retirada de Israel de todos os territórios árabes e palestinos ocupados por Israel na guerra de 1967 e esse é um reconhecimento á resolução 242, que indicou esta retirada.

¹⁶⁵ - Declaração de conselho palestino – Arquivos De OLP

2. Cancelar todos os processos de colocação e à anexação e a remoção dos assentamentos construídos por Israel nos territórios palestinos e árabes, desde 1967.
3. Colocar os territórios palestinos, incluindo Jerusalém árabe, sob os cuidados das Nações Unidas para proporcionar ambiente adequado para o sucesso da conferência internacional.
4. Resolver o problema dos refugiados palestinos de acordo com as decisões das Nações Unidas nesta matéria.

Deve-se notar que a declaração de um Estado da Palestina teve como base a governação nacional nos territórios ocupados do Estado Palestino, e em campos de refugiados de palestinos nos territórios de outros Estados, o que é conseguido através de organismos públicos, e outros órgãos da Intifada e da auto-administração, como solução efetiva para todos os aspectos da vida do povo palestino.

Devemos focar no fato de que toda a atividade administrativa se realiza sob a liderança da OLP, como o governo no exílio em conformidade com os princípios do direito internacional.

A Assembléia Geral das Nações Unidas em 15 de Dezembro de 1988, na sua sessão 43, em Genebra, reconheceu o Estado da Palestina, lembrando que o anúncio desse Estado era complementar à decisão da Assembléia Geral da ONU na Resolução 181, de 29 de novembro de 1947.

Assim, o povo palestino e em conformidade com o direito internacional exerce o seu direito à autodeterminação, que se referem a ele como o fundamento, a teoria do direito internacional quanto à originalidade e identidade para o povo palestino com as propriedades referidas, e sob a lei internacional.

O povo palestino tem os seus direitos, independentemente do seu papel nas relações Internacionais, a história confirma que o povo palestino sempre desempenhou um papel positivo nas relações internacionais, na sua busca de fazer um impacto positivo nas relações internacionais.

Devemos dizer que, apesar do fato de que o povo palestino está Palestina e as práticas deste povo nas relações internacionais, as atitudes dos líderes sionistas. Não foram dirigidas para o não reconhecimento deste povo, mas também para distanciá-lo de todas as formas de convivência internacional.

E sobre isso, disse um líder ideólogo sionista Vladimir Jabotinsky que:

A Palestina deveria ser para os judeus, apenas os judeus, e aplicar os métodos adequados para estabelecer um elemento de estado nacional judeus é obrigatório e vital na nossa política para a nossa continuação, e os árabes sabem muito bem hoje, o que faremos com eles? O que vamos pedir? Neste contexto, devemos criar uma atmosfera de realismo e convencer os árabes que eles devem sair da nossa terra e ir para o deserto. (Instituto de Estudos da história palestina-Beirut)

Em 28 de outubro de 1958, disse Menachem Begin, um membro do Kenesset de Israel neste tempo e chefe do governo falando para um líder do exército Israelense:

“ó Israelenses, vocês não devem ter misericórdia quando matarem os seus inimigos, não tenha pena e temos de continuar com isso, para eliminar a chamada cultura árabe e impor a nossa civilização própria.”

O povo palestino, apesar do sofrimento, morte, deslocamento e estupro de sua pátria vivem e evoluem para desfrutar de seus direitos nacionais reconhecidos no direito internacional, e enfrenta a luta para o acesso a esses direitos, apesar de todos os obstáculos que se interpõem em seu caminho, e tem um amplo apoio internacional dos Estados e do público mundial.

Temos que perguntar sobre os direitos no tempo atual? Do ponto de vista do direito internacional deve ser dado o direito ao povo palestino principalmente em seu direito à autodeterminação e o direito de estabelecer um país independente. O direito de regresso dos refugiados às suas casas, ou o seu direito à compensação, e por final, o direito do povo palestino de usar todos os meios para alcançar estes direitos, mesmo recorrendo a uma ação militar contra o agressor e ocupante.

Também temos que notar, neste contexto, que enormes multidões de cidadãos palestinos, encontrou-se em campos de refugiados ou migraram para outros países sobre o impacto do terrorismo e da violência perpetrada por extremistas de Israel, em 1948 e 1949 até que o número de refugiados em 1949 foi para mais de 800 mil palestinos, e Israel teria procedido á força nas terras dos Palestinos para que eles fujam, e Israel colocou os territórios palestinos próximos às fronteiras de Israel, como a Alta Galiléia e a região da Palestina no centro e a Faixa de Gaza sob a administração militar. As autoridades militares nessas áreas aplicaram a lei da propriedade de bens dos ausentes, como parte da redistribuição de terras para colonos judeus.

As autoridades civis deram o direito de declarar qualquer cidade ou vila habitada por palestinos e o anúncio de sua propriedade para Israelenses como propriedades largadas de ausentes.

Nos termos da lei, emitida em 10 de março de 1953 em Israel:

“Todas as terras que tenham sido apreendidos ou preservadas, ou distribuídas ou utilizadas para atender as necessidades do pós-14 de maio de 1948 com a finalidade de garantir os requisitos de desenvolvimento, ou estabelecimento ou de segurança que não tenham reclamações de seus proprietários, o estado tem o direito de colocá-las como Propriedade do departamento de desenvolvimento.”

Com base nesta lei haviam sido confiscados 16 000 hectares de terras pertencentes aos palestinos.

E no período entre os anos de 1947 e até 1966, houve a inclusão da questão dos refugiados palestinos 35 vezes na agenda dos organismos e os principais órgãos do organismo das Nações Unidas, e a Assembléia Geral solicitam sempre uma solução justa para o problema dos refugiados que reconhece o direito direto para o retorno e compensação.

É sabido que a Assembléia Geral emitiu em dezembro de 1948, a Resolução n^o 194/3, que tem no segundo parágrafo:

“Deve ser permitido aos refugiados que desejarem retornar as casas e viver em paz com seus vizinhos, para fazê-lo o mais rapidamente possível, já os refugiados que não desejam retornar devem receber uma indenização de sua propriedade que foi perdida ou danificada”.

Desde então, a Associação e outros órgãos das Nações Unidas confirmaram isso várias vezes e é sabido que uma das condições para a admissão de Israel à participação no órgão da ONU é condicionada ao pedido de resolução do problema dos refugiados na Palestina, em conformidade com a Resolução 194/3.

Veio à decisão da Assembléia Geral da ONU com a Resolução 273/3 de 11 de maio de 1949, com os seguintes pontos:

“Tendo em conta a declaração do Estado de Israel com a condição de aceitação das obrigações decorrentes da Carta das Nações Unidas, e seu compromisso com a execução das obrigações assim que se tornar um membro das Nações Unidas.”

E com base nas duas resoluções de 29 de outubro de 1947 e 11 de dezembro de 1948 e com vista nas evidências e explicações enviadas pelo representante do Governo de Israel sobre as decisões mencionadas.

Com isso, a Assembléia Geral decidiu aceitar o Estado de Israel à participação no órgão da ONU.

O governo israelense não fez nada para a execução das resoluções 181 e 194, e durante a guerra de seis dias em junho 1967, foram somados mais 350 000 refugiados palestinos aos refugiados da Faixa de Gaza e cerca de 300 Mil refugiados da Cisjordânia no rio Jordão e cerca de 200 Mil refugiados na Síria, como resultado das ações brutais das forças israelenses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Eu queria escrever a tragédia da palestina e para mostrar neste trabalho a tragédia e as feridas do nosso povo palestino.

Os palestinos perderam suas casas junto com seu país, a maioria deles estão sofrendo com a perda de tudo.

O palestino não perdeu sua casa, mas também perdeu a sua nacionalidade e direito à cidadania plena, talvez, o problema é a falta de uma pátria que foi tomado por agressores sionistas.

Em novembro de 1917, o governo britânico emitiu a Declaração Belfour, que anunciou o apoio em princípio, o objetivo do esforço sionista para criar um lar nacional para o povo judeu... Para ficar claro que ele não deveria fazer algo que ofende os direitos civis e religiosos, que pertencem aos grupos de não-judeus na palestina.

Na história contemporânea da palestina foi marcada por uma colonização estrangeira que afetou o *modus vivendi* de todo o oriente Próximo – a colonização judaica baseada no sionismo político, ideologia vinculada a um projeto de expulsão dos habitantes nativos da área, em sua maioria muçulmanos, mas também cristãos e judeus árabes, para assentamento de colonos estrangeiros sionistas provenientes da Europa e EUA.

Em qualquer sociedade, o direito tem com função a ordem e a segurança no respeito pela justiça, também o direito internacional tem a função de manter a paz e fornecer os meios para restabelecê-la quando é interrompida, estabelecendo a justiça nas relações internacionais.

Observando os fatos ocorridos em todo o século XX, nota-se que este papel foi bem mal desempenhado, já que o século XX conheceu duas guerras mundiais e várias centenas de conflitos localizados. Mas em nenhuma sociedade a paz é fundada unicamente no direito, ela é fruto de uma justiça aceita por todos membros de valores comuns, de uma solidariedade efetiva, de interesse comum. Fundamentalmente, tanto nas ordens nacionais com na ordem internacional, a paz não é simples ausência da guerra, baseia-se na justiça conscientemente procurada pelos indivíduos, realizada objetivamente pelo direito e pelas instituições.

O direito e as instituições internacionais pode ser pacífica ou implicar o recurso à força.

Com efeito, o fracasso do processo de paz na palestina pode conduzir ao uso da força.

A sociedade internacional vem desenvolvendo várias formas de solução de disputa entre os Estados. Entretanto, existem vários problemas devido à falta de

sistematização do mecanismo internacional de solução e a falta de outra nacionalidade.

Nós (pré-palestinos) temos que defender a integridade da pessoa humana (PALESTINOS) proclamou a urgência da defesa de todos os princípios democráticos, afirmados universalmente, que orientáramos nações que se reconstruíram após o fim da segunda guerra mundial e que emergiram dos escombros dos ataques nazistas e fascistas.

Nós (pré-palestinos), que vivemos a distancia das atrocidades de uma guerra mundial, que condenamos em uníssono a dominação colonial do pós-guerra, que homenageamos, enquanto sociedade civil e governos, o surgimento das novas nações novas nações no Hemisfério sul do planeta, não aceitamos a inevitabilidade de uma guerra, por mais regionalizada que seja concebida, por tratar-se de agressão a uma nação, inocente por natureza e historia como são todas as nações soberanas que integram a organização das Nações Unidas.

Nós (pré palestinos) que acompanhamos e reconhecemos o valor das ações da UNO ,de solidariedade para com o povo do Timor Leste ,quando viveu riscos de extermínio e,antes ,para com o povo de Moçambique,quando seu povo viveu uma das maiores calamidades climáticas do século, permanecemos solidários para com os povos mais distantes ou mais próximos ,da África e da Ásia.

Nos que assistimos ao reconhecimento,da UNO,neste final de século de todos os povos indígenas que ocupam suas legítimas terras no interior das fronteiras da nossa sociedade temos a convicção que o primado da democracia prevalece sobre o obscuro e abstrato da segurança continental.

Nós que defendemos os direitos dos palestinos de retorno para suas terras e suas casas defendemos os direitos os direitos fundamentais da pessoa humana palestina.

As razões imediatas que nos levam a subscrever o presente trabalho, fundam-se no imperativo inscrito nos princípios de Paz Mundial, da democracia e do princípio da soberania de todas as nações para a construção de sua própria história. Convencidos do inabalável valor que a paz Mundial guarda na constituição de todos os pais soberanos, e na cultura viva de todos os indivíduos, grupos, etnias e organizações, cuja luta maior é a realização democrática de seus ideais e projetos, no universo da cooperação pacífica conclamamos a todos os integrantes da sociedade mundial e governos, indistintamente para subscreverem o presente trabalho e orientarem os públicos, e ações locais, individuais, e instituição na defesa de soluções pacífica e justa da causa palestina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anexos

NOME DOS SITES:

Site Oficial Recordes das Nações Unidas. www.documentos.un.org.NSF

Sistema de Informação das Nações: sobre a questão palestina:
www.dominio.un.org-UNISPAL.NSF

Site do Ministério das Relações Exteriores: www.mfa.gov.il-MFA

Centro de Informação palestina: www.pnie.gov.ps

Kenesset Israelense site : www.knesset.gov.il

Site da Liga Árabe: www.arableagueonline.org

Site da Organização da Conferência Islâmica: www.oic-oci.org

REFERÊNCIAS E FONTES: OS DOCUMENTOS

AS NAÇÕES. **Assembléia Geral de documentos** (1947 – 1967)

NAÇÕES UNIDAS. **As resoluções da Assembléia Geral (1967 – 1991 AD)**

NAÇÕES UNIDAS. **As resoluções do Conselho de Segurança (1967-1991 AD)**

LIGA DOS ESTADOS ARABES. **As resoluções das cúpulas árabes. A conferência da cúpula árabe de Cartum 1967, para a Quarta Conferência da Cúpula Extraordinária em Casablanca 1989.**

LIGA DOS ESTADOS ÁRABES. **O relatório do Secretário- Geral do Conselho dos Estados Árabes , na sessão ordinária da oitava Sessão.** A Secretaria de 11 de setembro de 1967.

ORGANIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA ISLÂMICA. **As resoluções da Cimeira da Organização da Conferência Islâmica Cimeira Conferência, em Rabat o primeiro de 1969 – a Sexta Conferência de Cúpula Islâmica na capital do Senegal- Dakar 1991 , a versão da Grande Jamahiriya .**

REFERÊNCIAS ÁRABES:

ABDUL AZIZ MOHAMMED SHINAWI. **O Autônomo Estado Islâmico do mentiroso. imprensa anglo egípcia.** Cairo 1970.

ABDULLAH ASHAL. **Jerusalém em Israel e perspectivas árabes. O jornal Jerusalém.** Número: 30 , o Árabe Média Centre Cairo de 2003.

ABDUL AZIZ AL- MUHANNA. **Palestina e Israel – Hialal da Imprensa AL-DAR RIYADH.** 1994.

ABEER YASSIN. **Jerusalém Oriental e 36 anos de anexação. O jornal de Jerusalém.** Número : 30 , o Arab Média Centre. Cairo julho 2003.

ALI EDDIN HILAL. **Da paz de Israel – um estudo de projetos de assentamentos israelenses, O número de Árabes das Negociações 33 de novembro – dezembro 1983.**

ABU OMRAN SABIH. **Diretório de assentamentos israelenses nos territórios ocupados árabes.** Editora Galileia. Estudos e pesquisas da Palestina.1993.

AHMED AL- RASHIDI. **A comunidade internacional e a questão da palestina.** Instituto de Pesquisas e Estudos árabes , Cairo , 1993)

AHMED KHALIFA. **As negociações de paz:** A posição de Israel na véspera de Madrid, jornal of. palestine Studies , beirut numero 8 fall 1991.

AHMAD SIDQI DAJANI. **O risco de ameaça a Jerusalém , o Árabe Média Centre – Cairo ,i 2, 2001 .**

AMMAN-JORDÂNIA . **Royal comissão para os assuntos de Jerusalém.** 1994.

AS NAÇÕES UNIDAS. **A questão da Palestina e as Nações Unidas** ,Press Release, New York 2001.

DAVID MCDWOL, **Palestina e Israel. A revolta e não só** , ver :EMAD SHUHAIB , Assuntos Árabes , número 60.

FARIS AHMED ABDEL MONEIM. **A União Soviética e do conflito árabe – israelense desde a guerra de 1973.**

ISMAIL SABRI KHALIL. **A questão palestina nas Nações Unidas** (nova fase do conflito entre legitimidade e poder), assuntos Árabes. Nº 56 –Dezembro de 1988.

IBRAHIM ABU HELYWA. **Jerusalém na política americana de 1947 -2000** Centro de Estudos Estratégicos de Pesquisa e Documentação de Beirute. 2001.

PIERRE WEISS. **Movimento Não–Alinhado e a Questão da Palestina.** Assuntos Árabes Novembro e dezembro 1983.

RELATORIO DO SIMPOSIO INTERNACIONAL DE JERUSALÉM. **Jerusalém Cidade da Paz) Cairo** , 12- 14 -03 -1995.

PARA FACILITAR A PODEROSA A HISTÓRIA DA PALESTINA. **A Casa Sunris para publicação e distribuição.** Aman 1 , 1998.

LIGA DOS ESTADOS ÁRABES. **Liga Árabe e da questão de Jerusalém na esfera internacional árabe** Exteriores , secretario – Geral Numero 40 , junho de 1993.

GAMAL ABDEL GAWAD. **A política europeia e do conflito árabe – israelense ,árabe Exteriores.** Número de 34 , 33 ,Novembro – Dezembro de 1983.

HASSAN SALEH ABDEL–QADER. **Em 1967 , a geografia e a demografia da Palestina ocupada** , Assuntos Árabes 60 – Dezembro de 1989.

HENRY KTN. **A questão da Palestina.** Tradução: Rushdie e careca. **A autoridade Nacional Palestina.** Ministério da Cultura , Publicações 1999.

HAZEM NUSSEIBEH. **Jerusalém, a luz da situação atual e perspectivas futuras .**

KHALID ALSOAHARI. **O plano sionista para a judaização de Jerusalém árabe.** O número de árabes ,19 assuntos, a liga dos Estados Árabes- outubro de 1982.

KHALIL HUSSEIN. **A obter as negociações árabes – israelense , uma declaração a publicação e distribuição.** Beirute , i ,1 1993.

RAFIC AL – KHATIB AL- TAMIMI. **Os procedimentos de judaizar Jerusalém ,o direito de exigir uma série de liga Islâmica Mundial.** Número :155 Meca .

ESPIRITUAL – KHATIB. **Conferências sobre pummeled. Jerusalém 1956—1975** secretaria de Jerusalém.

ESPIRITUAIS KHATIB, JUDAIZING. **Comitê de Resgate de Jerusalém.**Aman. 1970.

ORGANIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA ISLÂMICA. **As resoluções acerca de Jerusalém e da Palestina , a Secretaria , a Grande Jamahiriya.**

ZE, EV SCHIFF. **Revisit Foreign Affairs Israel.** Nº 70, Primavera 1971. **Revista de Estudos Palestina , Instituto da Palestina , Beirute.** Número 7, Verão de 1991.

ZIAD ABU ZIAD. **O ponto de partida de Israel entre ilusão e a realidade** jornal of. **palestina Studies, Beirut.** Número 12, Outono de 1992.

GEOFFREY ARONSON. **O futuro dos colonatos israelitas na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.** Instituto de Estudos para a Palestina. Beirute, 1990.

SAID HASSN. **Na Faixa de Gaza – primeira Jericó (e documentos e estudos), e prever a supervisão de khalid Hassan (Abu Said)**1995.

NURAN SOM JUNEIDI. **O futuro político dos territórios ocupados na perspectiva de Israel dos Assuntos Árabes.** Número 60, fevereiro. 1986.

FATTOUH SALOMÃO. **Os judeus e Jerusalém – um estudo histórico das reivindicações do sionismo e práticas na cidade.**

SAMIR GREES. **Jerusalém: regimes do sionismo , ocupação ,conversão ,Instituto de Estudos para a palestina .** Beirute. 1981.

MASSOUD ABU SALEH. **Ser o povo da Palestina.** jihad, N 61, Dar – Al Fath 1969.

SALAH AL- AKKAD. **O desenvolvimento do conflito árabe- israelense 1956-1967.** Instituto de Pesquisas Árabes. Cairo.

SALAH ABDEL MAKSOUUD. **Jerusalém e um jogo de negociações. O jornal do Jerusalém, o Árabe Média Centre.** 1998 Cairo.

TAHAR SHASH. **As negociações de resolução final e espera. Estado Palestino e desafios.** Cairo 1999.

FAYEZ JABER e outros. **Em Jerusalém. A consciência do mundo, a Liga Islâmica Mundial , uma série de convites à direita .**

FAWZI TAYEL. **A sexta rodada do conflito Israel - árabe. Jornal of. estratégico.** Beirute número 109 , novembro 1991.

FAWZI TAIL. **Jerusalém entre convenções internacionais e as ambições do sionismo , uma série da mente. Leitura dos cientistas: estratégia,** preparado

por: GMAL ABDEL – HADI ABDEL – RADI, AMIN. **A casa de cumprimento** , Mansoura 2001.

FAWZI MOHAMED TAIL. **O sistema político em Israel, o cumprimento.** Casa Mansoura 1992.

MAHMOUD KAMEL TRAÇO. **A educação feminina, história e geografia mundo árabe na fase preliminar , palestina , árabes dos negócios** 19 de outubro de 1982.

MOHSEN SALEH. **A questão palestina e de fundo a evolução ate o ano 2001,** o Árabe Media Centre , Cairo , 2002.

MUHSIN MUHAMMAD SALIH. Palestina: **Estudos sistemáticos sobre a questão Palestina uma série de Palestina Studies** , o Árabe Media Centre 2003. Cairo.

SR. MOHAMMAD SALIM. **Organização da Conferência Islâmica e da causa palestina, árabe Negócios.** Número 56, Outubro de 1985.

MOHAMMAD AL- FARRA. **A questão de Jerusalém e internacionais arenas árabes , árabes Negócios.** Número 40 , Dezembro de 1984.

MOHAMMED JADALLAH. **Um ano de conversações de paz-** Teoria Critica , Jornal of. palestine Studies, Beirut , numero 12, outubro de 1992.

MOHAMMED KHALED AL – AZHARI. **As grandes potencias europeias e a questão da Palestina , Assuntos Árabes** , Número 50 , junho de 1992.

HASSAN MOHAMED KHALIFA. **Jerusalém e a resolução (uma conspiração da conversação e de confronto,)** World Islâmico Conselho de Da, Weah e socorro. Cairo, 1999.

MUHAMMAD ALI TERNO. **Jerusalém, os fatos da historia e as perspectivas de futuro, a Liga Islâmica Mundial em Jedah , uma serie de convite direita,** número 192 .

MUHAMMAD ALI TERNO. **O movimento sionista c 2** , no Cairo.

MAHMOUD DISCURSO CHIT. **Os objetivos expansionistas de Israel** Casa Sitin , Cairo .

O INSTITUTO WASHINGTON PARA POLÍTICA DO ORIENTE PRÓXIMO. **A estratégia E.U para o processo de paz árabe- israelense.** Journal of. palestina Studies 12 Fall 1992.

MAMDOUH ROUSAN. **Nacional, de interesse de Israel em árabe –americana dos assuntos Internos , da secretaria – geral da Liga dos Estados Árabes.** Cairo , número 33e 34 de Novembro de 1983.

MERON BNFINCII , EMBRACE CRÍTICA. **A Intifada- a Guerra do Golfo – o processo de paz** , traduzido por URI AVIS , jornal of. Palestine , Beirut 1988.

NASSER RESÍDUO. **A terra das aulas Israel no orgulho e de resgate.** O Arab Media Centre Cairo , Jerusalém , a série de livros No: 28 Frist Edition 2005.

NOFEL AHMED SAID. **Em Jerusalém, entre o Município e as Nações Unidas e os projetos de paz. O futuro árabe.** Número 74 de Abril de 1985.

NASR EL-DIN MOHAMED MEHANNA. **O problema da Palestina e os conflitos internacionais 1945-1967.** Instituto de Pesquisas e Estudos Árabes, uma série de estudos sobre o número Ç 14 Cairo 1978.

NOFEL AHMED SAID. **Em Jerusalém, entre o Município e as Nações Unidas e os projetos de paz. O futuro árabe.** Número 74 de Abril de 1985.

NASR EL-DIN MOHAMED MEHANNA. **O problema da Palestina e os conflitos internacionais 1945-1967.** Instituto de Pesquisas e Estudos Árabes, uma série de estudos sobre o número Ç 14 Cairo 1978.

REGIME DO PRESIDENTE MOUHAMMED MOUBARAK. **De assentamentos israelenses na palestina entre teoria e prática , o Centro de Estudos Unidade Árabe**, Beirute 1988.

WAHID ABDEL – MEGUID. **A administração Reagan a segunda (terceira fase) da política E.U.** Oriente Médio. **O futuro árabe**, número 73.

4- REFERÊNCIAS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:

Bernard Wasserstein , dividi Jerusalem , Yale University press, New Havana e Londres , 2001.

Richard H & Pfaff , Jerusalém Keystone de um acord árabe – israelense, América Enterprise. Instituto of. Public. investigação política. Washington, 1969.

Michael Dum per. A política de Jerusalém desde 1967, o Instituto de estudos para a Palestina . Series, Universidade Colômbia Press , New York , 1983.

H. Bevis Eugene. A questão de Jerusalém 1947- 1968. Imprensa Instituto Hoover da Universidade de Stanford , na Califórnia.

Marine Gilbert , em Jerusalém no século XX publicado pelo John Willy –Sons EUA, 1996.

Nações Unidas. O livro do ano 1996 das Nações Unidas. Departamento de informação publica. 27-10-1966.

5- TESES:

HATEM. **Cavalo alto e o equilíbrio internacional** (modelo de não-alinhados , Instituto de Pesquisas e Estudos Árabes da Universidade de Estados Árabes , 1998.

RAOUF SULEIMAN ABU ABED. **O impacto das mudanças internacionais sobre a resolução adequada do conflito palestino- israelense, o Instituto de Pesquisa e Estudos Árabes da Universidade de Estados Árabes.** 2004.

JALAL FAWAZ. **Em relação à política dos Estados Unidos e da União Européia para o assentamento palestina – israelense em Madri 1991 – Camp david , 2001** , o Instituto de Pesquisa e Estudos Árabes da Liga Árabe ,2004.

MOISES BONITO. **Os assentamentos israelense nos territórios ocupado, à luz de direito internacional, do Instituto de pesquisas e Estudos Árabes** ,Cairo Universty,1992.

6- PERIÓDICOS:

Institute for Palestine Studies. Anuário da causa palestina em 1967 em Beirute.

Institute for palestina Studies. Anuário da causa palestina, em 1968 em Beirute.

Institute for Palestine Studies. Anuário da questão palestina em Beirute 1969.

Institute for Palestina Studies. Anuário da causa palestina em 1970, Beirute.

Institute for palestine Studies. Anuário da causa palestina em 1971, Beirute.

Institute for palestina Studies da questão palestina de 1972 em Beirute.

Institute for Palestine Studies. Anuário da causa palestina em 1973, em Beirute.

Isntitute for Palestine Studies. Anuário da causa palestina em 1974, em Beirute.

Institute for Palestine Studies. Anuário da causa palestina em 1975, em Beirute.

Institute for Palestine Studies. Anuário da causa Palestina em 1976, em Beirute.

Institute for Palestina Studies. Anuário da causa palestina em 1977, em Beirute.

Institute for Palestine Studies. Anuário da causa palestina , em 1978, em Beirute.

Institute for palestine studies. Anuário da causa palestina em 1979, em Beirute.

Institute for Palestine Studies. Anuário da questão palestina, em 1969 vol. 5em Beirute.

Institute for Palestine Studies. Anuário da questão palestina em 1973 vol. 9, Beirute.

Institute for Palestine Studies. Anuário da questão palestina em 1974 vol. 10, Beirute.

Institute for Palestine Studies. Anuário da questão palestina em 1975vol 11, Beirute.

Institute for Palestine Studies. Anuário da questão palestina em 1980 vol. 16, Beirute.

Institute for Palestine Studies. Anuário da questão palestina, 1971, vol. 7, Beirute.

Anexo I

Shabtai Zvi apelo aos judeus

"Arquivos e documentos da Palestina em 637 e 1949, o Ministério da Orientação, c. 1, p. 35-36"

Shabtai Zvi apelo aos judeus

1798 ^(*)

Queridos Irmãos: Os Aegrbn em sua mente que Zvratkm Tnedatkm entrou em cena e através dos tempos para o céu com a intensidade do Rzanm debaixo das cargas de injustiça e perseguição Poderia você pretende finalmente livrar-se da situação junto com a humilhação e degradação que colocá-lo onde o povo de selvagens. . Nós vemos o desprezo nos acompanhou em todos os lugares Então apressar. É hora de quebrar as cadeias de degradação e humilhação que cercaram o pescoço do inimigo. E tiram o jugo que é dolorosamente insuportável. Sim, o tempo veio Nhodhana e lugar decente nos entre as nações do mundo somos nós, ó irmãos para renovar o templo em Jerusalém. Esse número de seis milhões de nossos implantado em todo o mundo. Na nossa disposição grandes fortunas e propriedades amplo e vasto grande deve chamar todos os nossos meios para restaurar o nosso país. A oportunidade de oportunidade e temos de aproveitar.

Ele deve trabalhar com os seguintes meios para concretizar este projecto, nomeadamente a criação do Conselho de Santo eleitos pelos judeus residentes nos quinze anos seguintes países:

Itália. E na Suíça. E, Hungria, Polônia e. E a Rússia. Os países nórdicos. Grã-Bretanha .. Espanha. Lawless e do país. Suécia e Alemanha. E na Turquia. E Ásia. E a África.

A comissão que representa os judeus que viviam Em todos estes países podem ser considerados. Na sua missão de levar o que você vê na Sddha de decisões e cabe a todos os judeus a aceitar estas decisões e torná-la como uma lei inevitável de sua submissão a ele.

O país, que tem a intenção de aceitar um acordo com a França é a província do Baixo Egito, com a conservação de uma área ampla extensão de sua linha a partir da cidade do Acre para o Mar Morto e ao sul do Mar ao Mar Vermelho. Este é o local apropriado mais do que qualquer outro centro no mundo faz-nos pela seguinte curso de navegação no Mar Vermelho Kabdin no canto do Comércio da Índia e os países árabes e África do Norte e América do Sul. Não há dúvida de que o país da Etiópia e da Abissínia, não é tarde para o estabelecimento de relações comerciais com a gente para preencher a satisfação e satisfação. Um país que foi fornecido ao rei Salomão ouro, marfim e pedras preciosas.

Oito vizinhos Aleppo e Damasco para nós para facilitar o nosso comércio. E a localização do nosso país, no Mediterrâneo, podemos facilmente estabelecer comunicação com a França, Itália, Espanha e outros países da Europa.

Como o nosso país no site da média mundial, ele se tornará um repositório para todas as culturas produzidas pela terra rica.

Os acordos e outros arranjos para o maior Bagtrahatna na porta não pode ser publicado abertamente e em público. E nós seremos forçados a manter este assunto cabe a boa administração da nação francesa.

Queridos irmãos: É necessário não poupar apenas os meios, ou o sacrifício, a fim de atingir este fim, qualquer referência ao nosso país, onde podem viver sob o Hraiena própria. E renovar a Terra Santa, que, incluindo os seus antepassados famosos no processo de sacrifício. O que eles mostraram coragem e magnanimidade Vkony vê-lo e agora o fogo da queima da fé em vossos corações, ó israelitas. Nós trouxemos a data da cessação do seu caso para o infeliz. A oportunidade agora Vhadhiroa oportunidade de sair de suas mãos.

(1) Shabtai Zvi Shabbetai Tzvi . Jesus é um charlatão. Nascido em Esmirna. Balkabbalp influenciado na sua juventude, após o abate de Chmilinki (1648 - 1649) realizou-se sob a influência do conceito de Salvador e um convite do céu, ele vai salvar Israel. Também foi anunciado o cancelamento. Como resultado, casual Hakhamio província. Em 1654 ano foi para Salônica, onde anunciou que esperava que o Profeta. Em 1662 ele foi para Rhodes e Trípoli e no Egito e voltou para a Palestina e nos 1665 anos anunciou Nathan de Jama (rabino de Gaza). Ele anunciou Hakhamio Jerusalém fora da dívida. Quando ele voltou para a Turquia, teve uma recepção calorosa da platéia. Em 1666 ele foi para Constantinopla para isolar o sultão, mas foi preso. E, aprisionada no castelo de Gallipoli. Shatay temia a ira das autoridades religiosas declarou sua conversão ao islamismo. Fiquei chocado Jmaheralehud do Islão, mas ele continuou praticando rituais religiosos do judaísmo. Ele atribuiu à ação que ele chegou em Sfralsohr (interpretação da Torá) que Cristo "será bom em casa ruim no exterior."

Anexo II

Palmerston mensagem a seu embaixador na Turquia, para convencer o sultão a legalizar a imigração de judeus

"Arquivo e documentos Palestina 637-1949, o Ministério Nacional de Orientação, c 1, p. 49"

**Palmerston mensagem do embaixador na Turquia
Para convencer o sultão a legalizar a imigração dos judeus (*)
Fevereiro 1841**

Seria muito útil para o sultão se seduzido judeus Alambosron na Europa, África, para ir e morar na Palestina, mas os judeus procuravam o tipo de real significativo de segurança e, portanto, sugiro que estão em condições de invocar a proteção da Grã-Bretanha, e permitir-lhes passar à porta das queixas mais pelas autoridades britânicas .

(*) , citando alegadas do livro "A subcomissão problemas jurídicos sobre a questão da Palestina", Professor Dr. Hamid Sultan.

AnexoIII

Palmerston mensagem a seu embaixador na Turquia, para convencer o sultão a legalizar a imigração de judeus

"Arquivo e documentos Palestina 637-1949, o Ministério Nacional de Orientação, c 1, p. 49"

Palmerston mensagem do embaixador na Turquia

Para convencer o sultão a legalizar a imigração dos judeus ^(*)

Fevereiro 1841

Seria muito útil para o sultão se seduzido judeus Alambosron na Europa, África, para ir e morar na Palestina, mas os judeus procuravam o tipo de real significativo de segurança e, portanto, sugiro que estão em condições de invocar a proteção da Grã-Bretanha, e permitir-lhes passar à porta das queixas mais pelas autoridades britânicas .

(*) , citando alegadas do livro "A subcomissão problemas jurídicos sobre a questão da Palestina", Professor Dr. Hamid Sultan.

Anexo IV

Palmerston mensagem a seu embaixador na Turquia, para convencer o sultão a legalizar a imigração de judeus

"Arquivo e documentos Palestina 637-1949, o Ministério Nacional de Orientação, c 1, p. 49"

**Palmerston mensagem do embaixador na Turquia
Para convencer o sultão a legalizar a imigração dos judeus (*)
Fevereiro 1841**

Seria muito útil para o sultão se seduzido judeus Alambosron na Europa, África, para ir e morar na Palestina, mas os judeus procuravam o tipo de real significativo de segurança e, portanto, sugiro que estão em condições de invocar a proteção da Grã-Bretanha, e permitir-lhes passar à porta das queixas mais pelas autoridades britânicas .

(*) , citando alegadas do livro "A subcomissão problemas jurídicos sobre a questão da Palestina", Professor Dr. Hamid Sultan.

Anexo V

As decisões da Basiléia

"Arquivos e documentos da Palestina em 637 e 1949, o Ministério da Orientação, c. 1, p. 109"

As decisões da Basiléia

1897 ^(*)

Convocou a primeira conferência sionista em Basiléia, em meados de 1897 e durou três dias e assistido por mais de duas centenas de delegados representando Judaico Mundial de outros organismos. É recomendado o seguinte:

1 - Estimular a colonização judaica da Palestina de uma forma ordenada.

2 - a organização do movimento judaico e pela Federação dos corpos espalhados por todo o mundo.

3 - despertar a consciência judaica.

4 - os esforços dos diferentes governos, para aprovação, sobre os objetivos do movimento sionista.

(*) " Resumo da causa palestina ", por Ali Mohammed Ali.

Anexo VI

Hertzl mensagem para César Alemanha

"Arquivos e documentos da Palestina em 637 e 1949, o Ministério da Orientação) c 1, p. 127-128"

Heril mensagem para César Alemanha

1899/10/03 ^(*)

Desde que eu não ouvi nada já que a viagem para a Palestina a proteção que já falar com o Vanni Reconheço as dificuldades políticas que devam ser evitados para consegui-lo. Parece que a falta de confiança por parte do sultão e o ciúme dos outros poderes têm afetado o caso, mas isso significa abandonar a conclusão prevista para o futuro? Eu sei que o Governo do Império não quer ser exposto a qualquer risco de nós, mas não é possível encontrar um caminho para atingir a meta sem ser tão visível a todos? Mas este método permitiu-me a apresentar personalizado para Sua Alteza Real, a saber: Em primeiro lugar, estabelecer um conjunto União, na Inglaterra, os preparativos para planejar e criar coisas financeiro possui terras e levar os direitos da migração do governo turco sobre a base destes privilégios pode ser estabelecida escritório de advocacia mais tarde - e se tudo corresse É muito bem ser o seu estatuto oficial em Karlsruhe e sob a proteção de Sua Alteza Real o Grão-duque Frederico. Isto levará, por si só a relação política é a proteção do Império não ficar contra o outro. Esta é uma declaração não necessitam de proteção por parte do governo do império e podia dar-nos a qualquer momento sem qualquer problema, assim como fez o governo britânico com Cecil Rhodes. Existem diferenças entre Sir Cecil Rhodes e por mim. Há diferenças de caráter não está em meu favor. No entanto, as diferenças de objetivos são a favor do nosso movimento por causa do nosso capital social muito diferente do que ele tem um capital e porque temos grandes recursos humanos em todas as partes da Europa Oriental.

Infelizmente, não é capaz de ver os donos da Majestade Seu colônias, que teve início na Palestina. A paisagem densamente judeus em Jerusalém não foi chamado para a floração, mas mesmo aqueles judeus como pode ir para o campo para trabalhar na terra, se o governo turco não está impedido de fazê-lo.

É uma grande tristeza que eu tenho também correto, pois a notícia do falso outras notícias do valor de nossa terra - Eu acho que alguns de seus assessores ouvir de judeus que não acreditam em nós.

(*) " Diário de Heril " - Elaboração de Anis Sayegh - uma série de livros palestinos.

Anexo VII

Observe o embaixador britânico na Turquia, para o Ministério de Estado sobre a relação entre judeus partido Jovens Turcos

"Arquivos e documentos da Palestina em 637 e 1949, o Ministério da Orientação, c. 1, p. 155"

Observe o embaixador britânico na Turquia para o Ministério dos Negócios Estrangeiros

Sobre o relacionamento entre judeus partido Jovens Turcos ^(*)

Agosto 1910

O Comitê de União e Progresso olha para a composição da aliança pátria judaica - Turquia dupla Turks Imdunha artigo militar de luxo e proporcionar-lhes a mente judaica, medir e dinheiro e influência da imprensa de poder na Europa - e, como evidenciado pelos escritos do sionismo desde a "revolução", o mundo judaico parece ter virado Benazrih para o Iraque Mosopotamia como uma terra viável adequado para a colonização dos judeus e a formação de um Estado judeu com autonomia.

Os judeus que parecem estar agora na posição de inspirar e controlar o dispositivo interno do Estado estão trabalhando para controlar o industrial e Turquia econômica e as meninas são muitas vezes determinadas a não iniciar qualquer projeto importante para o Iraque sem a sua contribuição para o controle, mas sem ele .. Para obter os judeus para o lugar de influência nos centros de poder na Turquia, as meninas, elas estão incentivando as tendências do nacionalismo turco. Estes dois elementos constituem um casamento deve ser um especial interesse em todo o Iraque têm que ter em conta.

A este respeito, eu anexar uma cópia dos três artigos publicados recentemente no "Jovens Turcos" Jeune Turc, um porta-voz do jornal para o Comitê de pronunciar, como um jornal ", Frye imprensa" emitido em Viena e financiadas e supervisionadas pelos judeus ..

(*) , citando o livro "Os problemas legais decorrentes da questão da Palestina", pelo Dr. Sultão Hamid, citando: Documentos britânico sobre a origem da guerra, 1898-1914, Londres, HMSO, vol. X, Parte II, n ° I

E o livro A Declaração de Balfour

AnexoIII

A recomendação da Conferência de Londres

"Arquivos e documentos da Palestina em 637 e 1949, o Ministério da Orientação, c. 1, p. 153"

A recomendação da Conferência de Londres

Campbell chamada Conferência Bnrman ^(*)

1907

Outros aconselham na urgência dada pela Conferência de Londres de 1907, o primeiro-ministro britânico colonial Bnrman conferencistas Campbell destacou:

"O estabelecimento de Bushra forças barreira e exóticas para a terra de pontes que ligam a Europa, o mundo antigo e estão ligados ao Mediterrâneo, para que é nesta região e nas proximidades do Canal de Suez forçar o inimigo para o povo da região, e um amigo para países europeus e interesses. É a aplicação prática de urgência, os meios e os meios propostos"

(*) realizada na Conferência de Londres em 1905 e continuaram em segredo até 1907. Foi chamado pelo Partido Conservador britânico e fez as suas recomendações ao Partido Liberal.

Com a participação de uma comissão de estudiosos seniores da história, a sociologia, a agricultura, petróleo, geografia e economia, mas representa todos os impérios coloniais, em seguida. E os seus membros: Professor Tiago, o autor do livro (o desaparecimento da Alambtratrip romeno), e autor Madeleine torcida de "o surgimento e desaparecimento do império de Napoleão, e Professor Lester e Singh e Smith e Dthertnj

الرسائل المتبادلة بين الشريف حسين وسير هنري مكماهون من 14 يوليو 1915 إلى 10 مارس 1916
"ملف وثائق فلسطين من عام 637 إلى عام 1949، وزارة الارشاد القومي، ج 1، ص 169 - 189"

الرسائل المتبادلة

بين الشريف حسين وسير هنري مكماهون
من 14 يوليو 1915 إلى 10 مارس 1916

بسم الله الرحمن الرحيم

مكة في 28 رمضان سنة 1333 (14 يوليو سنة 1915)

لصاحب السعادة والرفعة نائب جلالة الملك بمصر، سلمه الله.

أقدم لجنابكم العزيز أحسن تحياتي الودية واحتراماتي، وأرجو أن تعملوا كل ما في وسعكم لتنفيذ المذكرة المرسلة اليكم طيه، المتضمنة الشروط المقترحة المتعلقة بالقضية العربية.

وأود بهذه المناسبة أن أصرح لحضرتكم ولحكومتكم أنه ليس هناك حاجة لأن تشغلوا افكاركم بأراء الشعب هنا، لأنه بأجمعه ميال إلى حكومتكم بحكم المصالح المشتركة.

ثم يجب ألا تتعبوا أنفسكم بإرسال الطيارات أو رجال الحرب، لالقاء المناشير، واذاعة الشائعات، كما كنتم تفعلون من قبل، لأن القضية قد قررت الآن.

وانى لأرجوكم هنا أن تفسحوا المجال أمام الحكومة المصرية، لترسل الهدايا المعروفة من الحنطة للاراضى المقدسة "مكة والمدينة" التى أوقف ارسالها منذ العام الماضى.

وأود أن ألفت نظركم الى أن إرسال هدايا هذا العام، والعام الفائت، سيكون له أثر فعال فى توطيد مصالحنا المشتركة وأعتقد أن هذا يكفى لإقناع رجل ذكى مثلك أطل الله بقاءكم.

حاشيه - أرجو ألا تزعجوا أنفسكم بإرسال أي رسالة، قبل أن تروا نتائج أعمالنا هنا خلا الجواب على مذكرتنا وما تتضمنه.

ونرجو أن يكون هذا الجواب بواسطة رسولنا كما نرجو أن تعطوه بطاقة منكم ليسهل عليه الوصول اليكم عندما نجد حاجة لذلك.

والرسول موثوق به.

الملحوظة:

لما كان العرب بأجمعهم دون استثناء - قد قرروا في الأعوام الأخيرة أن يعيشوا وأن يفوزوا بحريتهم المطلقة، وأن يتسلموا مقاليد الحكم نظريا وعمليا بأيديهم. ولما كان هؤلاء قد شعروا وتأكدوا أنه من مصلحة حكومة بريطانيا العظمى. أن تساعد وتعاونهم للوصول إلى أمانهم المشروعة، وهى الأمانى المؤسسة على بقاء شرفهم، وكرامتهم وحياتهم ...

ولما كان من مصلحة العرب أن يفضلوا مساعدة حكومة بريطانيا عن أية حكومة أخرى بالنظر لمركزها الجغرافى، ومصالحهم الاقتصادية وموقفهم من حكومة بريطانيا.

أنه بالنظر لهذه الأسباب كلها يرى الشعب العربى أنه من المناسب أن يسأل الحكومة البريطانية اذا كانت ترى من المناسب أن تصادق بواسطة مندوبيها أو ممثليها على الاقتراحات الاساسية الآتية:

أولا - أن تعترف انجلترا باستقلال البلاد العربية من مرسين - ادنه، حتى الخليج الفارسى شمالا ومن بلاد فارس حتى خليج البصرة شرقا، ومن المحيط الهندى للجزيرة جنوبا يستثنى من ذلك. عدن التى تبقى كما هى - ومن البحر

الاحمر، والبحر المتوسط حتى سينا غربا.
على أن توافق انجلترا أيضا على اعلان خليفة عربى على المسلمين.

ثانيا - تعترف حكومة الشريف العربية بأفضلية انجلترا في كل مشروع اقتصادى فى البلاد العربية اذا كانت شروط تلك المشاريع متساوية.

ثالثا - تتعاون الحكومتان الانجليزية والعربية فى مجابهة كل قوة. تهاجم أحد الفريقين وذلك. حفظا لاستقلال البلاد العربية. وتأمينا لأفضلية انجلترا الاقتصادية فيها.. على أن يكون هذا التعاون فى كل شىء، فى القوة العسكرية، والبحرية والجوية ...

رابعا- اذا تعدى أحد الفريقين على بلد ما ونشب بينه وبينها عراك وقتال، فعلى الفريق الآخر أن يلزم الحياد. على أن هذا الفريق المعتدى اذا رغب فى اشتراك الفريق الآخر معه ففى وسع الفريقين أن يجتمعا معا وأن يتفقا على الشروط.

خامسا - مدة الاتفاق فى المادتين الثالثة والرابعة من هذه المعاهدة خمس عشرة سنة. واذا شاء أحد الفريقين تجديدها عليه أن يطلع الفريق الآخر على رغبته قبل انتهاء مدة الاتفاقية بعام⁽¹⁾.

هذا ولما كان الشعب العربى بأجمعه قد اتفق "والحمد لله" على بلوغ الغاية وتحقيق الفكرة مهما كلفه الأمر، فهو يرجو الحكومة البريطانية أن تجيبه سلبا أو ايجابا فى خلال ثلاثين يوما من وصول هذا الاقتراح. واذا انقضت هذه المدة ولم يتلق من الحكومة جوابا فانه يحفظ لنفسه حرية العمل كما يشاء.

وفوق هذا فاننا نحن عائلة الشريف نعتبر أنفسنا - اذ لم يصل الجواب - أحرارا فى القول والعمل ومن كل التصريحات، والوعود السابقة التى قدمناها بواسطة على أفندى.

(1) ورد فى هذا البند نص بالانجليزية يلقى الامتيازات الأجنبية فى البلاد العربية ولم يرد مايمثله باللغة العربية.
يرجع إلى أصل النص فى كتاب **The Arab Awakening**

(*) "يقظة العرب" جورج انجلونديوس

Anexo X

De Sir Henry McMahon de Sharif Hussein 30 de agosto de 1915

Sr. Haseeb Kin supervisão Dinastia e cerâmica da coroa, árvore ramo Mohammedia, Doha Qurashiyah Ahmadiyah os dignitários e do local do Alto Comissariado, Sr. Estou Sharif Al-Sharif, o Sr. Jalil respeitados Davlatlo Sharif Hussain Sayed, todos príncipe de Meca beijo do Universo, e o foco dos homens obedientes fiéis invadiu a sua bênção de toda a humanidade;

Na seqüência do adiamento de uma multiplicidade de taxas e as saudações bonita e sincera entregas de todos os defeitos que nós oferecemos a nossa honra e obrigação de Azaarkm graças à paixão de sinceridade e honra de sentimento e sensações sobre o Inglês. A adição estamos satisfeitos por saber que você e seus homens em um parecer que os interesses dos árabes é o mesmo que os interesses de Inglês e vice-versa. E relação LHZ podemos assegurar-lhe as palavras de Sua Excelência Lord Kitchener, que chegou a você pela mão do Effendi, o que foi explicado pelo desejo de independência nos países árabes e dos seus habitantes com a sucessão de árabes Astswabna no anúncio.

Dou aqui mais uma vez que Sua Majestade o Rei da Grã-Bretanha saúda a recuperação da sucessão nas mãos de um coração árabe dos ramos de Doha, que abençoou o Profeta.

A questão _khasos de fronteiras e limites Vamufaodp onde eles parecem ser prematura - e à disposição de vezes em vão em detalhes como no caso em que a guerra contra a raiva, e também porque os turcos ainda são os mais ocupantes. Aqueles ocupação atores, nomeadamente na Maalmnah é o que surpreso e triste ao saber que um grupo de árabes que vivem nessas mesmas partes pode ser ignorada e negligenciada esta oportunidade preciosa, que não é o maior deles - e em vez de pés desse grupo para nos ajudar a ver que tem estendido a mão para os alemães - sim alargar a assistência a TEM Marauder, um alemão e injusta Alasov novo que os turcos.

No entanto, eu estou preparado para enviar Kamal trouxe a Sua Excelência o Sr. Galiléia e os países árabes e árabes clientes santo de grãos e de contribuições de caridade do país do Egito e vai chegar logo um sinal de você no lugar Tainnouna. Nós temos trabalhado as medidas necessárias para auxiliar o mensageiro em todas as suas viagens para nós e estamos sempre com você sinceramente cheiro Mstnhqin Modtkm Mistothagin puro e sincero amor Bara, pedindo a Deus Todo-Poderoso dietas bom tempo conosco.

Em conclusão, o mais elevado para a Sé do Supremo e da falange inteira de cumprimentos e protestos da minha mais elevada consideração.

Assinado em 19 de outubro
de 1333
Instalações 30 de agosto
1915

Redentor
(Sir Arthur
McMahon)

نتائج الرسائل المتبادلة بين الشريف حسين وسير هنري مكماهون من 14 يوليو 1915 إلى 10 مارس 1916
"ملف وثائق فلسطين من عام 637 إلى عام 1949 وزارة الارشاه القومي، ج 1، ص 169 - 189"

من الشريف إلى مكماهون

بسم الله الرحمن الرحيم

مكة في 29 شوال سنة 1333 (9 سبتمبر سنة 1915)

لصاحب السعادة والرفعة نائب جلالة الملك بمصر، سلمه الله

بمزيد من السرور والغبطة تلقيت كتابكم المؤرخ في 19 شوال وطالعته بكل احترام واعتبار رغم شعوري بغموضه وبرودته وتردده فيما يتعلق بنقطتنا الأساسية، أعني نقطة الحدود.

وأرى من الضروري أن أؤكد لسعادتكم اخلاصنا نحو بريطانيا العظمى واعتقادنا بضرورة تفضيلها على الجميع في كل الشؤون وفي أي شكل، وفي أية ظروف ويجب أن أؤكد لكم أيضا أن مصالح اتباع ديانتنا كلها تتطلب الحدود التي نكرتها لكم.

ويعذرني فخامة المندوب اذا قلت بصراحة أن "البرودة" و "التردد" اللذين ضمنهما كتابه فيما يتعلق بالحدود وقوله أن البحث في هذه الشؤون انما هو اضاءة للوقت، وان تلك الاراضى لا تزال بيد الحكومة التي تحكمها ... ويعذرني فخامته اذا قلت أن هذا كله يدل على عدم الرضا، أو على النفور أو على شيء من هذا القبيل.

فان هذه الحدود المطلوبة ليست لرجل واحد نتمكن من ارضائه ومفاوضته بعد الحرب بل هي مطالب شعب يعتقد أن حياته في هذه الحدود وهو متفق بأجمعه على هذا الاعتقاد.

وهذا ما جعل الشعب يعتقد أنه من الضروري البحث في هذه النقطة قبل كل شيء مع الدولة التي يتقون بها كل الثقة ويعلقون عليها كل الآمال وهي بريطانيا العظمى.

وإذا أجمع هؤلاء على ذلك فانما يجمعون عليه في سبيل الصالح المشترك. وهم يرون أنه من الضروري جدا أن يتم تنظيم الاراضى المجزأة، ليعرفوا على أي أساس يؤسسون حياتهم كي لا تعارضهم إنجلترا أو إحدى حليفاتها في هذا الموضوع مما يؤدي الى نتيجة معاكسة، الأمر الذي حرمه الله.

وفوق هذا فان العرب لم يطلبوا - في تلك الحدود - مناطق يقطنها شعب أجنبي بل هي عبارة عن كلمات وألقاب يطلقونها عليها.

أما الخلافة فان الله يرضى عنها، ويسر الناس بها.

وأنا على ثقة يا صاحب الفخامة، أنكم لا تشكون قط بأني لست أنا شخصا الذي يطلب تلك الحدود التي يقطنها عرب مثلنا، بل هي مقترحات. شعب بأسره، يعتقد بأنها ضرورية لتأمين حياته الاقتصادية.

أوليس هذا صحيحا يافخامة الوزير؟

وبالاختصار فاننا ثابتون في اخلاصنا نصرح بكل تأكيد بتفضيلنا لكم على الجميع أكنتم راضين عنا - كما قيل - أو غاضبين.

أما ما يتعلق في قولكم بأن قسما من شعبنا لا يزال يبذل جهده في سبيل تأمين مصالح الأتراك، فلا أظن أن هذا يبرر "البرودة" و "التردد" اللذين شعرت بهما في كتابكم فيما يتعلق بموضوع الحدود، الموضوع الذي لا أعتقد أن رجلا مثلكم ثاقب الرأي ينكر أنه ضروري لحياتنا الأدبية والمادية.

وأنا حتى الساعة لا أزال أنفذ ما تأمر به الديانة الاسلامية في كل عمل أقوم به، وأراه مفيدا وصالحا لبقية المملكة، واني سأستمر في هذا الى أن يأمر الله في غير ذلك.

وأود هنا يا صاحب الفخامة أن أؤكد لكم بصراحة أن كل الشعب - ومن جملته هؤلاء الذين تقولون أنهم يعملون لصالح تركيا وألمانيا - ينتظر بفارغ الصبر نتائج هذه المفاوضات المتوقفة على موافقتكم أو رفضكم قضية الحدود، وقضية المحافظة على ديانتهم، وحمائتهم من كل أذى أو خطر.

وكل ما تجده الحكومة البريطانية موافقا لسياستها، في هذا الموضوع، فما عليها الا أن تعلمنا به وأن تدلنا على الطريق التي يجب أن نسلكها.

ولذلك نرى أن من واجبنا أن نؤكد لكم أننا سنطلب اليكم في أول فرصة بعد انتهاء الحرب ما ندعه الآن لفرنسا في بيروت وسواحلها.

ولست أرى حاجة هنا لأن ألفت نظركم إلى أن خطتنا هي أمن على مصالح انجلترا من خطة انجلترا على مصالحنا، ونعتقد أن وجود هؤلاء الجيران في المستقبل سيقلق أفكارنا كما يقلق أفكارها ..

وفوق هذا فان الشعب البيروتي لا يرضى قط بهذا الابتعاد والانزواء وقد يضطرونا لأتخاذ تدابير جديدة قد يكون من شأنها خلق متاعب جديدة، تفوق في صعوبتها المتاعب الحاضرة.

وعلى هذا لا يمكن السماح لفرنسا بالاستيلاء على قطعة صغيرة من تلك المنطقة.

وأنا أصرح بهذا رغم أني أعتقد وأؤمن بالتعهدات التي قطعتموها في كتابكم.

ويستطيع معالي الوزير، وحكومته أن يثقا كل الثقة بأننا لانزال عند قولنا وعزيمتنا وتعهداتنا التي عرفها مستر ستورس منذ عامين.

ونحن ننتظر اليوم الفرصة السانحة التي تناسب موقفنا، وخاصة فيما يتعلق بالحركة التي أضحت قريبة والتي يدفعها اليها القدر بسرعة ووضوح، لتكون حجة - نحن والذين يرون رأينا - في العمل ضد تركيا، ودون أن نتعرض للوم والنقد.

وأعتقد أن قولكم "بأن بريطانيا لا تحثكم ولا تدفعكم للاسراع في حركتكم مخافة أن يؤدي هذا التسرع الى تصديع نجاحكم" لا يحتاج إلى ايضاح .. الا فيما يتعلق بمطالبكم بالأسلحة والذخائر عند الحاجة.

اعتقد الآن أن في هذا الكفاية ..

De Sir Henry McMahon de Sharif Hussein

Em nome de Deus, o Misericordioso

Para o ramo de Doha Muhammadiyah eo Profeta de controle de tensão Reckoner Kin Estado prestígio nascimento Príncipe Qaboos bin Sayed Al-Sharif Meca Emir do aterro poleiros proteção abeto amuleto, Deus o fez invulnerável ao Islã e os muçulmanos ajuda de Deus, Amém, Príncipe da Galiléia, um país de Sharif Bin Hussein, ao mais alto lugar de Deus.

No entanto, você pode receber e celebrar a alegria da Rqimkm Santo em 29 de outubro de 1333 e tem do seu muito amigável eo Oortny dedicação absoluta que a satisfação e prazer.

Lamento que você Astantjtm das palavras escritas anteriormente que eu me encontrei com a questão das fronteiras e indecisão limites e apatia, esta não é a intenção de meu livro, mas eu nunca vi, então, que a oportunidade tinha chegado ainda não foram discutidos o assunto no final.

No entanto, sei de sua carta que você acha que a última edição das importantes questões de urgência vital, ouvir e ser guiado por eu ter apressou-se a informar o Governo da Grã-Bretanha o conteúdo de sua carta, e eu estou perfeitamente feliz em informá-lo em nome das seguintes afirmações que não duvido que você estatuto Tenslunha de satisfação e aceitação.

Que os Estados de Mersin e Iskenderun, e partes do Levante, localizada no lado oeste dos mandatos da Síria, Damasco, Homs, Hama e Aleppo não pode ser considerada puramente árabe. E, portanto, devem ser excluídos dos limites exigidos.

Com esta alteração, sem exposição dos tratados realizadas entre nós e alguns dos chefes dos árabes aceitamos esses limites.

A partir de províncias _khasos que compõem a fronteira, onde a disposição absoluta da Grã-Bretanha, sem afectar os interesses do seu aliado, a França Vanni Comissário pelo Governo

da Grã-Bretanha para apresentar os convênios a seguir e a resposta à sua carta, incluindo o seguinte:

- 1 - Isso levando em conta as alterações mencionadas acima Grã-Bretanha está disposta a reconhecer a independência dos árabes e apoiou a independência em todas as regiões incluídas nos limites exigidos pelo Estado do Sharif de Meca.
- 2 - Grã-Bretanha para garantir que os lugares santos de todas as agressões externas e reconhecer a necessidade de prevenir a violação.
- 3 - Quando as condições o permitam, fornecer o conselho da Grã-Bretanha e os árabes para ajudá-los a encontrar os órgãos de gestão adequada desses diferentes regiões.
- 4 - Este conceito e que os árabes decidiram pedir conselhos e orientação da Grã-Bretanha sozinho e conselheiros Grande Europeu e do pessoal necessários para Tthskil órgão administrativo de ingleses, que são pouco ortodoxas.
- 5 - O _khasos dos estados de Bagdá e Basra, os árabes reconheceram que o estado e os interesses da Grã-Bretanha Almutdp há exigir medidas específicas administrativas destinadas a proteger esses territórios de agressão estrangeira e aumentar a sua população e proteger melhor a nossa situação econômica mútua.

Estou certo de que esta declaração confirma para o seu estado sem a mínima suspeita de uma milha da Grã-Bretanha em relação aos árabes e seus donos termina Rgaib mantenha permanentemente confederação com eles e ser um resumo dos resultados turcos expulsos de países árabes e da liberalização dos povos árabes do jugo dos turcos, que sobrecarregados los com longos anos.

Tem sido limitado neste livro sobre as questões vitais de grande importância, ainda que existam questões nos seus discursos não mencionados aqui, vamos voltar a olhar no momento apropriado no futuro.

Recebi mais prazer e satisfação a notícia da chegada de roupas, justas e com a caridade de segurança e é graças a sua orientação Comissário e corte Tdabirkm havia revelado para o continente, sem fadiga ou danos, apesar das dificuldades e perigos causados por esta guerra, triste, e nós esperamos que o Deus Todo-Poderoso, para apressar, fazendo a paz permanente e liberdade para o povo do mundo.

Enviei meu endereço isso com o mensageiro nobre da Secretaria, o xeque Mohammed bin Arif Bin Arivan e os vossos ouvidos, será apresentado a algumas das questões que são úteis a partir do segundo nível de importância não mencionou isso em meu livro.

Em conclusão, provocar um estado-Sharif O chip Muneef azul eo príncipe da Galiléia cumprimentar integral e de afeto sincero, e expressar meu amor por ele e todos os membros da família o seu articulado com precioso do que nunca para nos ajudar a toda a glória para o bem e benefício dos povos do mundo. Que tem as chaves para o invisível e conduzido pela forma como ele deseja, e nós pedimos a Ele conclusão boa e de paz.

Assinado na segunda-feira, 15 Hijjah Dhul 1333

Regente
(Sir Arthur McMahon)

(تابع) الرسائل المتبادلة بين الشريف حسين وسير هنري مكماهون من 14 يوليه 1915 إلى 10 مارس 1916
"ملف وثائق فلسطين من عام 637 إلى عام 1949، وزارة الارشاد القومي، ج 1، ص 169 - 189"

من الشريف حسين إلى السير هنري مكماهون

بسم الله الرحمن الرحيم

الى معالم الشهم الهمام ذو الاصاله والرياسه الوزير الخبير وفقه الله لمرضاته. بملء الايناس تلقينا مرسومكم الموقر الصادر وأعلنه محل التبجيل وعلى مؤداه نجيب الشهامه.

- أولاً -** تسهيلات للوفاق وخدمة للإسلامية فرارا مما يكلفها المشاق والأحن ولما لحكومة بريطانيا العظمى من الصفات والمزايا الممتازة لدينا نترك الاحاح في ادخال ولايات مرسين وأطنة في أقسام المملكة العربية وأما ولايتي حلب وبيروت وسواحلها فهي ولايات عربية محضة ولا فرق بين العربي المسيحي والمسلم فانهما أبنا جد واحد، ولتقوم فيهم منا معاشر المسلمين ما سلكه أمير المؤمنين عمر بن الخطاب من أحكام الدين الإسلامي ومن تبعه من الخلفاء أن يعاملوا المسيحيين كمعاملاتهم لأنفسهم بقوله " لهم مالنا وعليهم ما علينا" علاوة على امتيازاتهم المذهبية وبما تراه المصلحة العامة وتحكم به .
- ثانياً -** حيث أن الولايات العراقية هي من أجزاء المملكة العربية المحضة ، بل هي مقر حكوماتها على عهد علي بن أبي طالب كرم الله وجهه ثم علي عهد عموم الخلفاء من بعده، وبها قامت مدنية العرب وأول ما اختطوه من المدن والأمصار واستفحلت دولهم فلها لدى العرب أقصاهم وأدناهم القيمة الثمينة والآثار التي لا تنسى، فلا يمكننا ارضاء الأمة العربية وارضاخها لترك ذلك الشرف ولكن تسهيلات للوفاق سيما والمحاذير التي أشرت اليها في المادة الخامسة من رقيمكم أنف الذكر محفوظيها وصيانتها من طبقة وضرورة ما نحن فيه وحياسة ما نريد التوصل اليه، فان أهم ما في هذا هي صيانة تلك الحقوق الممزوجة بحقوقنا بصورة كأنها الجوهر الفرد يمكن الرضا بترك الجهات التي هي الآن تحت الاشغال البريطاني إلى مدة يسيرة، البحث فيما يقبل عن قدرها دون أن يلحق حقوق الجانبين مضره أو خلل. سيما العربية بالنسبة لأمر مرافقها ومنابعها الاقتصادية، وأن يدفع للمملكة العربية في مدة الأشغال المقدار المناسب من المال لضرورة تركه كل مملكة حديثة الوجود. مع احترامنا لوفقاتكم المشار عليها مع مشايخ تلك الجهات وبالأخص ما كان منها جوهريا .
- ثالثاً -** رغبتكم في الاسراع بالحركة نرى فيه من الفوائد بقدر ما نرى فيه من المحاذير، أوله خشية لوم الإسلامية كما سبق الجاهل عن حقائق الحالة بأننا شققنا عصاها وأبدنا قواها، الثاني المقام تركيا معاضدتها جميع معاني قوى جرمانيا لجهلنا عما اذا حصل وهن احدى دول الائتلاف وأوجبها على صلح دول الاتفاق، فكيف تكون خطة بريطانيا العظمى وحلفائها لئلا تكن الأمة العربية أمام تركيا وحلفائها معا اذ لا يهمننا ما اذا كنا والعثمانية رأساً لرأس .

وعلى هذا فضروري ملاحظة هذه الأوجه ولا سيما عقد صلح اشترونا في حربه بصورة غير رسمية يخول للمتصالحين البحث فيه عن شئوننا.

رابعة - ان الأمة العربية تعتقد يقينا أن العثمانية عند وضع أوزار الحرب سيوجهون كل أعمالهم فيما يغضب العرب ويغتصب حقوقهم المادية والمعنوية وذهاب شعارهم وأحسابهم واخضاعهم بكل معاني الاخضاع مع بقائها تحت النفوذ الألماني فهم عازمون على حربهم حتى لا يبقى لنا باقية وما يرى فينا الآن من التأني فقد سبق بيان علته .

خامسة - متى علمت العرب أن حكومة بريطانيا حلفائهم لا يتركونهم عند الصلح على حالهم أمام تركيا وجرمانيا وأنهم يدافعون عنهم ويعاضدونهم ويدافعون عنهم الدفاع الفعلى فالدخول فى الحرب من الساعة لا شك أنه مما يوافق المصالح العربية .

سادسة - افادتنا السابقة الصادرة بتاريخ 29 شوال 1333 تغنى عن اعادة القول فى المادة الثالثة والرابعة من مرسومكم هذا الموقر فى خصوصات الهيئات الحاكمة والمشاورين والموظفين سيما وقد صرحتم يا حضرة الشهم بأنكم لا تتدخلون فى أمور الداخلية .

سابعة - وصول الجواب الصريح القطعى فى أقرب زمن على ذكر أعلاه من الطلبات اذ أنا استعملنا كلما يقربنا اليكم من التساهل الجدى الذى لا يراد به حقيقة جوهرية فانا نعلم أن نصيبنا من هذه الحروب إما سعادة تضمن للعرب الحياة التى تناسب تاريخهم أو الاضمحلال فى سبيلها. ولولا ما رأيتم ورأيت ما فى عزمهم لاخترت العزلة فى شواهد السراة، ولكن أبو على يا عزيزى- أعزك البارى بمرضاته الا أن يقودنى الى هذه المواقف .

ودم غانما سالما بما نحبه وتريده.

وحرر فى 27 من ذى الحجة 1333

De Sir Henry McMahon de Sharif Hussein

Em nome de Deus, o Misericordioso

Para a nobreza e a aristocracia da grandeza de uma cepa da profecia e da casa de linhagem pura e descida de luxo Estado-Sharif santo Hussein Ben Ali, Emir de Meca beijo Islã e os muçulmanos. Persiste em Deus na elevação e Alaa.

Depois disso, recebi sua carta e do Alcorão, em 24 de Dhul Hijjah 1333 e fiquei satisfeito com o que vi fora da sua aceitação dos estados de Mersin e Adana das fronteiras dos países árabes.

Recebeu também mais prazer e Tokidatkm satisfação que os árabes estão decididos a caminhar sob os ensinamentos do califa Omar Bin Al Khattab maio Deus estar satisfeito com

ele e outros senhores dos dois primeiros califas - os ensinamentos que garantam os direitos e privilégios de todas as religiões igualmente.

Este, na sua opinião de que os árabes estão dispostos a respeitar e reconhecer todos os nossos tratados com outros chefes árabes de saber que é claro que este abrange todo o país dentro das fronteiras do Reino, porque o governo árabe da Grã-Bretanha não pode dar ao luxo de denunciar o acordo tinha sido celebrado entre eles e os presidentes.

Quanto aos estados de Aleppo e de governo de Beirute da Grã-Bretanha tem sido entendido tudo Mazkrtn sobre eles e gravou, em seguida, com muito cuidado - mas para os interesses do seu aliado, a França, que incluía a questão é que você precisa para uma análise cuidadosa - e Snkhabarakm novamente esta questão em seu devido tempo.

O governo da Grã-Bretanha, como já Vokbertkm prontos para dar todas as garantias e ajuda ao seu alcance para a Arábia árabe, mas os seus interesses no estado da gestão de Bagdá requer uma sólida e amigável como Smtm, que a manutenção desses interesses também devem ser exigidas mais exata e totalmente, o que permite a situação atual e a velocidade que coloquem em estas negociações.

Nós Nstsob completamente seu desejo de ter cuidado e nós não queremos Ndfekm rapidamente ao trabalho podem impedir o sucesso de seus propósitos, mas ao mesmo tempo, acreditamos que é muito necessário que você vai fazer seus esforços para coletar a palavra dos povos árabes para o nosso objetivo comum e que Tgesohm para não estender a mão da assistência aos nossos inimigos de qualquer maneira. Eles são o sucesso desses esforços e medidas eficazes que podem ser para os árabes a tomar a nossa ambulância propósito quando chega a hora da ação depende de acordo entre nós eo poder da persistência.

De Sir Henry McMahon de Sharif Hussein

Em nome de Deus, o Misericordioso

Para a nobreza e a aristocracia da grandeza de uma cepa da profecia e da casa de linhagem pura e descida de luxo Estado-Sharif santo Hussein Ben Ali, Emir de Meca beijo Islã e os muçulmanos. Persiste em Deus na elevação e Alaa.

Depois disso, recebi sua carta e do Alcorão, em 24 de Dhul Hijjah 1333 e fiquei satisfeito com o que vi fora da sua aceitação dos estados de Mersin e Adana das fronteiras dos países árabes.

Recebeu também mais prazer e Tokidatkm satisfação que os árabes estão decididos a caminhar sob os ensinamentos do califa Omar Bin Al Khattab maio Deus estar satisfeito com ele e outros senhores dos dois primeiros califas - os ensinamentos que garantam os direitos e privilégios de todas as religiões igualmente.

Este, na sua opinião de que os árabes estão dispostos a respeitar e reconhecer todos os nossos tratados com outros chefes árabes de saber que é claro que este abrange todo o país dentro das fronteiras do Reino, porque o governo árabe da Grã-Bretanha não pode dar ao luxo de denunciar o acordo tinha sido celebrado entre eles e os presidentes.

Quanto aos estados de Aleppo e de governo de Beirute da Grã-Bretanha tem sido entendido tudo Mazkrtn sobre eles e gravou, em seguida, com muito cuidado - mas para os interesses do seu aliado, a França, que incluía a questão é que você precisa para uma análise cuidadosa - e Snkhabarakm novamente esta questão em seu devido tempo.

O governo da Grã-Bretanha, como já Vokbertkm prontos para dar todas as garantias e ajuda ao seu alcance para a Arábia árabe, mas os seus interesses no estado da gestão de Bagdá requer uma sólida e amigável como Smtm, que a manutenção desses interesses também devem ser exigidas mais exata e totalmente, o que permite a situação atual e a velocidade que coloquem em estas negociações.

Nós Nstsob completamente seu desejo de ter cuidado e nós não queremos Ndfekm rapidamente ao trabalho podem impedir o sucesso de seus propósitos, mas ao mesmo tempo, acreditamos que é muito necessário que você vai fazer seus esforços para coletar a palavra dos povos árabes para o nosso objetivo comum e que Tgesohm para não estender a mão da assistência aos nossos inimigos de qualquer maneira. Eles são o sucesso desses esforços e medidas eficazes que podem ser para os árabes a tomar a nossa ambulância propósito quando chega a hora da ação depende de acordo entre nós eo poder da persistência.

Em tais casos, o governo da Grã-Bretanha já me autorizou a informar Vossa Excelência que você vai ter certeza de que a Grã-Bretanha não tinha a intenção de entrar em qualquer paz a menos que estivesse dentro dos termos da liberdade básica dos povos árabes e para a salvação da autoridade dos alemães e turcos.

Este é um símbolo da sinceridade de nossa intenção e para auxiliá-lo em seus esforços em nosso objetivo comum Vanni remetente com o seu mensageiro, o montante de £ 20.000.

E mais antigas da nossa mais alta fechando a cordial saudação e entregas sincera amizade com reverência e veneração cerimônia abrangidos pelos laços de intimidade e amor para servir como seu estado puro comissário e os membros de sua família de Meca.

Sinceramente.

**Redentor
Vice-Rei no Egito
(Sir Henry McMahon Arthur)**

**Assinado 8 zero 1333 -
em**

14/12/1915

*** assim contidas no original, o correto zero oito 1334**

(تابع) الرسائل المتبادلة بين الشريف حسين وسير هنري مكماهون من 14 يوليه 1915 إلى 10 مارس 1916
"ملف وثائق فلسطين من عام 637 إلى عام 1949، وزارة الإرشاد القومي، ج 1، ص 169 - 189"

من الشريف حسين إلى السير هنري مكماهون

بسم الله الرحمن الرحيم

معالي الوزير الخطير الشهم الهمام

بأنامل الابدال والتوقير تلقينا رقيمكم 9 صفر الجارى برفق حاملهم وعلمت مضمونيهما وأدخلا علينا من الانشراح والارتياح مالا مزيد لاز التهما ما يختلج بصدري ألا وهو وقوف حضرتك بعد وصول أحمد شريف وحظوته بالجناب بأن كلما أتينا به فى الحال والشأن ليس بنا شىء عن عواطف شخصية أو ما هو فى معناها مما لا يعقل، وانها قرارات ورغائب أقوام وأنا لسنا إلا مبلغين أو منفذين لها بصفقتنا التى ألزمتنا بها اذ هذا عندى من أهم ما يجب وقوف شهامة الجناب عليه وعلمه به. أما ما جاء بالمحررات الموقرة فيما يتعلق بالعراق من أمر التعويض مدة الأشغال فلزيادة ايضاح وقول بريطانيا العظمى بصفاتنا فى القول والعمل فى المادة والمعنى واعلامها باكيد اطمئناننا باعتماد حكومتها المفخمة نترك أمر تقدير مبلغه لمدارك حكمتها ونصفقتها، أما الجهات الشمالية وسواحلها فما كان فى الامكان من تعديل أتينا به فى رقيمنا السابق. هذا، وما ذاك الا للحرص على الأمنيات المرغوب حصولها بمشيئة الله تبارك وتعالى وعن هذا الحس والرغبة هما التى، ألزمتنا بملاحظة اجتناب ما ربما أنه يمس حلف بريطانيا العظمى لفرنسا واتفاقهما أبان هذه الحروب والنوازل الا أننا مع هذا نرى من الفرائض التى ينبغى لشهامة الوزير صاحب الرئاسة أن يتيقنها بأن عند أول فرصة تضع فيها أوزار هذه الحروب سنطالبكم بما نغض الطرق عنه اليوم لفرنسا فى بيروت وسواحلها ولا أرى لزوما بأن نحيطكم بما فى هذا أيضا

من تأمين المنافع البريطانية وصيانة حقوقها هو أهم وأكبر مما يعود الينا، وأن لا بد من هذا على أى حالة كانت ليتم للعظمة البريطانية أن ترى أخصاءها فى البهجة والرونق التى تهتم أن تراهم فيه سيما وأن جوارهم لنا سيكون جرثومة للمشاكل والمناقشات التى لا يمكن معها استقرار الحالة عدى أن البيروتيين بصورة قطعية لا يقبلون هذا الانفصال ويلجئونا على حالات جديدة تهم وتشغل بريطانيا بصورة لا تكون بأقل من اشتغالنا الحالى بالنظر لما نعتقده ونتقيه من اشتراك المنفعة ووحدتها وحدها وهى الداعية الوحيدة لعدم التفاتنا لسواكم فى المخابرات وعليه يستحيل إمكان أى تساهل يكسب فرنسا أو سواها شبرا من أراضى تلك الجهات، أصبح بهذا مع اعتماد لكل جوارحى اعتمادا يرثه الحى منا بعد الميث بتصريحاتكم التى ختمتم بها رقيمكم الموقر. وعليه فليعتقد جناب الوزير الخطير ولتعتقد بريطانيا الكبرى أنا على العزم الذى أشير اليه ويعلمه منا جناب الاريب الكامل استورس منذ عامين ولا نناظر فيه الا الفرص المناسبة لأحوالنا وأخصها داعيته ووسيلته التى اقترب وقتها مما تسوقه الأقدار الينا بكل سرعة ووضوح لتكن حجة لنا وعن رأينا على الاعتراضات والمسئوليات المقدره وفي تصريحاتكم بقولكم "وأنا لسنا نريد أن ندفعكم إلى عمل سريع ربما يعرقل نجاح أغراضكم" يغنى عن زيادة الايضاح، ما عدا طلب ما نرى لزومه عند الحاجة من الأسلحة وذخائرها الحربية وما هو فى معناها.

وأكتفى بهذا القدر عن اشغال شهامتكم بتقديم وافر احتشاماتى وجزيل توقيراتى لمقام المقر الموقر.

وحرر فى اليوم الخامس والعشرين من صفر الخير 1334

De McMahon para Sharif Hussein

Cairo em 24 de Março do ano 1334, 30 de janeiro de 1916.

Recebemos com prazer a sua carta de 25, zero, o mensageiro de confiança e dizer-lhe a sua interpretação.

E nós apreciamos muito os motivos que levam você nesta questão importante, e sabemos muito bem que você está trabalhando em favor de árabes e você não faz algo bom - em seu trabalho - e não a seu favor e sua liberdade.

Preocupou-se com especial atenção aos seus comentários sobre o mandato de Bagdá, vamos discutir este assunto com interesse e atenção quando você derrotar os inimigos são redundantes e chegar à solução pacífica

Quanto ao caso do ex-Norte tem escrito uma nota do seu desejo de evitar qualquer coisa que pudesse prejudicar a aliança com Inglaterra e França e fiquei muito satisfeito por expressar um desejo.

E Oznkm sabem muito bem que nós relatores decisão final de não permitir qualquer intervenção - não importa quão pouco seria - no nosso comum acordo na entrega desta guerra para ganhar e depois, quando a guerra acabou, a amizade entre a França e a Inglaterra vão reforçar e intensificar, os dois que fizeram o sangue em Inglês e lado francês a lado na defesa dos direitos e liberdades.

Agora que os países árabes decidiram participar conosco na defesa dos direitos e trabalhar conosco na forma de esta importante questão, esperamos a Deus para que o resultado desses esforços conjuntos e esta estreita cooperação, com duração de amizade, que remonta a todos felizes e alegria.

Estamos satisfeitos com o movimento que você precisa fazer para convencer as pessoas a participar de nosso movimento e parar de ajudar os nossos inimigos. Deixamo-la a Aftntekm Tkadiratkm e relatório atempadamente, tomar medidas, mais amplo do que isso

(تابع) الرسائل المتبادلة بين الشريف حسين وسير هنري مكماهون من 14 يوليه 1915 إلى 10 مارس 1916
"ملف وثائق فلسطين من عام 637 إلى عام 1949، وزارة الأرشيف القومي، ج 1 ص 169 - 189"

من الشريف حسين إلى السير هنري مكماهون
14 فبراير سنة 1916

بسم الله الرحمن الرحيم
إلى حضرة نواب الأوصياء الخاصة نائب جلالة الملك دام برحمتها

بعد فبايدى التوقيع والاحتشام تلقينا رقيم الفخامة المؤرخ 25 ربيع أول، وأن مضامينه أدخلت علينا مزيد الارتياح والسرور لحصول التفاهم المطلوب والتقارب المرغوب أسأل الله أن يسهل المقاصد وينجح المساعي. ومن الايضاحات الآتية نفهم الفخامة الأعمال الجارية والاسباب المقتضية:

أولاً - قد أعلمنا فخامتكم بأننا بعثنا بأحد انجالنا إلى الشام ليرأس ما يقتضى عمله هناك، ولقد ظفرنا منه بتقرير مفصل يفيد به أن اعتسافات الحكومة هناك لم تبق من الأشخاص الذين نعتمد عليهم في الأمر سواء كانوا من الجند على اختلاف مراتبهم أم ممن لم يكونوا من ذلك الصنف الا القليل مما كان في الدرجة التالية، وأنه ينتظر وصول القوات المعين بقدمها من مواقع مختلفة أخصها من أهالي البلاد وما جاورها من الأقطار العربية كحلب وجنوب الموصل المشاع بأن عددها ما ينوف عن المائة ألف على ما يزعمون. وأنه لا بد يؤمل ان كانت الأكثرية من القوة المذكورة من العرب فهو عازم على اجراء الحركة والقيام بهم، وان كان العكس يعنى الأكثرية من الأتراك وسواهم فسيناظر تقدمهم نحو التربة وعند اشتباك الحرب حركته بهم عندما يريدون.

ثانياً - عزمنا على ارسال نجلنا الكبير إلى المدينة المنورة بقوة كافية ليكون رداء لأخيه الذى بالشام ولكل احتمال واستيلائه على الخط الحديد وما هو فى معنى ذلك مما تظهره الشؤون. وهذا هو المبدأ للحركة الأساسية المكتفين في مبادئها بما جندناه برسم المحافظة على راحة داخلية البلاد وبأهل الحجاز أهل المركز فقط لأسباب يطول شرحها:

(أولاً) تعسر احضار لوازمهم بصورة تجعل المشروع في حيز الكتمان، مع عدم الضرورة على ذلك وسهولة جلب الإمدادات عند الحاجة، هذا خلاصة ما رغبتم فى الجواب عليه والاستفهام عنه. وفى ظنى أن فيه الكفاية واتخاذة أساسا وقياسا فى أعمالنا أمام كل التبدلات والطوارئ التى يظهرها سير الحالة.

بقى علينا بيان ما نحتاجه والحالة هذه هو:

أولاً - مبلغ خمسين ألف جنيه ذهبا لمشاهدة القوات المجندة ونحوها مما ضرورته تغنى عن بيانه.

فالرجاء احضارهما بوجه السرعة الممكنة.

الثانى - احضار عشرين ألف كيس أرز وخمسة عشر ألف دقيق وثلاثة آلاف شعير ومائة وخمسين كيس بن قهوة ومثلها سكر ومقدار خمسة آلاف بندقية من الطرز الجديد وما تحتاجه النسبة لها من المرميات وأيضاً مقدار مائة صندوق من النوع المرسل منه مرميتين طيه. ومن مرميات بواريد مارتن هنرى وبارودات غرا أعني بواريد معمل سانت أتين الأفرنسية لاستعمال هذين الصنفين فى بواريد أى بندقيات قبائلنا، ولا بأس من جعل لكل نوعهما خمسمائة صندوق.

الثالث - أنا استنسبنا مركز سوقيات هذه المواد المرغوبة يكن بور سودان.

الرابع - بالنظر لكون المواد الغذائية واللوازم الحربية الموضحة أعلاه لا حاجة لنا بها الا عند ابتداء الحركة، وسنبلغكم اياها بصورة رسمية تبقى في الموضوع المذكور وعند الحاجة اليها يبلغ أمير الجهة المذكورة وقائدها بالمواقع التي يقتضى سوقها اليها والوسائط التي سيكونون حاملين الوثائق بتسليمها اياهم.

الخامس - النقود المطلوبة يقتضى ارسالها في الحال إلى أمير بور سودان ، وسيرده من طرفنا معتمد يتسلمها أما دفعة أو دفعتين على حسب استطاعته. وهذه علامة اعتماد الرجل T.

السادس - مندوبنا في قبض المبالغ المذكورة سيتوجه إلى بور سودان بعد ثلاثة أسابيع، يعنى يكون وصوله اليها في 5 من جماد الأول حامل كتاب منا باسم الخواجة الياس افندى وانه يصرف له بموجبه ما لديه من ايجارات املاكنا والامضاء صراحة باسمنا، غير اننا معدينه يسأل عن عائد الموقع وأميره، فأنتم تخبروهم عن ذلك الشخص وبمراجعتهم يجرى له ما يقتضى من صرف ما لديهم بشرط ألا يبحثوا معه في أى موضوع كان مؤكداين غاية التأكيد في عدم المظاهرة له وكنمان أمره ومعاملته في الظاهر بأنه لاشيء، لا يظن أن تفتننا للشخص الأخير من اعتماد الأول حامله هذا لا بل لعدم ضياع الوقت لتعييننا له خدمة في جهة ثانية ، مع تكرر رجائنا بعدم اركابه وأبعائه في بابور أو في شيء من هذه الرسميات فان وسائطه كافية.

السابع - مندوبنا حامل هذا أكدنا عليه بالاكتماء بايصال هذا وأظن أن مأموريته في هذا الدور تمت، حيث أن الحالة علمت أساساتها وفروعها فلا حاجة في بعث شخص آخر، إذ أن اللزوم للمخابرة يكن منا، ولا سيما أن مندوبنا الأخير سيردكم بعد ثلاثة أسابيع يمكن في ظرفها افادتنا بما يلزم له الحال وألا يعامل في الصورة الظاهرة الا معاملة بسيطة.

الثامن - تعهد الحكومة البريطانية العظمى قبول هذه المصاريف الحربية بموجب الدفاتر التي تقدم اليها ببيان الوجهة التي صرفت فيها.

وبالختام أهديكم اشواقي التي لا تعد واحتشامي الذي ليس له حد.

14 ربيع الآخر 1334

De Sir Henry McMahon de Sharif Hussein

Em nome de Deus, o Misericordioso

Trouxe a este lugar sempre camarada linhagem pura e descida de luxo beijo do Islã e os muçulmanos, o metal da honra e boa filogenética estirpe revelação Mohammadi Sharif eu sou o proprietário, o Sr. Sharif Hussein Ben Ali, Emir de Meca, o santo de Deus elevação Zadeh e Alaa Amen.

Depois de um vendedor de montagem Prince of. Altjlp grave e modéstia e sinceras saudações e explicar os fatores de familiaridade e de boa compreensão e carinho misturado com o coração o amor mais elevado para o Estado do Príncipe Qaboos recebemos Rqimkm de 14 Spring outros 1334 das mãos de seu mensageiro, o secretário, foi o prazer de estar de pé sobre as medidas concretas que Tnounha e à aprovação da nas circunstâncias actuais.

E o governo de Sua Majestade o Rei da Grã-Bretanha ratificou.

O Apraz-me informar que Majestade o Governo de Sua ratificado todas as suas demandas e tudo que você deseja acelerar o Na enviar é enviado com o seu mensageiro, o portador do presente e as coisas ainda vão assistir com toda a rapidez possível e permanecer em Port Sudan, no âmbito do mandado até o início do movimento e deixe-nos saber como o formal (como você mencionou) e locais que exige que o mercado para ele e os meios que estão a levar os documentos entregues.

Que todas as instruções contidas no Mahrrkm ter informado o governador de Port Sudan, que será realizado de acordo com seu desejo - tem trabalhado todos os meios necessários para enviar um mensageiro grávidas em sua última carta a Joanne mesmo levar Momoreth que pedimos a Deus que Ichaellha sucesso e bons resultados e vai voltar para Port Sudan e aprendeu sobre guardado por Deus para cortar ao alcance da voz de seu estado, como resultado de seu trabalho.

Aproveitamos a oportunidade para explicar ao seu estado em um discurso que é o que provavelmente não estava claro para você ou o que vai resultar em mal-entendidos, a saber, que existem alguns centros ou pontos estacionados onde alguns Asaker da costa turca dos países árabes disseram que abertamente hostis a nós e que estão trabalhando para fazer mal aos nossos naval no Mar Vermelho. Assim, vemos que é necessário tomar medidas eficazes contra eles, mas temos que emitu ordens peremptórias que todos Bawarjna para diferenciar entre os soldados turcos que estão começando a hostilidade entre os árabes de pessoas inocentes que vivem nesses bairros, pois não oferecemos os árabes em geral, mas toda a paixão e amigável.

Fomos informados que o seu estado assim que você vai estar ciente do comando se Bulgkm Mkdhuba notícias sobre as razões que nos obrigam a tal ação. Ouvimos rumores de que o efeito

Os inimigos jurados Bazlon esforço no trabalho de navios de professar suas minas no Mar Vermelho e causando danos aos nossos interesses nesse mar, e peço-lhe dizer-nos se a velocidade que você tem alcançado.

Ouvimos dizer que eu sou bom ter vendido para os turcos, um número de grande beleza, foi enviado a Damasco, na Síria. Esperamos que você utilize todos os de sua influência para acabar com tudo isso, e se determinado a que é que você pode trabalhar com danificado arranjo de vida entre ele e Síria para aproveitar a beleza do evento que vai e não tem dúvidas que, no interesse do nosso benefício mútuo.

O Apraz-me informar Vossa Excelência que Araban que desviou sob a liderança de Ahmed Snoussi, que estão se tornando uma vítima das maquinações dos alemães e os turcos começaram a saber foi culpa deles que eles vêm até nós e Haddana e grupos pedindo perdão e carinho para eles. O Graças a Deus que derrotou as forças recolhidos por estes Dezason contra nós. Os árabes levaram a percepção de fraude e engano que cercam.

E a queda de Erzurum das mãos dos turcos e muitos Anhzamathm no Cáucaso tem uma grande influência, que está em nosso benefício mútuo e um grande passo para o qual temos com você.

Pedimos a Deus Todo-Poderoso para abençoar a coroa de sua prosperidade, sucesso, e para prepará-lo para completar o seu trabalho nas melhores formas e métodos.

Em conclusão, eu ofereço para o seu estado e os membros de toda a sua família de um nobre cruel e Depreciar grande afeição completa e devoção com que gostam de Carr eras Aizaazaaha e da passagem dos dias.

Assinado em 6 primeiros 1334 inanimados
Aprovada 10 de março de 1916

Escrito por Salvador
**(Sir Henry McMahon
Arthur)**
Vice-Rei no Egito

AnexoXI

The Sykes - Picot Agreement

May 16, 1916

Sir Edward Grey to M. Cambon

'(Secret.)

'Your Excellency,

FOREIGN OFFICE, May 15, 1916

I shall have the honour to reply fully in a further note to your Excellency's note of the 9th instant, relative to the creation of an Arab State, but I should meanwhile be grateful if your Excellency could assure me that in those regions which, under the conditions recorded in that communication, become entirely French, or in which French interests are recognised as predominant, any existing British concessions, rights of navigation or development, and the rights and privileges of any British religious, scholastic, or medical institutions will be maintained.

'His Majesty's Government are, of course, ready to give a reciprocal assurance in regard to the British area.

'I have, &C.

E. GREY'

Sir Edward Grey to M. Cambon

'(Secret.)

'Your Excellency,

'FOREIGN OFFICE, May 16, 1916

I have the honour to acknowledge the receipt of your Excellency's note of the 9th instant, stating that the French Government accepts the limits of a future Arab State, or Confederation of States, and of those parts of Syria where French interests predominate, together with certain conditions attached thereto, such as they result from recent discussions in London and Petrograd on the subject.

I have the honour to inform your Excellency in reply that the acceptance of the whole project, as it now stands, will involve the abdication of considerable British interests, but, since His Majesty's Government recognise the advantage to the general cause of the Allies entailed in producing a more favourable internal political situation in Turkey, they are ready to accept the arrangement now arrived at, provided that the co-operation of the Arabs is secured, and that the Arabs fulfil the conditions and obtain the towns of Homs, Hama, Damascus, and Aleppo

It is accordingly understood between the French and British Governments.

1. That France and Great Britain are prepared to recognise and protect an independent Arab State or a Confederation of Arab States in the areas (A) and (B) marked on the annexed map [not here reproduced], under the suzerainty of an Arab chief. That in area (A) France, and in area (B) Great Britain, shall have priority of right of enterprise and local loans. That in area (A) France, and in area (B) Great Britain, shall alone supply advisers or foreign functionaries at the request of the Arab State or Confederation of Arab States.
2. That in the blue area France, and in the red area Great Britain, shall be allowed to establish such direct or indirect administration or control as they desire and as they may think fit to arrange with the Arab State or Confederation of Arab States.
3. That in the brown area there shall be established an international administration, the form of which is to be decided upon after consultation with Russia, and subsequently in consultation with the other Allies, and the representatives of the Shereef of Mecca.
4. That Great Britain be accorded (1) the ports of Haifa and Acre, (2) guarantee of a given supply of water from the Tigris and Euphrates in area (A) for area (B). His Majesty's Government, on their part, undertake that they will at no time enter into negotiations for the cession of Cyprus to any third Power without the previous consent of the French Government.
5. That Alexandretta shall be a free port as regards the trade of the British Empire, and that there shall be no discrimination in port charges or facilities as regards British shipping and British goods; that there shall be freedom of transit for British goods through Alexandretta and by railway through the blue area, whether those goods are intended for or originate in the red area, or (B) area, or area (A); and there shall be no discrimination, direct or indirect, against British goods on any railway or against British goods or ships at any port serving the areas mentioned. That Haifa shall be a free port as regards the trade of France, her dominions and protectorates, and there shall be no discrimination in port charges or

facilities as regards French shipping and French goods. There shall be freedom of transit for French goods through Haifa and by the British railway through the brown area, whether those goods are intended for or originate in the blue area, area (A), or area (B), and there shall be no discrimination, direct or indirect, against French goods on any railway, or against French goods or ships at any port serving the areas mentioned.

6. That in area (A) the Bagdad Railway shall not be extended southwards beyond Mosul, and in area (B) northwards beyond Samarra, until a railway connecting Bagdad with Aleppo via the Euphrates Valley has been completed, and then only with the concurrence of the two Governments.
7. That Great Britain has the right to build, administer, and be sole owner of a railway connecting Haifa with area (B), and shall have a perpetual right to transport troops along such a line at all times.

It is to be understood by both Governments that this railway is to facilitate the connexion of Bagdad with Haifa by rail, and it is further understood that, if the engineering difficulties and expense entailed by keeping this connecting line in the brown area only make the project unfeasible, that the French Government shall be prepared to consider that the line in question may also traverse the polygon Baniyas-Keis Marib-Salkhad Tell Otsda-Mesmie before reaching area (B).

8. For a period of twenty years the existing Turkish customs tariff shall remain in force throughout the whole of the blue and red areas, as well as in areas (A) and (B), and no increase in the rates of duty or conversion from ad valorem to specific rates shall be made except by agreement between the two powers.

There shall be no interior customs barriers between any of the above-mentioned areas. The customs duties leviable on goods destined for the interior shall be collected at the port of entry and handed over to the administration of the area of destination.

9. It shall be agreed that the French Government will at no time enter into any negotiations for the cession of their rights and will not cede such rights in the blue area to any third Power, except the Arab State or Confederation of Arab States, without the previous agreement of His Majesty's Government, who, on their part, will give a similar undertaking to the French Government regarding the red area.
10. The British and French Governments, as the protectors of the Arab State, shall agree that they will not themselves acquire and will not consent to a third Power acquiring territorial possessions in the Arabian peninsula, nor consent to a third Power installing a naval base either on the east coast, or on the islands, of the Red Sea. This, however, shall not prevent such adjustment of the Aden frontier as may be necessary in consequence of recent Turkish aggression.
11. The negotiations with the Arabs as to the boundaries of the Arab State or Confederation of Arab States shall be continued through the same channel as heretofore on behalf of the two Powers.
12. It is agreed that measures to control the importation of arms into the Arab territories will be considered by the two Governments.

I have further the honour to state that, in order to make the agreement complete, His Majesty's Government are proposing to the Russian Government to exchange notes analogous to those exchanged by the latter and your Excellency's Government on the 26th April last. Copies of these notes will be communicated to your Excellency as soon as exchanged.

I would also venture to remind your Excellency that the conclusion of the present agreement raises, for practical consideration, the question of the claims of Italy to a share in any partition or rearrangement of Turkey in Asia, as formulated in article 9 of the agreement of the 26th April, 1915, between Italy and the Allies.

His Majesty's Government further consider that the Japanese Government should be informed of the arrangements now concluded.

I have, &c.

E. GREY,

AnexoXII

Mandato para a Palestina

"Arquivos e documentos da Palestina em 637 e 1949, o Ministério da Orientação, c. 1, p. 289-295"

Mandato para a Palestina ^(*)

(Projeto anunciado pela Liga das Nações em 06 julho de 1921 e ratificou em 24 de julho de 1922 e posto em vigor em 29 de Setembro)

Introdução:

Conselho da Liga das Nações

Considerando que as Principais Potências Aliadas, concordaram em entregar a gestão da Palestina, que foi filiado no passado do Reino das fronteiras otomanas designado por esses Estados para o Delegado do Estado escolher os Estados referiu a aplicação das disposições do artigo 22 da Carta da Liga das Nações.

Considerando que as Principais Potências Aliadas também concordaram em que a Mandatária responsável pela implementação da declaração emitida no original do governo de Sua Majestade Britânica, no segundo dia do mês de novembro de 1917 e aprovado pelos Estados mencionados em favor do estabelecimento de uma pátria judaica na Palestina, sendo claramente entendido que nada será feito que possa prejudicar os direitos civis e religiosas de que gozam os não-judeus comunidades existentes na Palestina ou os direitos e estatuto político gozados pelos judeus do que em qualquer outro país.

Desde que foi reconhecido pela ligação histórica do povo judeu na Palestina e das razões que dão origem a re-estabelecer o seu lar nacional nesse país.

Considerando que as Principais Potências Aliadas escolheram Sua Majestade Britânica como mandatária para a Palestina.

Como o mandato para a Palestina tinha sido formulada nos seguintes textos e apresentado ao Conselho da Liga das Nações, para aprovação, o que foi Sua Majestade Britânica aceitou o Mandato sobre a Palestina, e se comprometeram a sua execução, em nome da Liga das Nações, em conformidade com as disposições e condições seguintes.

No oitavo parágrafo do artigo 22 mencionado acima afirma que o grau de autoridade ou controle ou gestão praticados pelo Poder obrigatória será conduzido pela Liga das Nações Conselho, francamente, se não houver acordo entre eles ex-membros da Liga das Nações.

Assim, o Conselho da Liga das Nações mandato após o apoio disse define seus termos como segue:

Artigo I:

O Estado inteiro Delegar autoridade na legislação e na administração, exceto como pode ser limitado pelos termos deste instrumento.

Artigo II:

Delegado Estadual é responsável por colocar o país em condições políticas, administrativas e económicas incluíram o estabelecimento de um Lar Nacional Judeu, de acordo com um comunicado no preâmbulo deste instrumento e à promoção da auto-regulam as instituições e também são responsáveis pela manutenção e religiosa dos direitos civis de todos os habitantes da Palestina, sem distinção de raça e religião.

Artigo III:

Implicações da Obrigatório de incentivar a autonomia local, tanto quanto as circunstâncias o permitam.

Artigo IV:

Agência reconheceu Judaica apropriada como um bem público para assessorar a Administração da Palestina e cooperar com os Assuntos Económicos e Sociais e outras questões que possam afetar o estabelecimento de um Lar Nacional Judeu e os interesses da população judaica na Palestina e para assistir e participar da promoção do país a ser sempre sujeito a acompanhar a gestão.

Reconhece a associação do sionismo como apropriado, desde que a potência mandatária considera que a sua formação e da Constituição torná-lo um válida e apropriada para esta finalidade e efeito para o sionismo Geral de tomar as medidas necessárias, após consulta ao Governo de Sua Majestade Britânica para a ajuda de todos os judeus que querem ajudar na criação da pátria judaica.

Artigo V:

Delegado Estadual é responsável por assegurar que nenhuma renúncia de qualquer parte do território da Palestina para o Governo de um Estado estrangeiro e não alugadas para o Governo, e colocados sob o controlo de qualquer outra imagem.

Artigo VI:

A Administração da Palestina, garantindo a não prejudicar os direitos ea posição de outros setores da população para facilitar a imigração judaica em condições adequadas e estimular a

cooperação com a agência judia que se refere o artigo IV, uma multidão de judeus em terras públicas e terrenos baldios não é necessária para fins públicos.

Artigo VII:

A Administração da Palestina, a responsabilidade de promulgar uma lei da nacionalidade e deve ser incluída nessa Lei disposições para facilitar a aquisição da cidadania palestina por judeus que ter residência permanente na Palestina para eles.

Artigo VIII:

Os privilégios e imunidades dos estrangeiros, incluindo os benefícios e proteção dos tribunais consulares, que

Apreciado por estrangeiros no passado, por capitulação ou uso no Império Otomano, não serão aplicáveis na Palestina.

No entanto, quando o mandato expirou retornou esses privilégios, no caso como um todo ou com a alteração, que foram acordadas entre os Estados interessados, exceto se previamente para os países que tiveram cidadãos gozam dos privilégios mencionado no primeiro de agosto de 1914, que renunciou ao direito de recuperar os privilégios ou acordado não aplicar por um período indeterminado.

Artigo IX:

Delegado Estadual é responsável por tornar o sistema judicial estabelecido na Palestina assegure a plena garantia dos direitos dos estrangeiros e nacionais similares.

Respeitar o estatuto de pessoal e os interesses religiosos dos diferentes povos e comunidades é garantido garantia completa e também em especial o Departamento de Awqaf estar sujeita a lei religiosa e as condições de pé.

Artigo X:

Tratados seria assinado entre a Mandatária e outros países estrangeiros em processo de extradição inábil na Palestina, a ser realizada nesta acordos especiais com relação à Palestina.

Artigo XI:

Pegue a Administração da Palestina todas as medidas necessárias para salvaguardar os interesses do público sobre a atualização do país e seu desenvolvimento e terá toda a autoridade para o desenvolvimento das disposições necessárias para o consumo de qualquer recurso de de recursos naturais, o país ou os interesses comerciais e de utilidade pública no país ou que venham a ser estabelecidas mais tarde ou controle o seu conhecimento da condição cumprir com as obrigações assumidas pelo Poder-se obrigatória. Deve introduzir um sistema de terra que se adapta às necessidades do país, tendo em conta, entre outras coisas, o desejo de incentivar a mobilização da população no território ea intensificação da agricultura.

Pode dirigir o país concordar com a agência judia mencionada no artigo IV, que a criação desta agência ou à realização de obras, interesses e benefícios dos equipamentos públicos e melhorar o país é natural e justa condições justas, enquanto a administração não tomar essas coisas diretamente si. No entanto, tal acordo deve exigir que ele não ultrapasse os dividendos distribuídos pela agência, direta ou indiretamente quantidade razoável de interesse que é devido pelo capital investido e que todo o interesse dos lucros deve ser usado em benefício do país na cara que foi aprovado pelo administração.

XII do artigo:

Confiada à Obrigatório supervisionar as relações exteriores da Palestina eo direito à concessão de patentes aos cônsules nomeados por países estrangeiros e também tem o direito de incluir os cidadãos da Palestina e eles estão fora das fronteiras da sua região para proteger os seus embaixadores e consulados.

Artigo XIII:

O Delegado do Estado todas as responsabilidades para os locais sagrados e edifícios religiosos ou sites na Palestina, incluindo a responsabilidade de manter os direitos existentes e garantir o acesso aos lugares santos, edifícios religiosos e sítios ea liberdade de culto com os requisitos de manutenção da ordem pública e moral pública. E o Delegado de Estado responsável perante a Liga das Nações sem o outro sobre tudo relacionado a esta condição não impede que as disposições deste artigo, sem o acordo do mandatário com a gestão do país em que se considere a Mandatária adequadas para implementar as disposições deste artigo e desde que explica algo dessa interpretação instrumento autoriza a autoridade obrigatória da exposição ou de interferência no sistema ou a gestão dos santos santuários islâmicos Pure protegidos imunidade.

Artigo XIV:

Constituem o Delegado do Estado à comissão especial para estudar a identificação e determinação dos direitos e alegações de locais sagrados e os direitos e as alegações de seitas religiosas, diferente na Palestina, foi o método de escolha desta Comissão e da força e as funções do Conselho da Liga das Nações para a aprovação ea comissão nomeará e ele não funciona sem o consentimento do Conselho.

XV do artigo:

Implicações da Mandatária para garantir que tornam a liberdade religiosa eo livre exercício pleno de toda a adoração Mkovlten para todos a condição de manutenção da ordem pública e moral pública e não devem ser um qualquer tipo de distinção entre os habitantes da Palestina, com base no sexo, religião, língua, e não para privar uma pessoa de entrar na Palestina por causa da crença religiosa apenas.

Não deve ser negado o direito da faixa de manter suas próprias escolas para a educação de seus filhos na sua própria língua e não põe em causa este direito, enquanto ela está em conformidade com as condições do ensino público, que pode ser imposta pela administração.

Artigo XVI:

Delegado Estadual é responsável pelo exercício, como exigido pelo para manter a ordem pública e órgão regulador do governo para supervisionar as instituições religiosas e do Distrito de todas as seitas sectárias na Palestina e tendo em conta esta condição não pode ser tomada em medidas Palestina que romper esses órgãos ou a exposição a eles ou mostram preconceito contra o qualquer representante ou representantes dos seus membros por causa de sua religião ou nacionalidade.

XVII do artigo:

Pode ser a Administração da Palestina para organizar numa base voluntária, as forças necessárias para manter a paz ea ordem e as forças necessárias para defender o país também desde que essa esteja sujeita à supervisão do mandatário, mas pode não ser a Administração da Palestina para usar essas forças para outros fins além dos acima mencionados, exceto com o consentimento dos obrigatórios e não o contrário Administração pode

Artigo XIII:

O Delegado do Estado todas as responsabilidades para os locais sagrados e edifícios religiosos ou sites na Palestina, incluindo a responsabilidade de manter os direitos existentes e garantir o acesso aos lugares santos, edifícios religiosos e sítios ea liberdade de culto com os requisitos de manutenção da ordem pública e moral pública. E o Delegado de Estado responsável perante a Liga das Nações sem o outro sobre tudo relacionado a esta condição não impede que as disposições deste artigo, sem o acordo do mandatário com a gestão do país em que se considere a Mandatária adequadas para implementar as disposições deste artigo e desde que explica algo dessa interpretação instrumento autoriza a autoridade obrigatória da exposição ou de interferência no sistema ou a gestão dos santos santuários islâmicos Pure protegidos imunidade.

Artigo XIV:

Constituem o Delegado do Estado à comissão especial para estudar a identificação e determinação dos direitos e alegações de locais sagrados e os direitos e as alegações de seitas religiosas, diferente na Palestina, foi o método de escolha desta Comissão e da força e as funções do Conselho da Liga das Nações para a aprovação ea comissão nomeará e ele não funciona sem o consentimento do Conselho.

XV do artigo:

Implicações da Mandatária para garantir que tornam a liberdade religiosa eo livre exercício pleno de toda a adoração Mkovlten para todos a condição de manutenção da ordem pública e moral pública e não devem ser um qualquer tipo de distinção entre os habitantes da Palestina, com base no sexo, religião, língua, e não para privar uma pessoa de entrar na Palestina por causa da crença religiosa apenas.

Não deve ser negado o direito da faixa de manter suas próprias escolas para a educação de seus filhos na sua própria língua e não põe em causa este direito, enquanto ela está em conformidade com as condições do ensino público, que pode ser imposta pela administração.

Artigo XVI:

Delegado Estadual é responsável pelo exercício, como exigido pelo para manter a ordem pública e órgão regulador do governo para supervisionar as instituições religiosas e do Distrito de todas as seitas sectárias na Palestina e tendo em conta esta condição não pode ser tomada em medidas Palestina que romper esses órgãos ou a exposição a eles ou mostram preconceito contra o qualquer representante ou representantes dos seus membros por causa de sua religião ou nacionalidade.

XVII do artigo:

Pode ser a Administração da Palestina para organizar numa base voluntária, as forças necessárias para manter a paz ea ordem e as forças necessárias para defender o país também desde que essa esteja sujeita à supervisão do mandatário, mas pode não ser a Administração da Palestina para usar essas forças para outros fins além dos acima mencionados, exceto com o consentimento dos obrigatórios e não o contrário Administração pode

Palestina para compor ou ser mantido qualquer poder do militar ou naval ou aérea.

Nada no presente artigo não impede a Administração da Palestina a participar nas despesas das tropas da Mandatária na Palestina.

A Mandatária terá direito a qualquer momento para usar as estradas da Palestina e as ferrovias e os portos dos movimentos das forças armadas e da transferência de combustível e suprimentos.

XVIII do artigo:

Mandatária garantir que haja discriminação na Palestina contra os cidadãos de qualquer Estado-membro da Liga das Nações (incluindo empresas constituída sob as leis do Estado) e os nacionais da Obrigatório ou nacionais de qualquer Estado estrangeiro outros em matéria de, comércio, tributação ou de navegação ou de abuso bens ou profissão ou no tratamento de navios mercantes ou pilotos da sociedade civil, assim não deve haver discriminação na Palestina contra mercadorias que tenham sua origem em países nos países mencionados, ou ser enviada para ele e liberar o livre trânsito de mercadorias por corretor (liberdade de trânsito) em todo o país coberto pela atribuição, em condições justas.

Levando em conta e outras disposições acima do mandato esta pode ser a Administração da Palestina podem ser aplicadas em consulta com os obrigatórios que considere necessárias de impostos e direitos aduaneiros e tomar aquilo que considera as medidas válido para ativar a instalações melhoradas, do país naturais e salvaguardar os interesses das suas populações e pode ser realizada em consulta com o Delegado do Estado acordos aduaneiros especiais com qualquer Estado que teve todos os seus bens em 1914 na Turquia, nos países da Ásia ou da Península Arábica.

Artigo XIX:

Junte-se obrigatória, em nome da Administração da Palestina tanto a Carta das convenções internacionais para o público que já tenha realizado ou a realizar-se mais tarde com o consentimento da Liga das Nações Unidas sobre o comércio de escravos eo tráfico de armas, munições ou drogas ou com relação à igualdade do comércio e do livre trânsito de

mercadorias por corretor (liberdade de trânsito), navegação, aviação e dos serviços postais , rádio, telégrafo, ou propriedade literária e artística e industrial.

Vinte artigo:

Cooperar em nome da Administração da Palestina obrigatória na execução de toda a política comum decidiu pela Liga das Nações para evitar e controlar a propagação de doenças, incluindo doenças de plantas e animais, tanto quanto as condições o permitirem, religiosas e outras condições sociais.

XXI do artigo:

Implicações para o Estado para garantir o desenvolvimento e aplicação de efeitos especiais da lei antiga, com base nas regras listadas a seguir durante os primeiros 12 meses a partir desta data e este

Garantido por lei aos nacionais de todos os Estados da Liga das Nações, da igualdade de tratamento em matéria de escavações e pesquisas arqueológicas:

1 - lidar com as palavras (ruínas), todos criados ou produzidos por mãos humanas antes do ano 1700 dC.

2 - A legislação aprovada sobre a protecção dos monumentos antigos a partir do incentivo, e não ameaças, e tudo sem ter descoberto a ser feita com a autorização mencionada no parágrafo quinto e relatou o fato à equipe do departamento pertinente será recompensado proporcionais ao valor da descoberta.

3 - Não permitido vender algo de monumentos antigos só para o Departamento competente, a menos que este Departamento renuncia a compra pode não ser nada fora do monumentos antigos do país somente sob uma licença de exportação emitida pelo departamento.

4 - todas destruídas ou danificadas um pedaço de monumentos antigos em má-fé ou negligência é punido castigo atribuído.

5 - proíbe uma perfuração ou de exploração para a busca de relíquias antigas, sem a autorização do departamento e da pena de multa.

6 - termos equitativo deve ser para a expropriação de terra com valor histórico ou arqueológico, quer desapropriação, temporária ou permanente.

7 - só para dar permissão para realizar escavações sobre as pessoas que fornecer provas suficientes de sua perícia em seus efeitos e implicações na Administração da Palestina, não dando possibilidade dessa forma a excluir os estudiosos de qualquer nação de licenças sem justa causa.

8 - divide a saída das escavações entre a escavadeira eo Departamento competente em uma proporção fixa por essa Câmara Se a divisão parece impossível por razões científicas é dado ao descobridor da justa indemnização em vez de dar-lhe uma porção de Alaiar detectado.

XXII do artigo:

Seja Inglês, árabe e hebraico, línguas oficiais da Palestina e qualquer declaração ou inscrição em árabe, em selos ou dinheiro na Palestina, será repetida em hebraico, e qualquer declaração ou inscrição em hebraico será repetida em árabe.

XXIII do artigo:

Reconhecer a Administração da Palestina, dias santos (feriados) em toda a gama de comunidades na Palestina, os dias de feriado para os membros daquela comunidade.

XXIV do artigo:

O Delegado do Estado à Liga das Nações um relatório anual para convencer o Conselho em lidar com

As medidas tomadas durante esse ano para implementar as disposições do mandato e enviar cópias de todas as leis e regulamentos promulgados ou emitidas durante o ano com o relatório.

Artigo XXV:

Mandatária terá o direito, com o consentimento do Conselho da Liga das Nações para atrasar ou parar. A aplicação do que se vê a partir destes textos não é aplicável à área entre o rio Jordão e as fronteiras orientais da Palestina, como será nomeado posteriormente para as condições locais existentes na região e ter que considerar as medidas adequadas para gerir a área de acordo com suas condições de condição local não deve ser levado a trabalhar, não para de acordo com As disposições dos artigos 15,16, 18.

Artigo XXVI:

Obrigatório Estado concorda que caso surja um litígio entre eles e um outro membro da Liga das Nações sobre a interpretação das disposições do Mandato ou aplicativo e não pode ser resolvido através da negociação antes da Corte Permanente de Justiça Internacional, previsto no artigo XIV da Carta da Liga das Nações.

Artigo Vinte e Sete:

Qualquer modificação nos termos do presente mandato deve ser conjugada com a aprovação da Liga das Nações.

Artigo Vinte e Oito:

Em caso de cessação do mandato concedido ao Delegado do Estado ao abrigo deste instrumento Conselho tomou a Liga das Nações, que considera as medidas necessárias para salvaguardar a manutenção dos direitos garantidos pelos artigos 13,14 para sempre assegurar que a LND e usou sua influência para garantir a assegurar a Assembléia a respeito, o Governo da Palestina para as obrigações financeiras que suportou a Administração da Palestina legalmente Obrigatório totalmente Entre os direitos dos trabalhadores em pensões ou gratificações.

(*) a partir do livro "documenta a questão palestina" Liga dos Estados Árabes

AnexoXIII

Livro Branco de 1930

"Arquivos e documentos da Palestina em 637 e 1949, o Ministério da Orientação, c. 1, p. 423-439"

Livro Branco de 1930 (*)

Declaração do plano político do Governo de Sua Majestade britânica:

Tem sido um relatório da ad hoc, sob a presidência de Sir Walter Silva, que foi publicado em abril, uma fonte de discussões acaloradas surgiram no decurso da qual existe um enorme mal-entendido sobre o que foi feito pela Majestade o Governo de Sua no passado a trabalhar na Administração da Palestina, eo que você quer dizer com fazer no futuro e tornou-se certo que a situação exige acelerar a implantação de uma declaração clara de uma política abrangente plano destinado a eliminar o equívoco ea confusão resultante eo medo é que a preparação de uma tal declaração necessárias medidas preliminares necessárias conduziu inevitavelmente a atrasar a sua conclusão.

1 - O relatório da Comissão chamou a atenção para a Shaw alguns aspectos do problema, o Governo de Sua Majestade sentiu chamada urgente de ação para alcançar uma visão abrangente de sua relevância para a política futura. Foi, portanto, decidiu enviar para a Palestina investigador do ensaio (que é o senhor John Hope Simpson) para deliberar com o Alto Representante sobre a ocupação de terras, migração e promoção dos assuntos económicos e apresentar um relatório ao Governo de Sua Majestade. Dada a importância dos temas de destaque e coerência entre si certifique-se de majestade o Governo de Sua que não está em ser capaz de colocar uma declaração sobre o plano político antes de tomar em conta o relatório completo em detalhes sobre a situação na Palestina com relação a essas três seções importantes do que na capacidade de Sir John Hope Simpson, descrita adequadamente têm insistido na Governo de Sua Majestade fortemente que fazem a recepção do relatório do senhor John Hope Simpson, emitiu uma declaração sobre a política de futuro que gostaria de andar sobre elas. No entanto, Majestade o Governo de Sua apesar de sua necessidade para as chamadas de urgência para acelerar a emissão de tal declaração, sentiu que tinha a obrigação de sustentar a sua decisão em termos de expectativas para o relatório do senhor Hope Simpson, dizendo que, em particular, uma combinação de seus depoimentos sobre a dificuldade do problema e da complexidade da necessidade de investigar a fundo todos os fatos realismo antes de chegar a quaisquer conclusões definitivas.

Foi apresentado agora Sir John Hope Simpson relatório e colocar esta declaração após o escrutínio mais cuidadoso do conteúdo do relatório e outras informações publicadas no último mandato, sobre a situação na Palestina.

2 - Em um país como a Palestina, onde contrastantes no momento presente, mas se chocam em alguns aspectos, as aspirações da população painéis não se espera que venha de uma declaração de política, não importa quão redigidas de acordo com todos a aprovação para as aspirações de qualquer equipa é que Majestade o Governo de Sua gostaria de esperança de que ele seria a de remover o mal-entendido que prevalece agora fins de explicação e interpretação dos mais completos e mais completa do impacto na remoção de ansiedade e confiança para ambas as equipes. E vai fazer Majestade Governo Seus esforços, em vez de através desta declaração atual, mas o que se seguiu a partir de um trabalho administrativo para convencer os árabes e os judeus destinados a promover os interesses da base dois com todas as minhas forças para trabalhar firmemente para que se chegue a formação do povo de Mysore como na Palestina, a viver em segurança e conforto sob a bandeira da gestão é tendenciosa multa, contudo, é necessário a este respeito para esclarecer um ponto: é muito importante para que, em circunstâncias especiais que afligem a Palestina não pode ser qualquer política, não importa quão brilhante Oovernmma clara do esforço com vista à implementação que restringe o seu sucesso não é recebido o apoio do todas as comunidades que têm sido desenvolvidos para seu benefício e bem-estar não é a sua aceitação, mas a sua cooperação de boa vontade.

Não é necessário, neste caso, para decidir sobre o acidente fatal que ocorreu no ano passado e em circunstâncias infelizes que têm surgido sobre. No entanto, Majestade o Governo de Sua vê-se obrigado a notar que não prejudicou os dois lados, mas para ajudar o menor a fim de eliminar a rivalidade que reinava entre eles durante os meses que se tensas as relações e aumentaram a preocupação após os distúrbios de agosto de 1929, e que não há outra ameaça obstáculo somado às dificuldades que surgiram a partir da desconfiança mútua e rivalidade entre os dois povos, e não um plano que a falta de confiança no Governo de Sua Majestade campanha, alimentada pela imprensa ajudou a diluir os fatos da situação e distorcê-la. Não é

necessário ter certeza de que a consolidação da paz e da prosperidade no país em que o futuro de ambos os povos anseiam deles depende a melhoria das relações entre árabes e judeus.

Isso é o fim, que foi aspirado para Majestade o Governo de Sua qual é que é possível alcançar a cooperação de ambos os lados de boa vontade com o Governo ea Administração da Palestina e certifique-se que a Majestade o Governo de Sua pode ser invocado em suas obrigações classificado no mandato, mas em todos os elos com a Palestina salvaguardar os interesses de ambos os povos e de trabalho para atualizar.

3 - e acenando que grande parte dos equívoco que tomou é, infelizmente, as duas equipas surgiram a partir da incapacidade de compreender o dever de Majestade o Governo de Sua sob os termos do mandato, portanto, o segundo ponto, que é Majestade o Governo de Sua existência confirmada no mais forte argumento plausível é que não está tão longe como a declaração feita pelo primeiro-ministro na Câmara dos Comuns britânica no terceiro dia do mês de abril de 1930: -

"Declaração inclui um compromisso foi duplo aspecto de qualquer do povo judeu e outra parte do povo de não-judeus na Palestina, e mostra que muita ansiedade entretidos com as almas no ano passado resultou da incerteza sobre a importância desta verdade fundamental para ter certeza. O rosto de árabes e judeus ao governo uma barragem de demandas e culpar o documento será mais provável corrupto que é dever do Governo de Sua Majestade para implementar os planos políticos estão proibidos de fato realizado sob as disposições do Mandato óbvio. "

O primeiro-ministro anunciou na declaração acima referida como muito clara e evacuar aquela Majestade o Governo de Sua tinha liquidado a sua resolução para continuar na administração da Palestina, em conformidade com as disposições do mandato, conforme aprovado pelo Conselho da Liga das Nações como um instrumento nas palavras do Sr. jogando McDonald internacionais empresa "não pode ser alterado sobre "e agitando-o, apesar de esta afirmação inequívoca Khamer algumas esperanças de que, na forma das formas possíveis para evitar Os limites impostos tanto pela visibilidade das disposições do mandato. Deve, neste caso a certeza que todos já foram feitos final que era um absurdo para os líderes dos judeus daquela que Elhoa a Majestade o Governo de Sua, porque vai na sua política em relação aos migrantes quem facilitou e terra por exemplo, as aspirações das camadas da opinião pública sionista do mais intransigentes como que fazendo isso não apenas ignorá-los para o direito colocado no Delegado Estadual sobre a não-judeus residentes na Palestina que o imposto que não é menos importante. Também é absurdo também dos outros líderes árabes para insistir em suas demandas por um tipo de Constituição faz com que o Governo de Sua Majestade máximo pela empresa em duas vertentes acima referidas, o impossível. Que em Majestade o Governo de Sua tiver motivos para suspeitar que os motivos que levaram à sobrevivência de tensão nas relações e ansiedade entre os dois grupos que a esperança Rotten criado por conselheiros Misguided que fazer - os esforços para intimidar o Governo de Sua Majestade, a pressão que os resultados no final forçado a seguir a política do interesse da Grupos de um ou outro.

Tornou-se necessário esclarecer Majestade o Governo de Sua no início que não iria se desviar de pressão ou ameaça, a abordagem definida limites no acto de atribuição e não vai desviar-se uma política destinada a promover os interesses do povo da Palestina, os árabes e os judeus como para cumprir as obrigações impostas no mandato.

4 - Esta não é a primeira vez que o Governo de Sua Majestade fez o esforço para clarificar a sua política na Palestina, em 1922, publicou uma declaração de linguagem compreensiva da delegação dos árabes palestinos, que estava então em Londres, e da Assembléia do sionismo. A delegação árabe reuniu-se com a rejeição, enquanto que a declaração adoptada pela Comissão Executiva da Assembléia afirmou a decisão do sionismo para o Governo de Sua Majestade que o trabalho do general sionista vai de acordo com o plano, que incluía declaração política. Além disso, foi afirmado pelo Dr. Weizmann no livro que foi anexada à presente resolução ao Governo de Sua Majestade o seguinte: -

"Foi a sionistas Geral deseja sinceramente a ir sempre mais na sua cooperação amistosa com todos os estratos da população na Palestina. Tem manifestado repetidas vezes em palavras e atos que não iria avisar sua mente e prejudica o menor grau de direitos dos-pais judeus, não de, religiosas ou interesses materialismo civil."

Como resultado do teste, que ganhou nestes anos que passaram desde que o tempo para desmascarar inevitavelmente algumas lacunas dos procedimentos administrativos e problemas econômicos especiais devem ser tidos em conta ao considerar os interesses de todos os estratos da população, porém a declaração do plano político, que foi lançado em 1922, após uma avaliação cuidadosa O sucesso prolongado é a base deve ser construída sobre a política britânica sobre a próxima na Palestina.

5 - e, assim como sugestões para um sistema de governo constitucional na Palestina, que trataram de pesquisas nos parágrafos seguintes, há três pontos importantes discutidos nesta declaração:

(A) o que significa que o Governo de Sua Majestade, ligado à expressão "lar nacional para os judeus" do mandato.

Mas sobre este ponto em ser capaz de citar o seguinte parágrafo do comunicado do plano político contido em 1922.

Tendo trouxe os judeus em duas gerações ou três gerações da recente criação de uma ampla na Palestina agora com oitenta mil, quase um quarto são agricultores ou trabalham na terra, e para isso os serviços do complexo de políticas especiais em equipe para gerenciar seus assuntos internos, e conselhos eleitos nas cidades e da Presidência de rabinos e os rabínicos de gerir os negócios de religiosos .

E circulação do trabalho desta comunidade em Klgtha nacional jornais em hebraico e tem um hebreu para satisfazer as suas necessidades e segue um padrão a distingue de outras disciplinar e mostra muito ativo no movimento econômico. Esses moradores da comunidade das colônias e cidades, e os seus, religiosa, social, linguística e política especial de receitas e modos de vida para ele, de fato, as características do nacionalismo. E quando o entrevistador perguntou qual é o significado de atualizar o Lar Nacional Judeu na Palestina pode ser respondida, no entanto, isso não significa que a imposição da nacionalidade judaica sobre o povo da Palestina um todo, mas para aumentar a comunidade judaica o papel da assistência de judeus em todas as partes do mundo para se tornar um centro onde o povo judeu como um interesse geral e orgulho em destinos nacionais e religiosos, mas para que a comunidade judaica, na esperança de uma empresa forneceu um livre e aberto o caminho para o povo judeu a plena capacidade para mostrar que era necessário saber que a sua presença na Palestina é, e não amaurose direita. É por isso era necessário para assegurar o

estabelecimento de um lar nacional dos judeus no plano internacional e assegurar o reconhecimento formal de que é baseado no histórico vínculo antigo. "

Então essa é a explicação que explica o Governo de Sua Majestade é sua declaração de 1917 - Na opinião do Ministro das Colônias, esta afirmação é que o entendimento desta forma não inclui explicitamente ou implicitamente, o que elevaria os medos dos árabes da Palestina ou causar ressentimento dos judeus.

(B) os princípios que devem ir sobre Espécies Migratórias, que:

Como referido no comunicado que sobre este ponto seguinte: -

"É essencial para a aplicação desta política para permitir que a comunidade judaica na Palestina desde o aumento do número de migrantes que eles facilitada. Mas estes imigrantes não podem ser razoavelmente aumentos significativos em todas as circunstâncias sobre a capacidade do país de economia em seguida, para absorver os novos imigrantes são necessários para assegurar que o processo de imigrantes encargos aos o povo da Palestina, em geral, e não estão privados de qualquer classe da população atual do processo. tem sido até agora a migração para estes termos e do número de imigrantes desde a ocupação britânica de 25 mil migrantes.

É também necessário garantir que a entrada de pessoas indesejáveis politicamente a Palestina Administração tomou e tomará todas as precauções necessárias para esse fim. "

Observou que os princípios acima enunciados tornam necessário para determinar a capacidade do país para absorver os novos imigrantes, em qualquer momento, ser tido em conta o número de árabes desempregados e judeus para o relatório da percentagem de imigrantes que deve ser permitido no intuito de Majestade o Governo de Sua tomar medidas que assegurem que mais plenamente a aplicação destes princípios integralmente aplicada no futuro.

(C) no centro da Agência Judaica:

Consulte o parágrafo citado abaixo para a indicação das restrições implícitas no instrumento

Mandato e restringida pela necessidade de os direitos da Agência Judaica, que está previsto no artigo IV do mandato.

"Há algo mais deve ser para chamar a atenção, é que o Comité do sionismo na Palestina hoje conhecido como o Comitê Executivo da sionista não quer ter como eles não têm qualquer prémio na gestão do país o público. O centro, que conta com o general sionista ao abrigo do artigo IV do instrumento mandato não é conferida a validade dessa função, mas é limitada a um estatuto especial nas medidas que se relacionam com os judeus e ajudar o progresso de cada país, sem o direito adquirido de participar no governo, em qualquer caso. "

6 - Governo de Sua Majestade deseja aprovar a política geral contida na declaração, emitida em 1922 e, em especial os três parágrafos que citei acima. Ele acha que qualquer tentativa de expandir o significado do conceito destes três pontos importantes será a sua quota de apenas polémicas juro. No entanto, reconhece-se à luz do teste anterior, há ainda muito trabalho

para melhorar a aplicação dos princípios - enunciado nos números anteriores efectivamente aplicadas.

Em Majestade Sua intenção do Governo para se referir com a Administração da Palestina a tomar medidas eficazes para encontrar e os meios administrativos e adequado para a convergência das necessidades de árabes e judeus, por um lado esses três pontos.

Reconhece-se, nomeadamente, que necessariamente exigem maiores esforços do Alto Representante, a fim de encontrar uma forma de cooperação e consulta e mais de síntese mais que enfatizava a administração da Palestina e da Agência Judaica de ser coerente sempre com o princípio que deve ser considerado como uma base que é que o centro da Agência Judaica, a posição especial para prestar aconselhamento e assistência não tem poderes, como tal, para participar na gestão do país, o governo e sobre o mesmo motivo que você deve encontrar a gestão que esteja garantido, ao mesmo tempo manter os interesses fundamentais das outras camadas da-judaica da população não totalmente manutenção e ter acesso a essas classes, com ampla oportunidade para a consulta com a Administração da Palestina, em matérias relacionadas com esses interesses.

7 - Allergob que a este respeito para remover qualquer razão para o equívoco que pode ter comentado Balozhan pelos números constantes do instrumento de cessão você está olhando para garantir os direitos de-judeu comunidades não na Palestina, mas as disposições lidar com este aspecto em particular, são apresentadas nos artigos do segundo mandato e sexto, nono, décimo, décimo terceiro e décimo quinto.

8 - Note-se desde o primeiro do artigo VIII, faz a Obrigatório responsável por assegurar e religiosa dos direitos civis para todos os povos da Palestina independente de raças e religiões, ea segunda que o compromisso contido no Artigo VI, que prevê auxílio à imigração judaica e à estabilidade dos judeus em abundância é fundamental para ter e devem garantir que nenhum prejuízo qualquer injustiça e de danos aos direitos e status de outras camadas da população. Além disso, o artigo XI exige que o Governo da Palestina tomará todas as medidas necessárias para salvaguardar os interesses do público em qualquer coisa relacionada à modernização do país.

É claro no texto deste artigo que a população da Palestina em todas as classes não-las apenas os que devem ser objecto de atenção do governo. É de notar a este respeito que Texto ver as medidas, com a Agência Judaica para estabelecer negócios e interesses ou de utilidade pública o texto é opcional apenas não obrigatória e não é permitido interferir com os interesses de pais divorciados. Relatarem esses pontos tendo em conta as alegações feitas contra, em nome da Agência Judaica que esta posição central agência a participar na gestão do país, o público que as alegações feitas em nome da Agência Judaica que esta posição central agência a participar na gestão do país, o público que as acusações não podiam Majestade seu governo mas considera superou todas as ignorar o propósito explícito do mandato. Além disso, tem alguns tentaram argumentar em favor das reivindicações do sionismo que os números relativos à pátria do National Jewish é a base para o principal instrumento de cessão e que os parágrafos que visam salvaguardar os interesses dos não-judeus, mas são considerações secundárias restringir um pouco o chamado como um dos principais objectivos do desenvolvimento do mandato para ele. Sua's Majestade Governo que tem sido considerado que o erro global de compreensão das disposições desta maneira e acredita que é impossível para tentar resolver o problema como qualquer um desses compromissos é menos importante do que a outra solução

compatível com as finalidades do mandato expresso seja qual for a dificuldade encontrada no presente caminho.

Tentou delegado comissário britânico na sua declaração perante o Comité Permanente atribuições no nono dia do mês de Junho para clarificar a posição do Governo de Sua Majestade sobre as dificuldades para a estabilidade do mandato. No relatório apresentado ao Comité Permanente dos trabalhos da Assembleia da Mutalatha Unidos contidas neste comunicado e recebeu a seguinte declaração é importante:

"É todos estes dados nos mostra duas coisas devem ser aqui mencionados, a saber:

1 - que as obrigações impostas no instrumento de cessão nos painéis da população são de grau igual.

2 - que os compromissos impostos sobre o não são obrigatórios, que não podem ser conciliados de qualquer maneira.

E não à Comissão, até as atribuições ao contrário daqueles que expressam Altokeden na sua opinião, plenamente consciente do que é a de expressar o espírito do mandato sobre a Palestina e para assegurar o seu futuro. "

O Governo de Sua Majestade o Rei que concordo plenamente com o espírito desta declaração e se é realmente a satisfação de observar que esta afirmação ganhou a versão final Bagtranh a aprovação da Assembléia das Nações Unidas.

É dever difícil e precisa que a obrigação imposta à Majestade o Governo de Sua gasto por concepção de meios para dar a mesma conta em todos os casos, quando a execução da sua política na Palestina para os compromissos que Evrdahma pelo Mandato nos painéis da população e de conciliar essas duas obrigações de conflito de grupos de interesse, inevitavelmente.

Espera-se que interpretada no sentido de clarificar a obrigação imposta Majestade o Governo de Sua sobre este aspecto da declaração sobre a necessidade de cooperação dos líderes árabes e os judeus de boa vontade sobre a Administração da Palestina e do Governo de Sua Majestade a necessidade expressa pelo acima.

9 - Os parágrafos anteriores ilustram os princípios que devem ser considerados uma política global na Palestina e as condições restritivas que devem ir no âmbito da política, portanto, deve pesquisar os problemas práticos enfrentados por Sua Majestade Governo na Palestina.

Estes problemas podem ser identificados geralmente trazem em três seções a seguir: -

1 - Segurança Pública.

2 - a evolução constitucional

3 - a evolução económica e social.

1 - Segurança Pública:

10 - Uma das funções principais da gestão e da consolidação da paz, ordem e regularidade boa de governo na Palestina anunciou que Sua Majestade o Governo de Sua no lugar de outro que não vai desviar-se do seu dever por um fator de pressão ou ameaça.

Os incidentes ocorridos no passado, pôs-se imediatamente. Tomou medidas especiais para enfrentar qualquer argumento convincente de que possam surgir no futuro. Devemos compreender que o incitamento à discórdia ou distúrbio, seja qual for a sua origem vai receber o maior castigo, e expandir as autoridades de gestão, na medida do exigido pela necessidade de poder a mais completa completaram o tratamento de tais tentativas perigosas injustificada.

Governo de Sua Majestade decidiu que a reserva na Palestina no Pferqtin momento de infantaria, assim como seria Serban de pilotos e quatro equipes da acessíveis carros armados na Palestina e Transjordânia. Como é sabido foi o Sr. inspector Dabjn de policiais-Geral no Ceilão tinha sido enviado para a Palestina para investigar o sistema de poder da polícia palestina ter levantado um relatório detalhado sobre um valioso e é agora objecto de cuidadosa consideração foi formulada por alguns dos Toasih em vigor, e que visitam a minha banda da polícia britânica e os palestinianos e estabelecer uma defesa das colónias judaísmo que se refere o nono parágrafo da declaração de política britânica plano na Palestina, no formulário publicado de um papel branco sob o número 3582 e lá Twasy muitos outros contidos no relatório do senhor Dobjn continua a ser objecto de investigação e de auditoria em conjunto com o Alto Comissariado para a Palestina, e será mais alterações quando as decisões tomadas. Governo de Sua Majestade aproveita esta oportunidade também afirma a sua determinação de tomar todas as medidas cabíveis para reprimir a criminalidade e para a consolidação do regime na Palestina.

E gostaria de salientar a este respeito, ao decidir o tipo ea forma como a formação das forças de segurança pública na Palestina necessárias para este fim, guiada pela opinião dos consultores são especialistas e é em tudo isso terá como objectivo assegurar que as forças usadas adequados às funções que serão, independentemente de qualquer consideração política.

a evolução constitucional - 2:

11 - foi salientado no exposto às exigências feitas pelos líderes árabes para encontrar uma forma constitucional, é incompatível com as obrigações do Governo de Sua Majestade como mandatária No entanto, Sua Majestade Governo vista Seu Após a pesagem o tempo exato veio para avançar na questão da concessão da Palestina grau de autonomia que a questão importante para o benefício de todas as pessoas em todos, sem qualquer demora pode ser apropriado inicialmente refletiu um breve resumo da história deste problema desde a formação da Administração Civil.

Em outubro de 1920, a Palestina sob a forma de um conselho consultivo de um número igual de membros do pessoal e dos outros funcionários. Não era um membro da equipe de dez, quatro muçulmanos, três cristãos e três judeus.

No primeiro dia do mês de setembro de 1922 foi a Constituição da Palestina sob o qual o Governo da Palestina oportuna autoria com as disposições da lei de jurisdição estrangeira. Ele passou o terceiro trimestre da presente Constituição, a formação de um conselho legislativo composto pelo Alto Comissário como presidente e dez membros do pessoal e doze membros eleitos pelo pessoal não. Desenvolveu os ativos da eleição não é um membro do

pessoal na ordem do Conselho Privado sobre a autoria do Conselho Legislativo em 1922 e em fevereiro e março de 1923, o governo tentou realizar eleições comprometer aqueles ativos Vokhyguet a tentativa pela recusa dos árabes os pais a colaborar com o governo (ver a este respeito, o relatório detalhado emitidos pelas eleições contidas no Livro Branco n ° 1889, de eleições do Conselho Legislativo em 1923) e, em seguida, desligue o Alto Representante do Conselho Legislativo de autoria da proposta e continuou a gerir o departamento de consultar o Conselho Consultivo como antes.

Tendo tido duas oportunidades para os dois outros líderes árabes na Palestina, para cooperar com a administração no governo do seu país em primeiro lugar:

Re-escrito por um conselho nomeou uma nomeação para ser igual ao número dos seus membros. O número de membros do Conselho Legislativo, que foi formado na fé. Segundo: a proposta que lhes são apresentados para formar uma agência de árabes e foram feitos para ser confiada a esta agência, as mesmas funções confiadas à Agência Judaica ao abrigo do artigo IV do mandato.

No entanto, os líderes árabes se recusaram a aceitar ambas as oportunidades e construir a sua rejeição do presente consistiu no mês de dezembro de 1923, a membros do conselho consultivo dos membros do pessoal apenas. A situação continua assim até agora e todas as suas mudanças é que o número de membros do Conselho Consultivo foi aumentado pela adição de outros membros da equipe do Departamento fornece necessárias para adicioná-los ao Conselho.

Recorde-se, neste contexto, Majestade governo dele é responsável, nos termos do disposto no artigo II do mandato, para tornar o país em condições políticas, administrativas e econômicas assegurar o estabelecimento de um Lar Nacional Judeu e melhoria dos sistemas de auto-governo ea preservação do e religiosas dos direitos civis para todos os pais.

Fez um progresso claro nos esforços empreendidos nos primeiros anos de desenvolvimento constitucional civil. A fim de permitir que o povo da Palestina para conseguir um verdadeiro teste de métodos e sistemas administrativos do governo e da prática discernimento na escolha de seus representantes Digite Senhor Plummer, que serviu como Alto Comissariado da Palestina 1925-1928, um grau de autonomia local mais amplo do que acontecia na época da administração britânica no passado.

Após a recepção de Sir John Chancellor como as rédeas do Alto Representante em dezembro de 1928 considerou a questão do desenvolvimento constitucional e tendo a opinião de representantes das diversas camadas da população.

Após uma análise mais aprofundada da situação levantar propostas Bas em junho de 1929, mas foi adiada a consideração deste assunto, devido aos distúrbios que ocorreram em agosto de 1929

12 - A profundidade é agora Majestade o Governo de Sua considerar esta questão à luz do grau de progresso e prosperidade, hoje, considerando, nomeadamente, a obrigação imposta a si mesmo, que os obriga a transformar o país em condições de, administrativa e econômica de sistemas políticos para garantir a promoção do auto-governo. E decidiu que chegou o momento de avançar, a fim de dar ao povo da Palestina um grau de autonomia compatível com as disposições do mandato.

Assim, o Governo de Sua Majestade a intenção de formar um conselho legislativo, aplica-se geralmente aos bens constantes da ficha emitida pela política plano de Churchill, em Junho de 1922. Trilhas e à divulgação do relatório da Comissão Especial de Inquérito sobre a Palestina distúrbios que ocorreram em agosto de 1929.

E espera Majestade o Governo de Sua que vai ganhar neste tempo ajudar todos os estratos da população na Palestina e deseja declarar claramente e sem ambiguidades que, enquanto lamenta toda a tristeza de qualquer tentativa por parte de qualquer grupo da população para impedir a execução de sua decisão de tomar todas as medidas possíveis para suprimir todas essa tentativa que ocorreram como considera que os interesses do povo do país em tudo, não deve ser adiada nunca pretendem passar agora a tomar.

Governo de Sua Majestade, gostaríamos de indicar que se a formação do Conselho Legislativo, quando a intenção é formar a primeira vez para o povo da Palestina ter atingido o grau mais baratas do que o teste de como conduzir os sistemas constitucionais. Que tal teste é inevitável para o sucesso do desenvolvimento constitucional, mais cedo todos os estratos da população para expressar o seu desejo em ajudar com Majestade o Governo de Sua nesse sentido, é possível fazer esse desenvolvimento constitucional, que Majestade o Governo de Sua estão ansiosos para vê-lo na Palestina.

Que existem benefícios evidentes Ijtneha todos os estratos da população, como resultado da formação de tal conselho, uma vez que pode vir interesse específico para os povos dos árabes que não têm agora e meios constitucionais que lhes permitam colocar seus pontos de vista sobre questões e econômico barreiras sociais para o governo. Naturalmente, os seus representantes no conselho, que será capaz de ser formada não expressar as opiniões dos pais árabe em tais assuntos e disputa, mas também para participar da pesquisa e debate. Há um outro benefício Tjtneha o país em todas as que formam o Conselho Legislativo, como a participação de representantes de grupos de pessoas, como membros do Conselho Legislativo Seul para melhorar as relações entre judeus e árabes.

13 - O novo Conselho Legislativo deve constituir-se como mencionado no anterior como Especificado na instrução do plano político, que foi lançado em 1922. E será de Alto Representante e 22 membros, incluindo os dez membros da equipe e doze membros do pessoal e não-membros da equipe não será eleito por sufrágio universal e do secundário e do ensino. No entanto, você vê Majestade o Governo de Sua que é importante para evitar a adoração re realizada pela eleição, como aconteceu em 1923 para elaborar medidas para garantir a nomeação do número necessário de membros do pessoal não-membros do Conselho, se não puder, uma ou mais das eleições por causa da posição de não cooperação, o que pode Tagafh qualquer classe da população ou por qualquer outro motivo. E vai continuar a desfrutar do Alto Representante para assegurar que as competências necessárias para capacitar o Estado para fazer face a compromissos obrigatórios para a Liga das Nações e que a validade de qualquer legislação necessária a urgente necessidade ea consolidação do sistema. E quando surge um diferendo sobre o Governo da Palestina com as disposições do Mandato enlatados presente petição à Assembleia da Unidos de compromisso com o disposto no artigo 85 da Constituição da Palestina para os 1922 anos.

3 - desenvolvimento social e econômico:

14 - Os problemas práticos que devem ser pesquisados nesta seção são as questões de terras, migração e desemprego no conjunto. Essas três questões estão interligadas cada link com a

riqueza das faces da política, económica, e para resolvê-los deve parar todo o progresso a desejar no que diz respeito à consolidação da paz e da estabilidade de tranquilidade e prosperidade na Palestina.

Que estas coisas ainda desde que chamou a atenção para a critério do Shaw Comitê em uma investigação aprofundada pela comissão local designado pelo Alto Representante para o mês de esquecer o passado para investigar as condições dos agricultores, económico e método de coleta de impostos a partir deles e antes Alsergon Hope Simpson, que foi para a Palestina, no mês de maio do ano passado conforme determinado pelo Ministro das Colónias para discutir as questões da imigração e ocupação de terras e da economia do país.

15 - Como resultado das investigações que a longa vasta formadas algumas conclusões e desvendar alguns dos fatos mencionados brevemente como segue:

1 - Terreno:

Em sendo agora capaz de dizer com firmeza que não havia na Palestina no momento por causa da administração métodos atuais usados por qualquer território árabe acessível para a estabilidade dos agricultores dos novos imigrantes foram excluídas as terras pertencentes a várias agências judaica como uma precaução.

A face de severas críticas no passado em terras públicas e os agricultores da área poucos postos à disposição dos judeus. No entanto, é o erro que vem à mente que o Governo da Palestina tem vastas extensões de terra na resolvidas possível e colocados à disposição dos judeus para o colonizar. A área de terras de propriedade da não resolvida, que não é desprezível. O governo chamou a grandes áreas de terra que atua de fato os árabes e fazendas. No entanto, embora o governo entregou a propriedade da terra e propriedade dos diferentes, em muitos casos não é possível de ser colocadas sob Especificado na instrução do plano político, que foi lançado em 1922. E será de Alto Representante e 22 membros, incluindo os dez membros da equipe e doze membros do pessoal e não-membros da equipe não será eleito por sufrágio universal e do secundário e do ensino. No entanto, você vê Majestade o Governo de Sua que é importante para evitar a adoração re realizada pela eleição, como aconteceu em 1923 para elaborar medidas para garantir a nomeação do número necessário de membros do pessoal não-membros do Conselho, se não puder, uma ou mais das eleições por causa da posição de não cooperação, o que pode Tagafh qualquer classe da população ou por qualquer outro motivo. E vai continuar a desfrutar do Alto Representante para assegurar que as competências necessárias para capacitar o Estado para fazer face a compromissos obrigatórios para a Liga das Nações e que a validade de qualquer legislação necessária a urgente necessidade ea consolidação do sistema. E quando surge um diferendo sobre o Governo da Palestina com as disposições do Mandato enlatados presente petição à Assembleia da Unidos de compromisso com o disposto no artigo 85 da Constituição da Palestina para os 1922 anos.

3 - desenvolvimento social e econômico:

14 - Os problemas práticos que devem ser pesquisados nesta seção são as questões de terras, migração e desemprego no conjunto. Essas três questões estão interligadas cada link com a riqueza das faces da política, económica, e para resolvê-los deve parar todo o progresso a desejar no que diz respeito à consolidação da paz e da estabilidade de tranquilidade e prosperidade na Palestina.

Que estas coisas ainda desde que chamou a atenção para a critério do Shaw Comitê em uma investigação aprofundada pela comissão local designado pelo Alto Representante para o mês de esquecer o passado para investigar as condições dos agricultores, económico e método de coleta de impostos a partir deles e antes Alsergon Hope Simpson, que foi para a Palestina, no mês de maio do ano passado conforme determinado pelo Ministro das Colónias para discutir as questões da imigração e ocupação de terras e da economia do país.

15 - Como resultado das investigações que a longa vasta formadas algumas conclusões e desvendar alguns dos fatos mencionados brevemente como segue:

1 - Terreno:

Em sendo agora capaz de dizer com firmeza que não havia na Palestina no momento por causa da administração métodos atuais usados por qualquer território árabe acessível para a estabilidade dos agricultores dos novos imigrantes foram excluídas as terras pertencentes a várias agências judaica como uma precaução.

A face de severas críticas no passado em terras públicas e os agricultores da área poucos postos à disposição dos judeus. No entanto, é o erro que vem à mente que o Governo da Palestina tem vastas extensões de terra na resolvidas possível e colocados à disposição dos judeus para o colonizar. A área de terras de propriedade da não resolvida, que não é desprezível. O governo chamou a grandes áreas de terra que atua de fato os árabes e fazendas. No entanto, embora o governo entregou a propriedade da terra e propriedade dos diferentes, em muitos casos não é possível de ser colocadas sob A eliminação dos judeus para o seu reassentamento em vista a existência nas mãos de fazendeiros Árabes e da necessidade de arrendamento de terras para habitação adicionais para outros agricultores árabes que são sem terras.

Encontrar terras que podem ser colocados à disposição dos colonos judeus depende do que é o progresso no aumento da produção de energia da terra já ocupada.

16 - e agora parece à luz das melhores estimativas disponíveis que a área de terra arável na Palestina (se excluirmos a área Be'er Sheva) ascende a 6.544.000 dunums. Esta área é muito menor do que as estimativas oficiais, entre dez e dez milhões de hectares.

As ondas também que, enquanto você precisa de um agricultor familiar a 130 dunums de terra, pelo menos para a subsistência de viver uma vida digna na terra de Baal (não-irrigado), descobrimos que se você dividir as terras agrícolas a preços acessíveis no país, se você excluir a terra nas mãos de judeus entre os agricultores árabes presentes para receber a mesma família em 1990 sem.

A fim de dar uma mesma família de todos os agricultores 130 dunums de terra que é a taxa que deve ser de oito milhões de hectares de terras agrícolas e também mostra que, entre famílias rurais Árabes numeração 86.980 famílias têm 29,4 por cento sem terras. Não se sabe quantas famílias foram cultivadas no passado para o chão e perdeu, como este ponto está entre os pontos não é possível confirmar o inventário agora, mas espero que verificados durante o recenseamento será no ano que vem.

17 - que a situação dos agricultores árabes precisam de muito cuidado e adequado desenvolvimento de uma política de terras que eram destinadas a melhorar as condições de vida.

Os corpos foram colonial judaica e privadas órgãos públicos, inclusive o único até agora seguido uma política consistente para a melhoria da terra.

Foi para o povo das colônias judaicas de cada utilitário pode Ajtnawha, o que facilita o seu capital, a ciência ea regulação. Além disso e para a atividade do povo das colônias se, graças a esse sucesso é elevada. Por outro lado, o povo árabe, enquanto a falta desses benefícios usufruídos pela população das colônias, os judeus tinham o número aumentou rapidamente, como resultado do aumento de nascimentos mais mortes diminuiu, enquanto a terra de baixo custo para a subsistência de cerca de um milhão de hectares passaram para as mãos dos judeus.

18 - já foram mencionados na renúncia à atividade superior e sucesso, que foram realizados no campo da colonização judaica da terra. Não é apenas a coisa para aceitar a alegação apresentada pela galeria na cerveja controversa sobre as relações entre judeus e árabes na Palestina, que os judeus, como resultado do colonialismo na população árabe estava em todos os casos, prejudiciais aos interesses dos árabes, esta alegação não pode ser aceito como um todo. Mas quando é necessário olhar para este aspecto do problema é que a distinção entre a colonização da Associação de colonização judaica na Palestina (vulgarmente conhecida Ballbecka) e do colonialismo em curso sob os auspícios do Conselho Geral Sionista.

Tanto quanto se trata de política do passado seguido pela Assembléia (pica) há dúvida de que os árabes têm se beneficiado muito com a criação de assentamentos judaicos foram boas relações

O país para garantir que "não causam qualquer injustiça ou prejudicar os direitos e status de outras seitas de outras pessoas."

No passado, entre os povos das colônias e dos seus vizinhos árabes e os casos em que é judeu apoio Auditor da sua alegação de que o resultado de judeus colonização foram úteis para Mgeorehm árabes são em relação às colônias estabelecidas pela Assembléia (pica) antes que ele possa dar início a colonização da Palestina Fundo de Capital, que é agora uma fonte da Agência Financeira principal Judaísmo.

As tentativas de provar que a colonização sionista não resultou em juntar-se arrendatários de terras vendidas por seus proprietários para a classe que não tem terra, a investigação provou que não é convincente, que não eram enganosos.

19 - Por outro lado, o resultado da colonização do povo judeu existente afetados plenamente as condições que têm corpos, vários judeus que a terra e explorados e fretado pelo texto da Constituição da Agência Judaica expandiu o site em Zurique, no dia catorze de agosto de 1929 (alíneas "d" e "e "Artigo III), em que a terra, que tem considerado o rei do povo judeu e sua propriedade não estiver em movimento, e sobre a necessidade de se levar em conta o princípio de funcionamento dos trabalhadores judeus em todas as obras e projetos, bem como que é afirmado no artigo 23 ° do contrato de locação, que, na intenção de organizar em terreno cedido pela Assembléia Nacional capital judaica, se comprometeu a gastar com o inquilino

para cuidar de todos os trabalhos sobre o cultivo da terra pelos trabalhadores só judeu e impôs condições severas para garantir o cumprimento do compromisso.

Há um compromisso por parte das pessoas associadas colônias localizadas na planície costeira proporciona-lhes contratar apenas trabalho judaico. Sempre que eles tiveram que contratar trabalhadores, e esta empresa incluída nos acordos entre os palestinos Fundo de Capital e aqueles que explorá-lo e fundos continha a mesma disposição nos acordos utilizado nas colônias da Marj Ibn Amer.

Isso é difícil de conciliar estas disposições estritas com a declaração feita pelo Congresso Sionista realizado em 1921 que "o povo judeu desejo de viver com o povo árabe. Laços de amizade e respeito mútuo e trabalho em conjunto com o povo árabe para atualizar o seu país em comum entre eles que proporcionam bem-estar de ambos os dois povos. "

20 - Os líderes judeus eram honestos com toda a honestidade de justificar a sua política nesta matéria. Alegou que o Comitê Executivo da Assembleia de trabalhadores judeus, que tem considerável influência no condicionamento da política sionista de que essas restrições são necessárias para assegurar a introdução do maior número possível de imigrantes judeus e para preservar o estilo de vida dos trabalhadores, temendo que degenera em um modo de vida dos trabalhadores árabes.

Independentemente dos argumentos de um ponto puramente lógica de circulação nacional deve dizer que não observar as disposições do artigo VI do mandato, que exige explicitamente que o Governo da Palestina de facilitar a imigração judaica e à estabilidade dos judeus em abundância no território O país para garantir que "não causam qualquer injustiça ou prejudicar os direitos e status de outras seitas de outras pessoas."

No passado, entre os povos das colônias e dos seus vizinhos árabes e os casos em que é judeu apoio Auditor da sua alegação de que o resultado de judeus colonização foram úteis para Mgeorehm árabes são em relação às colônias estabelecidas pela Assembléia (pica) antes que ele possa dar início a colonização da Palestina Fundo de Capital, que é agora uma fonte da Agência Financeira principal Judaísmo.

As tentativas de provar que a colonização sionista não resultou em juntar-se arrendatários de terras vendidas por seus proprietários para a classe que não tem terra, a investigação provou que não é convincente, que não eram enganosos.

19 - Por outro lado, o resultado da colonização do povo judeu existente afetados plenamente as condições que têm corpos, vários judeus que a terra e explorados e fretado pelo texto da Constituição da Agência Judaica expandiu o site em Zurique, no dia catorze de agosto de 1929 (alíneas "d" e "e "Artigo III), em que a terra, que tem considerado o rei do povo judeu e sua propriedade não estiver em movimento, e sobre a necessidade de se levar em conta o princípio de funcionamento dos trabalhadores judeus em todas as obras e projetos, bem como que é afirmado no artigo 23 ° do contrato de locação, que, na intenção de organizar em terreno cedido pela Assembléia Nacional capital judaica, se comprometeu a gastar com o inquilino para cuidar de todos os trabalhos sobre o cultivo da terra pelos trabalhadores só judeu e impôs condições severas para garantir o cumprimento do compromisso.

Há um compromisso por parte das pessoas associadas colônias localizadas na planície costeira proporciona-lhes contratar apenas trabalho judaico. Sempre que eles tiveram que

contratar trabalhadores, e esta empresa incluída nos acordos entre os palestinos Fundo de Capital e aqueles que explorá-lo e fundos continha a mesma disposição nos acordos utilizado nas colônias da Marj Ibn Amer.

Isso é difícil de conciliar estas disposições estritas com a declaração feita pelo Congresso Sionista realizado em 1921 que "o povo judeu deseja de viver com o povo árabe. Laços de amizade e respeito mútuo e trabalho em conjunto com o povo árabe para atualizar o seu país em comum entre eles que proporcionam bem-estar de ambos os dois povos. "

20 - Os líderes judeus eram honestos com toda a honestidade de justificar a sua política nesta matéria. Alegou que o Comitê Executivo da Assembleia de trabalhadores judeus, que tem considerável influência no condicionamento da política sionista de que essas restrições são necessárias para assegurar a introdução do maior número possível de imigrantes judeus e para preservar o estilo de vida dos trabalhadores, temendo que degenera em um modo de vida dos trabalhadores árabes.

Independentemente dos argumentos de um ponto puramente lógica de circulação nacional deve dizer que não observar as disposições do artigo VI do mandato, que exige explicitamente que o Governo da Palestina de facilitar a imigração judaica e à estabilidade dos judeus em abundância no território .

2 - melhoria da agricultura:

21 - É dever da administração, sob o mandato contido no parágrafo anterior devem garantir que infligir qualquer injustiça ou prejudicar o status de "outras comunidades de pessoas de outros" como resultado de migração, como também é o dever, sob o Mandato ou favorecer a estabilidade dos judeus em abundância no território do país tendo em conta que o tempo todo a referida condição.

22 - Governo de Sua Majestade foi satisfeito como resultado de recentes investigações que era necessário para eliminar o desejo de alcançar estes objetivos uma melhoria real em técnicas agrícolas usadas agora com vista a assegurar uma maior utilização da terra.

23 - Seguindo essa política tem enlatados a estabilidade de outros fazendeiros da terra dos judeus de uma forma consistente com os requisitos estabelecidos no artigo VI do instrumento de cessão e não o resultado desejado pode ser obtido somente depois de anos de trabalho duro. Portanto, é a sorte de ter órgãos de terra dos judeus e de backup extensiva não resolver os colonos não tinham ainda vivem mais tempo. E que eles possam continuar o seu trabalho sem interrupção até o desenvolvimento de medidas para melhorar a terra pública que pode beneficiar tanto os árabes e judeus. No entanto, deve necessariamente ser confiados à disposição do controle baseado em terra Certificado essa melhoria não irá permitir a transferência de terra apenas quando a transição não era incompatível com os planos e projetos que fazem referência.

E, se as respectivas responsabilidades do mandatário se que esta referência deve ser o Governo da Palestina.

24 - Entre os problemas que exigem a consideração de questões de irrigação e de fazer esta melhoria com o trabalho do Ministério da Agricultura e outros órgãos do governo e do

relatório do trabalho de campo para cada um deles um desejo de evitar atritos e discordâncias e os abusos no trabalho e para obter o maior benefício, que está fazendo um esforço conjunto.

É preciso também dar atenção à protecção dos inquilinos, dando-lhes um direito de arrendamento por qualquer outro meio para assegurar não-exclusão a partir do solo ou expostas a Ijarat Vahacip.

Além disso, havia uma questão intimamente relacionada com essa melhoria é para agilizar o trabalho da liquidação e confirmação da propriedade e registro de contratos de arrendamento. Aqui são graduados em ser um problema significativo, porque a presença de grandes extensões de terra nas aldeias árabes são de propriedade do caminho do domínio público para que metade das aldeias árabes em geral, o arredondamento de propriedade da estrada do domínio público e não há um acordo de opinião que tal sistema é um dos principais obstáculos para a promoção da agricultura no país.

E acenando a compilação de cooperação entre as associações de agricultores é a principal tarefa das coisas para o bem do progresso e Rekayam. Recentemente, ele tem de peritos, com extensos testes e uma investigação sobre todo este assunto em nome do Governo da Palestina.

25 - O impacto sobre os encargos financeiros do pesado fardo da Palestina pela necessidade que apelou para o aumento das forças de segurança pública aumentou dramaticamente. No entanto, esse aumento é considerado necessário em função dos incidentes que ocorreram no Outono de 1929 e não ser capaz de prever o tempo, agora que é verdade quando a retração nesta seção uma redução significativa. Como a redução deve ser interrompida tão grande em qualquer melhoria significativa nas relações mútuas entre árabes e judeus que a melhoria, que espera o Governo de Sua Majestade a ser uma de suas conseqüências.

A política pública prosseguido pelo Governo de Sua Majestade, que visa entre outras coisas, pretende tornar a Palestina capaz de preencher as suas próprias despesas Valthasin destina-se a realizar-se em métodos e técnicas agrícolas vai levar tempo, mas também exige gastos pesados. Com, espera-se que algumas das despesas gasto dessa forma pode ser de recuperação. E o Governo de Sua Majestade a considerar todo o escrutínio na situação financeira dos raios da situação e agora está olhando para tomar as medidas necessárias para colocar esta política em prática.

3 - migratórias:

26 - Recentemente, desenvolveu o sistema pelo qual o Governo da Palestina no controle da migração para a Palestina na mesa e auditoria de todos os seus aspectos. No mês de maio do ano passado viu Majestade o Governo de Sua que é necessário para parar a emissão de certificados para a introdução de imigrantes no âmbito do trabalho de mesa, pessoas que trabalham em outras (um aumento de 950 pessoas que pré-aprovado para admiti-los) nos seis meses encerrados em 30 de setembro de 1930, sem ser submetido às aulas outros imigrantes, enquanto se aguarda o resultado do inquérito e decidir o futuro plano político. Como resultado desta investigação mostram alguns dos carência no atual sistema e demonstraram que, sob este sistema, entre as muitas pessoas que não estavam em posição de obter uma anotação em seus passaportes (VISA) se todos os fatos conhecidos sobre eles. O governo não iniciar o controle efetivo sobre a selecção de imigrantes de fora da Palestina é baseada na criação de colônias de comum e no princípio do "funcionamento do próprio grupo" (isto é, que cada homem deve ser ocupado com seus próprios e evitar o emprego de inquilinos

trabalhadores), mas não no fator de capacidade "para engajar-se" é Ele teve de uso e operação dos trabalhadores judeus, mas não outros.

Devido às implicações de responsabilidade do mandatário necessário que o Governo da Palestina como uma referência por parte do agente que regula todas as questões relativas aos trabalhadores migrantes a quem facilitou a política ea necessidade de limpá-lo por outro quando se leva em conta a relevância de desemprego dos imigrantes e à política de melhoria da terra. No entanto, não se pode conceber qualquer melhoria adequado na atual administração só se obtém a aprovação do governo, por um lado e da Agência Judaica, no respeito Fmma outros, dos deveres de cada um, tendo plenamente em conta a influência que a eliminação Associação dos judeus na adaptação dos trabalhadores sobre as políticas públicas a da Agência.

27 - No que diz respeito ao desemprego, não há nada dificuldades migratórios na atualidade, devido à falta de meios adequados de que para avaliar o grau de desemprego em um dado momento.

Isso é verdade principalmente em relação à comunidade árabe local. Apesar da falta de estatísticas é a confiabilidade verdade tornou dados suficientes para crer que o grau de desemprego entre os árabes chegaram a um nível perigoso e que o desemprego entre os judeus levou a forma totalmente insatisfatória em que se possa dizer que tenha sido provado explicitamente que a preparação da agenda dos trabalhadores deve ser construída para verificar o número total de trabalhadores desempregados na Palestina, seguido pela necessidade de verificar totalmente enfatizar a quantidade do número de trabalhadores desempregados serão considerados pela Majestade o Governo de Sua com todos os cuidado e verifique para encontrar um caminho para essa finalidade e, portanto, deve ser julgado na capacidade da Palestina absorção econômica de novos imigrantes na base do estado da Palestina como um todo no que diz respeito ao desemprego e todo esforço deve cuidado em certificar-se da capacidade econômica do país a ter em conta qualquer demanda para os trabalhadores temporários podem ser considerados devido ao aumento da negociação no mercado financeiro decorrente do dinheiro gasto na reconstrução e melhoramento ou para quaisquer outras razões.

28 - para a imposição do artigo VI do mandato para não infligir qualquer injustiça ou prejudicar os direitos ea condição das comunidades outros pais como resultado da imigração judaica. É claro que se os judeus imigrantes causou a privação da população árabe de acesso às obras necessárias para a sua vida, ou se a situação do desemprego entre os judeus que afectam o estatuto dos trabalhadores em geral torna imperativo para a conciliação obrigatória com as disposições do mandato, mas para reduzir a migração ou parar se for necessário, até ao momento em que dos desempregados (outras classes) para encontrar trabalho para eles. Note-se, neste contexto, que o Governo de Sua Majestade, à luz da investigação, que teve lugar nos problemas da imigração e do desemprego que está parado trabalhadores migrantes debaixo da mesa no mês de maio, no passado, era perfeitamente justificada.

Ele alegou que o consentimento do Alto Representante sobre os certificados de trabalhadores migrantes no âmbito da tabela implicam que há espaço para a introdução de imigrantes da classe trabalhadora. E que o Governo de Sua Majestade, por conseguinte, sido impulsionada por fatores políticos quando se deixou de emitir esses certificados. Não é esse o caso. Sua Majestade o Governo que, quando decidiu parar a emissão desses certificados foram tidas em conta as opiniões expressas no relatório da Comissão Shaw, por um lado a falta de terra

adequada e uma necessidade de controles mais rigorosos sobre os imigrantes. Está provado que estas questões exigem uma investigação por um especialista é que Majestade o Governo de Sua sentia que, enquanto se aguarda o inquérito dessa forma não pode tomar quaisquer medidas que possam confirmar na situação econômica ruim, o que era motivo de preocupação na opinião da maioria da Comissão do Shaw.

Qualquer decisão de introduzir os imigrantes judeus sem levar em conta essas restrições devem ser denunciadas, não só tendo em conta os interesses dos habitantes da Palestina, em geral, mas tendo em conta os interesses específicos da comunidade judaica também. O que resta é árabe pessoas incerteza - e este é, sem dúvida - que as dificuldades econômicas resultantes da falta de precauções para evitar a ocorrência da ocupação na emissão de certificados de imigrantes indesejáveis. E por outro lado não é satisfatório que um grande número de viajantes que entram no país com base na autorização de residência que lhes permite permanecer por um período limitado no país sem a aprovação do número estimado de pessoas que entraram neste Categoria Althelat nos últimos anos por cerca de 7.800 pessoas, seguido por outro lado, é um número graves de pessoas que entram no país Mojnpin controle lugares na fronteira.

Toda tentativa está sendo feita para conceber um governo de meios adequados para o controle de migração deve ser levado em conta o importante papel que desempenham na união dos trabalhadores do tempo presente, Bmhajrp público judeus com relação aos judeus. O Nfod essa união e uma grande variedade e seu duplo. Eles são um fator importante dentro do movimento sionista no mundo. Na Zurich recente foi mais do que um quarto dos membros que Nabwa de círculos sionistas, seja na Palestina ou no estrangeiro, que pertencem a este sindicato ... E mostra a influência que eles podem distribuir a sua em relação aos imigrantes vedado a qualquer membro do seu recurso aos tribunais para julgar qualquer litígio entre ele e um outro membro que tem os seus tribunais grau primário-própria e do Tribunal Superior secundária dos trabalhadores a retomar os julgamentos dos tribunais de primeira instância.

Têm seguido esta política da União tendo em vista a introdução de um sistema social da situação Iqassounaa agora é, sem dúvida que possa surgir Popularity para o excesso de imigrantes judeus e ainda existem razões que poderia mostrar-lhes claramente que as incertezas inerentes completamente e que permanece há pouca esperança de qualquer melhoria nas relações entre os dois povos.

No entanto, essa melhoria nas relações dependem principalmente se encontrar tranquilidade e prosperidade na Palestina.

Espera-se que o método está sendo modificado em tabelas trabalhadores preparação interpretada no sentido de desenvolver as relações amistosas entre as autoridades judaicas na Palestina e no Departamento de aves migratórias. É evidente que é desejável uma maior cooperação entre as autoridades judaicas e do governo sempre foi uma colaboração estreita e amigável, mais fácil cronograma do acordo com base no bom entendimento do econômico necessidades do país de ambos os lados.

29 - Como foi observado nos números anteriores que os problemas de melhoria das terras e migratórias e desemprego relacionados uns aos outros e que a futura Palestina deve ser interrompido para encontrar uma política que seja tido plenamente em conta todos estes três fatores. Não podem ser alcançados percepções do Lar Nacional Judeu de qualquer forma, exceto quando a Palestina estava desfrutando de paz e tranquilidade e prosperidade. Em

cooperação amigável entre os árabes e judeus, o governo poderia acampados prosperidade no país.

Depreende-se da situação revelada pela máscara do inquérito, os factores exato na política, e condições sócio-econômicas que a Palestina está enfrentando um difícil papel no avanço e progresso poderia ser argumentado que o governo nos últimos esquerda e forças sociais económicos em menos interferência no trabalho ou controlá-los. No entanto, ele acabou por todos Alatdah não pode continuar nessa política, unindo forças estreita entre o governo e os líderes dos árabes e judeus foram enlatados para impedir a queda da Palestina em uma situação que pode exigir o que está no trabalho-Majid, que fez aqueles que colocar em mente para construir um Lar Nacional Judeu e os outros os interesses da maioria dos pais que têm menos recursos presentes para lhes permitir menor A luta para salvá-lo. E o que era necessário foi acordado que ambos os povos a viver juntos e respeitar todas as pessoas de suas necessidades e demandas de outras pessoas.

Portanto, o Governo de Sua Majestade convida árabes a reconhecer a realidade da situação e fazer esforços contínuos para cooperar no país o acesso a todos a um estado de prosperidade e conforto, incluem a utilidade de todos. O Governo de Sua Majestade pedidos dele de líderes judaicos de reconhecer a necessidade de fazer alguma concessão por parte deles sobre a evolução separatismo independência que estão a surgir em alguns setores em relação à pátria do National Jewish e consideram que os fatores eficazes na adaptação das suas políticas a serem promovidas no país como para garantir os interesses Nawal dos árabes e os judeus devidamente em conta o objectivo de promover a prosperidade em todas as partes do país, em condições que não enviar para encontrar razões para ser acusado de parcialidade para a equipe sem o outro, mas também permite que tanto os povos árabes e judaicas de sofisticação. E o progresso Bofaq e convicção.

(*) a partir do livro "documentos da causa palestina", a Liga Árabe.

AnexoXIV

Do livro "tentativa e erro"

"Arquivos e documentos da Palestina em 637 e 1949, o Ministério da Orientação, c. 1, p. 467-477"

Do livro "tentativa e erro" Chaim Weizmann

Eu não posso serviços Avi Sykes direito de dizer, ele que nos ensinou o nosso trabalho para as entradas e saídas das mais ambiciosas em sua oficiais de caráter, tem sido acompanhado pela Secretaria do Ministério da Guerra, que incluiu entre os seus homens Leopold Emery, Ormsby Gore Ronald Asturs, mas não o conselho que foi fornecido a nós homens como Sykes, Lord Robert Cecil na época não eram a nossa experiência em negociações diplomáticas para o minuto em que nós cometemos erros sem dúvida, muitos perigosos. A necessidade de tal conselho ficará claro quando a procura abordar as complexidades que rodeiam a situação no Oriente Médio nessa época. Têm mostrado Sir Ronald Graham, que foi chefe de gabinete do Ministério dos Negócios Estrangeiros grande interesse no nosso trabalho e estava disposto a ver algo que funciona para o povo judeu, mas ele estava mais calma, naturalmente, menos imaginativa do que Sykes não tinha o entusiasmo e temperamento aguda não sabe a profundidade em que necessária a compaixão, mas foi para ajudá-lo na medida em que a emissão da Declaração de Balfour .. O Emre Leopold é uma alta eficiência e finalmente foi ministro das colónias tomou princípios do consentimento informado para a expansão colonial e Milner era o horizonte mais amplo neste grupo. Eu tenho verificado a importância da Palestina judaica na coordenação dos assuntos da Grã-Bretanha colonial, mais do que qualquer outra pessoa e foi clarividente em coisas fundamentais minuto do movimento sionista nos deu a coragem eo suporte é falho.

Tomei Acho gradualmente, antes mesmo que foi realizada em Londres - antes que haja essa rede de relacionamentos e completo - crucial do período foi se aproximando Na primavera de 1916, eu visitei o Manchester sionista juntos em uma pequena sala no Stamm é, e simplificou a situação em suas mãos, e Anbothm em minhas conversas com Edmund - de Rothschild, um ano e Herbert Samuel, e na primeira classe com os políticos britânicos, e partiu depois para Londres a favor do um primeiro passo para publicar um pequeno livro sobre o sionismo, pois ela não estava lá, exceto para lançamentos e Bas relatórios antigos Conferência e pode ser colocada nas mãos de políticos britânicos.

Esse foi o obstáculo que fica no caminho O primeiro passo é o nosso dinheiro do fundo estava completamente vazia e eu tive que viajar a Paris e pedir dinheiro Barão Edmond. Eu tenho muita simpatia com a idéia e deu-me 250 £ e os entregou a Leon Simon, que foi confiada a trazer o livro. O final do livro, na verdade, intitulado "O sionismo eo futuro judeu", co-editado um grande número de homens e eu escrevi a introdução. Era um pequeno livro Mas têm um estilo moderno e contém alguns dos relatórios equilibrada e informações factuais sobre a Palestina. É surpreendente que ele saiu correndo rapidamente e tivemos que-reimpressão não comprar o livro somente aos judeus, a atenção era grande no assunto e atribuiu parte do sucesso do livro e revisões estabelecidos por Lord Cromer, foi publicada no jornal "Asbektator", disse Lord Cromer, entre outras coisas disse : "Seria o povo britânico que detém neste tópico é muito mais visível agora, apesar de surpreendente, este sonho que é o tema deste livro é emitida para um casal fictício dos políticos não pode ser apagada depois de não muito tempo."

Apareceu Sokolov, em Londres, em algum momento durante o ano de 1916 e teve seu escritório no Palácio do Hotel Regente, e foi útil em especial por causa de seus contatos com homens de religião no mundo, eu tenho contato com um número de episcopais anglicanos, inclusive, penso eu, o arcebispo de Canterbury, e amante de Sokolov deste tipo de trabalho, porque é o mesmo que um personagem do clero de perto ou de longe. Finalmente, as negociações com o Alafrancep autoridades, italiano e ao Vaticano, e temia-se no início da guerra a Alemanha a sair vitorioso, mas não a sua visão e tem assomava era de libertação e esperança para a vitória esperada do Aliados.

Consistia primeira comissão para nós, em janeiro de 1916 e incluídos exceto Sokolov e pessoal de José Kuhn, Gastr Dr. Herbert Pintoic, como representantes da União dos sionistas, o Comitê Britânico tem trabalhado em estreita concertação com Rothschild e Herbert Samuel e Ha'am Ahad tinha Sokolov, tanto quanto a preparação da primeira nota que fizemos para a realização de Marx - Sykes ajudou Herbert Saidbotam que trabalha no jornal Manchester Guardian, durante o ano de 1916, na criação do Inglês palestino, que desempenhou um papel importante na criação de opinião pública simpático para nós, e dirigido Saidbotam Boletim Semanal boletim informativo baleia graves leitores objetivo dotados de pensamento, perspicaz, e citou a informação da imprensa em geral é, por vezes neste boletim, que se encarregaram de fazer publicidade nas grandes cidades sobre o método a seguir as associações de amizade helenístico.

Foi Saidbotam dos principais praticantes nas questões gerais do Inglês, que percebeu a importância de um acordo de interesses entre a Grã-Bretanha e da Palestina, o judaísmo foi colocado este ponto de vista diante do povo britânico sempre e durante os anos de 1918 e após a emissão da Declaração de Balfour, que publicou seu livro "A Inglaterra ea Palestina," tem sido entendido com o mesmo espírito.

Assim, a evolução do trabalho de forma constante por todos o período entre 1914 - 1917 a cooperação na sionistas regiões chamou a atenção dos membros do nosso Parlamento. A nova geração estava trabalhando para nos ajudar a ter o cenário para a luta destes últimos.

Que o sionismo estava passando rapidamente a partir do processo inicial de propaganda e pesquisa teórica para a realidade prática. Quanto mais próximos os títulos dos nossos contactos e da opinião pública preparada para mudar e percorreu um longo caminho na baseadas espionagem papel e espalhe individual simpática como foi o caso em 1914, esclareceu a posição das forças que trabalham para nós e Tquaomna, e nós sabíamos que estava conosco e que era contra nós no mundo judaico e descobriu o mundo da política Inglês Probabilidade de parecer Para nossa vantagem. Desde 1916, o assunto teria sido entre a toma nos Ministérios da Europa. Ele deu instruções para Sir Edward Grey Sir Edward Buchanan, embaixador britânico na Rússia, sentir o pulso do governo russo sobre a questão da colonização judaica na Palestina e no governo Alafrancep ou melhor ministro dos Negócios Estrangeiros M.. Pichon, envie Professor Victor Kilawm Bach para a América para confirmar a sua judeus, na ecdise regiões caso da Turquia na Ásia depois da guerra irá proteger a França ea Grã-Bretanha, os interesses das colônias judaicas na Palestina, e foi talvez o importante prova mais da gravidade da situação do movimento sionista é o esforço empreendido pelo Império Alemão a explorar para seus próprios propósitos. Foram conexão líderes de uma sionistas, os alemães e pediu-lhes para oferecer seus serviços como mediadores das negociações de paz, ea resposta foi que eles vão rígido, desta forma, desde que eles aprendem um compromisso escrito do governo alemão prevê que o magistrado, alegando que nenhuma causa ou de compensação (isso aconteceu num momento em que o exército alemão em frente) foi citado pela notícia deste movimento secreto para Sir Ronald Graham e depois os alemães derrubaram falar de uma tela misteriosa.

É tempo de agir se a pressão efetiva de uma promessa política na Palestina pelo governo britânico, e cerca de um mês de janeiro de 1917, apresentou um memorando para a realização de Marx Sykes preparado pela Comissão e realizou várias conferências com ele. A primeira nota que temos feito de forma informal para o governo britânico, mas eles são realmente importantes, especialmente entre as notas dos outros, ele representa um grupo de grupo de construção da nação amadores dos séculos as pessoas Oqsoa há para este tipo de atividade não era qualquer um de nós experiência em assuntos do governo e do colonialismo, e não não dispõem de pessoal especializado confiar neles e tradições e serviço público de gestão, nem os meios para cobrar os impostos, nem dos trabalhadores que trabalham a terra, que eram jornalistas, cientistas, advogados, comerciantes e filósofos, passamos em uma geração ou duas gerações do gueto - que isso é verdade - mas apesar de tudo isso Porém as coisas tomam um olhar para o passado, esperamos que tome nota do que aparece desenvolvimento está caindo.

O memorando chamado o "Compêndio de programa para a colonização judaica da Palestina, em conformidade com as aspirações do movimento sionista, eo material do programa nacional de pesquisa abordou a primeira a reconhecer a entidade:

"Temos de reconhecer oficialmente a população judaica da Palestina (o texto é que, todos os judeus da população no presente e futuro) pelo governo com respeito como uma nação judaica e devem gozar do país plenos direitos civis e políticos nacionais e do governo reconhecer o desejo relevante ea necessidade de-judeu recolonização na Palestina" .

O segundo artigo desenvolveu o princípio de, pelo menos a essência prática do princípio do reconhecimento da teoria, e que a negação do princípio - que já foi negado - é a negação de todo o programa.

"O governo diz respeito deve ser dado pleno judeus de outros países o direito de emigrar para a Palestina deve ser dada a todos os judeus da Palestina a fim de facilitar a cidadania imediatamente, bem como a aquisição de terrenos."

E essa parte da história dos nossos esforços para construir a Palestina desde a Declaração de Balfour é a história da luta para a aplicação dos dois artigos anteriores Manchester sionista e não Hadtt Presidente da Asamhione União da Inglaterra, e decidimos como

O terceiro artigo discutiu os meios e os meios de comunicação.

O governo relevantes devem formar a companhia que reconhece a colonização judaica da Palestina pelos judeus. A empresa é colocada sob a proteção do governo, com efeito imediato e efeito da seguinte forma:

Apoiar e fomentar a colonização judaica na Palestina existentes em todos os sentidos
(A) possíveis.

Para ajudar e apoiar e encorajar os judeus de todo o país, que são as pessoas para
(B) construir a Palestina imigração organizado e prestar-lhes informações e quaisquer outras formas de assistência material e moral, e deve ser dada às autoridades da empresa que lhes permitam promover a Palestina, em todas as áreas da agricultura, cultural, comercial e industrial, incluindo toda a autoridade para a compra de terras e melhoria e, em particular uma instalações para a posse de terras do governo, o direito de construir estradas, ferrovias, portos e autoridades para a criação de empresas, navios para transporte de mercadorias e de passageiros de e para a Palestina e todas as outras autoridades considere necessárias para a reconstrução do país.

No caso em que requereu a nomeação do governador e do pessoal do Departamento da Palestina, tal nomeação deve ser feita com cuidados adequados às necessidades da população judaica.

E do artigo IV e V, discutir o desenvolvimento das instituições de autogoverno e para o progresso que temos criado na Palestina.

Poderia considerar-se o conteúdo da nota de duas maneiras. Primeiro Estrangeiros preditores de nossas esperanças e nossas necessidades para o governo da Palestina e de outros indicadores internos dos deveres e compromissos do povo! Judaica explícito.

Tendo esboçado a resistência do front interno para vir a reconhecer o nacionalismo judeu voltou para completar sua pesquisa, ele disse:

Seja qual for o caso, como este documento foi elaborado o primeiro rascunho da nossa Carta eo primeiro passo para a integração do sionismo na realidade corrente.

Agora, nossas conversas tomaram um novo corante tornou-se um sionista no cenário internacional, e nós fomos sobre o seu envolvimento na política internacional, nos

encontramos nas correntes dos mares dos objetivos nacionais e os direitos adquiridos e as forças opostas dentro de cada país, embora a França concordou com a cabeça alguns gestos de amizade para o movimento sionista, como a missão bascos para a América, eles têm programas especializados relacionados com o Oriente Próximo, a Itália eo Vaticano estão também os interesses do curso, não fomos suficientemente ingênuo para pensar que não tinham necessidade de uma maior satisfação da Inglaterra.

Em seguida, descreveu a primeira reunião levou à emissão da Declaração de Balfour foi assistido por Sir Sykes em sua capacidade pessoal e foi presidida pelo Dr. Gastr incluiu tanto de Lord Rothschild, Herbert Samuel, Dorotchild James, Sokolov, Keun José, Pintoic Herbert, Saker Harry, Chaim Weizmann, onde levou a pesquisa um número de pontos é estimado pela eles são o cerne do problema na lista de meses, e depois disse: "Nós decidimos que não há participação internacional ou internacionalização na Palestina a ser seguido pelas complexidades e as rivalidades e os ajustes inadequados e as maquinações do dano e, possivelmente, fazer uma paralisia completa em nosso trabalho e, tal como solicitado pelos sionistas é proteger o Britânico com plenos direitos em conformidade com o memorando e esses argumentos não se aplicam aos locais sagrados que são internacionalizados e que o "termo" nação que se aplicam à situação de emergência pátria judaica na Palestina refere-se a pátria judaica sozinha e nunca houve qualquer relação com os judeus no país em que vivem. Ele assumiu Sir Herbert Samuel esclarecer muitas das coisas adicionadas a ele que os judeus que foram para a Palestina para ir para compor uma nação judaica não se tornar árabes ou drusos ou Inclaiza.

Em seguida, o curso de Marx neste tópico em comprimento, e foi dito sobre as dificuldades que temos pela frente em um sincero muito e posso dizer que realmente colocou toda a sua habilidade à nossa disposição, e outra nos dividir pé no rosto, que terminou com ele as coisas, e eu não tenho nenhuma dúvida de que Sykes foi restringido pelo seu sigilo governamental sobre o assunto de Sykes-Picot Tratado, como Georges-Picot. Tem servido para Sir Mark revelou no início de seu discurso que a catástrofe de há muito tempo a questão da Palestina e os judeus ea idéia da Palestina, o judaísmo ganhou toda a compaixão e, acima de compreendia plenamente o que ele significou o nacionalismo e não crescem pensando qualquer confusão sobre este ponto e mais de sua atenção agora é sobre a posição dos Estados . E que ele estava na Rússia e conversou com o ministro dos Negócios Estrangeiros Sazunov, e esperar um pouco das dificuldades do campo e disse para a Itália foi sobre o princípio que exige, inclusive a exigência, pela França e que a França é um grande obstáculo e não entendia a política da França, exigindo a palavra alta na Palestina, e tivemos que nos sionistas têm que olhar a questão com a França, francamente, depois passou a falar sobre o problema árabe eo movimento do nacionalismo árabe e disse que este movimento irá dar frutos dentro de uma única geração, pois os árabes têm a inteligência e vitalidade e da unidade da língua, mas acho que os árabes concordam conosco, especialmente se eles aceitaram a nossa ajuda de outras maneiras , já sentia uma grande atitude árabes Príncipe Faisal.

Em suma, a substância do que esta casa em nossa primeira versão "oficial" foi seguido pela actividade vibrante, foi confiada a tarefa de Solkov para ajustar a posição da França e ganhar a posição da Itália e do Vaticano, ele tomou a maior habilidade.

O presidente George W. Pico oficial francês, que negociaram no acordo de contrato de confidencialidade, não era um defensor para nós em particular ea primeira proposta foi servindo para convencer os judeus da Europa Oriental têm direitos iguais, imediatamente e deve ser utilizado no país Imran ea segunda proposta diz que, se ele era considerado um

governo judeu na proteção Palestina é necessário concedida à França. Quanto à sua proposta a primeira vez que não é baseado em uma base de conhecimento que ele negou a essência do problema judaico em si ea razão de ser do movimento sionista ea segunda proposta não é compatível com nosso plano, porque estávamos convencidos de que os colonizadores britânicos e os governantes dos administradores das colônias de saltos mais altos dos franceses, mas isso não foi possível ser formuladas com tanta precisão.

.. De agora em diante, a nossa preocupação principal era obter o reconhecimento dos princípios do sionismo, mas a coordenação da sua aplicação no âmbito das realidades e para evitar falhas devido a complicações ou projetos que não são sábios, ea grande perigo foi sempre um lado Alavrnsien. Tive a longa conversa com Balfour em 22 de março de 1917 depois que se tornou ministro das Relações Exteriores, para suceder Sir Edward Grey - tem pairado a situação tão grave que o progresso Balfour Proposta acumulando quase assustador. Se não for possível chegar a acordo entre a Inglaterra ea França, temos de tentar entrar nos Estados Unidos estão trabalhando para impor proteção - anglo - americana - para a Palestina. A idéia era atraente, e não exagerado, como eu escrevi ao Sr. Scott disse que a idéia é sempre cheia com a inerente a existência de perigo de dois mestres, e nós ainda não sabemos a extensão em que os norte-americanos chegaram a acordo sobre os princípios gerais de gestão.

Mais uma vez, a posição da França saltou para a ribalta durante a minha conversa com o Primeiro-Ministro, Sr. Asquith em 03 de abril. Apesar das observações publicadas depois - anos de hostilidade pessoal princípios de Asquith do sionismo é a sua posição oficial foi assistente e, em qualquer caso, nenhuma menção não é Balfour Sykes-Picot Tratado tem conhecimento de sua existência do Sr. Scott, obteve a sua informação acerca de Paris, e contém os seguintes :

Obter França depois da guerra, não apenas no norte da Síria, mas também sobre a Palestina, no sul, a linha a partir de Acre ao mar da Galiléia abrangente Horan Vtdol O resto da Palestina.

Foi realmente informações alarmantes, e acenando que a proposta era desprovido de equilíbrio e percepção, que era injusto para o Reino Unido e não-fatais para nós a glória dos árabes. Eu posso compreender facilmente que Sykes não relutou em denunciar o tratado e que o Pico não foi capaz de defender fortemente perceptível.

Nos vinte e cinco de Abril, estudou cuidadosamente o assunto com Lord Robert Cecil, ministro adjunto dos Negócios Estrangeiros e uma das grandes potências na Grã-Bretanha moderna e primeiro fator na criação da Liga das Nações, que é como Balfour, Milner e Smuts e grande atenção Ajerin aos princípios do sionismo e eu acho que é o único que olhou para a verdade ea realidade como um inseparável da estabilidade global. O re-estabelecimento de um lar nacional judeu na Palestina e organizar o mundo em uma grande federação de todas as manifestações deste precursor para a próxima etapa na coordenação dos assuntos humanos.

Nós não nos falamos por Sykes - Picot, francamente, mas só tenho a regime pensa a sua existência e está enraizada em sua história para os primeiros dias da guerra que dividiu a Palestina em conformidade com a sua divisão termos arbitrariamente em duas partes chamada "divisão de Salomão, o Sábio" apagado pelo qual os esforços dos coloniais judaica durante 30 anos, e entregando-se a abuso da parte sul da Palestina (Judéia) receberá em virtude de um único departamento, mas Sidol Isso significa que o tribunal Inglês - Alafrance comum - como escreveu recentemente a Filipe, disse ao Senhor Cecil que nós queremos é um protectorado

britânico, e os judeus em todo o mundo confiam no Reino Unido. Eles sabem que a lei e a ordem irá prevalecer sob o domínio britânico, e na sombra também não irá interferir na atividade dos impérios coloniais judaica e de progresso cultural, e para que possamos estender nosso olhar para a frente quando chegar o momento que nos tornamos fortes o suficiente para a procura de alguma forma de autonomia.

Foi trazido para mim na época, Lord Cecil uma pergunta sobre os aspectos da nossa oposição ao Alafrance disposição pura. Eu disse a ele que nós preferimos naturalmente disposição Ofrancea exclusivamente no Estado de casal ou de internacionalização, mas Alavrnsien durante seus métodos colonial não acompanhou o Inglês, Interveio nos assuntos do povo e tentou impor o "espírito da Alafrance. Além disso, eu não acho que a administração Alafrancep a ela o que os ingleses de competência, e ousou dizer que a Organização Sionista - em seu caso no momento - tem o trabalho de construção na Palestina excedido os seus Alavrncion na Tunísia.

Então vá falar sobre o movimento sionista na América página 243 e, em seguida, disse:

O Brandeis Mister era o chefe do movimento sionista naquela época eu estava em contato constante com ele, e em 08 de abril de 1917, enviou um relatório sobre a posição geral e foi capaz de dizer que foi progredindo com sucesso, e afirmou que o principal obstáculo que aparece demandas são Alavrnsien e esperamos fortalecer nossa aqui pelo governo dos EUA e os judeus americanos têm Hadtt Sr. Norman, um membro do parlamento sobre este assunto na presença do Sr. Herbert Samuel e Brikoz Senhor e Primrose Sr. e Sr. James Roshitld e Comandante e os Djod do Parlamento e vai pensar que reflecte o seu ponto de vista sobre o apoio que a idéia da Palestina judaica sob proteção britânica. E outros Deputados, possivelmente vi pessoas com o relacionamento do governo um grande caso no fortalecimento de nossa posição.

E em pouco tempo foi capaz de Mister Marcas que coloca o ónus da sua personalidade é marcante no equilíbrio. América entrou na guerra, em março desse ano, e no século XX de abril de Balfour chegou à América em uma missão especial e muitas vezes se reuniu com Justice Brandeis imediatamente em uma reunião na Casa Branca, disse a Sra. Dagdel traduzidos Balfour Balfour observações vida no discurso introdutório Bratendez foi "você Um figuras americanas que eu queria entrevistar. Her "A Balfour disse Oostas Senhor Percy, um membro da sua missão", disse Brandeis foi em alguns aspectos mais proeminentes homens mais respeitados pelos Estados Unidos ". Depreende-se dessas declarações que Balfour de ter o Pacto se pessoalmente o Sionismo e manifestou a opinião de que o Dr. Weizmann, antes disso, mas hoje o ministro das Relações Exteriores da Grã-Bretanha, mostra que o Sr. Brandeis com muita ênfase o desejo de os sionistas, os norte-americanos para ver na Palestina administração britânica durante a missão de visitar o Inglês.

E escrita de 08 de abril deve ser chegado o Sr. Brandeis sobre um tempo quando a Declaração Balfour sobre o vigésimo dia do mês, escrevi-lhe novamente em 23 de abril para dizer que "a Rússia ea América anunciar neste momento eles são contra os princípios de expansão, não precisa procurar a verdade incidente, que a democracia é e Organização Sionista judeu, o que representa a essência dessa confiança a democracia, sem dúvida, o domínio britânico e acredita na proteção dos únicos a possibilidade Britânica para o progresso constante para transformar a Palestina governo democrático judaica e, como o governo britânico, penso eu, não concordam com apenas incluiu a Palestina e não desejam expandir

Regional, que certamente iria apoiar e proteger os judeus da Palestina, portanto, o apoio do projeto Latina tem um papel tão importante no presente.

Sr. Brandeis tem trabalhado mais do que a pressão para apoiar a idéia de fazer da Palestina sob protetorado britânico e os trabalhos do ano para remover as dificuldades encontradas, mas o maior os recursos de ajuda América naquele tempo emitido pela política anunciada pelo presidente Wilson, recusando-se a tratados secretos, embora as adaptações Sykes-Picot não fosse um tratado no sentido pleno, mas ela estava carregando a versão o nosso progresso, e que a Declaração de Princípios e do Sol sobre tratados, o público acordou, tinha as grandes potências para pôr as cartas na mesa, e assim secou ajustes Sykes - Picot Tratado ou semi-formal e envolvidas.

E mostrar a todos que passavam de que nossas ações foram implementadas em harmonia e do sistema e também disse a Sra. Dagdel Em resumo:

"Tornou-se a diplomacia nacional judaica no papel da configuração" e depois retornar para falar sobre a necessidade de uma autorização do governo britânico afirma na página 255 e, posteriormente, o seguinte:

Em janeiro de 1917, fui, acompanhado por Sir Ronald e Lord Rothschild para se reunir com Balfour e mostrando-lhe como o ministro dos Negócios Estrangeiros que era hora de fazer a permissão do governo britânico permanente apoio e incentivo, foi a Declaração Balfour de fazer isso e pediu para lhe dar permissão para aceitá-lo e vai tentar fazer é apresentar ao Ministério da Guerra , enquanto eu estava ausente em Gibraltar, tomou um comitê político, sob a presidência de Sokolov se comprometeu a elaboração do projeto, desenvolveu diversas fórmulas para ele e nós temos feito, todos os cuidados que não saem do texto para uma vista geral, que prevaleceu em membros-chave do governo sobre esta questão, sabendo que temos de não perder de vista as coisas para completar essa cobertura a todas as suas partes ea fórmula que temos aprovado e entregue pelo Senhor Balfour Rochild ao nosso nome em 18 julho de 1917 diz o seguinte:

"Majestade, o Governo de Sua após objectivos de avaliação da Organização Sionista aceitou o princípio do reconhecimento da Palestina como uma pátria para o povo judeu eo direito do povo judeu em sua vida que cria um nacional, sob a proteção será criado logo que o Magistrado realizada após o êxito da guerra.

O Governo de Sua Majestade, que é essencial para alcançar este princípio, a concessão do nacionalismo auto-judaica interna na Palestina com a liberdade de migração ea criação de um organismo nacional para a colonização judaica da reconstrução e do progresso económico do país.

E as condições e formas de autonomia interna e de licenciamento para a colonização judaica Nacional, devem ser colocados com precisão e detalhe na opinião do Governo de Sua Majestade e com destacados representantes da Organização Sionista " .

No décimo sétimo dia do mês de agosto foi no melhor da minha habilidade de escrever para Felix Frankfurter, nos Estados Unidos, incluindo o seguinte:

"O projeto foi apresentado ao Ministério das Relações Exteriores e aprovado por eles e ouvi ontem que o primeiro-ministro (Lloyd George) aprovado."

oficial de que é suficiente para criar uma dificuldade única para

A esquerda, é claro, ser ratificado pelo Ministério da Guerra.

18 de setembro e prestes a aprender que a autorização só pode ocorrer na reunião do ministério esteve ausente da reunião, Lloyd George e Balfour e entrar Montag forças Edwin levou à retirada da matéria da ordem do dia, no mesmo dia recebeu uma carta de Lorde Rothschild disse:

Eu escrevi a Balfour e pedi-lhe para marcar uma entrevista na quinta-feira ou sexta-feira, eu lembro que eu lhe disse, em Londres, logo que vi nos jornais a notícia da nomeação de Montag, eu tenho medo de substituir o que aconteceu?

Eu não senti o desespero Kallord Rothschild, mas a situação era Nkda, nós nos encontramos Balfour à parte, eu estou no décimo nono do mês e Lord Rothschild, no vigésimo primeiro foi incentivado pela Declaração de Balfour ao extremo e ele me disse que a compaixão não mudou por causa da Montag posição e eu era capaz de enviar Balbrgip ao lado de Brandeis, em no mesmo dia.

"Temos seguido a aprovação do texto da declaração do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Primeiro-Ministro apresentou ao Ministério da Guerra (1) Majestade, o Governo de Sua aceitar o princípio de que a Palestina deveria ser construído como uma pátria para o povo judeu (2) que Majestade o Governo de Sua envidará todos os esforços possíveis para assegurar o acesso a este fim, e vai estudar formas adequadas Organização Sionista. adicionado e ao cabo que a oposição (Alandmajien) esperado e que, se possível, obter o apoio do presidente Wilson, Brandeis do texto será a maior ajuda. "

Balfour demonstrou a mesma firmeza em sua posição como ele fez comigo, ele me escreveu, Lord Rothschild, após seu encontro com Balfour, em 21 de setembro. "Eu disse a ele que eu tenho provas de que um dos membros do ministério estava trabalhando contra nós foram respondidas (Balfour) imediatamente que não era um membro do ministério, mas somente no governo e eu acho que suas opiniões eram completamente errado."

No vigésimo primeiro do mês Hadtt Smuts, um membro do Departamento de Guerra e conseguiu a confirmação da lealdade e nós estamos fazendo, ao mesmo tempo o nosso melhor para descrever a atividade Alandmajien que estavam nos atacando em uma série de artigos em jornais e no vigésimo oitavo, falei com Lloyd George, que entram em nossa nota na agenda de pesquisa do Departamento de Guerra Na sua especificou os quatro dias do mês de Outubro - No terceiro mês, escreveu ao Ministério das Relações Exteriores do livro seguinte, com vista a convertê-lo para o Departamento de Guerra.

"Não podemos ignorar os rumores que sugerem que a questão do anti-sionistas serão levantadas na reunião do Departamento de Guerra por um judeu figura proeminente não segue o Ministério da Guerra e estamos no centro, não nos permitem verificar a validade destes rumores ou negada, e isso não pode criticar os fatos, mesmo se provado ser rumores eram verdadeiros, mas para servir-nos de que podemos notar todo o respeito que nós oferecemos a nossa decisão, despedir-se do Ministério dos Negócios Estrangeiros eo Ministério da imperial interesses Guerra do nosso povo eo destino do sionismo, esperando que o problema significaria pela luz dos interesses do império e os princípios da Coalizão para eles, e hesitamos em acreditar que o Departamento de Guerra permitiria o http vista sobre o sionismo

e entre os judeus do mundo a tomar o caminho que você chamar a atenção de uma maneira uniforme.

Onde havia uma multidão de pessoas quer ser reconhecida como uma nação, surge a questão do pleno reconhecimento, como este que temos dado o texto da declaração, em nome da organização Representa o desejo nacional para o povo é grande, mesmo que tenha sido dispersados depois que fizemos as negociações e conversas continuaram por três anos com representantes destacados da nação britânica. "

.. Quando apresentado com a questão da Palestina para o Departamento de Guerra deu Odobin poderoso discurso Montag contra a mudança proposta e pode extrair os argumentos apresentados pela propaganda inteira publicado pelo movimento do anti-sionismo e ao qual me referi em páginas anteriores, não tem algo de novo pode dizer, mas o entusiasmo que acompanhou a apresentação de pontos de vista e embotamento sentido, que era visível em sua oposição a tudo o que surpreendeu o ministério tem conhecimento de que ele chorou enquanto falava, e no final da sua intervenção sugeriu que Lloyd George e Balfour convidados para a reunião do ministério.

... Não há dúvida de que a oposição Montag juntamente com o ataque pró-qual o grupo foi uma brincadeira de anti-sionista pequenos há vários meses, e suas cartas para a imprensa e as publicações e alguns deles por Lucien Wolf, um pseudônimo e entrevistas entusiasmado para funcionários do governo tudo o que os torna responsáveis pela fórmula de reajuste apresentada pelo Departamento de Guerra, alguns dias depois.

.. Em nove de outubro ligado a Juiz Brandeis, incluindo o seguinte:

Propus o ministério depois de investigação preliminar modificou a fórmula como segue:

"Majestade Governo vista dele com cuidado para criar uma pátria para os judeus e fará todos os esforços possíveis para facilitar o acesso para esse fim deve ser entendido claramente que não faz nada prejudicar e religiosas dos direitos civis das comunidades de-judeu comunidades não existentes na Palestina ou os direitos e status político desfrutados por este tipo judeus que tinham sido tranquilizado completamente nacionalidade, a nacionalidade do actual em qualquer outro país, é muito provável que somos solicitados a comparecer perante o ministério, quando você terminar as negociações dentro de uma semana, é essencial para nós que não recebem o aval do presidente para o texto, mas por recomendação dele para conceder essa autorização, sem demora Z de modo que o desejo máximo para obter o apoio de vocês e uma carta cheia de entusiasmo de os EUA e os sionistas proeminente não-sionistas, que estão em necessidade urgente de seu apoio. "

Comparando os dois textos, um que foi aprovado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, eo Primeiro-Ministro e os outros colocados em 04 de outubro, após uma Montag - mostra parte traseira dolorosa sobre o que o próprio governo está preparado para oferecer o primeiro afirma que "a Palestina deveria ser estabelecido como uma pátria para o povo judeu" eo outro fala de "o estabelecimento de lar nacional na Palestina de um judeu "e os primeiros estados só que o governo fará todos os esforços possíveis para garantir o acesso para esse fim e que vai analisar os meios necessários com a Organização Sionista eo segundo destaca o tema" e religiosos dos direitos civis das comunidades não-judaicas existentes "sobre a face da possível com o que foi atribuído aos fins judeus ruim quanto poderia ser interpretado como restrição de trabalho ou desativá-lo em tudo.

Assim, os anti-sionistas são os únicos que encontraram as suas declarações ao Ministério da Guerra, na reunião de 04 de outubro, não nos dão a oportunidade de apresentar nosso ponto de vista não sabia o ministério, na verdade, o que você faz com esses obstrucionistas dos judeus. Isso Sykes e Emery e Ormsby Gore perplexos seu destino, no final, foi decidido enviar o texto para os judeus, oito, por quatro dos adversários do sionismo e quatro dos sionistas de expressar suas opiniões e propostas e enviadas com o livro texto que dizia:

"Dada a complexidade das visões e sacrificados no assunto dos próprios judeus, o Governo pretende tomar a entrega das opiniões dos líderes, os representantes dos judeus, tanto de quem escreve os sionistas e os sionistas".

Nós do nosso lado estudado a fórmula e nós estamos examinado comparar o texto antigo com o novo e verificou a diferença bastante clara, mas não se atreveu a provocar atrasos em excesso do que aconteceu naquela vara para a versão original, que não representa o nosso desejo, mas a opinião dos membros do governo também respondeu à carta do governo, dizendo:

"Não seja mais adequado para mudar a criação de um Lar Nacional Judeu com as palavras"-restabelecimento "e, assim, lança luz sobre o verdadeiro problema como um todo e se refere à relação do antigo e as tradições históricas e eu também disse que sugeri que a frase" o povo judeu, em vez de "judeu elemento."

"A última proposta já apontada por Brandeis".

Ele então passou a dizer: que o presidente Wilson, que estava conosco, com todo o seu coração foi considerado que a publicação da declaração foi prematura, porque não há estado de guerra existente entre os EUA ea Turquia, e Brandeis estava tentando conseguir o apoio público do presidente Wilson, a compaixão eo senso de participação. Mas não teve sucesso nessa empreitada, mas que o coronel House, sob o presidente Wilson enviou um telegrama em 16 de outubro o Governo Britânico para o apoio da América e do conteúdo da declaração foi um dos importantes fatores individuais mais para superar o impasse criado pelos britânicos não-judeus sionistas.

Em 02 de novembro, depois das negociações finais no Ministério da Guerra emitiu o seu famoso livro conhecido como a declaração de Balfour Balfour.

Apesar de o ministério junto a ratificar o texto final, eu estava esperando fora dos seus escritórios e fui convidado desta vez me deu um telefone documento Sykes "esse menino, o Dr. Wiseman".

Bom - eu não gostava desse garoto na primeira vez não era o garoto que esperavam por ele, mas fui informado que era um grande evento que eu chamei minha esposa pelo telefone e depois fui ver Ahadha anos.

Anexo XVI

Declaração do plano político do Governo de Sua Majestade em 17 maio de 1939
"Arquivos e documentos da Palestina em 637 e 1949, o Ministério da Orientação, c. 1, p. 717-726"

Declaração do plano político do Governo de Sua Majestade
Em 17 de maio de 1939

Foi Majestade o Governo de Sua manifestou no comunicado emitido na Palestina no nono dia do Chehrcherin segunda, em 1938, quis convidar os representantes dos árabes da Palestina e alguns países árabes vizinhos e da Agência Judaica de negociar com eles em Londres, sobre a política futura. Foi sinceramente esperava alcançar algo de entendimento do resultado das conversações e cuidadosamente combinados com a maior liberdade e franqueza, recentemente realizou conferências com as delegações dos árabes e judeus tomaram algumas semanas, e conferências, como um meio de troca de opiniões atualizado entre a British Ministros e delegados de árabes e judeus. O Governo de Sua Majestade, à luz dos debates previstos para a situação na Palestina e no relatório da Comissão Real e do relatório da Comissão sobre a partição de algumas das propostas, essas propostas foram apresentadas as delegações dos árabes e judeus como base para uma resolução acordada. No entanto, ele não vê as delegações árabes e as delegações dos judeus que ela poderia aceitar estas propostas e, portanto, não resultou em acordo sobre a conferência. Assim, o Governo de Sua Majestade considera-se livre para desenvolver sua própria política tem a mente QR após uma análise mais aprofundada de farinha de pau com as propostas que são geralmente oferecido uma vez para as delegações de árabes e judeus e discutiu com eles:

Foi um instrumento do mandato da Palestina, que foi aprovada textos do Conselho da Liga das Nações em 1922, a base da política seguida pelos sucessivos governos britânicos cerca de vinte anos, e este instrumento envolve a Declaração Balfour e impõe sobre os quatro Obrigatório principais obrigações que têm simplificado dessas obrigações nos artigos II e VI e XIII da mandato. Entre esses compromissos compromisso não tem qualquer desacordo sobre a interpretação de um compromisso que olha para a proteção dos lugares santos e prédios e sítios religiosos e facilitar o acesso. As outras obrigações são no total da seguinte forma:

- 1 - Colocar o país em condições políticas, administrativas e económicas que garantam o estabelecimento de uma pátria para o povo judeu na Palestina e para facilitar a imigração judaica em condições adequadas e incentivar a mobilização dos judeus na terra em cooperação com a Agência Judaica.
- 2 - Manutenção dos direitos civis e religiosos de todos os habitantes da Palestina, sem distinção de raça, religião, e garantir que nenhum dano aos direitos e posição de outros setores da população e facilitar a imigração de judeus e de liquidação de judeus nos territórios.
- 3 - Colocar o país em condições de, administrativas e económicas upgrade político que vai assegurar que as instituições auto-regulam.

Têm atraído a Comissão Real e das comissões de inquérito que o precedeu, a olhar para a ambigüidade que cerca algumas das frases contidas no instrumento de cessão como "um lar

nacional para o povo judeu" e encontrou nessa ambiguidade ea incerteza resultante sobre os objetivos do plano político a principal causa de preocupação e ressentimento entre os árabes e judeus. Sua Majestade o governo que está convencido de que o interesse da paz e do bem-estar de todos os povos da Palestina tiveram que desenvolver uma definição explícita do plano político e dos seus objetivos. Foi para baixo a proposta de partição recomendado pela Comissão Real para fornecer essa abertura, no entanto, considerou que a formação de dois Estados independentes na Palestina, um árabe e um judeu está na sua ficha as suas despesas por si só não é coisas práticas. Foi, portanto, incumbe o Governo de Sua Majestade deve desenvolver uma política melhor que a outra divisão que irá atender aos requisitos, incluindo a situação na Palestina, em conformidade com suas obrigações para com os árabes e alguns judeus. Incluiu os pontos de vista e propostas do Governo de Sua Majestade, nas três seções a seguir são:

1 - Constituição

2 - Migratórias

3 - Terra

1 - Constituição:

Foi dito no decorrer da controvérsia que o termo "nacional" pátria para o povo judeu, dar lugar a um processo da Palestina sobre a passagem do tempo, um Estado ou de um reino judaico. Sua Majestade o governo que não gostaria que contraria a opinião expressa pela Comissão Real é que os líderes sionistas estavam cientes de quando emitiu a Declaração Balfour, que as disposições dessa declaração não impede a criação de um Estado judeu no final. No entanto, Majestade Governo partes da sua comissão a crença de que a propriedade dos autores da fórmula de atribuição, que incorporou a Declaração Balfour não poderiam ter dirigido para transformar a Palestina em um estado contrário dos judeus com a gestão da população árabe do país. Mas ele não se destina a transformar a Palestina num Estado judeu se pode inferir implicitamente a partir do seguinte parágrafo citado no Livro Branco publicado em 1922:

Falei palavras para o efeito de não autorizado, que tem como objetivo final, esta afirmação é a criação de uma Palestina judaica como um todo. E frases usadas gostaria de dizer que a Palestina vai se tornar judeu, assim como a Inglaterra é o Inglês, e Majestade o Governo de Sua considera que toda a esperança não seja possível a investigação que visa tal objetivo, como ele não tinha notificado em mente a qualquer momento ser demitido do povo árabe, língua ou cultura árabe em Palestina ou estar sob controle. Ela gostaria de chamar a atenção para o texto da declaração referida (ou seja, a Declaração Balfour) não se destina a converter a totalidade da Palestina para o Lar Nacional Judeu, mas que tal criar uma pátria na Palestina.

No entanto, esta afirmação é ainda uma incerteza e, portanto, o Governo de Sua Magestade declarar inequívoca palavras agora eo polegar não é a política que a Palestina se tornar um Estado judeu. A

Na verdade, é em violação das suas obrigações para com os árabes, sob o Mandato e as garantias dadas aos jovens árabes no passado, que torna (a anexação AZ) nacionais da população árabe da Palestina um Estado judeu contra sua vontade.

Descreveu a natureza do nacional lar judaico e uma descrição mais completa do Livro Branco publicado em 1922, como segue:

"Temos que re-judeus nos séculos ou três séculos, a última composição de uma série deles na Palestina, agora com oitenta mil, quase um quarto são agricultores ou a moeda em terra. E esta será a sua comunidade política e complexo equipe especial para gerenciar seus assuntos internos, e conselhos eleitos nas cidades e um órgão para supervisionar as escolas e sua presidência Rben eleitos eo Conselho da equipe rabínica para administrar os assuntos de religião. e usar esta comunidade de língua hebraica como um local. e ter uma imprensa hebraica satisfazer sua necessidade de um padrão de monitoramento Thvebouapa a distingue das outras e mostrar muito ativo na atividade econômica dessa comunidade, os habitantes das colônias, vilas e formações, religiosas e sociais nos domínios político e para sua própria língua e os costumes e modos de vida em seu Verdade características do nacionalismo. Se alguém perguntar sobre o significado do desenvolvimento do Lar Nacional Judeu na Palestina, no total, mas o crescimento da comunidade judaica assistida etc judeus ao redor do mundo para se tornar um centro onde o povo judeu como um interesse geral e orgulho de destinos e racismo religioso. Para que essa comunidade a melhor esperança de progresso Gratuito e aberto o caminho para a sala povo judeu adequadamente mostrando Kvaiath era necessário saber que a sua presença na Palestina é, e não amaurose à direita. É por isso que era necessário para assegurar a existência de uma pátria judaica na Palestina para garantir o reconhecimento internacional. oficialmente que é baseado no antigo link "histórico.

Sua's Majestade Governo que aderem a esta interpretação da licença em 1917 e considera uma descrição e abrangente a natureza do acreditados nacional lar judaico na Palestina, e essa interpretação envolve o crescimento sustentado da comunidade judaica no país, o apoio dos judeus em outras partes do mundo .. Isso prova que Majestade o Governo de Sua tem sido a obrigações a este respeito que, desde a emissão de uma política plano de instrução, em 1922, emigrou para a Palestina, mais de 300.000 judeus e que a população de um lar nacional tinha subido até atingir cerca de 450.000 pessoas, ou quase um terço do de todo o país , isso e que a comunidade judaica não limitar a sua parte em aproveitar as oportunidades de que dispõe para maximizar o crescimento do Lar Nacional Judeu e chegar a ir ter com ele em muitos campos, é o esforço estrutural digna de consideração e apt que admirava o mundo e ser uma fonte especial de orgulho para o povo judeu.

As delegações árabes ecoou no contexto das recentes conversações o argumento de que a Palestina foi incluída na região, que Henry McMahon Sir promessa em nome do governo britânico em outubro de 1915 que reconheceu a independência dos árabes e apoiada. Tem sido discutido por representantes dos britânicos e os árabes durante a conferência que se realizou recentemente em Londres, sobre a validade desta afirmação, que se baseia na correspondência entre Sir Henry McMahon e Sharif de Meca em busca juntamente com precisão e cuidado. Segundo seu relatório, que foi colocada aos delegados Os árabes e os ingleses fizeram o seu melhor para compreender cada equipe e seu ponto de vista do outro time. Mas eles não podiam chegar a um acordo sobre a interpretação desta correspondência. Não há necessidade aqui de resumir os argumentos apresentados por ambas as equipas que o Governo de Sua Majestade, lamenta o mal-entendido que tenha surgido sobre alguns dos termos utilizados nas comunicações. Uma parte, alegando que expande os seus delegados no relatório não pode ajudar, mas a aderir à visão de que toda a Palestina, situada a oeste da Jordânia tinham sido excluídas do Pacto, que fez Sir Henry McMahon e, portanto, não posso concordar que a correspondência McMahon formam a base para a reivindicação justa deve ser convertido Palestina em estado árabe independente.

O governo de Sua Majestade, como o "obrigatório vinculante" garantir que a atualização auto-regulam as instituições na Palestina Além disso, o compromisso de designar, é que a

sobrevivência dos habitantes da Palestina, sob a formação obrigatória para sempre contrária ao espírito do mandato da fundação. É certo que as pessoas gostam do país, incluindo a velocidade possível dos direitos de autonomia exercido pelas pessoas dos países vizinhos. Sua Majestade o Governo que hoje não podem prever uma disposição constitucional que Ststabg pelo Governo da Palestina, mas o objetivo final da autonomia é o estabelecimento de um desejo de ver um Estado palestino independente no final. Convém que o Estado contribui para o Resident povos Estado na Palestina, árabes e judeus para o exercício da autoridade do governo para garantir a garantir os interesses de cada uma das duas equipes.

Que a formação de um Estado independente na Palestina e para dar o controle completo da tarefa que requer a emergência de relações entre árabes e judeus faria uma disposição que rege o país é válida no reino das possibilidades. Acrescente-se que o crescimento da auto-regulam as instituições na Palestina, ele deve proceder com base na evolução teria em outros países.

Antes do acesso à independência deve ser um período de transição durante o qual o Governo de Sua Majestade tenha a responsabilidade final como o Poder obrigatório durante o curso, enquanto aumenta a proporção de pessoas do país para governar e fazer crescer neles um espírito de compreensão e cooperação. Governo de Sua Majestade fará esforços contínuos para promover o crescimento das boas relações entre judeus e árabes.

À luz destas considerações, o Governo de Sua Majestade, a seguinte declaração ao anunciar as suas intenções sobre o futuro governo da Palestina:

- 1 - O objetivo de Sua Majestade é o Governo é formado durante os dez anos do Governo de uma Palestina independente, associado com o tratado garantia Reino Unido dos dois países Ttlebatthma comerciais e militares no futuro para garantir satisfatória. Esta é a proposta de formar um estado independente que envolvem a consulta com o Conselho da Liga das Nações, com vista a pôr termo ao mandato.
- 2 - Que, independente do estado deve ser um contributo para os árabes e judeus no governo para garantir a manutenção dos interesses fundamentais de ambos os lados.
- 3 - Ser a formação de um Estado independente já em fase de transição, durante o qual o Governo de Sua Majestade a responsabilidade de governar o país. Durante o período de transição dada ao povo da Palestina, uma parte crescente de seu governo. E meu time vai ser disponibilizado tanto aos residentes a oportunidade de participar na gestão do governo e Cesar neste processo, se ambas as equipas aproveitar esta oportunidade ou não.
- 4 - Quando a segurança é garantida ea ordem na Palestina para consolidar medidas suficientes forem tomadas para implementar essa política, uma política de não dar ao povo da Palestina, uma parte crescente no governo de seu país ea meta é acionada (levando em AZ) mecanismo é dada palestinos o controle de todas as esferas de apoio do governo dos conselheiros britânicos. Que sujeitas à supervisão do Alto Representante. Para este efeito, o Governo de Sua Magestade estará pronto para

tomar as providências necessárias para a inauguração dos palestinos imediatamente tomar alguns círculos com conselheiros britânicos. E os chefes dos departamentos de palestinos membros do Conselho Executivo, que presta assessoria ao Alto Representante. Os delegados pediram para árabes e judeus para assumir os cargos de chefes de departamentos, pelo número de pessoas de ambos os times na cara do arredondamento. O número de palestinos que controlam os serviços sempre que as condições o permitam, para se tornar os chefes de todos os departamentos de palestinos envolvidos em funções administrativas e de consultoria já está sendo realizada pela equipe britânica. E quando chegam nessa fase considerada para a conversão da Comissão Executiva do Conselho de Ministros, com a conseqüente alteração do estatuto e funções dos chefes de departamentos palestinos.

- 5 - Sua Majestade o governo que não está a avançar nesta fase de propostas sobre a formação de uma legislatura eleita. Mas, no entanto este é um lugar sofisticado no constitucionalmente expressa, e se a opinião pública na Palestina posteriormente favorecido esse desenvolvimento deve ser o Governo de Sua Majestade está pronta para formar uma ferramenta necessária, desde que as condições locais o permitam.
- 6 - Ao término de cinco anos para consolidar a segurança ea ordem, constituem os representantes adequados da população da Palestina, Majestade o Governo de Sua considerar como as disposições constitucionais durante o período de transição e em discutir o desenvolvimento de uma constituição para um Estado palestino independente e para aconselhar os outros a esse respeito.
- 7 - Governo de Sua Majestade terá de ser convencido de que a perspectiva do Tratado realizada no item (1) ou a Constituição e colocá-lo em perspectiva, item (6), pode ser adequado dentro do texto:
 - (A) Para a proteção de lugares sagrados e para facilitar o acesso e proteger os interesses e as propriedades dos religiosos de várias entidades.
 - (B) Para a proteção das várias comunidades na Palestina, em conformidade com as obrigações do Governo de Sua Majestade em relação aos árabes e alguns judeus e tendo em conta a situação especial do lar nacional judeu na Palestina.
 - (C) Sobre as coisas necessárias para evitar a situação de guerra, que o Governo de Sua Majestade pode considerar necessário, à luz das circunstâncias que prevalecem nesse momento.

Governo de Sua Majestade vai exigir também considerar que os interesses de alguns países estrangeiros na Palestina, que levou o Governo de Sua Majestade, é agora responsável por manter uma adequada manutenção e protegido.

Governo de Sua Majestade fará todos os esforços para criar condições propícias para um Estado palestino independente a surgir a ser até dez anos. E se parece Majestade o Governo de Sua ao vencimento de dez anos que as circunstâncias requerem atrasando a formação de um Estado palestino independente, ao contrário de espera, deve consultar os

representantes do povo da Palestina e do Conselho da Liga das Nações e os seus vizinhos árabes antes de tomar uma decisão sobre o adiamento se aprovado viu Majestade o Governo de Sua que não escapa a esse atraso, que solicita a estas partes a cooperar com eles no desenvolvimento de planos para o futuro, a fim de alcançar o objetivo desejado mais rapidamente possível.

Medidas serão tomadas durante o período de transição para aumentar as competências e responsabilidades para os municípios e os conselhos locais:

2 - migratórias:

A administração da Palestina cobrados nos termos do artigo VI do mandato "facilitar a imigração judaica em condições adequadas, assegurando simultaneamente que os danos aos direitos e status de todas as camadas da população de outros" e revela apenas o que precede não especificou a extensão da imigração judaica permitiu a Palestina em qualquer outro instrumento de posição de atribuição. Mas, contido em um Livro Branco publicado em 1922 (n ° 1700) que a implementação da política de criação de um Lar Nacional Judeu.

"É necessário ser capaz de a comunidade judaica na Palestina desde o aumento do número de aves migratórias. Esses imigrantes não pode ser a quantidade além da capacidade de econômico do país no momento de absorver os recém-chegados. É imperativo assegurar que o processo de imigrantes um fardo para o povo da Palestina, em geral, e não ser privado de qualquer classe da população atual de seu trabalho.

Em termos práticos, foi considerada a capacidade econômica do país para absorver uma vez que a partir da data e até recentemente, apenas o fator que determinou com base na imigração. Palavra no livro, enviou ao Sr. McDonald como chefe simbólico do ministério para o Dr. Weizmann, em fevereiro de 1931, no decurso do plano de extensão, a capacidade política de assimilação econômica do país está a única base para a determinação de migração. Então ele apoiou esta interpretação, as decisões tomadas pelo Comité Permanente atribuições. Mas, Majestade, o Governo de Sua não vê a agenda política em um comunicado divulgado em 1922, nem no livro do primeiro-ministro em 1931 deve ser interpretado que o instrumento de cessão eliminado em todos os momentos e em todas as circunstâncias para facilitar a imigração de judeus para a Palestina na base de considerar a capacidade do país de absorção econômica exclusiva. Também não se encontrar no mandato ou nos planos de dados políticos, que foram emitidas depois de ter apoiado a visão de que o estabelecimento de uma pátria para os judeus na Palestina não pode ser alcançada apenas se autorizado a continuar a migrar para nenhum fim. Se a imigração estava afetando a situação econômica do país era uma má influência, é claro que deve ser limitado. O mesmo se aplica se o impacto da imigração de ofensa grave dano de países em desenvolvimento

fator político, não devem ser ignorados, embora não seja difícil dizer ao longo do argumento de que o grande número de imigrantes judeus que entraram no país até agora tem Astoabthm do país em termos econômicos, os temores de que os árabes que essa migração vai continuar a fluir para a final de sua até que a população judaica em condições de controlá-los. Resultou em grandes resultados perigoso para judeus e árabes, a paz eo bem-estar da Palestina. O que é esse transtorno trágico que ocorreu durante os últimos três anos, mas o passado provou o aparecimento dessas preocupações que surgiram as grandes preocupações dos árabes.

Que os métodos do perseguido por terroristas, os árabes contra seus concidadãos dos árabes e judeus devem ser cumpridas com indignação absoluta, mas ele não pode negar que o receio da continuação da continuação da imigração judaica não tem fim é difundido entre a população árabe e que esse medo é aquele que preparou o caminho para a ocorrência de distúrbios que chocou o país, o progresso econômico de choque e esvaziaram os cofres da Palestina e fez o povo é assegurado por suas vidas e seu dinheiro e criado entre árabes e judeus é a amargura lamentável para ocorrer entre os cidadãos de um país. Se a migração continuou, nestas circunstâncias, o limite máximo permitido pela capacidade do país econômica, independentemente de absorção de outras considerações, o outro levou para a perpetuação de inimizade mortal entre os dois povos poderia ter sido para tornar-se a situação na Palestina, então uma fonte constante de atrito entre todos os povos do Oriente Próximo e Médio. E o Governo de Sua Majestade não pode ter a visão de que as obrigações decorrentes do mandato, ou sábio, a justiça obriga a ignorar essas condições ao desenvolvimento da sua política de imigração.

Considerou-se que a integração da Comissão Real sobre a Declaração de Balfour, de atribuição com base em política envolve a crença na possibilidade de superar a atitude hostil dos árabes que a declaração mais cedo ou mais tarde. Foi um governo britânico desde a emissão da Declaração de Balfour de satisfazer as esperanças da população árabe, com a passagem do tempo para o crescimento sustentado do Lar Nacional Judeu depois de perceber os benefícios que Segnunha de liquidação e de construção na Palestina judaica. Mas essa esperança não foi cumprido. E se o Governo de Sua Majestade, agora tem que escolher entre duas políticas: é a seguinte:

- 1 - Ou trabalhando para expandir a pátria infinita expansão nacional através da imigração contra a vontade da população do país dos árabes expressa por toda a intensidade.

Ou ainda:

- 2 - Isso permitirá uma maior expansão da pátria através da imigração, se os árabes estão dispostos a aceitar que a migração, mas não sem ele.

A primeira política Fmwdaha um governo pela força, independentemente de outras considerações, em violação da Majestade o Governo de Sua sentiu o espírito do artigo XXII, da Carta da Liga das Nações ofensa e também é contrária às obrigações expressas decorrentes dos árabes, sob o Mandato sobre a Palestina. Acrescente-se que as relações entre árabes e judeus na Palestina, ele deve ser construído mais cedo ou mais tarde, com base na tolerância mútua ea boa vontade A paz do lar judaico nacional e desde que o mesmo exige. Então eu decidi o Governo de Sua Majestade

Após uma análise mais aprofundada, auditoria, e após considerar a extensão em que o acesso fácil, quando o crescimento do Lar Nacional Judeu durante os últimos 20 anos tem vindo a tomar o tempo em termos de política, o segundo princípio das duas políticas acima referidas.

Eu exorto a suspensão de toda a imigração para a Palestina ainda mais no caso. Sua Majestade o governo que não poderia aceitar tal proposta, uma vez que prejudicaria o sistema financeiro da Palestina e toda a economia e, portanto, afetar negativamente os interesses dos árabes e judeus .. Sua Majestade o Governo Oito considera que não é justo para o Lar

Nacional Judeu e parar toda a imigração e outras parada repentina. No entanto, Majestade o Governo de Sua bem como todos desse sulco da situação grave sofrida por agora grande número de judeus em busca de refúgio aproximou-se dele de alguns países europeus, pensando que a capacidade da Palestina a uma parcela passado, a fim de resolver este problema global é urgente e que deve fazê-lo .

Em todas estas circunstâncias, acredita que aprova as seguintes propostas sobre a imigração têm sido realizadas em conformidade com as obrigações do mandato que lhes foi confiada sobre os judeus e árabes em conjunto a melhor maneira é favorável aos interesses dos habitantes da Palestina, com suas famílias. Estas propostas são as seguintes:

- 1 - imigração judaica durante os próximos cinco anos, seria aumentar a população judaica na Palestina para quase um terço da população total do país, desde que permitam a absorção capacidade económica para o fazer. Se for tomado em conta o aumento natural deverá ser obtida no número de e judeus populações árabes, de acordo com a contagem do número de judeus imigrantes ilegais agora no país, que permite a introdução de aproximadamente 75.000 imigrantes judeus, durante os próximos cinco anos a partir de abril do corrente ano serão organizadas para a entrada desses imigrantes, tendo em conta a capacidade de absorção económica do país com base na seguinte regra:
 - (A) Admitidos em cada uma das cinco anos após a entrada da parte de imigrantes judeus não exceda o montante de 10.000 pessoas com o conhecimento que cada deficiência está localizada em um ano pode ser adicionado às ações do ano seguinte, durante o período de cinco anos, desde que permita a capacidade de económica de absorção do país.
 - (B) Além disso, e como uma contribuição para resolver o problema dos refugiados judeus permissão para entrar no 25 mil refugiados para o país logo que o Alto Comissariado considera que os meios adequados para sustentá-los tornou-se um confiável e provavelmente desses refugiados são crianças e dependentes.
- 2 - Mantém a atual administração o relatório da capacidade económica do país para absorver e realizar o Alto Representante da responsabilidade de determinar os limites da capacidade de absorção da economia. E a opinião informada por representantes dos judeus e os árabes antes de tomar uma decisão sobre cada período.

Após uma análise mais aprofundada, auditoria, e após considerar a extensão em que o acesso fácil, quando o crescimento do Lar Nacional Judeu durante os últimos 20 anos tem vindo a tomar o tempo em termos de política, o segundo princípio das duas políticas acima referidas.

Eu exorto a suspensão de toda a imigração para a Palestina ainda mais no caso. Sua Majestade o governo que não poderia aceitar tal proposta, uma vez que prejudicaria o sistema financeiro da Palestina e toda a economia e, portanto, afetar negativamente os interesses dos árabes e judeus .. Sua Majestade o Governo Oito considera que não é justo para o Lar

Nacional Judeu e parar toda a imigração e outras parada repentina. No entanto, Majestade o Governo de Sua bem como todos desse sulco da situação grave sofrida por agora grande número de judeus em busca de refúgio aproximou-se dele de alguns países europeus, pensando que a capacidade da Palestina a uma parcela passado, a fim de resolver este problema global é urgente e que deve fazê-lo .

Em todas estas circunstâncias, acredita que aprova as seguintes propostas sobre a imigração têm sido realizadas em conformidade com as obrigações do mandato que lhes foi confiada sobre os judeus e árabes em conjunto a melhor maneira é favorável aos interesses dos habitantes da Palestina, com suas famílias. Estas propostas são as seguintes:

- 1 - imigração judaica durante os próximos cinco anos, seria aumentar a população judaica na Palestina para quase um terço da população total do país, desde que permitam a absorção capacidade econômica para o fazer. Se for tomado em conta o aumento natural deverá ser obtida no número de e judeus populações árabes, de acordo com a contagem do número de judeus imigrantes ilegais agora no país, que permite a introdução de aproximadamente 75.000 imigrantes judeus, durante os próximos cinco anos a partir de abril do corrente ano serão organizadas para a entrada desses imigrantes, tendo em conta a capacidade de absorção econômica do país com base na seguinte regra:
 - (A) Admitidos em cada uma das cinco anos após a entrada da parte de imigrantes judeus não exceda o montante de 10.000 pessoas com o conhecimento que cada deficiência está localizada em um ano pode ser adicionado às ações do ano seguinte, durante o período de cinco anos, desde que permita a capacidade de econômica de absorção do país.
 - (B) Além disso, e como uma contribuição para resolver o problema dos refugiados judeus permissão para entrar no 25 mil refugiados para o país logo que o Alto Comissariado considera que os meios adequados para sustentá-los tornou-se um confiável e provavelmente desses refugiados são crianças e dependentes.
- 2 - Mantém a atual administração o relatório da capacidade econômica do país para absorver e realizar o Alto Representante da responsabilidade de determinar os limites da capacidade de absorção da economia. E a opinião informada por representantes dos judeus e os árabes antes de tomar uma decisão sobre cada período.
- 3 - Ao término de cinco anos referido não permite a migração de outros judeus apenas se os árabes da Palestina estão preparados para aceitá-la.
- 4 - Sua Majestade o governo que está determinado a reprimir a imigração ilegal e outras medidas são tomadas agora para evitar que sem ele. Se o número retornado ilegal de imigrantes judeus de entrar no país, apesar de estas medidas foram aqueles que não poderiam mantê-los longe para baixo o número de quotas anuais.

Sua's Majestade Governo que estavam convencidos de que uma vez a imigração pensar neles agora nos últimos cinco anos referido não se justifica, uma vez que não será obrigada a facilitar o estabelecimento de um Lar Nacional Judeu, permitindo a migração de outros, independentemente da vontade da população árabe.

3 - Terra:

Esse artigo VI do Mandato da Palestina sob a administração "para facilitar a mobilização dos judeus nos territórios, assegurando que os danos aos direitos e status de todas as outras categorias do povo" não aplicou, até agora, nenhuma restrição à transferência das terras dos árabes para os judeus. Tem mostrado que os relatórios das diferentes comissões de especialistas foi dado ao crescimento da população ea continuação natural da venda de terras árabes a judeus nos últimos anos, há agora em algumas áreas, em qualquer área de transferências de terras dos árabes para os judeus em algumas áreas se destinam a manter o nível dos produtores árabes vida atual e evitar a formação de um grande grupo de árabes que não lhes terras. Em vista destas circunstâncias, o Alto Comissário vai dar às autoridades públicas com poderes para prevenir e regular os movimentos de terra. Os trabalhos terão início neste autoridades da data de publicação da presente instrução e mantido pelo Alto Representante para a duração da transição.

E a política do governo tenderia a terra do desenvolvimento e melhoria dos métodos agrícolas, quando possível. À luz desta construção Sibah ao Alto Representante para a convicção de que os direitos ea condição da população árabe tem mantido totalmente preservado a reconsiderar todas as ordens emitidas para prevenir ou limitar a transferência de terras e modificação de tais ordens.

Majestade, o Governo de Sua foram feitas para colocar essas sugestões sua sinceridade possível para cumprir com suas obrigações sob o Mandato de árabes e judeus juntos, a ambiguidade dos termos utilizados em alguns casos, para descrever essas obrigações levou a uma discussão e fazer a tarefa de interpretar essas palavras difíceis.

Sua Majestade o governo que não pode esperar para satisfazer aqueles que Ithizon a este grupo ou que nesta discussão, que surgiu a partir do mandato. O objetivo dele é que

Stand equidade entre os dois povos que vivem na Palestina, que lidava com os acidentes Grande que têm ocorrido nos últimos anos Mekdrathma nesse país e que é imperativo que Itderba o intercâmbio de boa vontade a tolerância ea cooperação Madama indo viver lado a lado na Palestina. E Sua Majestade Governo como ele olha para o futuro, não ter em mente que alguns dos incidentes que ocorreram no passado, fará com que o estabelecimento dessas relações é uma tarefa difícil que ele foi incentivado na esperança de que os árabes e judeus viviam juntos nos últimos anos, exclusivamente em muitos lugares na Palestina. Essa variedade cada uma dessas comunidades para contribuir com uma parcela maior do bem-estar de seu país e deve ser compartilhado para cada um deles, que tendem a paz de boa-fé a fim de permitir-lhes contribuir para o trabalho no sustentada do bem-estar do povo do país em geral. Ele aumenta o risco da responsabilidade colocada sobre os ombros ea responsabilidade dos Magestade o Governo de Sua em termos de trabalho conjunto em prol da consolidação da paz para o país é reverenciado em todo o mundo milhões de muçulmanos, judeus e cristãos, que orou a Deus Todo-Poderoso que ameaçam a paz no seu território e de fundamentação para a felicidade do seu povo.

Anexo XVII

projeto de Balfour

"Arquivos e documentos da Palestina em 637 e 1949, o Ministério da Orientação, c. 1, p. 211"

Projeto Balfour ^(*)

Agosto 1917

Majestade, o Governo de Sua aceitar o princípio de que, o restabelecimento da Palestina como uma pátria para o povo judeu e fará com que o Governo do melhor esforço de Sua Majestade para alcançar esse fim e que estariam dispostas a considerar qualquer proposta sobre este assunto e que você pode querer a Organização Sionista na mostra.

*** citado do livro para Eonardstein "A Declaração Balfour"**

Anexo XVIII

نص الخطاب الذي وجهه الملك عبد العزيز آل سعود ملك المملكة العربية السعودية إلى الرئيس روزفلت
" ملف وشاتن فلسطين من عام 637 إلى عام 1949، وزارة الأرشيف القومي، ج 1، ص 745 - 748 "

نص الخطاب الذي وجهه
جلالة الملك عبد العزيز آل سعود
ملك المملكة العربية السعودية
إلى الرئيس روزفلت بتاريخ 10 مارس سنة 1945

من عبد العزيز بن عبد الرحمن الفيصل آل سعود - ملك المملكة العربية السعودية الى حضرة صاحب الفخامة
المستر روزفلت - رئيس الولايات المتحدة الأمريكية الأفخم: يا صاحب الفخامة:

انها لفرصة سعيدة أنتهزها لأشارككم السرور في انتصار المبادئ التي أعلنت الحرب من أجل نصرتها. ولأذكر
الشخصيات العظيمة التي بيدها بعد الله - تصريح مقاليد نظام العالم. بحق صريح قائم منذ عرف التاريخ. ويراد الآن
القضاء على هذا الحق بظلم لم يسجل له التاريخ مثيلاً ولا نظيراً.

ذلك هو حق العرب في فلسطين الذي يريد دعاة اليهودية الصهيونية غمطه وازالته بثتى وسائلهم التي اخترعوها
وبيتوها وعللوا لها في أنحاء العالم من الدعايات الكاذبة وعللوا في فلسطين من المظالم وأعدوا للعدوان على العرب ما
أعدوا مما علم بعضه الناس. وبقي الكثير منه تحت طى الخفاء. وهم يعدون العدة لخلق شكل نازى فاشستي بين سمع
الديمقراطية وبصرها في وسط بلاد العرب بل في قلب بلاد العرب وفي قلب الشرق الذي أخلص العمل لقضية الحلفاء في
هذه الظروف الحرجة.

ان حق الحياة لكل شعب في موطنه الذي يعيش فيه حق طبيعي ضمنته الحقوق الطبيعية وأقرتها مبادئ الانسانية
وأعلنها الحلفاء في ميثاق الاطلنطي وفي مناسبات متعددة. والحق الطبيعي للعرب في فلسطين لا يحتاج لبيانات فقد ذكرت
غير مرة لفخامة الرئيس روزفلت وللحكومة البريطانية في عدة مناسبات أن العرب هم سكان فلسطين منذ أقدم عصور
التاريخ وكانوا سادتها والأكثرية الساحقة فيها في كل العصور واننا نشير اشارة موجزة الى هذا التاريخ القديم والحديث

لفلسطين حتى اليوم ليتبين ان دعوى الصهيونية في فلسطين لا تقوم على أساس تاريخي صحيح.

يبتدى تاريخ فلسطين المعروف من سنة 3500 قبل الميلاد وأول من توطن فيها الكنعانيون وهى قبيلة عربية نزحت من جزيرة العرب وكانت مساكنهم الأولى في منخفضات الأرض ولذلك سموا كنعانيين وفي سنة 2000 قبل الميلاد هاجر من العراق (أور الكلدانيين) بقيادة النبي ابراهيم فريق من اليهود وأقاموا في فلسطين ثم هاجروا الى مصر بسبب المجاعات حيث استعبدهم الفراعنة. وقد ظل اليهود مشردين

فيها الى أن أنقذهم النبي موسى من غربتهم وعاد بهم الى أرض كنعان، عن طريق الجنوب الشرقي في زمن رمسيس الثانى الموافق سنة 1950 سنة 1225 قبل الميلاد.

وإذا سلمنا بنص التوراة نجد أن قائد اليهود الذي فتح فلسطين كان يشوع ابن نون وهو الذي عبر بجيشه واحتل مدينة أريحا من الكنعانيين بقسوة شديدة ووحشية يدل عليها قوله لجيشه " احرقوا كل ما في المدينة واقتلوا كل رجل وامرأة وكل طفل وشيخ حتى البقر والغنم بحد السيف واحرقوا المدينة بالنار مع كل ما فيها" يشوع 16 - 21 - 24 وقد انقسم اليهود بعد ذلك الى مملكتين، مملكة اسرائيل وقصبتها السامرة (نابلس) وقد دامت 250 سنة ثم سقطت في يد شلمنصر ملك آشور سنة 722 قبل الميلاد وسبى شعبها الى مملكته.

ثم مملكة يهودا وقصبتها أورشليم (القدس) وقد دامت 130 سنة بعد انقراض مملكة بنى اسرائيل. ثم أبيدت بيد نبوخذ ناصر ملك بابل الذى أحرق المدينة والهيكل بالنار وسبى الشعب الى بابل سنة 580 قبل الميلاد.

ودام السبى البابلى مدة 70 سنة ثم رجع اليهود الى فلسطين بأمر كورش ملك الفرس.

ثم تلا ذلك الفتح اليونانى بقيادة اسكندر المقدونى سنة 332 قبل الميلاد ودام حكمه في فلسطين مدة 272 سنة. وجاء بعده الفتح الرومانى سنة 63 قبل الميلاد بقيادة بومبى ودام حكم الرومان في فلسطين مدة 700 سنة. وفي سنة 637 ميلادية احتل العرب فلسطين ودام حكمهم فيها مدة 880 سنة متواصلة وكانت وصية الخليفة للفتح " لا تخونوا ولا تغدروا ولا تغلوا ولا تمثلوا ولا تقتلوا طفلا ولا شيخا كبيرا ولا تعفوا نخلا وتحرقوه ولا تقطعوا شجرة مثمرة ولا تذبحوا شاة ولا بقرة ولا بعيرا وسوف تمرن بأناس قد فرغوا أنفسهم في الصوامع فدعوهم وما فرغوا أنفسهم له" وقد ذكر هذا ابن الأثير المؤرخ المشهور.

ثم انتقل الحكم في فلسطين الى الأتراك سنة 1517 ميلادية في زمن السلطان سليم الأول وظلت فلسطين في حوزتهم مدة 400 سنة، وكان العرب سكانها وكانوا شركاء مع الأتراك في حكمها وادارتها. وفي سنة 1918 احتلها البريطانيون ولا يزالون فيها الى الآن.

ذلك تاريخ فلسطين العربية يدل على أن العرب أول سكان سكنوها منذ ثلاثة آلاف سنة قبل الميلاد واستمر سكانهم فيما بعد الميلاد الى اليوم، حكموها وحدهم ومع الأتراك ألفا وتلثمائة سنة تقريبا. أما اليهود فلم تتجاوز مدة حكمهم المتقطع فيها 380 سنة وكلها اقامات متفرقة مشوشة. ومن سنة 332 قبل الميلاد لم يكن لليهود في فلسطين أى وجود أو حكم الى أن دخلت القوات البريطانية فلسطين سنة 1918 ومعنى ذلك ان اليهود منذ ألفين ومائتى سنة لم يكن لهم في فلسطين عدد ولا نفوذ ولما دخل البريطانيون في فلسطين لم يكن عدد اليهود يزيد على ثمانين ألفا كانوا يعيشون في رغد وهناء ورخاء مع سكان البلاد الأصليين من العرب ولذلك فاليهود لم يكونوا الا دخلاء على فلسطين في حقبة متفرقة من الزمن ثم أخرجوا منها منذ أكثر من ألفي سنة.

أما الحقوق الثابتة للعرب في فلسطين فتستند:

- 1 - على حق الاستيطان الذى استمرت مدته منذ سنة 3500 قبل الميلاد ولم يخرجوا عنها في يوم من الأيام .
- 2 - وعلى الحق الطبيعى في الحياة .

3 - ولوجود بلادهم المقدسة فيها .

4 - ليس العرب دخلاء على فلسطين ولا يراد جلب أحد منهم من أطراف المعمورة لاسكانهم فيها .

أما اليهود فان دعواهم التاريخية هي مغالطة. ثم ان حكمهم القصير في فترات متقطعة كما ذكرنا لا يعطيهم أى حق في ادعائهم أنهم أصحاب البلاد لأن احتلال بلد ما ثم الخروج منه لا يخول أى شعب ادعاءه ملكية تلك البلد والمطالبة بذلك. وتاريخ العالم مملوء بمثل هذه الأمثال.

ان حل قضية اليهود المضطهدين في العالم تختلف عن قضية الصهيونية الحائرة فإن ايجاد أماكن لليهود المشتتين يمكن أن يتعاون عليها جميع العالم وفلسطين قد تحملت قسطا فوق طاقتها. وأما نقل هؤلاء المشتتين ووضعهم في بلاد أهلة بسكانها والقضاء على أهلها الأصليين فأمر لا مثيل له في التاريخ البشرى.

وانا نوضح بصراحة ووضوح ان مساعدة الصهيونية في فلسطين لا يعنى خطرا يهدد فلسطين وحدها فحسب بل انه خطر يهدد سائر البلاد العربية وقد أقام الصهيونيون الحجة الناصعة على ما ينوونه في فلسطين وفي سائر البلاد المجاورة فقاموا بتشكيلات عسكرية سرية خطيرة ومن خطأ القول أن يقال أن هذا عمل شرذمة متطرفة منهم وان ذلك قابل باستنكار من جمعياتهم وهيئاتهم. وأنا نقول ان أعمال الصهيونيين في فلسطين وفي خارجها صادرة عن برنامج متفق عليه ومرضى عنه من سائر اليهودية الصهيونية وقد بدأ هؤلاء أعمالهم المنكرة في الاساءة للحكومة التي أحسنت اليهم وأوتهم - وهي الحكومة البريطانية - فأعلنت جمعياتهم الحرب على بريطانيا وأسست لذلك تشكيلات عسكرية خطيرة تملك في فلسطين في الوقت الحاضر كل ما تحتاجه من الأسلحة والمعدات الحربية. ثم قام أفراد بشتى الاعتداءات وكان من أفضعها الاعتداء على الرجل الفذ الذي كان ممتلئا بالحب والخير لصالح المجتمع وكان من أشد من يعطف على اليهودية المضطهدة وهو اللورد موين. ومما يدل على أن فعلتهم المنكرة كانت مؤيدة من مجموع اليهود هي المظاهر والمساعي التي قام بها رجال الصهيونية في كل مكان في طلب تخفيف العقوبة عن المجرمين ليجرؤوا على أمثالها.

فهذه أفعالهم مع الحكومة التي أحسنت اليهم كل الاحسان فكيف يكون الحال لو مكنوا من أغراضهم وأصبحت فلسطين بلدا خالصة لهم يفعلون فيها وفي جوارها ما يريدون؟

لو ترك الأمر بين العرب وبين هؤلاء المعتدين ربما هان الأمر، ولكنهم محميون من قبل الحكومة البريطانية صديقة العرب. فاليهودية الصهيونية لم تراع حرمة هذه الحماية بل قامت بتدبير حبال الشر وبدأتها ببريطانيا وأذرت العرب بعد بريطانيا بمثلها وأشد منها. فاذا كانت الحكومات المتحالفة التي تشعر العرب بصدقتها تريد

أن تشعل نار الحرب والدماء بين العرب واليهودية فان تأييد الصهيونية سيوصل الى هذه النتائج .

وان أخشى ما تخشاه البلاد العربية من الصهيونية هو:

- 1 - انهم سيقومون بسلسلة من المذابح بينهم وبين العرب .
- 2 - ستكون اليهودية الصهيونية من أكبر العوامل في افساد ما بين العرب والحلفاء وأقرب دليه على ذلك قضية اليهوديين في مقتل اللورد موين في مصر فقد قدر اليهود أن يختفى فاعلو الجريمة فيقع الخلاف بين الحكومة البريطانية ومصر .
- 3 - ان مطامع اليهود ليست في فلسطين وحدها فان ما أعده من العدة يدل على انهم ينوون العدوان على ما جاورها من البلدان العربية .
- 4 - لو تصورنا استقلال اليهود في مكان ما في فلسطين فما الذى يمنعهم عن الاتفاق مع أى جهة قد تكون معادية للحلفاء ومعادية للعرب وهم قد بدءوا بعدوانهم على بريطانيا بينما هم تحت حمايتها ورحمتها .

لا شك ان هذه أمور ينبغى أخذها بعين الاعتبار في اقرار السلم في العالم عندما ينظر في قضية فلسطين . فضلا على

ان حشد اليهود في فلسطين لا يستند الى حجة تاريخية ولا الى حق طبيعي وانه ظلم مطلق. فهو في الوقت يشكل خطرا على السلم وعلى العرب وعلى الشرق الأوسط.

وصفوة القول ان تكوين دولة يهودية بفلسطين سيكون ضربة قاضية لكيان العرب ومهددا للسلم باستمرار لأنه لا بد وأن يسود الاضطراب بين اليهود والعرب. فاذا نفذ صبر العرب يوما من الأيام وينسوا من مستقبلهم فانهم يضطرون للدفاع عن أنفسهم وعن أجيالهم المقبلة ازاء هذا العدوان. وهذا بلا شك لم يخطر على بال الحلفاء العاملين على سيادة السلم واحترام الحقوق ولا نشك بأنهم لا يرضون هذه الحالة المقلقة لسلم الشرق الأوسط.

ما كنت أريد في هذا المعترك العظيم أن أشغل فخامتكم ورجال حكومتكم العاملين في هذه الحرب العظمى في هذا الموضوع. وكنت أفضل - وأنا واثق من انصاف العرب من قبل دول الحلفاء - أن يستمر سكوت العرب الى نهاية الحرب لولا ما نراه من قيام هذه الفئة الصهيونية اليهودية بكل عمل مثير مزعج غير مقدرين الظروف الحربية ومشاعل الحلفاء حق قدرها عاملين للتأثير على الحلفاء بكل أنواع الضغط ليحملوهم على اتخاذ خطة ضد العرب تختلف عما أعلنه الحلفاء من مبادئ الحق والعدل. لذلك أردت بيان حق العرب في فلسطين على حقيقته لدحض الحجج الواهية التي تدعيها هذه الشذمة من اليهودية الصهيونية دفعا لعدوانهم وبيانا للحقائق حتى يكون الحلفاء على علم كامل بحق العرب في بلادهم وبلاد آبائهم وأجدادهم فلا يسمح لليهود أن ينتهزوا فرصة سكوت العرب ورغبتهم في عدم التشويش على الحلفاء في الظروف الحاضرة فيأخذوا من الحلفاء ما لا حق لهم فيه.

وكل ما نرجوه هو أن يكون الحلفاء على علم بحق العرب ليمنع ذلك تقدم اليهود في أي أمر جديد يعتبر خطرا على العرب وعلى مستقبلهم في سائر أوطانهم ويكون العرب مطمئنين من العدل والانصاف في أوطانهم.

A resposta enviada pelo presidente Roosevelt ao Rei Abdul Aziz Al Saud, da Arábia Saudita

"Arquivos e documentos da Palestina em 637 e 1949, o Ministério para orientar o c. nacional 1, p. 749"

A resposta enviada pelo presidente Roosevelt Para Rei Abdul Aziz Al Saud Rei do Reino da Arábia Saudita

Um bom amigo, um grande ..

Tenho recebido a mensagem de que Sua Majestade Bostamoha Li em 10 de março de 1945, no qual você se refere à questão da Palestina e do interesse árabe em continuar o progresso de desenvolvimentos que afectam esses países.

Sou grato a Vossa Majestade usaram esta oportunidade para alianças a minha atenção para seus pontos de vista sobre esta questão tem sido dada mais atenção precisa aos dados Odrjtamoha em sua carta e também o preenchimento de conversações Khater, que não se esqueça que nós não tínhamos há muito tempo, em que durante maduras me a oportunidade de realizar qualquer bairro impacto das opiniões dos Vossa Majestade neste caso.

Vossa Majestade deve se lembrar que em ocasiões anteriores, informei o governo dos EUA a postura da direção da Palestina e deixou claro nosso desejo de não tomar uma decisão com relação à situação de base neste país sem ampla consulta com os árabes e judeus. Não há dúvida de que Sua Majestade vai lembrar também que durante a nossa conversa recente

confirmou a você que eu não vou tomar nenhuma medida na minha qualidade de Presidente do Poder Executivo desse governo demonstra que hostil ao povo árabe.

E o que tenho o prazer de renovar a Vossa Majestade as garantias que recebeu anteriormente Majestade, a respeito da posição do meu governo e minha posição como chefe do poder executivo no que diz respeito à questão da Palestina, e para informá-lo que a política do Governo nesta matéria é variável.

E eu quero neste momento para enviar-lhe os melhores votos de um tempo a saúde de Vossa Majestade e seu rafe pessoas.

Anexo XIX

نص الكتاب الذي وجهه الملك عبد العزيز آل سعود ملك المملكة العربية السعودية إلى الرئيس روزفلت
"ملف وثائق فلسطين من عام 637 إلى عام 1949، وزارة الإرشاد القومي، ج 1، ص 745 - 748"

نص الكتاب الذي وجهه
جلالة الملك عبد العزيز آل سعود
ملك المملكة العربية السعودية
إلى الرئيس روزفلت بتاريخ 10 مارس سنة 1945

من عبد العزيز بن عبد الرحمن الفيصل آل سعود - ملك المملكة العربية السعودية الى حضرة صاحب الفخامة المستر روزفلت - رئيس الولايات المتحدة الأمريكية الأفخم: يا صاحب الفخامة:

انها لفرصة سعيدة أنتهزها لأشارككم السرور في انتصار المبادئ التي أعلنت الحرب من أجل نصرتها. ولأذكر الشخصيات العظيمة التي بيدها بعد الله - تصريح مقاليد نظام العالم. بحق صريح قائم منذ عرف التاريخ. ويراد الآن القضاء على هذا الحق بظلم لم يسجل له التاريخ مثيلاً ولا نظيراً.

ذلك هو حق العرب في فلسطين الذي يريد دعاة اليهودية الصهيونية غمطه وازالته بشتى وسائلهم التي اخترعوها وبيتوها وعملوا لها في أنحاء العالم من الدعايات الكاذبة وعملوا في فلسطين من المظالم وأعدوا للعدوان على العرب ما أعدوا مما علم بعضه الناس. وبقي الكثير منه تحت طى الخفاء. وهم يعدون العدة لخلق شكل نازي فاشستي بين سمع الديمقراطية وبصرها في وسط بلاد العرب بل في قلب بلاد العرب وفي قلب الشرق الذي أخلص العمل لقضية الحلفاء في هذه الظروف الحرجة.

ان حق الحياة لكل شعب في موطنه الذي يعيش فيه حق طبيعي ضمنته الحقوق الطبيعية وأقرتها مبادئ الانسانية وأعلنها الحلفاء في ميثاق الاطلنطي وفي مناسبات متعددة. والحق الطبيعي للعرب في فلسطين لا يحتاج لبيانات فقد ذكرت غير مرة لفخامة الرئيس روزفلت وللحكومة البريطانية في عدة مناسبات أن العرب هم سكان فلسطين منذ أقدم عصور

التاريخ وكانوا سادتها والأكثرية الساحقة فيها في كل العصور واننا نشير اشارة موجزة الى هذا التاريخ القديم والحديث لفلسطين حتى اليوم ليتبين ان دعوى الصهيونية في فلسطين لا تقوم على أساس تاريخي صحيح.

يبتدىء تاريخ فلسطين المعروف من سنة 3500 قبل الميلاد وأول من توطن فيها الكنعانيون وهي قبيلة عربية نزحت من جزيرة العرب وكانت مساكنهم الأولى في منخفضات الأرض ولذلك سموا كنعانيين وفي سنة 2000 قبل الميلاد هاجر من العراق (أور الكلدانيين) بقيادة النبي ابراهيم فريق من اليهود وأقاموا في فلسطين ثم هاجروا الى مصر بسبب المجاعات

حيث استعبدهم الفراعنة. وقد ظل اليهود مشردين

فيها الى أن أنقذهم النبي موسى من غربتهم وعاد بهم الى أرض كنعان، عن طريق الجنوب الشرقي في زمن رمسيس الثاني الموافق سنة 1950 أو ابنه منفتح سنة 1225 قبل الميلاد.

وإذا سلمنا بنص التوراة نجد أن قائد اليهود الذي فتح فلسطين كان يشوع ابن نون وهو الذي عبر بجيشه واحتل مدينة أريحا من الكنعانيين بقسوة شديدة ووحشية يدل عليها قوله لجيشه " احرقوا كل ما في المدينة واقتلوا كل رجل وامرأة وكل طفل وشيخ حتى البقر والغنم بحد السيف واحرقوا المدينة بالنار مع كل ما فيها" يشوع 16 - 21 - 24 وقد انقسم اليهود بعد ذلك الى مملكتين، مملكة اسرائيل وقصبتها السامرة (نابلس) وقد دامت 250 سنة ثم سقطت في يد شلمنصر ملك آشور سنة 722 قبل الميلاد وسبى شعبها الى مملكته.

ثم مملكة يهوذا وقصبتها أورشليم (القدس) وقد دامت 130 سنة بعد انقراض مملكة بنى اسرائيل. ثم أبيدت بيد نبوخذ ناصر ملك بابل الذي أحرق المدينة والهيكل بالنار وسبى الشعب الى بابل سنة 580 قبل الميلاد.

ودام السبى البابلي مدة 70 سنة ثم رجع اليهود الى فلسطين بأمر كورش ملك الفرس.

ثم تلا ذلك الفتح اليوناني بقيادة اسكندر المقدوني سنة 332 قبل الميلاد ودام حكمه في فلسطين مدة 272 سنة. وجاء بعده الفتح الروماني سنة 63 قبل الميلاد بقيادة بومبي ودام حكم الرومان في فلسطين مدة 700 سنة. وفي سنة 637 ميلادية احتل العرب فلسطين ودام حكمهم فيها مدة 880 سنة متواصلة وكانت وصية الخليفة للفاتح " لا تخونوا ولا تغدروا ولا تغلوا ولا تمثلوا ولا تقتلوا طفلا ولا شيخا كبيرا ولا تعقوا نخلا وتحرقوه ولا تقطعوا شجرة مثمرة ولا تدبحوا شاة ولا بقرة ولا بعيرا وسوف تمررون بأناس قد فرغوا أنفسهم في الصوامع فدعوهم وما فرغوا أنفسهم له" وقد ذكر هذا ابن الأثير المؤرخ المشهور.

ثم انتقل الحكم في فلسطين الى الأتراك سنة 1517 ميلادية في زمن السلطان سليم الأول وظلت فلسطين في حوزتهم مدة 400 سنة، وكان العرب سكانها وكانوا شركاء مع الأتراك في حكمها وادارتها. وفي سنة 1918 احتلتها البريطانيون ولا يزالون فيها الى الآن.

ذلك تاريخ فلسطين العربية يدل على أن العرب أول سكان سكنوها منذ ثلاثة آلاف سنة قبل الميلاد واستمر سكانها فيما بعد الميلاد الى اليوم، حكموها وحدهم ومع الأتراك ألفا وثلثمائة سنة تقريبا. أما اليهود فلم تتجاوز مدة حكمهم المتقطع فيها 380 سنة وكلها اقامات متفرقة مشوشة. ومن سنة 332 قبل الميلاد لم يكن لليهود في فلسطين أى وجود أو حكم الى أن دخلت القوات البريطانية فلسطين سنة 1918 ومعنى ذلك ان اليهود منذ ألفين ومائتى سنة لم يكن لهم في فلسطين عدد ولا نفوذ ولما دخل البريطانيون في فلسطين لم يكن عدد اليهود يزيد على ثمانين ألفا كانوا يعيشون في رغد وهناء ورخاء مع سكان البلاد الأصليين من العرب ولذلك فاليهود لم يكونوا الا دخلاء على فلسطين في حقبة متفرقة من الزمن ثم أخرجوا منها منذ أكثر من ألفي سنة.

أما الحقوق الثابتة للعرب في فلسطين فتستند:

- 1 - على حق الاستيطان الذى استمرت مدته منذ سنة 3500 قبل الميلاد ولم يخرجوا عنها في يوم من الأيام .
- 2 - وعلى الحق الطبيعي في الحياة .
- 3 - ولوجود بلادهم المقدسة فيها .

4 - ليس العرب دخلاء على فلسطين ولا يراد جلب أحد منهم من أطراف المعمورة لاسكانهم فيها .

أما اليهود فان دعواهم التاريخية هي مغالطة. ثم ان حكمهم القصير في فترات متقطعة كما ذكرنا لا يعطيهم أى حق في ادعائهم أنهم أصحاب البلاد لأن احتلال بلد ما ثم الخروج منه لا يخول أى شعب ادعاءه ملكية تلك البلد والمطالبة بذلك. وتاريخ العالم مملوء بمثل هذه الأمثال.

ان حل قضية اليهود المضطهدين في العالم تختلف عن قضية الصهيونية الحائرة فإن ايجاد أماكن لليهود المشتتين يمكن أن يتعاون عليها جميع العالم وفلسطين قد تحملت قسطا فوق طاقتها. وأما نقل هؤلاء المشتتين ووضعهم في بلاد أهلة بسكانها والقضاء على أهلها الأصليين فأمر لا مثيل له في التاريخ البشرى.

وانا نوضح بصراحة ووضوح ان مساعدة الصهيونية في فلسطين لا يعنى خطرا يهدد فلسطين وحدها فحسب بل انه خطر يهدد سائر البلاد العربية وقد أقام الصهيونيون الحجة الناصعة على ما ينوونه في فلسطين وفي سائر البلاد المجاورة فقاموا بتشكيلات عسكرية سرية خطيرة ومن خطأ القول أن يقال أن هذا عمل شذمة متطرفة منهم وان ذلك قول باسنتكار من جمعياتهم وهيئاتهم. وأنا نقول ان أعمال الصهيونيين في فلسطين وفي خارجها صادرة عن برنامج متفق عليه ومرضى عنه من سائر اليهودية الصهيونية وقد بدأ هؤلاء أعمالهم المنكرة في الاساءة للحكومة التي أحسنت اليهم وأوتهم - وهي الحكومة البريطانية - فأعلنت جمعياتهم الحرب على بريطانيا وأسست لذلك تشكيلات عسكرية خطيرة تملك في فلسطين في الوقت الحاضر كل ما تحتاجه من الأسلحة والمعدات الحربية. ثم قام أفراد بشتى الاعتداءات وكان من أفضعها الاعتداء على الرجل الفذ الذي كان ممتلئا بالحب والخير لصالح المجتمع وكان من أشد من يعطف على اليهودية المضطهدة وهو اللورد موين. ومما يدل على أن فعلتهم المنكرة كانت مؤيدة من مجموع اليهود هي المظاهر والمساعي التي قام بها رجال الصهيونية في كل مكان في طلب تخفيف العقوبة عن المجرمين ليجرءوا على أمثالها.

فهذه أفعالهم مع الحكومة التي أحسنت اليهم كل الاحسان فكيف يكون الحال لو مكثوا من أغراضهم وأصبحت فلسطين بلدا خالصة لهم يفعلون فيها وفي جوارها ما يريدون؟

لو ترك الأمر بين العرب وبين هؤلاء المعتدين ربما هان الأمر، ولكنهم محميون من قبل الحكومة البريطانية صديقة العرب. فاليهودية الصهيونية لم تراع حرمة هذه الحماية بل قامت بتدبير حبال الشر وبدأتها ببريطانيا وأذرت العرب بعد بريطانيا بمثلها وأشد منها. فاذا كانت الحكومات المتحالفة التي تشعر العرب بصداقتها تريد أن تشعل نار الحرب والدماء بين العرب واليهودية فان تأييد الصهيونية سيوصل الى هذه النتائج .

وان أخشى ما تخشاه البلاد العربية من الصهيونية هو:

- 1 - انهم سيقومون بسلسلة من المذابح بينهم وبين العرب .
- 2 - ستكون اليهودية الصهيونية من أكبر العوامل في افساد ما بين العرب والحلفاء وأقرب دليه على ذلك قضية اليهوديين في مقتل اللورد موين في مصر فقد قدر اليهود أن يختفى فاعلو الجريمة فيقع الخلاف بين الحكومة البريطانية ومصر .
- 3 - ان مطامع اليهود ليست في فلسطين وحدها فان ما أعدوه من العدة يدل على انهم ينوون العدوان على ما جاورها من البلدان العربية .
- 4 - لو تصورنا استقلال اليهود في مكان ما في فلسطين فما الذى يمنعمهم عن الاتفاق مع أى جهة قد تكون معادية للحلفاء ومعادية للعرب وهم قد بدءوا بعدوانهم على بريطانيا بينما هم تحت حمايتها ورحمتها .

لا شك ان هذه أمور ينبغى أخذها بعين الاعتبار في اقرار السلم في العالم عندما ينظر في قضية فلسطين . فضلا على ان حشد اليهود في فلسطين لا يستند الى حجة تاريخية ولا الى حق طبيعي وانه ظلم مطلق. فهو في نفس الوقت يشكل خطرا على السلم وعلى العرب وعلى الشرق الأوسط.

وصفوة القول ان تكوين دولة يهودية بفلسطين سيكون ضربة قاضية لكيان العرب ومهددا للسلم باستمرار لأنه لا بد وأن يسود الاضطراب بين اليهود والعرب. فاذا نفذ صبر العرب يوما من الأيام وينسوا من مستقبلهم فانهم يضطرون للدفاع عن أنفسهم وعن أجيالهم المقبلة ازاء هذا العدوان. وهذا بلا شك لم يخطر على بال الحلفاء العاملين على سيادة السلم واحترام الحقوق ولا نشك بأنهم لا يرضون هذه الحالة المقلقة لسلم الشرق الأوسط.

ما كنت أريد في هذا المعترك العظيم أن أشغل فخامتكم ورجال حكومتكم العاملين في هذه الحرب العظمى في هذا الموضوع. وكنت أفضل - وأنا واثق من انصاف العرب من قبل دول الحلفاء - أن يستمر سكوت العرب الى نهاية الحرب لولا ما نراه من قيام هذه الفئة الصهيونية اليهودية بكل عمل مثير مزعج غير مقدرين الظروف الحربية ومشاعل الحلفاء حق قدرها عاملين للتأثير على الحلفاء بكل أنواع الضغط ليحملوهم على اتخاذ خطة ضد العرب تختلف عما أعلنه الحلفاء من مبادئ الحق والعدل. لذلك أردت بيان حق العرب في فلسطين على حقيقته لدحض الحجج الواهية التي تدعيها هذه الشردمة من اليهودية الصهيونية دفعا لعدوانهم وبيانا للحقائق حتى يكون الحلفاء على علم كامل بحق العرب في بلادهم وبلاد آبائهم وأجدادهم فلا يسمح لليهود أن ينتهزوا فرصة سكوت العرب ورغبتهم في عدم التشويش على الحلفاء في الظروف الحاضرة فيأخذوا من الحلفاء ما لا حق لهم فيه.

وكل ما نرجوه هو أن يكون الحلفاء على علم بحق العرب ليمنع ذلك تقدم اليهود في أي أمر جديد يعتبر خطرا على العرب وعلى مستقبلهم في سائر أوطانهم ويكون العرب مطمئنين من العدل والانصاف في أوطانهم. أن تشعل نار الحرب والدماء بين العرب واليهودية فان تأييد الصهيونية سيوصل الى هذه النتائج .

وان أخشى ما تخشاه البلاد العربية من الصهيونية هو:

- 1 - انهم سيقومون بسلسلة من المذابح بينهم وبين العرب .
- 2 - ستكون اليهودية الصهيونية من أكبر العوامل في افساد ما بين العرب والحلفاء وأقرب دليه على ذلك قضية اليهوديين في مقتل اللورد موبين في مصر فقد قدر اليهود أن يختفى فاعلو الجريمة فيقع الخلاف بين الحكومة البريطانية ومصر .
- 3 - ان مطامع اليهود ليست في فلسطين وحدها فان ما أعدوه من العدة يدل على انهم ينوون العدوان على ما جاورها من البلدان العربية .
- 4 - لو تصورنا استقلال اليهود في مكان ما في فلسطين فما الذي يمنعم عن الاتفاق مع أي جهة قد تكون معادية للحلفاء ومعادية للعرب وهم قد بدعوا بعدوانهم على بريطانيا بينما هم تحت حمايتها ورحمتها .

لا شك ان هذه أمور ينبغي أخذها بعين الاعتبار في اقرار السلم في العالم عندما ينظر في قضية فلسطين . فضلا على ان حشد اليهود في فلسطين لا يستند الى حجة تاريخية ولا الى حق طبيعي وانه ظلم مطلق. فهو في نفس الوقت يشكل خطرا على السلم وعلى العرب وعلى الشرق الأوسط.

وصفوة القول ان تكوين دولة يهودية بفلسطين سيكون ضربة قاضية لكيان العرب ومهددا للسلم باستمرار لأنه لا بد وأن يسود الاضطراب بين اليهود والعرب. فاذا نفذ صبر العرب يوما من الأيام وينسوا من مستقبلهم فانهم يضطرون للدفاع عن أنفسهم وعن أجيالهم المقبلة ازاء هذا العدوان. وهذا بلا شك لم يخطر على بال الحلفاء العاملين على سيادة السلم واحترام الحقوق ولا نشك بأنهم لا يرضون هذه الحالة المقلقة لسلم الشرق الأوسط.

ما كنت أريد في هذا المعترك العظيم أن أشغل فخامتكم ورجال حكومتكم العاملين في هذه الحرب العظمى في هذا الموضوع. وكنت أفضل - وأنا واثق من انصاف العرب من قبل دول الحلفاء - أن يستمر سكوت العرب الى نهاية الحرب لولا ما نراه من قيام هذه الفئة الصهيونية اليهودية بكل عمل مثير مزعج غير مقدرين الظروف الحربية ومشاعل الحلفاء حق قدرها عاملين للتأثير على الحلفاء بكل أنواع الضغط ليحملوهم على اتخاذ خطة ضد العرب تختلف عما أعلنه الحلفاء من مبادئ الحق والعدل. لذلك أردت بيان حق العرب في فلسطين على حقيقته لدحض الحجج الواهية التي تدعيها هذه الشردمة من اليهودية الصهيونية دفعا لعدوانهم وبيانا للحقائق حتى يكون الحلفاء على علم كامل بحق العرب في بلادهم وبلاد آبائهم وأجدادهم فلا يسمح لليهود أن ينتهزوا فرصة سكوت العرب ورغبتهم في عدم التشويش على الحلفاء في الظروف الحاضرة فيأخذوا من الحلفاء ما لا حق لهم فيه.

وكل ما نرجوه هو أن يكون الحلفاء على علم بحق العرب ليمنع ذلك تقدم اليهود في أي أمر جديد يعتبر خطرا على العرب وعلى مستقبلهم في سائر أوطانهم ويكون العرب مطمئنين من العدل والانصاف في أوطانهم.

Anexo XX

Re presidente Truman para o Al-Saud, Rei Abdul Aziz em 28 de outubro de 1946
"Arquivos e documentos da Palestina em 637 e 1949, o Ministério da Orientação, c. 1, p. 859-862"

Old Truman senhor presidente
Para a Al-Rei Abdul Aziz Saud
28 de outubro de 1946

Sua Majestade:

Agora que recebi a sua carta sobre a Palestina, Que bom que Vossa Majestade e Holtamoh através do instituto da Arábia Saudita em 15 de outubro de 1946 e tendo em conta as opiniões expressas por você em que a atenção suficiente.

Estou destinada a expressar o seu estilo em particular, você expressou em sua carta. Asraankm ser consistente e as relações amistosas plenamente que há muito tempo entre os nossos dois países e amizade pessoal entre Vossa Majestade e meu antecessor for escolhido, a amizade que eu espero manter e reforçar.

Ele está em vigor o amistoso relacionamento especial entre o nosso país ea posição de Sua Majestade o amistoso, que é incentivar-me a convidar a vossa atenção para algumas das considerações que apelou para que o governo siga o caminho que foi seguido no que respeita à questão da Palestina e os judeus deslocados na Europa.

Tenho certeza de que Sua Majestade vai aceitar facilmente que a trágica situação dos judeus, que são as outras vítimas da perseguição nazista na Europa é uma questão de importância e impacto, não podem as pessoas com boas intenções e os instintos da humanidade para Etjahloha. Se esta questão é a questão de caráter universal. E parece-me que as nossas palavras cair em cima de uma responsabilidade partilhada a trabalhar para encontrar uma solução que irá ajudar as vítimas que são forçados a deixar a Europa para encontrar novos lares onde possam viver em paz e segurança.

Entre as pessoas deslocadas que sobreviveram à morte em campos de detenção na Europa há um número de judeus em particular, a sua trágica, de onde eles representam os restos de uma deplorável que milhões de líderes nazistas deliberadamente escolheu para eliminá-los.

Que muitas dessas pessoas olham para a Palestina como um abrigo, onde eles esperam encontrar refúgio entre os filhos das pessoas envolvidas na sua religião e passar uma vida tranqüila útil e contribuir para a desordem fornece um Lar Nacional Judeu.

O Governo dos Estados Unidos e seus habitantes Aaddt o conceito de um Lar Nacional Judeu na

Palestina desde o fim da Primeira Guerra Mundial, que resultou na libertação do Próximo Oriente e na Palestina eo estabelecimento de um certo número de Estados Independentes, que são membros da Unidos de hoje.

Os Estados Unidos, que contribuiu para o sangue e os recursos da vitória nessa guerra não pode desistir de alguma responsabilidade pela forma na qual as áreas tratadas pelos liberais, ou para o destino dos povos que tinham sido libertadas naquela época. Tomou a posição que ainda Tltz mh ou seja, a criação desses povos à autonomia e à necessidade de estabelecer um lar nacional para o povo judeu na Palestina. Apraz-me que foi apontado que mais pessoas estão agora liberados pelos cidadãos do país independente.

E o Lar Nacional Judaico - em tudo - ainda não está completa, totalmente provisionados. É natural, portanto, que realmente incentiva o Governo está agora a entrar um número significativo de judeus expulsos da Europa à Palestina, para não encontrar refúgio ali, mas também para poder contribuir com seus talentos e esforços para a construção de um Lar Nacional Judeu.

Foi, portanto, plenamente coerente com as tradições políticas deste governo que eu sou - desde então - havia sido tomada corresponder ao primeiro-ministro britânico para agilizar a solução de qualquer problema com o problema urgente dos judeus remanescentes nos campos de refugiados e que a transferência de um número significativo deles para a Palestina.

Foi a minha crença de que ainda persistem, o que é compartilhada por um grande número da população deste país que não há nada a contribuir efetivamente para aliviar a sorte dos judeus que ainda restavam mais do que permitir que nada menos de 100.000 deles para a Palestina.

Embora não tenha ainda tomado qualquer decisão com relação a esta proposta, mas o governo ainda tem esperança de que é possível caminhar no âmbito do plano elaborado para o Primeiro-Ministro, ao mesmo tempo, devemos tomar cuidado, é claro, a fazer esforços para abrir as portas de outros países - incluindo os Estados Unidos - em face dos os pobres, que agora estão no limiar do inverno do segundo ano, sem nenhum abrigo para eles.

Eu sou de ambos os lados havia anunciado que estou pronto para solicitar ao Congresso dos Estados Unidos - o que deve ser criado para ajudá-lo nos termos da Constituição - para colocar a legislação especial em que aceita este país para os números adicionais destas pessoas, bem como a quota de imigrantes estabelecidos no âmbito das nossas leis.

Além disso, este governo está trabalhando duro - com outros governos na investigação das possibilidades de compensação em outros países fora da Europa para as pessoas deslocadas, que foram obrigados a emigrar a partir desse continente. A este respeito, que estava puxando a nossa vontade de observar os comentários de vários líderes árabes e sua vontade de contribuir para este projeto humanitário e que a sua aceitação de um certo número dessas pessoas em seu país.

Acredito sinceramente que o dia vai provar o acesso a uma solução satisfatória para a questão dos refugiados em plena conformidade com o plano que eu mencionei acima.

Mas quanto ao possível uso da violência nos projetos de agressão contra judeus dos países árabes vizinhos como Tsourtamoh Sua Majestade, posso assegurar-vos que este governo está se opôs a qualquer tipo de agressão ou o uso do terrorismo para fins políticos. Posso também acrescentar que estou convencido de que os líderes dos funcionários judeus não acho que a política de agressão contra os países árabes adjacentes à Palestina.

Não posso concordar com Vossa Majestade e que a minha declaração emitida em 04 de outubro, ao contrário da posição assumida no comunicado divulgado em meu nome, 16 de agosto. A última declaração expressou a esperança de alcançar uma solução justa para a questão da Palestina e tomar medidas imediatas para aliviar a situação dos judeus expulsos da Europa, como resultado das conversações entre a proposta do governo britânico e os representantes de judeus e árabes.

Infelizmente, essas esperanças não se concretizaram. As conversações que decorreram entre o governo britânico e os representantes dos árabes - como eu o entendo - foi adiada para Dezembro, sem encontrar qualquer solução para a questão da Palestina, ou tomar quaisquer medidas para aliviar a situação dos judeus expulsos da Europa.

Neste caso, mostra que é necessário mencionar que, tanto quanto eu a importância da questão da abertura e opinião com relação à direção em que se possa chegar a uma solução baseada na razão e desejo boa e medidas directas para ser tomada. Isto é dito em minha declaração emitida em 04 de outubro.

Confundi a compreensão do que parece sentir que Vossa Majestade este conflitos declaração com promessas anteriores ou declarações emitidas por este governo. E talvez oportuno recordar aqui é que, no passado, este governo - quando você resumiria a posição da Palestina tinham sido dadas garantias de que não tomará nenhuma ação que seria hostil ao povo árabe e é também o parecer não vai tomar qualquer decisão com respeito à situação do primário na Palestina sem consultar o anterior com ambos os árabes e judeus.

E eu não levá-la Ilhahi para permitir a aceitação de um número significativo de judeus deslocados para a Palestina e os meus comentários em relação à resolução do problema da Palestina expressou em qualquer hostil acção sentido para o povo árabe, mas meus sentimentos em relação aos árabes - quando ele confiou nos comentários - foi e ainda é um personagem muito amigável. Eu sou meu próprio pesar para qualquer tipo de conflito entre árabes e judeus, como eu estou convencido de que se você considerar duas questões Tjabhama um espírito de compreensão e moderação, poderia ser resolvido no interesse de todos os envolvidos de forma permanente.

E eu, assim como não sentir que os meus comentários foram em vão desistir desse governo

Certifica-se que de acordo com a opinião não deve ser uma resolução sobre a situação na Palestina, sem consulta aos árabes e judeus. No decurso deste ano, houve uma série de consultas com os árabes e judeus. Como alguém que se preocupa com os interesses do seu país também se preocupa com o benefício de seu grande interesse que se manifesta nas coisas diversas, que mencionei anteriormente, aproveito esta oportunidade para expressar a minha esperança, seriamente, que Vossa Majestade, que ocupa o centro de uma alta, como que no

mundo árabe vai usar a influência do grande gosto de ajudar a encontrar uma e duradoura solução justa no futuro próximo.

Estou muito interessado em fazer tudo ao meu alcance para ajudar nesta questão, pois é, eu posso assegurar a Vossa Majestade que o Governo dos Estados Unidos e seu povo permanecerão protetores dos interesses dos árabes e seu bem-estar, e que atribuem grande valor à amizade histórica.

E aproveito esta oportunidade para informar Vossa Majestade pessoais calorosas saudações e votos de contínua da saúde e felicidade de Vossa Majestade e seu povo.

Muito sinceramente - Harry S. Truman. Truman

Anexo XXI

A

UNITED
NATIONS



**General
Assembly**

A/RES/181(II)
29 November 1947

Resolution 181 (II). Future government of Palestine

A

The General Assembly,

Having met in special session at the request of the mandatory Power to constitute and instruct a special committee to prepare for the consideration of the question of the future government of Palestine at the second regular session;

Having constituted a Special Committee and instructed it to investigate all questions and issues relevant to the problem of Palestine, and to prepare proposals for the solution of the problem, and

Having received and examined the report of the Special Committee (document A/364) 1/ including a number of unanimous recommendations and a plan of partition with economic union approved by the majority of the Special Committee,

Considers that the present situation in Palestine is one which is likely to impair the general welfare and friendly relations among nations;

Takes note of the declaration by the mandatory Power that it plans to complete its evacuation of Palestine by 1 August 1948;

Recommends to the United Kingdom, as the mandatory Power for Palestine, and to all other Members of the United Nations the adoption and implementation, with regard to the future government of Palestine, of the Plan of Partition with Economic Union set out below;

Requests that

(a) The Security Council take the necessary measures as provided for in the plan for its implementation;

(b) The Security Council consider, if circumstances during the transitional period require such consideration, whether the situation in Palestine constitutes a threat to the peace. If it decides that such a threat exists, and in order to maintain international peace and security, the Security Council should supplement the authorization of the General Assembly by taking measures, under Articles 39 and 41 of the Charter, to empower the United Nations Commission, as provided in this resolution, to exercise in Palestine the functions which are assigned to it by this resolution;

(c) The Security Council determine as a threat to the peace, breach of the peace or act of aggression, in accordance with Article 39 of the Charter, any attempt to alter by force the settlement envisaged by this resolution;

(d) The Trusteeship Council be informed of the responsibilities envisaged for it in this plan;

Calls upon the inhabitants of Palestine to take such steps as may be necessary on their part to put this plan into effect;

Appeals to all Governments and all peoples to refrain from taking action which might hamper or delay the carrying out of these recommendations, and

Authorizes the Secretary-General to reimburse travel and subsistence expenses of the members of the Commission referred to in Part I, Section B, paragraph 1 below, on such basis and in such form as he may determine most appropriate in the circumstances, and to provide the Commission with the necessary staff to assist in carrying out the functions assigned to the Commission by the General Assembly.

B 2/

The General Assembly

Authorizes the Secretary-General to draw from the Working Capital Fund a sum not to exceed \$2,000,000 for the purposes set forth in the last paragraph of the resolution on the future government of Palestine.

*Hundred and twenty-eighth plenary meeting
29 November 1947*

*[At its hundred and twenty-eighth plenary meeting on 29 November 1947 the General Assembly, in accordance with the terms of the above resolution [181 A], elected the following members of the United Nations Commission on Palestine: **Bolivia, Czechoslovakia, Denmark, Panama and Philippines.**]*

PLAN OF PARTITION WITH ECONOMIC UNION

PART I

Future constitution and government of Palestine

A. TERMINATION OF MANDATE, PARTITION AND INDEPENDENCE

1. The Mandate for Palestine shall terminate as soon as possible but in any case not later than 1 August 1948.
2. The armed forces of the mandatory Power shall be progressively withdrawn from Palestine, the withdrawal to be completed as soon as possible but in any case not later than 1 August 1948.

The mandatory Power shall advise the Commission, as far in advance as possible, of its intention to terminate the Mandate and to evacuate each area.

The mandatory Power shall use its best endeavours to ensure that an area situated in the territory of the Jewish State, including a seaport and hinterland adequate to provide facilities for a substantial immigration, shall be evacuated at the earliest possible date and in any event not later than 1 February 1948.

3. Independent Arab and Jewish States and the Special International Regime for the City of Jerusalem, set forth in part III of this plan, shall come into existence in Palestine two months after the evacuation of the armed forces of the mandatory Power has been completed but in any case not later than 1 October 1948. The boundaries of the Arab State, the Jewish State, and the City of Jerusalem shall be as described in parts II and III below.
4. The period between the adoption by the General Assembly of its recommendation on the question of Palestine and the establishment of the independence of the Arab and Jewish States shall be a transitional period.

B. STEPS PREPARATORY TO INDEPENDENCE

1. A Commission shall be set up consisting of one representative of each of five Member States. The Members represented on the Commission shall be elected by the General Assembly on as broad a basis, geographically and otherwise, as possible.
2. The administration of Palestine shall, as the mandatory Power withdraws its armed forces, be progressively turned over to the Commission; which shall act in conformity with the recommendations of the General Assembly, under the guidance of the Security Council. The mandatory Power shall to the fullest possible extent co-ordinate its plans for withdrawal with the plans of the Commission to take over and administer areas which have been evacuated.

In the discharge of this administrative responsibility the Commission shall have authority to issue necessary regulations and take other measures as required.

The mandatory Power shall not take any action to prevent, obstruct or delay the implementation by the Commission of the measures recommended by the General Assembly.

3. On its arrival in Palestine the Commission shall proceed to carry out measures for the establishment of the frontiers of the Arab and Jewish States and the City of Jerusalem in accordance with the general lines of the recommendations of the General Assembly on the partition of Palestine. Nevertheless, the boundaries as described in part II of this plan are to be modified in such a way that village areas as a rule will not be divided by state boundaries unless pressing reasons make that necessary.

4. The Commission, after consultation with the democratic parties and other public organizations of The Arab and Jewish States, shall select and establish in each State as rapidly as possible a Provisional Council of Government. The activities of both the Arab and Jewish Provisional Councils of Government shall be carried out under the general direction of the Commission.

If by 1 April 1948 a Provisional Council of Government cannot be selected for either of the States, or, if selected, cannot carry out its functions, the Commission shall communicate that fact to the Security Council for such action with respect to that State as the Security Council may deem proper, and to the Secretary-General for communication to the Members of the United Nations.

5. Subject to the provisions of these recommendations, during the transitional period the Provisional Councils of Government, acting under the Commission, shall have full authority in the areas under their control, including authority over matters of immigration and land regulation.

6. The Provisional Council of Government of each State acting under the Commission, shall progressively receive from the Commission full responsibility for the administration of that State in the period between the termination of the Mandate and the establishment of the State's independence.

7. The Commission shall instruct the Provisional Councils of Government of both the Arab and Jewish States, after their formation, to proceed to the establishment of administrative organs of government, central and local.

8. The Provisional Council of Government of each State shall, within the shortest time possible, recruit an armed militia from the residents of that State, sufficient in number to maintain internal order and to prevent frontier clashes.

This armed militia in each State shall, for operational purposes, be under the command of Jewish or Arab officers resident in that State, but general political and military control, including the choice of the militia's High Command, shall be exercised by the Commission.

9. The Provisional Council of Government of each State shall, not later than two months after the withdrawal of the armed forces of the mandatory Power, hold elections to the Constituent

Assembly which shall be conducted on democratic lines.

The election regulations in each State shall be drawn up by the Provisional Council of Government and approved by the Commission. Qualified voters for each State for this election shall be persons over eighteen years of age who are: (a) Palestinian citizens residing in that State and (b) Arabs and Jews residing in the State, although not Palestinian citizens, who, before voting, have signed a notice of intention to become citizens of such State.

Arabs and Jews residing in the City of Jerusalem who have signed a notice of intention to become citizens, the Arabs of the Arab State and the Jews of the Jewish State, shall be entitled to vote in the Arab and Jewish States respectively.

Women may vote and be elected to the Constituent Assemblies.

During the transitional period no Jew shall be permitted to establish residence in the area of the proposed Arab State, and no Arab shall be permitted to establish residence in the area of the proposed Jewish State, except by special leave of the Commission.

10. The Constituent Assembly of each State shall draft a democratic constitution for its State and choose a provisional government to succeed the Provisional Council of Government appointed by the Commission. The constitutions of the States shall embody chapters 1 and 2 of the Declaration provided for in section C below and include inter alia provisions for:

(a) Establishing in each State a legislative body elected by universal suffrage and by secret ballot on the basis of proportional representation, and an executive body responsible to the legislature;

(b) Settling all international disputes in which the State may be involved by peaceful means in such a manner that international peace and security, and justice, are not endangered;

(c) Accepting the obligation of the State to refrain in its international relations from the threat or use of force against the territorial integrity of political independence of any State, or in any other manner inconsistent with the purposes of the United Nations;

(d) Guaranteeing to all persons equal and non-discriminatory rights in civil, political, economic and religious matters and the enjoyment of human rights and fundamental freedoms, including freedom of religion, language, speech and publication, education, assembly and association;

(e) Preserving freedom of transit and visit for all residents and citizens of the other State in Palestine and the City of Jerusalem, subject to considerations of national security, provided that each State shall control residence within its borders.

11. The Commission shall appoint a preparatory economic commission of three members to make whatever arrangements are possible for economic co-operation, with a view to establishing, as soon as practicable, the Economic Union and the Joint Economic Board, as provided in section D below.

12. During the period between the adoption of the recommendations on the question of Palestine by the General Assembly and the termination of the Mandate, the mandatory Power

in Palestine shall maintain full responsibility for administration in areas from which it has not withdrawn its armed forces. The Commission shall assist the mandatory Power in the carrying out of these functions. Similarly the mandatory Power shall co-operate with the Commission in the execution of its functions.

13. With a view to ensuring that there shall be continuity in the functioning of administrative services and that, on the withdrawal of the armed forces of the mandatory Power, the whole administration shall be in the charge of the Provisional Councils and the Joint Economic Board, respectively, acting under the Commission, there shall be a progressive transfer, from the mandatory Power to the Commission, of responsibility for all the functions of government, including that of maintaining law and order in the areas from which the forces of the mandatory Power have been withdrawn.

14. The Commission shall be guided in its activities by the recommendations of the General Assembly and by such instructions as the Security Council may consider necessary to issue.

The measures taken by the Commission, within the recommendations of the General Assembly, shall become immediately effective unless the Commission has previously received contrary instructions from the Security Council.

The Commission shall render [periodic monthly progress reports](#), or more frequently if desirable, to the Security Council.

15. The Commission shall make its final report to the next regular session of the General Assembly and to the Security Council simultaneously.

C. DECLARATION

A declaration shall be made to the United Nations by the provisional government of each proposed State before independence. It shall contain inter alia the following clauses:

General Provision

The stipulations contained in the declaration are recognized as fundamental laws of the State and no law, regulation or official action shall conflict or interfere with these stipulations, nor shall any law, regulation or official action prevail over them.

Chapter 1

Holy Places, religious buildings and sites

1. Existing rights in respect of Holy Places and religious buildings or sites shall not be denied or impaired.

2. In so far as Holy Places are concerned, the liberty of access, visit and transit shall be guaranteed, in conformity with existing rights, to all residents and citizens of the other State and of the City of Jerusalem, as well as to aliens, without distinction as to nationality, subject to requirements of national security, public order and decorum.

Similarly, freedom of worship shall be guaranteed in conformity with existing rights, subject to the maintenance of public order and decorum.

3. Holy Places and religious buildings or sites shall be preserved. No act shall be permitted which may in any way impair their sacred character. If at any time it appears to the Government that any particular Holy Place, religious building or site is in need of urgent repair, the Government may call upon the community or communities concerned to carry out such repair. The Government may carry it out itself at the expense of the community or communities concerned if no action is taken within a reasonable time.

4. No taxation shall be levied in respect of any Holy Place, religious building or site which was exempt from taxation on the date of the creation of the State.

No change in the incidence of such taxation shall be made which would either discriminate between the owners or occupiers of Holy Places, religious buildings or sites, or would place such owners or occupiers in a position less favourable in relation to the general incidence of taxation than existed at the time of the adoption of the Assembly's recommendations.

5. The Governor of the City of Jerusalem shall have the right to determine whether the provisions of the Constitution of the State in relation to Holy Places, religious buildings and sites within the borders of the State and the religious rights appertaining thereto, are being properly applied and respected, and to make decisions on the basis of existing rights in cases of disputes which may arise between the different religious communities or the rites of a religious community with respect to such places, buildings and sites. He shall receive full co-operation and such privileges and immunities as are necessary for the exercise of his functions in the State.

Chapter 2

Religious and Minority Rights

1. Freedom of conscience and the free exercise of all forms of worship, subject only to the maintenance of public order and morals, shall be ensured to all.

2. No discrimination of any kind shall be made between the inhabitants on the ground of race, religion, language or sex.

3. All persons within the jurisdiction of the State shall be entitled to equal protection of the laws.

4. The family law and personal status of the various minorities and their religious interests, including endowments, shall be respected.

5. Except as may be required for the maintenance of public order and good government, no measure shall be taken to obstruct or interfere with the enterprise of religious or charitable bodies of all faiths or to discriminate against any representative or member of these bodies on the ground of his religion or nationality.

6. The State shall ensure adequate primary and secondary education for the Arab and Jewish

minority, respectively, in its own language and its cultural traditions.

The right of each community to maintain its own schools for the education of its own members in its own language, while conforming to such educational requirements of a general nature as the State may impose, shall not be denied or impaired. Foreign educational establishments shall continue their activity on the basis of their existing rights.

7. No restriction shall be imposed on the free use by any citizen of the State of any language in private intercourse, in commerce, in religion, in the Press or in publications of any kind, or at public meetings.

8. No expropriation of land owned by an Arab in the Jewish State (by a Jew in the Arab State) shall be allowed except for public purposes. In all cases of expropriation full compensation as fixed by the Supreme Court shall be paid previous to dispossession.

Chapter 3

Citizenship, international conventions and financial obligations

1. Citizenship. Palestinian citizens residing in Palestine outside the City of Jerusalem, as well as Arabs and Jews who, not holding Palestinian citizenship, reside in Palestine outside the City of Jerusalem shall, upon the recognition of independence, become citizens of the State in which they are resident and enjoy full civil and political rights. Persons over the age of eighteen years may opt, within one year from the date of recognition of independence of the State in which they reside, for citizenship of the other State, providing that no Arab residing in the area of the proposed Arab State shall have the right to opt for citizenship in the proposed Jewish State and no Jew residing in the proposed Jewish State shall have the right to opt for citizenship in the proposed Arab State. The exercise of this right of option will be taken to include the wives and children under eighteen years of age of persons so opting.

Arabs residing in the area of the proposed Jewish State and Jews residing in the area of the proposed Arab State who have signed a notice of intention to opt for citizenship of the other State shall be eligible to vote in the elections to the Constituent Assembly of that State, but not in the elections to the Constituent Assembly of the State in which they reside.

2. International conventions. (a) The State shall be bound by all the international agreements and conventions, both general and special, to which Palestine has become a party. Subject to any right of denunciation provided for therein, such agreements and conventions shall be respected by the State throughout the period for which they were concluded.

(b) Any dispute about the applicability and continued validity of international conventions or treaties signed or adhered to by the mandatory Power on behalf of Palestine shall be referred to the International Court of Justice in accordance with the provisions of the Statute of the Court.

3. Financial obligations. (a) The State shall respect and fulfil all financial obligations of whatever nature assumed on behalf of Palestine by the mandatory Power during the exercise of the Mandate and recognized by the State. This provision includes the right of public servants to pensions, compensation or gratuities.

(b) These obligations shall be fulfilled through participation in the Joint economic Board in respect of those obligations applicable to Palestine as a whole, and individually in respect of those applicable to, and fairly apportionable between, the States.

(c) A Court of Claims, affiliated with the Joint Economic Board, and composed of one member appointed by the United Nations, one representative of the United Kingdom and one representative of the State concerned, should be established. Any dispute between the United Kingdom and the State respecting claims not recognized by the latter should be referred to that Court.

(d) Commercial concessions granted in respect of any part of Palestine prior to the adoption of the resolution by the General Assembly shall continue to be valid according to their terms, unless modified by agreement between the concession-holder and the State.

Chapter 4

Miscellaneous provisions

1. The provisions of chapters 1 and 2 of the declaration shall be under the guarantee of the United Nations, and no modifications shall be made in them without the assent of the General Assembly of the United Nations. Any Member of the United Nations shall have the right to bring to the attention of the General Assembly any infraction or danger of infraction of any of these stipulations, and the General Assembly may thereupon make such recommendations as it may deem proper in the circumstances.

2. Any dispute relating to the application or the interpretation of this declaration shall be referred, at the request of either party, to the International Court of Justice, unless the parties agree to another mode of settlement.

D. ECONOMIC UNION AND TRANSIT

1. The Provisional Council of Government of each State shall enter into an undertaking with respect to economic union and transit. This undertaking shall be drafted by the commission provided for in section B, paragraph 1, utilizing to the greatest possible extent the advice and co-operation of representative organizations and bodies from each of the proposed States. It shall contain provisions to establish the Economic Union of Palestine and provide for other matters of common interest. If by 1 April 1948 the Provisional Councils of Government have not entered into the undertaking, the undertaking shall be put into force by the Commission.

The Economic Union of Palestine

2. The objectives of the Economic Union of Palestine shall be:

(a) A customs union;

(b) A joint currency system providing for a single foreign exchange rate;

(c) Operation in the common interest on a non-discriminatory basis of railways; inter-State highways; postal, telephone and telegraphic services, and port and airports involved in international trade and commerce;

(d) Joint economic development, especially in respect of irrigation, land reclamation and soil conservation;

(e) Access for both States and for the City of Jerusalem on a non-discriminatory basis to water and power facilities.

3. There shall be established a Joint Economic Board, which shall consist of three representatives of each of the two States and three foreign members appointed by the Economic and Social Council of the United Nations. The foreign members shall be appointed in the first instance for a term of three years; they shall serve as individuals and not as representatives of States.

4. The functions of the Joint Economic Board shall be to implement either directly or by delegation the measures necessary to realize the objectives of the Economic Union. It shall have all powers of organization and administration necessary to fulfil its functions.

5. The States shall bind themselves to put into effect the decisions of the Joint Economic Board. The Board's decisions shall be taken by a majority vote.

6. In the event of failure of a State to take the necessary action the Board may, by a vote of six members, decide to withhold an appropriate portion of that part of the customs revenue to which the State in question is entitled under the Economic Union. Should the State persist in its failure to co-operate, the Board may decide by a simple majority vote upon such further sanctions, including disposition of funds which it has withheld, as it may deem appropriate.

7. In relation to economic development, the functions of the Board shall be the planning, investigation and encouragement of joint development projects, but it shall not undertake such projects except with the assent of both States and the City of Jerusalem, in the event that Jerusalem is directly involved in the development project.

8. In regard to the joint currency system the currencies circulating in the two States and the City of Jerusalem shall be issued under the authority of the Joint Economic Board, which shall be the sole issuing authority and which shall determine the reserves to be held against such currencies.

9. So far as is consistent with paragraph 2 (b) above, each State may operate its own central bank, control its own fiscal and credit policy, its foreign exchange receipts and expenditures, the grant of import licenses, and may conduct international financial operations on its own faith and credit. During the first two years after the termination of the Mandate, the Joint Economic Board shall have the authority to take such measures as may be necessary to ensure that--to the extent that the total foreign exchange revenues of the two States from the export of goods and services permit, and provided that each State takes appropriate measures to conserve its own foreign exchange resources--each State shall have available, in any twelve months' period, foreign exchange sufficient to assure the supply of quantities of imported goods and services for consumption in its territory equivalent to the quantities of such goods and services consumed in that territory in the twelve months' period ending 31 December 1947.

10. All economic authority not specifically vested in the Joint Economic Board is reserved to each State.

11. There shall be a common customs tariff with complete freedom of trade between the States, and between the States and the City of Jerusalem.

12. The tariff schedules shall be drawn up by a Tariff Commission, consisting of representatives of each of the States in equal numbers, and shall be submitted to the Joint Economic Board for approval by a majority vote. In case of disagreement in the Tariff Commission, the Joint Economic Board shall arbitrate the points of difference. In the event that the Tariff Commission fails to draw up any schedule by a date to be fixed, the Joint Economic Board shall determine the tariff schedule.

13. The following items shall be a first charge on the customs and other common revenue of the Joint Economic Board:

(a) The expenses of the customs service and of the operation of the joint services;

(b) The administrative expenses of the Joint Economic Board;

(c) The financial obligations of the Administration of Palestine consisting of:

(i) The service of the outstanding public debt;

(ii) The cost of superannuation benefits, now being paid or falling due in the future, in accordance with the rules and to the extent established by paragraph 3 of chapter 3 above.

14. After these obligations have been met in full, the surplus revenue from the customs and other common services shall be divided in the following manner: not less than 5 per cent and not more than 10 per cent to the City of Jerusalem; the residue shall be allocated to each State by the Joint Economic Board equitably, with the objective of maintaining a sufficient and suitable level of government and social services in each State, except that the share of either State shall not exceed the amount of that State's contribution to the revenues of the Economic Union by more than approximately four million pounds in any year. The amount granted may be adjusted by the Board according to the price level in relation to the prices prevailing at the time of the establishment of the Union. After five years, the principles of the distribution of the joint revenues may be revised by the Joint Economic Board on a basis of equity.

15. All international conventions and treaties affecting customs tariff rates, and those communications services under the jurisdiction of the Joint Economic Board, shall be entered into by both States. In these matters, the two States shall be bound to act in accordance with the majority vote of the Joint Economic Board.

16. The Joint Economic Board shall endeavour to secure for Palestine's export fair and equal access to world markets.

17. All enterprises operated by the Joint Economic Board shall pay fair wages on a uniform basis.

Freedom of transit and visit

18. The undertaking shall contain provisions preserving freedom of transit and visit for all residents or citizens of both States and of the City of Jerusalem, subject to security considerations; provided that each state and the City shall control residence within its borders.

Termination, modification and interpretation of the undertaking

19. The undertaking and any treaty issuing therefrom shall remain in force for a period of ten years. It shall continue in force until notice of termination, to take effect two years thereafter, is given by either of the parties.

20. During the initial ten-year period, the undertaking and any treaty issuing therefrom may not be modified except by consent of both parties and with the approval of the General Assembly.

21. Any dispute relating to the application or the interpretation of the undertaking and any treaty issuing therefrom shall be referred, at the request of either party, to the international Court of Justice, unless the parties agree to another mode of settlement.

E. ASSETS

1. The movable assets of the Administration of Palestine shall be allocated to the Arab and Jewish States and the City of Jerusalem on an equitable basis. Allocations should be made by the United Nations Commission referred to in section B, paragraph 1, above. Immovable assets shall become the property of the government of the territory in which they are situated.

2. During the period between the appointment of the United Nations Commission and the termination of the Mandate, the mandatory Power shall, except in respect of ordinary operations, consult with the Commission on any measure which it may contemplate involving the liquidation, disposal or encumbering of the assets of the Palestine Government, such as the accumulated treasury surplus, the proceeds of Government bond issues, State lands or any other asset.

F. ADMISSION TO MEMBERSHIP IN THE UNITED NATIONS

When the independence of either the Arab or the Jewish State as envisaged in this plan has become effective and the declaration and undertaking, as envisaged in this plan, have been signed by either of them, sympathetic consideration should be given to its application for admission to membership in the United Nations in accordance with Article 4 of the Charter of the United Nations.

PART II

Boundaries 5

A. THE ARAB STATE

The area of the Arab State in Western Galilee is bounded on the west by the Mediterranean and on the north by the frontier of the Lebanon from Ras en Naqura to a point north of Saliha. From there the boundary proceeds southwards, leaving the built-up area of Saliha in the Arab State, to join the southernmost point of this village. Thence it follows the western boundary line of the villages of `Alma, Rihaniya and Teitaba, thence following the northern boundary line of Meirun village to join the Acre-Safad sub-district boundary line. It follows this line to a point west of Es Sammu'i village and joins it again at the northernmost point of Farradiya. Thence it follows the sub-district boundary line to the Acre-Safad main road. From here it follows the western boundary of Kafr I'nan village until it reaches the Tiberias-Acre sub-district boundary line, passing to the west of the junction of the Acre-Safad and Lubiya-Kafr I'nan roads. From south-west corner of Kafr I'nan village the boundary line follows the western boundary of the Tiberias sub-district to a point close to the boundary line between the villages of Maghar and Eilabun, thence bulging out to the west to include as much of the eastern part of the plain of Battuf as is necessary for the reservoir proposed by the Jewish Agency for the irrigation of lands to the south and east.

The boundary rejoins the Tiberias sub-district boundary at a point on the Nazareth-Tiberias road south-east of the built-up area of Tur'an; thence it runs southwards, at first following the sub-district boundary and then passing between the Kadoorie Agricultural School and Mount Tabor, to a point due south at the base of Mount Tabor. From here it runs due west, parallel to the horizontal grid line 230, to the north-east corner of the village lands of Tel Adashim. It then runs to the north-west corner of these lands, whence it turns south and west so as to include in the Arab State the sources of the Nazareth water supply in Yafa village. On reaching Ginneiger it follows the eastern, northern and western boundaries of the lands of this village to their south-west corner, whence it proceeds in a straight line to a point on the Haifa-Afula railway on the boundary between the villages of Sarid and El Mujeidil. This is the point of intersection.

The south-western boundary of the area of the Arab State in Galilee takes a line from this point, passing northwards along the eastern boundaries of Sarid and Gevat to the north-eastern corner of Nahalal, proceeding thence across the land of Kefar ha Horesh to a central point on the southern boundary of the village of `Ilut, thence westwards along that village boundary to the eastern boundary of Beit Lahm, thence northwards and north-eastwards along its western boundary to the north-eastern corner of Waldheim and thence north-westwards across the village lands of Shafa 'Amr to the south-eastern corner of Ramat Yohanan'. From here it runs due north-north-east to a point on the Shafa 'Amr-Haifa road, west of its junction with the road to I'Billin. From there it proceeds north-east to a point on the southern boundary of I'Billin situated to the west of the I'Billin-Birwa road. Thence along that boundary to its westernmost point, whence it turns to the north, follows across the village land of Tamra to the north-westernmost corner and along the western boundary of Julis until it reaches the Acre-Safad road. It then runs westwards along the southern side of the Safad-Acre road to the Galilee-Haifa District boundary, from which point it follows that boundary to the sea.

The boundary of the hill country of Samaria and Judea starts on the Jordan River at the Wadi Malih south-east of Beisan and runs due west to meet the Beisan-Jericho road and then follows the western side of that road in a north-westerly direction to the junction of the

boundaries of the sub-districts of Beisan, Nablus, and Jenin. From that point it follows the Nablus-Jenin sub-district boundary westwards for a distance of about three kilometres and then turns north-westwards, passing to the east of the built-up areas of the villages of Jalbun and Faqu'a, to the boundary of the sub-districts of Jenin and Beisan at a point north-east of Nuris. Thence it proceeds first north-westwards to a point due north of the built-up area of Zir'in and then westwards to the Afula-Jenin railway, thence north-westwards along the district boundary line to the point of intersection on the Hejaz railway. From here the boundary runs south-westwards, including the built-up area and some of the land of the village of Kh.Lid in the Arab State to cross the Haifa-Jenin road at a point on the district boundary between Haifa and Samaria west of El Mansi. It follows this boundary to the southernmost point of the village of El Buteimat. From here it follows the northern and eastern boundaries of the village of Ar'ara, rejoining the Haifa-Samaria district boundary at Wadi'Ara, and thence proceeding south-south-westwards in an approximately straight line joining up with the western boundary of Qaqun to a point east of the railway line on the eastern boundary of Qaqun village. From here it runs along the railway line some distance to the east of it to a point just east of the Tulkarm railway station. Thence the boundary follows a line half-way between the railway and the Tulkarm-Qalqiliya-Jaljuliya and Ras el Ein road to a point just east of Ras el Ein station, whence it proceeds along the railway some distance to the east of it to the point on the railway line south of the junction of the Haifa-Lydd and Beit Nabala lines, whence it proceeds along the southern border of Lydda airport to its south-west corner, thence in a south-westerly direction to a point just west of the built-up area of Sarafand el'Amar, whence it turns south, passing just to the west of the built-up area of Abu el Fadil to the north-east corner of the lands of Beer Ya'Aqov. (The boundary line should be so demarcated as to allow direct access from the Arab State to the airport.) Thence the boundary line follows the western and southern boundaries of Ramle village, to the north-east corner of El Na'ana village, thence in a straight line to the southernmost point of El Barriya, along the eastern boundary of that village and the southern boundary of 'Innaba village. Thence it turns north to follow the southern side of the Jaffa-Jerusalem road until El Qubab, whence it follows the road to the boundary of Abu Shusha. It runs along the eastern boundaries of Abu Shusha, Seidun, Hulda to the southernmost point of Hulda, thence westwards in a straight line to the north-eastern corner of Umm Kalkha, thence following the northern boundaries of Umm Kalkha, Qazaza and the northern and western boundaries of Mukhezim to the Gaza District boundary and thence runs across the village lands of El Mismiya, El Kabira, and Yasur to the southern point of intersection, which is midway between the built-up areas of Yasur and Batani Sharqi.

From the southern point of intersection the boundary lines run north-westwards between the villages of Gan Yavne and Barqa to the sea at a point half way between Nabi Yunis and Minat el Qila, and south-eastwards to a point west of Qastina, whence it turns in a south-westerly direction, passing to the east of the built-up areas of Es Sawafir, Es Sharqiya and Ibdis. From the south-east corner of Ibdis village it runs to a point south-west of the built-up area of Beit 'Affa, crossing the Hebron-El Majdal road just to the west of the built-up area of Iraq Suweidan. Thence it proceeds southwards along the western village boundary of El Faluja to the Beersheba sub-district boundary. It then runs across the tribal lands of 'Arab el Jubarat to a point on the boundary between the sub-districts of Beersheba and Hebron north of Kh. Khuweilifa, whence it proceeds in a south-westerly direction to a point on the Beersheba-Gaza main road two kilometres to the north-west of the town. It then turns south-eastwards to reach Wadi Sab' at a point situated one kilometre to the west of it. From here it turns north-eastwards and proceeds along Wadi Sab' and along the Beersheba-Hebron road for a distance of one kilometre, whence it turns eastwards and runs in a straight line to Kh. Kuseifa to join

the Beersheba-Hebron sub-district boundary. It then follows the Beersheba-Hebron boundary eastwards to a point north of Ras Ez Zuweira, only departing from it so as to cut across the base of the indentation between vertical grid lines 150 and 160.

About five kilometres north-east of Ras ez Zuweira it turns north, excluding from the Arab State a strip along the coast of the Dead Sea not more than seven kilometres in depth, as far as Ein Geddi, whence it turns due east to join the Transjordan frontier in the Dead Sea.

The northern boundary of the Arab section of the coastal plain runs from a point between Minat el Qila and Nabi Yunis, passing between the built-up areas of Gan Yavne and Barqa to the point of intersection. From here it turns south-westwards, running across the lands of Batani Sharqi, along the eastern boundary of the lands of Beit Daras and across the lands of Julis, leaving the built-up areas of Batani Sharqi and Julis to the westwards, as far as the north-west corner of the lands of Beit Tima. Thence it runs east of El Jiya across the village lands of El Barbara along the eastern boundaries of the villages of Beit Jirja, Deir Suneid and Dimra. From the south-east corner of Dimra the boundary passes across the lands of Beit Hanun, leaving the Jewish lands of Nir-Am to the eastwards. From the south-east corner of Dimra the boundary passes across the lands of Beit Hanun, leaving the Jewish lands of Nir-Am to the eastwards. From the south-east corner of Beit Hanun the line runs south-west to a point south of the parallel grid line 100, then turns north-west for two kilometres, turning again in a south-westerly direction and continuing in an almost straight line to the north-west corner of the village lands of Kirbet Ikhza'a. From there it follows the boundary line of this village to its southernmost point. It then runs in a southerly direction along the vertical grid line 90 to its junction with the horizontal grid line 70. It then turns south-eastwards to Kh. el Ruheiba and then proceeds in a southerly direction to a point known as El Baha, beyond which it crosses the Beersheba-El 'Auja main road to the west of Kh. el Mushrif. From there it joins Wadi El Zaiyatin just to the west of El Subeita. From there it turns to the north-east and then to the south-east following this Wadi and passes to the east of 'Abda to join Wadi Nafkh. It then bulges to the south-west along Wadi Nafkh. It then bulges to the south-west along Wadi Nafkh, Wadi Ajrim and Wadi Lassan to the point where Wadi Lassan crosses the Egyptian frontier.

The area of the Arab enclave of Jaffa consists of that part of the town-planning area of Jaffa which lies to the west of the Jewish quarters lying south of Tel-Aviv, to the west of the continuation of Herzl street up to its junction with the Jaffa-Jerusalem road, to the south-west of the section of the Jaffa-Jerusalem road lying south-east of that junction, to the west of Miqve Israel lands, to the north-west of Holon local council area, to the north of the line linking up the north-west corner of Holon with the north-east corner of Bat Yam local council area and to the north of Bat Yam local council area. The question of Karton quarter will be decided by the Boundary Commission, bearing in mind among other considerations the desirability of including the smallest possible number of its Arab inhabitants and the largest possible number of its Jewish inhabitants in the Jewish State.

B. THE JEWISH STATE

The north-eastern sector of the Jewish State (Eastern) Galilee) is bounded on the north and west by the Lebanese frontier and on the east by the frontiers of Syria and Transjordan. It includes the whole of the Hula Basin, Lake Tiberias, the whole of the Beisan sub-district, the boundary line being extended to the crest of the Gilboa mountains and the Wadi Malih. From

there the Jewish State extends north-west, following the boundary described in respect of the Arab State.

The Jewish Section of the coastal plain extends from a point between Minat et Qila and Nabi Yunis in the Gaza sub-district and includes the towns of Haifa and Tel-Aviv, leaving Jaffa as an enclave of the Arab State. The eastern frontier of the Jewish State follows the boundary described in respect of the Arab State.

The Beersheba area comprises the whole of the Beersheba sub-district, including the Negeb and the eastern part of the Gaza sub-district, but excluding the town of Beersheba and those areas described in respect of the Arab State. It includes also a strip of land along the Dead Sea stretching from the Beersheba-Hebron sub-district boundary line to Ein Geddi, as described in respect of the Arab State.

C. THE CITY OF JERUSALEM

The boundaries of the City of Jerusalem are as defined in the recommendations on the City of Jerusalem. (See Part III, Section B, below).

PART III

City of Jerusalem

A. SPECIAL REGIME

The City of Jerusalem shall be established as a *corpus separatum* under a special international regime and shall be administered by the United Nations. The Trusteeship Council shall be designated to discharge the responsibilities of the Administering Authority on behalf of the United Nations.

B. BOUNDARIES OF THE CITY

The City of Jerusalem shall include the present municipality of Jerusalem plus the surrounding villages and towns, the most eastern of which shall be Abu Dis; the most southern, Bethlehem; the most western, Ein Karim (including also the built-up area of Motsa); and the most northern Shu'fat, as indicated on the attached sketch-map (annex B).

C. STATUTE OF THE CITY

The Trusteeship Council shall, within five months of the approval of the present plan, elaborate and approve a detailed Statute of the City which shall contain inter alia the substance of the following provisions:

1. *Government machinery; special objectives.* The Administering Authority in discharging its administrative obligations shall pursue the following special objectives:

(a) To protect and to preserve the unique spiritual and religious interests located in the city of the three great monotheistic faiths throughout the world, Christian, Jewish and Moslem; to this end to ensure that order and peace, and especially religious peace, reign in Jerusalem;

(b) To foster co-operation among all the inhabitants of the city in their own interests as well as in order to encourage and support the peaceful development of the mutual relations between the two Palestinian peoples throughout the Holy Land; to promote the security, well-being and any constructive measures of development of the residents, having regard to the special circumstances and customs of the various peoples and communities.

2. *Governor and administrative staff.* A Governor of the City of Jerusalem shall be appointed by the Trusteeship Council and shall be responsible to it. He shall be selected on the basis of special qualifications and without regard to nationality. He shall not, however, be a citizen of either State in Palestine.

The Governor shall represent the United Nations in the City and shall exercise on their behalf all powers of administration, including the conduct of external affairs. He shall be assisted by an administrative staff classed as international officers in the meaning of Article 100 of the Charter and chosen whenever practicable from the residents of the city and of the rest of Palestine on a non-discriminatory basis. A detailed plan for the organization of the administration of the city shall be submitted by the Governor to the Trusteeship Council and duly approved by it.

3. *Local autonomy.* (a) The existing local autonomous units in the territory of the city (villages, townships and municipalities) shall enjoy wide powers of local government and administration.

(b) The Governor shall study and submit for the consideration and decision of the Trusteeship Council a plan for the establishment of a special town units consisting respectively, of the Jewish and Arab sections of new Jerusalem. The new town units shall continue to form part of the present municipality of Jerusalem.

4. *Security measures.* (a) The City of Jerusalem shall be demilitarized; its neutrality shall be declared and preserved, and no para-military formations, exercises or activities shall be permitted within its borders.

(b) Should the administration of the City of Jerusalem be seriously obstructed or prevented by the non-co-operation or interference of one or more sections of the population, the Governor shall have authority to take such measures as may be necessary to restore the effective functioning of the administration.

(c) To assist in the maintenance of internal law and order and especially for the protection of the Holy Places and religious buildings and sites in the city, the Governor shall organize a special police force of adequate strength, the members of which shall be recruited outside of Palestine. The Governor shall be empowered to direct such budgetary provision as may be necessary for the maintenance of this force.

5. *Legislative organization.* A Legislative Council, elected by adult residents of the city irrespective of nationality on the basis of universal and secret suffrage and proportional representation, shall have powers of legislation and taxation. No legislative measures shall,

however, conflict or interfere with the provisions which will be set forth in the Statute of the City, nor shall any law, regulation, or official action prevail over them. The Statute shall grant to the Governor a right of vetoing bills inconsistent with the provisions referred to in the preceding sentence. It shall also empower him to promulgate temporary ordinances in case the council fails to adopt in time a bill deemed essential to the normal functioning of the administration.

6. *Administration of justice.* The Statute shall provide for the establishment of an independent judiciary system, including a court of appeal. All the inhabitants of the City shall be subject to it.

7. *Economic union and economic regime.* The City of Jerusalem shall be included in the Economic Union of Palestine and be bound by all stipulations of the undertaking and of any treaties issued therefrom, as well as by the decision of the Joint Economic Board. The headquarters of the Economic Board shall be established in the territory of the City.

The Statute shall provide for the regulation of economic matters not falling within the regime of the Economic Union, on the basis of equal treatment and non-discrimination for all members of the United Nations and their nationals.

8. *Freedom of transit and visit; control of residents.* Subject to considerations of security, and of economic welfare as determined by the Governor under the directions of the Trusteeship Council, freedom of entry into, and residence within, the borders of the City shall be guaranteed for the residents or citizens of the Arab and Jewish States. Immigration into, and residence within, the borders of the city for nationals of other States shall be controlled by the Governor under the directions of the Trusteeship Council.

9. *Relations with the Arab and Jewish States.* Representatives of the Arab and Jewish States shall be accredited to the Governor of the City and charged with the protection of the interests of their States and nationals in connexion with the international administration of the City.

10. *Official languages.* Arabic and Hebrew shall be the official languages of the city. This will not preclude the adoption of one or more additional working languages, as may be required.

11. *Citizenship.* All the residents shall become ipso facto citizens of the City of Jerusalem unless they opt for citizenship of the State of which they have been citizens or, if Arabs or Jews, have filed notice of intention to become citizens of the Arab or Jewish State respectively, according to part I, section B, paragraph 9, of this plan.

The Trusteeship Council shall make arrangements for consular protection of the citizens of the City outside its territory.

12. *Freedoms of Citizens.* (a) Subject only to the requirements of public order and morals, the inhabitants of the City shall be ensured the enjoyment of human rights and fundamental freedoms, including freedom of conscience, religion and worship, language, education, speech and press, assembly and association, and petition.

(b) No discrimination of any kind shall be made between the inhabitants on the grounds of race, religion, language or sex.

(c) All persons within the City shall be entitled to equal protection of the laws.

(d) The family law and personal status of the various persons and communities and their religious interests, including endowments, shall be respected.

(e) Except as may be required for the maintenance of public order and good government, no measure shall be taken to obstruct or interfere with the enterprise of religious or charitable bodies of all faiths or to discriminate against any representative or member of these bodies on the ground of his religion or nationality.

(f) The City shall ensure adequate primary and secondary education for the Arab and Jewish communities respectively, in their own languages and in accordance with their cultural traditions.

The right of each community to maintain its own schools for the education of its own members in its own language, while conforming to such educational requirements of a general nature as the City may impose, shall not be denied or impaired. Foreign educational establishments shall continue their activity on the basis of their existing rights.

(g) No restriction shall be imposed on the free use by any inhabitant of the City of any language in private intercourse, in commerce, in religion, in the Press or in publications of any kind, or at public meetings.

13. *Holy Places.* (a) Existing rights in respect of Holy Places and religious buildings or sites shall not be denied or impaired.

(b) Free access to the Holy Places and religious buildings or sites and the free exercise of worship shall be secured in conformity with existing rights and subject to the requirements of public order and decorum.

(c) Holy Places and religious buildings or sites shall be preserved. No act shall be permitted which may in any way impair their sacred character. If at any time it appears to the Governor that any particular Holy Place, religious building or site is in need of urgent repair, the Governor may call upon the community or communities concerned to carry out such repair. The Governor may carry it out himself at the expense of the community or communities concerned if no action is taken within a reasonable time.

(d) No taxation shall be levied in respect of any Holy Place, religious building or site which was exempt from taxation on the date of the creation of the City. No change in the incidence of such taxation shall be made which would either discriminate between the owners or occupiers of Holy Places, religious buildings or sites, or would place such owners or occupiers in a position less favourable in relation to the general incidence of taxation than existed at the time of the adoption of the Assembly's recommendations.

14. *Special powers of the Governor in respect of the Holy Places, religious buildings and sites in the City and in any part of Palestine.* (a) The protection of the Holy Places, religious buildings and sites located in the City of Jerusalem shall be a special concern of the Governor.

(b) With relation to such places, buildings and sites in Palestine outside the city, the Governor

shall determine, on the ground of powers granted to him by the Constitutions of both States, whether the provisions of the Constitutions of the Arab and Jewish States in Palestine dealing therewith and the religious rights appertaining thereto are being properly applied and respected.

(c) The Governor shall also be empowered to make decisions on the basis of existing rights in cases of disputes which may arise between the different religious communities or the rites of a religious community in respect of the Holy Places, religious buildings and sites in any part of Palestine.

In this task he may be assisted by a consultative council of representatives of different denominations acting in an advisory capacity.

D. DURATION OF THE SPECIAL REGIME

The Statute elaborated by the Trusteeship Council on the aforementioned principles shall come into force not later than 1 October 1948. It shall remain in force in the first instance for a period of ten years, unless the Trusteeship Council finds it necessary to undertake a re-examination of these provisions at an earlier date. After the expiration of this period the whole scheme shall be subject to re-examination by the Trusteeship Council in the light of the experience acquired with its functioning. The residents of the City shall be then free to express by means of a referendum their wishes as to possible modifications of the regime of the City.

PART IV

CAPITULATIONS

States whose nationals have in the past enjoyed in Palestine the privileges and immunities of foreigners, including the benefits of consular jurisdiction and protection, as formerly enjoyed by capitulation or usage in the Ottoman Empire, are invited to renounce any right pertaining to them to the re-establishment of such privileges and immunities in the proposed Arab and Jewish States and the City of Jerusalem.

* * *

Notes

1/ See Official Records of the second session of the General Assembly, Supplement No. 11, Volumes I-IV.

2/ This resolution was adopted without reference to a Committee.

3/ The following stipulation shall be added to the declaration concerning the Jewish State: "In the Jewish State adequate facilities shall be given to Arab-speaking citizens for the use of

their language, either orally or in writing, in the legislature, before the Courts and in the administration."

4/ In the declaration concerning the Arab State, the words "by an Arab in the Jewish State" should be replaced by the words "by a Jew in the Arab State".

5/ The boundary lines described in part II are indicated in Annex A. The base map used in marking and describing this boundary is "Palestine 1:250000" published by the Survey of Palestine, 1946.

Annex A

Plan of Partition with Economic Union

Annex B

City of Jerusalem

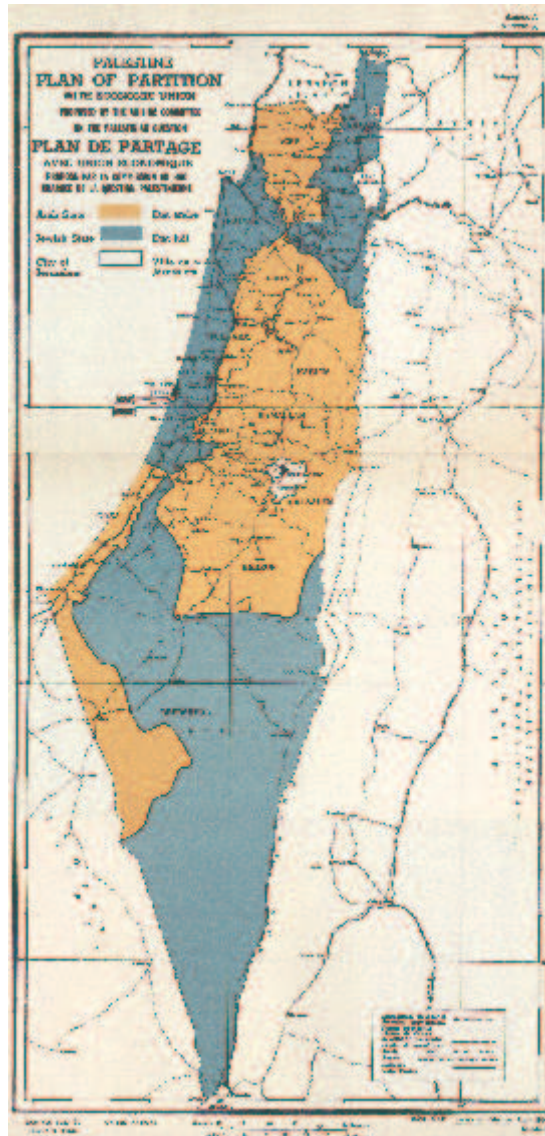
Boundaries Proposed By The Ad Hoc Committee On The Palestinian Question

* * * * *

UNISPAL note

Voting as per publication "The Origins and Evolution of the Palestine Problem:

**PLAN OF PARTITION
WITH ECONOMIC UNION**
proposed by the *Ad Hoc* Committee on the Palestinian Question
[Annex A to **resolution 181 (II) of the General Assembly,**
dated 29 November 1947]



Map No. 103.1 (b) United Nations BASE MAP: Survey of Palestine, April 1946.
February 1956 Modified.

CITY OF JERUSALEM
BOUNDARIES PROPOSED
[Annex B to [resolution 181 \(II\) of the General Assembly](#),
dated 29 November 1947]



Map No. 104 (b)
November 1947

United Nations

UN Presentation 600
(b)

Anexo XXII

Declaração do Estado de Israel (14/5/48)

Eretz-Israel foi o berço do povo judeu. Aqui os seus líderes espirituais e políticos identidade religiosa foi moldada. Aqui conseguiu pela primeira vez a um estado, criaram valores culturais de significância nacional e universal e deram ao mundo o eterno Livro dos Livros.

Depois de serem forçosamente exilados de sua terra, o povo conservou consigo sua fé durante sua Dispersão e nunca deixou de rezar e esperar o seu retorno para ele e para a restauração, lá, de sua liberdade política.

Impelidos por sua ligação histórica e tradicional, judeus lutaram geração após geração para se restabelecerem em sua antiga pátria. Em décadas recentes, eles voltaram em massa. Pioneiros, ma'pilim e defensores, eles fizeram desertos florescerem, reavivaram a língua hebraica, construíram cidades e povoados e criaram uma comunidade próspera, controlando sua própria economia e cultura, adorando a paz mas sabendo como se defender, trazendo as bênçãos de progresso para todos os habitantes do país, e aspirando a um estado independente.

No ano de 5657 (1897), a convocação do pai espiritual do Estado Judeu, Theodore Herzl, o Primeiro Congresso Sionista delineou e proclamou o direito do povo judeu fazer renascer o seu próprio país.

Este direito foi reconhecido na Declaração Balfour de 2 de novembro de 1917, e reafirmado no Mandato da Liga das Nações, que, em particular, deu sanção internacional para a conexão histórica entre o povo judeu e Eretz-Israel e ao direito do povo judeu reconstruir o seu Lar Nacional.

A catástrofe que recentemente caiu sobre o povo judeu, o massacre de milhões de judeus na Europa, era outra de demonstração clara da urgência de resolver o problema do seu lar através do reestabelecimento em Eretz-Israel do Estado Judeu, que abriria as portas da terra natal para todo judeu e conferiria ao povo judeu o status de um membro de pleno privilegiado da comunidade das nações.

Sobreviventes do holocausto nazista na Europa, assim como os judeus de outras partes do mundo, continuaram a migrar para Eretz-Israel, não se intimidando com as dificuldades, restrições e perigos e nunca deixaram de valer o seu direito a uma vida de dignidade, liberdade e trabalho honesto em seu lar nacional.

Na Segunda Guerra Mundial, o community judaica deste país contribuiu por completo com a luta da liberdade e amantes da paz das Nações contra as forças da tirania nazista e, pelo sangue de seus soldados e seus esforços de guerra, ganhou o direito de ser contados entre os povos que fundaram as Nações Unidas.

No dia 29 de novembro de 1947, a Assembléia Geral da ONU aprovou uma resolução pedindo a criação de um Estado Judeu em Eretz-Israel, a Assembléia Geral requereu aos habitantes de Eretz-Israel tomarem as medidas que foram necessárias por parte deles para a aplicação da referida resolução. Este reconhecimento das Nações Unidas sobre o direito do povo judeu estabelecer o seu Estado é irrevogável.

Este é o direito natural do povo judeu para comandar seu próprio destino, como todas as outras nações, em seu soberano próprio Estado.

ASSIM NÓS, MEMBROS DO POVO DO CONSELHO DA, representante da Comunidade Judaica de-Eretz Israel e do Movimento Sionista, estamos aqui reunidos NO DIA DO ENCERRAMENTO DO Mandato Britânico sobre Eretz-Israel e, em virtude de nossa natural e histórico DIREITA E NA FORÇA DO Revolution DO Assembléia Geral da ONU, DECLARO A CRIAÇÃO DE UM ESTADO JUDEU IN-Eretz Israel, PARA SER CONHECIDO COMO O ESTADO DE ISRAEL.

Declaramos que, com efeito a partir do momento do término do mandato, sendo esta noite, na véspera do sábado, dia Iyar 6, 5708 (15 de maio de 1948), até o estabelecimento das autoridades eleitas, regulares do Estado em conformidade com a Constituição que deve ser aprovado pela Assembléia Constituinte Eleita no mais tardar em 1 de Outubro de 1948, o Conselho do Povo atuará como Conselho Provisório do Estado, e seu órgão executivo, a Administração do Povo, será o Governo Provisório da Estado judeu, para ser chamado "Israel".

O ESTADO DE ISRAEL será aberto para imigração judaica e para ao recebimento de exilados; vai fomentar o desenvolvimento do país em benefício de todos os seus habitantes, que irá basear-se, justiça, liberdade e paz como imaginado pelos profetas de Israel, que assegurará completa igualdade de direitos políticos e sociais para todos os seus habitantes, sem distinção de raça, religião ou sexo, que irá garantir a liberdade de religião, consciência, linguagem, educação e cultura, que irá preservar os lugares sagrados de todas as religiões e ela será fiel aos princípios da Carta das Nações Unidas.

O ESTADO DE ISRAEL está preparado para cooperar com agências e representantes das Nações Unidas na implementação da resolução da Assembléia Geral do dia 29 de novembro de 1947, e irá tomar medidas para trazer a unidade econômica de toda Eretz-Israel .

Nós fazemos um apelo às Nações Unidas para assistir o povo judeu na constituição de seu Estado e para receber o Estado de Israel na comunidade das nações.

Nós fazemos um apelo, em meio ao duro ataque lançado contra nós há meses para os habitantes árabes do Estado de Israel para manter a paz e participar da construção do Estado com base na igualdade e plena cidadania e representação em todas as as suas instituições provisórias e permanentes.

Nós estendemos nossa mão a todos os estados vizinhos e seus povos numa oferta de paz e boa vizinhança, e apelamos a eles para estabelecer laços de cooperação e ajuda mútua com o povo judeu soberano estabelecido em sua própria terra. O Estado de Israel está preparado para fazer a sua parte em um esforço comum para o avanço de todo o Oriente Médio.

Nós apelamos ao povo judeu em toda a Diáspora para reunir em torno dos judeus de Eretz-Israel nas tarefas de imigração e construção e de os apoiarem na grande luta para a realização do antigo sonho, a redenção de Israel.

Colocando nossa confiança no Todo-Poderoso, nós afixamos nossas assinaturas a esta proclamação nesta sessão do Conselho Provisório do Estado, sobre o solo da pátria, NA CIDADE DE-Tel Aviv, nesta véspera de Shabbath, dia 5 de Iyar, 5708 (14 de maio de 1948).

David Ben-Gurion

Daniel Auster	Rachel Cohen	Pinkas David Zvi
Mardoqueu Bentov	Rabino Kalman	Aharon Zisling
Yitzchak Ben ZVL	Kahana	Moshe Kolodny
Eliyahu Berligne	Saadia Kobashi	Eliezer Kaplan
Fritz Bernstein	Rabi Yitschac	Abraão Katznelson
O rabino Wolf Gold	Meir Levin	Felix Rosenblueth
Meir Grabovsky	David Meir	David Remez
Yitzchak Gruenbaum	Loewenstein	Beri Repetur
Dr. Abraão	Zvi Luria	Mardoqueu Shattner
Granovsky	Golda Myerson	Ben Zion Sternberg
Eliyahu Dobkin	Nachum Nir	Bekhor Shitreet
Wilner Meir Kovner-	Zvi Segal	Moshe Shapira
Zerá Wahrhaftig	Rabino Yehuda Leib	Moshe Shertok
Herzl Vardi	Hacohen Fishman	

Eretz-Israel (em hebraico), a Terra de Israel, a Palestina.

Ma'pilim (hebraico), imigrantes que vêm para Eretz-Israel, a despeito da legislação restritiva.

Anexo XXIII

United Nations General Assembly Resolution 194

December 11, 1948

194 (III). Palestine -- Progress Report of the United Nations Mediator

The General Assembly,

Having considered further the situation in Palestine,

1. *Expresses* its deep appreciation of the progress achieved through the good offices of the late United Nations Mediator in promoting a peaceful adjustment of the future situation of Palestine, for which cause he sacrificed his life; and

Extends its thanks to the Acting Mediator and his staff for their continued efforts and devotion to duty in Palestine;

2. *Establishes* a Conciliation Commission consisting of three States members of the United Nations which shall have the following functions:

(a) To assume, in so far as it considers necessary in existing circumstances, the functions given to the United Nations Mediator on Palestine by resolution 186 (S-2) of the General Assembly of 14 May 1948;

(b) To carry out the specific functions and directives given to it by the present resolution and such additional functions and directives as may be given to it by the General Assembly or by the Security Council;

(c) To undertake, upon the request of the Security Council, any of the functions now assigned to the United Nations Mediator on Palestine or to the United Nations Truce Commission by resolutions of the Security Council; upon such request to the Conciliation Commission by the Security Council with respect to all the remaining functions of the United Nations Mediator on Palestine under Security Council resolutions, the office of the Mediator shall be terminated;

3. *Decides* that a Committee of the Assembly, consisting of China, France, the Union of Soviet Socialist Republics, the United Kingdom and the United States of America, shall present, before the end of the first part of the present session of the General Assembly, for the approval of the Assembly, a proposal concerning the names of the three States which will constitute the Conciliation Commission;

4. *Requests* the Commission to begin its functions at once, with a view to the establishment of contact between the parties themselves and the Commission at the earliest possible date;

5. *Calls upon* the Governments and authorities concerned to extend the scope of the negotiations provided for in the Security Council's resolution of 16 November 1948 1/ and to seek agreement by negotiations conducted either with the Conciliation Commission or directly, with a view to the final settlement of all questions outstanding between them;

6. *Instructs* the Conciliation Commission to take steps to assist the Governments and authorities concerned to achieve a final settlement of all questions outstanding between them;

7. *Resolves* that the Holy Places - including Nazareth - religious buildings and sites in Palestine should be protected and free access to them assured, in accordance with existing rights and historical practice; that arrangements to this end should be under effective United Nations supervision; that the United Nations Conciliation Commission, in presenting to the fourth regular session of the General Assembly its detailed proposals for a permanent international regime for the territory of Jerusalem, should include recommendations concerning the Holy Places in that territory; that with regard to the Holy Places in the rest of Palestine the Commission should call upon the political authorities of the areas concerned to give appropriate formal guarantees as to the protection of the Holy Places and access to them; and that these undertakings should be presented to the General Assembly for approval;

8. *Resolves* that, in view of its association with three world religions, the Jerusalem area, including the present municipality of Jerusalem plus the surrounding villages and towns, the most eastern of which shall be Abu Dis; the most southern, Bethlehem; the most western, Ein Karim (including also the built-up area of Motsa); and the most northern, Shu'fat, should be accorded special and separate treatment from the rest of Palestine and should be placed under effective United Nations control;

Requests the Security Council to take further steps to ensure the demilitarization of Jerusalem at the earliest possible date;

Instructs the Conciliation Commission to present to the fourth regular session of the General Assembly detailed proposals for a permanent international regime for the Jerusalem area which will provide for the maximum local autonomy for distinctive groups consistent with the special international status of the Jerusalem area;

The Conciliation Commission is authorized to appoint a United Nations representative, who shall co-operate with the local authorities with respect to the interim administration of the Jerusalem area;

9. *Resolves* that, pending agreement on more detailed arrangements among the Governments and authorities concerned, the freest possible access to Jerusalem by road, rail or air should be accorded to all inhabitants of Palestine;

Instructs the Conciliation Commission to report immediately to the Security Council, for appropriate action by that organ, any attempt by any party to impede such access;

10. *Instructs* the Conciliation Commission to seek arrangements among the Governments and authorities concerned which will facilitate the economic development of the area, including arrangements for access to ports and airfields and the use of transportation and communication facilities;

11. *Resolves* that the refugees wishing to return to their homes and live at peace with their neighbours should be permitted to do so at the earliest

practicable date, and that compensation should be paid for the property of those choosing not to return and for loss of or damage to property which, under principles of international law or in equity, should be made good by the Governments or authorities responsible;

Instructs the Conciliation Commission to facilitate the repatriation, resettlement and economic and social rehabilitation of the refugees and the payment of compensation, and to maintain close relations with the Director of the United Nations Relief for Palestine Refugees and, through him, with the appropriate organs and agencies of the United Nations;

12. *Authorizes* the Conciliation Commission to appoint such subsidiary bodies and to employ such technical experts, acting under its authority, as it may find necessary for the effective discharge of its functions and responsibilities under the present resolution;

The Conciliation Commission will have its official headquarters at Jerusalem. The authorities responsible for maintaining order in Jerusalem will be responsible for taking all measures necessary to ensure the security of the Commission. The Secretary-General will provide a limited number of guards to the protection of the staff and premises of the Commission;

13. *Instructs* the Conciliation Commission to render progress reports periodically to the Secretary-General for transmission to the Security Council and to the Members of the United Nations;

14. *Calls upon* all Governments and authorities concerned to co-operate with the Conciliation Commission and to take all possible steps to assist in the implementation of the present resolution;

15. *Requests* the Secretary-General to provide the necessary staff and facilities and to make appropriate arrangements to provide the necessary funds required in carrying out the terms of the present resolution.

* * *

At the 186th plenary meeting on 11 December 1948, a committee of the Assembly consisting of the five States designated in paragraph 3 of the above resolution proposed that the following three States should constitute the Conciliation Commission:

France, Turkey, United States of America.

The proposal of the Committee having been adopted by the General Assembly at the same meeting, the Conciliation Commission is therefore composed of the above-mentioned three States.

Anexo XXIV

Resolução 186

"Resoluções das Nações Unidas sobre a Palestina 1947 - 1974, Instituto para Estudos Palestinos, Beirute, i 3,1993, vol 1, p. 16-17"

Resolução n ° 186 (sessão especial - 2) em 14 de Maio (May) 1948

A nomeação de um mediador internacional

A Assembléia Geral,

Tendo em conta a situação actual na Palestina,

I.

Fortemente sublinha o seu apoio para a Segurança do Conselho esforços para se chegar uma trégua na Palestina, e exorta todos os governos, organizações e indivíduos a cooperar na implementação de tal uma trégua.

II

1 - **autorizar** um corretor e uma filial das Nações Unidas na Palestina, escolhidos por um comitê da Assembléia Geral, composto por representantes da China e da França, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e Reino Unido e os Estados Unidos, a autoridade para realizar as seguintes tarefas: ⁸

A - usar seus bons ofícios com as autoridades locais eo sectarismo na Palestina, a fim de:

1 - para assegurar os serviços públicos necessários para a segurança eo bem-estar dos habitantes da Palestina.

2 - garantir a proteção dos lugares sagrados, edifícios e sítios religiosos na Palestina.

3 - Encontrar uma solução pacífica da situação no futuro da Palestina.

B - Cooperação com a Comissão sobre a trégua na Palestina, nomeados pelo Conselho de Segurança na sua resolução emitida em 23 de abril (Abril) 1948. ⁹

C - para solicitar, se julgar conveniente, a assistência e cooperação de órgãos das Nações Unidas para o caso, como a OMS, a Cruz Vermelha Internacional e outras organizações, e não governamentais, organizações não governamentais do humano e não político, a fim de trabalhar firmemente para garantir o bem-estar dos habitantes da Palestina.

2 - **Instrui** o mediador das Nações Unidas para aumentar os relatórios mensais sobre o andamento de sua missão, ou sempre que o julgue necessário, ao Conselho de Segurança e ao Secretário-Geral, a ser apresentado aos membros da Organização das Nações Unidas.

3 - O pedido das Nações Unidas Mediador em sua adesão ao disposto nesta resolução e as instruções que podem ser emitidos pela Assembléia Geral ou o Conselho de Segurança.

4 - **Autoriza o** Secretário-Geral a pagar o salário para as Nações Unidas Mediador, igual ao que foi pago ao Presidente do Tribunal Internacional de Justiça, e fornecer o pessoal necessário para o mediador para auxiliar na execução das suas tarefas designadas pela Assembleia Geral.

III

Exceptuam-se do Comité sobre a Palestina para continuar a exercer as suas responsabilidades previstas na Resolução 181 (sessão 2), emitido em 29 de novembro (novembro) de 1947. ¹⁰

Assembléia Geral aprovou esta
resolução,
Em seu comentário geral n ° 135, com
31
Votos a 7, com 16, como segue:

Com a resolução Afeganistão, Argentina, Bélgica, Bolívia, Brasil, Canadá, Dinamarca,
: China, República Dominicana, Etiópia, França, Guatemala, Duras,
Islândia, Índia, Irã, Libéria, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia,
Nicarágua, Noruega, Panamá, Paquistão, Filipinas , Suécia, Turquia,
África do Sul, Reino Unido, Estados Unidos, Uruguai.

Contra a resolução Bielo-Rússia, Cuba, Checoslováquia, Ucrânia, União Soviética, União
: Jugoslávia Polónia.

Omissão Austrália, Chile, Colômbia, Aikwador, Egito, Grécia, Haiti, Iraque,
: Líbano, México, Peru, Arábia Saudita, na Tailândia, Síria, Venezuela,
Yemen.

8 Ver a Decisão n ° 189 (sessão especial - 2).

9 Ver documento S/727 ° Resolução do Conselho de Segurança 48 (1948). "

10 Ver "Resolução da Assembleia Geral 681 (Curso 2) de 1947."

Anexo XXV

Resolução da Assembleia Geral 302

(Sessão 4) a partir de Dezembro) 08 de dezembro (de 1949.

Agência fundou a United Nations Relief
refugiados palestinos no Oriente Médio
Próximo

A Assembléia Geral,

Recordando as suas resoluções 212 (sessão 3), emitido em 19 de novembro (novembro) de 1948, n. ° 194 (3), emitido em 11 de dezembro (dezembro) de 1948, que enfatizou em especial o disposto no parágrafo 11 da decisão final.

Tendo examinado com satisfação o relatório intercalar da Missão das Nações Unidas para a Pesquisa Económica do Médio Oriente e do relatório do Secretário-Geral sobre a assistência aos refugiados da Palestina,

1 - manifesta o seu apreço aos Governos que responderam generosamente ao apelo contido na Resolução n. ° 212 (Sessão 3), eo apelo do Secretário-Geral a contribuir, em espécie ou em dinheiro, no alívio da fome e da miséria entre os refugiados palestinos.

2 - Também manifesta seu agradecimento ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha, e para minar Sociedades da Cruz Vermelha, e os amigos americanos dos serviços, o que é contribuído pelos serviços por este dever humanitário em fazer, apesar das dificuldades encargos grave de responsabilidade que se ofereceram para realizar a distribuição de produtos e cuidados gerais refugiados, e congratula-se com as garantias ao Secretário-Geral que iria continuar a cooperar com as Nações Unidas até o final do mês de março (março) de 1950 em uma base mutuamente aceitável.

3 - Elogia o Fundo de Emergência para a Infância das Nações Unidas (UNICEF), pela sua contribuição para a missão das Nações Unidas, também elogia o resto dos organismos e agências especializadas que tenham prestado assistência no campo, e especialmente a Organização Mundial de Saúde, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência ea Cultura (UNESCO) e da Organização Internacional dos Refugiados.

4 - expressa o seu agradecimento às organizações religiosas, caritativas e humanitárias numerosos contribuíram significativamente para o alívio dos refugiados palestinos.

5 - Reconhecemos que é necessário continuar a assistência para o alívio dos refugiados da Palestina, a fim de evitar as condições de fome e miséria entre eles, e para apoiar a paz ea estabilidade, sem prejuízo do disposto no parágrafo 11 da Resolução da Assembleia Geral 194 (3), emitido em 11 de dezembro (dezembro) de 1948, e reconhece também precisa tomar medidas eficazes, no mínimo, a fim de acabar com a assistência internacional para o alívio.

6 - se os programas necessários, o alívio direto e programas de obras durante o período de 01 de janeiro (janeiro) e 31 (dezembro) de 1950, Ozlk em conformidade com as disposições do parágrafo 9 (d) da presente resolução, sobre 33,7 milhões, incluindo um 20,2 milhões dólares americanos para a subvenção direta e 13,5 milhões de software empresarial. E o software de negócios exigido, durante o período compreendido entre primeiro de janeiro (janeiro) a 30 de Junho (junho) de 1951, incluindo despesas administrativas, é de 21,2 milhões de dólares, e considera que deve finalizar o processo de redução direta no mais tardar até 31 de Dezembro (

Dezembro) de 1950, salvo decisão em contrário da Assembléia Geral está em sua quinta sessão regular.

7 - estabelecer agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente:

(A), em cooperação com os governos locais o relevo directo e motoristas, de acordo com as recomendações do Estudo Econômico.

(B), para consultar com os governos interessados no Próximo Oriente, em que as medidas tomadas por esses governos como um prelúdio para o momento em que a assistência internacional para obras e projetos de ajuda não está disponível.

8 - criar um comité consultivo de representantes da França, Turquia e Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e os Estados Unidos da América, autorizada a adição de mais três novos membros dos governos para contribuir, para executar, aconselhamento e assistência ao director da agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente na execução do programa. O director da Agência e do Comité Consultivo para consultar os Governos do Oriente Médio competentes na selecção dos projectos, e pintadas, e implementação.

9 - Solicita ao Secretário-Geral a nomear um director da agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente, em consulta com os Governos representados na comissão consultiva:

(A) será o director da agência da Organização das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente do Director Executivo à Assembléia Geral sobre o andamento do programa.

(B), seleccionados pelo director de sua equipe, e nomeados em conformidade com o regime geral que desenvolveu em conjunto com o Secretário-Geral, incluindo leis e regulamentos aplicáveis aos funcionários das Nações Unidas, que vê Almdero o secretário-geral aplicado a eles, e ao director que o benefício, na medida possível, instalações e assistência do Secretário-Geral.

(C) ao Director, em consulta com o Secretário-Geral e do Comité Consultivo para a Administração e as questões orçamentais, os sistemas financeiros, disse à Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente.

(D), gerando, em consulta com o Comité Consultivo, a distribuição dos fundos disponíveis entre a ajuda directa e projetos de obras, em conformidade com os regulamentos financeiros previstos na alínea (c) deste parágrafo, se a re-consideração das estimativas contidas no parágrafo 6.

10 - Solicita ao Director convocar uma reunião do comité consultivo o mais rapidamente possível, para desenvolver planos para organizar e gerenciar o programa, e da adopção das normas de procedimento.

11 - manter uma agência da Organização das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina, que foi criada por resolução da Assembleia Geral 212 (sessão 3) até 01 de abril (Abril) de 1950, e solicita ao Secretário-Geral, em consulta com as agências, para continuar os esforços para reduzir o número de ações Alaashp os estágios, à luz do e chegou a Missão Econômica Inquérito dos resultados e recomendações.

12 - Indica ao Secretário-Geral a enviar ao órgão da Organização das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente, ativos e dívidas da agência das Nações Unidas para o socorro dos refugiados da Palestina, até 01 de abril (Abril) de 1950, ou em outra data, como acordado pelo Secretário-Geral, com o director da agência das Nações Unidas para o alívio para os Refugiados da Palestina no Oriente Próximo.

13 - exorta todos os Estados membros das Nações Unidas e não-membros, para contribuir para o voluntariado, em dinheiro ou em espécie, para garantir que obtém a quantidade de configurações e os recursos necessários para cada fase do programa, conforme estabelecido

no n° 6, e aceitar doações em moedas diferentes do dólar Alommirki contanto que pode ser implementado programa nas divisas.

14 - Autoriza o Secretário-Geral, em consulta com o Comité Consultivo para a Administração e as questões orçamentais, os montantes de crédito estão disponíveis para este fim não deve ser superior a cinco milhões de dólares do Fundo de Trabalho, para financiar as operações de acordo com esta resolução, a ser pago esse montante, em prazo não superior a 31 dezembro (Dezembro) de 1950, a partir de contribuições voluntárias governamentais solicitados no item 13 acima.

15 - Autoriza o Secretário-Geral, em consulta com o Comité Consultivo para a Administração e as questões orçamentais, a Organização Internacional das negociações para os Refugiados para um empréstimo sem juros, para financiar o programa, não ultrapassar a 2,8 milhões dólares em termos satisfatórios para o pagamento são acordados entre as partes.

16 - Autoriza o Secretário-Geral ficará aberto durante o fundador Fundo Especial da Assembléia Geral na Resolução 212 (Sessão 3), e retirar-se as dotações para as operações das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina, e sob a pedido do director da Agência de Operações das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente.

17 - apela aos governos para dar adequado para os Refugiados da Palestina no Próximo Oriente, os privilégios e imunidades, isenções e facilidades concedidas à Organização das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente.

18 - Insta o Fundo de Emergência para a Infância das Nações Unidas (UNICEF), Organização Internacional para os Refugiados, a Organização Mundial da Saúde, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Talalm ea Cultura (UNESCO), a Organização de Agricultura e Alimentação, e de outras agências, órgãos e grupos privados, em consulta com o director da agência das Nações Unidas para o alívio para os Refugiados da Palestina no Oriente Próximo. Para estender a mão, no âmbito do programa.

19 - Solicita ao Director da Agência de Assistência das Nações Unidas para os Refugiados da Palestina no Próximo Oriente:

(A) nomear delegados para participar das reuniões da assistência técnica, como observador, a fim de tornar possível a coordenar as atividades de assistência técnica para as Nações Unidas e Socorro aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente, com os programas de assistência técnica da Organização das Nações Unidas e os organismos especializados referidos na resolução do Conselho Económico e Social n° 222 (Session 9) - A - emitido em 15 de agosto (agosto) de 1949.

(B) para colocar à disposição de assistência técnica e informações completas em relação a qualquer assistência técnica pode ser realizada pela Organização das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente, de modo que poderiam ser feitas nos relatórios do Conselho de assistência técnica para a Comissão sobre a assistência técnica do Espaço Económico Conselho Económico e Social.

20 - Dirige a agência da Organização das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente para consultar a Comissão de Conciliação para a Palestina das Nações Unidas, para o bom desempenho das tarefas de cada um deles, especialmente no que diz respeito ao que foi dito no parágrafo 11 da Resolução da Assembleia Geral 194 (3) emitido em 11 de dezembro (dezembro) de 1948.

21 - Solicita ao Director submeter à Assembléia Geral da anual relatório das Nações Unidas sobre o trabalho da agência das Nações Unidas para o alívio dos refugiados palestinos e seu emprego, incluir uma declaração de contas Ptdqbak, e convida-o a apresentar ao Secretário-Geral quaisquer outros relatórios que a agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente informar os membros da Organização das Nações Unidas ou de seus órgãos competentes nota.

22 - Custo da Comissão de Conciliação para a Palestina das Nações Unidas para enviar um relatório final da Missão Econômica Survey, com o que você quiser a partir dos comentários, o Secretário-Geral que apresente, ele, por sua vez, aos membros das Nações Unidas e as Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente.

Assembléia Geral aprovou esta resolução,

Em seu comentário geral n ° 273,

Como se segue:

Com a resolução: 47

Contra a resolução: -

Omissão: 6

Anexo XXVI

Carta Nacional Palestina de 28 de maio de 1964

Ficheiro documentos Palestina 1950-1969, o Ministério da Orientação Nacional, c 2, p. 1275-1278 "

Carta Nacional Palestina (*)

Lançados em 28 de maio de 1964

Introdução:

Nós, o povo da Palestina, que lutaram batalhas para manter ligado à sua terra natal ea defesa da sua honra e dignidade, que foi submetido nos últimos dois comboios consecutivos dos mártires e da linha de imortal das mais belas páginas de, sacrifício sacrifício e redenção.

Nós, o povo da Palestina, que Tolapt por fatores de opressão e agressão, o mal eo traçado pelas forças do sionismo internacional e colonialismo, e tem trabalhado em desabrigados e pelo estupro de suas casas, suas terras e aproveitar as santidades e à violação dos lugares santos ou atualizar o que você tem para o canal

Nós somos os árabes palestinos que acreditavam em arabismo eo direito de chamar a sua pátria e liberdade realização e dignidade, e tem em vista mobilizar as suas forças e mobilizar todos os esforços e energias, a fim de prosseguir a sua luta e avançar no caminho da guerra santa, a fim de alcançar um e completar a vitória final.

Nós somos os árabes palestinos com base no nosso direito à auto-defesa e recuperação de toda a nação usurpou o direito visado pelas normas e convenções internacionais, em particular a Carta das Nações Unidas.

Aplicando os princípios dos direitos humanos e conhecimento da natureza das relações políticas internacionais em várias dimensões e Mramehma.

Quanto aos experimentos atrás em Tudo sobre as causas da Nakba e métodos cumpridos.

Partindo da realidade dos árabes e palestinos direitos dos palestinos à dignidade e direito à vida digna.

E o nosso sentido de responsabilidade nacional, sério nossa obrigação.

Por tudo isso:

Nós, o povo da Palestina árabe

Ditam que a Carta palestino e anunciar e empossar a ser atingido:

Artigo 1 ° - A Palestina é um árabe com quem os laços com o nacionalismo árabe, os árabes de outros países que compõem a grande pátria árabe.

Artigo 2 ° - Palestina com as fronteiras que teve durante o Mandato Britânico, é uma unidade territorial indivisível.

Artigo 3º - Os árabes palestinos têm o direito legal em sua terra natal é uma parte integrante das ações nação árabe com elas em suas esperanças e dores na sua luta pela liberdade, soberania, o progresso e unidade.

Artigo 4º - o povo da Palestina determinar o seu destino depois de conseguir a libertação de seu país e segundo a sua vontade e sua livre vontade e escolha.

Artigo 5º - estatuto pessoal palestinos de uma verdadeira crise não vai desaparecer enquanto se move de pais para filhos.

Artigo 6º - Os palestinos são os cidadãos árabes que tinham normalmente residiam na Palestina até 1947, tanto bateu para fora deles ou ter ficado lá todos nascidos de um pai palestino árabe após esta data, na Palestina ou fora dele, é um palestino

Artigo 7º - os judeus, que são de origem palestina são considerados os palestinos se eles estão dispostos a comprometer-se a viver em paz e com lealdade na Palestina.

Artigo 8º - que a educação da educação da geração de árabes nacionalismo palestino e um dever nacional e uma chave devem ser considerados todos os meios de sensibilização e educação para a sua definição de pátria espiritual profunda Ihdh sempre cantam a sua terra natal e fechar firmemente.

Artigo 9º - A crença política ou social ou económica não estão funcionando para o povo da Palestina eo primeiro dever a libertação de sua terra natal, os palestinos e toda a parte dianteira e um trabalho nacional para a libertação de sua terra natal com todos os seus sentimentos e as energias espirituais e físicas.

Artigo 10 - Os palestinos terão três lemas: a unidade nacional ea mobilização nacional e libertação. Após a libertação da pátria do povo palestino escolher o que quer para sua vida pública e econômica dos sistemas políticos e de desenvolvimento social.

Artigo 11 - O povo palestino acredita na união árabe e de desempenhar um papel na realização do que deve, nesta fase de sua luta para preservar a identidade palestina e seus componentes e para desenvolver a consciência da sua existência e que é contra qualquer um dos projetos será dissolvida ou enfraquecida.

Artigo 12 - a unidade árabe e da libertação da Palestina são dois objectivos complementares, cada qual prepara o outro para alcançar a unidade árabe leva à libertação da Palestina e da libertação da Palestina leva a unidade árabe e de trabalho para os dois andam de mãos dadas.

Artigo 13 - O destino da nação árabe, mas a presença árabe em si depende o destino da questão palestina e esta interdependência é baseado busca da nação árabe e do esforço para a Libertação da Palestina e do povo honra da Palestina, por sua vez,-vanguarda para alcançar este objetivo nacional da Bíblia.

Artigo 14 - A libertação da Palestina, do ponto de vista árabe, é um dever nacional ea responsabilidade por esta recai sobre a nação árabe como um todo dos governos e dos povos na vanguarda do povo árabe Palestina Portanto, a nação árabe deve mobilizar todos os seus materiais, militares e espiritual, a fim de libertar a Palestina, em particular, que ela fez para o

povo palestino árabe ajuda e apoio e fornecer os meios e as oportunidades que lhe permitam desempenhar o seu papel na libertação de sua terra natal.

Artigo 15 - A libertação da Palestina, de um ponto espiritual de criar a Terra Santa com uma atmosfera de tranquilidade e paz é mantida à sombra de todos os santuários religiosos e garantir a liberdade de culto e de visita a todos, sem distinção ou discriminação, seja com base em raça, cor, língua ou religião. Portanto, o povo da Palestina olhar para todas as forças espirituais do mundo.

Artigo 16 - A libertação da Palestina, do ponto de vista internacional, é uma ação defensiva ditadas pelas exigências de auto-defesa, tal como consagrado na Carta das Nações Unidas. Portanto, o povo palestino, desejosos para autenticar todas as pessoas olhavam para a frente para apoiar amorosa nações liberdade, justiça e paz para restabelecer a situação legítima para a Palestina, que estabelece a paz ea segurança no seu território e para permitir que as pessoas possam exercer a soberania nacional e da liberdade.

Artigo 17 - A divisão da Palestina, o que foi feito em 1947 e da criação de Israel é, fundamentalmente, nula, não importa quanto tempo é tempo de Mgajrih a vontade do povo palestino e seu direito natural de sua terra natal, e contradiz os princípios gerais da Carta das Nações Unidas, particularmente o direito à autodeterminação.

Artigo 18 ° - é considerada nula e sem efeito todas as da Declaração Balfour e atribuição de instrumentos e organizá-los e reivindicar os laços históricos, espirituais, entre os judeus ea Palestina não concorda com os fatos da história, nem com os elementos de um estado no conceito do certo e do judaísmo como uma religião não uma nacionalidade, com existência independente, assim como os judeus não são as pessoas um com uma personalidade independente, mas são cidadãos dos estados a que pertencem.

Artigo 19 - colonial movimento sionista em seu início, agressiva e expansionista em seus objetivos composição racial e Bmramiha fascista e significa que Israel como vanguarda deste movimento destrutivo e da fundação da colonização de uma fonte permanente de preocupação e instabilidade no Oriente Médio, em particular e da comunidade internacional em geral e para o povo palestino merece a ajuda da comunidade internacional e apoio.

Artigo 20 - As razões de segurança, a paz e as exigências da verdade e da justiça, exigir que todos os estados a preservar a amizade entre os povos e manter a lealdade dos cidadãos de seus países de origem de considerar o sionismo um movimento ilegítimo e negar a sua existência e atividade:

Artigo 21 - povo palestino acreditam nos princípios da justiça, da liberdade, da soberania e da autodeterminação e da dignidade humana eo direito dos povos de exercê-los e apoiou todos os esforços internacionais destinados a estabelecer a paz sobre a base da cooperação internacional e de direito.

Artigo 22 - povo palestino acredita em coexistência pacífica com base na presença legítima como a co-existência com nenhuma agressão, não há paz com ocupação e de colonialismo.

Artigo 23 - Para alcançar os objectivos da presente Carta e os princípios da OLP plenamente o seu papel na libertação da Palestina, em conformidade com o Estatuto da Organização.

Artigo 24 - Esta organização não exerce qualquer soberania territorial sobre a Margem Ocidental do Reino Hachemita da Jordânia. Na Faixa de Gaza nem o Hamma estará activo a nível nacional nos domínios da editorial popular, organizacionais, políticos e financeiros.

Artigo 25 - é a organização responsável pela circulação do povo palestiniano na sua luta pela libertação de sua terra natal em todos os campos do editorial, organizacionais, políticos,

Artigo 26 - Organização de Libertação devem cooperar com todos os Estados árabes, cada um segundo os seus meios não interferir nos assuntos internos de qualquer Estado árabe.

Artigo 27 - A Organização terá um pavilhão juramento e hino e decide que todos sob o regime especial.

Artigo 28 ° - anexo à presente carta, um sistema conhecido como o Estatuto da Organização pela Libertação da Palestina definir a forma como a formação da Organização e seus órgãos e instituições e suas respectivas competências, e todas as funções exigidas nos termos da presente Carta.

Artigo 29 - não modificar a presente Carta a menos que uma maioria de dois terços dos membros do Conselho Nacional da OLP em sessão especial convocada para esse fim.

(*) imprime Organização de Libertação da Palestina

AnexoXXVII

DOCUMENTO

AS BASES DE OSLO

CARTA de YASSER ARAFAT a ITZHAK RABIN

9 de setembro de 1993

- traduzido pelo [PAZ AGORA/BR](#) - fonte: [MEW](#) -

Itzhak Rabin
Primeiro Ministro de Israel

Sr. Primeiro Ministro,

A assinatura da Declaração de Princípios marca uma nova era na História do Oriente Médio. Com firme convicção, assim, eu gostaria de confirmar os seguintes compromissos da OLP:

A OLP reconhece o direito do Estado de Israel a existir em paz e segurança.

A OLP aceita as Resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A OLP se compromete com o processo de paz do Oriente Médio, com uma resolução pacífica do conflito entre os dois lados e declara que todas as questões excepcionais relativas a um acordo permanente serão resolvidas através de negociações.

A OLP considera que a assinatura da Declaração de Princípios constitui um evento histórico, inaugurando uma nova era de coexistência pacífica, livre de violência e todos outros atos que ponham em perigo a paz e a estabilidade. Desta forma, a OLP renuncia ao uso do terrorismo e de outros atos de violência e assumirá responsabilidade sobre todos os elementos e pessoal da OLP de forma a assegurar seu cumprimento, impedindo violações e violadores da disciplina.

Em vista da promessa de uma nova era e da assinatura da Declaração de Princípios, e baseada na aceitação palestina das Resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança da ONU, a OLP afirma que aqueles artigos da Convenção Palestina que negam a Israel o direito de existir, e os dispositivos da Convenção que sejam inconsistentes com os compromissos desta carta são agora inoperantes e não mais são válidos. Conseqüentemente, a OLP submeterá sua aprovação formal ao Conselho Nacional Palestino para as necessárias modificações com respeito à Convenção Palestina.

Sinceremente,

Yasser Arafat
Presidente

Organização para Libertação da Palestina

CARTA de ITZHAK RABIN a YASSER ARAFAT

9 de setembro de 1993

- traduzido pelo [PAZ AGORA/BR](#) - fonte: [MEW](#) -

Yasser Arafat
Presidente
Organização para Libertação da Palestina

Sr. Presidente,

Em resposta à sua carta de 9 de setembro de 1993, desejo confirmar-lhe que, à luz dos compromissos da OLP incluídos em sua carta, o Governo de Israel decidiu reconhecer a OLP como a representante do povo palestino e iniciar negociações com a OLP no processo de paz do Oriente Médio.

Itzhak Rabin
Primeiro-Ministro de Israel

O texto do acordo de Oslo

13 de setembro - setembro 1993

(Declaração de Princípios, o palestino - israelense)

Nos termos dos Acordos de Oslo (Declaração de Princípios, o palestino - israelense sobre as modalidades para o governo de transição do self) ou da autonomia da Autoridade Palestina (AP) e lançado por palestinos (ANP) como um núcleo para o Estado da Palestina para vir, também assinado em Washington entre os palestinos e os sionistas após a conclusão do acordado na capital Oslo, 13 de setembro - Setembro de 1993, da seguinte forma : [1] :

O Governo do Estado de Israel e da equipe da OLP (na delegação jordana - a conferência de paz palestino no Oriente Médio) (delegação palestina), representando o povo palestino, concorda que o tempo chegou para acabar com décadas de confronto e conflito, e ao reconhecimento dos seus direitos e legítimos política mútua, e se esforçam para viver em (a) a convivência pacífica e comum dignidade e segurança e para alcançar um e justa resolução pacífica e duradoura, global e histórico de reconciliação através do processo político acordado. Assim, as partes concordam com os seguintes princípios:

Artigo (1) O objectivo das negociações

O objetivo de Israel - as negociações Palestiniana, no âmbito do actual processo de paz no Oriente Médio é, entre outras coisas, a criação da Autoridade de Transição de Governo palestino Estado, o Conselho elegeu (o Conselho), o povo palestino na Cisjordânia e na Faixa de Gaza durante um período transitório máximo de cinco anos, e levar a uma solução definitiva com base em resoluções do Conselho de Segurança 242 e 338. Entende-se que as medidas provisórias são parte integrante do processo de paz como um todo e que as negociações sobre o estatuto permanente implicará a aplicação das resoluções do Conselho de Segurança 242 e 338.

Artigo (2) o enquadramento do período de transição

O quadro acordado para o período de transição estabelecidas nesta Declaração de Princípios.

O artigo (3) eleições

1. A fim de que o povo palestino na Cisjordânia e na Faixa de Gaza podem governar a si mesmos de acordo com os princípios democráticos, serão as eleições gerais políticos, direta e livre do Conselho, sob a supervisão do controle internacional estão acordadas, enquanto a polícia palestina irá garantir a ordem pública.

2. Será celebrado um Acordo sobre o modo exato e as condições para as eleições de acordo com as facilidades do protocolo como um complemento a (1), o objetivo da realização de eleições num prazo não superior a nove meses a partir da entrada em vigor da presente Declaração de Princípios da execução.

1. Estas eleições constituem uma preparação provisórias passo significativo para a realização dos direitos legítimos do povo palestino e suas justas exigências.

Artigo (4) estado

Cobrirá o mandato do Conselho da terra da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, exceto para questões que serão negociadas em negociações sobre o estatuto permanente. Os dois lados vista a Cisjordânia ea Faixa de Gaza e da sujeira e uma unidade, você deve manter a unidade ea integridade durante o período de transição.

Artigo (5) o período de transição e as negociações sobre o estatuto permanente

3. Período de cinco anos, começando imediatamente após a retirada provisória da Faixa de Gaza e na região de Jericó.

4. Vai começar as negociações sobre o estatuto permanente entre o Governo de Israel e representantes do povo palestino o mais rapidamente possível, mas o mais tardar no início do terceiro ano do período de transição.

5. Entende-se que estas negociações devem abranger as questões pendentes, incluindo: Jerusalém, refugiados, assentamentos, medidas de segurança, as fronteiras, as relações ea cooperação com outros países vizinhos, e outras questões de interesse comum.

6. As partes concordam que não há prejuízo ou sem prejuízo do resultado das convenções fase de transição negociações sobre o estatuto permanente.

Artigo (6) a transferência de preparação de competências e responsabilidades

1. Declaração de Princípios sobre a entrada em vigor do presente e, em breve) retirada (da Faixa de Gaza e na região de Jericó, uma transferência de autoridade do governo militar israelense e sua Administração Civil para os palestinos autorizou esta tarefa, conforme detalhado. Esta será uma transferência de autoridade de natureza preparatória, até a inauguração do Conselho.

2. Imediatamente após a entrada da presente Declaração de Princípios em vigor e retirada da Faixa de Gaza e na região de Jericó, com vista à promoção do desenvolvimento econômico na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, a autoridade será transferido para os palestinos nas seguintes áreas: educação e cultura, saúde, assistência social directa, tributação e turismo. lado palestino terá início a construção da força

policial palestina conforme acordado. Enquanto se aguarda a inauguração do Conselho, que as partes possam negociar a transferência de competências e responsabilidades adicionais, tal como acordado.

Artigo (7) do Acordo Provisório

1. As delegações vão negociar um acordo israelo-palestino sobre o período de transição (acordo provisório).

2. Acordo provisório deverá especificar, entre outras coisas, a estrutura do Conselho, bem como o número dos seus membros, bem como a transferência de competências e responsabilidades dos militares do governo israelense e sua Administração Civil para o Conselho, e no acordo provisório deverá especificar também a autoridade do e legislativo poder executivo, em conformidade com o artigo (9) a seguir indicadas eo palestino independente dos órgãos judiciais.

3. Acordo provisório irá incluir disposições serão aplicadas quando da inauguração do Conselho para que possa cumprir todos os poderes e responsabilidades que anteriormente eram transferidos para esta, em conformidade com o artigo (4) acima mencionadas.

4. A fim de permitir ao Conselho promover o crescimento económico, o Conselho após sua inauguração, além de outras coisas, a criação de um palestino Electricity Authority, Mar de Gaza da Autoridade Portuária, Desenvolvimento palestino Bank, um Conselho Palestino para promover as exportações, a Autoridade Palestina para o Meio Ambiente, e da autoridade do território palestino, e da Autoridade Palestiniana para a Gestão da Água, e quaisquer outras autoridades acordadas em conformidade com o acordo provisório que irá determinar as suas competências e responsabilidades.

5. Após a inauguração do Conselho resolverá a administração civil e à retirada dos militares do governo israelense.

Artigo 8 °) a ordem pública (segurança e

A fim de garantir a ordem pública e segurança interna dos palestinos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, o Conselho vai instituir uma polícia forte, enquanto Israel continuar a assumir a responsabilidade pela defesa contra ameaças externas, bem como a responsabilidade pela segurança geral dos israelenses, a fim de proteger a sua segurança interna e ordem pública.

Artigo (9) as leis e as ordens militares

1. Conselho dará o poder de legislar, de acordo com o Acordo Provisório, em todos os poderes transferidos.

2. Ambas as partes irão rever em conjunto as leis e as ordens militares em vigor nas esferas restantes.

O artigo (10) para o Comité de Ligação, o conflito israelo - palestino Comum

A fim de garantir uma boa aplicação da presente Declaração de Princípios e de eventuais acordos posteriores sobre o período de transição, serão, imediatamente após a entrada da presente Declaração de Princípios que entrou em vigor, o Programa Conjunto das Comissões de Ligação de Israel - Palestina, a fim de lidar com questões que exigem coordenação, outras questões de interesse comum, e disputas.

O artigo (11) de cooperação israelo - palestino nas áreas de economia

Reconhecendo o interesse mútuo de cooperação a fim de promover o desenvolvimento da Cisjordânia e da Faixa de Gaza e Israel, será a criação da comissão económica de Israel - Palestina, a fim de desenvolver e implementar programas específicos nos protocolos constantes do anexo (3) e extensão (4) de forma colaborativa, e que uma vez que a Declaração de Princípios em vigor do presente .

Artigo 12) ligação (e de cooperação com a Jordânia eo Egito

As duas partes irão convidar os governos da Jordânia e do Egito, para participar na

criação de um maior engajamento e de cooperação entre o Governo de Israel e representantes palestinos, por um lado, e os governos da Jordânia e do Egito, por outro lado, promover a cooperação entre eles. Estes acordos incluem a criação de um Comitê Continuados que vai decidir as formas de contrato (modalidades) para permitir que as pessoas deslocadas (deslocados) a partir da Cisjordânia e da Faixa de Gaza em 1967, em conformidade com os procedimentos necessários para evitar o caos e desordem, e Sttaty esta comissão com outras questões de interesse comum.

O artigo (13) reposicionamento (reafecção) forças israelenses

1. Declaração de Princípios após a entrada em vigor do presente e, o mais tardar na véspera da eleição do Conselho, será o reposicionamento dos forças militares israelitas na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, além da retirada das forças israelenses que tem sido implementado em conformidade com o artigo (14).

2. Quando você reposicionar as suas forças militares, Israel será guiado pelo princípio deve ser reposicionar as suas forças militares fora das zonas povoadas.

3. E será implementada gradualmente para outras re-posicionamento em locais específicos, em proporção (proporcional), com a assunção da responsabilidade pela ordem pública e segurança interna, a polícia palestina, de acordo com o artigo (8) acima).

O artigo (14) a retirada israelita da Faixa de Gaza e na região de Jericó

Israel vai se retirar da Faixa de Gaza e na região de Jericó, como é indicado no protocolo anexo, como anexo (2).

O artigo (15) resolução de litígios

1. Vai ser a resolução de litígios decorrentes da aplicação ou interpretação do presente Declaração de Princípios, ou quaisquer outros acordos posteriores relativos ao período de transição, as negociações através do Comitê de Ligação Conjunto será de acordo com o artigo (10) acima.

2. Os conflitos que não podem ser resolvidos através de negociações podem ser resolvidos através do mecanismo de conciliação a ser acordada entre as partes.

3. As partes concordam em submeter os litígios relativos ao período transitório, que não pode ser resolvida por meio, conciliação, arbitragem e para o efeito, com base no acordo das partes, as partes estabelecerão um Comitê de Arbitragem.

O artigo (16) de cooperação de Israel - Palestina no que diz respeito aos programas regionais

As partes consideram que os grupos de trabalho na multi-ferramenta adequada para o Progresso da b (Plano Marshall) e programas regionais e outros programas, incluindo programas especiais para a Cisjordânia ea Faixa de Gaza, conforme indicado no protocolo do apêndice (4).

O artigo (17) Diversos itens

1. Acordo entrar em vigor os princípios deste mês após uma de suas assinaturas.

2. Todos os protocolos em anexo à presente Declaração de Princípios e acta aprovada em que as marcas serão considerados como parte integrante do presente (acordo).

Concluído em Washington, no dia treze de setembro - setembro 1993

O Governo de Israel, Shimon Peres / / Organização para a Libertação da Palestina, Mahmoud Abbas

Testemunhas

Estados Unidos da América / / Federação Russa /

[1], Ahmed Qorei (Abu Alaa), a narrativa palestina completa das negociações de Oslo para o Mapa do Caminho, 1-1993 negociações de Oslo (Beirute: Instituto para Estudos Palestinos, 2005), p. 382-387

Anexo XXVIII

Resolução 273

"Resoluções das Nações Unidas sobre a Palestina 1947 - 1974, Instituto para Estudos Palestinos, Beirute, i 3,1993, vol 1, p. 21"

**Resolução n ° 273 (Sessão 3) em 11 de Maio (Maio) de 1949.
de aceitação de Israel da adesão nos Estados Unidos
Unido ⁽²⁰⁾**

A Assembléia Geral,

Recebeu o relatório do Conselho de Segurança sobre o pedido de Israel para entrar como membro das Nações Unidas, ²¹

Apontando que Israel, a critério do Conselho de Segurança, país amante da paz, e capaz de assumir as obrigações contidas na Carta e disposta a fazê-lo,

Notando que o Conselho de Segurança recomendou à Assembleia Geral a aceitar Israel como um membro das Nações Unidas,

Observando também autoriza o Estado de Israel como "aceitar, sem reservas, as obrigações contidas na Carta das Nações Unidas, comprometem-se a ser respeitado desde o dia em que ele se torne membro da Organização das Nações Unidas", ²²

Recordando as suas resoluções emitidas em 29 de novembro (novembro) de 1947, ²³ e 11 de Dezembro (dezembro) de 1948, ²⁴ Tomando nota das declarações e explicações feitas pelo representante do Governo de Israel, ²⁵ antes da Especial Comité Político, quanto à aplicação das decisões acima

A Assembléia Geral,

Nos termos para desempenhar as funções previstas no artigo 4 ° da Carta e do artigo 125 do Regimento.

1 - **Decide** que Israel é um amante da paz, satisfeito com os compromissos contidos na Carta, capazes de implementar esses compromissos, e disposta a fazê-lo.

2 - **decidir** aceitar Israel como membro das Nações Unidas.

Assembléia Geral aprovou a presente resolução

Em seu comentário geral n ° 207, de 37 anos

Votos a 12, com 9

Como se segue:

Com a resolução	Argentina, Austrália, Bolívia, Bielo-Rússia, Canadá, Chile, Colômbia, : China, Costa Rica, Cuba, Checoslováquia, República Dominicana, Aikwador, França, Guatemala, Haiti, Honduras, Islândia, Libéria, Luxemburgo, México, Holanda, Nova Zelândia, Nicarágua, Noruega, Panamá, Paraguai, Peru, Filipinas, Polônia, África do Sul, Ucrânia, União Soviética, os Estados Unidos, Venezuela, Uruguai Jugoslávia.
Contra a resolução	Afganistão, Birmânia, Egito, Etiópia, Índia, Irã, Iraque, Líbano, : Paquistão, Arábia Saudita, Síria, Iémen.
Omissão	Bélgica, Dinamarca, Brasil, El Salvador, Grécia, Sião, Suécia, Turquia, : Reino Unido,.

20 Ver Resolução do Conselho de Segurança, n ° 69 (1949).

21 Ver documento A/818.

22 S/1093 documento ver

23 Ver "Decisão n ° 181 (sessão 2), 1947.

24 Decisão "Veja n ° 194 (3) 1948.

25 Ver documentos A/AC.24/SR.45-48, 50,51

A Resolução 1514 de ONU sobre a Descolonização

O texto institucional da descolonização surgiu em 14 de Dezembro de 1960, exprimindo o

desejo de que os territórios autónomos ou sob tutela atingissem rapidamente sua independência.

“1) A sujeição dos povos a uma subjugação, a uma dominação e a uma exploração estrangeira

constitui uma negação dos direitos fundamentais do homem, contrários à Carta das Nações

Unidas e comprometedores da causa da paz e da cooperação mundiais. 2) Todos os povos

têm direito à livre - determinação; em virtude deste direito, eles determinam livremente seu

estatuto político e buscam livremente seu desenvolvimento económico, social e cultural. 3) A

falta de preparação no domínio político, económico ou social ou no campo da educação não

devem jamais servir de pretexto para o retardamento da independência. 4) Será posto fim a

toda acção armada e a todas as medidas de repressão, de qualquer tipo que sejam, dirigidas

contra os povos dependentes, para permitir a estes povos exercerem pacífica e livremente seu

direito à independência completa, e a integridade de seu território nacional será respeitada. 5)

Serão tomadas medidas imediatas nos territórios sob tutela, os territórios não - autónomos e

todos os outros territórios que ainda não atingiram a independência, pela transferência de todo

poder aos povos desses territórios; sem nenhuma condição nem reserva, conforme a sua

vontade e seus votos livremente expressos, sem nenhuma distinção de raça, de crença ou de

cor, a fim de permitir-lhes gozar uma independência ou uma liberdade completas. 6) Toda

tentativa visando destruir total ou parcialmente a unidade nacional e a integridade territorial de

um país é incompatível com as finalidades e os princípios da Carta das Nações Unidas. 7)

Todos os Estados devem observar fiel e estritamente as disposições da Carta das Nações

Unidas, a Declaração Universal dos Direitos do Homem e a presente Declaração sobre a base

da igualdade, da não - ingerência nos assuntos internos dos Estados e do respeito aos direitos

soberanos e à integridade territorial de todos os povos”

Résolution 1514, 14 de Dezembro de 1960. In: Gothier, L. E Trous, A., orgs. La Rencontre des

Hommes. Paris, H. Dessain, 1968, p. 258-9

AnexoXXX

Resolução 37/123 A, B, C, D, E, F, datado de 16 de dezembro dez 1982

**Condenação da política de Israel nos territórios ocupados
E a demanda de sua retirada completa dos mesmos,
E condenar os massacres de Sabra e Shatila, no Líbano
E advocacia, para recuperar o poder
Do Estado do Líbano ao seu território,
E advocacia, para reconhecer o direito do povo palestino,
Sob a liderança da OLP,
-Autodeterminação e estabelecer um Estado independente,
E, para solicitar a todos os Estados para pôr fim
O fluxo de ajuda a Israel**

A

A Assembléia Geral,

Tenho discutido o item intitulado "A situação no Oriente Médio", Tomando nota dos relatórios do Secretário-Geral, ⁽¹⁰⁸⁾

Recordando a resolução do Conselho de Segurança 497 (1981), de 17 de dezembro de 1981, **Reafirmando** a sua Resolução 36/226 B de 17 de dezembro de 1981, ES - 01/09, datado de 05 de fevereiro de 1982,

Recordando sua resolução 3314 (-29 d) de 14 de dezembro de 1974 e que definia o ato de agressão que inclui, nomeadamente, "as forças armadas de um Estado invadir o território de outro Estado ou ataque, ou qualquer ocupação militar, no entanto temporária, resultante dessa invasão ou ataque, ou qualquer anexação do território de outro Estado ou parte dele o uso da força ", que estipula que " nenhuma consideração de qualquer

A natureza, seja política ou econômica, militar ou não, podem servir como justificativa para a agressão ", Reafirmando o princípio fundamental da inadmissibilidade da aquisição de territórios pela força,

Reafirmando mais uma vez, a aplicabilidade da Convenção de Genebra para a Protecção das Pessoas Civis em Tempo de Guerra, de 12 de Agosto de 1949 ⁽¹⁰⁹⁾ na ocupados da Palestina e outros territórios árabes, incluindo Jerusalém,

Notando que o recorde de Israel e ações provam prova conclusiva de que não é membro de um amante da paz, e eles não são de suas obrigações ao abrigo da Carta das Nações Unidas,

Observando ainda que Israel recusou-se, em violação do artigo 25 da Carta, a aceitar e aplicar as inúmeras decisões relevantes tomadas pelo Conselho de Segurança, mais recentemente, a resolução 497 (1981) e, portanto, não são decorrentes da Carta,

1 - **Condena** Israel por não cumprimento de resolução do Conselho de Segurança 497 (1981) e resoluções da Assembléia Geral 36/226 B e S i - 01/09;

2 - **dizer mais uma vez** que a decisão de Israel de 14 de dezembro de 1981 para impor as suas leis, jurisdição e administração da ocupação da Síria as Colinas de Golã é um ato de agressão de acordo com o disposto no artigo 39 da Carta da Assembléia Geral das Nações Unidas a resolução da Assembléia 3314 (d - 29);

3 - **para dizer mais uma vez** que a decisão de Israel de impor suas leis, jurisdição e administração do Colinas de Golã sírio ocupado inicialmente vazio e libertar todos a ausência de qualquer validade jurídica e / ou qualquer efeito legal;

4 - **Declaro** que todas as políticas e práticas da anexação israelense de ocupados da Palestina e outros territórios árabes ocupados, incluindo Jerusalém, ou que destino, que constitui uma violação do direito internacional e das resoluções pertinentes das Nações Unidas;

(108) A/37/169-S/14953 e Add.1-3

(109) United Nations ", Treaty Series", Volume 75, No. 973, p. 287 (texto em Inglês).